

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI

**FORMAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA:**  
**Uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia**

GOIÂNIA – GO

2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR  
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES  
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico:     Dissertação     Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

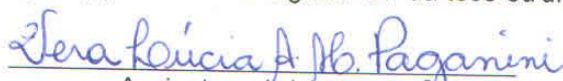
Nome completo do autor: VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI

Título do trabalho: **FORMAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA: Uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia**


3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

  
Assinatura do(a) autor(a)<sup>2</sup>

Ciente e de acordo:

  
Assinatura do(a) orientador(a)<sup>2</sup>

Data: 03/12/2018

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

<sup>2</sup> A assinatura deve ser escaneada.

VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI

**FORMAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA:**

**Uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Educação Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Professora Doutora Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA – GO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

ALVES MENDES PAGANINI, VERA LÚCIA

FORMAÇÃO POLÍTICA E RESISTÊNCIA [manuscrito]: Uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia / VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI. - 2018.

320 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. MARIA MARGARIDA MACHADO.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, lista de figuras.

1. Educação. 2. Conflitos. 3. Intelectual orgânico. 4. Evangelização. 5. Resistência.

I. MACHADO, MARIA MARGARIDA, orient. II. Título.

CDU 37

**ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE TESE DE VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI** Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (29/10/2018), às 8h30min., reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Maria Margarida Machado**, orientadora, doutora em **Educação: História, Política e Sociedade** pela PUC-SP; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Márcia dos Santos Ferreira**, doutora em **Educação** pela USP; Prof. Dr. **Alberto da Silva Moreira**, doutor em **Teologia Fundamental** pela Westfälische-Wilhelms-Universität de Münster, Alemanha; Prof. Dr. **Jadir de Moraes Pessoa** doutor em **Ciências Sociais** pela UNICAMP e Prof. Dr. **José Paulo Pietrafesa**, doutor em **Sociologia** pela UnB para, sob a presidência da primeira e, em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa da tese intitulada: **“Formação política e resistência: uma experiência contra hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia.”**, em nível de Doutorado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Vera Lúcia Alves Mendes Paganini**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida à autora da tese que, em 30 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1537/2017 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a tese foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **DOUTORA EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da tese na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 13h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de tese e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



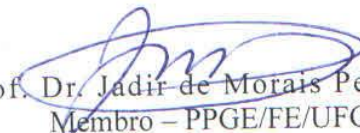
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Margarida Machado  
Presidente –PPGE/ FE/UFV



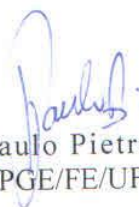
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia dos Santos Ferreira  
Membro – UFMT



Prof. Dr. Alberto da Silva Moreira  
Membro – PUC/GO



Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa  
Membro – PPGE/FE/UFV



Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa  
Membro – PPGE/FE/UFV

Ao Júlio...

Ao Júlio Netto e família,

À Junelle e família,

À Junyce e família.

Dispensa legenda.

## AGRADECIMENTOS

A Deus... apenas agradecer!

À minha família, pelo apoio irrestrito, pelo carinho, pelo amor incondicional... enfim... por ser a minha família!

Aos meus familiares por me acolherem e amarem tanto e me hospedarem, transportarem, enfim, me deixarem existir em suas vidas! Somente gratidão!

À professora Maria Margarida Machado, minha orientadora perfeita. Pelo apoio, competência, acolhida e profissionalismo na orientação e na vida acadêmica.

Ao programa de pós-graduação da UFG pela oportunidade, pela acolhida e pelo tratamento cotidiano no trabalho.

À Universidade Estadual de Goiás, nas pessoas do Magnífico Reitor Professor Doutor Haroldo Reimer, do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, do Professor Doutor Ivano Alessandro Devilla e da nossa “coordenadora-madrinha”, Professora Doutora Mirza Seabra Toschi pela iniciativa importante de criar o DINTER/UEG/UFG, que nos oportunizou o aprimoramento profissional.

Ao Câmpus de Inhumas, da Universidade Estadual de Goiás – UEG, na pessoa da Professora Doutora Carla Conti por nos possibilitar a oportunidade de participar do DINTER; e a todos/as colegas pela amizade, companheirismo, torcida e feliz convivência.

Aos meus queridos colegas do DINTER pela inestimável convivência, pela possibilidade de novos aprendizados e novas amizades e por estarmos juntos nesta mesma jornada. Gratidão a todos/as.

A todos/as colegas com quem fiz disciplinas, com quem convivi nestas relações de aprendizagens pelos momentos de estudo e alegria.

À Coordenação da PPGE/FE/UFG nas pessoas da Professora Doutora Sandra Valéria Limonta Rosa e da Professora Doutora Lúcia Maria de Assis e à Secretaria nas pessoas de Adenilde de Oliveira Souza e Marizeth Farias, pela atenção e competência nos atendimentos.

À banca examinadora – qualificação e defesa – Professores Doutores Jadir de Moraes Pessoa, José Paulo Pietrafesa, Alberto da Silva Moreira e à Professora Doutora Márcia dos Santos Ferreira pela generosidade da leitura e avaliação deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação com quem fiz disciplinas, Anita Rezende, Maria Margarida Machado e Míriam Fábria, Maria Emília, José Paulo Pietrafesa, Sílvia Zanola e aos Professores Noé Freire Sanders e Marlon Salomon do Programa de Pós-Graduação de História da UFG pelos ricos ensinamentos que colaboraram para meu amadurecimento acadêmico.

À Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, nas pessoas de Dom Pedro Casaldáliga e de Dom Adriano Ciocca Vasino por me permitirem ingressar neste universo de pesquisa e abrir possibilidades infinitas de conhecimento.

A todas as pessoas com quem convivi nas cidades, vilas, arraiais, patrimônios (sem citar nomes para não ser injusta) da Prelazia, que generosamente contribuíram com este trabalho disponibilizando seu tempo e suas memórias acessadas, com histórias de vida, de trabalho e de lutas. A todos/as entrevistados e pesquisados minha profunda gratidão.

Às queridas Iara Almeida e Creusa Salette pela leitura atenta e cuidadosa e as observações oportunas; à Joana Dalva e demais irmãs de São José, pela inestimável colaboração, inclusive com o “Abstract”.

À arquivista Zilda... e funcionários da ANSA, porque sem a seu importante apoio para autorizar a entrada e a pesquisa aos documentos do Arquivo “Tia Irene” seria impossível realizar este trabalho.

Aos sujeitos pesquisados, particularmente Erotildes, Eva Mendes, Filemon, Lourdes Jorge e Uslei, que permitiram a nossa entrada aos seus universos particulares e encaminharam o nosso olhar para a visão do intelectual orgânico.

Aos (meus) alunos, às (minhas) alunas, que já foram, que são e que serão por serem o elemento motivador do meu desejo de sempre buscar conhecimentos e aperfeiçoar aprendizagens.

A todos que direta ou indiretamente me apoiaram e participaram desta caminhada, minha gratidão e carinho.

[...] toda vida lá, toda vida lá. Sei de todas essas histórias. Minha irmã trabalhava para ela de cozinheira, tadinha, minha irmã, nós morava aqui, e ela ficou aqui, arrumou uma gravidez aí, foi trabalhar na casa de uma família e o home engravidou ela. Ela trabalhava lá dentro dessa fazenda, de cozinheira e ela sabia de tudo. Só que ela passava o zíper na boca, com medo de morrer, sei lá.

[...] Ela (a Silvana) mandava matá peão e enterrava dentro da fazenda. Foi muitos casos. E aí aquele negócio das orelhas é porque ela pagava para matar, mas só pagava a pessoa se entregasse a orelha do morto, pra ter a certeza que tinha matado mesmo. (Luzia Bento, filha de posseiros).

## **EQUÍVOCOS**

Onde tu dizes lei,  
Eu digo Deus.  
Onde tu dizes paz, justiça, amor,  
Eu digo Deus!

Onde tu dizes Deus,  
Eu digo liberdade,  
Justiça,  
Amor!

(Pedro Casaldáliga)

## RESUMO

Esta tese, inserida na área de Educação, está vinculada à Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Goiás. É um estudo de realidades históricas específicas, na circunscrição territorial religiosa denominada Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, começando pela década de 1970. O problema que se coloca como mote da pesquisa é: de que maneira os processos formativos contribuíram com a disseminação do evangelho e qual foi o papel da Igreja Católica na formação política e educacional que se desenvolveu ali desde então? A delimitação do assunto é a análise dos elementos facilitadores do aparecimento de intelectuais que atuaram na construção de uma contra-hegemonia, tornando-se protagonistas sociais, implicados nos conflitos entre posseiros, índios, peões, pequenos e grandes proprietários pela posse da terra. O objetivo é compreender os processos educativos e formativos, vividos pelas comunidades da Prelazia, e o papel do sujeito político-coletivo na formação do intelectual orgânico; como ele se constituiu e foi constituído no espaço de formação em que se efetivou a construção do projeto contra-hegemônico. Destacam-se os recursos de construção e reconstrução de identidades e de poderes; o que nos leva ao estudo de memórias e identidades para compreender a formação de um intelectual a partir do lugar onde se constrói e se movimenta. Na investigação dos sujeitos buscamos contribuições teóricas sobre memória com Thompson, Halbwachs e Aróstegui pela relevância dos relatos na recomposição do tempo e dos acontecimentos, e pela importância da memória coletiva na constituição da história. Para categorizar os relatos autobiográficos, trabalhamos com Bolívar, Domingo y Fernández e Bourdieu, observando a sua dimensão subjetiva. A reflexão sobre educação escolar tem suporte de Freire e o estudo do intelectual orgânico se baseia em Gramsci. Os relatos evocam metáforas e imagens fundamentais na interpretação dos fatos, que estudamos com Bakhtin, para compreender o discurso religioso exortativo e as construções imagéticas, próximas da linguagem literária. O resultado da análise indica que o processo político-social ali desenvolvido foi marcado pela condição do lugar e da identidade dos protagonistas. Identificam-se como protagonistas, os posseiros, os colonos sulistas, a Igreja Católica, os latifundiários e o Estado. A educação, a evangelização e a resistência são categorias de análise do objeto de estudo. Destacam-se dois movimentos: um marcado pela construção de relações de poder mais próximas aos interesses e necessidades de grupos sociais desfavoravelmente posicionados, que potencializa a produção de valores, significados e conhecimentos escolares. Outro de manutenção das relações de poder pela burocracia executiva do Estado, pela ordem capitalista e pela lógica da racionalidade técnica. Resultante de diferentes textos e contextos, forma-se o sujeito coletivo nas contradições das próprias limitações, de onde emergem os intelectuais orgânicos que empreendem o projeto contra-hegemônico cujas bases fazem frente, durante algum tempo, ao projeto já consolidado pelo sistema do governo federal. Há revezamento de frentes políticas que, nas disputas, encabeçam projetos de educação tanto pelo lado do governo quanto pelo lado da Prelazia, dando uma feição particular à política partidária nos contextos daquele território. O nosso estudo foi pensado em um movimento do local para o global e através de diferentes arenas de ação. Destaca-se, então, a ação do intelectual orgânico como força política e social da região cuja resistência está nas contradições e permanências dos dois blocos, revezando-se nos governos das prefeituras locais, responsáveis pelos acontecimentos sociais e políticos que permeiam as relações até o tempo presente.

**Palavras-chave:** Educação. Conflitos. Intelectual orgânico. Evangelização. Resistência.

## ABSTRACT

This thesis, inserted in the area of Education, is linked to the Research: Education, Work and Social Movements, of the Postgraduate Program in Education, School of Education, Federal University of Goiás. It is a study of specific historical realities, in the religious territory called the Prelature of São Félix do Araguaia-MT, beginning in the 1970s. The problem that arises as a focus of the research is: in what way did the formative processes contribute to the spread of the Gospel and what was the role of the Church in the political and educational formation that has developed there since then? The delimitation of the subject is the analysis of the elements that facilitated the appearance of intellectuals who worked in the construction of a counter-hegemony, becoming social protagonists, implicated in the conflicts over land rights between squatters, Indians, peasants, and the small as well as large landowners. The objective is to understand the educational and formative processes experienced by the communities of the Prelature and the role of the political-collective subject in the formation of the organic intellectual; how he was formed and was constituted in the space of formation in which the construction and reconstruction of the counter-hegemonic project took place. The emphasis is on the resources for building and reconstructing identities and powers; which leads us to the study of memories and identities to understand the formation of an intellectual from the place where one builds and moves. In the investigation of the subjects we seek theoretical contributions on memory with Thompson, Halbwachs and Aróstegui for the relevance of the reports in the revisiting of time and events, and for the importance of collective memory in the constitution of history. To categorize the autobiographical accounts, we work with Bolívar, Domingo y Fernández and Bourdieu, observing their subjective dimension. The reflection on school education is supported by Freire and the study of the organic intellectual is based on Gramsci. The reports evoke metaphors and images fundamental in the interpretation of the facts, which we have studied with Bakhtin, to understand the exhortative religious discourse and the imagistic constructions, close to the literary language. The result of the analysis indicates that the political-social process developed there was marked by the condition of the place and the identity of the protagonists. The squatters, the southern settlers, the Catholic Church, the landowners and the state are identified as protagonists. Education, evangelization and resistance are categories of analysis of the object of study. Two movements stand out: one marked by the construction of power relations that are closer to the interests and needs of unfavorably positioned social groups, which enhances the production of values, meanings and formal learning and knowledge. Another one of maintenance of the relations of power by the executive bureaucracy of the State, by the capitalist order and by the logic of technical rationality. Resulting from different texts and contexts, the collective subject is formed in the contradictions of one's own limitations, from which emerge the organic intellectuals who undertake the counter-hegemonic project emerge whose bases, for a period, confront the project already consolidated by the system of the federal government. There are changes of political fronts that, in the disputes, lead education projects both on the side of the government and on the side of the Prelature, giving a particular focus to party politics in the contexts of that territory. Our study was thought of moving from local to global and through different arenas of action. The emphasis then, is on the action of the organic intellectual as a political and social force of the region, whose resistance lies in the contradictions and continuance of the two blocs, alternating the local governments, responsible for the social and political events that permeate the relations until the present time.

**Keywords:** Education. Conflicts. Organic Intellectual. Evangelization. Resistance.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACISO	Ação Cívico-Social
AGROPASA	Agropastoril Santo Antônio Ltda.
ANSA	Associação Nossa Senhora da Anunciação
APE	Associação de Pais e Estudantes
ARRAIA	Arte Regional do Araguaia
AEUDF	Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal.
BCN	Banco de Crédito Nacional
CCPA	Centro de Cultura Popular de Conceição do Araguaia, no Pará
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEFAPRO	Centro de Formação e Atualização dos Professores
CENFI	Centro de Formação Integral
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
COETRAEs	Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo
CONATRAE	Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAB	Força Aérea Brasileira
FRENOVA	Frente Agropecuária Nova Amazônia
Funai	Fundação Nacional do Índio
GEA	Ginásio Estadual do Araguaia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISER	Instituto de Estudos de Religião
MEB	Movimento de Educação de Base
Mobral	Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEP	Núcleo de Educação Permanente
ONG	Organização não Governamental

PDS	Partido Democrático Social
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Sudeco	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste
TAM	Táxi Aéreo Marília
TEAR	Teatro do Araguaia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso
UNESF	União Estudantil de São Félix
UNICAMP	Universidade de Campinas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Programa Pastora da Prelazia.....	20
Figura 2 – Campanhas missionárias .....	20
Figura 3 – Pontos frágeis no trabalho da Prelazia .....	27
Figura 4 – Configuração inicial da Prelazia .....	51
Figura 5 – Nomeação de Pedro Casaldáliga como Administrador Apostólico .....	52
Figura 6 – Configuração dos habitantes no início .....	53
Figura 7 – Prefeitos eleitos pela Prelazia .....	55
Figura 8 – Parque indígena do Araguaia .....	56
Figura 9 – Disputas por terras.....	57
Figura 10 – Casas queimadas na Ilha do Bananal .....	58
Figura 11 – A chegada do Inca.....	59
Figura 12 – Violência contra trabalhadores rurais.....	60
Figura 13 – Condição de trabalho de peões das grandes fazendas .....	67
Figura 14 – Ainda trabalho escravo na década de 1980 .....	68
Figura 15 – Direitos da nova Constituição .....	69
Figura 16 – As desapropriações não foram pacíficas .....	70
Figura 17 – Questões trabalhistas persistem.....	71
Figura 18 – O sonho de um grande presidente na Ilha do Bananal .....	78
Figura 19 – Representação teatral - inauguração da Igreja de São Félix .....	86
Figura 20 – O que a religião representava e o que representa a partir do Programa Pastoral ..	87
Figura 21 – Vinte anos de lutas .....	89
Figura 22 – Ariosto Riva, gerente ou dono da Suiá-Missu?.....	99
Figura 23 – Denúncia de trabalho escravo .....	105
Figura 24 – Destruição do GEA, 1973 .....	108
Figura 25 – Agropasa, prisões e tortura em 1973.....	118
Figura 26 – Embargo ao processo: enganados pelo chinelo.....	130
Figura 27 – Educação no Araguaia.....	138
Figura 28 – Identidade religiosa de/da Prelazia nos anos 1980.....	142
Figura 29 – Sugestões de mudança .....	143
Figura 30 – Distribuição organizacional da Prelazia, na horizontal.....	145
Figura 31 – Distribuição organizacional da Prelazia, na vertical .....	146

Figura 32 – Primeiro apoio à educação .....	150
Figura 33 – Educação libertadora.....	152
Figura 34 – Inauguração do GEA.....	154
Figura 35 – Criação do GEA .....	155
Figura 36 – Informações sobre o Mobral .....	156
Figura 37 – Resultados do projeto Logos II .....	158
Figura 38 – Questões políticas na Prelazia.....	160
Figura 39 – Eleições: as treitas do governo e a resposta do povo .....	161
Figura 40 – O apocalipse do sertão - Serveriano.....	167
Figura 41 – História do “Garapa” de Porto Alegre do Norte .....	168
Figura 42 – Como recurso: o riso .....	169
Figura 43 – O informativo é produzido na Prelazia .....	171
Figura 44 – Araguaia Pão e Circo .....	173
Figura 45 – Projeto Araguaia Pão e Circo, objetivos .....	174
Figura 46 – Acompanhamento do Projeto Araguaia Pão e Circo.....	175
Figura 47 – Apoio da igreja ao GEA .....	179
Figura 48 – Santuário dos Mártires .....	181
Figura 49 – Visita do padre João Bosco à Prelazia, 1976 .....	182
Figura 50 – Visita do padre João Bosco a Cascalheira.....	182
Figura 51 – Visita do Padre João Bosco e Dom Pedro à prisão de Cascalheira.....	183
Figura 52 – Policial atira no Padre João Bosco.....	183
Figura 53 – Agonia do padre João Bosco.....	184
Figura 54 – Morte do padre João Bosco é noticiada .....	184
Figura 55 – Simbologia na morte .....	185
Figura 56 – “Carta da comunidade de Ribeirão Bonito, Cascalheira e redondezas aos cristãos” .....	186
Figura 57 – Primeira Romaria dos Mártires .....	187
Figura 58 – Orientações para a Romaria .....	188
Figura 59 – “Celebramos para não esquecer” .....	188
Figura 60 – Ponderações e sugestões de mudança .....	189
Figura 61 – Reportagem da revista Nova Escola sobre o Inajá.....	192
Figura 62 – Sobre habilitação de professores.....	193
Figura 63 – Presença da igreja antes da Prelazia.....	198

Figura 64 – A equipe pastoral.....	198
Figura 65 – Cobranças e definições de papéis.....	211
Figura 66 – Definições internas e externas.....	212
Figura 67 – Comunidade versus latifúndio Piraguassú .....	212
Figura 68 – O envolvimento político-partidário da Prelazia .....	216
Figura 69 – Os agentes pastorais chegam às prefeituras .....	217
Figura 70 – A vitória foi do povo .....	218
Figura 71 – Informações sobre as eleições de 1982 .....	219
Figura 72 – Levantamento para escrituração de posses .....	221
Figura 73 – Expedição ao centro do Brasil .....	241
Figura 74 – A última Bandeira Piratininga.....	242
Figura 75 – Evangelização e letramento.....	261
Figura 76 – Aprender a repartir e ser solidário.....	262
Figura 77 – A força do povo unido .....	263
Figura 78 – Apresentação e objetivo geral do Manual da Prelazia .....	265
Figura 79 – Após quarenta anos... ..	272
Figura 80 – O que a ANSA representa hoje na dinâmica da Prelazia .....	273

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>1 DESVELANDO O OBJETO DE ANÁLISE: UM MUNDO SE DESCORTINA.....</b>	<b>36</b>
1.1 A terra, o homem, a luta (conflitos) .....	45
1.2 A terra em conflito – o micro revela o macro: em quatro batalhas se conhece a guerra .....	91
<b>2 MEMÓRIA, IDENTIDADE E FORMAÇÃO .....</b>	<b>113</b>
2.1 História e memória na perspectiva da constituição dos sujeitos .....	113
2.2 O que é ser “Prelazia”? .....	132
2.3 Processos formativos – “na escola” e fora da escola .....	144
2.3.1 Estratégias pedagógicas .....	152
2.3.2 Estratégias pastorais .....	178
<b>3 EVANGELIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: ATUAÇÃO DOS INTELECTUAIS.....</b>	<b>196</b>
3.1 Os intelectuais e os processos de constituição dos sujeitos .....	226
3.2 Educação e política: dois elementos essenciais na construção do projeto contra-hegemônico que se concretizou nos anos 1980/1990.....	248
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>275</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>284</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>291</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>304</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho que segue, *Formação política e resistência: uma experiência contra-hegemônica na Prelazia de São Félix do Araguaia*, é um estudo na área de Educação, dentro da Linha de Pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, que trata de educação e política. O tema são os processos educativos e formativos envolvidos na evangelização e na resistência a conflitos vividos pelo povo da Prelazia<sup>1</sup> de São Félix do Araguaia.<sup>2</sup> O conceito de educação trabalhado é inspirado no pensamento de Freire (1981, p. 39), cuja interpretação afirma que “Ninguém educa ninguém, mas as pessoas também não aprendem sozinhas. Os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Isso implica um princípio fundamental: o de que o aluno, alfabetizado ou não, chega à escola levando uma cultura que não é melhor nem pior do que a do professor, com certeza diferente. Na troca de saberes, os dois lados aprenderão juntos

---

<sup>1</sup> Prelazia – Prelazia ou prelatura é um tipo de circunscrição eclesiástica erigida para atender a necessidades peculiares em um território ou de um grupo. As prelazias são ligadas diretamente ao Papa. Possuem seu próprio clero e seus próprios leigos. A prelazia territorial, na maior parte das vezes, é uma abadia, governada por um Abade, que exerce funções similares à do Bispo diocesano. Conventos e mosteiros podem ou não pertencer a Congregações que são prelazias; quando não o são, são subordinados ao bispo local. E há também as prelazias pessoais. Diferente de todas as demais estruturas institucionais que citamos aqui, estas não possuem limitação territorial. Seus membros, de qualquer parte do mundo, aderem a ela por escolha pessoal, e não por habitarem determinada localização. Exemplo: Opus Dei. Disponível em: <https://ocatequista.com.br/blog/item/14146-diocezes-arquidioceses-prelazier-entenda-as-varias-igrejas-que-formam-a-igreja-catolica>.

<sup>2</sup> Prelazia de São Félix do Araguaia: o *site* atual traz estas informações: Prelazia de São Félix do Araguaia – Breve histórico. A Prelazia de São Félix foi criada a 13 de maio de 1969, pela Bula “Quo Commodius” do Papa Paulo VI. Foi desmembrada da Prelazia de Cristalândia e das então Prelazias de Registro do Araguaia (hoje Diocese de São Luís dos Montes Belos – GO) e Prelazia Santíssima Conceição do Araguaia. Foi confiada pela Santa Sé aos cuidados da Congregação dos Missionários Filhos do Imaculado Coração de Maria.

### BISPOS

Administrador Apostólico: Pe. Pedro Casaldáliga Pla – CMF (1970 a 1971)

1º Bispo Prelado: Dom Pedro Casaldáliga Pla – CMF (1971 a 2004)

2º Bispo Prelado: Dom Leonardo Steiner (2005 a 2011)

3º Bispo Prelado: Dom Adriano Ciocca (2012...atual)

### OUTRAS INFORMAÇÕES

Paróquias: 12

Comunidades: 320

Sacerdotes: 17

Religiosas: 25

Diáconos Permanentes: 02

Situação Geográfica: Noroeste do Estado do Mato Grosso e Sudoeste do Estado de Tocantins.

Limites: Prelazia de Xingú – PA; Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia – PA, Prelazia de Cristalândia – TO, Diocese de Rubiata Mozarlândia – GO, Diocese de Barra do Garças – MT, Diocese de Primavera do Leste – MT.

Superfície: 99.893,2 km<sup>2</sup>, mais 55.000 Km quadrados da Ilha do Bananal, que pertence oficialmente à Prelazia.

População: 150 mil habitantes.

Municípios: Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingú, Santa Cruz do Xingú, Vila Rica, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia.

Disponível em: <http://www.cnbbo2.org.br/dioceese/prelazia-de-sao-felix-do-araguaia>.

e um com o outro; para isso é necessário que as relações sejam afetivas e democráticas, garantindo a todos a possibilidade de expressão.

O pensamento de Paulo Freire sobre educação dialoga com este trabalho justamente no sentido de troca de saberes. Os leigos, voluntários ou não, e os religiosos que se dirigiram para aquela região e atuaram como professores, levaram seus ensinamentos, mas ao mesmo tempo apreenderam no cotidiano como realizar as lides domésticas, plantar e colher o próprio alimento, e, juntos, alunos e professores, foram desenvolvendo formas de defesa e resistência aos conflitos pela posse da terra, que modificavam a rotina com o decorrer do tempo. A formação intelectual do sujeito é analisada em consonância com o pensamento de Gramsci (2001), utilizando o conceito do intelectual tanto no aspecto do intelectual orgânico quanto do tradicional.

A partir dos anos 1970, com a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia, e a equipe de agentes pastorais que para lá se dirigiu, começaram um trabalho articulador de processos educativos por meio da evangelização e da formação política orientada pelas decisões do Concílio Vaticano II. Evangelização aqui é uma categoria cujo conceito será tomado de Leonardo Boff, considerando o direcionamento das práticas religiosas e o caminho da pesquisa:

O centro da evangelização reside na "salvação em Jesus Cristo... que tem seu começo nesta vida e terá realização completa na eternidade" (EN 27). Esta evangelização "comporta uma mensagem explícita... sobre a vida em comum na sociedade, sobre a vida internacional, a paz, a justiça, e o desenvolvimento, uma mensagem sobremaneira vigorosa para os nossos dias, sobre a libertação" (EN 29). O Papa enfatiza fortemente que a libertação faz parte do conteúdo essencial da evangelização (EN 30, Puebla n. 351). Em seu sentido mais primário a libertação é libertação do pecado, da injustiça e da opressão e libertação para a graça da justiça e a fraternidade. (BOFF, 1994, p. 56) (EN: **Evangelii Nuntiandi: Paulo VI, Exortação apostólica, 8 de dezembro de 1975 – explicação nossa**).

A motivação científica que conduz as nossas buscas mostra-nos que a atuação da Igreja no campo da educação fortaleceu os processos de resistência ao grande latifúndio agropecuário no norte do Mato Grosso, que foi se constituindo muitas vezes sobre pequenas propriedades de posseiros, sobre vilarejos e sobre aldeias indígenas. A resistência à invasão do capital econômico aqui não é uma escolha, torna-se processo de sobrevivência. Havia um projeto hegemônico em curso e um outro projeto contra-hegemônico se estabeleceu no enfrentamento aos conflitos de posses de territórios. Durante a década de 1980 podemos dizer que houve uma ascensão desse projeto contra-hegemônico que dominou as forças políticas de algumas

prefeituras da região. Resistência neste contexto é estudada a partir de uma categoria tomada de Gramsci, no sentido de oposição de forças. Compreendemos que na luta cotidiana dos resistentes nos conflitos, muitas foram as derrotas. Mas a persistência, coragem, perseverança e união tornaram possível uma contra-hegemonia:

Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis, uma forma de religião e de excitante (mas ao modo dos narcóticos), tornada necessária e justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. (GRAMSCI, 1999, p. 106).

O estudo abrange a circunscrição e os habitantes que estão, de alguma forma, ligados à igreja católica e no domínio territorial religioso onde atua a Prelazia. Este espaço era e ainda é habitado por uma diversidade considerável de povos e culturas, assim como contém “sociedades” diversas que convivem. O percurso acompanha sujeitos que se formaram a partir de um projeto de evangelização empreendido pela igreja com a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia. Os recursos de instrumentalização que foram se desenvolvendo são artifícios de defesa e permanência do homem na terra, e as lutas da população pela conquista de direitos básicos. Descrevemos a configuração do mapa de Mato Grosso na região noroeste a partir da década de 1970, pela forma como se encontrava nesse tempo; discutimos o modo como reagiram, firmaram-se e permaneceram ali ou não, pequenos proprietários, posseiros, peões, indígenas e moradores dos vilarejos denominados Patrimônios, isto é, dos camponeses.

Esclarecemos que, quando mencionamos *povos*, estamos indicando comunidades de diferentes territórios que vieram para a região (paraenses, goianos, maranhenses e os nordestinos de modo geral, que normalmente não são tratados por divisão de estado, mas como se o Nordeste fosse um único estado de onde vêm) ou das nações indígenas (Karajá, Xavante, Tapirapé, principalmente); mas quando mencionamos *povo*<sup>3</sup> estamos nos referindo à multidão composta por esses povos, que está vinculada a esta igreja católica por sua opção de evangelização: acolher os pobres e desfavorecidos dos poderes econômicos.

---

<sup>3</sup> Quando se trata de povo, na fala dos entrevistados e de modo geral na Prelazia, quer dizer os que não eram latifúndio (isto é, os ricos) nem a igreja (isto é, os agentes pastorais, os líderes de comunidades, o bispo e outras pessoas diretamente envolvidas com a evangelização). Nesse caso os pobres, posseiros, peões. Povo também não eram os índios; estes eram os índios e ficavam separados nas aldeias.

A primeira hipótese desta tese vinculava-se à ideia de que a Educação Popular, preconizada por Paulo Freire, e a Teologia da Libertação cujas ideias começaram a ser difundidas a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965)<sup>4</sup> e reforçadas nas decisões de Medellín (1968), praticadas na igreja e em espaços escolares com o seu apoio, poderiam ser a parte mais consistente do trabalho da Prelazia. Era o que parecia evidente na fala de agentes pastorais de lá que conhecemos na década de 1990. E havia um recorte temporal para a pesquisa no projeto inicial: entre as décadas de 1970 e 1990. Mas ao aproximarmo-nos dos espaços de pesquisa, outros elementos enriqueceram o volume da investigação e mostraram que além do que já estava indicado, havia outras frentes de evangelização. Igrejas e escolas não eram os únicos lugares de aprendizagem. Havia postos de saúde, sindicatos, associações, pequenas cooperativas. E ainda deve ser considerado que, no decorrer do tempo, uma formação política foi se fortalecendo nos sindicatos e associações. Essa formação concretizava-se nas experiências cotidianas, nos embates em que se viam envolvidos os posseiros, peões e moradores dos Patrimônios contra pistoleiros e donos de latifúndios. E a ideia de linha temporal perdeu a consistência. O foco não estava no transcurso do tempo, mas nas interações formativas e no sujeito resultante dessa convivência e expedientes de enfrentamento para sobrevivência, isto é, o protagonista é a ação do sujeito histórico coletivo que se formou nesta realidade.

Um desses elementos-chave, por exemplo, era uma organização em rede, formada por religiosos e leigos, abrangendo grupos que se comunicavam entre si e, de tempos em tempos, realizavam assembleias gerais durante as quais trocavam informações, planejavam e decidiam os próximos passos e as próximas atividades em toda a região; tudo se resolvia e se construía nos grupos e nas assembleias. Na forma de democracia direta com votação para decidir as tomadas de posição. Mas sob a coordenação das equipes pastorais.

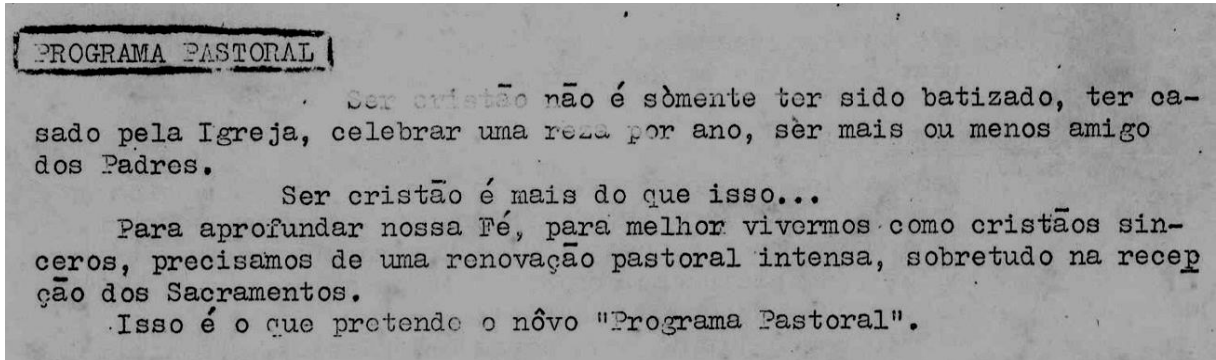
A centralidade das equipes pastorais como um articulador da educação na sua forma ampla, englobando a leitura e a escrita, as noções básicas de higiene e saúde, a formação de grupos, associações e, mais tarde, sindicatos expressa a decisão da Prelazia em viabilizar projetos educacionais que dariam suporte ao projeto político-pastoral da igreja católica na região. Organizadas em torno da identidade e da constituição de um sujeito coletivo de resistência, as narrativas de memórias/histórias construíram uma cultura de conscientização nos âmbitos das práticas educacional, religiosa e, conseqüentemente política. Pode-se constatar esta

---

<sup>4</sup> Concílio Vaticano II. Documentos disponíveis em:  
[http://www.clerus.org/pls/clerus/cn\\_clerus.h\\_centro?dicastero=2&tema=7&argomento=38&sottoargomento=32&lingua=4&classe=1&operazione=ges\\_formaz&vers=3&rif=65&rif1=65](http://www.clerus.org/pls/clerus/cn_clerus.h_centro?dicastero=2&tema=7&argomento=38&sottoargomento=32&lingua=4&classe=1&operazione=ges_formaz&vers=3&rif=65&rif1=65).

articulação pelo discurso do que seria o Programa Pastoral<sup>5</sup> (Figura 1), empreendido pela Prelazia assim que se constituiu, noticiada já no primeiro número do jornal Alvorada:<sup>6</sup>

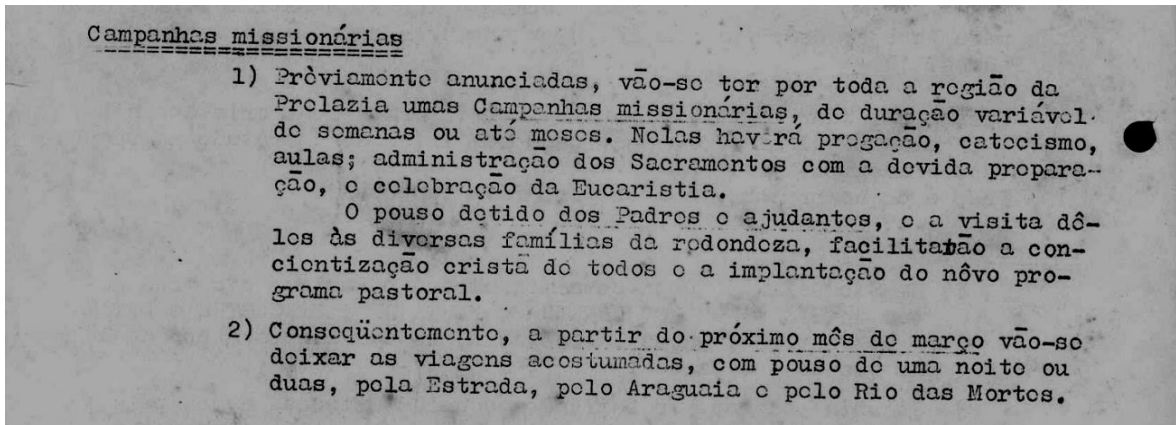
Figura 1 – Programa Pastora da Prelazia



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada nº 1, 1970, p. 1. Doc.: A16.0.01 P1.2.

Além de orientar para a forma como aconteceria o ministério dos Sacramentos: Batismo, Primeira comunhão e Matrimônio, a notícia descreve a forma de atuação das Campanhas Missionárias (Figura 2), mostrando que as estratégias de evangelização desde o início estiveram estruturadas num processo didático bem direcionado:

Figura 2 – Campanhas missionárias



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada nº 1, 1970, p.2 doc. A16.0.01 P2.2.

<sup>5</sup> Programa desenvolvido pelos agentes de pastoral nas comunidades da Prelazia, como informa o Alvorada: "Ser cristão não é somente ter sido batizado, ter casado pela Igreja, celebrar uma reza por ano, ser mais ou menos amigo dos padres. Ser cristão é mais do que isso. Para aprofundar nossa fé, para melhor vivermos como cristãos sinceros, precisamos de uma renovação pastoral intensa, sobretudo na recepção dos Sacramentos. Isso é o que pretende o novo Programa Pastoral." (ALVORADA, 1970, nº 1, p. 1.)

<sup>6</sup> Informativo criado pela Igreja de São Félix do Araguaia em março de 1970 e ainda em circulação. A partir de 2015 circula também em modo digital e pode ser adquirido por meio do endereço: alvoradasaofelix@gmail.com.

As campanhas missionárias enfrentaram as contradições e os limites dos sujeitos individuais ou coletivos, especialmente no início, cuja grande dificuldade eram os missionários fazerem-se compreender por um grande número de adultos que não sabiam ler e escrever. São componentes essenciais do cenário político-social nas comunidades da Prelazia de São Félix do Araguaia, por isso serão assuntos abordados aqui.

A Igreja é uma instituição social. E como instituição social também tem as suas incongruências, que podem ser percebidas no ambiente interno da prática pastoral. Durante o percurso percebemos que não há homogeneidade no trabalho como um todo. Mas há um processo latente em que a evangelização é o suporte do projeto de autodefesa que se instaurou entre a Prelazia e o latifúndio nos anos 1970 e foi dando o perfil político da região a partir dos anos 1980.

Em muitas pesquisas e trabalhos envolvendo temas desta área geográfica do Mato Grosso (teses, dissertações, projetos, documentos oficiais, compêndios e livros), seja sobre a educação, sobre a política ou sobre a religião, pontos relevantes em que os pesquisadores se firmam é alguma experiência religiosa ou o conhecimento das narrativas sobre a história do lugar. A evangelização num sentido profundo suscita curiosidades pelo relato de experiência ou estudos de memória. A figura de Dom Pedro Casaldáliga, bispo dirigente desde o início da Prelazia no ano de 1970, até o ano de 2004 e os registros do seu trabalho como “comandante” das questões eclesiais e outras mais, despertam curiosidades.

A nossa história de pesquisa também foi movida por uma curiosidade em nos aproximar do que ouvíamos em relatos pelo Informativo Alvorada, que circula desde a década de 1970. O Informativo Alvorada, segundo Escalope (09/09/2017), “[...], é considerado o mais antigo jornal alternativo do Brasil” ainda em circulação.<sup>7</sup> É um documento de grande valor para a pesquisa, porque era, possivelmente, o único canal possível, naqueles tempos e naqueles lugares, para registro das ideias da Prelazia e divulgação de notícias do seu trabalho. Devemos observar também o grau de dificuldade que se enfrentava na sua produção devido ao período de repressão em que o Brasil se encontrava. Pode-se afirmar que esse instrumento foi um dos primeiros recursos de divulgação do projeto de evangelização desenvolvido nas experiências vividas pelos agentes que, em dado momento da sua história, encontravam-se ali em um trabalho dificultado pelas circunstâncias.

---

<sup>7</sup> O Pasquim de 1969, considerado o mais antigo Informativo neste modelo, não circula mais, teve as atividades encerradas em 1991. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/artes,os-40-anos-do-mais-subversivo-dos-tabloides,383126>.

Recebíamos o informativo regularmente pelas Irmãs de São José de Rochester, quando nos visitavam, vindas da Prelazia. Também aguçava a curiosidade os próprios relatos das dificuldades que elas viviam nos lugares onde exerciam a sua vocação. O trabalho que faziam, diretamente com Dom Pedro Casaldáliga, revestia-se, para nós, em suas falas, de um romantismo heroico, revelado não tanto pelo que contavam, mas pela forma como recebíamos as histórias. Era um tempo de repressões. Vivemos os tempos da ditadura na nossa juventude e tudo que indicasse resistência tinha um aspecto muito corajoso, subversivo e até um pouco mágico.

Parecia-nos que todos que habitavam o local viviam prontos para encarar a morte. Depois, quando aconteceram os votos perpétuos da religiosa irmã Joana Mendes, nossa irmã consanguínea, em 1991, conhecemos o bispo. Era de uma impressionante simplicidade. Na celebração dos votos, a voz forte, grave, mas não alta, falava de coisas muito sérias, como o papel do cristão e as escolhas que um religioso/uma religiosa precisa fazer quando resolve seguir o caminho de evangelizar, com serenidade, levando-nos a crer que o caminho não era tão árduo e perigoso quanto era/é realmente. E conhecemos o Santuário dos Mártires. Um local construído para guardar imagens, símbolos, instrumentos, objetos que pertenceram a pessoas mortas em lutas pela liberdade e pelos direitos humanos; e fotografias tanto dos mártires locais como nacionais e internacionais. Fica na cidade de Ribeirão Cascalheira, na circunscrição da Prelazia.

A memória desse universo, os acontecimentos, a relação com a igreja, as leituras de obras sobre socialismo, sobre um cristianismo de libertação que escolhe o lado do pobre e do oprimido tiveram influência para a nossa decisão. Tudo misturado na realidade da cidade pequena onde vivíamos, também cheia de problemas “com os políticos”, latifundiários, juntando-se às leituras de literatura, sedimentaram em nós o desejo de um dia falar sobre a Prelazia de São Félix do Araguaia. Na elaboração do Projeto de Doutorado, vislumbramos a possibilidade.

Ao pensar na forma de compor uma análise do lugar, pareceu-nos pertinente o primeiro olhar ter a chamada metafórica que Euclides da Cunha (influência literária) empregava quando escreveu *Os Sertões*. A nossa visão de leitora de literatura desenhava o bispo como a figura de Antônio Conselheiro. Mas quando nos envolvemos na pesquisa sobre a sua “figura” e o seu trabalho, a semelhança mostrou-nos que apesar de a religião ser um elemento comum entre os dois, a sua busca é de um Cristianismo de luta, com a formação humana pautada na luta pela liberdade e pela justiça em ação comunitária; não procura seguidores nem promete o paraíso,

além disso o momento da história é diferente. Entretanto a ideia de falar da terra, do homem e da luta na mesma sequência ainda nos parece adequada.

A oportunidade de discutir esses assuntos da nossa curiosidade concretizou-se quando pensamos a linha e o campo de pesquisa. Foi a chance de nos aproximarmos do agradável, e juntá-lo ao útil na exploração de um tema interessante e que poderia contribuir com o conhecimento de formas de ensinar e modos de construir história de resistência. A aproximação com a estrutura da escrita de Euclides da Cunha mostra convergências entre “os sertões”. Seja o de Cunha, seja o de Rosa, seja o de Sebastião Arantes, o de Casaldáliga, de Bernardo Élis ou o de Manoel de Barros, existem possibilidades nos intercambiamentos entre literatura e história, uma vez que os dois conhecimentos são *construtos linguísticos* (VEYNE, 1998) do ser humano. A possibilidade de aproximação é facilitada nesses casos porque, exceto Cunha, falamos de escritores que são desses territórios e têm obras que retratam a mesma situação do sertanejo, nascido, criado e feito nos cerrados da Região Centro-Oeste. E a cronotopia favorece.

Na obra *Os sertões*, Cunha traz um modo interessante de apresentar a narrativa, transformando um tema mais austero em escrita romanceada com certa leveza em territórios áridos. E a sua estrutura peculiar de titular as três partes em que se divide a obra como: **A terra**, **O homem** e **A luta** indica-nos uma forma de orientar o roteiro de viagem ao abordar aquela terra, o homem que vive ali e as lutas/conflitos que o povo enfrentou e ainda enfrenta na defesa dos direitos; especialmente o direito à vida e ao espaço para se viver. Por isso apresentamos o objeto de pesquisa, descrevendo-o nesses três movimentos: a terra, o homem e a *luta*, que na pesquisa terá o significado relacionado a conflito. Buscamos as fontes nos arquivos documentais e obras que já existem sobre a história da Prelazia. E assim, conhecendo o espaço, o tempo, pessoas que habitam este espaço-tempo, conseguimos elementos para compreender o problema de pesquisa neste trabalho que é a análise dos processos educativos e da evangelização empreendidos naqueles domínios. A intenção é perceber como se configuram, nesta realidade, os processos de resistência. Não há, no corpo do texto, intercâmbios de sentidos que se relacionam e nem recebem interferência da obra *Os Sertões*. Mas apenas o empréstimo de uma forma didática de conduzir o leitor ao conhecimento dos espaços pesquisados.

Pelas escolhas e após conhecermos o centro comunitário da cidade de São Félix do Araguaia, onde estão arquivados os documentos e trabalhos afins, e a sua história, mergulhamos no estudo desses arquivos. O que foi conduzindo a pesquisa para uma observação mais específica de elementos que nos trouxeram a compreensão do que compôs a formação escolar do povo da região, especialmente nas últimas três décadas do século XX, ainda que o foco não

fosse mais a datação. Esse tempo parece ter sido o tempo da organização e solidificação do aprender/ensinar/conscientizar.

A partir dos anos dois mil (século XXI), a globalização invadiu e, de certa forma, unificou as relações, transformando o mundo, os continentes, os países numa massa de saberes generalizada e muitas vezes superficial, evidenciando contradições e modificando os modos de condução das instituições educacionais. E a região da Prelazia dos anos 2000 também, como os outros lugares, é atravessada por esse progresso e por essas modernizações, em uma nova configuração.

Percebemos que a atuação dos sujeitos não é uma ação que se interrompe ou se aciona dependendo da vontade de quem pesquisa. Há um desenvolvimento contínuo e uma dinâmica permanente que não depende de tempo. Há um processo maior, que foi estabelecido desde o início e se fortaleceu como projeto de vida para agentes que viveram/vivem essa experiência desde a juventude e permanecem até os dias atuais no trabalho cotidiano de agentes sociais. Não estamos falando apenas dos agentes pastorais, mas das pessoas em geral, que se ocupam de, pelo menos, conhecer as decisões da comunidade e, de alguma forma, participar.

Assim, compreendemos que para acompanhar o percurso do sujeito coletivo, é importante percorrer o caminho do sujeito individual. Por meio das conversas informais e entrevistas orientadas, e utilizando a metodologia do cruzamento de narrativas, proposta por Domingo y Fernández (2001), mostramos como as narrativas individuais se completam e possibilitam a formação de uma memória coletiva.

Os recursos metodológicos para a investigação são a pesquisa documental, a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas. Em julho de 2016, após a Romaria dos Mártires, vários participantes que estiveram e/ou estão na região organizaram uma roda de conversa, *Educação do Araguaia na roda, 2016*, em que estivemos presentes. Rememoraram o trabalho com a educação desde o início da Prelazia, avaliaram as repercussões e projetaram ações para a continuidade de um trabalho que fortaleça a abordagem da educação libertadora. A partir daí, envolvemo-nos mais com o acervo do Arquivo bibliográfico-documental,<sup>8</sup> que, segundo a

---

<sup>8</sup> Quantitativamente falando, o Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia ocupa aproximadamente 30 m/l (metros lineares). Porém, o seu conteúdo supera amplamente aquilo que se considera estritamente como um “arquivo”: A sua composição se encaixa dentro dos três tipos de patrimônio documental diferenciados jurídica e tecnicamente: biblioteca, centro de documentação e arquivo. São aproximadamente 280 mil documentos, divididos em grandes setores. Há desde informes paroquiais a documentos de relevância histórica. Documentos que contam a áspera luta pela terra no Brasil, falam da repressão militar e de governos, revelam a marcação cerrada do Vaticano sobre um religioso que veio em missão evangelizadora para o Brasil e enveredou pela Teologia da Libertação. Há mais de 50 mil cartas, entre as enviadas a Pedro e as respondidas por ele. Cartas de gente simples e de poderosos. Cartas públicas e de teor sigiloso à época. E tem imagens, fitas, objetos, incluindo prêmios e títulos que o bispo acumulou e agora repassa ao arquivo. Na base que fizeram os Arquivos sem

arquivista Zilda Martins de Souza, foi organizado em 2006 pelos Arquivistas sem Fronteiras do Brasil.<sup>9</sup>

No Alvorada, em arquivo virtual no acervo, encontramos registros de momentos fundamentais do modo como foi sendo organizada a educação formal nos municípios e a sequência temporal em que o território atendido pelos *agentes pastorais*,<sup>10</sup> missionários, voluntários e outros envolvidos foi se ampliando até ter a configuração que tem hoje, 2018. Dentre as frentes mais importantes da evangelização, desde as primeiras campanhas missionárias encontra-se saúde e educação.

A ideia inicial era pesquisar o trajeto dos processos educativos e a ação dos agentes pastorais, assim como o trabalho dos leigos da região nas três últimas décadas do século XX; entretanto o decorrer do trabalho encaminhou a investigação para a atuação dos leigos nascidos na região e formados a partir dos recursos educacionais ali desenvolvidos. Por isso o recorte temporal se ampliou e/ou perdeu seu valor. Passou a ter maior importância não as causas da formação, mas as consequências. Tornou-se mais importante saber de que forma a evangelização – envolvendo todos os processos educativos de que se lançou mão – influenciou/influencia o trabalho de representantes da comunidade, instrumentalizando-os, possibilitando se tornarem líderes nos vários setores em que atuaram/atuam.

Entre 2016 e 2017 realizamos entrevistas com pessoas de vários locais das comunidades da Prelazia de São Félix do Araguaia, com pessoas que vieram para trabalhar e as que são da terra e continuam lá. Conversamos com participantes e não participantes da igreja católica; alguns mais velhos que viveram muitas das experiências que estão retratadas em documentos, trabalhos e relatos do século passado; outros, jovens, filhos da região e/ou gente que chegou há pouco e se integrou na vida do lugar, participantes ou não da igreja. Não estabelecemos um número pré-determinado para as entrevistas. Também não escolhemos um perfil a ser investigado. Estabelecemos o objetivo da tese: investigar os processos formativos, a evangelização e a formação política do povo da Prelazia, forças que potencializaram o poder

---

Fronteiras 10 anos atrás, e atualizado em função das coisas mais recentes, foi um levantamento que fizeram os arquivistas sem fronteiras antes da digitalização em 2006 (Zilda, 24/07/2018).

<sup>9</sup> Arquivistas sem fronteiras: Organização não governamental (ONG) que zela pelo cumprimento de ações governamentais e pela aplicação de políticas estatais para a conservação e preservação do patrimônio documental brasileiro. Disponível em: <http://asfbrasil.blogspot.com/>.

<sup>10</sup> As expressões agente pastoral ou agente de pastoral nesta pesquisa se equivalem. Nos documentos são usadas as duas formas e conforme a arquivista da Prelazia são formas de se nomear os agentes que trabalham com as Pastorais. O uso ou não da preposição muitas vezes depende de quem está abordando o assunto. Ação Pastoral Católica ou simplesmente pastoral é a ação da Igreja Católica no mundo ou o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão, que consiste primariamente em continuar a ação de Jesus Cristo. A palavra “pastoral” deriva de pastor, que era um elemento constante no mundo bíblico. Disponível em: <http://www.catequistasemformacao.com/2015/11/pastorais-grupos-e-movimentos-o-que-sao.html>.

de enfrentamento de conflitos e possibilitaram um projeto contra-hegemônico, concretizado pelo intelectual orgânico que enfrentou o avanço implacável do poder capitalista do latifúndio contra o pequeno agricultor. Entre os entrevistados conversamos com o atual bispo Dom Adriano Vasino (2018), agentes pastorais, pessoas ligadas a instituições educacionais ou não, líderes políticos, tendo em vista o papel que assumem nas comunidades; as escutas foram feitas na medida do encaminhamento dos temas, ou por indicação de alguns já entrevistados, pensando na complementação de algum assunto.

Ouvimos relatos de pessoas dizendo que antes era diferente, porque antes todos se uniam e hoje (2017) a igreja está dispersa. Dom Adriano Vasino afirma, sobre as mudanças, que a saída de Dom Pedro ocasionou a saída e a mudança de vários agentes pastorais que tinham chegado à terra a convite dele e agora resolveram se aposentar, voltar para os locais de origem, ou apenas se afastar dando lugar aos mais jovens.

Visitamos o museu histórico da cidade de São Félix do Araguaia onde encontramos registros escritos, retratos e pinturas sobre vários temas como o hotel construído por Juscelino Kubistchek na Ilha do Bananal, que foi derrubado quando a ilha retornou aos indígenas e atualmente existem só as ruínas e as aldeias. Ouvimos a versão de uma funcionária do museu sobre as pessoas calçadas de “prelazia” (são chinelos usados como uma marca de quem atuava na Prelazia no início) que impediram a marcha para o progresso.

E foram surgindo as narrativas sobre batalhas entre a igreja, o latifúndio e o governo por questões de posses de terra principalmente. Esta narrativa acompanhou-nos o tempo todo, em todas as memórias contadas. Vimos de perto alguns dos murais do padre Cerezo Barredo. São peças artísticas impressionantes que retratam passagens bíblicas sobre Cristo, cujos apóstolos e seguidores têm sempre o semblante dos mártires da terra. Continuamos no acervo documental e próximos ao povo. Conversamos com muitas pessoas, entre elas quem atuou na educação, na política e nos movimentos sociais.

Cada vez mais a categoria educação foi se constituindo como elemento importante para a construção de uma história/memória das narrativas acerca das experiências de vida, de religiosidade, de trabalho e de fixação de posseiros, pequenos proprietários e peões à terra, e acerca do direito de permanência dos indígenas. Não apenas a educação bancária de escola. Mas a educação no sentido amplo, defendida por Paulo Freire, realizada em todos os momentos e em todos os ambientes.

Ouvimos sobre a mudança no cenário social da Prelazia, a partir dos anos 1990, que deslocou o sentido da ação política de interferência da igreja na esfera pública para uma esfera

menos abrangente. Com o aumento de imigrantes do Sul alguns costumes e rotinas foram afetados. Havia especificidades entre as práticas religiosas e costumes dos que chegavam que eram diferentes das que aconteciam na Prelazia. Por questões culturais até. Em algumas cidades a igreja começou a assumir novos modos de celebração, dependendo do religioso que se encontrava à frente dos trabalhos. Não houve um sincronismo imediato. Um documento encontrado no arquivo, *Levantamento Pastoral*, elaborado pelo Instituto de Estudos Religiosos (ISER, 1990), trouxe um balanço da atuação da igreja até o ano de 1990 e um alerta sobre algumas posturas dos seus dirigentes. O que nos ajudou sobremaneira a compreender algumas realidades. O relatório coloca pontos frágeis no trabalho de evangelização até aquele momento, como mostra a Figura 3:

Figura 3 – Pontos frágeis no trabalho da Prelazia

O modelo de raciocínio predominante, incorporado na prática do dia a dia, delimita permanentemente os espaços entre os "da Prelazia" e os "de fora". As comunidades parecem assumir o papel de bastiões de uma certa moralidade, legitimada e reforçada pelo peso social da instituição que representam. Neste sentido, ficam dificultadas visões mais matizadas, aproximações e alianças possíveis. A perspectiva pastoral se restringe.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Doc. A44.0.01 P019.178.

O documento mostrou-nos que a postura de sujeitos envolvidos diretamente com os trabalhos da igreja, pela participação contínua nas formações, assembleias e votação nas propostas apresentadas para viabilização do trabalho pastoral foi se modificando de forma que quem representava liderança ou tinha uma incumbência com as coisas da igreja aos poucos começou a se comportar como "escolhido". Conseqüentemente passou a cobrar dos fiéis algumas posturas que pensava condizentes com o que representava ser "prelazia".

Embora se registre um número elevado de participantes nos projetos educativos Inajá e Parceladas e ao projeto cultural *Araguaia Pão e Circo*, embora se constate a presença efetiva das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), segundo alguns entrevistados, passou a existir uma divisão

entre quem é participante e quem é apenas espectador. Principalmente nas comunidades urbanas. Afirmam que no início da Prelazia o número de habitantes era bem menor e o povo era todo comprometido.

Levamos em conta que no “início” a proporção de analfabetos e pequenos posseiros era maior; a forma de governo e a política de desenvolvimento no Brasil eram diferentes e, na situação em que se encontravam, para os índios, posseiros e peões a igreja era como refúgio. Mas o tempo, a redemocratização política no Brasil, o desenvolvimento e diversificação populacional da região, e a urbanização trouxeram as transformações.

Observamos que a caminhada na qual os sujeitos políticos foram se formando baseou-se na elaboração de uma estética formativa com fundo missionário, isto é, nessa evangelização organizada por um processo que envolveu todos os setores da vida das comunidades. Abrangia a educação formal, programas de saúde, a convivência dos agentes pastorais com o povo incluindo morar nas mesmas condições que os posseiros e os peões, e com os índios sem interferir na sua cultura.

Compreendemos que a formação busca a compatibilidade com a libertação dos sujeitos, que se configura na evangelização conduzida pelos agentes pastorais e “enfrentantes”,<sup>11</sup> nos cantos litúrgicos, na produção da cultura popular, nos murais pintados no interior das igrejas, nas romarias, missas, orações, na constituição de associações, no apoio aos sindicatos, e também na visibilidade dos projetos educativos dentro e fora da Prelazia. Esse material descrito possibilitou-nos analisar as estratégias educativas, produzidas não apenas nas situações formais de educação, mas em outros ambientes e perceber que elas se apresentavam como ruptura em termos políticos; isso fortaleceu a reflexão de que foi um processo que abriu caminhos para essas pessoas se tornarem intelectuais capazes de atuação efetiva nos papéis sociopolíticos das suas comunidades. Consequentemente a reflexão levou-nos a considerar esse processo formativo educativo como um propulsor na constituição de intelectuais do tipo orgânicos descritos por Gramsci (2001). Essa passou a ser questão central da nossa investigação.

Então ampliamos o objetivo com a análise das fontes que registram o processo de construção de uma história/memória da Prelazia, desde a chegada dos religiosos Claretianos à região, e as estratégias de educação e de evangelização iniciada na década de 1970, quando a igreja passou a ter uma representação político-social maior, tornando-se Prelazia. Pelas

---

<sup>11</sup> Enfrentantes: São os líderes da ação pastoral de base em cada comunidade. “Os enfrentantes animam as comunidades, assumem tarefas litúrgicas e catequéticas, tornam a igreja presente nas lutas e campanhas do povo, e são os principais agentes de EVANGELIZAÇÃO na base” (ISER, 1990, p. 19).

narrativas dos entrevistados fomos demarcando a representação de poder da igreja frente ao latifúndio, ao governo da ditadura militar e à formação intelectual dos sujeitos.

Assim, outros aspectos vieram para a discussão, como por exemplo, o processo de evangelização sendo um fortalecedor da resistência; mas em contrapartida questionamos se o povo não estaria passando de um domínio a outro domínio. Consideremos: ainda que durante as análises tenha ficado claro que os agentes pastorais trabalhavam e viviam nas comunidades as mesmas experiências e a mesma forma de vida que os moradores das comunidades, não é possível serem colocados no mesmo nível que as outras pessoas porque havia a barreira do conhecimento sistematizado, que sempre separa os que detém um saber dos seus aprendizes.

Mesmo que a forma de compartilhar os conhecimentos leve em conta as relações cotidianas e o vocabulário empregado no dia a dia, seguindo o pensamento de Paulo Freire; mesmo que seja valorizada a cultura e a visão de mundo dos envolvidos no processo de aprender, haverá uma linha divisória. A pedagogia libertadora de Freire constitui-se em um dos instrumentos fundamentais à conscientização, e, portanto, na constituição dos movimentos sociais, pois mostra que não é em si a condição de exclusão, de opressão que leva mulheres e homens a se engajarem na luta social, mas sim, a compreensão da razão de ser de sua condição de oprimidos. Entretanto as relações de poder entre as pessoas têm formas muito subjetivas de se manifestar. Muitas vezes torna-se impossível captar suas nuances pelos comportamentos.

Como comprovamos pela análise de documentos do arquivo, o material produzido para a alfabetização no processo da educação popular foi orientado pela obra de Paulo Freire; mas isso não garante que a figura do alfabetizador, diga-se, dos agentes pastorais, não tenha se cristalizado numa imagem de mentor para todos os assuntos. E assim, um condutor de mentes. A busca pela formação de um homem livre é um processo. Uma vez que a educação se realiza na convivência e nas limitações, isso também faz parte. A desalienação é caminho da humanização de que o autor fala:

Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1981, p. 19).

Paulo Freire orienta para a afirmação dos homens como pessoas, como seres em si. A educação pode fazê-lo na troca de experiências com o educando, para que ele se sinta detentor de um saber, construído na sua prática social onde produz cultura e transforma o mundo, transformando-se. Pelas entrevistas como também pelos documentos do arquivo, compreendemos que houve um esforço efetivo nesse sentido. Mas será que foi suficiente para que os envolvidos no processo de alfabetizar e ser alfabetizado, conscientizar e conscientizar-se pudessem se fortalecer e fortalecer seus direitos e garantias sociais? A convivência com os intelectuais tornou essas pessoas dispostas a lutar, ou mesmo motivarem-se à luta? Ou foram conduzidas como massa de manobra a um processo que se estabeleceu e se concretizou à medida que a Prelazia se colocava contra o Estado e o latifúndio? Como perceber se não estavam acomodados à situação e conformados com a vida que levavam? Questionamentos que procuramos responder ao longo do texto; de modo satisfatório ou não.

Procuramos compreender a visão que tinham do contexto nas entrevistas e nos relatos de vida. No arquivo da Prelazia, além de livros, na sua forma física, estão catalogados, em arquivos virtuais, até o ano de 2015, oitenta e dois (82)<sup>12</sup> trabalhos acadêmicos em forma de monografias, dissertações, teses.

Entre eles, as obras citadas abaixo contribuem para a análise que fazemos sobre a história do espaço, as lutas e os conflitos do povo: a tese de Vieira (2001) explica, por exemplo, um dos motivadores da grande migração de nordestinos para as margens do Araguaia, a importância dos movimentos sócio religiosos no apoio à construção de movimentos de resistência; as dissertações de Paula (2001) e de Gentil (2002) e a tese de Gentil (2005) mostraram um pouco do trabalho de agentes pastorais e professores que chegaram à região e investiram na educação com apoio da Prelazia; as dissertações de Almeida (2004), e de Valério (2007) indicam aspectos da organização dos movimentos de resistência e o compromisso da igreja com a defesa da justiça e dos direitos humanos, além de trabalhar com o imaginário e com a fé; a dissertação de Santos (2014), além das questões de organização e resistência, mostra como a educação praticada pelo Ginásio Estadual do Araguaia (GEA) teve papel representativo na formação de sujeitos atuantes nas comunidades da região.

Há obras que transitam entre ficção, jornalismo e relatos biográficos como Milhomem (1985), Escribano (2000), Gunther (2005) e Guimarães (2013), que contam um pouco do que era a região antes de se tornar Prelazia e como foi se constituindo a partir do trabalho efetivo

---

<sup>12</sup> Trabalhos desta ordem sobre a Prelazia de São Félix do Araguaia não se resumem a este número. Muitos outros foram encontrados e conhecidos em sítios virtuais; existe uma grande variedade, no Brasil e em outros países, mas o recorte da tese nos levou à seleção dos mencionados acima, entre os arquivados no acervo documental.

da igreja católica, da atuação de Dom Pedro Casaldáliga e dos conflitos que ainda acontecem pelo direito à terra; foram tratadas aqui como fontes de memória histórica que é “[...] o esforço consciente de grupos humanos para encontrar seu passado, seja real ou imaginado, valorizá-lo e tratá-lo com especial respeito.” (NORA, 1993, p. 28). São fontes de pesquisa importantes pelo valor que representam nos registros não apenas de costumes e modos de vida do povo, mas também de fatos históricos que emanam das comunidades.

As discussões trouxeram informações sobre os motivos da migração nordestina, a ocupação das margens do Araguaia, a fundação de vilarejos na sua extensão, a posse da terra e as negociações com os índios pelo direito de permanência; também sobre a busca de proteção junto a missionários, padres e outros representantes religiosos que chegavam para evangelizar. E ainda possibilitaram formas de compreender a criação de pontos de resistência como associações e sindicatos. O caminho foi se definindo na procura de aspectos das biografias de alguns sujeitos selecionados para a pesquisa, a partir das entrevistas. O objetivo de se escolher alguns entrevistados no grupo maior seria compreender as motivações que os levaram à luta e permanência em suas comunidades.

Levamos em conta nesta escolha pontos de convergência que pudessem estabelecer um diálogo entre os sujeitos e o papel que representam na sociedade, pelo compromisso que assumiram/assumem a partir das suas convicções políticas e sociais. Assim, foram eleitos critérios que possibilitassem melhor discussão do objeto: terem nascido na região ou vindo para a Prelazia ainda crianças; que em algum momento da vida, pelo menos, houvessem recebido formação ali; que ainda estejam atuando em suas comunidades (mesmo que tenham saído por algum tempo); que a sua participação na comunidade tenha relevância político-social. O ponto de partida foram esses critérios. Chegamos ao número de cinco sujeitos que traduziam melhor os requisitos. Passamos então a acompanhar os sujeitos selecionados, buscando, nos relatos, compreender como foi/é a sua experiência de vida ali, para assim compreender a história como possibilidade e não como determinação dos destinos das pessoas, considerando que as motivações que os levaram a atuar como protagonistas em suas comunidades foram, em algum momento, estratégias de sobrevivência.

As proposições para a escrita foram pensadas em três momentos que se consolidaram como os três capítulos. O primeiro capítulo, “Desvelando o objeto de análise: um mundo se descortina” traz dois tópicos apresentando o objeto da pesquisa em suas especificidades. O primeiro: “A terra, o homem, a luta (conflitos)” faz um panorama do que compõe a Prelazia. Ao tratar da luta, situamos a palavra no tempo e no espaço que a pesquisa requer, levando em

conta que duas situações nos colocam em xeque. O termo **luta** remete o leitor à ideia de organização de classe em busca da sua identidade e a disposição para se posicionar e se identificar com um grupo e com esse grupo empreender a batalha que as relações de trabalho por exemplo exigem. Assim, a luta é vista como ação de um movimento social; é esse tratamento também, mas no caso do que permeou a história do povo aqui descrito, que a partir de 1970 passa a ser a Prelazia de São Félix do Araguaia, é mais adequado o emprego do termo **conflito**. O segundo tópico: “O micro revela o macro: em quatro batalhas se conhece a guerra” traz como exemplificação quatro narrativas de conflitos entre posseiros, peões e latifundiários, mostrando confrontos que foram comuns especialmente nos primeiros tempos de enfrentamentos efetivos pela posse da terra.

Os conflitos marcam a história desse povo desde antes da instituição da Prelazia e perpassam todo o decorrer do tempo até os dias atuais (2018). O conflito, especialmente por territórios, parece ser inerente ao existir ali. E há ainda o conflito individual do homem consigo mesmo. Aquele conflito a que cada um é exposto diariamente ao tomar qualquer decisão num terreno em que forças contrárias coexistem num combate sem fim. E no caso das escolhas feitas pela Igreja e pelo povo da Prelazia, houve também o conflito interno: igreja x igreja em que a igreja de libertação se desviava do curso natural em que seguia a Igreja do Vaticano.

O segundo capítulo, “Memória, identidade e formação” aborda o processo de construção de uma história/memória da Prelazia, a partir da chegada dos religiosos Claretianos, e a análise das estratégias de educação e de evangelização desde a década de 1970. Enfatiza o papel da análise documental e das narrativas orais para a compreensão de um sujeito político coletivo e a sua atuação como intelectual orgânico na relação com os problemas da própria terra. Traz ao estudo a ressignificação da religiosidade na Prelazia por meio da evangelização voltada para as questões sociais.

Neste capítulo, a categoria memória e a análise documental indicaram para nós as metodologias dos processos educativos e formativos pela sua ocupação discursiva – através de apoio a projetos de educação formal, do teatro e da cultura popular, do Informativo Alvorada; apontaram também eventos religiosos e litúrgicos específicos como a Romaria dos Mártires, a Missa da Terra sem Males, voltados para a memória religiosa do povo; revelaram os painéis figurativos expressando o martírio de quem luta por causas sociais e a responsabilidade de se comprometer – no espaço de produção de saber histórico regional.

As fontes orais cujas narrativas trágicas confirmaram o posicionamento da igreja diante da opressão do latifúndio, mostraram a busca da coesão identitária entre os oprimidos e o

subsequente fortalecimento da ação político-pastoral da Prelazia frente aos opressores. Está organizado nos seguintes momentos: “História e memória na perspectiva da constituição dos sujeitos”, “O que é ser Prelazia” e “Processos formativos ‘na escola’ e fora da escola”.

Escolhemos esta metodologia de pesquisa porque compartilhamos o pensamento de Thompson (2002), Halbwachs (2003) e Aróstegui (2004) que discutem a relevância dos relatos na composição da memória de um tempo ou de acontecimentos, a importância da memória coletiva na constituição da história e a posição que esse componente ocupa no cenário da pesquisa histórica. Fomos à busca de dados da história oral (memória, relatos, entrevistas). Na categorização de relatos autobiográficos, trabalhamos com Bolívar, Domingo y Fernández (2001) e Bourdieu (2006) que apontam para a necessidade de tratar as informações com cautela, observando a dimensão subjetiva das memórias.

O conteúdo da roda de conversa foi analisado seguindo as orientações de Bolívar, Domingo e Fernandez (2001) na obra que tratam da investigação biográfico-narrativa. No capítulo 8, intitulado “Desenhos e formas de investigação”, no tópico “Relatos de vida cruzados”, os autores indicam como os relatos cruzados nos permitem ver os acontecimentos de diversos ângulos. Por exemplo, o mesmo acontecimento contado na visão de um lavrador, na visão de um missionário, na visão de uma mulher, de um/uma educador/educadora podem se mesclar complementarmente completando um painel histórico:

- b) Tomar de modo cruzado los testimonios de personas de *sexo opuesto* a la hora de buscar informantes, ya que sus relatos aportan enfoques significativamente divergentes y enriquecen la forma de apreender la realidad social desde un prisma en ocasiones distinto.
- c) Cruzar los testimonios de *diversos miembros* del grupo investigado, cuyos *status* son distintos. Captar la realidad social a través del punto de vista de personas cuyos roles y puestos son distintos.
- d) Tomar en consideración los elementos propios de las *subculturas* presentes dentro del grupo social. (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNANDEZ, 2001, p. 267).<sup>13</sup>

Os indicadores podem ser valiosos na composição do painel histórico. Segundo os autores os meios e os fins permitem conhecer as divergências que subjazem aos fatos, por isto a importância dos relatos cruzados.

---

<sup>13</sup> b) Examinar de forma cruzada os testemunhos de pessoas do sexo oposto ao procurar informantes, uma vez que suas histórias fornecem abordagens significativamente divergentes e enriquecem o modo de aprender a realidade social a partir de um prisma em diferentes ocasiões. c) Cruzar os depoimentos de diferentes membros do grupo pesquisado, cujo status é diferente. Capturar a realidade social através do ponto de vista de pessoas cujos papéis e posições são diferentes. d) Levantar em consideração os elementos das subculturas presentes dentro do grupo social (tradução nossa).

O estudo de documentos relativos a práticas educativas escolares tem indicativos do suporte de Freire (1967). Como pano de fundo, os relatos compõem um cenário que traz metáforas e imagens fundamentais para construir a interpretação e o sentido dos fatos, acontecimentos e situações opressivas em São Félix e também no mundo. E apoiamos-nos em Bakhtin (2003) para compreender o discurso exortativo e as construções imagéticas, que se aproximam da linguagem literária ou às vezes mesmo nas formas literárias utilizadas como suporte aos instrumentos de evangelização.

No terceiro capítulo: “Evangelização e resistência: atuação dos intelectuais”, preocupamo-nos em entender como os processos educativos e formativos agiram na consolidação do poder pastoral e da estruturação de resistência dos fiéis a partir dos valores católicos e da ação social, evidenciando os limites da representação de poder da igreja frente ao latifúndio, ao governo da ditadura militar e à formação intelectual dos sujeitos. Isso foi discutido em duas etapas: “Os intelectuais e os processos de constituição dos sujeitos” em que analisamos aspectos biográficos dos sujeitos escolhidos, a fim de compreender a ação do intelectual orgânico na coletividade, e o tópico: “Educação e Política – dois elementos essenciais na construção do projeto contra-hegemônico que se concretizou nos anos 1980/1990” em que o seu trabalho confirma ou nega as finalidades da evangelização e uso dos processos formativos vivenciados.

A partir da discussão, a análise se encaminha para a observação das estratégias educativas, considerando sua eficácia como rupturas políticas e sua importância como formadoras ou não de intelectuais atuantes efetivamente nos papéis sociopolíticos das suas comunidades. Então, finalmente, a ideia de que o processo formativo educativo que se programou na Prelazia contribuiu para a formação de intelectuais do tipo orgânicos (GRAMSCI, 1999) tornou-se a tese da investigação.

E trabalhamos com os cinco sujeitos selecionados para a amostragem da ação dos intelectuais no cotidiano. Observamos o seu perfil de liderança onde atuaram/atuem, sendo que três deles exerceram função política em algum momento, em suas comunidades, como parte do poder de decisão nos governos locais; serão identificados pelo primeiro nome, conforme autorização prévia em TCLE. O ex-prefeito Uslei, a Secretária de Educação Lourdes Jorge, a Escritora Erotildes e a Vereadora Eva Mendes tiveram a sua formação passando por um ou mais dos processos educativos desenvolvidos na região, apoiados pela Prelazia: Mobral, Ginásio Estadual do Araguaia (GEA), Projeto Inajá (formação de professores), Parcelada (graduação por módulos, ministrada pela Unemat, com apoio das prefeituras e da igreja). Alguns saíram

para completar a formação escolar em outros lugares, mas retornaram à terra. Todos continuam atuando em grupos e projetos sociais. Deles, apenas Filemon pouco estudou nas escolas de São Félix ou região, mas desde 1977 acompanha de perto a educação. Atuou por algum tempo como diretor em algumas delas.

Os relatos de vida, a memória que foi sendo narrada pelos entrevistados, suas impressões que se voltam ao passado e são alinhavadas a outras impressões colhidas a cada entrevista, a roda de conversa/2016 cujos relatos são voltados a um tempo em que os presentes eram envolvidos com projetos da Prelazia, a qual não se furtava de ser igreja e povo, todas essas experiências vivenciadas por nós como ouvintes integram o cenário em que os sujeitos se veem e se comportam como sujeitos de ações, participantes ativos na defesa de um território onde suas vidas se faziam a cada momento, dependendo das circunstâncias. Os relatos corroboram registros documentais que demonstram a adesão daqueles camponeses à terra, e a adesão dos agentes, que chegavam, ao projeto, enfrentando as dificuldades reais por não haver outras formas de sobrevivência ao escolherem ficar ali. As próprias circunstâncias faziam-nos agir.

Suas atitudes mostram que estava posto um projeto hegemônico e que o trabalho de confrontação da igreja, muitas vezes indo contra decisões governamentais acabou por empreender um projeto contra-hegemônico que se concretizou efetivamente entre as décadas de 1980 e 1990. Entretanto a permanência da ação política que possibilitou a resistência às imposições já consolidadas não se efetivou por muito tempo, uma vez que o poder econômico não foi abalado em suas estruturas. O projeto contra-hegemônico como projeto político governativo não perdurou ao longo das décadas, mas modificou os caminhos daquelas comunidades durante o tempo que esteve em vigor.

## 1 DESVELANDO O OBJETO DE ANÁLISE: UM MUNDO SE DESCORTINA

Não é o bárbaro que nos ameaça; é a civilização que nos apavora. (Euclides da Cunha)

Nesta primeira parte do texto, apresentamos um estudo sobre as relações de subordinação e exploração do homem e da terra, a sujeição como forma de dominação e muitas vezes, contraditoriamente, o uso da força no processo civilizatório (RIBEIRO, 1975). Embasamo-nos em conceitos de teoria literária como de colono e de colonizador (BOSI, 2000), na discussão entre o particular e o universal (CANDIDO, 2000) para mostrar que pelo micro se revela o macro; e, da sociologia, buscamos o conceito de propriedade e trabalho (MARTINS, 1995) quando se discute o direito à propriedade e a produção agrária no Brasil em que o autor denuncia o favorecimento à grande propriedade fundiária em detrimento do trabalhador rural. E alguns exemplos da literatura, para analisar as contradições do ser humano, porque entendemos que a literatura, por não ter compromisso com a veracidade dos fatos, pode se valer da ficção, colocando verdades inerentes à essência humana, de uma forma, ainda que subjetiva, mais próxima da expressão da realidade dos sentidos que a história. A história precisa de fatos e a literatura pode trabalhar com a impressão dos fatos, valorizando as reações emocionais das pessoas/personagens. Pensando na literatura como possibilidades textuais, parafraseamos a disposição que Euclides da Cunha fez em sua obra *Os Sertões*:

“A terra” traz as características dos habitantes, seu *modus vivendi* e como chegaram para habitar as margens do Araguaia, suas crenças no mito da bandeira verde, as impressões que esta terra causa aos sujeitos históricos que foram se formando. Cada um no seu modo diferente de ver esta terra: o latifundiário, o índio, o posseiro, o peão, o grileiro, o gato, cada um ia/vai para a batalha com o seu objetivo, cada um tem a sua história de vida e o seu elemento motor dos sonhos. “O homem” traz na essência uma discussão de como entender o homem que habita os sertões do Brasil no século XX; descreve as demarcações territoriais, as políticas de distribuição e de povoamento destas terras que resultaram em grandes mudanças na sua geografia e nas migrações que ainda ocorrem. “A luta (os conflitos)” traz a história dos processos de resistência, identificando os pontos mais dramáticos e a história de confrontos e dos conflitos entre pequenos e grandes proprietários, agravados principalmente a partir da política desenvolvimentista do governo militar, que resultou em invasões de limites inclusive de terras indígenas. E em “O micro revela o macro: em quatro batalhas se conhece a guerra” evidenciamos os motivos e as motivações das disputas na história da Prelazia. Em quatro

espaços territoriais, representando situações particulares apresentamos a universalização do detalhe para a composição de elementos do geral da trama de conflitos. Pelo micro se revela o macro.

Pesquisas antropológicas (ROODRIGUES, 2008, p. 79) mostram que a dominação do planeta pela raça humana se deu especialmente porque esta se sobrepôs às outras raças pela inteligência e pela racionalidade, que é o processo conhecido mais eficaz de dominação e sujeição. Assim também passou a lutar entre si pelo poder, pela posse, pela necessidade de fixação em determinado espaço e pelo desejo insaciável de subjugar para comandar:

Fomos desde crianças conduzidos a pensar a Razão como atributo humano por excelência, como aquilo que o teria feito superior ao resto da existência e que o teria dotado de direitos especiais sobre as outras espécies. Em virtude da razão, segundo acreditamos, poderíamos conquistar o mundo, fazê-lo escravo, acumular nossas forças, fazendo-nos mais e mais poderosos, mais e mais capazes de domesticar o ambiente hostil, de realizar nossa humanidade, vendo-nos, conseqüentemente, mais e mais felizes. Seria “racional”, assim, tudo o que materializasse o controle do mundo pelo Homem. E “mais racional” aquilo que concretizasse o incremento dessa ascendência.

Desse modo, desenvolveram-se pelo menos duas formas de se efetivar a vida humana na terra. Pelos agrupamentos, unindo forças para lutar contra os perigos naturais, e pela dominação de um agrupamento sobre outros, para garantir o maior território possível. Com o tempo, o nomadismo foi dando lugar ao sedentarismo e ao desejo de propriedade. Com certeza, foi o início das formas de sujeição, mas também o desejo de se fixar. Quando estas situações acontecem, nas lutas por posse e por direito de habitar determinado local, acima da busca dos espaços geográficos paira o sentimento de identificação, o desejo de estar e ficar em um lugar.

Alfredo Bosi (2000, p. 12) nomeia esses processos de sujeição e produção dos meios de vida como colonização, e diz que desde a antiguidade eles acontecem invariavelmente pelas forças que agem nas relações humanas:

Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização. [...] o traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre as sobredetermina. *Tomar conta de*; sentido básico de colo, importa não só em cuidar, mas também em mandar. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como a um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus.

Nesse sentido, o *colonus* é “[...] o que cultiva uma propriedade rural em vez do seu dono, o seu feitor, no sentido técnico e legal da palavra.” (BOSI, 2000, p. 11). Isso explica as diferenciações entre quem tem a terra e quem cultiva a terra. A interpretação de propriedade, de posse, dá ao “apropriador” o poder de dono. Assim que se vê dono, certamente com o auxílio e o trabalho de outros comandados, o apropriador, seja por quais caminhos tenha chegado ao objetivo, se vê senhor e com necessidade de colonos para possibilitar a produção e aumentar os bens. Este, o que tem a terra, após percorrido o caminho da dominação vai ganhando poder e sobrepondo-se aos circundantes que acabam se subjugando e tornando-se os colonos. Os cultivadores.

Assim, quem tem a terra encontra formas de explorar quem cultiva a terra. Cultivar é necessário para manter a subsistência. Sendo o dono ou não. E os dominados passam a prestar serviços aos dominadores por uma questão mesmo de sobrevivência. E os processos civilizatórios vão se realizando neste equilíbrio desequilibrado, nas contradições colocadas entre a terra de trabalho frente à terra de negócio (SHWARZ, 2014) cujo desenvolvimento capitalista transformou em propriedade privada, com direitos absolutos dos proprietários sobre ela. Inclusive o direito de não produzir, pela chamada reserva de valor.

Para viabilizar-se uma mão de obra abundante e de baixo custo, necessária para a manutenção da dinâmica da sobre-exploração nos empreendimentos agroexportadores, aos trabalhadores livres e pobres foi impedido o acesso à propriedade rural (a terra de trabalho), bloqueio institucionalizado já em 1850 com a edição da Lei de Terras, que inibiu a apropriação da terra pela posse, e estes foram rigidamente disciplinarizados e coagidos ao trabalho. [...] O desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, com direitos absolutos dos proprietários sobre ela. Inclusive o direito de não produzir - reserva de valor (terra de negócio). (SHWARZ, 2014, p. 16)

Mas muito mais que ser o dono ou não, os cultivadores são bastante ligados à terra. Porque quem cultiva sabe que é da terra que sai o sustento. E desenvolve o sentimento de filho para a mãe que o alimentará. Por esse sentimento se explicam os conflitos, as batalhas e, muitas vezes, o derramamento de sangue com o objetivo de manter a posse e/ou de se manter em algum lugar. É uma necessidade ancestral a de estar na matriz de criação, a terra. Existe um aspecto comum que aproxima os homens, independente do lugar ou da nacionalidade. É a visão que têm sobre o direito de pertencer. Esse sentimento, com certeza, está presente nos valores da cultura indígena, como também no apego do sertanejo, de forma geral, ao rincão que lhe traz a sobrevivência. Veem o espaço que habitam como o porto seguro e/ou como um elemento preponderante na construção de identidades a partir da relação entre homem/espaço, sujeito e

formações ideológicas. “A terra para a etnia Karajá é comparada com uma mãe porque ela dá o sustento e a moradia” (Raul Karajá, 16/11/2018)

Muitas vezes à história faltam elementos concretos para explicar sentimentos e atitudes dessa conformação; no recurso da literatura é possível encontrar a contribuição para o entendimento de formas históricas e antropológicas desse universo porque as palavras literárias podem transcender os limites da fantasia e da invenção quando passam a conjugar “[...] o elemento imagético a um referente identificável na realidade concreta.” (CARDOSO, 2009, p. 22). Esse processo resulta de um fato já tornado lugar comum nos estudos da relação entre história e ficção: o universo histórico social é o mesmo. Não há um contexto para a literatura e outro para a história, por exemplo, pois ambas têm na realidade social a fonte onde buscam seu alimento mútuo e se condicionam. “A objetivação da história se dá por meio da concretude da vida que analisa, conceitua e transporta para o texto historiográfico. A literatura, ao contrário, privilegia a subjetividade e o mito.” (CARDOSO, 2009, p. 21). As formas como os elementos do mundo surgem no texto literário e no texto histórico são as mesmas, variando o modo de recriação desses elementos nos textos e o tratamento dos dados nas fontes perscrutadas. No caso da história, a realidade surge como sucessão de fatos identificáveis em documentos, memórias e registros; na literatura essa sucessão remete à memória que aparece como mito.

Nas várias definições já elaboradas, os autores comungam a ideia de que um mito não só valida ou autoriza costumes, ritos, instituições, crenças, mas também é responsável pela sua criação. Patai (1974), por exemplo, afirmou que há uma recíproca fecundação entre o mito e os aspectos da vida cultural classificados como costumes, ritos, instituições e crenças, que foram se modificando dinamicamente de acordo com as mudanças na estrutura das sociedades; e os novos mitos criam novos padrões socioculturais e, inversamente, novos costumes e novas situações sociais criam novos mitos.

Os arquétipos mitológicos que são comuns às culturas de modo geral possibilitam uma relação que pode nos ajudar a compreender o universo cultural, religioso e, em certo sentido, mítico dos povos que formam a população da Prelazia. Segundo Gramsci (2001), cultura e política são questões inseparáveis, assim como economia e política. Cultura é uma das vias que pode vir a propiciar às massas uma consciência verdadeiramente criadora de uma outra ordem hegemônica. O mito é componente da cultura, assim, o estudo das suas raízes diz respeito a um conjunto de regras práticas de pesquisas e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas.

Os arquétipos, as vanguardas e as permanências dos mitos mantêm as tradições de forma mais eficaz que os registros históricos. Aos registros históricos demanda o fato comprovado. Aos mitos demandam a criatividade, a crença e a fé, elementos que movem a vida. Essas considerações têm o objetivo de nos preparar para conhecer os ambientes, o trabalho e, principalmente, os elementos simbólicos, a sedução pela fé, os artifícios da imagem, a linguagem exortativa de forte significação que perpassam estes territórios e moldam o homem para as lutas. São importantes também para conseguirmos identificar o discurso da dominação e o discurso da evangelização. Por isso, pareceu-nos adequado mostrar **a terra, o homem e a luta (os conflitos)** parafraseando o recurso da literatura, já que muitos elementos do contexto propiciam esse olhar. Isso pode explicar comportamentos apaixonados que nos atravessam frente às experiências que a vida vai nos permitindo. Sobre a concepção de terra, procuramos defini-la tomando este conceito:

Substância universal; virgem penetrada pela lâmina ou pelo arado, fecundada pela chuva ou pelo sangue, o sêmen do céu. É a matriz que concebe as fontes, os minerais, os metais; simboliza a função maternal: Tellus Mater. Dá e rouba a vida; é considerada o colo materno; é símbolo de fecundidade e regeneração; origem de toda a vida. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2006, p. 878).

E é assim que o sertanejo vê a terra, como o símbolo de fecundidade, de produção de vida, fonte do sustento. E por isso a sua luta e resistência por permanecer nela vão além do desejo de posse, é a necessidade de ser deste ou daquele lugar. O sertanejo é o posseiro, o rendeiro, o meeiro, o índio, os moradores dos vilarejos nos confins dos interiores do Brasil. Em certo sentido também o gerente e os peões que se veem habitantes de determinado lugar, com incumbência de defendê-lo para manterem o seu trabalho. O sentimento de pertencimento e necessidade se revela nas formas de viver, conviver e lutar para manter o que se conquista com sangue, se necessário. A literatura é pródiga em nos trazer exemplos:

Descoberto e nascido da expansão bandeirante, o deserto chamado sertão ainda preenche os espaços entre cidades (pouco mais que vilas), vilas indistinguíveis dos povoados, aldeias, arruados e outros minúsculos agrupamentos de moradias e moradores, cujos nomes, em latim, ficariam definidos no *pagus* comum. A densidade demográfica do Sul de Mato Grosso e Goiás, com Brasília e tudo, não cobre área capaz de invalidar o que se disse. (PROENÇA apud RAMOS, 2001, p. xxiii).

Nesse aspecto, apesar da distância cronológica, e da diversa situação cronotópica (BAKHTIN, 2003), entre o sertanejo de Canudos e o sertanejo da Prelazia há afinidades e

convergências que nos permitem concordar com a ideia de que o homem domina o espaço em que vive, e sobrevive. Os homens forjados assim formam um caldeamento que vai se apurando pelas dificuldades naturais no esforço incansável, no árduo trabalho de sobrevivência e mais outras criadas pelas cadeias de poderes. E eles têm medo desse poder, que vem muitas vezes da parte do governo.

Na região compreendida entre o sul do Pará, o norte de Goiás e Mato Grosso, parte da Amazônia Legal, desenvolveu-se a luta camponesa que contou com a presença e com o apoio da Pastoral da Terra. [...]. Os incentivos da Sudam ampliavam-se e, de 1966 a 1975, foram aprovados pelo governo 33 projetos... (IOKOI, 1996, p. 115).

Não afirmamos que o Governo, através da Sudam, por exemplo, legalizasse trabalho escravo ou desocupação de territórios, mas que os projetos de desenvolvimento eram de empresas que negociavam, por incentivos fiscais, grandes lotes de terra para produção e esses lotes muitas vezes demarcavam territórios onde já existiam posseiros, embora sem documentação de legalização da posse das terras. O que resultava em perda da propriedade, e, conseqüentemente, terem que trabalhar para sobreviver no modo de interesse dos patrões. Um documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de 1980 traz claramente no seu item 18 a forma como esse tipo de povoamento praticamente expulsava os posseiros, por meio de uma ação que a Conferência denominou de modelo político a serviço da grande empresa:

18. A política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas à cusa e em detrimento da agricultura familiar. Até julho de 1977a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia havia aprovado 336 projetos agropecuários, nos quais seriam investidos 7 bilhões de cruzeiros. Dessa importância, apenas 2 bilhões correspondiam a recursos próprios das empresas enquanto os restantes 5 bilhões, mais de 70% do total, eram provenientes dos chamados incentivos fiscais. (CNBB, 1980, p. 3).

Como se vê, ao posseiro, pequeno proprietário, pequeno produtor, acrescentavam-se problemas de toda ordem. E, na maioria das vezes, endossados pela modelo político que se estabeleceu. Para manter-se nestas terras, o homem travou batalhas cotidianas com inimigos de feitios diversos. Além dos confrontos com a própria terra pelas dificuldades em fazê-la produzir o sustento, surgem as dificuldades como a seca, as tempestades, mas também as querelas por fronteiras (MARTINS, 2009) e demarcações. Como aqui, especialmente aos indígenas que, ironicamente, precisaram – e isso continua – brigar por um patrimônio que já tinham por direito antes da chegada dos ditos civilizados que se fizeram donos. Porque para o índio, embora a

terra seja considerada mãe, ela não deve ser propriedade de ninguém. “A terra é de todos que nela se encontram e produzem, mas não pode ser usada de forma destrutiva!” (Raul Karajá, 16/11/2018).

Para quem olha dos grandes centros urbanos aos interiores brasileiros, as dificuldades e os problemas são muito parecidos, uma vez que as motivações são semelhantes. Entretanto, a cada localidade existem particularidades que tornam a sua história um manancial de sagas heroicas. Assim, nas narrativas dessas sagas encontramos as peculiaridades dos embates de forças e poderes que se confrontam em relações nem sempre racionalmente explicáveis e que permeiam o imaginário do homem em qualquer lugar onde habita.

Como normalmente os trabalhadores rurais tinham pouca ou nenhuma instrução formal, sentiam pavor dos papéis escritos. Atualmente ainda há muitos em muitos lugares assim. Porque veem o papel escrito como lei e sabem que podem ser explorados “sem perdão”. Isso agrava a situação e o lavrador sabe que a única saída é cumprir o escrito. Encontra-se nas mãos do outro, sob o seu poder. E o medo se amplia quando esses papéis vêm da parte do governo. Governo, aliás, é representado por qualquer dos poderes constitucionais e qualquer autoridade que esteja investida nele. Sendo que a polícia é o poder mais temido. Como acontece com Teodoro, personagem de *Tuna*:

Chegou de malas às costas e a família atrás. Arrumou agregação numa fazenda perto da barra do rio e fincou a cara no serviço. Sozinho fez a roça no Capão do Macaco. Roçou, derrubou, encoivarou..., fechou em duas faces com cerca-de-varão vedando de porco e numa das faces estava o rio e na outra um corguinho enfurnado e de barranco alto. Ali plantou de tudo que é de comer. Plantou milho, arroz, feijão, feijão-fava, amendoim, cará, mamão, milho-pipoca, mangarito, batata-doce, abóbora, melancia, pepino, de tudo, de tudo.... Plantou nas coivaras que caíram prá fora da roça muitas sementes variadas de cabaceiras e maracujás. Com a primeira colheita encheu suas tulhas, a do patrão e formou recurso para ampliar a lavoura que no ano seguinte atinge uma parte de terreno mecanizado. Decorridos alguns anos de boas safras e algumas de perdas, consegue fazer-se dono de um pedaço de chão, bem prá bandas de cabeceira do rio. Com mais algum tempo comprou outra tira, e outra, e mais outra, até que deu no que tem hoje: a fazenda Cafumango.

[...]

Mas paralelo ao progresso de Teodoro, o mundo, ano por ano, dia-a-dia, transforma-se e transforma prá pior.

[...]

Conta vai, conta vem, paga um troço, paga outro, juro em cima de juro, taxa e sobretaxa, cobram-se talão de cheque, serviços, serviços de serviços, compensação da compensação pelos dias que correrão da liquidação do cheque emitido pela firma compradora, depois de tantos juros dos juros vêm as taxas especiais de fiscalizações duvidosas..., IOFs, IOF dos IOFs, juros especiais [...] Porque com o arrocho maquinado pelo Governo, os

financiamentos não atingem o investimento total da lavoura em pauta. (ARANTES, 1984, p. 51-52).

Nesse recorte, Arantes registra o jeito desconfiado de o caboclo encarar as mudanças e os benefícios vindos do governo. Para ele, normalmente resultam em despesas e perdas. Vive desconfiado e com medo das coisas propostas pelo povo da cidade. Ainda assim, por ingenuidade muitas vezes é levado a fazer negócios dos quais se arrepende mais tarde. Tem medo dos letrados e, quase sempre, tem razão. Acima das leis da terra os moradores do interior são tementes às leis divinas e veem na desobediência o pecado. Resquícios da catequese de séculos anteriores quando, no período de colonização do Brasil, foi se criando uma religião muito particular que pode ser percebida quanto mais nos embrenhamos país a dentro, cuja doutrina principal é o temor a Deus e o terror de desmerecer a salvação após a morte. O pavor de ser excomungado e ir para o inferno. O interessante é que têm uma ideia vaga de inferno e paraíso, mas como tudo está no âmbito do inexplicável, do imprevisível e no poder da fé, acreditam sem se dar o direito de duvidar. Respeitam o padre e até o temem; procuram agradá-lo, mais por medo que por amizade. Mas dos curandeiros e dos visionários têm um receio maior.

Desde quando o levaram para morrer, de doente, para o hospital ela vem rezando, pedindo a Deus, aos Santos, fez promessas, simpatias. Fez voto de ir a pé à Trindade, nada, o menino morreu. E finalmente o Demônio se compadeceu dela e lhe deu novamente o menino. E é ao Céu que deve orar. E como orar a este novo Poderoso? E como fazê-lo sem pôr em risco a fé divina, sem se comprometer e ferir a Deus e seus súditos? E como não ferir a sagacidade exigente do Demônio? Este Demônio que não se esquiva de ir à forra aos menores desaforos. Deixa-se pra lá. O que importa é o filho vivo e quem lhe deu a vida. Não que seja das pessoas que diante da última graça recebida pise sobre um longo passado, mas é que não pode enterrar sobre as tradições da fé uma nova extensão de crença. (ARANTES, 1984, p. 201-202).

Rodeado por forças que surgem de todos os lados, o sertanejo brasileiro vai fundando sua existência no temor ou na obediência ao que estiver mais próximo, mais premente ou mais perigoso. Por esse motivo, a mãe da criança morta vendo-a (ou supondo-a) ressuscitada ajoelhou-se para as orações de agradecimento. Dadas as circunstâncias dos últimos acontecimentos de aparecimento de assombrações na sua casa, ficou em dúvida a quem agradecer. Nas suas ponderações predomina o sincretismo quando procura o destinatário das preces: se Deus, se o diabo ou se outra coisa qualquer. O importante é que o filho tinha voltado à vida. E precisava pagar o favor com as orações. Fosse a quem fosse, era um ser sobrenatural, de forças maiores do que ela poderia supor ou enfrentar. Curvava-se à reza com fé ou com

pavor. E pagava o que pensava ser o preço. Outra característica da religião/fé que o sertanejo cultiva. Uma visão fatalista das coisas que não se explicam e contra o que não se pode lutar.

Analizamos essa situação observando as manifestações que acontecem em um país considerado de maioria católica; entre os sertanejos isso é mais frequente. E procura seguir as regras que a religião impõe. Quando perguntados sobre a religião que professa, muitos dizem católica sem pestanejar. Ainda que não frequentem uma igreja e nem participem ativamente de cultos, missas e outras celebrações. Mas o sertanejo normalmente tem um catolicismo próprio, peculiar, com muita devoção aos santos e festas em sua homenagem. E especialmente devoção à virgem Maria a quem denominam Nossa Senhora. Dependendo do lugar em que se encontram, a “Nossa Senhora” se multiplica em várias para cada devoção como: Nossa Senhora de Aparecida, que é padroeira do Brasil, Nossa Senhora das Dores, das Graças, do Bom Parto, do Perpétuo Socorro, da Guia, entre outras. E há as devoções aos santos. Aos santos de devoção são atribuídos nomes de lugares, estabelecimentos, cidades, recém-nascidos, como numa espécie de pedido de proteção e apadrinhamento. Muitos dão aos filhos o nome do santo do dia. Com certeza, ao cumprir o que pensava ser o pagamento pela vida do filho, a mãe preocupava-se mais com o pagamento da dívida do que com o destinatário das preces.

Ter um santo protetor é também o motivo do nome de São Félix do Araguaia. Segundo Erotildes (11/09/2017), a denominação de São Félix foi dada pelo bispo Dom Sebastião Thomaz Câmara, no dia 20 de novembro de 1942. A invocação a São Félix era devido ao sofrimento do povo na conquista de uma terra povoada por nações indígenas, que causou grande tensão social. Tomaram São Félix por padroeiro, acreditando que os protegeria contra os índios Xavante que habitavam a região e invadiam o povoado de vez em quando, pois não admitiam a ocupação de seu território. Na margem direita do rio Araguaia vivia o povo indígena Karajá e a aldeia nesse tempo tinha o nome de Santa Izabel do Morro. Havia um sincretismo nas festas religiosas que ela não me soube dizer como começou, mas disse que com o tempo a festa para São Félix era realizada às margens do Araguaia e a imagem de São Félix saía em procissão e era recebida pela Santa Izabel do Morro, pelos brancos que moravam perto da aldeia e pelos índios também. Isso teve fim com a chegada dos religiosos espanhóis.

Além da entrevista, há registros em um livro da escritora sobre o motivo da mudança do padroeiro para uma padroeira sob a alegação de que São Félix foi um perseguidor de muçulmanos e não era mais considerado pelo Papa um santo da Igreja Católica:

Com a chegada dos padres é que ficamos sabendo que o Papa havia “cassado o mandato” de muitos santos, entre eles, São Félix. Assim sendo, São Félix

não mais poderia ser o padroeiro! Foi resolvido que agora seria Nossa Senhora da Assunção, e as festas de 20 de novembro passaram para 15 de agosto. Com as mudanças na igreja, muita gente achou estranho, as comadres entraram em cheio no assunto: - Esses padres são bons é pra chegar dando o preço nas coisas dos outros! Mudaram o santo padroeiro, o dia da festa! Todo mundo aqui estava acostumado com o outro! Tiraram os santos da igreja! (MILHOMEM, 1985, p. 88).

A interferência de gente de fora nos costumes locais é outra das causas de desconfiança aos habitantes do interior. Como são respeitosos com coisas de Deus e de santos, veem com estranhamento qualquer mudança feita pelos homens que interfira na sua relação com o divino, com os mistérios da religiosidade. Isso não diz respeito apenas às coisas de religião, mas também a outros tipos de demandas e explorações. O que lhes falta em poder econômico sobra em brios e vergonha por não conhecerem as leis, por terem pouca instrução e, muitas vezes, mesmo sabendo que estão sendo explorados preferem não lutar. Veem no adversário, normalmente gente de mais conhecimento sistematizado e mais dinheiro, um inimigo superior e, ainda no reflexo do Jeca Tatu de Monteiro Lobato, assumem que *não paga a pena* ir contra. As ponderações acima nos ajudam a pensar sobre o que foi encontrado nas buscas dos dados: de quem estamos falando, com quem falamos e como se constitui a trama que revela esta história.

### 1.1 A terra, o homem, a luta (conflitos)

O primeiro grito dos conquistadores foi ‘Terra, terra!’ Ouvi de Dom Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia MT. (Ana Helena Tavares)

Neste formato, apresentamos o nosso ambiente pesquisado. **A terra:** O que é a terra para quem dela tira a subsistência? E o que é a terra para o que detém grandes extensões visando ao lucro? O que é a terra para o indígena que ao nascer a tem como cobertor? E o que são as terras para o governo? A ideia de trazer, como fez Cunha, a terra primeiro que o homem e a luta, na tese, é para compreender que havia, e ainda há, uma questão visceral que precisa ser desvelada quando tratamos da Prelazia de São Félix do Araguaia, que é justamente a terra. A terra é um elemento tão importante nas relações aqui estudadas que chega a assumir o papel de personagem principal. Ela é o objeto do desejo de ricos, pobres, donos ou não, e, confirmando o que se registra em Chevalier e Gherbrant (2006, p. 878), “Dá e rouba a vida; é considerada o colo materno; é símbolo de fecundidade e regeneração; origem de toda a vida”.

As disputas eram por motivos diversos pelos sujeitos históricos habitantes daqueles territórios: o latifundiário, o índio, o posseiro, o grileiro, o gato;<sup>14</sup> cada um ia/vai para a batalha com o seu objetivo, cada um tem o seu motivo e o seu sonho a realizar. Para o índio, a terra é o seu abrigo natural. Não se sabe desde quando os índios estão ali. Eles não veem a terra como donos, mas como parte da natureza e do lugar; para o posseiro representava a sua possibilidade de independência, uma vez que as políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro desde Juscelino Kubitschek incentivavam a migração para o interior e a busca de novos espaços para plantação. Para os posseiros que vinham do Nordeste, a primeira leva de imigrantes em número consistente que chegou às margens do Araguaia, a noroeste de Mato Grosso, representava também a concretização do mito das bandeiras verdes, anunciado pelo “Padim Ciço”:

A profecia das Bandeiras Verdes é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito aos seus fiéis que no fim dos tempos deveriam procurar as Bandeiras Verdes, que foram identificadas como as matas amazônicas. A crença na profecia é compartilhada por camponeses nordestinos e do centro-oeste, tendo sido, para muitos, o elemento desencadeador da migração para a Amazônia. [...] a profecia das Bandeiras Verdes permite re-significar a ocupação territorial a partir de referenciais religiosos. (VIEIRA, 2001, p. 143).

Uma terra onde encontrariam água em abundância e espaço aonde chegar para viver. “Independentemente da veracidade da origem histórica, o mito se constrói sob a legitimidade do Padre e a sua formulação é atribuída a um tempo mítico, *o tempo dos antigos*.” (VIEIRA, 2001, p. 148); para o grileiro que descobriu enormes extensões desabitadas e/ou sem regulamentação, uma forma de se apropriar ilicitamente do que pretende que seja o seu quinhão e depois negociar; e para empresas e aventureiros em busca de fortunas, a possibilidade de se transformar em latifundiários adquirindo grandes extensões em troca de acordos para produção agropecuária principalmente com vistas à exportação.

Não há como estabelecer uma convivência pacífica nesse modelo de ocupação territorial, porque o posseiro e o pequeno agricultor são aqueles que geralmente não possuem titulação da terra mantendo relação baseada em costumes vinculados a elementos históricos da colonização do Brasil, em que o que gerava o direito a terra era a ocupação efetiva e a produção.

---

<sup>14</sup> Posseiro é o que tem a posse da terra (trabalha nela e dela retira seu sustento há mais de dez anos), mas não possui o documento legal de propriedade da terra. Grileiro é a pessoa que se apropria ilegalmente de terras e apresenta título falsificado de propriedade. O nome deriva de uma técnica de falsificação de papéis, que são envelhecidos quando guardados em caixas junto com alguns grilos. Após a morte dos insetos, o seu processo de decomposição gera produtos que escurecem os papéis e lhe dão aparência de envelhecidos, como se fossem antigos e verdadeiros papéis legais. Gato é a pessoa que contrata trabalhadores braçais (boias-frias ou volantes) como mão de obra para as fazendas ou projetos agropecuários.

Disponível em: [http://www.klickeducacao.com.br/bcoresp/bcoresp\\_mostra/0,6674,POR-969-465,00.html](http://www.klickeducacao.com.br/bcoresp/bcoresp_mostra/0,6674,POR-969-465,00.html).

Enquanto para o grande produtor, fazendeiro e empresário, os que têm a titulação (propriedade/posse), os que nem sempre moram na terra e mantêm uma relação com a terra como capital produtivo, baseada nas leis e no mercado, o objetivo é o lucro imediato. São tempos históricos e interesses diferentes. E, os que mais sofreram as consequências nessa ocupação foram os indígenas que mantêm uma relação totalmente diversa dos primeiros com a terra. Para eles há uma ligação maior, que os outros não estabelecem com esse bem, é que nela enterram seus antepassados, aí está presente sua história, baseada na cosmologia, suas crenças, a cultura e o futuro.

[...] o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da história. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial, e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 2009, p. 139).

O conflito da junção desses tempos e sujeitos históricos recrudescer quando o interesse capitalista avança e posseiros, pequenos proprietários e índios sem alternativas de deslocamento em busca de novos lugares precisam lutar em defesa do seu espaço e conseqüentemente de sua sobrevivência. Novamente recorrer à literatura é um modo de procurar reproduzir, de forma mais aproximada, o que representa o tempo/espaço na história desta terra. Existem peculiaridades regionais que muitas vezes só podem ser ditas por conhecedores. A ideia de buscar a literatura ficou mais forte nos apontamentos seguintes, cujas afirmações nos mostram que:

A literatura regionalista é sempre marcada por essa dimensão “documentária”. Todas as suas narrativas – romance, conto, novela, crônica – são povoadas de costumes alimentares, conhecimentos populares em relação à saúde e doença, práticas em relação às matas e rios, além de superstições, crendices, benzeções, lendas e mitos. De acréscimo, são pródigas em tipos humanos, paisagens e costumes, marcas também importantes do regionalismo literário [...]. (PESSOA, 2011, p. 29).

Ideia que nos aproxima da terra pesquisada, cujas impressões registradas pelos chegantes próximo à década de 1970, certamente podem ser ditas também assim:

O contraste era brutal. De um lado, uma natureza incrível, de uma beleza primitiva, especialmente o enorme e majestoso Araguaia; de outro, uma sensação de abandono total: não existia lá nem correio, nem telefone, nem energia elétrica. A prefeitura estava a mais de 700 km ao sul, em Barra do Garças. O povoado de São Félix era somente um punhado de casinhas na beira do rio. Apenas 600 habitantes, que, para quebrar o isolamento, contavam unicamente com três jipes velhos e desmantelados. Não havia um único médico em toda a região. Mas ao menos tinha uma professora: uma senhora com apenas um ano e meio de estudo, que mal podia cumprir suas obrigações porque estava frequentemente embriagada. (ESCRIBANO, 2000, p. 15).

Trata-se da chegada do religioso Pedro Casaldáliga às terras aonde iria, com outros religiosos, trabalhar em uma missão da igreja católica. Pelas narrativas que Escrivano (2000) ouviu do religioso, percebem-se as condições desta terra naqueles tempos. O texto revela que o lugar apresentava a calma e a placidez de quem habitava as margens do Araguaia, embora registradas aqui como abandono.

Os primeiros passos teriam de ser dados com muita cautela e com escassos recursos. A casa onde foram morar tinha pouco mais de 30 m<sup>2</sup>, e a igreja era extremamente rústica, um barracão de adobe com telhado de Brasilit. O que fazer, por onde começar? Eles não eram os únicos religiosos em toda a região; tinham que conviver com outras missões – adventistas, pentecostais e batistas – e o diálogo era difícil. (ESCRIBANO, 2000, p. 15).

Aproximando-nos com os chegantes, percebemos que placidez ou abandono não são as palavras mais adequadas para se definir a vida ali. Havia sim ermos de silêncio e sinais de descaso, mas não de abandono. No início, quando os missionários chegaram, encontraram “[o]s habitantes de São Félix [...] (que) são, em sua maioria, migrantes vindos do Nordeste do Brasil, que chegaram aqui fugindo da seca brutal que impossibilitava a vida em sua terra de origem.” (ESCRIBANO, 2000, p. 16). Vinham principalmente estimulados pela falsa ideia de que naquele mato verde imenso haveria terras abundantes e cada um poderia ter o seu pedaço para plantar e sobreviver. Entretanto, “[a] realidade era, e ainda hoje é, bem diferente: o Mato Grosso e outros estados da Amazônia legal são regiões onde a vida se combina com a morte. Uma terra dura e violenta como poucas.” (ESCRIBANO, 2000, p. 16). A impressão que Casaldáliga e seus companheiros tiveram foi de uma gente perdida na imensidão, sem apoio de nada e de ninguém.

A história da terra é contada pelos elementos de que ela dispõe: arquivos do acervo histórico-documental armazenados no centro comunitário da Prelazia, obras já escritas sobre o lugar e seu povo, abordagens a pessoas que viveram a experiência de habitar e conviver na região a partir da segunda metade do século XX. Os espaços não se conservam da mesma forma. A Prelazia foi criada no início dos anos 1970 e foi palco de conflitos e modificações. Por isso a terra da década de 1980 já é outra e a de 1990, especialmente, porque recebe grande leva de imigrantes vindos de outras partes do Brasil. E as mudanças não pararam de acontecer. Com a urbanização, em consequência da produção agropecuária, que, segundo Simon (2009), tem ação preponderante da chamada “colonização gaúcha” há expansão de cidades e novas configurações de territórios. Segundo o autor, a grande responsabilidade pelo desenvolvimento das terras de Mato Grosso é a “diáspora gaúcha” e o espírito empreendedor desse povo:

A verdade é que as iniciativas oficiais de colonização do Brasil, especialmente durante o regime militar, foram poucas e quase sempre malsucedidas. O que garantiu o sucesso da nossa gente foi seu espírito empreendedor, seja de indivíduos ou de cooperativas, sua coragem e sua capacidade de superar os mais duros obstáculos. (SIMON, 2009, p. 69).

Ainda na visão de Simon (2009), foram os migrantes sulistas que levaram adiante a tarefa de incorporar o cerrado do Estado de Mato Grosso e de outros Estados das regiões Norte e Centro Oeste, uma área tradicionalmente considerada imprópria para a agricultura, ao território agricultável do país e transformá-lo em um dos solos mais aptos à produção agropecuária. A incorporação desse ecossistema aos polos de produção determinou que o Brasil viesse assumir a posição preponderante no cenário mundial em que se encontra hoje (2018) na produção de alimentos.

O Estado de Mato Grosso foi palco de uma das mais importantes etapas da diáspora do povo gaúcho, o monumental processo de migração que fez com que centenas de milhares de famílias de nossos agricultores fossem buscar terras em outras unidades da federação. [...] estima-se que, neste início do terceiro milênio, um milhão e duzentos mil gaúchos – um em cada dez dos nossos cidadãos – vivam fora do território sul-riograndense. (SIMON, 2009, p. 89).

Existem controvérsias a respeito desse pensamento, mas os registros populacionais podem atestar o grande número de migrantes do Sul que se estabeleceram em Mato Grosso e urbanizaram regiões antes eminentemente rurais, especialmente a partir da década de 1990. Assim como em outras regiões do Estado, as terras jurisdicionadas à Prelazia passam a

comportar cidades com aspectos culturais desses imigrantes vindos do Sul do Brasil. Lugares ainda não nomeados e lugares com nomes indígenas como Karajá, Xavante, Tapirapé, Araguaia, outros de origem nordestina como Patrimônio, Barreiras, Canabrava, Asa Branca, concorrem agora com nomes muito usados no vocabulário gaúcho como Querência, Porto Alegre do Norte entre outras. Coisas peculiares que nos remetem à história da terra:

Chegar na região de São Félix do Araguaia significa, automaticamente, tomar contato com a prelazia que leva seu nome. A força da instituição está estampada em todos os seus setores sociais, em todas as localidades. Parece impossível desconhecer sua presença, ser neutro com relação a ela. A história da região é inseparável da história da Prelazia. Esta desempenhou papel essencialmente civilizatório nesta parte do Araguaia. Sem ela, provavelmente, a região teria uma feição completamente diversa e, com certeza, mais selvagem, no que diz respeito às relações sociais estabelecidas. Prelazia virou sinônimo de um conjunto de comportamentos, hábitos, posicionamentos políticos, formas e espaço de convívio social. A força desta identidade é, simultaneamente, fonte de parte de seu vigor e parte de sua fraqueza. (ISER, 1990, p. 4).

Prelazia é uma circunscrição da igreja católica. Não quer dizer que o bispo ou a igreja tenha a escritura desse território. Mas quer dizer que tenha a responsabilidade de evangelizar e de ser o representante/líder religioso desse espaço geográfico que lhe foi destinado por nomeação da igreja. A terra que compõe a Prelazia de São Félix do Araguaia não pode ser explicada unicamente como o espaço geográfico. É muito mais que território ou local que abriga uma circunscrição religiosa e que se destaca no cenário do Brasil por ser um ponto de resistência de habitantes com ideias de liberdade e justiça, especialmente pelos religiosos dali terem como opção religiosa as orientações da Teologia da Libertação.<sup>15</sup>

É preciso conhecer geograficamente o local e historicamente o povo para compreender as relações que se estabeleceram. Identifica-se aqui uma definição que norteará o tratamento da expressão Prelazia de São Félix do Araguaia: é uma circunscrição, demarcada política, territorial e historicamente pela instituição da Diocese. Refere-se a um conjunto de municípios que compõem uma região sob o domínio religioso de um bispo, sendo o primeiro deles Dom Pedro Casaldáliga, organizados numa rede de comunidades. As pessoas que atuam nesta circunscrição

---

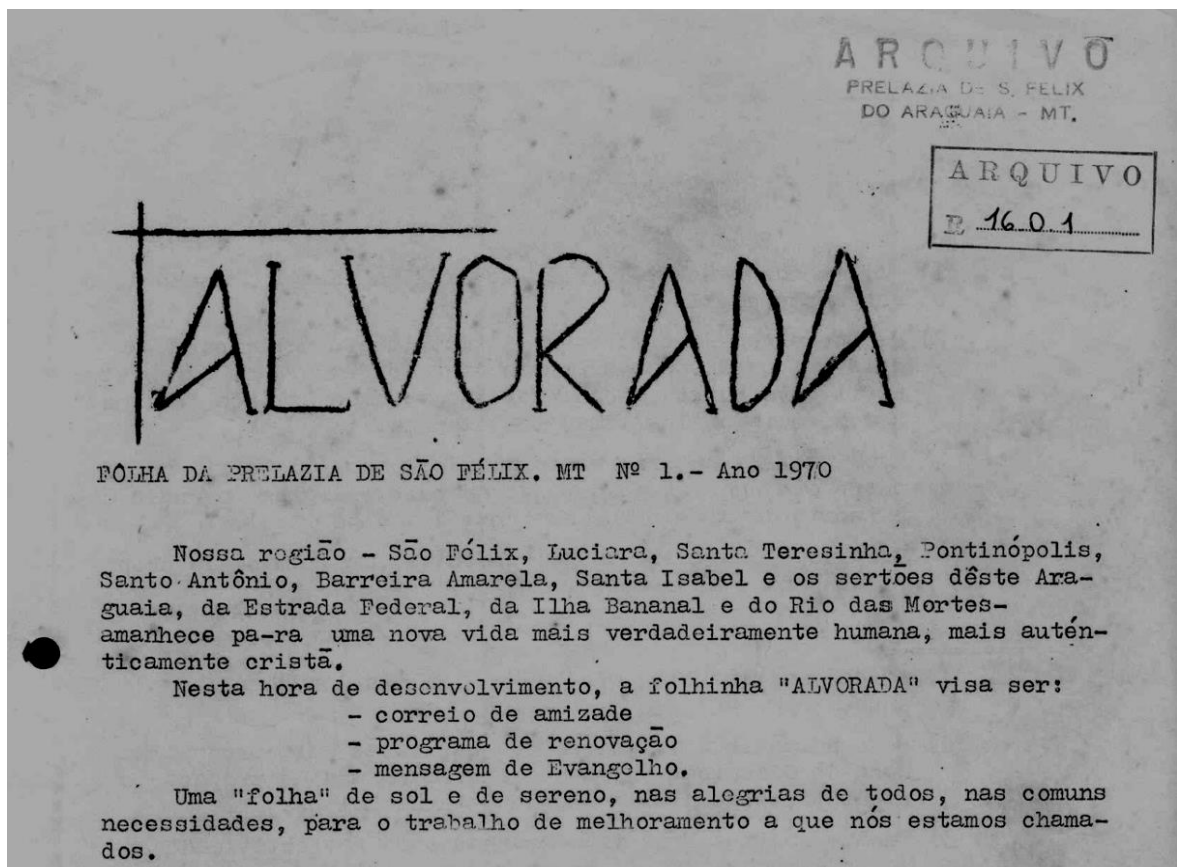
<sup>15</sup> Teologia da Libertação se apresenta como um movimento teológico supra-denominacional, não se vincula a nenhum partido político, mas pensa em uma teologia que possa influenciar a política, interpretando os ensinamentos e o projeto de Jesus Cristo em termos de uma libertação das opressões econômicas, políticas ou sociais. A Teologia da Libertação foi entendida e descrita, pelos seus principais representantes como a reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã, em vista dos problemas sociais existente em particular na América Latina (CASONATTO, 2017).

fazem parte da Prelazia. Significa que ao referir-se a ela, estamos utilizando uma expressão institucional com características e atribuições bem específicas.

O espaço é definido como um território geográfico no qual estão situados objetos, seres e produtos da natureza. Geógrafos afirmam que o território é o local de reprodução de todos os feitos dos seres vivos como também de outros elementos possibilitados pelas situações naturais. Fazem parte dele tudo o que já estava num lugar e todas as transformações que esse lugar recebe pela ação do homem, de outros seres vivos e/ou da natureza. É constituído não somente por suas fronteiras, uma vez que essas nem sempre são precisas ou visíveis, mas dentro de um território encontram-se elementos que se entrelaçam principalmente pelas relações simbólicas, estruturais e de poder que garantem a sua existência e dinamicidade.

No caso das terras onde se situa a Prelazia, são territórios demarcados na forma de municípios, unidades territoriais rurais e urbanas, povoados (denominados “Patrimônios”), propriedades que pertencem a donos particulares ou que compõem posses e as reservas indígenas. Conforme se registra no primeiro número do Alvorada, Figura 4, a configuração inicial envolvia os seguintes territórios:

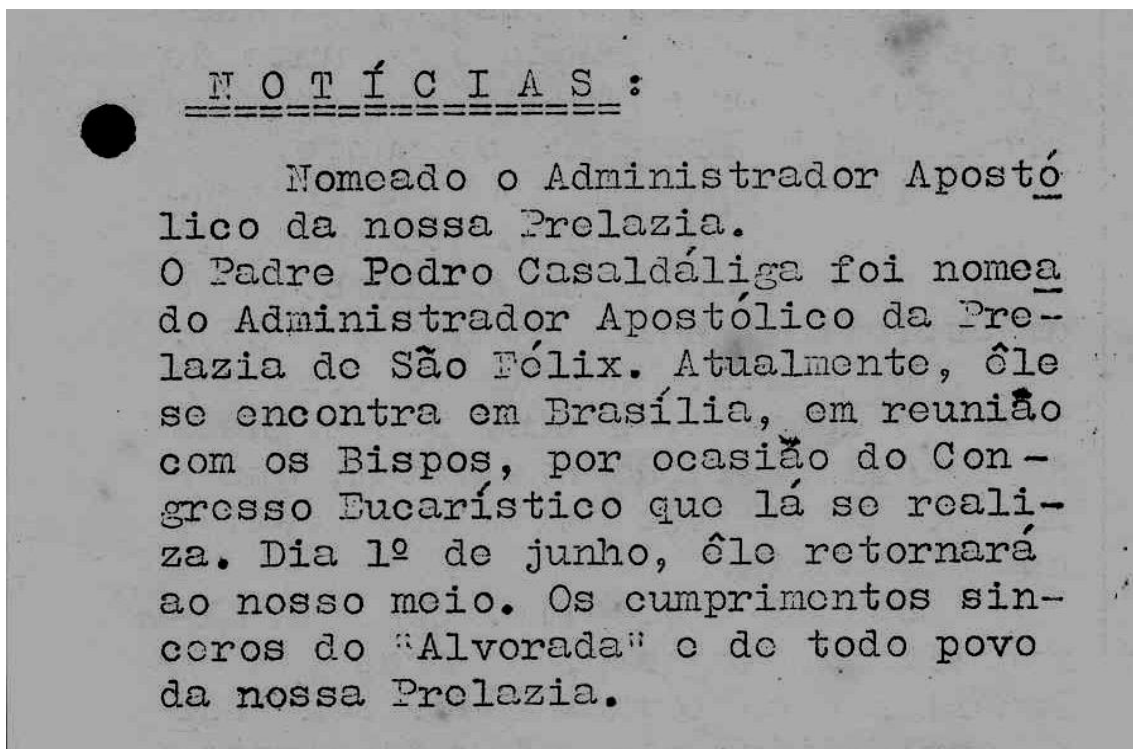
Figura 4 – Configuração inicial da Prelazia



Antes esta região pertencia à Diocese de Conceição do Araguaia e a assistência ficava muito mais difícil, dadas as grandes distâncias e extensões a serem percorridas pelos religiosos. A criação da Prelazia traz benefícios e um deles é o Informativo Alvorada, suporte para o registro dos acontecimentos e a ampliação da comunicação entre as comunidades: celebrações religiosas, atividades sociais e políticas. Seu objetivo, como está colocado, seria correio de amizade, programa de renovação e mensagem de Evangelho. Nesse tempo, faziam parte da jurisdição as localidades citadas acima: São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha, Pontinópolis, Santo Antônio, Barreira Amarela e Santa Isabel.

Na Figura 5 a seguir, a sessão Notícias anuncia a nomeação de Dom Pedro Casaldáliga como Administrador Apostólico da Prelazia:

Figura 5 – Nomeação de Pedro Casaldáliga como Administrador Apostólico



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, número 3, p. 1, 1970. Doc. A16.0.03 P1.3.

Há uma especificidade relativa à significação religiosa do Araguaia nas décadas de 1970 e 1980. Tal significação partia de uma situação social em que os problemas cotidianos, as incertezas da vida no Araguaia, envolviam consequências da ação dos militares durante o seu regime de governo. “Aqui, quem tinha dinheiro comprava o silêncio, e os latifundiários, apoiados pela ditadura militar, tinham terra, dinheiro e pouca vontade de dar explicações sobre

a origem da sua riqueza.” (ESCRIBANO, 2000, p. 24). Com a criação da Prelazia, começa um processo de defesa ostensiva aos pobres e desprotegidos como posseiros, índios, peões, habitantes daquelas terras que não eram favorecidos pelas circunstâncias. Tornam-se acirrados os confrontos entre posseiros/índios e grandes proprietários, na defesa dos territórios. Na Figura 6 temos a configuração inicial dos habitantes nesse tempo da formação da Prelazia. A capacidade de envolvimento e de comunicação externa da circunscrição religiosa modifica a forma de ver aqueles que eram considerados desvalidos. Havia uma autoridade, ainda que de caráter religioso, posicionando-se a favor de direitos humanos a todos. Os acontecimentos favorecem o desenvolvimento de certo poder paralelo que vai se tornando evidente pela força das igrejas cristãs que enviavam missionários. Sendo que a que se sobressaiu foi a igreja católica, especialmente pela posição da Prelazia.

Figura 6 – Configuração dos habitantes no início

O território que a Prelazia abrange foi **desmembrado das Prelazias de Registro do Araguaia, de Conceição do Araguaia e de Cristalândia**. A maior parte dele pertencendo ao Mato Grosso, atinge também uma área do Goiás, que é a Ilha do Bananal. O território total alcança uns 150.000 kms<sup>2</sup>.

Seria difícil dar uma estatística do pessoal morador dentro da Prelazia. 50 ou 60 mil habitantes? Espalhados nas beiras do Araguaia, Rio das Mortes, Xingu, Jaburu, Tapirapé, Cristalino e outros rios; ou procurando os córregos do sertão; concentrados provisoriamente por causa do serviço nas grandes Fazendas da demarcação, ou agrupados nas cidades e povoados de Luciara, São Félix, Santa Terezinha, Santa Isabel do Morro, Santo Antônio, Pontinópolis, Barreira Amarela, Campos Limpos e outros mais.

Sertanejos nordestinos, a maioria dos moradores, enfrentando, como desbravadores anônimos e desamparados, todo perigo e dureza.

A situação dos índios — os mais legítimos habitantes da região, nas várias tribos dos carajás, xavantes, tapirapés, e os diferentes grupos do Parque Nacional do Xingu — é bem conhecida de todos. Como também a problemática do SPI e os novos intentos, difíceis, da FUNAI.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Alvorada, número 4, julho, 1970, p. 2. Doc. A16.0.04 P2.4.

Essas situações e mais a chegada dos proprietários de títulos que demarcavam grandes extensões de terra geraram os conflitos com a interferência de militares e a atuação pouco efetiva do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da Fundação Nacional do Índio (Funai). O conflito descrito abaixo é apenas um dos muitos entre posseiros e latifundiários nas terras de Mato Grosso e outros estados da região Norte; especialmente durante a política de povoamento de terras ditas devolutas pelo governo militar.

Essa política de povoamento das regiões centrais do Brasil, iniciada no governo Kubitschek e retomada com outras características no regime militar, tinha o objetivo estratégico de integrar a Amazônia e o Centro-Oeste a outras regiões do país, baseada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacional. O Estatuto da Terra (Lei nº 4505/64) legitimou ações de regularização pelo governo federal. As ações se desenvolveram nessas regiões “[...] articuladas aos diversos programas de desenvolvimento regional (PIN, Proterra, Poloamazônia, Polocentro, Polonordeste) implantados nas áreas que compõem a Amazônia Legal.” (MORENO, 2005, p. 52).

Quando a prelazia foi criada, já havia ocorrido na região o conflito com a Codeara, Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, do grupo BCN (Banco de Crédito Nacional). Esta companhia ocupou uma área de 400.000 hectares, formando a fazenda Codeara, e contratou grande número de pistoleiros, que em 1966 chegaram a Santa Teresinha, povoado da futura Prelazia de São Félix. As terras se estendiam sobre as roças de numerosas posses, alcançando também a área urbana do povoado. A Codeara ordenou aos jagunços que limpassem a área. O objetivo era destruir totalmente as roças e casas dos posseiros, desrespeitando a organização do povoado, suas leis e costumes. Até o ambulatório em construção pelos posseiros foi derrubado por tratores, que deixaram vários feridos. (IOKOI, 1996, p. 122).

Todavia, pelas décadas de 1980 e 1990, há questões políticas que dão outros rumos aos interesses dos conflitos de terras e modificam o cenário social e geográfico na região. Uma das questões relevantes foi a eleição de prefeitos do partido político apoiado pela Prelazia, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB),<sup>16</sup> em quatro municípios importantes da região. Pelas informações registradas na Figura 7, percebemos que o envolvimento da Prelazia com a política partidária, embora não tenha sido uma decisão unânime, fortaleceu o poder de defesa dos direitos legais, por parte dos dirigentes, por serem agentes pastorais já engajados nas lutas

<sup>16</sup> A extinção do MDB deu-se em 20 de dezembro de 1979, quando o sistema bipartidário chegou ao fim, surgindo em seu lugar o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, liderado por Ulysses Guimarães. [...] Formalmente a Lei dos partidos políticos de 1979 extinguiu MDB e ARENA, mas há fontes que apontam que o PMDB seria o MDB com novo nome. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_Democratico\\_Brasileiro\\_\(1966\)#Historia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democratico_Brasileiro_(1966)#Historia).

cotidianas. Isso foi considerado como um desfalque no trabalho de evangelização; além dos agentes pastorais que se elegeram como prefeitos, outros os acompanharam para comporem as frentes de trabalho nestas prefeituras, em cargos nos setores administrativos e também nas áreas educacionais, como podemos observar a seguir:

Figura 7 – Prefeitos eleitos pela Prelazia

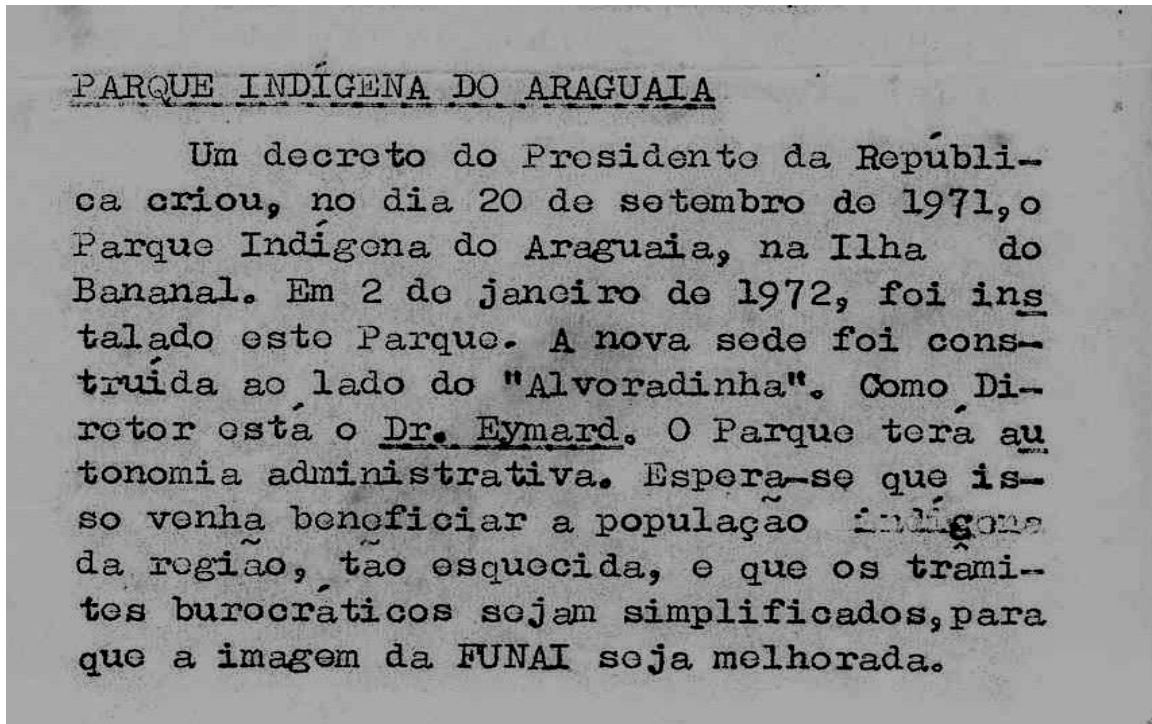
de Política a mais envolvida.<sup>(34)</sup> O resultado deste trabalho foi a eleição de três Prefeitos com a legenda do PMDB (Corrente Popular). Eram eles: Pontim (S. Félix) Tadeu (S. Terezinha) e Diá (Ribeirão/Cascalheira). Alguns agentes pastorais passam a trabalhar na área administrativa ou educacional das Prefeituras Populares. Na verdade, isto significou a evasão de 10 agentes pastorais, aproximadamente um terço do total de agentes, dentre os melhores, conforme a afirmação de um dos membros mais antigos da Prelazia. Em 1986, Regina foi eleita Deputada Estadual e Casção tornou-se prefeito de Porto Alegre do Norte.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Levantamento Pastoral, ISER, 1990. Doc. A44.0.01 P055.178.

O entusiasmo de ter alguém que não era parte da política de governo que se fazia até então deu ânimo e promoveu alteração nas dificuldades e nos principais motivos da ansiedade daquelas pessoas. “A década de 80 foi um tempo de mudanças na região de São Félix. A diversificação social, a modernização e, o que é mais importante, o fim da ditadura militar, em 1985, foram fatos decisivos.” (ESCRIBANO, 2000, p. 116). E, a partir da década de 1990 aumenta o fluxo dos gaúchos à região. Constituiu-se uma classe média rural e amenizaram-se os conflitos de terras a partir da legalização de várias posses pelo governo, agora um governo democrático. “Antes dos gaúchos e do crescimento econômico que provocaram, a região tinha apenas índios, posseiros, peões e latifundiários. Apenas dois lados. Agora há uma classe média incipiente formada pelos pequenos proprietários e comerciantes.” (ESCRIBANO, 2000, p. 116).

Entretanto, as terras indígenas, por exemplo, vinham sofrendo demarcações e invasões que encurtavam os territórios e expulsavam-nos para cada vez mais longe. A criação do Parque Indígena do Araguaia (Figura 8), uma das medidas tomadas pelo governo federal para pacificação, encontra-se noticiada também no Alvorada, mostrando a função do Informativo de registrar, informar e divulgar os acontecimentos. A intenção de criação desse Parque seria dar apoio às aldeias e preservar as terras que lhes são destinadas por meio de ações da Funai.

Figura 8 – Parque indígena do Araguaia



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, Ano III, nº1, 1972. Doc. A16.0.09 P2.2.

A criação de parques e reservas pareceu mais uma forma de controle para que os indígenas ficassem restritos aos espaços que compreendem estas áreas.

As terras indígenas no Brasil foram e são alvo de conflitos entre os seus habitantes naturais e os chegantes com vistas a se apropriarem delas. Aqui se percebe o problema enfrentado pelos índios até mesmo com os órgãos protetores, no caso a FUNAI e a descrença de que realmente alguma coisa será feita em seu benefício. As terras dos Karajá, como as dos demais povos indígenas, têm sido alvo de invasões de fazendeiros e criadores de gado. Nem mesmo a criação de reservas preservou as aldeias da exploração das terras. Em 1959 é criado o Parque Nacional do Araguaia, que abrange a Ilha do Bananal, mas apenas em 1971 é criado o Parque Indígena Araguaia, que assegura as terras dos Karajá e dos Javaé. No entanto, no traçado do Parque Indígena do Araguaia, as várias aldeias da margem mato-grossense não são incorporadas. Juridicamente, são terras Karajá a parte sul da Ilha do Bananal e duas pequenas reservas no Estado do Mato Grosso. Mas essas terras têm mais de 1200 invasões de posseiros e fazendeiros que "arrendam" as pastagens naturais da Ilha, por intermédio da FUNAI. (OPAN/CIMI, 1978, p. 157).

A pesquisadora Creusa Salette de Oliveira, na sua obra *Os Karajá do Araguaia*, registra uma pesquisa que fez sobre esses índios, mostrando que mesmo com o passar do tempo, mudando as políticas e amenizando os conflitos, o problema com demarcações e invasões é perene, embora a Ilha do Bananal agora seja totalmente reserva: "Atualmente, depois de muita luta, os Karajá conseguiram que os posseiros e fazendeiros se retirassem." (OLIVEIRA, 2015, p. 36).

As informações abaixo demonstram disputas de territórios entre os municípios (Figura 9) e/ou povoados e os grandes proprietários que foram adquirindo as terras ou simplesmente procurando desocupá-las, expulsando os posseiros, os pequenos proprietários. Além disso, outro problema foi a morosidade nas decisões do governo em legalizar as posses e homologar as terras destinadas aos índios. Praticamente não houve demarcação de terras indígenas nos anos 1970. A chegada de donos com títulos de posse simplesmente forçava os pequenos proprietários a sair, apesar de estarem produzindo alimentos nas suas propriedades. Eles eram obrigados a abandonar tudo e irem a busca de outros lugares ou, se enfrentassem, até perderem a vida. E não podiam reclamar os direitos porque as divisas já estavam demarcadas em documentos feitos nos cartórios de Barra do Garças ou até mesmo documentação produzida pelo Inca.

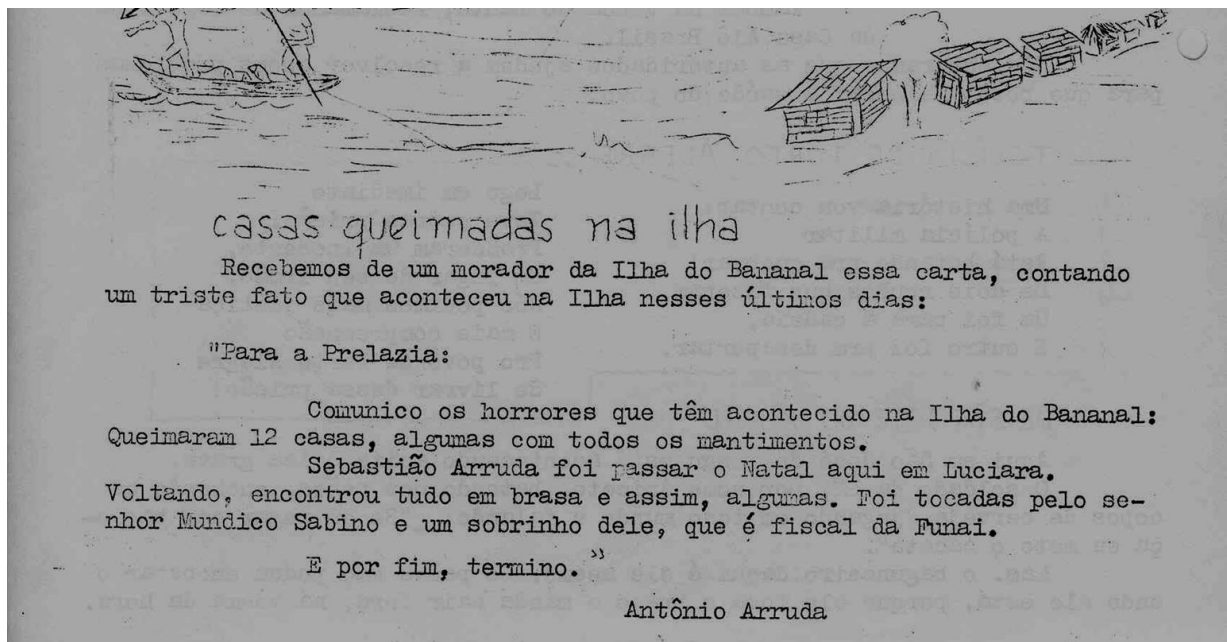
Figura 9 – Disputas por terras

<p>O distrito de <u>Santo Antônio</u> está ameaçado de ser absorvido pela fazenda "Mururé" - dos Abdalla-, dirigida pelo gerente sr. Décio Felipe.</p> <p>Na <u>Barreira Amarela</u>, de um lado, a fazenda "Mururé" abriu picada comendo todas as roças do povoado; de outro lado, uma nova fazenda só deixa fora de sua picada três casas de posseiros.</p> <p>Os moradores da <u>Ilha do Bananal</u> vêm subir os impostos e, depois de uns 10 anos de proibições e licenças oficiais, ainda hoje não sabem para onde ir.</p> <p>No <u>Ribeirão Bonito</u> e na <u>Cascalheira</u> continuam chegando pretensos "donos" das terras, ameaçando, atirando, queimando!</p> <p>Os posseiros da <u>Azulona</u>, depois de tantas arbitrariedades sofridas, de parte do sr. Meloni e da Polícia, estão completamente cercados pela fazenda "Agropasa" que recentemente vêm comprando do senhor Meloni aquelas terras.</p> <p><u>PONTINÓPOLIS ESTÁ PREOCUPADO</u></p> <p>Além dos vários poderosos, não posseiros, -gerente e administrador da Suiá-Missu, etc-, que vêm ocupando as terras do Patrimônio, agora ocupou 100 alqueires da Impuca Grande o sr. Bertoldo, cunhado do prefeito de Barra do Garças.</p> <p>Ele veio a Pontinópolis como enfrentante do Grupo Escolar. Construir o Grupo é uma velha dívida da Prefeitura, e faz anos que há uma verba reservada para esse fim. O sr. Bertoldo, então, não estaria fazendo ao povoado nenhum favor gratuito. Por outra parte, ele é fazendeiro em Goiás e dono de hotel.</p> <p>É justo que a pouca terra de Pontinópolis seja para os muitos posseiros que precisam dela.</p>	<p>Em <u>Serra Nova</u>, onde nunca se quis dar ao povo terra para plantar e onde se esmagou o intento mais elementar de sobrevivência, falou-se entretanto, de uma cooperativa -que seria artificial- e se entregou à população uma bandeira...</p> <p>A "Trenova", tantas vezes em luta com <u>Porto Alegre</u>, passou para os donos da "Sapeva". Em que ficará aquele simples protocolo inicial que se fez entre Porto Alegre e os anteriores donos da "Trenova"?</p> <p>As inúmeras famílias expulsas pelo falecido Domingos Marques, tendo perdido as casas e bemfeitorias de vários anos, estão se agrupando no povoado de <u>São Sebastião</u>. Para fazer o quê? Em que terra? E com que garantias?</p> <p>Sómente em <u>Santa Terezinha</u> quase todos os posseiros têm seus lotes demarcados. Faltam apenas 20. Mas mesmo assim nenhum título de propriedade chegou às mãos de algum morador.</p> <p style="text-align: center;"><b>TERRA! TERRA! TERRA!</b></p>
--	--

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, fevereiro de 1974, p.3. Doc. A16.0.13 P3.3.

Observamos que não havia uma convivência harmônica mesmo entre os camponeses que buscavam o apoio da igreja para se manterem na terra. Conforme Duarte (2003), vários fatores contribuíram para o crescimento dos conflitos e passavam principalmente pela crise da agricultura com os pequenos proprietários, pela falta de apoio governamental para pequenas propriedades, o desemprego nas áreas urbanas, a falta de alternativas para absorção das famílias rurais que perdiam seu meio de subsistência. Seja a propriedade adquirida ou a ocupação por posse no meio rural, as medidas do Governo foram responsáveis pela expulsão de pequenos produtores e fazendeiros das terras indígenas homologadas, como a Ilha do Bananal, e agravou conflitos em torno da definição do domínio ou posse e uso de terras, conforme indica a Figura 10. Por isso o território tem uma configuração moldável a cada situação e foi sofrendo transformações.

Figura 10 – Casas queimadas na Ilha do Bananal



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Alvorada, Mato Grosso, Brasil, janeiro/1981. Doc. A16.1.13 P08.14.

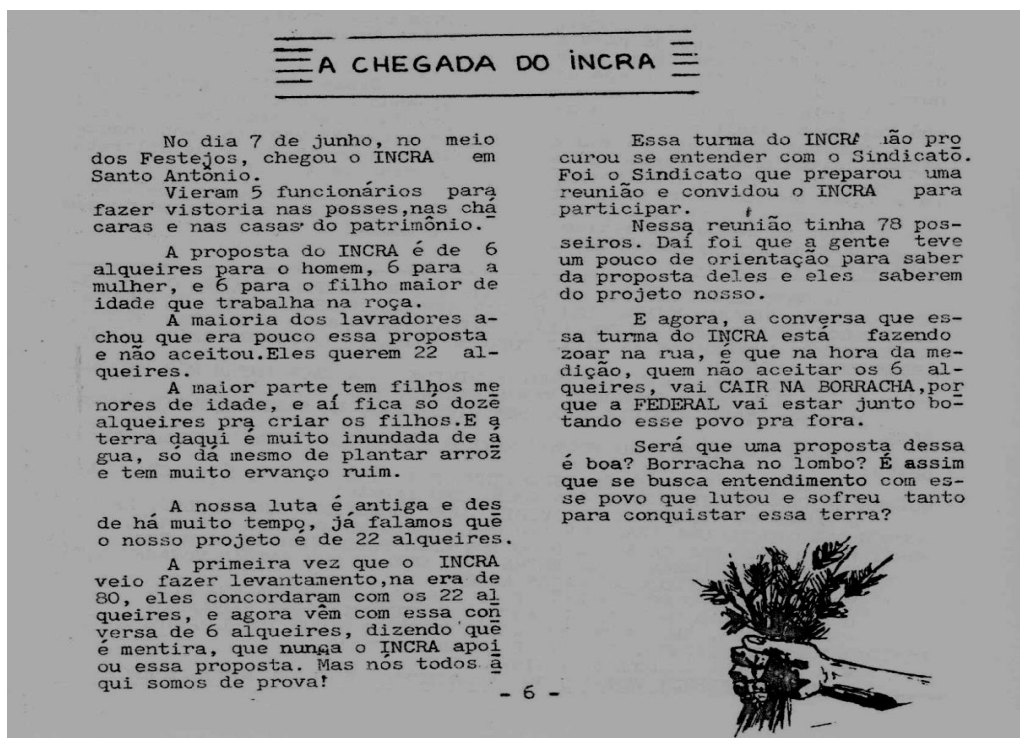
Dentre os motivos estruturais do conflito está o valor da terra para cultivo agrícola, motivo presente desde o surgimento de disputas pela terra. A sua valorização está ligada à questão da titulação de propriedade, porque esse título garante aos proprietários o acesso a bens, insumos e investimentos, a diminuição dos custos empregados para a defesa dessa terra titulada consequentemente elevando mais ainda o seu valor pela expansão de mercado. É nesse momento que a demarcação de fronteiras se torna imprescindível. Os conflitos cujos atores são

posseiros, de um lado, grileiros e fazendeiros de outro na luta pela definição de títulos explica a violência das fronteiras. Estabelecer os domínios e saber a delimitação da propriedade era condição importante para ingressar nas modernidades implantadas pelo governo:

A modernização da agropecuária na região Norte e Centro-Oeste correspondeu à sua inserção no “modelo de economia aberta”, adquirindo maquinário, insumos básicos e bens de consumo e, ao mesmo tempo, produzindo para o mercado nacional e estrangeiro. A produção para o mercado nacional [...] garantiria a maior realização do capital, e a produção para exportação teve como objetivos reduzir o déficit da balança comercial e aumentar o suprimento de agrodólares para manter as novas tecnologias necessárias para o setor industrial. (DUARTE, 2003, p. 42).

Por meio do Incra, como mostra a Figura 11, o Governo Figueiredo começa a legalizar terras e a incentivar a produção com o *slogan* “Plante que o João Garante”, medida que trouxe um novo personagem para esses cenários: os imigrantes do Sul, que vinham em busca de terras baratas para a produção de monoculturas, principalmente da soja. Eles compravam ou se apossavam de lotes, onde procuravam logo produzir, mas o que era dito nem sempre era o que se realizava efetivamente. Como exemplo podemos observar uma medida do Incra nas terras de Santo Antônio, uma das localidades de conflito em 1982:

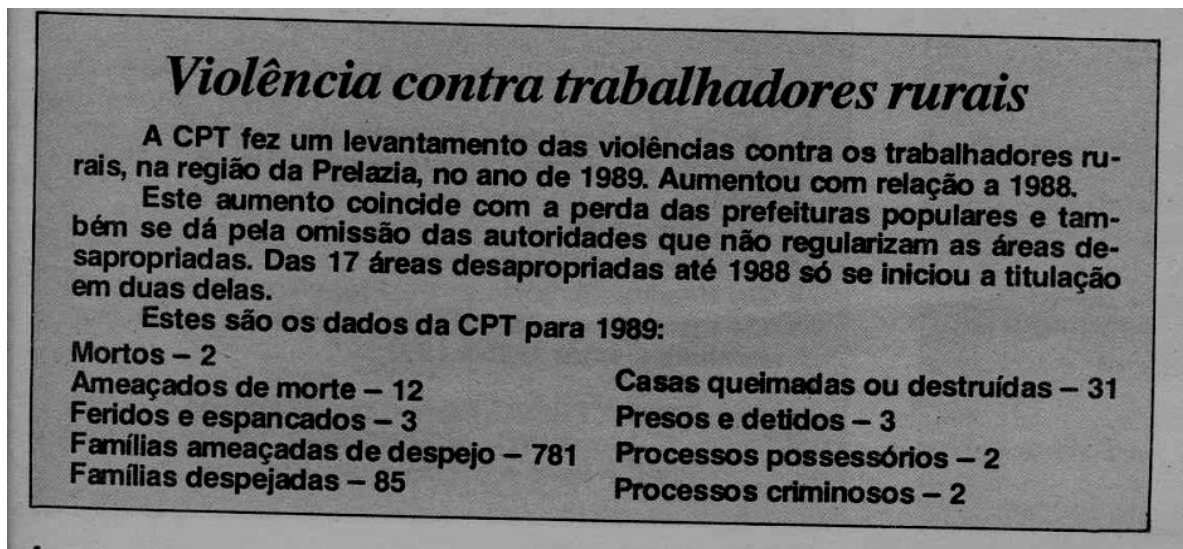
Figura 11 – A chegada do Incra



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Alvorada, Mato Grosso, Brasil, julho-agosto, 1982. p. 6. Doc. A16.1.29 P06.26.

Se a esperança era de que haveria melhoras com a presença do Incra, parece que as coisas aconteciam muito lentamente. Em 1989 poucas mudanças tinham acontecido nas disputas por terras. Mesmo com as legalizações, como mostra a Figura 12, a ordem não se estabelecia ou as leis eram descumpridas por quem queria a terra de qualquer jeito. Apesar da ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 e atuante junto aos pequenos produtores, posseiros e índios, a violência continuava.

Figura 12 – Violência contra trabalhadores rurais



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, ano 20, nº154 – janeiro-fevereiro, 1990, p.4. Doc. A16.9.01 P4.8

A Prelazia de São Félix do Araguaia desde o início foi um espaço de problematização de temas religiosos, políticos, sociais e educacionais. Embora não seja proprietária de terras, bens imobiliários ou de qualquer outra natureza, tem um campo de atuação vinculado à arquidiocese de Cuiabá, que abrange 15 municípios da região Nordeste de Mato Grosso. O seu propósito é de evangelizar e promover a garantia dos direitos humanos especialmente aos menos favorecidos. Uma escolha baseada no evangelho de libertação cristã.

A região tem um histórico de ocupação pela população, dita civilizada e branca, de um tempo razoavelmente recente se tomarmos como base outras regiões da parte central do Brasil. Pode-se dizer que a Regional Oeste 2<sup>17</sup> (denominação das regionais das CEBs, este especificamente

<sup>17</sup> As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), são grupos de cristãos leigos, geralmente pobres, que se reúnem regularmente, nas casas de famílias ou em centros comunitários, a fim de ouvir e aprofundar a Palavra de Deus, alimentar a comunhão fraterna e assumir o compromisso cristão no mundo. Criadas início da década de 60 muito embora tenham sido sementeadas alguns anos antes, nasciam da necessidade do povo se unir, para melhor

pertence à Província Eclesiástica de Cuiabá e ao Conselho Episcopal Regional Oeste II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo sufragânea da Arquidiocese de Cuiabá.), que, segundo Iokoi (1996, p. 116) compreende parte do Mato Grosso e do Tocantins, teve ocupação efetiva a partir da década de 1950, sendo que antes havia a predominância do elemento indígena por séculos. Não que não houvesse sido visitada desde as entradas e bandeiras, mas com pouca fixação à terra, especialmente nos lugares mais longínquos do Araguaia e do Tocantins. Eram principalmente terras indígenas, que foram sendo invadidas pelos costumes dos brancos e modificadas por sua ocupação.

**O homem:** Descrevemos aqui os elementos territoriais que estiveram presentes, a partir da década de 1970, nas relações pessoais e sociais dos habitantes da Prelazia de São Félix do Araguaia. Registramos o perfil do homem que compôs o crescimento demográfico dos territórios pesquisados. A sequência se fez com o recurso metodológico de linha do tempo, possibilitando observar a caminhada em progressão temporal, no sentido de caminhada histórica (MARTINS, 2009) empreendida pelo sertanejo, voluntária ou involuntariamente.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que a chegada de migrantes estabelece uma miscigenação com quem já se encontrava ali, que resultará em imbricamentos de culturas e modos de viver em uma diversidade formada por várias etnias indígenas, gente de várias regiões do Brasil, cada um com seu jeito, seus costumes. O que, ao nosso ver, tem como consequência, pelo menos por algum tempo, a perda da identidade de origem. No início era maior a migração de nordestinos em busca de terra, as *Bandeiras Verdes* (VIEIRA, 2001), e/ou de trabalho para sobreviver.

A configuração do território como Prelazia sabemos que foi oficializada em 1970, pouco depois da chegada do padre Pedro Casaldáliga, sagrado bispo em 1971 e do irmão Manuel Luzón à região: “Depois de um curso de aculturação, foi servir como missionário em um trabalho de evangelização e catequese, na região do Araguaia, em terras mato-grossenses, onde, dois anos após, o Papa Paulo VI criou a Prelazia de São Félix.” (DUARTE, 2003, p. 56). A partir de 1968, Pedro Casaldáliga passa a habitar também este território, juntamente com outros missionários, missionárias e leigos que tinham a missão de evangelizar. Era assim que se encontrava habitada a região, no início dos anos 1970, considerado marco inicial da pesquisa.

Os incentivos agropecuários do governo militar como já vimos, culminaram com a fixação de empresas, latifundiários e associados donos (nem sempre de maneira legal) de grandes extensões para plantio e criação de gado visando à exportação; as tentativas de

---

participar da Igreja, saber seus direitos, discutir os problemas e procurar resolvê-los. [...] São subdivididas em Regionais. Disponível em: <http://prelaziastfaraguaia.wixsite.com/prelazia/cebs>.

legalização de posses e documentação de lotes possibilitaram, nas décadas de 1980 e 1990 o aumento de migrantes do Sul já que as suas terras começaram a se desertificar devido ao constante uso para produção sem descanso, conforme dados do relatório da Embrapa (2002), sobre o uso agrícola do solo nas várias regiões do Brasil.

O Levantamento Pastoral produzido pelo Instituto de Pesquisa da Religião do Rio de Janeiro (ISER), em 1990, foi tomado como base para alguns registros sobre o homem que habitava/habitou e constituiu a terra da Prelazia desde a sua instituição até o final das duas primeiras décadas:

Até o momento da instalação da Prelazia, em 1970, a região era área de “desobriga”<sup>18</sup> e missões indígenas, sendo a sua população constituída quase que apenas de índios e de posseiros. A presença viva da Igreja resumia-se nas Irmãzinhas junto aos Tapirapé e ao Pe. Jentel, como seus elementos permanentes. É na década de 1970, quando a região passa por um intenso processo de expulsão dos posseiros, que a Prelazia, recém-criada, constrói sua rede de CEBs. Era natural, portanto que essa rede de comunidades estivesse intimamente ligada às lutas dos índios e posseiros, como um canal de expressão pública dos oprimidos da terra. Essa opção pastoral imprimiu a marca da Prelazia, que em consequência veio a ganhar dimensão nacional tornando seu bispo uma figura mundialmente conhecida. (ISER, 1990, p. 21)

As décadas de 1970 e de 1980 formam um período em que a Prelazia se firmou como poder eclesialístico na região, em que houve lutas por terras e pelo direito de viver nelas, confrontos entre a igreja e, muitas vezes, o estado. Embates com latifundiários, uma vez que a opção da igreja na Prelazia era pelos pobres,<sup>19</sup> que estavam sendo explorados. A categoria *pobre*

---

<sup>18</sup> Desobriga (passagem esporádica do padre em determinada região para sacramentos e missas sem, contudo, permanecer no lugar): “A desobriga sacramentalizou sem evangelizar, sem edificar Igreja. Os sacramentos são mais uma “benção”. Procura-se o batismo dos filhos como uma saída automática do paganismo, como um salvo-conduto e até como um remédio. Pede-se até batizar os filhos já mortos. O crisma é apenas uma nova oportunidade de arranjar padrinhos: duvido que uma dúzia de pessoas de toda a região pudesse dar sua idéia certa do que realmente é a Confirmação. A eucaristia é ignorada. A Missa é uma reza. Quando o padre passava, nas desobrigas, eram “batizados” sobre o altar os santinhos e as imagens. E escutava-se com fé, mas sem poder entender. E aquela era a oportunidade do encontro, dos noivados fulminantes, dos batizados, de casamento “no queima” das festas e das bebedeiras, das brigas e tiros também. O casamento “no padre”, “pela Igreja”, “religioso”, é reconhecido como o verdadeiro matrimônio, porém aceita-se com a maior naturalidade o simples casamento civil, durante anos, ou o amigamento, e se “largam” marido e mulher com uma freqüência preocupante. O sacerdote, o padre batiza e casa, traz remédios, dá carona, sabe muito. É diferente. Está de passagem. É respeitado, até o medo. (O povo conheceu muitos padres “bravos”). E quase sempre é um estrangeiro. Certamente esta imagem do padre, na Prelazia, está-se modificando, e essa mudança questiona e compromete a fé do povo.” (CASALDÁLIGA, 1971, p. 5).

<sup>19</sup> Opção preferencial pelos pobres: é a expressão teológica que subjaz ao compromisso cristão. Os pobres foram os privilegiados por Jesus, não pelo fato de serem bons e abertos, mas pelo fato de serem pobres (Puebla n. 1.142): “Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarnecida [pela pobreza]. Por isso Deus toma sua defesa. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários de sua missão” (n. 1.142). Assumindo a causa da justiça dos pobres a Igreja coloca-se no mais

aqui é um termo que será usado com a visão da Teologia da Libertação. Encontram-se nesta categoria os “peões”, posseiros, desempregados e/ou outros trabalhadores de pouca renda em geral. Mas não apenas os que se encontram em desvantagem econômica, e sim todo sujeito da injustiça. Uma das preocupações era com a pouca instrução devido à precariedade das escolas que existiam na região. Esses acontecimentos foram moldando a igreja na Prelazia. Ainda na década de 1980, algumas medidas tomadas pelo governo federal mudaram as características do imigrante que procurava trabalho nos grandes latifúndios constituídos meio que à revelia da lei, especialmente nas regiões Norte e Centro Oeste do Brasil.

Nas décadas de 70 e 80 o forte apoio financeiro e tecnológico promovido pelo governo através de programas e incentivos fiscais, como a criação da Embrapa e do Sistema Nacional de Pesquisa Agrícola, marcou o início de um forte processo de apoio a modernização da agricultura brasileira, com uso mais intensivo de capital e de tecnologias de produção. Os efeitos mais evidentes destas políticas começaram a se manifestar desde o início da década de 80, quando o crescimento da agricultura brasileira passou a ser determinado mais pelos ganhos crescentes de produtividade do que pela expansão da área cultivada. (MANZATTO; FREITAS JUNIOR; PERES, 2002, p. 40).

Vinham pela propaganda de bons salários para desbravar o território ou possibilidade de aquisição de terras baratas.

O censo demográfico de 1980 apontava uma população predominantemente masculina (55%), católica (85%) e mestiça (“parda”) nos três municípios então existentes – Canarana, Luciara e São Félix, com taxas bastante semelhantes ao estado do Mato Grosso como um todo, nestes aspectos. O maior percentual de homens talvez pudesse ser explicado pela imigração, bastante acentuada, que traz estes na frente, ou isoladamente, em busca de trabalho. (ISER, 1990, p. 6).

Essa população de imigrantes que se formou, predominantemente de pessoas sem bens materiais, antigos posseiros que eram desapropriados, peões que vinha para trabalhar nas grandes fazendas e eram praticamente escravizados, pessoas, em sua maioria, de poucos pertences e nenhuma assistência, encontravam na igreja católica alguma proteção e muita esperança. Assim, é natural que formassem um grupo consistente de seguidores em benefício de uma causa.

---

puro seguimento de Jesus. João Paulo II aos bispos em Puebla recordou que o compromisso de Jesus foi “um compromisso com os mais necessitados” (BOFF, 1994, p. 51).

Duarte (2003, p. 58) atentou para a forma de ocupação que se tornou comum no século XX: “Antes de 1964, a ocupação das terras devolutas se dava mediante a ocupação efetiva e o seu cultivo, para, depois, se requisitar o título definitivo.” Com o grande fluxo de pessoas, principalmente vindas do Nordeste, foi que o Governo, pelo Decreto Governamental 62, de 04/05/1973, tomou as medidas de desenvolvimento, com o Incra, legalizando algumas propriedades e desapropriando outras cujas terras eram vendidas a grandes empresas do Sul e Sudeste. Além disso, a forma de ocupação pelo cultivo possibilitou a chegada de aventureiros que desapropriavam pequenos produtores mesmo à bala e anexavam suas terras dominando grandes extensões.

A transposição migratória a partir da segunda metade do século XX prejudicou de muitas formas os índios porque foi expulsando-os para as matas ainda intocadas. Os embates entre índios e brancos nas terras do norte de Mato Grosso, as doenças trazidas também pelos brancos e a ocupação de terras sem nenhum respeito foram dizimando populações de aldeias inteiras, uma vez que não conseguiam se defender. Apesar do trabalho de sertanistas, das denúncias inclusive para órgãos pacifistas e humanitários dentro e fora do Brasil, foi desastrosa esta ação.

No século XIX, o governo colonial procurou incentivar a ocupação das margens do Araguaia e Tocantins. Visando a apoiar a navegação, o governador da Capitania fundou o presídio de Santa Maria, localizado nas proximidades da cachoeira do mesmo nome. No ano seguinte, temendo ser escravizados, os Karajá formaram uma coligação, unindo-se aos Xavante, Xerente e Karajaí [...]. Juntos, destruíram o presídio e expulsaram os colonizadores. Os Karajá habitavam, então, ambas as margens do rio Araguaia, desde a foz do rio Crixás até a boca ou furo, abaixo da Ilha do Bananal. (OLIVEIRA, 2015, p. 44-45).

Mesmo com os esforços de preservação da terra e de valorização da vida, na Prelazia esta era também uma realidade.

O processo migratório empreendido por eles [os índios], séculos antes, vencendo uma enorme extensão de terra, desde as regiões litorâneas até adentrarem no centro do Brasil, chamou a atenção dos antropólogos que os estudaram (Balduz 1970; Wagley 1988), principalmente por se constituírem em um grupo Tupi, vivendo entre povos Macro-Jê, como os Karajá, Kayapó e Xavante. As frentes de expansão colonial e o aprisionamento de indígenas pelas excursões promovidas pelos bandeirantes podem ter motivado o longo deslocamento [...]. (PAULA, 2014, p. 19).

A professora Eunice Dias de Paula, que vive entre os Apywãwa desde a década de 1970, junto com Luiz Gouvêa de Paula, seu esposo e companheiro no trabalho, e continua, nos dias

atuais, em contato com a aldeia desde a criação da primeira escola deles, registra, na sua obra sobre o processo de povoamento das terras da região do Araguaia:

Quando os brancos começaram a se instalar, principalmente no meio do século passado, (século XX) encontraram o território que hoje é a Prelazia dominado pelos Carajá, do grupo macrolinguístico Gê, o maior entre os grupos da região, com pouco mais de 1900 indígenas. (PAULA, 2014, p. 82).

A Constituição de 1988 favoreceu algumas dessas modificações, especialmente na intenção da reforma agrária em que os setores mais democráticos conseguiram justificar a função social da propriedade agrária como condição de desapropriação para fazer valer o direito agrário. Foi introduzido um dispositivo na Constituição estabelecendo o princípio de que a propriedade produtiva cumpria a função social da propriedade e assim não era passível de desapropriação para fins de reforma agrária. Em contrapartida, a propriedade que não cumpre esses e outros requisitos de sua função social, como, por exemplo, utilizar o trabalho semelhante ao trabalho escravo ou cometer crimes ambientais, é passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2012, p. 108).

Tais medidas foram transformando de algum modo a feição dos municípios e distritos, de modo que na década de 1990 havia uma população muito diversificada, em que os índices urbanos e rurais quase que se equiparavam.

Ainda que o “progresso” não tenha sido trazido pelos capitalistas, no sentido de um desenvolvimento social harmônico, a modernização da região é algo evidente, inclusive como estratégia das forças repressivas, interessadas em manter a “segurança” nesta região. As malhas urbanas vão se constituindo, ainda que a atividade econômica mantenha-se essencialmente agrária. [...] A estrutura social apresenta-se mais estratificada. Não mais apenas peões, posseiros e os representantes diretos do grande capital, como na época do desbravamento e implantação. Uma pequena rede de serviços se instalou, o comércio floresceu, grandes levas de colonos ocuparam algumas áreas, cresceu o número de funcionários públicos com a multiplicação e desenvolvimento das administrações municipais. (ISER, 1990, p. 9).

A diversificação da população a partir dos anos 1990 aumentou as contradições mesmo dentro da própria religião no seio da Igreja. “E depois a leva dos que vieram do Sul, né? Eles vieram com dinheiro, vieram com conhecimentos tecnológicos, também com uma cultura formada. Do ponto de vista religioso eles vieram trazendo toda a estrutura comunitária, que tinha lá no Sul.” (Dom Adriano, 21/07/2017). Em algumas comunidades, conforme explica Dom Adriano (2017) os que chegavam procuravam se relacionar e se adequar aos costumes da comunidade em que estavam. Mas para participarem deveriam estar em consonância com as ideias políticas da igreja, dos sindicatos, das associações e do partido político apoiado pela Prelazia. Isso dificultava a aproximação. E estas questões se refletem em outros setores, como por exemplo, nos ambientes de educação, em que a igreja tem livre acesso.

Ao iniciar-se a década de 1990, o contexto é outro. A agro-indústria e as áreas de colonização já apresentam sinais de consolidação. Os conflitos de terra perderam sua intensidade, as cidades cresceram e a população não pode mais ser simplesmente distribuída entre índios, “posseiros” e “chegantes”. A relativa estabilização da região, porém, não se refletiu numa reorganização da Prelazia, cuja base continuou sendo, exclusivamente, a rede de comunidades. (ISER, 1990, p. 21).

Pelas observações do relatório do ISER podemos perceber que a realidade externa foi tornando mais difícil a homogeneidade do trabalho pastoral. A partir dessa estabilização da região e a diversificação no perfil dos habitantes e dos frequentadores da igreja, com migrantes de vários lugares, com costumes diferentes. Nas comunidades eclesiais, a participação dos crentes é avaliada pelo seu comprometimento com as causas da igreja. “Fala-se também que a Prelazia deveria elaborar propostas alternativas para desenvolvimento da região, saindo da posição de eterna contestadora e empecilho ao progresso. A questão é, como fazer isso sem cair na armadilha de modelo de progresso que combateu?” (ISER, 1990, p. 24). O relatório em questão foi elaborado em 1990. Muitas coisas realmente se modificaram, aquele projeto que possibilitou na região a eleição de prefeitos de uma linha mais socialista enfraqueceu, mas a história que se construiu nas duas décadas anteriores influenciou e continua influenciando os filhos do lugar, de modo que procuram manter as conquistas de direitos e trabalhar em defesa da terra e do povo, nas suas contradições.

No mundo do trabalho há também uma história de exploração e contradições. Não encontramos descrição do regime de trabalho adotado nos primeiros tempos que explicasse, por exemplo, formas de contratação da mão de obra. Segundo a prefeita de São Félix do Araguaia

(2017), não há registros que possam nos dizer como eram os contratos até o final do século XX. Na Figura 13, apresentamos informações encontradas no Alvorada, nos arquivos da Prelazia.

Como a notícia abaixo, vimos em vários números do Alvorada histórias semelhantes. Muitas vezes os peões trabalhavam em troca de comida e lugar para morar. Vinham de longe buscando uma vida melhor e não conseguiam condições de trabalho justas e legais. Para não passarem fome e outras necessidades básicas, enfrentavam o que ofereciam para se manterem. Às vezes não conseguiam nem isso.

Figura 13 – Condição de trabalho de peões das grandes fazendas


Agora é a vez da BRIDÃO BRASILEIRO.  
 Todos os dias chegam à Santa Terezinha trabalhadores que, depois de muitos meses de trabalho, nada recebem.

Francisco Antônio da Silva e Manoel Alves de Oliveira trabalharam lá durante quatro meses. No momento do acerto de contas o "gato" Martinzão não quis acertar. Fretaram um avião por \$ 1 500,00 a fim de buscá-lo para acertar diante do sargento. Martinzão simplesmente afirmou que não acertaria e que tinha armas na fazenda. E justificou: "Quem mexe com mais de trzentos homens, precisa de armas".

Os dois trabalhadores contam ainda que, no mês passado, Martinzão atirou em um peão conhecido por Pedrão, no momento do acerto de contas. Pedrão foi atendido no hospital de São Félix.

Outros trabalhadores, nestes dias últimos, saíram de lá fugidos, a pé. BRIDÃO fica a quarenta e cinco minutos de voo de Santa Terezinha.

Alguns já estiveram em Brasília e Guaiabá. Mas não se tem notícia de solução alguma.



E OS PEÕES DA SANTA CRUZ ?

No ano passado, a "ALVORADA" trazia uma notícia sobre uns quarenta peões jogados em Santa Terezinha por conta de briga entre fazendeiros que se diziam donos da mesma terra.

Ficaram em Santa Terezinha mais de um mês, esperando o falado doutor Antônio para acertar suas contas.

Depois de um mês as pensões cortaram o fornecimento de refeição e comércio cortou o fornecimento de mercadoria a esses homens.

Autoridades foram avisadas. O próprio Governador recebeu um apelo dos peões quando passou por Santa Terezinha.

Até hoje nada se resolveu. Os homens se espalharam e, pelo trabalho que realizaram na Fazenda Santa Cruz, para o doutor Antônio José Matoso, nada receberam.

Haverá uma solução de justiça?

E se os trabalhadores tivessem se revoltado contra essa injustiça, se rá que as autoridades ficariam tranquilas como estão?

O salário negado a quem trabalha é um crime que clama aos céus!

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Alvorada, A16.0.36 P5.5, agosto 1976.

As questões trabalhistas não são bem resolvidas entre os contratantes e contratados. Conforme os registros, muitas arbitrariedades foram cometidas e por isso mesmo os trabalhadores buscavam o apoio da igreja nas demandas dos problemas não resolvidos. As

denúncias de trabalho escravo continuaram e mesmo com sindicatos atuando. Principalmente os “gatos”, encarregados de contratar peões para as fazendas, como se vê no Alvorada (Figura 14), continuavam a agir até com ameaças de morte que, segundo moradores antigos da região, na maioria das vezes eram cumpridas:

Figura 14 – Ainda trabalho escravo na década de 1980

**Porto Alegre**

**“Gato” da FRENOVA engana trabalhadores**

Uma família com mais de 15 pessoas, veio da Bahia para trabalhar na Fazenda Pajáú, de onde foi mandada embora. Eles vieram a Canabrava procurando terra para plantar. Lá, foram iludidos pelo “gato” Luiz Banguê, da Destilaria Gameleira, Frenova. Um membro da família conta como é que foi:

“Lá adoecemos quase todos. Aí fomos cortados do armazém e do hospital. Éramos 15 com maleita”. A primeira pessoa doente era uma mulher grávida com malária, que o Luiz não queria dar assistência. Acabou sendo internada em Porto Alegre. Deu à luz à criança que com 2 dias morreu e depois de alguns dias morreu também a mãe. Já morreram ao todo 4 pessoas. A Frenova não dá assistência e nem o “gato” Luiz. “Pedimos para ele nos levar para trás e ele disse que não. Eu e mais 3 parentes fomos ao Sindicato, que mandou uma carta exigindo que ele tirasse o nosso pessoal da fazenda. Ele xingou o sindicato, disse que não tirava e ficou me perseguindo por ter feito a denúncia. Precisei dormir no mato. A mãe do Luiz Banguê, na hora que estávamos reunidos para vir embora, disse para todos presentes que ele já tinha matado um e podia

matar mais. Ela, a mãe, estava com uma espingarda de 12 tiros e várias balas no bolso. Mexia nas balas e dizia que aquilo era para matar peão. Também estavam dois filhos dele, de mais ou menos 13 anos, um com revólver 22 e outro com 38. Contamos isso de vista”.

A família está atualmente em Canabrava, estando 14 com maleita sem condições.



FOI CRIADA MAIS UMA DELEGACIA SINDICAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE LUCIARA. É A DE SÃO JOSÉ DO XINGU. O SINDICATO FICA MAIS FORTE COM CADA DELEGACIA FUNDADA. VAI FIRME, XINGU!

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.4.09 P5.8 novembro-dezembro 1985. (O documento se encontra com essa forma ao final das linhas, não foi cortado – explicação nossa).

A Constituição de 1988 trouxe alguns ganhos nos setores sociais e trabalhistas. O Alvorada registra uma breve explanação, informando sobre os direitos que foram garantidos pela nova Constituição Federal, como se pode ver na Figura 15. Pode-se dizer que não se chegou ao ideal, entretanto a mudança de formas de produção a partir da década de 1990, teoricamente deu rumos diferentes a esta relação contratantes e contratados.

Figura 15 – Direitos da nova Constituição

## DIREITOS DA NOVA CONSTITUIÇÃO


A Constituição foi promulgada, isto é, foi discutida, votada e aprovada. Todos sabemos que no seu todo não houve nenhum avanço, porém no que diz respeito aos direitos individuais e em alguns casos até nos sociais foram aprovados alguns princípios que poderão vir a beneficiar os trabalhadores, se respeitados. E para que sejam respeitados, necessário se faz que o trabalhador os conheça e **exija** o seu cumprimento.

Como na nossa região a informação demora a chegar, foi pedido à CPT que publicasse no ALVORADA quais foram as conquistas dos trabalhadores. Vamos fazer a publicação da seguinte forma: falaremos sobre "DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS" tocando a questão dos DIREITOS HUMANOS e TRABALHISTAS. Como são vários os incisos (item), cada número do ALVORADA falaremos sobre alguns.

**DIREITOS HUMANOS**

**Art. 5º, inciso XI,** "A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial."

Isto significa que ninguém pode entrar numa casa sem que o dono dela dê o seu consentimento. Sem o consentimento do dono só se pode entrar numa casa se ali estiver sendo cometido um crime, ou estiver acontecendo algum desastre, como por exemplo incêndio, ou para dar socorro a alguém. Outra forma de entrar numa casa sem consentimento do dono é por ordem do Juiz e mesmo assim **só durante o dia**.



**DIREITO TRABALHISTA**

A nova Constituição igualou os direitos dos trabalhadores da cidade e do campo. Antes não era assim. Os trabalhadores da cidade tinham alguns direitos que os trabalhadores do campo não tinham. Um destes direitos é:

**Art. 7º, inciso I** – "relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos". Isto que dizer: o patrão pode mandar embora o seu empregado, só que não pode ser de qualquer jeito. O patrão tem que pagar ao empregado os direitos que ele adquiriu até o dia que foi mandado embora, e se não houver nenhum motivo justo para mandar o empregado embora, o patrão vai ter que pagar uma indenização. Só que a gente não sabe ainda como vai ser essa indenização. É outra lei, que a gente chama complementar, porque vai complementar a Constituição, que vai dizer como vai ser.

Então, olho aberto e exija seus direitos.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.7.06 P03.12 novembro-dezembro 1988.

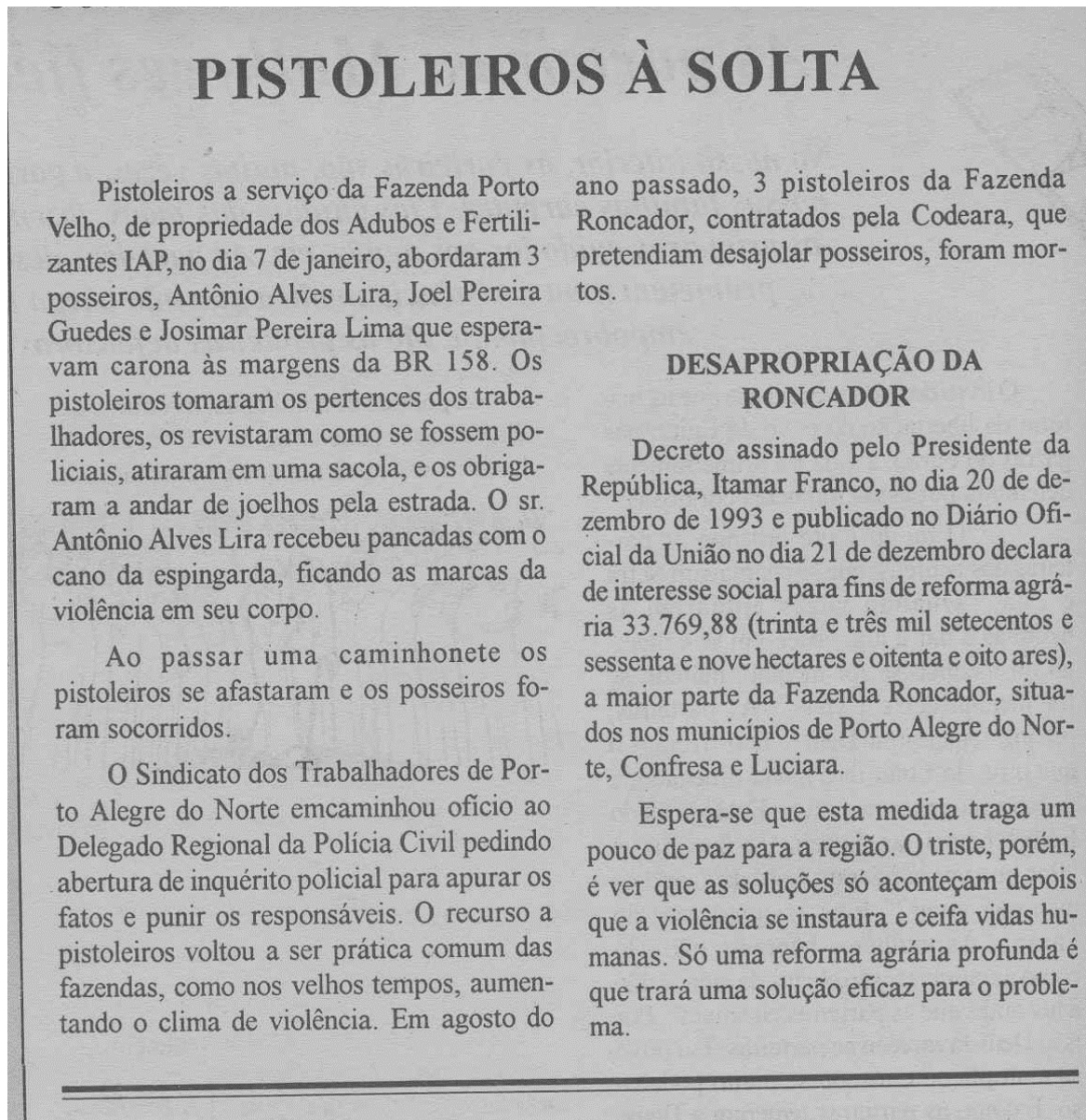
Essas mudanças da Constituição de 1988 trouxeram também mudanças na forma de posse e propriedade. Foi criada, no Artigo 5º, item 4., Função social da propriedade como direito e dever individual, "Dos direitos e deveres individuais": a função social da propriedade como cláusula pética, é um dever individual do proprietário, o que não existia na Constituição de 1967-1969.

A "função social da propriedade" a que aludia o art. 160 III da C. F. de 1969 e disposta atualmente no art. 170, III, da C.F. de 1988, é autorizativa da intervenção administrativa na propriedade. Diversamente, no entanto, é a outra menção à "função social da propriedade", uma inovação da C. F. de 1988 no art. 5º, XXIII. Esta é legitimatória da atuação de particular na exigência ao proprietário para que destine aproveitamento adequado a sua propriedade. (BRASIL, 1988).

As desocupações de fazendas improdutivas ou partes dos seus territórios acabaram afetando os latifúndios cujos donos em sua maioria deixavam a produção e gerenciamento nas mãos de administradores passando a maior parte do tempo nas regiões Sudeste e Sul, suas terras

de origem. Com o apoio do Incra começaram os processos de assentamentos, primeiras ações de reforma agrária. Mas como revela a Figura 16, isso também não aconteceu sem conflitos e não teve uma sequência que deveria resolver muitos problemas de disputas nesse sentido:

Figura 16 – As desapropriações não foram pacíficas



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.13.01 P5.8 janeiro-fevereiro 1994.

A presença e ação dos sindicatos, como nos mostra a Figura 17, sem dúvida foi importante nessas questões; a igreja sempre se manifestando em favor dos pobres, mas as conquistas com relação aos direitos e à legalização dos contratos de trabalho mostram frequentes enfrentamentos. Ganhar qualquer ação contra uma grande empresa era uma conquista relevante e demarcava vitória das classes subalternas:

Figura 17 – Questões trabalhistas persistem



## Sindicato derrota Volks na Justiça

No dia 24 de março de 1986, em Belém do Pará, o Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa aos peões de Canabrava que tinham processado a fazenda da VOLKS – Cia VALE DO RIO CRISTALINO, AGROPECUÁRIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA.

A fazenda terá que pagar todos os direitos trabalhistas aos 4 trabalhadores.

Em 1983, Pedro Valdo, Francisco Rezende, José Libório, José Pereira de Sousa e José Ribamar foram contratados pelo ‘gato’ CHICÓ para um serviço de roço e derubada na fazenda da VOLKS. As promessas eram boas, mas tão logo chegaram, viram que tinham sido enganados. Assistiram a muitas cenas de violência contra os que tentavam fugir da opressão da fazenda. Havia pistoleiros por todos os lados, vigiando o serviço.

Quando iam acertar as contas, viam que estavam sempre devendo. Com isso eram obrigados a trabalhar mais, em regime de servi-

dão.

Diante disso, resolveram largar a fazenda e conseguiram com muita dificuldade.

Procuraram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luciara que, através da advogada Maria José entrou na justiça com uma reclamação trabalhista a favor dos 4 peões.

Várias audiências marcadas e desmarcadas, muitas viagens, o Juíz Eronides Sousa Pinto sempre ausente. Na terceira vez aconteceu a audiência. Os trabalhadores perderam para a fazenda, apesar de todas as provas responsabilizando o gato ‘CHICÓ’.

Ante essa decisão absurda e injusta, a advogada entrou com um recurso no Tribunal Regional do Trabalho, em Belém do Pará, que deu razão aos trabalhadores.

Essa vitória foi importante para que os peões tomem consciência de seus direitos e sintam que o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS É SEU PRINCIPAL INSTRUMENTO DE LUTA.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.5.04 P3.8 maio-junho 1986.

A história de confrontos e conflitos, mas também de organizações sociais no mundo do trabalho daquela região está presente desde o tempo inicial destacado na pesquisa e perdura. A criação de associações, cooperativas, sindicatos é uma ação perene que surge nas entrevistas, no Alvorada (como descrito acima) e nas conversas informais sempre. Como uma ação natural. Pela entrevista de Tadeu Escame, um dos agentes pastorais podemos constatar:

O policial falou: - ele tá aí, à frente dessa cooperativa, o que que ele quer com isso e tal, né? Não é dinheiro, daí eu sei que no interrogatório o pessoal, é, qual o nome da sua organização? Eu falei, não, não existe organização. O que tem aqui é que nós somos membros da Prelazia. Que Prelazia, esse bispo é um comuna, faz parte de uma célula! (Tadeu, 12/09/2017).

O ocorrido foi no ano de 1973. Havia uma cooperativa para o escoamento das colheitas de pequenos produtores. Conforme escame, os agentes pastorais iam morar nas localidades em que deveriam atuar nas mesmas condições que a comunidade e trabalhavam nas mesmas condições também. Havia uma troca de saberes e ensinamentos em que a educação e o trabalho intercambiavam-se. Ele era o presidente da Cooperativa nesse tempo e tinha representantes dos posseiros na diretoria. Ele detinha um saber maior sobre a organização administrativa. Mas em contrapartida precisava aprender a lidar com o plantio, o cultivo e a colheita dos produtos. Como admitiu durante a conversa:

E a gente ajudava nesse acompanhamento de apoio. E aí, como já tinha arroz amadurecendo, nós formamos um mutirão pra ajudar a colher arroz. Foi aprender a colher arroz, né? Porque ninguém sabia disso, né? É, foi bom. Era no cutelo. Inicialmente começou no cacho, porque não tinha cutelo pra todo mundo, depois é que comprou. Era faquinha de madeira, né, que cortava bem na emenda ali do talo, ia formando um feixe. Risos (eu – no cutelo era melhor, né?) (risos). (Tadeu, 12/09/2017).

A relação que se estabelece entre os pobres e a Prelazia desde o início, percebemos, é feita nas incursões que os agentes vão realizando ao universo das comunidades e na confiança que conseguem obter pela troca de experiências e pelas aprendizagens dos dois lados. Ao mesmo tempo que mergulham no cotidiano e passam a viver da mesma forma que os trabalhadores, realizam as suas mesmas atividades, trazem a experiência nova de um modelo de evangelização fora das paredes da igreja e repassam o conhecimento da leitura e da escrita.

Nesse aspecto é que acreditamos ser possível aproximar as relações observadas na dinâmica sociopolítico-religiosa da Prelazia com as ideias de Gramsci (2001) vislumbradas na função dos intelectuais orgânicos que emergem da própria classe subalterna. Eles diferenciam-se dos intelectuais que prezam pela manutenção e reprodução da ordem social burguesa (no nosso caso a latifundiária), porque pretendem instituir uma nova forma de sociabilidade. Para tanto, compreendem que a sua atividade intelectual visa a combater o modelo de sociedade capitalista e consolidar a perspectiva socialista:

Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Nesse viés, o intelectual orgânico não faz a dicotomia teoria e prática, pois “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Assim, não dissociam uma da outra. Essa análise demonstra que não existem seres humanos ignorantes, pois todos sabem algo, embora não seja necessariamente especialista naquilo que faz. Com certeza foi nesse intercâmbio trabalho/educação que o projeto contra-hegemônico foi se desenvolvendo e a possibilidade de um intelectual com características do orgânico foi ganhando força para os enfrentamentos e a evolução interna de um sujeito coletivo.

Pelos documentos analisados percebemos que desde que a região do alto Araguaia se tornou Prelazia de São Félix do Araguaia, foram chegando religiosos e missionários de outras partes do Brasil e se preocuparam com a educação precária que acontecia ali. Com a chegada de Casaldáliga e sua sagração como bispo, esses esforços se intensificaram. A igreja conseguiu até mesmo construir um ginásio estadual com expedientes locais e ajuda vinda da Espanha (terra do bispo). A organização pedagógica e o pagamento de professores para trabalharem no ginásio, eram responsabilidade do governo do Estado, mas havia o apoio da Prelazia, principalmente para suprir a escola com professores porque os jovens que chegaram como agentes pastorais eram os que tinham maior qualificação na região. Ou por falta de material humano mesmo.

Houve a formação de adultos, pela educação popular e as turmas de alunos eram montadas em qualquer lugar onde houvesse possibilidade de alguém ensinar. Estas especialmente eram “classes” assistidas pelas religiosas, por missionários e voluntários leigos que estivessem dispostos a se embrenhar pelo sertão até onde estavam os trabalhadores rurais. Ao longo da década de 1970 podemos afirmar que foi a consolidação de projetos de alfabetização, entre eles o Mobral, buscando pelo menos alfabetizar o maior número possível de trabalhadores, para que pudessem ler, se informar e aprenderem a se defender, buscar os direitos.

Em 1975, conforme está registrado na Circular 041/75/GB/SEXEC/GEMOB, do Secretário Executivo da Fundação Mobral, houve o contato e algumas decisões para o funcionamento do projeto na Prelazia.

Senhor Bispo

Dentro da programação estabelecida pelo governo e que vem sendo desenvolvida pela Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, em todos os pontos do País, é de capital relevância a união de esforços com a Igreja Católica, no sentido de, mais rápida e decisivamente, integrar as pessoas no contexto social de suas comunidades.

2. Cumpre-nos comunicar a Vossa Excelência Reverendíssima, que já estão sendo efetivados os primeiros contatos do MOBRAL com os presidentes da CNBB e da Ação Social da Igreja visando ao estabelecimento dos princípios de uma atividade conjunta. (ARQUIVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, DOC. DIII.0.4B P1.1).

Nas décadas de 1980 e 1990 foram desenvolvidos projetos de educação com o apoio da igreja. Um dos mais importantes foi o Projeto Inajá, que, além de continuar com a alfabetização, formou professores, instrumentalizando-os para o seu trabalho. Noticiado no Alvorada, o Projeto foi o precursor das graduações na forma de parceladas que licenciou professores na década de 1990.

#### PROJETO INAJÁ

Educação a partir da realidade.

Está acontecendo em São Félix e em Santa Terezinha um curso de formação de professores. É o PROJETO INAJÁ, que tem a finalidade de habilitar, a nível de Magistério, os professores leigos que tão aula no sertão e que não tiveram até agora a chance de estudar e de se formar. (ALVORADA, jan./fev. 1988, p.6, Doc. A16.7.01 P6.8).<sup>20</sup>

Também na década de 1990 os cursos de graduação na forma parcelada formaram professores da rede estadual e municipal. O Informativo Alvorada, na comemoração dos vinte anos de Prelazia, traz uma reportagem que ocupa toda a página fazendo uma rápida cronologia do que foi a educação incentivada e apoiada pela igreja desde 1957, sua caminhada nos últimos 20 anos, a forma e os espaços onde e como ela aconteceu na região.

#### EDUCAÇÃO NO DIA A DIA

Nestes vinte anos da nossa igreja, a educação não ficou só no ensino formal das escolas, mas se deu no trabalho de Clubes de Mães, que desembocou nos Grupos de Produção de Corte e Costura ou nas hortas comunitárias; nos Sindicatos que serviram de base para os grupos de produção agrícola; nas atividades especificamente pastorais, que prepararam agentes de pastoral da região e criaram os Conselhos de Pastoral, responsáveis pelos trabalhos da igreja, nos grupos de jovens que geraram organizações de cultura e teatro, atualmente canalizados no projeto ARAGUAIA PÃO E CIRCO; um projeto que partindo da linguagem circense pretende ser um espaço de lazer e

<sup>20</sup> Quando as citações forem de conteúdo do Alvorada, ou do ISER, a opção preferencial é pelo recorte do documento virtual, em forma de figura; exceto quando o documento original estiver praticamente ilegível e com impossibilidade de recuperação. Nesse caso optaremos por copiar o texto.

conscientização, incentivando a organização popular e promovendo a cultura da região. (ALVORADA, julho/agosto, 1990, ano 20, nº 157, p. 5).<sup>21</sup>

Sobre o Projeto Araguaia Pão e Circo, é importante dizer que foi um projeto de cultura, escola de circo, que esteve em vigor durante dez anos, tendo financiamento de ONGs ligadas à Prelazia e verba do Governo Federal; levou, por meio da arte do riso, a conscientização a vários setores da sociedade, extrapolando-se para outras regiões e possibilitando outros projetos a partir do original, sendo um dos mais expressivos a escola de circo de Goiânia, nos dias atuais, o Circo Laheto. Desde essa década até os dias atuais (2018), há também, funcionando, o projeto de formação de professores pela Licenciatura Parcelada, via Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat).

Em relação aos reflexos da participação da Prelazia, o trabalho conjunto com a rede estadual, municipal e programas federais de governo, haverá um momento de análise específica e apresentação de dados mais concretos. Fizemos aqui um apanhado geral do que foi o papel da igreja, que se coloca como um sujeito, naqueles espaços, começando pelos anos 1970 quando a atuação era mais efetiva porque ela supria uma função que não estava sendo desempenhada pelo Estado. E, é claro, realizando o seu papel de evangelizar.

**A luta:** Ao trazer a categoria *luta* (conflitos) para a discussão sobre o que foi a história de disputa por um território, explicamos que está sendo na perspectiva da palavra com significado de conflitos. E aqui queremos enfatizar conflitos internos e externos do homem com o homem, do homem contra o homem e do homem consigo mesmo. O próprio bispo Casaldáliga é um exemplo disso. Quem é o padre Pedro Casaldáliga que chega ao Brasil? Um padre claretiano, de uma das congregações mais conservadoras. Uma congregação conservadora que o envia da Espanha para o Brasil como missionário claretiano encarregado de desenvolver o Cursilho de Cristandade<sup>22</sup>.

É um processo quase que forçado de conversão no meio de uma situação conflituosa. No cenário sociopolítico, há o deslocamento da acumulação do capital para uma região que ainda estava pouco explorada, incentivado por programas do governo federal que visava ao desenvolvimento de regiões pouco habitadas do Brasil. É nessa situação que o padre se coloca.

---

<sup>21</sup> Nas duas citações transcritas do Alvorada, a leitura do arquivo está bem comprometida, quase ilegível, difícil de ser recuperada. Isso poderá acontecer outras vezes nas citações de documentos do Arquivo virtual da Prelazia.

<sup>22</sup> O Cursilho (também conhecido como Movimento de Cursilhos de Cristandade) é um movimento eclesial de evangelização cristã, surgido na Igreja Católica Apostólica Romana, no seio da Ação Católica Espanhola do início do século XX. Nos dias atuais, o movimento foi adaptado e se expandiu para outras denominações, sendo realizado também por diversas igrejas de confissão protestante, no mundo todo. Disponível em: <https://www.conhecimentogeral.inf.br/cursilho/>, postado em 30/07/2016.

Ele chega como cursilista e a realidade é que vai modificá-lo. Não é a Prelazia que forma os agentes, eles é que são formados pela situação, mais ou menos na dureza, na crueza do que encontraram.

A luta é uma forma de pertença a esse espaço social. Enfrentar os conflitos é a premência do momento. Não é uma escolha, é fazer a igreja das possibilidades na forma de uma nova igreja. Não havia ainda uma fortuna crítica ou normativas que direcionassem esse novo modo de se fazer igreja; a não ser os documentos produzidos no Concílio Vaticano II (1962-1965), e documento produzido no encontro de bispos da América Latina à luz da problemática latino-americana, em Medellín, Colômbia (1968), que iria sustentar a ação dos católicos progressistas. Assim, percebemos que vivenciaram, no dia a dia, práticas de libertação, buscando condições, na luta, de caminhar com o povo que se via oprimido, explorado e sem conseguir vislumbrar outros modos de transformar a situação.

A dificuldade de se manter na terra levou o homem à luta. A documentação do Arquivo, obras produzidas como resultado de pesquisa na região, Iokoi (1996), Guimarães (2013), Tavares (2015), Barrozo (2016), entre outras e mais o Informativo Alvorada, embasaram o estudo dos fatos que historiaram os conflitos. Uma amostragem com quatro eventos dramáticos discute a situação micro e revela a situação macro da dimensão das disputas políticas e territoriais naquelas regiões do médio Araguaia.

A partir do início do século XX, migrantes de várias partes do país chegaram à região em busca de uma vida de fartura em terras ainda pouco habitadas do mapa do Brasil. Na década de 1930, já havia começado esse processo com a Marcha para o Oeste, empreendida pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, que, segundo Pietrafesa e Pietrafesa (2015, p. 73): “[a] ampliação quantitativa da população, [...] teve início com a ‘Marcha para o Oeste’ [...]. Essa ‘marcha’ foi planejada durante a ditadura do Estado Novo, no Governo Getúlio Vargas, a partir de 1938”.

Depois, nos anos 1950/1960, Juscelino Kubitschek efetivou a construção de Brasília, e o Planalto Central tornou-se o centro governativo que impulsionou o crescimento e urbanização do centro de Goiás. Além da capital, Juscelino investiu em um projeto na Ilha do Bananal cujo objetivo era montar um grandioso polo turístico com aeroporto internacional e hotel de luxo que pudesse abrigar os mais exigentes turistas e atrair o interesse internacional para um turismo diferente.

E, no final assim da década de 1950 e início de 1960, né, tem a questão de quando Juscelino Kubitschek vira presidente do Brasil, começa então os

investimentos na Ilha do Bananal; que é a construção de várias... é... fazendo parte da Operação Brasil Central, ele empreende então, também, um movimento aqui na Ilha do Bananal. Próximo às aldeias, no lugar onde hoje estão as aldeias dos índios, a Santa Izabel do Morro, são várias aldeias, são quatro, é eu acho que são quatro; lá então, né? Um aeroporto foi construído, um hotel, hotel de luxo, turístico, do tipo que pudesse trazer o povo do governo, né? E celebridades... pra passar férias, pra se divertir... porque tinha aquela questão que era: integrar pra não entregar. Integrar todo o centro, querendo colonizar toda esta parte. Faz parte daquela caminhada que já vem... tudo isso que é aquela Marcha para o Oeste. Então, esse hotel, tá cada vez mais ficando famoso, né? Foi pouco tempo a vida dele, mas agora a gente conseguiu resgatar umas partes, algumas coisas, alguns utensílios do hotel, alguns artistas fizeram também algumas pinturas do hotel como era no início. Então, assim, no imaginário do povo aqui da região, o Juscelino é assim, como um deus, né? Que trazia assim, muito benefício para o lugar, o progresso, assim e tal, né... porque além de ter o hotel, tinha os aviões da Força Aérea Brasileira, aqui tinha um destacamento da FAB, tinha também o SPI, que é a FUNAI hoje, o hospital, o hospital regional que ele construiu e trazia junta médica, né, então todo o pessoal ribeirinho, né, tinha malária aqui muito forte, não tinha recursos, não tinha estrada. A estrada é só a navegação pelo rio ou de avião... nessa época ainda não existiam as fazendas, só posseiros e os índios.

[...]

Quando termina, tá terminando a construção do hotel, que os trabalhadores vão embora, aí é a época da fazenda, da grande fazenda Suiá-Missu. Chega aqui na região. Aí sim. Era um empreendimento do governo, né? Do governo. Vamos colonizar, vamos integrar para não ter que entregar. Não entregar pros Estados Unidos, né que estava querendo pegar... a questão da Amazônia, né? Então o governo dava incentivos, né? (Iracy, 26/08/2017).

Em 2017, quando estivemos no local, encontramos as ruínas; tornou-se apenas modelo para telas pintadas que decoram as paredes do museu histórico da cidade de São Félix do Araguaia. Na Figura 18, vemos a reprodução de uma fotografia, que foi tirada de uma das telas do museu histórico. Muitas peças das baixelas e pratarias fazem parte do acervo do museu.

Figura 18 – O sonho de um grande presidente na Ilha do Bananal



Fonte: Arquivo de *O Repórter do Araguaia*, 18-03-2014

Não foi um povoamento pacífico e organizado. A política desenvolvimentista pensada por Juscelino Kubistchek concretizou-se, com algumas mudanças, nos governos militares. Por meio das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco), responsáveis pela viabilização da aquisição de terras e legalizações de apropriações registradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não conseguiram realizar um trabalho eficaz, intensificando problemas já existentes e criando outros.

Conforme Pietrafesa e Pietrafesa (2015, p. 74) houve uma segunda Marcha para o Oeste com o governo militar:

[a] descentralização das políticas de incentivo às atividades econômicas, realizada por meio da criação de superintendências regionais de desenvolvimento durante o regime militar, bem como as políticas dos governos democráticos, buscaram melhorar o setor produtivo no Centro-Oeste brasileiro, demonstrando que a agropecuária foi o ramo escolhido para impulsionar a economia na região.

O governo militar incentivou e promoveu o desenvolvimento apoiando interesses capitalistas e rechaçando qualquer empecilho. E a terra ficou no fulcro das batalhas, como objeto valioso de disputa e o símbolo do desenvolvimento. Acirraram-se assim os conflitos envolvendo índios, posseiros, grileiros e grandes proprietários. E foram se intensificando. A falta de documentação dos posseiros, a duplicidade de documentação da mesma terra com

diferentes donos e a chegada de empresas ou particulares com títulos de grandes propriedades que muitas vezes invadiam posses já antigas, foram motivos de verdadeira guerra por territórios:

Um processo de desmatamento acelerado teve início para dar lugar às pastagens destinadas à criação de gado na região. Milhares de peões oriundos sobretudo da região Nordeste do país, foram arregimentados para realizar este serviço de derrubada das matas. Estes empreendimentos eram financiados pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), operacionalizando uma política de ocupação propugnada pelo regime militar [...]. Esta política ignorava as populações que já viviam na Amazônia, sobretudo indígenas e ribeirinhos, favorecendo grandes grupos econômicos do sul do país. Aos nordestinos sobrou o trabalho pesado, em regime de escravidão, pois ficavam à mercê dos “gatos”, capatazes encarregados de vigiá-los e puni-los impiedosamente. (PAULA, 2014, p. 37).

As terras foram sendo ocupadas por gente vinda de diferentes lugares. Os poderes foram se definindo pela força política, econômica e mesmo pela força bruta de homens contra homens na demarcação dos territórios. Os espaços de poder configuravam-se especialmente pelos latifundiários como as grandes empresas de exploração de terras para fins agropecuários e agroindustriais.

Suiá-Miçu, Guanabara, Codeara e muitas outras eram empresas que não deixariam a rica área. Os projetos de desenvolvimento agropecuário, os planos de colonização ligados à ideologia da integração nacional, alteravam rapidamente o cenário do centro-oeste do país. Aumentava a concentração de terras e de riquezas, promovendo-se a expulsão dos posseiros que já ocupavam a área, além dos novos que chegavam em número elevado, atraídos pela propaganda das oportunidades existentes na fronteira aberta. (IOKOI, 1996, p. 118-119).

Foram se modificando os lugares e se definindo os territórios, assim como foram se delineando os espaços de poder e os de submissão: “Em meados da década de 1960, grupos empresariais começaram a se instalar na região do médio Araguaia, implantando latifúndios agropecuários. A região [...] foi vendida pelo Estado do Mato Grosso a empresários do sul do país [...]” (PAULA, 2014, p. 36) e a igreja católica tem o seu papel representativo naquele espaço como em outros que enfrentavam conflitos entre pobres explorados, especialmente camponeses, e ricos/latifundiários exploradores.

A Prelazia, desde o início do seu trabalho com Dom Pedro se posicionou contra injustiças e a favor de liberdade e direitos garantidos a todos. Assim, foi com ele e por ele que a educação popular chegou aos peões, agregados, indígenas e outros **pobres** do lugar. Por isso, ao se escrever esta história deve-se situar a sua figura e o que ele ainda representa na comunidade. Além disso, o acontecimento descrito pode justificar a origem da sua escolha sócio pastoral:

Um convite para uma festa na Fazenda Suiá Missu ajudou-o a firmar uma determinação a esse respeito. Fazia pouco mais de um ano que ele havia chegado à região. Era o ano de 1969. A Suiá Missu era uma das maiores fazendas do país, com uma área maior que a do território da Catalunha, mais de 30 mil cabeças de gado e um bom grupo de peões trabalhando nas derrubadas da mata em condições subumanas. Fizeram um grande churrasco com 160 convidados, entre os quais o ministro do Interior e altos funcionários do governo. [...] ‘Nestas circunstâncias, é difícil não sair logo gritando irado. Tanta fartura diante de tanta miséria! Foi um dos dias em que menos comi. Aquela tarde fui visitar a pensão dos peões, chegados como náufragos em busca de trabalho: havia uns 12 doentes, entre eles um que tentara suicidar-se. Verdadeiramente o contraste era duro.’ Aquela foi a primeira e última vez que Casaldáliga confraternizou com os latifundiários. (ESCRIBANO, 2000, p. 22-23).

O primeiro incidente então, foi com a fazenda Suiá-Missu. Os latifundiários e as fazendas-empresas foram os principais pontos de embate desde o início, com a Prelazia.

No começo de 1972, estourou um conflito entre a Prelazia de São Félix e a Fazenda Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA), envolvendo o pároco de Santa Terezinha e funcionários da Codeara, mais elementos da polícia local. [...]. Em fevereiro de 1972, um grupo de homens comandados pelo gerente da Codeara, José Norberto Siqueira, invadiu a propriedade da Prelazia e destruiu os alicerces de um ambulatório e uma escola que estavam sendo construídos, ali, pela própria Prelazia. No dia 3 de março do mesmo ano, quando os moradores tentaram, novamente, levantar o ambulatório, foram surpreendidos pelos homens da Codeara e da polícia; ante a ameaça de amarrar os pedreiros, os posseiros abriram fogo. Cinco posseiros foram presos e outros quarenta se esconderam na mata. (DUARTE, 2003, p. 56).

Outro grande confronto da igreja foi com os donos da Codeara. Esse foi o tom das relações entre a prelazia e os moradores, sendo que momentos muito mais graves aconteceram envolvendo embates e mortes.

O período de 1971 a 1973 foi difícil na prelazia. Dom Pedro e sua equipe foram perseguidos, torturados e presos. Diante dessa violência e dadas as condições existentes na prelazia, o trabalho pastoral dedicava-se a oferecer apoio, denunciar as arbitrariedades e animar os fiéis. O isolamento da região preocupava o bispo e sua equipe e, assim, em 1971, passaram a escrever cartas circulares que eram copiadas pelos que os apoiavam procurando distribuí-las em grande quantidade para obter alguma resposta. (IOKOI, 1996, p. 119).

Pela força ou pela palavra, não foi possível ser neutro, numa terra onde não havia neutralidades. Uma das armas importantes foram as cartas circulares. Esse registro de lutas de movimentos sociais no campo mostra um breve, mas completo, relato sobre o papel da Prelazia nos seus enfrentamentos em defesa dos camponeses. Nesse período e nos anos seguintes nos municípios e distritos da Prelazia houve muitos conflitos; entre eles a ocupação da área pelo

Exército com a justificativa de que era uma ação antiguerrilheira, contra remanescentes da Guerrilha do Araguaia. Tornou-se comum a prisão de padres, missionários, índios e quaisquer trabalhadores que contestassem as ordens dos militares. Em uns escritos não publicados, de Wolfgang Dankmar Gunther, um remanescente da última expedição Piratininga, que vive no município de Cana Brava, encontramos esta versão sobre os acontecimentos:

No baixo Araguaia a situação agitava-se cada vez mais, agentes pastorais vindos de todas as partes do país começavam a chegar. Uns engenheiros, outros metalúrgicos, médicos, desportistas e estudantes se juntavam vindos de todas as partes do Brasil. Conforme previra o Coronel Lúcio Pereira Luz, com a chegada dos latifundiários, viriam os grileiros, os pistoleiros e os falsos proprietários a quem a justiça os apadrinhava com leis obsoletas e o caos se instalaria na região. O exemplo do que acontecera em Santa Terezinha, aconteceu em Porto Alegre do Norte e também no baixo Araguaia, aonde o processo de "conscientização das massas recrudesciu" e não ficou uma vila sequer ao longo do rio Araguaia ou da BR 158 que não tivesse um agente pastoral. (GUNTHER, 2005, p. 58).

As terras que já eram consideradas reservas indígenas começaram a ser invadidas. O Padre João Bosco Penido Burnier foi assassinado, o padre Jentel foi preso e condenado a dez anos de prisão. Depois foi a morte do padre Lukenbein e o índio Simão Bororo; reservas indígenas começaram a ser invadidas:

Em 1976, fazendeiros armados invadiram a reserva dos bororos, alegando que suas terras se encontravam dentro da reserva. O ataque dos 62 fazendeiros ocorreu de surpresa quando a maior parte dos indígenas cultivavam suas roças e os que permaneciam na aldeia não puderam defender-se. Nesse ataque o índio Simão Cristino e o padre Rodolfo Lunkenbein foram assassinados. (IOKOI, 1996, p. 121).

E dentro da própria igreja católica o trabalho de Dom Pedro e a forma como a Prelazia de São Félix se conduzia não eram vistos com bons olhos por todos. A aproximação da igreja com o povo, principalmente por um dirigente que tomava partido e era solidário com "rebeldes" espaços de conflito fez com que a ala conservadora se afastasse e não desse apoio. Havia contradições. De um lado uma igreja alinhada com os preceitos fundamentais do catolicismo oficial, sacralizando a hierarquia e reconhecendo a santidade papal e do outro uma igreja que se envolve nas questões políticas e nas lutas sociais e que nem sempre mantém o voto de obediência:

Em 4 de maio de 1977, D. Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina, enviou à imprensa, às autoridades políticas e religiosas um relatório denunciando a infiltração comunista em todas as partes e também na

Igreja. Acusava explicitamente D. Pedro Casaldáliga e D. Thomas Balduino, como os responsáveis pela crise entre a Igreja e o Estado [...]. (IOKOI, 1996, p. 121).

Esta ala conservadora, segundo informações do site da CNBB, ficou numa situação de apoio ao governo porque procurava proteger a instituição família e garantir a ordem e o progresso na doutrina cristã. Esse não é um posicionamento homogêneo frente ao golpe de 1964. Ela mostra um antagonismo no que se refere ao seu lugar político. Se é verdade que a alta hierarquia da Igreja Católica deu apoio ao golpe de 1964,<sup>23</sup> “[...] também é sabida a crescente resistência de religiosos e sua conseqüente ligação com as lutas das esquerdas brasileiras.” (RIDENTI, 1993, p. 151).

Essas disputas e confrontos geraram conflitos fortes em que uma ala da igreja católica se posicionou a favor dos camponeses e teve muitas perdas entre seus religiosos e agentes de pastorais que viviam e trabalhavam com o povo. Como por exemplo, o padre Josimo:

Dentro da igreja, Josimo supera o trabalho imposto ao padre pela sociedade e pela tradição. Na luta contra os camponeses e agentes de pastoral, os fazendeiros usavam muitos tipos de armas: a força das armas de fogo, os exércitos particulares de pistoleiros e jagunços, o apoio da polícia e das autoridades locais. A ligação com alguns representantes do Poder Judiciário é muito clara, como é demonstrável pela análise dos processos contra Josimo, Lourdes Lúcia Góí, Madalena Hausser e Beatriz Kruch. Mas a arma mais usada contra os agentes de pastoral é a destruição da pessoa através de acusações falsas veiculadas pela imprensa. [...] A arma que matou Josimo não foi só o revólver na mão do pistoleiro Geraldo, a serviço do vereador Osmar Teodoro da Silva e seus irmãos, mas o resultado de todas essas armas usadas por uma mão coletiva. Josimo foi vítima da luta dos fazendeiros contra a classe camponesa. (ALDIGHERI, 1993, p. 16).

Em vários pontos das regiões Centro Oeste e Norte confrontos e lutas armadas indicavam situações de guerrilhas. O noroeste do Mato Grosso era um dos pontos mais preocupantes. As forças armadas ocuparam ostensivamente a Prelazia em 1973. Traziam como palavras de ordem “limpar a área”, afastando o iminente risco de uma revolução comunista no país e, num segundo momento, “recolocar o país nos trilhos”, o que para os militares significaria retomar o crescimento econômico da nação. Temos assim duas palavras-chave para entender a intervenção deste grupo na política nacional: segurança e desenvolvimento. Em nome da segurança se buscava eliminar

---

<sup>23</sup> A Igreja passava pelo mais importante processo de mudanças dos últimos séculos, quando teve um novo olhar sobre sua missão e realizou mudanças significativas na maneira em que está presente no mundo. No Brasil, o medo do comunismo fez com que a sociedade e a própria Igreja apoiassem o golpe cívico-militar de 1964. A CNBB, ainda jovem, definia estatutos e pensava em planos pastorais para o Brasil. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/dom-agnelo-rossi-e-dom-jose-da-costa-tempos-delicados-a-frente-da-cnbb/>, página inicial.

todo e qualquer grupo, pessoa ou ideia que pudesse ser identificada com a esquerda ou demonstrasse enfrentamento ou deslocamento em relação ao governo.

E em nome do desenvolvimento forjou-se o “milagre econômico” criticado por Caio Prado Júnior (1972, p. 228) que denunciou o que considerava ser artificialismo e irresponsabilidade, por entender que seus executores foram responsáveis por promover o maior endividamento externo da história econômica do Brasil: “O regime passou a desejar medir-se pela eficiência mais que por qualquer outro critério, e antes pela eficiência econômica do que por seus acertos em quaisquer outros terrenos.” Para isso, o governo intensificou as relações do Brasil com o bloco denominado Ocidente Cristão, no contexto da guerra fria, e conseguiu grandes empréstimos para efetivar o crescimento econômico e fortalecer a classe média.

Na prática, seria representado pelo aumento do poder aquisitivo da classe média em contraposição ao esmagamento das classes pobres como a classe operária, os trabalhadores autônomos, os assalariados públicos e trabalhadores rurais. Esses fatores tiveram uma importância decisiva nos conflitos internos da igreja a partir de então. Crescem dois blocos que começam a se confrontar, apesar de, no Concílio Vaticano II, a igreja católica ter deixado clara a sua preocupação com um cristianismo mais social, defensor dos pobres e injustiçados. Claramente havia dois posicionamentos que não eram expostos apenas por falas. Além das atitudes, havia registros como um relatório episcopal enviado ao Vaticano na forma de denúncia:

O relatório de D. Sigaud desqualificava a ação do Cimi, Conselho Indigenista Missionário, criado em (1966), 1972 [**revisão nossa conforme site do CIMI - <https://www.cimi.org.br/o-cimi/>**] e o considerava a via de infiltração comunista chefiada pelo bispo de São Félix e de Goiás. As CEBs eram consideradas no relatório como núcleos de guerra e sublevação esquerdista, uma vez que em suas reuniões semanais, além da leitura da Bíblia, analisavam a realidade sociopolítica propondo-se a dirigir a revolução comunista. (IOKOI, 1996, p. 122).

Consideradas essas questões, e frente ao que acontecia entre, de um lado posseiros, índios, peões e do outro, os latifundiários, o bispo Dom Pedro Casaldáliga, já tendo criado o Alvorada juntamente com a equipe de agentes pastorais, poucos meses depois de ter chegado a São Félix do Araguaia, começou a escrever cartas, espalhar panfletos e produzir documentos e registros, que enviava muitas vezes para fora do Brasil, visando a tirar aqueles lugares do isolamento em que se encontravam e fortalecer o posicionamento e o trabalho da Prelazia.

As relações durante esses anos não foram sempre de confronto armado. Eram principalmente de esclarecimento aos fiéis dos seus direitos e da busca de apoio junto às

autoridades, procurando respeitar o que era previsto na Constituição Brasileira. Mas aconteceram sim, confrontos e assassinatos. Os movimentos sociais: Movimentos estudantis como União Nacional dos Estudantes (UNE), Movimento de Educação de Base (MEB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), associações, a sociedade civil de modo geral não aceitou o militarismo de braços cruzados. E especialmente esses locais de conflitos eram denunciados e tinham os olhos do mundo voltados para eles.

Igrejas, Centros de Pesquisa, Universidade, Imprensa, Associações Civis, etc., passaram a solidarizar-se com as lutas travadas nessa região e pressionar o Estado, os latifundiários e empresas para garantir os direitos humanos e a cidadania. Esse cordão solidário perpassava partidos, grupos, autoridades, algumas seriamente decididas a reverter essa situação. Isso não significa, entretanto, a reversão do isolamento, mas que se conseguiu sair do atributo de violência natural, para colocar-se no campo da desigualdade estrutural da exploração capitalista. (IOKOI, 1996, p. 123).

As universidades, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e outros segmentos sociais se manifestavam abertamente na defesa de direitos e garantias aos cidadãos. E, nesse clima também continuava a luta na Prelazia, iniciada na primeira metade da década. As comunidades, povoados, patrimônios e municípios começaram a criar os sindicatos e associações para discutir os assuntos importantes, tomar decisões conjuntas e, apoiarem uma política partidária em que pudessem eleger representantes comprometidos com o povo.

A onda democratizante no país levou o Congresso a aprovar, em maio de 1985, uma Emenda Constitucional visando a remover os resquícios de autoritarismo ao legalizar os partidos que se encontravam na clandestinidade, restabelecer as eleições diretas em todos os níveis. Em 1985 o presidente José Sarney enviou ao Congresso uma proposta de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que foi aprovada em novembro.

Como em todo o país, na Prelazia a luta e a resistência aconteciam em vários setores e a participação do povo era perseverante. Na segunda metade da década de 1980, com surgimento de sindicatos, associações, resistência do povo, algumas situações de injustiças arrefeceram, mas a dominação de forças econômicas continuava a comandar o “governo” da terra.

[...] essa luta promoveu esforços na crítica à constituição e ao direito, que passou a ter como desafio a necessidade de incorporar essa realidade não mais oculta e sufocada. O documento produzido pela Anistia Internacional demonstra que a luta pela terra ganhou o mundo, mas não produziu ainda os efeitos na sua relação com o Estado. A impunidade e a participação nas forças políticas e policiais na manutenção do arbítrio são decisivas. A anistia enviou

em 29/04/88 cópia do relatório ao governo brasileiro, realizou alguns encontros e ouviu que parte da impunidade ocorria em decorrência dos limites do texto constitucional, e parte porque ‘o governo acredita que a restauração da democracia pode ser melhor atingida através do fortalecimento das instituições locais [...]’ portanto deliberadamente, sem intervenção federal nesse caso. (IOKOI, 1996 p. 123).

Uma conquista da Constituição de 1988 foi o restabelecimento do Estado de Direito no país, com as liberdades democráticas, a adoção das eleições diretas em todos os níveis, a liberdade de organização partidária e sindical e a soberania aos Estados para resolução das questões denominadas internas do espaço e do território. Mas como o texto não está bem claro nessa questão de soberania, há brechas que dão espaço para que sejam delegadas aos governos estaduais todas as decisões sobre o seu território. Os enfrentamentos e as cobranças de direitos e responsabilidades acabaram por se tornar questões locais e, dependendo do lugar onde acontecem, longe da chamada “civilização”, não têm a visibilidade de que necessitariam para o apoio da sociedade.

Algumas conquistas a partir de lutas diárias, como, por exemplo, a vitória de candidatos pelo partido apoiado na Prelazia, o PMDB, para algumas prefeituras facilitou novas posturas e decisões que modificaram costumes e posições dos moradores da Prelazia durante a década de 1990. Os projetos educacionais desenvolvidos nas escolas e nos locais onde funcionavam os agrupamentos da educação popular possibilitaram a miscigenação dos habitantes que já viviam ali com os “gaúchos” que foram chegando. Levados pela facilidade de aquisição de terras para produção agrícola, com hábitos e comportamentos diferentes, desacomodaram algumas situações e criaram outras:

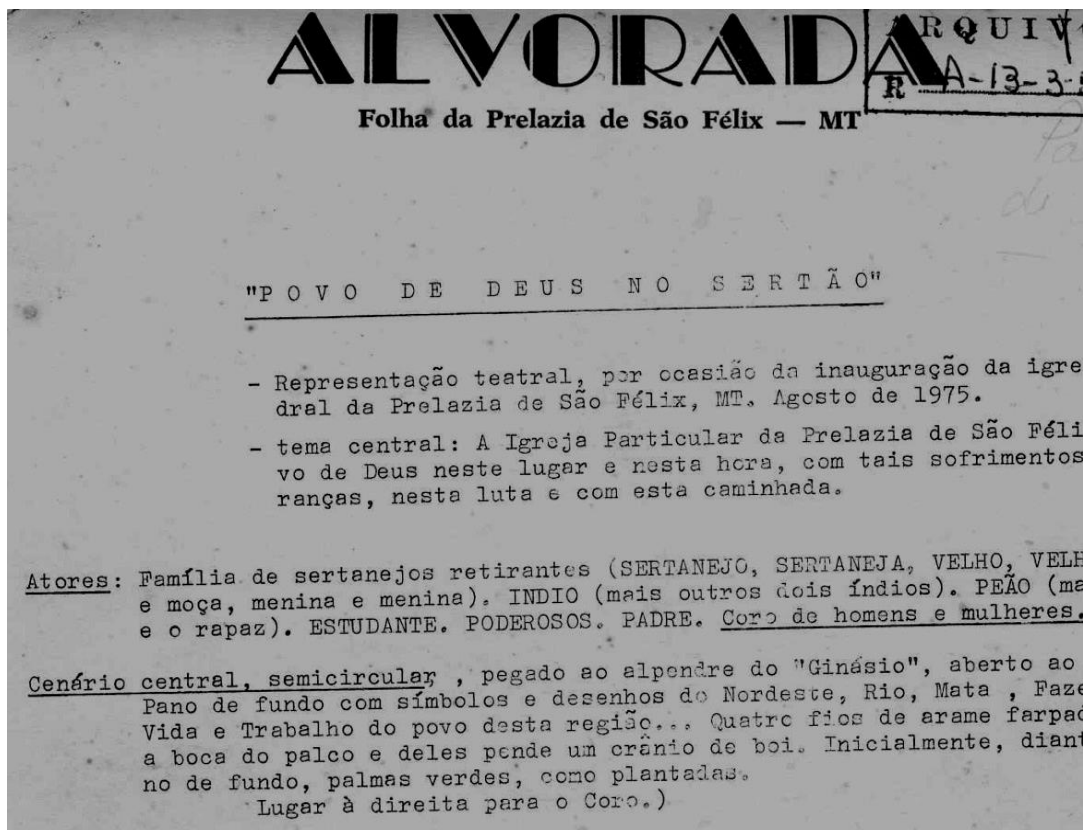
Todavia, ao longo das décadas de 1980 e 1990, uma certa acomodação natural dos conflitos de terras modificou o cenário social na região de São Félix do Araguaia, o que promoveu uma alteração nos problemas cotidianos e nos principais motivos da ansiedade existencial daquelas pessoas. Alguns fenômenos contribuíram para esse fato. A chegada dos gaúchos à região que possibilitou a constituição de uma sólida classe média rural, além da solução dos principais conflitos de terras a partir da legalização de várias posses. Ou seja, aquele contexto político-social que forneceu condições para uma certa significação religiosa do Araguaia passou a não existir mais. (VALÉRIO, 2007, p. 238-239).

O que Valério (2007) denomina “[...] certa significação religiosa do Araguaia que passou a não existir mais” tem a ver com o modo como os processos de evangelização vinham se construindo na Prelazia nos primeiros tempos. A igreja de libertação foi sendo experimentada no dia a dia, mais por necessidade de sobrevivência que por escolha de modos de evangelizar. A cultura religiosa que se concretizou pela Prelazia de São Félix do Araguaia serviu a um

projeto político pastoral de salvação voltado para a solução dos problemas terrenos dos fiéis com fortalecimento da fé e necessidade de se manter igreja frente às dificuldades prementes que a todo momento se apresentavam. Daí o esforço da equipe pastoral em modificar o catolicismo que haviam encontrado na chegada e denominado de conservador, devido à permanência do olhar colonizador no missionário que trazia consigo uma verdade religiosa, entendida por eles como superior.

O catolicismo que a igreja buscou viver, por meio da estratégia de difusão e penetração de uma cultura religiosa da libertação se viu na necessidade de trabalhar primeiro na busca da justiça social em um mundo onde os conflitos sociais eram latentes principalmente pela disputa de terras. O programa religioso abarcava situações de ensinamentos de várias maneiras. Como exemplo, o texto da Figura 19 mostra o recurso do teatro, das encenações e das metáforas para o cotidiano:

Figura 19 – Representação teatral - inauguração da Igreja de São Félix<sup>24</sup>



Fonte: Folha especial do Informativo Alvorada, agosto, 1975. DOC. A13.3.05 P1.8.

Através da arte, também utilizada como processo educacional, especialmente nos recursos dramáticos do teatro, começaram a discutir questões políticas que despertavam uma

<sup>24</sup> Esta é a forma em que se encontra o arquivo virtual. Algumas palavras ao final das linhas não estão completas. Como o texto não apresenta comprometimento na compreensão dos sentidos e não foi possível encontrar o jornal na sua forma física, optamos por registrá-la mesmo assim.

visão crítica nos ribeirinhos, posseiros e índios. Esses recursos tornaram-se uma experiência fundamental para que surgissem vários núcleos alternativos. A encenação feita durante a inauguração da Igreja de São Félix do Araguaia tinha a intenção de mostrar de que forma a equipe pastoral pensava a igreja e a evangelização do povo. O recurso descrito na Figura 20 demonstra a postura do padre com relação ao comportamento que se deve ter frente aos evangelizados, isto é, ser um deles. Com esta encenação certamente a equipe pastoral estava deixando claro que a igreja pretendia ser do povo, com o povo e não apenas para o povo.

Figura 20 – O que a religião representava e o que representa a partir do Programa Pastoral

PADRE - Tiramos a batina (acaba de tirar e fica com ela nas mãos). Isso, é era de menos... Tiramos a capa do orgulho e do poder... e entramos do povo: começamos a entrar na vida do povo!

E, mesmo continuando com as nossas fraquezas, como todos os hum cobrimos com nova Fé que o Reino de Deus se constrói, agora, sobre a homens, para se viver plenamente, um dia, lá nos Céus...

Largamos a aliança com os poderosos (joga a batina aos pés do e ganhamos a inimizade de tudo quanto é poder -o Dinheiro, a Políti mas-; e caímos na mesma luta e na mesma perseguição em que vocês, i viam, dia a dia, século após século...

SERTANEJO - O Padre começou mesmo a ser gente da gente.

ESTUDANTE - O Evangelho de Cristo era mesmo a Esperança de todos os que bu a Verdade, a Liberdade, a Justiça e o Amor!

SERTANEJA - A Igreja não era somente o papa, o bispo, o padre, a freira: a éramos, somos, todos nós!

PEÃO - Nós somos o Povo, nós somos a Igreja.

VELHA - O Povo dos Homens é o Povo de Deus.

INDIO - Todos somos plantas da mesma Terra, todos somos asas do mesmo Céu.

PADRE - Todos somos filhos do mesmo Pai.

ESTUDANTE - Todos somos irmãos da mesma luta e da mesma Esperança.

SERTANEJA (Levantando o bule)-Podemos beber juntos o café da amizade!

PADRE (Levantando a âmbula) - Podemos comer juntos o Corpo do Senhor!

Fonte: Folha especial do Informativo Alvorada, agosto, 1975. DOC. A13.3.05 P7.8.

Desse modo, percebemos que as questões cotidianas ganharam um peso simbólico grande no projeto evangelizador da Prelazia de São Félix do Araguaia. Buscar soluções para os problemas de saúde, educação, de posse de terras, de militância política ganhou uma dimensão religiosa. Sob este ponto de vista, as preocupações de salvação e de vida após a morte, inerentes ao discurso religioso, apesar de relevantes, perdem a primazia para questões cotidianas.

As preocupações religiosas se voltaram para a valorização das manifestações que dão significado à vida das comunidades diante das transformações sociais ali vivenciadas pelo

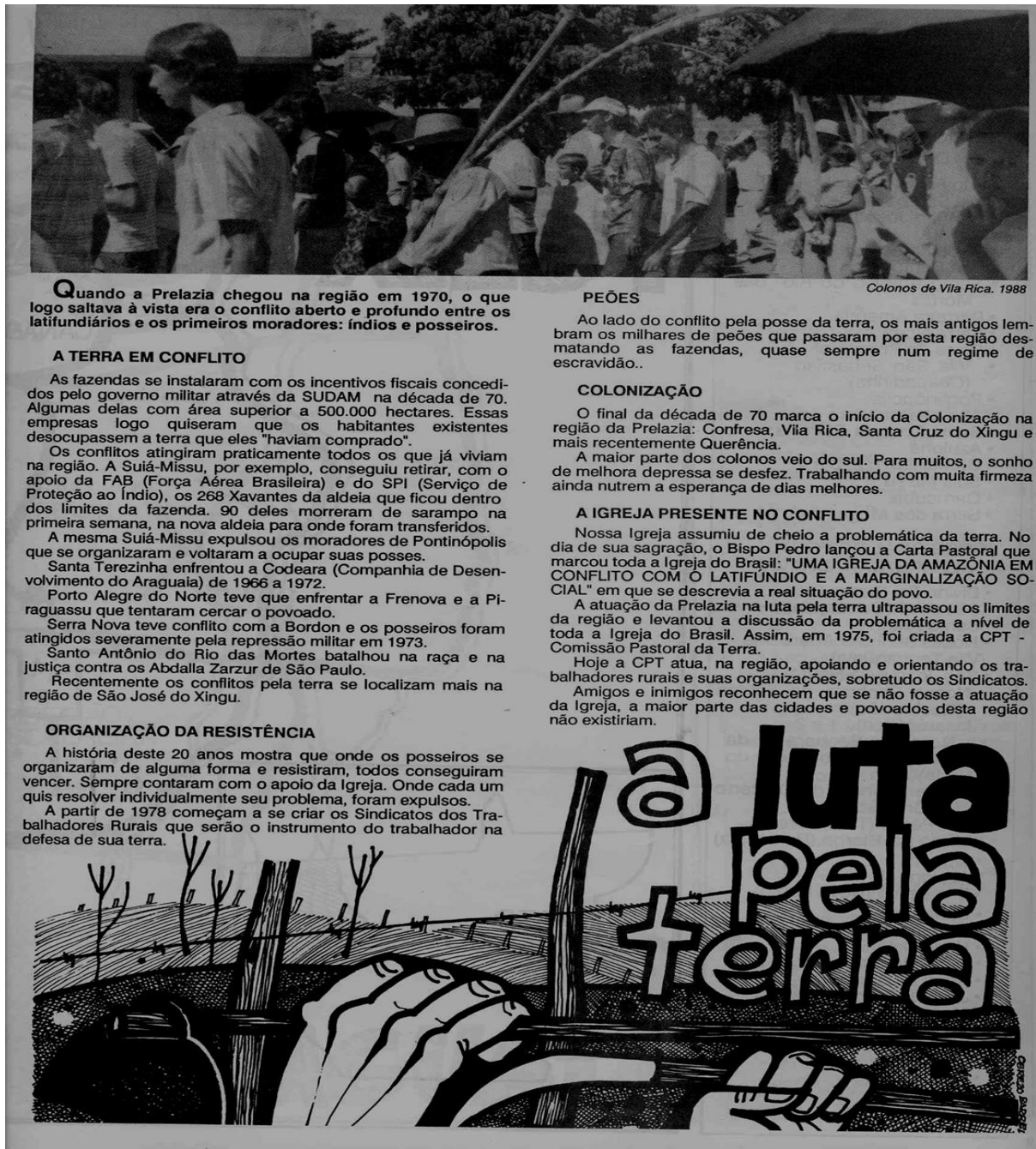
processo às vezes violento de colonização (comandado pelos latifúndios) que desarticulava a rotina da vida na região.

Dos elementos analisados, compreendemos que, apesar dessas divisões, é notório o respeito que a Prelazia gozava frente a todos os habitantes e o papel relevante que teve na realização de projetos, tanto religiosos quanto educacionais registrados até o ano de 1998, com a última edição do Projeto Araguaia Pão e Circo. Pelo menos pelo que vemos nos registros documentais, podemos afirmar que o peso dos enfrentamentos foi maior na década de 1970.

Não significa que os anos seguintes tenham sido de paz e sem turbulências. Mas as garantias previstas na Constituição Federal de 1988 vão possibilitando o fortalecimento de sindicatos, e a participação das lideranças sindicais nas discussões em nível estadual e federal, vão efetivando certos direitos ao povo.

Nos anos 1990 cresceu o número de sindicatos no Brasil, especialmente os rurais. Grande parte dos municípios da Prelazia contava com sindicatos e associações apoiados pela igreja. Percebemos o engajamento das comunidades numa luta constante sem recuo. Uma análise da Prelazia pelos 20 anos de existência (Figura 21), publicada no Alvorada, mostra a caminhada do povo em busca dos direitos na organização e resistência. Nesta análise destacaram-se a história da organização dos sindicatos e associações e a presença da Igreja nos conflitos, especialmente por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Figura 21 – Vinte anos de lutas



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, ano 20, julho-agosto de 1990, nº157, p.7. Doc. A16.9.04 P07.16.

Durante mais ou menos duas décadas a realidade não se modificou muito com relação às práticas pastorais. Nos anos 1990, dispositivos da Constituição de 1988 possibilitaram novas situações para aquisição e manejo da terra, incentivando a produção agrícola a pequenos produtores. Ainda continuava a aluvião de migrantes do Sul subindo para as terras do Centro Oeste. Pietrafesa e Pietrafesa (2015, p. 74) indicam esse movimento como uma “[...] nova ‘Marcha para o Oeste’ que os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

vivenciaram nos últimos anos, com a instalação do complexo industrial sucroenergético nessas unidades da federação.” A segunda marcha, a da soja.

Com a urbanização das cidades e o aumento dos municípios circunscritos à Prelazia, o surgimento de uma classe média de produtores mais abastados traz diversificação à cultura, às relações sociais e às práticas religiosas dos habitantes; com isso, uma espécie de divisão entre os adeptos da “igreja da prelazia” e outras igrejas e outros modos de ver a religião, faz surgir a casta dos “praticantes” e a dos “falsos católicos” (ISER, 1990). A convivência é pacífica, mas aquelas comunidades que pareciam mais homogêneas atualmente têm as mais variadas formas de agrupamentos e celebrações. E os que estavam na organização dos antigos programas pastorais expressam essa visão em suas falas:

[...] que é a influência da igreja pentecostal dentro das igrejas históricas. Não é só dentro da igreja católica romana. Nós temos companheiros e companheiras luteranos, anglicanos menos, os presbiterianos, os metodistas que até saíram do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs pela influência das pentecostal dentro das igrejas históricas. E para nós, católicos desta linha Libertadora, nós estamos fora de moda. Muito fora de moda. [...] falam a gente de Prelazia. Entendem “prelazia” não exatamente como uma entidade religiosa, entendem “prelazia” ou como um partido político ou como uma espécie de ONG. É uma atitude na verdade. Fulano às vezes nem é religioso. Tem até um caso interessante aqui. Se você puder conhecer o Valdo. Ele é da linha agroecológica. Ele é que fez todo o plantio das árvores. Ele nem é religioso. Acho que até professa um certo ateísmo. Mas ele tem uma postura. Então o povo fala ele é Prelazia. Quando eu cheguei aqui usava uns colares, barba e chinelo então me perguntavam se eu era “prelazia” (Luiz Cláudio, 21/07/2017)

A entrevista com o agente de pastoral Luiz Cláudio, de Porto Alegre do Norte-MT, mostra que as interferências são internas e externas; até aquele momento em que estivemos analisando os fatos (2017) é possível identificar uma atitude de descontentamento que vai sendo revelada nas falas das pessoas mais ligadas à Igreja Católica. Em conversas informais com as pessoas de Porto Alegre do Norte, de Ribeirão Cascalheira e de São Félix, percebemos uma certa animosidade dos mais velhos, que trabalharam diretamente com o bispo Dom Pedro Casaldáliga. Afirmam que as modificações com a urbanização das cidades e as transformações no campo trouxeram também “catolicismos” diferentes. Descrevem uma realidade anterior em que todos participavam e assumiam responsabilidades na igreja, na comunidade, no trabalho de evangelização em contraste com o que acontece agora em que a maioria das pessoas só vai à missa de domingo, dizem-se católicos, mas não se envolvem nos problemas da comunidade. Outra diferença é que com o programa pastoral, existiam agentes comunitários, mas não havia

paróquias com párocos responsáveis. Os padres e os leigos trabalhavam juntos e a responsabilidade era de todos.

A partir dos anos 2000, quando Dom Leonardo Ulrich Steiner assumiu, começaram as primeiras mudanças estruturais com a criação de paróquias em algumas comunidades. Dom Adriano Ciocca Vasino, que atua como bispo nos últimos anos, descreve a realidade desta forma:

A migração maciça do Sul, aqui na nossa região começa em Querência né, Vila Rica, foi no, começou em 82. A entrada mesmo. Mas se firmou na segunda metade dos anos 80. E a organização como cidades foi no final dos anos 80. Então na década de 90 é que houve esta presença do pessoal do Sul que mudou o perfil.

[...]

Então mudou muito o perfil, mas no tempo de Pedro era trabalho com o povo mesmo. O povo estava com a Prelazia, era Prelazia. Agora já é muito diferente. Desde que houve essa imigração, os núcleos do Sul não se integraram nunca dentro do esquema. Mesmo que alguns se aproximaram. E, há, houve um vazão da presença da Igreja... se colocar a data... 98 quando Pedro começou a adoecer, começou a revoada dos agentes porque quase ninguém era daqui. E o que que aconteceu é que se esvaziou progressivamente. (Dom Adriano, 21/07/2017).

Muitos dos agentes pastorais voltaram para sua terra e os que ficaram, frente ao trabalho que se apresenta, muitas vezes manifestam o desejo de que deveriam ser mais ouvidos porque têm mais experiência. Expressam a opinião, como é o caso de Luiz Cláudio (2017), que as mudanças talvez sejam para uma coisa que não é a melhor. Que a Prelazia está tomando outro significado. Julgam que toda aquela experiência que adquiriram em tempos de lutas é mais importante que o trabalho “pacífico” que desempenham atualmente.

## **1.2 A terra em conflito – o micro revela o macro: em quatro batalhas se conhece a guerra**

Os embates, confrontos, lutas e conflitos sem armas ou com armas, que aconteceram no médio Araguaia no final do século XX foram motivados pela posse da terra. As convergências e as causas são coincidentes e por isso um fato contado poderia ilustrar todos os acontecimentos correntes. Para um leitor que não viveu as experiências, elas podem até parecer cansativas e as narrações dramáticas; as reações frente ao que se vê e ao que se ouve podem levar o espectador a pensar que é tudo a mesma coisa. Entretanto cada um dos fatos particulares vividos nas comunidades, cada conflito, cada embate entre camponeses, a Prelazia e os latifundiários é um universo em si, têm a sua dinâmica própria, mas ainda assim abarcam os componentes do

universal. “O local tem como parâmetro o universal, as potencialidades do particular são dadas pelo universal.” (CANDIDO, 2000, p. 25).

Segue-se o relato de aspectos importantes de quatro conflitos que tiveram grandes proporções e repercussão internacional, com o objetivo de mostrar a dimensão do que foram os outros, e de que forma o impacto dessas tramas configurou o mapa desta região do Mato Grosso. “Para chegar o mais perto possível do desígnio exposto, é necessário um movimento amplo e constante entre o geral e o particular, a síntese e a análise, a erudição e o gosto pelo simples” (CANDIDO, 2000, p. 30). Aproximar-se do universal pelo particular significa contemplar, na essência, o indivíduo e ver nele os componentes do universo; no microuniverso do particular conhecer o âmago das dores, das tristezas, das alegrias e dos modos de pensar e das manifestações subjetivas que são comuns a todos os indivíduos no geral. É reconhecer-se na experiência do outro e participar, ainda que teoricamente, do seu mundo por ver-se nele. Assim, com quatro situações vividas pelas comunidades que fazem parte da Prelazia de São Félix do Araguaia: Suiá-Missu, Codeara, Agropasa e Frenova escolhidas para exemplificar o universo de acontecimentos que se passaram ali, pretendemos direcionar a discussão para o entendimento das motivações, causas e consequências que delinearão a história do povo e sua caminhada.

Os relatos ilustram o modo como os “opressores” praticamente obrigaram os “oprimidos” a tomarem decisões extremas e se posicionarem com a igreja na batalha pela sobrevivência. Aqui não estamos colocando em análise quem é ou se há um combatente. Embora sejam identificados alguns nomes. Estamos apresentando fatos que fizeram com que os sujeitos se tornassem diferentes em sua trajetória e se instrumentalizassem voluntária ou involuntariamente para enfrentamentos.

Essa visão se direciona pelo pensamento de Gramsci (2001) quando tratou do papel do intelectual que muitas vezes vai se formando nos erros, nas contradições e nas necessidades por uma experiência traumática em que se encontre e nela desenvolve mecanismos de defesa para uma ascensão. A identificação do intelectual com os “simples” não é para validar a situação subalterna deles, mas para elevá-los à posição de sujeitos de um projeto societário emancipador. É de acordo com essa linha de pensamento que compreendemos o intelectual em Gramsci (2001); como mediador da construção da vontade coletiva da classe subalterna, como participante dela, a fim de que se reconheça como força hegemônica capaz de lutar contra a sociabilidade capitalista e instituir o ordenamento socialista.

A chegada de pessoas em busca do milagre econômico pelo apoio do governo federal, que facilitava a aquisição de propriedades a quem quisesse produzir nas regiões com grandes

extensões de terra despovoada, reconfigurou as paisagens com trabalhadores, principalmente vindos do Nordeste fugindo das secas. O Programa de Integração Nacional (PIN) de cunho geopolítico criado pelo Decreto-Lei n. 1106,<sup>25</sup> de 16 de julho de 1970, assinado pelo Presidente Médici, propunha a utilização de mão de obra nordestina possibilitada pelas grandes secas de 1969 e 1970 e na noção de vazios demográficos amazônicos, com os lemas “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”.

[...] o governo parece preocupado com a força “espontânea” do movimento camponês para as áreas novas, que pela sua própria condição de fronteira abre para o campesinato certas possibilidades dificilmente vislumbráveis a curto prazo e em escala comparável em outras áreas. Por outro lado, o governo se mostra também extremamente interessado em promover em prazo relativamente curto uma agricultura capitalista que ajude a equilibrar a balança de pagamentos. Na ausência de uma política global já plenamente estruturada, é de se imaginar que ainda se vá assistir a alguns movimentos pendulares da política até atingir-se um ponto de equilíbrio, já que nem a agricultura camponesa nem a capitalista, isoladamente, têm condições de cumprir as funções reservadas para a agricultura.

[...]

O governo foi capaz de mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista ao mesmo tempo em que permanecia basicamente cosmopolita no seu caráter, já que inclusive essa colonização da Amazônia implicaria numa maciça participação estrangeira. (VELHO, 2009, p. 211-213).

O fragmento mostra que essa política, em princípio, era aceita pelos diversos segmentos da sociedade, pois parecia uma forma de diminuir as desigualdades e evitar a invasão estrangeira, só que Velho (2009) alerta para a participação estrangeira, que aparentemente era disfarçada pelos lemas descritos acima, que ocuparam a propaganda, feita em rede nacional nas rádios e em redes de televisão. Milhomen (2004), historiadora residente em São Félix, afirmou que a colonização assistida pelo governo nestas regiões tem início muito antes do governo militar. Não foi de uma só vez e nem com as mesmas características que as entradas na terra começaram. E ela separa em três momentos distintos os avanços para o povoamento ostensivo da região:

A partir dos anos 50, teve início a ocupação da fronteira oriental (Amazônia) na região do Araguaia-Pará, concorrendo para isso três movimentos distintos. Um movimento migratório, suscitado pelo vislumbre de agricultores e fazendeiros do sul do país às terras amplas e de fácil aquisição na Amazônia; outro especulativo das terras, conduzido por aventureiros que tinham, na

---

<sup>25</sup> Fonte: Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>.

comercialização rápida da terra, seus lucros fáceis. Esses especuladores não tinham a intenção de ocupar as terras, muito embora suas ações tenham resultado na integração de milhares de hectares ao mercado de terra; e um terceiro de consolidação da propriedade rural com o intuito de concentrar o principal meio de produção da região. Essa última prática começou no final dos anos 60, quando empresários do sudeste do país, com forte apoio do Estado, passava a adquirir as terras dos especuladores para a formação das grandes fazendas. (MILHOMEM, 2004, p. 69).

A presença das igrejas nos locais, com padres, pastores e missionários era uma espécie de ponto de apoio nas regiões pouco assistidas pelo governo. E começou no início do século XX. Antes de existir a Prelazia de São Félix, existiam religiosos de variadas orientações e ordens que levavam remédios, vacinas, assistência comunitária e noções básicas de prevenção de doenças. Só que de forma esporádica. Foi com a criação da Prelazia que se formaram comunidades católicas fixas na região, em lugar das desobrigas.

Nestes territórios, vários latifúndios tornaram-se locais de conflitos; entre eles, pelo alcance e duração dos embates, serão analisados os quatro já citados como espaços de luta e resistência que se agravaram a partir dos primeiros anos de atuação efetiva da igreja. Esta análise não pretende graduar ou mensurar de qualquer forma os conflitos em intensidade ou importância, uma vez que havia problemas graves em toda a região. Foram destacados estes exemplos de conflitos pela frequência com que aparecem nos relatos das pessoas, nos registros do Alvorada e em outros trabalhos acadêmicos ou publicações disponíveis. São latifúndios, como os que começaram a existir simultaneamente ou depois, formados a partir de incentivos do governo para promover o chamado milagre econômico. Entre as várias fazendas formadas no Noroeste do Mato Grosso, por meio de projetos governamentais de desenvolvimento da Amazônia, e isso incluía grande parte daquele Estado, serão descritas as seguintes porque simbolizam, com maior intensidade, a hegemonia do poder econômico capitalista.

**Suiá-Missu**<sup>26</sup> – O processo de criação da Suiá-Missu nos anos 1960 foi marcado por uma prática que se popularizou na Amazônia: no início, a limpeza da área e a subsequente distribuição da terra a posseiros, gente pobre de outras regiões do país. A mesma prática de entrega de lotes foi realizada com o colonizador paulista Ariosto da Riva (1915-1992), que abriu cidades e fazendas no norte e no nordeste do Mato Grosso removendo quem quer que estivesse nas posses destinadas a ele por títulos, ou comprados do governo ou recebidos em doação. Fundou a fazenda Suiá-Missu em um território habitado pelos índios Xavante. Essa

---

<sup>26</sup> Esta é a forma como o nome Suiá-Missu será usado nas discussões, por estar escrito desta forma nos documentos da Prelazia e nos registros documentais da Prefeitura de São Félix; entretanto aparecerá em alguns momentos Suiá-Miçu ou Suiá-Missú e a grafia será respeitada por estarem em citações de origens diversas.

dinâmica foi copiada por outros aventureiros ou empresas durante o governo militar, quando a ocupação do solo amazônico se tornou política de Estado.

Ainda nos anos 1970, a fazenda Suiá-Missu foi vendida para o grupo italiano Liquifarm, que depois se tornaria a Agip. Durante a Eco-92, a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, no Rio de Janeiro, a Agip anunciou devolução de 165 mil hectares da área para os índios (Canuto, 23/07/2016). Parecia o final de uma luta de quase 30 anos. Quando a Funai iniciou a pesquisa de campo para fazer um estudo antropológico da área, em 1992, a fazenda começou a ser invadida. Segundo um *site* informativo de Água Boa-MT, *Aguaboanews*, o processo de ocupação foi liderado por grandes fazendeiros, como Sebastião Prado, Renato Teodoro e Gilberto Luiz de Resende, o Gilbertão, apontado como o responsável pela distribuição ilegal de terras no início dos anos 1990. Eles participaram da criação da Associação dos Produtores Rurais da Suiá-Missu (Aprosum), entidade que representou por décadas os moradores e produtores da região. Em 1998, quando o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) publicou decreto de homologação, a terra já estava toda ocupada, e não era pelos índios. Começou aí uma demanda há anos que ainda não terminou, embora em 2012, no governo Dilma Vana Rousseff, tenha sido determinada a desocupação da área e a devolução aos Xavante. Atualmente as terras estão ocupadas pelos Xavante da aldeia Marãiwatsédé e os conflitos por invasões e roubos continua.

O Posto da Mata, no entroncamento das BRs 158 e 242, cujo histórico de pistolagem é antigo, já tinha comércios. A chegada de centenas de pequenos posseiros de outras áreas, segundo investigação do Ministério Público Federal, tratava-se “[...] de manipulação para atender aos grandes produtores rurais e políticos da região, que tinham fazendas dentro dos limites da Marãiwatsédé”<sup>27</sup>, aldeia indígena a quem as terras foram devolvidas.

As entrevistas e documentos do arquivo indicam paralelos sobre um mesmo tema, dependendo do olhar e do lugar de onde vem cada história. Exemplo disso pode ser dado pelas informações que encontramos de um dos sujeitos mais mencionados especialmente em documentos da década de 1970, cujos relatos se revelam bem contraditórios: o primeiro proprietário da fazenda Suiá-Missu, Ariosto da Riva. A história contada oficialmente trata-o como colonizador paulista nas terras do Centro-Oeste. Um *site* de Alta Floresta-MT publicou uma minibiografia lembrando o título dado a ele pelo jornalista David Nasser pelos trabalhos realizados em benefício do progresso do país:

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/>.

O último dos bandeirantes, apelido esse ganhado do Jornalista David Nasser, Ariosto da Riva nasceu em Agudos-SP, e desde muito cedo mostrou seu espírito aventureiro e desbravador. Aos 17 anos de idade, saiu de casa para se tornar garimpeiro de diamantes, mais tarde trabalhou para Geremia Lunardelli, responsável por toda a colonização do norte do Paraná. Com ele aprendeu todos os caminhos da definitiva profissão, Colonizador. Já nos anos 50, Ariosto fundou Naviraí, no estado de Mato Grosso do Sul. Nesta primeira experiência, conflitos e dúvidas com os índios fizeram o bandeirante reavaliar seus projetos. **No final dos anos 60, Ariosto se dirigiu para a região do Araguaia Mato Grossense, onde permaneceu pouco tempo, pois percebeu que a terra por ali era imprópria para a agricultura.** No sonho de uma reforma agrária particular, sem a burocracia do governo federal onde os agricultores fossem privilegiados por uma terra produtiva acessível, e com uma estrutura adequada de cidade. **Pensando nisso, Ariosto comprou 418 mil hectares, por um preço relativamente baixo, pois ninguém se atrevia a colonizar a Amazônia Mato-Grossense, pois não havia acesso aéreo, nem terrestre. O governo federal passou para o colonizador mais 400 mil hectares, como o incentivo ao desenvolvimento do extremo norte de Mato Grosso.** Dessa iniciativa, nasceu a INDECO (Integração, Desenvolvimento e Colonização), empresa montada para desbravar e atrair colonos do sul do Brasil, e também colonizou os municípios de Apiacás e Paranaíta. Ariosto da Riva, com braços fortes conduziu o crescimento de seu sonho, assistiu o progresso e o sucesso de seu empreendimento. No dia 25 de Julho de 1992, aos 77 anos, falece de um infarto do miocárdio no município que fundou, Alta Floresta. Em 2015, em seu centenário, é lembrado seu legado de seriedade, moralidade e de liderança, cujo permanecerá na memória e história de Alta Floresta. (FLORESTANET, 2015, grifos nossos).

Os registros do Alvorada e relatos em entrevistas desconstroem sensivelmente essa ideia de “reforma agrária particular” sem burocracia, porque indicam um proprietário de latifúndio procurando produzir o máximo de lucro com o mínimo de gastos com mão de obra. O texto do “Florestanet”, por ser de um veículo informativo, que deveria mostrar imparcialidade, tem um discurso elogioso com juízos de valor como o que se encontra nos grifos e ainda “... com braços fortes conduziu o crescimento de seu sonho...”. Não é uma informação confiável, mas um registro até compreensível por se tratar de uma homenagem.

A historiadora Maria Iracy Santana Costa (2017) conta em entrevista, a partir de uma pesquisa sua, sobre a rede de prostituição que se criou às margens do Araguaia, em São Félix, com a chegada do progresso, uma versão bem diferente do que representou Riva na região. No relato mostra como era a dinâmica de funcionamento das casas de prostituição e de que modo eram abastecidas pelos peões que vinham da Suiá-Missu para se divertir aos finais de semana. Segundo a entrevistada, uma espécie de prêmio pelos serviços quase na condição de escravos que realizavam:

Quem quisesse, poderia vir, grupos internacionais, poderia formar grandes fazendas na região, grandes empresas agropecuárias, grandes madeireiras, tudo isso foi surgindo por aqui, nas fazendas, né. Então, essa fazenda Suiá-Missu ficou muito famosa, né. Foi uma coisa muito triste. Expulsou todos os posseiros. Então entra, nesse momento, a fazenda que já tá... a chegada do Dom Pedro aqui. Dom Pedro Casaldáliga que era padre na época. Então chega, chega e vê essa grande... a prostituição, né? A gente tem até um quadro ali... que o artista fez ali mostrando e tal. Então chega bem nessa época aí. Ele vê essa situação dos trabalhadores peões que é muito difícil.

[...]

Aí ela [**a dona do bordel**] cria um outro laço de dependência, porque a pessoa que tinha sido sócio dela ali, apresenta ela para o... parece que gerente da fazenda, né? Ariosto da Riva. Ele leva ela e apresenta para esse... pra esse gerente. Então ela já tá formando mais um laço de dependência. Porque aí ela vai trabalhar com os peões. Não é só ela, nesse tempo já tinha mais gente com mais casas de prostituição. E aí ela vai trabalhando com os peões. Aí ficou uma situação muito complicada. Era muito movimento mesmo. É muito interessante essa história. O pessoal fala, né, que era só uma rua mesmo. Elas não podiam passar pra cá porque tinha uma barreira social, muito forte, que aí ninguém podia passar pra lá. E ninguém podia passar pra cá. Mas passava. Até as crianças vendiam coisas lá. E iam trabalhar assim... Então o que acontecia, quando era, de quinze em quinze dias, ou no final do mês, ela fala que o Ariosto mandava o caminhão cheio com os peões. E já despejava lá, né? Colocava lá. Ficava todo mundo lá, e aí ela fala que vinha até os bilhetinhos, avisando de algum que ela tinha que ter mais cuidado porque era mais perigoso. Mas aí a gente já vê isso como uma forma da fazenda, da fazenda entrar em conchavo com a dona da casa, né? **Porque ali eles iam ter o quê? Iam ter bebidas, iam ter mulheres, diversão, porque estavam sozinhos, vinham de muito longe, esquecer um pouquinho aquela vida louca lá, que eles trabalhavam em regime de escravidão, que isso já foi provado, a gente tá falando isso porque já foi provado. Trabalhavam em regime de escravidão e é muito triste o que ela me contou, eu posso até transcrever ou fotografar e te mandar esse trecho que ela conta que ajudou dois peões ficar escondido aqui no morro, aqui tem um morro ó, ali tem uma elevação, uma duna, que a gente chama de morro.** Então ela escondeu esses dois peões que estavam escondidos, que fugiram da fazenda. Depois eles atravessaram pra Ilha e foram embora. Então ela levava comida pra eles, então, era muito... era muito triste mesmo. Tinha muita coisa mesmo. (Iracly, 22/08/2017, grifos nossos).

Como se pode ver, a versão de colonização aqui não combina com a reforma agrária particular informada no texto anterior. Há pesquisas e histórias sobre os conflitos da década de 1970 nestas regiões, muitos trabalhos acadêmicos e reportagens, livros de relatos que às vezes “romanceiam” um pouco os acontecimentos. Alguns serão citados no texto. Pensamos que o distanciamento no tempo com o aqui/agora, a reordenação das narrativas nas memórias, as repercussões que esta história alcançou, a figura do bispo Dom Pedro, muitas vezes possibilitam certo colorido mais forte quando se trata de assuntos do passado. E ainda tem uma espécie de veneração respeitosa à figura do bispo emérito mesmo da parte de quem é contra a sua forma de “pastorear suas ovelhas”. São as convergências nos relatos que vão construindo um ideário

que, de qualquer forma e em qualquer lugar do território assistido pela Prelazia, traça uma linha de dicotomias como pobre/rico; bom/ruim; prelazia-pobre-chinelos/os-contra, os-de-fora. Entretanto é nas versões que foram e vão sendo noticiadas além destas fronteiras, ainda que de maneira fragmentada, pela análise de documentos do arquivo é que vamos conhecendo os episódios vividos naqueles tempos.

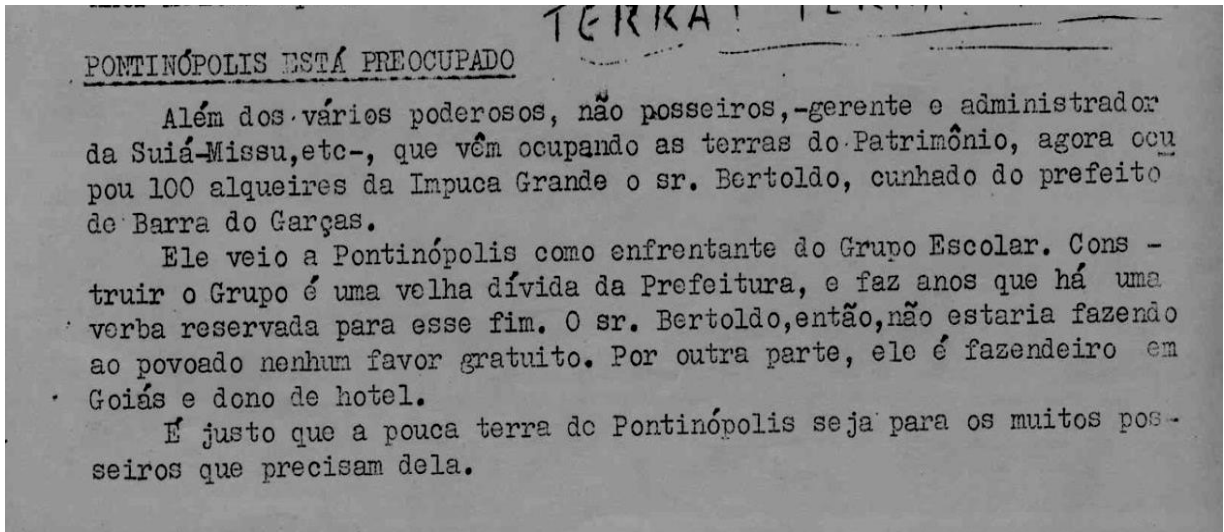
As distâncias temporais, a criação de versões para cada situação, os olhares internos e externos compõem uma colcha de retalhos com muitas abordagens. Halbwachs (2003) afirmou que memória não é história. Alerta-nos que as lembranças compõem a memória e atualizam a voz do passado. Essas lembranças evocadas ajudam na constituição de um quadro histórico. Mas não é a história. Por isso, as contribuições das entrevistas, dos relatos de memória e histórias de vida são tratados como componentes de uma memória coletiva que leva em consideração diferentes fontes a serem cotejadas com documentos.

Se pegarmos, por exemplo, o fragmento do texto publicado pelo veículo de informações de Alta Floresta-MT: “No sonho de uma reforma agrária particular, sem a burocracia do governo federal onde os agricultores fossem privilegiados por uma terra produtiva acessível, e com uma estrutura adequada de cidade.” e fragmentos da fala da historiadora Iracy (2017), colhida na entrevista acima: “Então, essa fazenda Suiá-Missu ficou muito famosa, né. Foi uma coisa muito triste. Expulsou todos os posseiros.”, essa contradição entre uma reforma agrária e a realidade de trabalho sob condições precárias parecem histórias de duas pessoas diferentes.

Além deste recorte, que traz uma versão de como as terras foram ocupadas pelo dono que comprou uma parte e recebeu outra do governo, existe uma questão que é curiosamente mal explicada ainda hoje (2017) pelas pessoas do lugar. Ariosto da Riva, como a publicação do *site* Florestanet afirma, era o dono da fazenda, mas na fala da historiadora e em alguns registros do Alvorada ele é visto como uma espécie de gerente, administrador, como mostra a Figura 22. Será que ele não se apresentava como dono? As especulações também são contextualizações importantes.

Na entrevista, a historiadora Iracy (2017) afirma que era uma forma de o dono se esconder das perseguições, porque sendo conhecido como o administrador, quando viessem procurar o dono para alguma decisão que causasse constrangimentos ou dificuldades, ele poderia dizer que não poderia decidir sem o aval do dono. Assim a resposta aos problemas iria se perdendo no meio do caminho. Muitos repetem isso, mas são especulações.

Figura 22 – Ariosto Riva, gerente ou dono da Suiá-Missu?



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, fevereiro, 1974. Doc. A16.0.13 P3.3.

Iracy (2017) afirma: “[...] esquecer um pouquinho aquela vida louca lá, que eles trabalhavam em regime de escravidão, que isso já foi provado, a gente tá falando isso porque já foi provado. Trabalhavam em regime de escravidão e é muito triste o que ela me contou”. As memórias do passado estão sempre em conexão com as memórias do presente. O ato de lembrar reporta ao passado e muitas vezes é acrescido pelo nosso modo de ver o que já foi vivido (HALBWACHS, 2003). No caso dessa narrativa ainda pesa a circunstância do relato de memória. A esse depoimento serão acrescidos outros e as afirmações serão comprovadas pelos registros de documentos na pesquisa.

No fragmento do Alvorada, destacam-se duas referências interessantes. A menção ao gerente e administrador, que aparece em outras ocasiões referindo-se a Ariosto Riva e o fato de que as terras na região eram ocupadas sem preocupação com medidas legais.

E há registro mais recente sobre a sua condição de proprietário, feito por um escritor da terra, Kalixto Guimarães (2013), no livro *Desordem e retrocesso na guerra do indigenato*, motivado pelo conflito de 2012, o mais sério acontecido nas terras do antigo latifúndio que até aquele momento ainda era área de litígio. A obra faz uma memória do passado com cores fortes e palavras radicais, trazendo outra forma de interpretar os fatos:

Ciente das potencialidades naturais existentes no Araguaia e confiante na implantação do corredor de desenvolvimento leste-oeste através do avançado Plano de Metas de JK, o desbravador paulista Ariosto da Riva veio, no final da década de 50 do século passado, para Mato Grosso abrir os caminhos para a integração e o desenvolvimento da região centro-norte. Empreendedor arrojado, tão visionário quanto o presidente JK, o senhor Ariosto da Riva implantou a Suiá-Missu, tida na época como uma das maiores fazendas do mundo, com seus

695.841,835 hectares, conforme consta no registro cartorial de compra e venda feito na comarca de Jaú (SP), no livro 445, com data de 5 de dezembro de 1962. [...] Lamentavelmente, Ariosto da Riva teve que abandonar o projeto ainda em sua fase embrionária e transferi-lo a outro grupo empresarial paulista chefiado pelo canavieiro Orlando Ometto e familiares. Contrariado com as investidas de Pedro Casaldáliga, bispo da prelazia de São Félix do Araguaia que já se encontrava na região, Ariosto, católico tradicionalista, viu-se obrigado a deslocar o seu projeto de colonização para o outro lado do rio Xingu. Uma das motivações de sua retirada se deve às perseguições do bispo, que insuflava a população local a não receber os títulos de propriedades emitidos pelo Departamento de Terras do Mato Grosso, nos quais o próprio Ariosto era o requerente principal. O colonizador Ariosto da Riva adquiriu milhares de hectares de terras através desses títulos, transferindo-os a terceiros de forma legal e reconhecida tanto pelo Estado quanto pela União. A distribuição gratuita de terras devolutas por parte dos Estados era uma forma de incentivo ao processo de colonização rural e de ocupação humana nas vastidões territoriais existentes no País, conhecidas como “vazios demográficos”. [...] Agitador nato, um “progressista” contra o progresso, o bispo espanhol acusava Ariosto de manobras para “tomar as terras” dos poucos moradores que existiam no local, dizendo ainda que “tais documentos não tinham validade”. [...] As ligações e a interferência direta do ex-bispo da prelazia de São Félix do Araguaia, no caso Suiá-Missu e na criação da reserva xavante “marãiwatsédé”, são inegáveis. (GUIMARÃES, 2013, p. 21-22).

O autor fecha o capítulo em que trata dos primeiros conflitos entre a Prelazia e a Suiá-Missu com as seguintes considerações:

Embora os papas João Paulo II e Bento XVI condenassem a Teologia da Libertação, o Vaticano prefere deixar correr solto o evangelho comunizante dos padres nos países subdesenvolvidos, os quais se intitulam “progressistas”. Tal permissividade é admitida pela Santa Sé tanto quanto fora o fascismo de Mussolini e o nazismo de Hitler. Historicamente, a Igreja sempre esteve do lado do poder para se garantir como instituição e assegurar o seu patrimônio. (GUIMARÃES, 2013, p. 23).

São versões contadas que nos ajudaram a compreender os elementos que vão se agregando e acirram os ânimos de dois lados que estão declaradamente em conflito. Esses elementos fortaleceram algumas convicções de que havia um projeto hegemônico em curso (GRAMSCI, 2001), direcionado pelas forças capitalistas com grande poder econômico, e havia o confronto de um outro projeto que tentava se estabelecer pelas forças socialistas de apoio aos direitos e liberdades individuais configurado na construção de um sujeito coletivo. Assim, esse jogo de poderes vai acontecendo e a impressão que temos é que em certos momentos o grupo evangelizado acaba servindo de massa de manobra para confirmação de forças. A afirmação não é sem fundamento quando consideramos que o intelectual que age no ambiente em que vive também é feito das contradições inerentes ao ser humano.

Quais são os limites “máximos” da acepção de “intelectual”? É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais? O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. Na verdade, o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

A hegemonia é alcançada pela persuasão ou pelo consenso, para isso utiliza-se o intelectual. O poder de uma classe sobre a outra acontece pela hegemonia e não pela força, pela coerção, pois os mecanismos coercitivos, isoladamente, não são suficientes para manter a supremacia social por longos períodos. Até mesmo o poder econômico pode ser suplantado, em algum momento pela legalidade do discurso persuasivo. Por isso a classe no poder precisa utilizar mecanismos persuasivos inerentes à sociedade civil, o intelectual tradicional. A classe se organizando, ou em organização, mais ainda, precisa do discurso persuasivo e do poder coercitivo para se chegar ao consenso. Assim ela pode conseguir um consentimento duradouro, dentro e fora da própria classe, que ela passa às grandes parcelas da população.

Através dos organismos da sociedade civil e de mecanismos persuasivos é que uma classe deixa de ser meramente dominante, ou deixa de ser dominada, e passa a exercer a hegemonia na sociedade. Os dominados, ou seja, a classe dirigida reconhece na classe dominante o seu direito de dirigir a sociedade em seu conjunto não pela força, mas pelo consenso. Quando isso não acontece, estabelece-se a resistência e o confronto.

**Codeara** – Outro latifúndio formado a partir de fomentos do governo federal foi a fazenda Codeara, nome que expressava a sigla de Companhia de Desenvolvimento do Araguaia. Era um investimento da família Conde, banqueiros donos do Banco de Crédito Nacional (BCN) que, de acordo com o escritor Thales Guaracy, um escritor das memórias de Armando Conde, estavam dispostos a contribuir com o desenvolvimento do país.

No início de 1968, Armando Conde telefonou pedindo que Rolim (dono da TAM) o ajudasse a encontrar um piloto para trabalhar na Amazônia. Rolim então foi ao BCN com uma proposta. - Doutor Armando, se o senhor me financiar um avião, peço demissão do emprego e vou trabalhar na fazenda. Rolim não tinha propriedades para dar em garantia como contrapartida ao financiamento do BCN. Aquele seria também o primeiro avião que o banco financiaria. Tinha tudo para ser um péssimo negócio do ponto de vista

bancário: se um avião cai, matando o piloto, desaparecem ao mesmo tempo o devedor e o bem de garantia. E o seguro não pagava o prêmio em voos realizados entre pistas não regulamentadas. Armando Conde, banqueiro de voz rouca, amante das artes, dos prazeres da caça, e dos homens de coragem, aprendera a admirar Rolim, jovem comandante que parecia incansável e não tinha medo de nada. Ainda se lembrava da primeira vez em que tinham se encontrado: Rolim rindo com a foto do piloto que tinha sido devorado pelas formigas na mão. Quando Rolim confirmou que se mudaria para a fazenda caso conseguisse o financiamento, o banqueiro concordou. “Quando souberam, meus irmãos queriam me matar.” Relembra Armando. “Mas Rolim merecia. Era um lutador.”

[...]

Rolim acertou o salário com o BCN, deixou alugada a casa em São Paulo e foi para a fazenda Santa Terezinha, onde os Conde implantavam a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, a Codeara. Situava-se a 250 km à frente da Suiá-Missu, na margem esquerda do Rio Araguaia, em plena Amazônia selvagem. Do outro lado do rio ficavam as terras dos índios Caiapós. Passou a morar na fazenda. Dali até a cidade grande mais próxima, Goiânia, eram três horas de voo. [...] Rolim levou para Santa Terezinha seu primeiro avião, financiado pelo BCN: um Cessna 170 de quatro lugares, igual àquele com que trabalhava em Marília. Graças à sua experiência anterior na Suiá, sabia que poderia ganhar na Codeara tanto quanto ganhara trabalhando para Ometto. Contudo poderia ganhar o dobro ou mais se tivesse um segundo avião. (GUARACY, 2003, p. 50).

No texto, Guaracy relata que ao lado da fazenda da família Conde, às margens do Rio Araguaia, formara-se o povoado de Santa Terezinha de Goiás, com mais ou menos oitocentos habitantes. A povoação começava a se tornar o centro de uma região que concentrava fazendas com incentivo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Havia uma verdadeira corrida do ouro para explorar o Mato Grosso, norte de Goiás e sul do Pará e o grupo Alcântara Machado, a Eletrobrás, a Elagro, todos tinham investimentos na região. Dessa forma já corria muito dinheiro em Santa Terezinha.

A economia brasileira despertava novamente. Nascia a era do chamado “milagre econômico”. A Sudam injetava cada vez mais dinheiro nos projetos agrícolas da região. Para abrir as fazendas era preciso muita gente. Os fazendeiros contratavam os “gatos” que buscavam nas cidades os pobres do Nordeste operários para as frentes de trabalho no Araguaia. Traziam os peões em ônibus ou caminhões abertos, os “paus de arara” até o fim, na vila de Santa Terezinha. Dali eles tinham de ser transportados de outra maneira. A Codeara ficava a cem quilômetros de barco pelo rio Araguaia. A única alternativa era o avião. Rolim continuou a trabalhar com o avião da Codeara, levando empregados para a fazenda, mas não dava conta de todo o serviço. Cada vez que um gato depositava sessenta ou oitenta pessoas na vila começavam as bebedeiras e as brigas que desnorteavam o delegado local. As fazendas precisavam transferir rapidamente os homens para os locais de trabalho. (GUARACY, 2003, p. 52).

Nesta obra, *O sonho brasileiro*, Guaracy não está fazendo um histórico sobre o (re)povoamento do Mato Grosso; é uma reportagem biográfica em que destaca diversos aspectos da personalidade de Rolim Amaro, de sua filosofia de vida e de seu modelo de fazer negócios. O livro apresenta fatos desde a época em que Rolim era criança, quando foi caminhoneiro, vendedor de bebidas, mecânico, até chegar ao comando da TAM. E, no terceiro capítulo, quando mostrou a compra do seu primeiro avião, é que faz esse panorama e retrata como foi o início da fazenda Codeara, da qual foi gerente por algum tempo. No texto, observa-se que o fluxo de trabalhadores era grande, a forma como eram transportados era desumana, “pau de arara”, e, pelo modo como registra: “depositava sessenta, oitenta pessoas na vila...” nota-se que depois que chegavam ali haveria dificuldades para voltarem à terra natal, se não quisessem ficar.

Um artigo publicado por Valério (2013), também autor da obra *Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*, mostrou como era a relação entre posseiros e proprietários da Codeara no início dos anos 1970. Os donos da fazenda reclamavam as terras da zona urbana de Santa Terezinha alegando que eram parte da propriedade, constante no documento recebido do governo. Alegavam também que, como as terras eram sua propriedade, nada deveria ser feito sem autorização prévia dos donos. Isso justificou a destruição de um posto de saúde construído pela igreja católica com ajuda de uma ONG espanhola.

Um dos momentos de tensão que opôs Casaldáliga, cada vez mais imerso no ideal de uma vida religiosa profética, ao latifúndio, ocorreu em 1972, durante o episódio da construção de um ambulatório em Santa Teresinha, cujo povoado a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) reclamava o território urbano para si. Em março do mesmo ano a CODEARA investiu contra o ambulatório, os posseiros que faziam a segurança da construção reagiram ferindo oito jagunços contratados da fazenda. A retaliação foi violenta e cerca de 40 posseiros passaram dois meses escondidos na mata. Abriu-se processo contra o Pe. Francisco Jentel, acusado de ser mentor intelectual das ações dos posseiros. Pe. Jentel foi condenado a dez anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande por crime de subversão. Cumpriu um ano e depois acabou sendo expulso do Brasil definitivamente. A tensão entre dois projetos políticos diferentes para região, intensificados pelo modelo profético de denúncias adotado por D. Pedro Casaldáliga e a visibilidade dada por ele a essa posição, fez com que em setembro e outubro de 1972 o Exército realizasse em São Félix do Araguaia a Ação Cívico-Social. (VALÉRIO, 2013, p. 393-394).

A Ação Cívico-Social (ACISO)<sup>28</sup> foi um treinamento anti guerrilha que incluía assistência social ao povo da região com médicos, dentistas, vacinas e, em forma disfarçada, procurava identificar pontos comuns entre a resistência armada dos posseiros de Santa Terezinha e a Guerrilha do Araguaia.

No ano de 1973 a repressão aumentou com a ocupação definitiva de São Félix pelo Exército, Aeronáutica e Polícia Militar. Toda região foi controlada, as casas vasculhadas, os posseiros espancados e as professoras do Ginásio de São Félix enfileiradas sob a mira das metralhadoras. Os padres, o bispo e as freiras tiveram suas casas revistadas. Alguns foram presos. Seis agentes pastorais, uma professora e um líder posseiro foram levados até Campo Grande, e lá, torturados para confessarem ligações entre a Prelazia e a guerrilha. (VALÉRIO, 2013, p. 394).

Sobre isso, o ex-agente pastoral, e, nesse tempo, o presidente da cooperativa de posseiros em Santa Terezinha, Antônio Tadeu Martins Escame (o Tadeu), diz o seguinte:

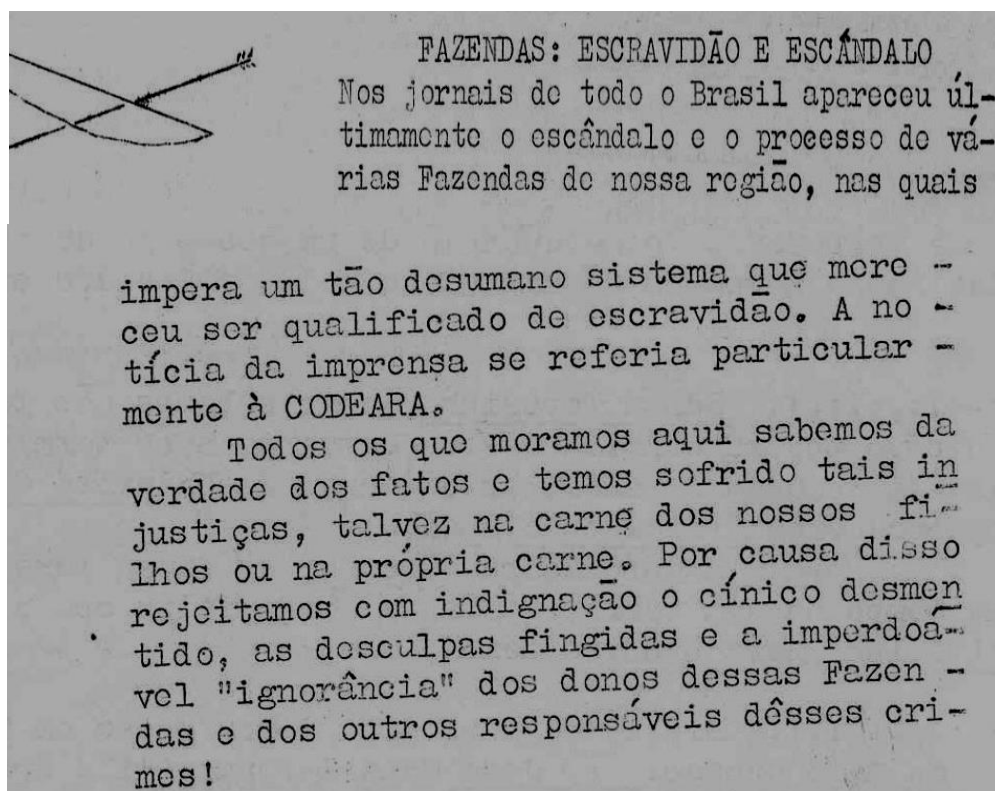
E o pessoal, assim, o apoio que eles tinham éramos nós. E, claro, daí, nesse período, foram 90 dias até que o povo pode ser liberado. Tudo cercado, cerca de uns 200 policiais, ficavam vigiando o tempo todo. A fronteira ali, e ficavam provocando oportunidade de ficar conversando com a gente, saber o que a gente pensava, até onde ia essa subversão, né? A gente estava muito à vontade ali, porque estávamos num trabalho de solidariedade, não estávamos escondendo nada. Mas daí, em função disso, um ano depois nós fomos presos, né? [...] daí eu sei que no interrogatório o pessoal, é, qual o nome da sua organização? Eu falei, não, não existe organização. O que tem aqui é que nós somos membros da Prelazia. Que Prelazia, esse bispo é um comuna, faz parte de uma célula! Falei: nem sei direito o que é uma célula. (Eu – em que ano foi?) Que aconteceu isso? A prisão? Foi em 73. Foi com a prisão do padre Jentel, né, foi toda uma estratégia. Eles fizeram a coisa pensada. No mesmo caminho dele. [...] Perguntaram as coisas de praxe. Eu respondia, respondi tranquilo. Daí eles mencionaram o meu conterrâneo, que era o Elmo, o Elmo Malagodi. Diretor da escola, né? (GEA) eu falei: - não posso responder pelas ações dos outros. Mas daí eu fiquei detido, vi eles chegarem com a Adauta. Tava lá. E ela tava muito angustiada, pra ela aquilo era muito chocante, né? A gente tava um pouco mais preparado porque sabia que ia vir aí uma repressão em andamento. Ela não. (Tadeu, 12/09/2017).

---

<sup>28</sup> As ACISO foram instituídas como prática comum nas organizações militares brasileiras a partir da segunda metade da década de 1960. O país vivia os primeiros anos da ditadura militar e o anticomunismo dos oficiais das Forças Armadas e dos demais grupos que se aliaram na trama golpista que depôs o presidente da República João Goulart refletia nas próprias políticas do governo e, conseqüentemente, nas medidas que seriam implementadas nas corporações militares alinhadas ao regime. É neste contexto que se encaixa a criação das ações cívicas no Brasil. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415319\\_ARQUIVO\\_TextoANPUH2015.ACISO.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434415319_ARQUIVO_TextoANPUH2015.ACISO.pdf).

O Informativo Alvorada, que registra os acontecimentos relativos à atuação da Prelazia na região, os conflitos, os problemas com a posse e permanência na terra e evangelização do povo desde março de 1970, como mostra a Figura 23, traz uma referência daquele tempo a essa propriedade, denunciando trabalho escravo:

Figura 23 – Denúncia de trabalho escravo



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, ano II, abril de 1971, nº 7, p.3. Doc. A16.0.13 P3.3.

A professora Regina Beatriz Guimarães Neto, em parceria com o professor, filósofo e escritor Antônio Torres Montenegro (UFMT), publicaram um estudo em forma de dossiê na revista *História Oral*, em 2006, em que relatam disputas por terras no Nordeste do Mato Grosso. Nessa publicação ela menciona também o conflito da Codeara com a cidade de Santa Terezinha, entre outras cidades com que a propriedade também teve entraves por espaço territorial:

O caso da Codeara (Companhia de Desenvolvimento do Araguaia), de propriedade do grupo Banco de Crédito Nacional-BCN, é muito esclarecedor. Esta fazenda reivindicava o direito de propriedade de uma área de 200.000 hectares ao norte do rio Tapirapé, na região do Araguaia, que incluía até mesmo o povoado de Santa Terezinha, fundado ainda na década de 1920 (depois elevado a condição de município, na década de 1980, onde se situaram as terras de Confresa). Diante da disputa de terra que se estabeleceu com posseiros e moradores de Santa Terezinha, foi criado um clima de terror no

povoado e o conflito foi instalado. A polícia, o governo do estado e os pistoleiros da empresa invadiram o povoado e os posseiros reagiram, muitos foram presos, destacando-se a figura do padre Jentel que, mais tarde, foi expulso do Brasil, em 1975. A luta dos posseiros continuou, até que foi desapropriada uma pequena área para a criação do distrito, ao mesmo tempo em que o poder público se viu forçado a conceder mais uma extensão de terra a 120 posseiros (titulados com 100ha.). Nesse espaço do conflito é que outras agropecuárias também atuaram. (NETO, 2006, p. 59).

As disputas e os problemas são semelhantes porque a origem da territorialização do nordeste de Mato Grosso é a mesma. A política desenvolvimentista, conduzida principalmente no governo de Médici, destinava grandes extensões de terra a proprietários que se comprometiam a levar o progresso à região, sem que antes nenhuma das partes tivesse feito um estudo histórico-geográfico para conhecer realmente a terra.

O conflito gerado a partir da instalação da empresa nas terras de posseiros antigos ali fez aflorar uma violência acentuada na localidade, pois a forma pela qual a agropecuária se apropriou das terras impediu que os posseiros pudessem desenvolver sua agricultura de subsistência, sua caça e pesca, ou seja, a empresa inviabilizou uma rotina que já vinha sendo desenvolvida há anos, na medida em que empregou a violência contra essas pessoas e suas posses. Padre Jentel que já estava na região desde a década de 1950 foi uma presença decisiva nos acontecimentos de 1973, em favor dos posseiros.

O governador do estado do Mato Grosso, José Fragelli, quando de uma viagem a São Paulo, declarou: ‘tanto o padre Jentel como o bispo de S.Félix, D.Pedro Casaldáliga, incitavam os posseiros da região contra os pecuaristas que se instalavam no Araguaia [...] Os conflitos entre os posseiros e os colonizadores aumentaram nestes últimos anos porque os ensinamentos desse dois homens da Igreja são nitidamente subversivos [...] Ambos têm tendências de esquerda, armam um plano de agitação bem caracterizado, provavelmente ajudados por agentes estrangeiros... (DUTERTRE, s/d, p. 27).

O resultado dessas contendas, como já dito, foi a condenação do padre Jentel a dez anos de prisão. Depois de cumprir um ano de reclusão em Campo Grande, um novo julgamento no Tribunal Federal em Brasília considerou o processo findo e o padre absolvido do crime de subversão. Entretanto, em 1975 ele foi definitivamente deportado para a França. Mas a resistência dos posseiros continuou até que Santa Terezinha se tornasse um município e os posseiros que não saíram de suas terras conseguissem os documentos de posse.

**Agropasa** – Agropasa era outro latifúndio que teve importância naquele período porque serviu de entreposto às Forças Armadas. Foi mais um investimento de grande extensão no noroeste de Mato Grosso. Também beneficiada com verbas da SUDAM, a empresa foi

financiada por essa política de povoamento e colonização de territórios ditos de áreas devolutas e despovoadas. Nos primeiros anos de 1970 foi base militar para uma ação severa na região do médio Araguaia, que teve entre as decisões mais drásticas o fechamento do Ginásio Estadual do Araguaia (GEA) de São Félix, em 1973, onde lecionavam vários professores vinculados à Prelazia, sob a alegação de comunismo e subversão. Durante a prisão e interrogatório, até ser tomada a decisão de onde ficariam presos, esses professores, agentes pastorais e religiosos ficaram detidos no que chamavam de quartel general, na fazenda Agropasa:

À meia noite do dia 8 para o 9, sob o comando do Capitão Monteiro, os militares invadiram a casa do bispo e com socos e pontapés agarram padre Canuto que foi levado para um carro. A ele se juntou o Pe. Eugênio que dormia na rede. Os dois foram algemados um ao outro. O bispo foi agredido verbalmente e ameaçado. Acabada a invasão da casa e não tendo sido encontrados os procurados, Pontin e Moura, padres Canuto e Eugênio foram separados e interrogados com tapas e pancadas. Depois voltaram a ser reunidos e foram levados para a sede da Fazenda Agropasa, a uns 20 km da cidade, onde havia sido montada a sede da operação. Os Padres Pedro Mari Sola Barbarin (Pedrito) e Leopoldo Belmonte que tinham ido acertar os detalhes para a saída de Pontin e Moura da região, ao voltarem também foram presos, agredidos e espancados e levados à Agropasa. Todos os padres da Prelazia estavam presos. De madrugada Pedrito foi trazido de volta a São Felix e obrigado a conduzir a voadeira até o lugar onde deveriam estar Pontin e Moura. Despistou e os dois não foram localizados. Às 5 horas da manhã os padres foram devolvidos à casa do bispo para o povo não perceber o que acontecera. Pedrito foi obrigado de novo a conduzir a voadeira à procura de Pontin e Moura. Eles que não sabiam como estava a situação estavam de pé na praia, esperando a voadeira que os retiraria da região. Foram presos e levados para a Agropasa, onde já estavam Tadeu, Lulu e Adauta. Um avião da FAB os transferiu para Santa Isabel, na Ilha do Bananal, em frente a São Felix onde pernoitaram algemados uns aos outros e amarrados com uma corda presa ao avião. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 123).

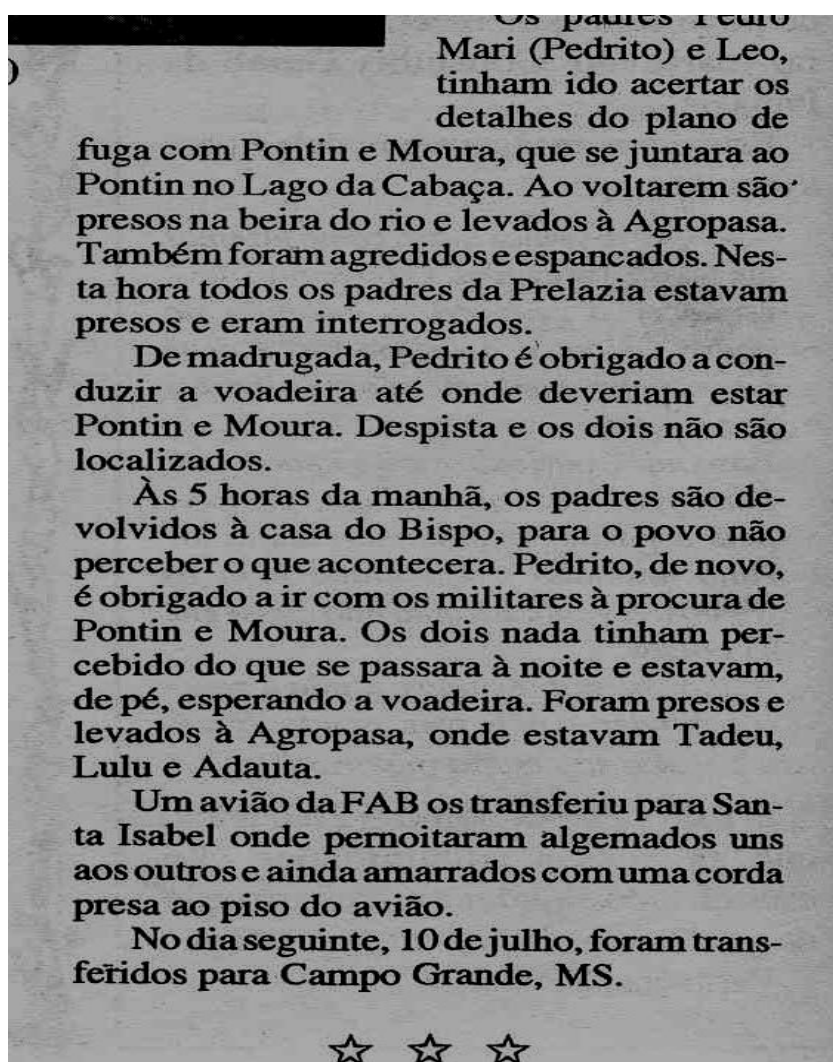
Algumas dessas informações aparecem também nas falas do agente pastoral Tadeu, durante a entrevista:

Eu tava convalescendo duma malária, quando me detiveram. Sabe, eu até acho que foi bom. Porque você fica assim meio zozzo, se precisar morrer, morre. E tudo bem. Malária põe você sem ânimo pra vida. Pode morrer, não tem problema. A gente fica assim fisicamente vulnerável, muito debilitado, então... daí eles me detiveram, lá na, acho que nos relatos que você ouviu, lá na Agropasa, né? Era uma central de... de... levavam todos pra lá. (Tadeu, 12/09/2017).

O Informativo Alvorada foi proibido de ser publicado nesse ano de 1973, período mais grave da repressão, mas informações sobre esses tempos e sobre a forma como reagiram os

agentes pastorais, os professores e como os posseiros se recusaram a sair da terra foram relatadas em números seguintes. A folha de janeiro/fevereiro de 1993 (Figura 24), ano em que se completavam duas décadas da destruição do Ginásio, faz uma recuperação de memória, mostrando a ação do governo militar naqueles tempos e o fragmento da figura abaixo servirá de exemplo para confirmar o papel da Agropasa na situação.

Figura 24 – Destruição do GEA, 1973



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, janeiro/fevereiro 1993, página 8. Doc. A16.12.01 P8.8.

É também possível encontrar a narrativa de desdobramentos a respeito do latifúndio Agropasa no próprio plano municipal de educação vigente do município de Alto da Boa Vista:

Nesse contexto, surge na região do Araguaia a Fazenda Agropasa, um imenso latifúndio que passou a empregar uma leva de migrantes oriundos de várias partes do País. Assim, em meados da década de 70, muitos desses migrantes,

foram dispensados dos seus trabalhos e, como não tinham lugar para morar e nem dinheiro para retornar as suas regiões de origem passaram a ocupar áreas de terras que os mesmos achavam serem desocupadas devido à distância das sedes das fazendas. E foi assim que no final dos anos 70 várias famílias ocuparam partes da Fazenda Agropasa, onde passaram a fazer suas roças para adquirirem o sustento de suas famílias. Assim o proprietário da Fazenda acionou a polícia que passou a torturar pessoas, mas os mesmos resistiram e permaneceram na região, trabalhando em parcerias para se defenderem de possíveis agressões. Diante disso, essas pessoas ocuparam pequenos lotes de terras no formato de comunidade, para ficarem próximos uns dos outros se organizando em sindicatos e posteriormente criando o núcleo urbano que originou a cidade de Alto Boa Vista. No final dos anos 80, comunidade de Alto Boa Vista, passou a ser distrito da cidade de São Félix do Araguaia e posteriormente no início dos anos 90 iniciou se o processo de emancipação. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2015, p. 5).

Especialmente no último fragmento, a ideia de que os habitantes das comunidades resistiam e tinham estratégias para que isso alcançasse sucesso fica bem evidente. O processo de ocupação de lotes em forma de comunidade mostra a organização e a decisão de permanecer na terra. Percebemos pelo que está registrado, que não tinham alternativa, já que não tinham condições de voltar para o lugar de onde vieram. Mas de qualquer modo, o processo de resistência aconteceu. Havia uma vontade e uma disposição para o enfrentamento.

**Frenova** – Um latifúndio formado por três empresas, Frente Agropecuária Nova Amazônia (Frenova), Sapeva e Piraguaçu que receberam títulos do governo e foram compor esse movimento migratório iniciado na década de 1970, intensificado por toda a década de 1980 e pelos anos 1990. Essa campanha longa e nada pacífica, realizada, sobretudo, por pessoas e grupos do Sul do país, ou que já se encontravam em território de Mato Grosso e estados vizinhos, como Pará, Tocantins e Goiás, seguindo os caminhos abertos pelas rodovias federais:

Assim é que a Agropecuária Nova Amazônia S/A (FRENOVA) encenou novos conflitos, agora no povoado de Porto Alegre do Norte (que hoje faz divisa com o município de Confresa). A Frenova, interessada em assenhorear-se rapidamente das terras, como eles anunciavam, “limpando a área” (uma expressão que se referia às pessoas indesejáveis), preocupados com os posseiros e outros trabalhadores rurais que já se encontravam naquele espaço, chegou a dividir o povoado de Porto Alegre do Norte ao meio, com arames farpados; uma parte para ela, Frenova, e outra para a empresa Sapeva. Após longas disputas, resistências e mortes, além do abandono da posse por parte de muitos posseiros, que foram embora, desalojados de suas terras, Porto Alegre do Norte teve sua emancipação efetuada em 1986. (NETO, 2006, p. 59).

O lugar onde se localiza Porto Alegre do Norte, segundo os habitantes da região, é estratégico porque é o mais centralizado dos lugares de atuação da Prelazia e muito cobiçado

por ter boas terras para a agricultura. Ao transformar a região em território agrícola, o Estado não levou em consideração estas populações que já ocupavam a terra há tempos; e boa parte do Mato Grosso foi vendida para as empresas que chegavam com projetos de colonização ou agropecuários, sendo o último, o tipo que predominou no Araguaia mato-grossense.

Um exemplo de violência contra posseiros foi o episódio provocado em 1970, pelos proprietários da Agropecuária Nova Amazônia S/A FRENOVA. Estes se instalaram no povoado de Porto Alegre do Norte, situado entre o rio Xavantino e Tapirapé, no município de LUCIARA-MT. Em seguida, começaram a fazer pressões sobre os posseiros alegando que toda a área, inclusive do povoado, era propriedade suas, porque dispunham dos títulos de propriedade, que haviam comprado “com posseiros e tudo”. A maioria dos posseiros estava na área desde o final da década de 1940 e início da década de 1950, ou seja, estavam na terra há mais de 20 anos, o que pela Constituição Federal garantia-lhes o direito de posse sobre as terras que ocupavam para trabalhar. [...] Na outra semana quando pensa que não chegou três pistoleiros de Cuiabá, todo dia vinha na fazenda e passava na PEDREGULHO chegava e falava: - Nós estamos aqui para tirar estes posseiros, nós estamos ganhando \$7 Cruzeiros, nós ganhamos \$7 cruzeiros por orelha se conseguimos tirar nós tem uma camioneta zerada na casa. (FRANÇA, 2007, p. 22).

A grande empresa chegou à região com documentação, exigindo as suas terras, mas a população local não entendia destes processos, para essas pessoas a terra era delas, pois viviam e ocupavam este espaço retirando dele o seu sustento há tempo suficiente para se sentirem confortáveis ali. Sobre esta fazenda e a outra vizinha, chamada Piraguaçu, há narrativas que beiram ao fantástico, de moradores da região sobre a crueldade dos donos, especialmente a senhora Silvana Carrara, proprietária das fazendas. Na entrevista com a filha do fundador de Canabrava ela contou episódios decisivos na posse das terras onde atualmente é Canabrava, antes, distrito de Porto Alegre do Norte:

Eu sou a Luzia Bento, filha do Elias Bento, fundador de Canabrava do Norte, Mato Grosso, viemos de Goiás, meu pai chegou na década (ano) de... é cinquenta e seis (56), eu tinha apenas três anos de idade.

[...]

Aí meu pai foi, foi dono de toda aquela área grande lá, mas nós, nenhum tirou um pedaço de terra. E essa Silvana dizia que era deles, era deles, passava a picada assim na porta das pessoas dizendo que era deles. Aí deu um conflito grande porque quando aumentou mais gente, acabou matando o gerente dessa Silvana. Ali em Canabrava mesmo, ali na cidade.

[...]

Porque ele pegou e falou assim, ele falava lá no meio da praça mesmo de Canabrava mesmo. Ele falava assim que em Canabrava uma mulher nunca tinha parido um homem ali, mulher nenhuma tinha parido um homem. Querendo dizer que só ele que era homem ali e que mandava. E ele também buscava a polícia pra ir nas posses, e matava galinha e fazia os posseiros

comerem a cabeça da galinha crua. Aí com isso o povo revoltou e acabou matando esse um lá. Matou o chefão e amarrou o outro encostado no morto lá. Aí foram pra beira da estrada onde as polícia ia passar e ficaram entrincheirados lá tudinho, tudinho os posseiros esperando a polícia chegar pra podê matá as polícia pra num entrá lá não, e o morto lá... no meio do tempo lá. Aí com isso eles ficaram três dias entrincheirados na estrada. E a polícia não foi. Depois de três dias eles desfez as trincheiras e cada um foi pro seu lado. Foi Deus que tocou no coração deles. Porque as polícia não vai na hora da violência, não vai não. Aí depois de um tempo eles foram. Aí as polícia bateu demais no povo. Bateu nos posseiros, mas judiou de todo mundo, sabe. Fez eles pegar o cadáver lá e abrir cova, os próprios posseiros. Aí jogaram o corpo lá e jogou pedra por cima. E bateu com pau dessa grossura assim neles. Aí depois a igreja com o bispo e tudo convocou as autoridades de Cuiabá e fez uma procissão tão grande, um manifesto tão grande, pedindo justiça aí veio deputado e tudo, aí daí pra cá, graças a Deus depois desse manifesto que o bispo fez, chamou as autoridades, daí graças a Deus acabou a violência. Esse cara que foi morto era gerente da Silvana, era gerente de todas as fazendas da Frenova, da Piraguaçu, que hoje é a área que é da cidade de Canabrava ela dizia que era deles, lá da Silvana. (Luzia, 09/09/2017).

Segundo as falas populares e alguns registros em livros, ou informativos, a dona das fazendas que formavam o latifúndio de Frenova/Sapeva/Piraguaçu, Silvana Carrara, mandava pistoleiros assassinares quem a enfrentasse, cortarem as orelhas e enviarem como prova do serviço feito.

Como o povo já não é tão sofrido, fico contando para os filhos e netos a história que a gente viveu para eles darem valor ao que têm. Esses murais contam a história da libertação de nosso povo. Eu vivi naquela época em que a dona Silvana da fazenda Frenova, em Confresa, mandava seus pistoleiros matar e cortar as orelhas dos inimigos para ela ter certeza de que estavam mortos. A quatro quilômetros de Porto Alegre do Norte, o bispo Pedro excomungou os donos da fazenda Piraguaçu por causa das maldades que eles faziam com os trabalhadores. (EDÉSIO apud DIAS, 2014, p. 76).

É mais um dos motivos para que os conflitos se acirrassem contra os “pobres da Prelazia” e/ou o “bispo vermelho” como eram chamados. A repercussão que teve a história das orelhas cortadas extrapolou as fronteiras do Mato Grosso e até as do Brasil, acrescentando à lista de eventos místicos atribuídos pelo povo a Dom Pedro Casaldáliga como protetor dos oprimidos, a excomunhão das fazendas. A partir da morte desse gerente. Porque não foi só esse que morreu não. Esse era o famosão. Aí ela saiu fora, aí ela ficou só com a Frenova mesmo que depois passou a ser uma usina de álcool. Hoje em dia lá acabou. (Luzia, 09/09/2017).

Alguns entrevistados quando tocam nesse ponto o fazem com um comportamento ao mesmo tempo reverente e desconfiado. São relatos que fazem parte de uma memória mítica que foi se criando no coletivo, independentemente da participação ativa dos protagonistas nos

acontecimentos. A lembrança, segundo Halbwachs (2003, p. 71), “[...] é uma reconstrução do passado com dados emprestados do presente” e a sua função é, ao recompor o passado, ajudar a organizar o presente no processo da evolução. E o certo é que a partir desse período as forças armadas passaram a ter presença constante ali, por meio da Força Aérea Brasileira (FAB):

A partir do final de 1973 foi criada uma linha semanal de aviões da FAB que trazia médicos para algumas horas de consulta, às vezes dentista e até capelão militar. Objetivo: manter o controle sobre a região. Enquanto as rádios internacionais divulgavam os acontecimentos da região, os jornais e emissoras brasileiras silenciavam. A Censura proibiu divulgação de notícias relacionadas à Prelazia de São Félix, o bispo Casaldáliga e os conflitos em Santa Terezinha. O embaixador brasileiro na Inglaterra, Roberto Campos, reclamou à BBC de Londres por dar cobertura ao que acontecia na região, informou um funcionário da rádio. (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014, p. 124).

Os impactos que ocorreram nesta nova configuração que as políticas de ocupação dirigida sofreram no regime militar servem para mostrar a natureza dos conflitos agrários no Brasil e compreender a inserção dos projetos de educação com apoio da igreja católica nos territórios assistidos pela Prelazia de São Félix do Araguaia. Com efeito, trazer à tona uma amostra dessas questões dos conflitos no campo torna-se importante, principalmente porque estamos tratando de um sujeito coletivo, intelectual da sua própria condição, que se formou a partir dos enfrentamentos e da resistência pela posse de terras no âmbito rural.

Por que é possível aos intelectuais das classes subalternas atuarem no interior dos aparelhos de hegemonia da classe dominante? Pelo fato de eles serem perpassados pelas contradições que se verificam nas relações sociais em geral, expressas no antagonismo entre os interesses das classes fundamentais. Esses aparelhos, enquanto parte das **superestruturas** (GRAMSCI, 1999), constituem os meios pelos quais os intelectuais se relacionam com o mundo da produção, caracterizando uma relação mediatizada e não imediata.

Além disso, não foram acontecimentos com tempo e lugar demarcado, que tiveram começo, meio e fim. Esses problemas muitas vezes perduraram e perduram nas questões agrárias principalmente. Mas, sobretudo, deve-se considerar, analisando os documentos, a tradição de enfrentamento de conflitos e de combate dos posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais e urbanos sem-terra, nesse território do Araguaia. Os relatos corroboram a ideia de que a Prelazia configura sim como um poder entre o latifúndio e o Estado, envolvida na elaboração de um projeto contra-hegemônico pelo menos durante os anos 1970 e 1980 do século XX.

## **2 MEMÓRIA, IDENTIDADE E FORMAÇÃO**

Os recursos metodológicos utilizados nas análises deste texto baseiam-se na História Oral, por meio de entrevistas, relatos e memória de acontecimentos. Assim, o texto se faz com duas vertentes de pesquisa: a construção de uma história/memória da Prelazia, a partir da chegada de D. Pedro Casaldáliga, visando a explicitar ao leitor o que é ser “Prelazia”; e o relato das estratégias de educação e de evangelização, enfatizando a importância da análise documental e das narrativas orais. Com isso procuramos compreender o sujeito político coletivo que resultou na formação de sujeitos intelectuais atuantes na própria terra. O uso do material descrito foi embasado teoricamente pelas abordagens da história e da memória com que analisamos, pelos dados encontrados, a formação dos sujeitos e a cultura de resistência.

Está organizado em três momentos: “História e memória na perspectiva da constituição de sujeitos”, em que as histórias, as entrevistas, a roda de conversa de 2016 formam um painel de relatos sob a revisão teórica do pensamento de Aróstegui, Halbwachs e Thompson. Na história oral, memória individual e coletiva, colocamos em evidência a discussão sobre a importância de se analisar “o que é ser Prelazia?”, que dá identidade aos sujeitos; “Processos formativos ‘na escola’ e fora da escola” descrevem os projetos formais de educação apoiados pela Prelazia e outros projetos voltados para a educação de modo geral. Também analisamos as estratégias de evangelização que serviram aos propósitos da formação social e política de sujeitos habitantes das comunidades, e demarcam o lugar em que se desenvolve o pensamento sobre a formação dos intelectuais, o seu papel no universo em que vivem e quem pode ser considerado um intelectual, tendo como ponto de apoio a visão de Gramsci (2001).

### **2.1 História e memória na perspectiva da constituição dos sujeitos**

O material recolhido no campo da pesquisa, os documentos, as entrevistas e o acervo no arquivo da Prelazia, foram estudados com suporte da História Oral, utilizada como produção do conhecimento histórico e sua articulação com a memória. A entrevista se configura como principal instrumento (ou técnica) dessa metodologia de trabalho. As observações de Thompson (2002) na produção de entrevistas orientam o tratamento do material recolhido. As questões da memória e do tempo perpassam a vida humana nas suas dimensões sociais; afirmamos que nas dimensões sociais porque, segundo Bakhtin (2003), o monólogo é uma ilusão. Mesmo quando o sujeito se encontra sozinho, o pensamento formulado será apenas mais um elo da corrente

interativa que já foi composta antes mesmo de ele ter nascido. Então a dimensão individual ou particular é uma ilusão. O pensamento, que é o exercício da linguagem, é plural. Por isso o sujeito realiza a sua existência socialmente. Quando Aristóteles afirmou que o homem é um ser social, é possível que estivesse falando disso. Da nossa incapacidade de viver fora do grupo.

Analisamos as narrativas ouvidas, com o embasamento de Aróstegui (2004) sobre a memória e a experiência vivida, Thompson (2002) sobre o tratamento de dados que colocam em evidência neste estudo “a voz do passado” e Halbwachs (2003) para compreender memória individual e memória coletiva, cujo conteúdo ele afirma ser um componente da história. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou ainda, pode abrir-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, seja criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos os sujeitos são sociais (BAKHTIN, 2003). O sujeito se constitui através de uma realidade em que perpassam vozes sociais constantemente em múltiplas inter-relações dialógicas. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza.

Quando Aróstegui (2004) trata da natureza da memória, diz que é importante diferenciar memória escrita de memória oral: a memória oral pode exercer um papel de testemunho, uma vez que o narrador está externando diretamente momentos vividos; a escrita seria, ao menos em certo sentido, a historização da memória porque há o processo de reelaboração ao registrar o que se viveu; embora ambas sejam relatos de experiências vividas, sem dúvida. Assim, ele nos alerta para a dificuldade de análise dos relatos de vida ou relatos de acontecimentos, afirmando que são parciais, porque só nos apropriamos da realidade tal como ela nos aparece pela experiência interna.

As narrativas recolhidas contam um tempo e um espaço carregados de acontecimentos dramáticos e situações limites, de violências e enfrentamentos que estão na memória dos que viveram os fatos. E essa memória só se completa na forma compartilhada ou de geração para geração (HALBWACHS, 2003). Mas quando chegam aos outros das gerações seguintes, recontadas, vão sendo contaminadas pelas lembranças e reminiscências que os novos têm, acrescidas ao dever de memória que têm necessidade de preservar. Talvez seja nesse conjunto de contradições que esteja a possibilidade de não se perderem no esquecimento. É pesquisando o passado que podemos, no presente, compreender as razões e motivações que compõem a história de um lugar e os sujeitos formados ali, com tal ou qual comportamento:

A experiência, pois, como a encruzilhada entre práxis, consciência adquirida, temporalidade e, em última análise, como fundamento do sentido histórico, ou *historicidade* é o objeto de nossa primeira exploração aqui na busca de uma concepção histórica da experiência vivida. (ARÓSTEGUI, 2004, p. 147).

Ou seja, a experiência vivida como fundamento do sentido histórico na formação dos sujeitos é o nosso percurso. A memória, ao ser acionada, traz os sentimentos e emoções vividas, ficando assim contaminada pelos elementos psicológicos mais fortes a quem relata. Quando acionada, pode vir falseada para o presente, dependendo da situação que a faz ser lembrada. O ideal é o pesquisador não programar respostas. Mas buscá-las. Ele precisa ter a capacidade de não embutir na pergunta as respostas que deseja ter. Ninguém vai para uma pesquisa sem saber o que quer. Mas precisa ter a certeza e a maturidade de elaborar uma linha de raciocínio em que haja liberdade ao entrevistado de dizer o que pensa sem ser conduzido. Não é a memória que vai atestar os acontecimentos. Ela serve como suporte aos documentos comprobatórios e pode enriquecer, com detalhes mais vivos, o que o registro não consegue abarcar, como, por exemplo, sentimentos, emoções, aspectos mais subjetivos.

As narrativas orais constituem uma parte da história oral que passou a ser valorizada a partir da metade do século XX. A história oral é mais do que apenas entrevistas. Ela envolve histórias de vida, relatos, entrevistas semiestruturadas. Thompson (2002) mostrou que é necessário realizar uma triangulação entre a documentação escrita, com outros testemunhos e com as fases do discurso do testemunho pelo pesquisador, a fim de compreender melhor a história e o próprio depoimento. No momento em que o objetivo fundamental passa a ser a análise,

[...] a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas deve emergir da lógica interna da exposição e o material deve ser interpretado com plena consciência do contexto em que foi coletado, das formas de viés a que está sujeito e dos métodos de avaliação então necessários. (THOMPSON, 2002, p. 305).

É importante levar em consideração que o que está sendo produzido é um material que foi recolhido por vias orais, e que, de certo modo, o pesquisador ajudou a produzir, sendo desta forma, diferente de qualquer outro tipo de documento. Por isso: “A elegância da generalização histórica, ou da teoria sociológica, flutua muito acima da experiência da vida comum que está na raiz da história oral. A tensão percebida pelo historiador oral é a tensão básica: entre história e vida real.” (THOMPSON, 2002, p. 305).

Assim, seguindo a orientação teórica de Aróstegui (2004) e Thompson (2002), compreendemos que para se sustentar é essencial que a pesquisa situe suas fontes num contexto mais amplo que o da época apreciada. Isto é, a pesquisa deve conseguir chegar além das contradições da narrativa política da ocasião, assim como das pressões invisíveis da mudança econômica e estrutural, porque estas raramente influenciam as lembranças dos homens e mulheres comuns. É preciso que ela tenha o suporte documental que ajude a definir o contexto. No caso desta pesquisa o suporte está nos documentos do Arquivo documental da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. Essa compreensão da organização do contexto de uma época é, sem dúvida, auxiliada pelas fontes orais, visto que muitas vezes apontam a existência de algum equívoco básico na dinâmica da mudança social. O equívoco pode ser da priorização das pressões coletivas e institucionais em detrimento ao efeito cumulativo das pressões pessoais relativas a mudanças. Então um instrumento completa o outro.

Porém, segundo Thompson (2002), a observação acontece em diversos níveis, perpassando os padrões culturais e as configurações emocionais, cuja propagação se dá através das gerações de diferentes famílias. Aqui o seu pensamento converge com o de Halbwachs (2003). Esse autor ressalta a necessidade de valorizar a utilização da teoria com as filiações adequadas. O papel da história oral é realizar o que tais teorias não conseguem fazer em separado, ou seja, associar intrinsecamente o objetivo com o subjetivo e conduzir a história por entre os mundos público e privado, analisando “[...] até que ponto o sistema econômico e social molda a personalidade, ou o sistema é, ele próprio, moldado por impulsos biológicos básicos” (THOMPSON, 2002, p. 333). Considerando essa perspectiva, não há na história uma verdade única e exclusivamente instituída.

Halbwachs (2003) trouxe ideias convergentes às de Thompson (2002) e Aróstegui (2004) quando trata da memória, acrescidas da afirmação de que memória não é história. Ele afirma que as lembranças compõem a memória e atualizam a voz do passado. Essas lembranças evocadas podem ajudar na constituição de um quadro histórico. Se acionadas individualmente têm o valor de trazer em si componentes que, associados a outros de outros sujeitos que viveram a mesma história, passam a integrar o que o autor denomina de memória. Por se tratar de um trabalho que se servirá tanto da memória individual quanto da coletiva, apresentamos os conceitos em Halbwachs (2003). A memória individual pode ser entendida, assim, como um ponto de vista sobre a memória coletiva:

Ora, a primeira testemunha, à qual devemos sempre apelar, é a nós próprios. Quando uma pessoa diz: “eu não creio em meus olhos”, ela sente que há nela

dois seres: um, o ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do “eu” que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros. (HALBWACHS, 2003, p. 25).

Eis aí o princípio do que o autor conceitua como individual e coletivo. Ao recordar, o sujeito evoca suas lembranças, entretanto se o acontecimento foi presenciado por outras pessoas, vai buscar em outros depoimentos, não o que não viu, mas detalhes que lhe tenham passado despercebido ou que tenham sido vistos de outra forma por outros espectadores. Assim, “[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo” (HALBWACHS, 2003, p. 69); por mais que nos pareça ter vivenciado eventos e contemplado objetos que somente nós vimos, nossas lembranças serão coletivas e podem ser evocadas por outros. Isso porque, como afirma o autor, jamais estamos sós, mesmo quando os outros não estejam fisicamente presentes, pois os carregamos conosco em pensamento.

O estudo das entrevistas pauta-se na visão desses três autores porque se identificam na forma de pensar a memória como suporte da história. Entretanto, embora combinem em determinadas situações, cada um fundamenta a sua teoria em uma forma de análise específica que não pode ser desrespeitada ou ser colocada no mesmo critério de observação. Aróstegui (2004), por exemplo, trata a memória como um componente importante da história e faz uma separação no enfoque da memória oral com a escrita, em que define a escrita já como a historização da memória porque há o processo de elaboração ao registrar o que se viveu.

Halbwachs (2003) diferencia a memória da história, contrapondo o caráter espontâneo da primeira – consequência da interiorização dos quadros sociais – ao enfoque exterior e racional da segunda. Para ele a memória não é história, inclusive separa memória coletiva – que seriam narrativas que compõem o passado – de memória histórica – que seria a reconstrução de dados fornecidos pela vida social presente, projetados sobre um passado reinventado para composição da história – indicando que nem todas as narrativas podem ser tomadas como dados históricos. Entre a memória histórica de Halbwachs (2003) e a historização de Thompson (2002) existe uma aproximação, na medida em que ambos as consideram reconstrução dos dados por meio de elaboração textual.

Embora a memória oral possa, como afirma Aróstegui (2004), exercer o papel de testemunho, ela, como subjetiva que é, pode trazer as incertezas do narrador e isso em algum momento vai se expressar. Vejamos o caso de uma mesma informação, partindo de um relato oral e de um documento: “[...] daí eles me detiveram, lá na, **acho que nos relatos que você**

**ouviu, lá na Agropasa, né?”** (Tadeu, 09/09/2017, grifos nossos) o entrevistado traz um dado de uma experiência vivida. Há o envolvimento da subjetividade. Quando afirmamos que vimos a informação no Alvorada (Figura 25), ele fica mais seguro e continua a narrativa. E nós, por outro lado, confirmamos que esta fala está em mais de um lugar, que ele não foi o único a dizer que a Agropasa era uma sede da repressão, lugar de tortura e não apenas uma fazenda comum.

Figura 25 – Agropasa, prisões e tortura em 1973

nome e atuação do sr. Ulio.  
 Lembramos a nosso povo e a todos os nossos leitores que foi essa Fazenda "AGRO-PASA" que se ofereceu como sede da repressão, já na primeira vinda-ACISO dos militares que perseguiram guerrilhas nas reuniões e nos amigos "dos Padres". E foi nessa Fazenda onde Padres e Leigos da Prelazia estiveram presos e foram torturados, em julho do ano passado, por elementos da Aeronáutica e outras Forças Armadas, sob o olhar sarcástico desse gerente tão servidor da Pátria nestas regiões da Integração Nacional...

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro 1974. Doc. A16.0.22 p3.3

A história oral é uma das fontes que age sob finalidades diferentes da escrita, adotando uma forma democrática de se fazer história, partindo de verdades advindas das vozes dos excluídos, dos esquecidos, visto que a dos privilegiados já é evidenciada na chamada história oficial. Abaixo temos dois fragmentos de dados obtidos sobre uma mesma pessoa e a sua atuação no mesmo lugar, na mesma posição social. O primeiro relato faz parte da memória biográfica feita por um informativo virtual, da mesma região onde se encontra a relatora da outra narrativa:

No sonho de uma reforma agrária particular, sem a burocracia do governo federal onde os agricultores fossem privilegiados por uma terra produtiva acessível, e com uma estrutura adequada de cidade. Pensando nisso, Ariosto comprou 418 mil hectares, por um preço relativamente baixo, pois ninguém se atrevia a colonizar a Amazônia Mato-Grossense... (FLORESTANET, 2015).

Notamos que a escolha de vocabulário, os adjetivos que qualificam a pessoa descrita partem de lugares históricos diferentes. Ambos são resultantes de uma memória coletiva, mas expressam pontos de vista opostos, tornando a imagem do retratado muito contraditória. Halbwachs (2003) afirma que nossa memória se apega mais ao fato vivido do que aquele de que tomamos conhecimento através de livros, ou de narrativas de outrem, por exemplo. Com certeza esta narrativa parte de uma testemunha destes fatos. Seria mais verdadeira? Não é o que

está em evidência aqui, mas o que a memória coletiva pode expressar sobre um mesmo fato e as subjetividades que privilegiam certos aspectos. No caso destas narrativas, expressa a tensão, o conflito, mostra que em um mesmo território os discursos emitidos revelam as ideologias de cada emissor. Partem dos mesmos lugares territoriais mas expressam lugares sociais antagônicos.

Com certeza é o que o autor denominaria de consequência da interiorização dos quadros sociais, ou seja, cada um fala do lugar social onde se encontra.

Trabalhavam em regime de escravidão e é muito triste o que ela me contou, eu posso até transcrever ou fotografar e te mandar esse trecho que ela conta que ajudou dois peões ficar escondido aqui no morro, aqui tem um morro ó, ali tem uma elevação, uma duna, que a gente chama de morro. Então ela escondeu esses dois peões que estavam escondidos, que fugiram da fazenda. Depois eles atravessaram pra Ilha e foram embora. Então ela levava comida pra eles, então, era muito... era muito triste mesmo. Tinha muita coisa mesmo. (Iracý, 22/08/2017).

Aqui o pensamento de Thompson (2002) e Aróstegui (2004) convergem. Ambos concordam que a história oral tem finalidades diferentes da escrita. Para Aróstegui (2004), como vimos, o relato oral pode servir de testemunho, mas o escrito já é uma historização deste testemunho. Isto é, quando, por exemplo, no relato de Iracy (22/08/2017) ela afirma: “[...] vinham de muito longe, esquecer um pouquinho aquela vida louca lá, que eles trabalhavam em regime de escravidão, que isso já foi provado, a gente tá falando isso porque já foi provado.” Está atestando um testemunho e corrobora com a afirmação de que isso já foi até provado; não é apenas a palavra dela. É o testemunho de um ato que é de conhecimento geral. De uma memória coletiva, como julgaria Halbwachs (2003). A mesma informação pode ser encontrada no Alvorada como também no documento da Comissão Camponesa da Verdade, mas nesses casos o relato já foi historizado pelos escritores e editores de textos dos documentos. Não tem mais a forma de testemunho. E, ainda, para Thompson (2002), o relato de Iracy (2017) seria dar voz ao não privilegiado pela história oficial.

As narrativas orais são componentes da história. São os meios utilizados pela memória na evocação do passado. A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registros fotográficos dispostos num álbum mental. Diferentemente do que se pensa a partir do senso comum e até das perspectivas de alguns teóricos, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada (o que realmente foi), mas a

recomposição das lembranças espelhadas no tempo presente. Entretanto, o senso comum não pode ser descartado uma vez que as experiências científicas partem sempre do senso comum. É a partir da análise de um dado da realidade, e da experiência empírica, que se projeta o estudo científico.

Por isso a memória é importante para a história, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores. As lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, transforma-as em fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; mas elas também podem ser o seu objeto de estudo.

O estudo de memórias pode favorecer o sentido de pertencimento a uma comunidade, aos sujeitos que a habitam em razão de sua cultura e modos de vida; mas esse pertencimento precisa estar aberto a outras solidariedades sociais que não apenas a do lugar onde o indivíduo está inserido; deve oferecer instrumentos intelectuais que favoreçam a capacidade de leitura crítica e análise da realidade social na problematização das informações, nos registros de textos que tratam das memórias e da temporalidade fundantes nas relações sociopolíticas. Para Aróstegui (2004, p. 156), a memória é a atualização do passado e reavivamento da experiência:

Sem memória não existe possibilidade de experiência. A memória tem uma função decisiva em todas as realizações da experiência. Isso acontece dada a multiplicidade operativa da memória como conteúdo vivencial, como “presentificação” do tempo, como função recuperadora mediante o esquecimento, como reordenação contínua das representações da mente, enfim, como administradora de pausas para a ação. Ela que acumula as vivências onde se enlaçam o passado e o presente.

A presentificação do passado, personificada por um sujeito que viveu as experiências anteriores narradas agora, traz à pesquisa o enlaçamento de passado porque “[...] o presente histórico, como percepção subjetiva, se fundamenta justamente na extensão da memória de vida.” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 163) Como aconteceu na roda de conversa *Educação do Araguaia na roda, 2016*, após a Romaria dos Mártires<sup>29</sup>; foi um momento de debates e reflexões sobre a preocupação com a continuidade do processo educativo nos moldes da educação libertadora, preconizada por Paulo Freire que, segundo os professores participantes, é a linha

---

<sup>29</sup> O que é a Romaria dos Mártires - A Prelazia de São Félix do Araguaia lançou a ideia da celebração do ANO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA por ocasião do 10º aniversário do martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier assassinado aos 11 de outubro de 1976 em Ribeirão Bonito MT. Essa iniciativa foi assumida oficialmente pelo CIMI, pela CPT, pelo Conselho Nacional do Clero, pelo VI Encontro Interclesial das CEBs e pela Pastoral da Juventude. Acontece de 5 em 5 anos (ALVORADA, setembro de 1986, p. 14).

de trabalho da Prelazia desde o início; isso é evidente, mas também é clara a certeza de que não se pode ficar no saudosismo e não acompanhar as mudanças temporais que inexoravelmente acontecem.

Cheguei ao Brasil em 1967, tenho 50 anos de Brasil, portanto sou mais brasileira que francesa. Vim para Cascalheira a convite de Dom Pedro Casaldáliga. Estava com Bia (outra freira) no conflito de Santa Terezinha em 03/03/1972 [...] fomos testemunhas da morte do Padre Josimo. Estamos na zona rural desde fevereiro de 1973 quando chegamos à região de Ribeirão Bonito. Construí minha história com o povo [...] ficamos meio à margem da educação porque sou assistente social e Bia é enfermeira, por isso fomos pra saúde. [...] participamos ativamente em cursinhos sobre a saúde na educação popular e alfabetização de adultos. Trabalhava na alfabetização com Juarez na igreja (antiga igreja); atuamos em comunidades eclesiais de base no “Bico do Papagaio” com padre Josimo, em Rio Sono. [...] Hoje estamos em Formoso do Araguaia ajudando nos assentamentos e no movimento popular ali. [...] a educação que se fez e se faz nessa região não é qualquer educação, é uma educação libertadora. (Mada, 16/07/2016).

Os participantes mostraram que se ressentem das práticas que acontecem atualmente. Alguns continuam na região e trabalham em instituições de ensino, normalmente públicas, e ficam se sentindo presos por não poderem realizar um trabalho satisfatório como gostariam porque precisam seguir a burocracia da máquina pública; alegam não ter muita escolha; como o professor Juarez Dayrell resume em sua fala:

A escola era um lugar não só do planejamento geral e coletivo, mas do miúdo do cotidiano. Acho que hoje, para mim, fica muito forte que a profissão docente ficou muito enrijecida, os tempos muito marcados. Tenho muita dificuldade para encontrar o conjunto da escola para estar pensando o cotidiano e isso enfraquece muito a oportunidade de levar uma proposta coletiva. E isso engloba os pais também, né? Eu fico vendo que pensar uma escola democrática implica necessariamente a gente pensar um espaço coletivo de tomada de decisões. Isso tem que ser um movimento de todos os professores. (Juarez, 16/07/2016).

Fazer esta memória é trazer para o presente, no presente, a visão do passado que deu certo. Não é apenas o saudosismo que vai aparecer na fala de Juarez (2016), mas é também uma rememoração para propostas de reconstrução do presente “[...] como ‘presentificação’ do tempo, como função recuperadora” (ARÓSTEGUI, 2004, p. 156).

Percebemos a preocupação com os dias atuais. Durante toda a roda de conversa, uma coisa que procuraram evitar foi mesmo o saudosismo do que fizeram na região durante o tempo em que atuaram na educação em décadas passadas. Mas a comparação era quase inevitável.

Então é preciso que a memória daqueles tempos seja propulsora da caminhada. O professor Eliseo Gobatto, que ainda trabalha na região, na sua breve análise mostra o que vê onde trabalha atualmente:

Apesar de toda essa democratização, conceitos, né?, adotaram-se métodos que a escola não é mais escola da comunidade, não é mais aquele lugar onde a comunidade entra, ajuda a resolver os problemas lá, garantir discussões que garantam que eles estão preocupados. Nós falamos hoje uma linguagem que não entendem. Não há sintonia mais; têm outras forças. Com a chegada da energia elétrica, a televisão trouxe outros costumes. Aí vêm os filhos formados em agronomia e dizem: - olha, a maior briga eu enfrento lá é com o meu pai. Não adianta falar pra ele – olha, é muito melhor, mais cômodo, trabalhar assim. Aí o pai tá arraigado naquela forma antiga, aquele jeito de trabalhar; que o fazendeiro faz assim. Aprenderam o jeito dos fazendeiros. E para os posseiros é assim. E tem que derrubar tudo. E o lugar que cresce melhor o capim e produção é na beira do rio. Por isso tem que derrubar. Então acabam com as águas, não tem mais nascente, área preservada. E vão fazendo eles também. Aí o filho vem formado e explica – olha, a gente tem que guardar lugar. E o pai diz – se tem que fazer na sua ideia tem que vender todo o meu gado, não tem mais onde criar o gado. Esta discussão, esta briga, é o que também nós enfrentamos. Na escola não há mais sintonia no modo correspondente. Houve um distanciamento que nós vamos ter que trabalhar muito para nos aproximar de novo. (Eliseo, 16/07/2016).

Eliseo (2016) vê o distanciamento dos pais da escola como uma das causas de estarem sendo perdidos os valores que antes existiam. Quando diz que é preciso trabalhar muito para haver uma aproximação com os pais e traz as dificuldades para que isso aconteça, mostra a dinamicidade do tempo que provoca as mudanças e vai além disso. O professor enfatiza que na região não é mais possível ter a pequena escola da comunidade e agregar nela os aspectos familiares de antes. A sociedade se modificou. A fragmentação das atividades e o uso diversificado dos espaços da escola, os muros que dificultam a entrada são metáforas que na realidade denunciam o distanciamento entre família e escola.

Outro aspecto do trabalho de educação na região, promovido pela Prelazia eram as abordagens que se diferenciavam daquilo que geralmente era enviado pelas redes Estadual e Municipal. Como a organização burocrática do sistema – delegacias de ensino ou subsecretarias regionais – eram distantes, onde centralizavam os órgãos orientadores e direcionadores, especialmente nos anos 1970/80, esses professores que vieram de fora foram se organizando de acordo com a formação de cada um, para produção de materiais didáticos e o planejamento coletivo. Assim, compunham o material que seria usado no dia a dia das aulas. Nesse período, o órgão regional que acompanhava as escolas estaduais centralizava-se em Barra do Garças. A maioria dos povoados era o que na região denominavam Patrimônio (distritos) e vários deles

nem tinham escolas. Além disso, no início da década de 1970, a maioria dos habitantes da região era de camponeses na zona rural ou nos pequenos povoados rurais. Esta é uma das razões por que o trabalho com o sistema Paulo Freire teve sucesso ali.

Aí se fazia isso, chegava e alfabetizava. Com palavras que eram da realidade deles, né? O Paulo César fez uma pesquisa lá também só que ele fez em Serra Nova, né? Mas ele ficou muito admirado porque ele encontrou o Estatuto do Posseiro escrito por eles. Quer dizer, pessoas que se alfabetizaram, né? Coisas muito interessantes, quer dizer, eles escreveram todas as regras assim de como devia ser a organização das posses, e tal, né? É um documento, tá lá no arquivo, ele achou no arquivo esse documento.

[...]

Depois vem também o... assim que teve essas histórias das escolas, assim com agentes, né? Que era... acho que a mais exemplar é Cascalheira, né? Assim, que foi... quer dizer era quase o modelo do ginásio, né, mas já eram escolas estaduais mais estruturadas. Então também quando a equipe de professores a Águeda, a Lucinha, a Helô começaram a trabalhar de forma diferente sofreram uma repressão danada. Teve tiro, tiroteio mesmo, né? (Eu – nas escolas estaduais?) é, a escola foi alvejada. Cascalheira era uma violência assim sem limites. Mas aconteceu também em Santa Terezinha. (Eunice, 01/04/2016).

Além de os alfabetizadores trabalharem com as palavras da realidade dos alfabetizados, foram despertando neles a percepção de que leitura e escrita era uma necessidade para se instrumentalizarem, como afirma Maria Aparecida Rezende (Cida).

Resultado dessa educação foi a criação de uma Escola de Agricultura Alternativa do Boqueirão distante 12 km de Ribeirão Cascalheira. Ali os estudantes iniciavam seus estudos de 5ª a 8ª série em um regime semi-internato: 30 dias na escola e 15 dias em suas casas desenvolvendo as atividades aprendidas em suas terras. O objetivo dessa escola era a de manter o posseiro em suas terras. Essa escola era chamada pelas pessoas contra a Prelazia de “Escola Comunista”. Começamos ela em 1991 e foi fechada no final de 1994 por falta de incentivo do governo do Estado. Os teóricos que trabalhávamos eram Paulo Freire e Freinet. Caso seja importante para a pesquisa posso aprofundar um pouco mais nessa discussão. (Cida, 29/07/2017).

Conforme os participantes da roda de conversa, e entrevistados em outras ocasiões, tudo o que era trabalhado estava relacionado com a experiência cotidiana e com o vocabulário do dia a dia das comunidades.

Se considerarmos educação em seu sentido amplo, em todas as atividades culturais há processos educativos. E sempre havia professores ou estudantes fazendo parte dos projetos. Além disso, a escola era sempre um ponto chave na comunidade, meio de atingir mais pessoas. (Heloísa, 29/07/2017).

Para Gramsci (2001) cultura e política são questões inseparáveis, assim como economia e política. Cultura é, para ele, um dos instrumentos da práxis sociopolítica, sendo ela uma das vias que pode vir a propiciar às massas uma consciência verdadeiramente criadora de uma outra ordem hegemônica. Isto nos remete a pensar que a hegemonia, enquanto direção moral e intelectual não se faz apenas na estrutura econômico-política da sociedade, mas se faz também no campo das ideias e da cultura, na capacidade de uma classe específica criar o consenso e de formar uma base social concreta, ou seja, nas formas de pensar e construir estratégias de acordo com orientações ideológicas.

Nesse sentido, Gramsci (1999), defende a ideia de que a ciência e a arte política, dizem respeito a um conjunto de regras práticas de pesquisas e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas. Pensando assim, podemos afirmar que quando Heloísa (2017) e Dom Adriano (2017) elegem a cultura popular observada nas manifestações do povo, a cultura em geral e os projetos de circo e teatro em particular, estão dando voz à voz de Gramsci e confirmando a ideia da educação emanada das tradições do povo como uma forma de os homens se educarem em conjunto, mediatizados pela própria realidade.

Alguns profissionais chegaram de fora e engrossaram as linhas de trabalho. A cultura popular, devido ao trabalho de alfabetização pela educação popular era cada vez mais valorizada. Publicavam (e continuam publicando) produções no Alvorada, como quadrinhas, trovas, cordéis e paródias. Foram criados projetos de teatro e de circo – TEAR, Arraia, Araguaia Pão e Circo – e uma rádio – Rádio Berrante – em que o prefeito de uma das cidades vinculada à Prelazia (Canabrava) chamava o povo para as reuniões de aprovação do orçamento anual. Foi uma forma de trazer a comunidade para participar das decisões no município. (Dom Adriano, 21/07/2017).

Com o tempo, alguns patrimônios foram se tornando municípios e a configuração da Educação foi mudando. Ainda na roda de conversa podem ser notadas as transformações pelas falas da professora Sueli Barros Jardim na sua transição da escola do campo para a rede estadual de ensino:

O problema com meu aluno não era só meu, né? Quando era mais grave a gente chamava não só os pais daquele aluno, mas, mais pais para discutir o problema daquela criança. Isso afetava a escola inteira, a gente discutia o que ia fazer, o que ia trabalhar na sala de aula. Não tinha material, não tinha livro, mas pensava o que ia fazer. Aí, depois, eu passei no concurso e fui para uma escola estadual. Aí, lá a gente – foram algumas pessoas junto –, foi uma turma para a escola São João Batista (São Félix), continuou com a proposta de fazer isso também. Fizemos por um tempo, mas depois foi se perdendo, né? Eu

lembro que eu ficava agoniada, chorava porque eu queria conversar com alguém e ninguém queria fazer aquilo mais, né? A gente deixou de se juntar num grupão e fazia grupinhos. Eu me juntava com a Lucimar, com o Wilsinho, e a gente planejava só nós três, na casa da Lucimar, até meia noite, depois de ter passado a tarde todinha na escola. A gente fazia isso com Carlão também; às vezes a gente pegava por grupo. Quando mudei para Barra do Garças, fui transferida, cheguei na escola, peguei aula em três escolas para cumprir a carga horária. Cheguei numa escola e quis saber quem era o coordenador. Falei com ela e perguntei como é que funcionava. – Que dia nós vamos sentar para organizar o ano letivo? Ela falou – professora, você se vira! E me deu as costas. E eu fui pra sala de aula com o jeito que eu trabalhava aqui, né? Aí passa o diretor e me dá uma bronca: - o que cê tá fazendo em cima da mesa? – eu tinha me sentado na mesa – (risos). Aí tinha os grupinhos de formação de professores. Eu perguntei ao professor de História: – como é que você trabalha? Aí veio a coordenadora e disse: – Peraí deixa eu te ensinar como é que você dá aula – Pega o livro, distribui para os alunos, abre na página e aí manda cada um ler um parágrafo. Tá dando aula. Consegui até discutir algumas coisas com o professor de História. Depois acabou isso também. Quando me aposentei, estava trabalhando sozinha. A gente só era obrigada a fazer um plano de aula na escola. Cada um no seu horário. Ninguém falava com ninguém, passava o horário na escola porque era obrigada, mas ia planejar na escola sozinha. Tinha que escrever, anotar o que ia fazer. À vezes nem olhava, mas tinha que fazer. (Sueli, 16/07/2016).

Nesta reconstrução de tempo-espaco que é o da memória, apreendemos, nas narrativas, as rotinas e as composições que construíram uma maneira de pensar e de ver o mundo e que sedimentaram os comportamentos do chamado “povo da prelazia”. Processadas e discutidas, trazem novas perspectivas para o trabalho dos dias atuais (2016). Para Halbwachs (2003, p. 31):

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso.

Por isso a memória coletiva é muito importante. Organizada numa memória discursiva (BAKHTIN, 2003) pensada, a roda de conversa acrescenta e problematiza dados à complexa história do lugar. Aquele encontro foi pleno de emoções, às vezes contraditórias. Não é apenas a alegria dos reencontros e das lembranças. Mas um processo de construção/reconstrução do pensamento ancorado no que foi realizado e antevendo possibilidades futuras. Consideramos o cruzamento dos dados e observamos que os discursos se completam quando trazem, além das emoções, os valores de cada um, concretizados nos seus enunciados. “Cruzar os depoimentos de diferentes membros do grupo pesquisado, cujo status é diferente. [...] através do ponto de vista de pessoas cujos papéis e posições são diferentes. [...] Levar em consideração os elementos das subculturas presentes dentro do grupo social” (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNANDEZ,

2001, p. 267) foi um trabalho essencial para percebermos que cada enunciador fala do lugar onde se encontra. E que as verdades são verdades de cada um, por isso é preciso cotejá-las e buscar nos documentos o registro dos fatos.

Da roda participaram os professores e ex-alunos dos projetos educacionais das décadas anteriores. Então ali, naquele ambiente, as falas eram convergentes com o pensamento da Prelazia. Portanto qualquer que tenha sido o planejamento, com certeza esteve voltado para ações evangelizadoras afins.

Mas a realidade não se faz só desta forma de pensar. As representações discursivas de outras memórias criaram outras maneiras de ver os mitos que foram se estabelecendo. E existem outros discursos. As narrativas ouvidas dentro e fora da roda de conversa variam entre quem acha necessário lutar, com o apoio da Igreja – mesmo que não sejam frequentadores desta igreja atual (2016) – para manter preservados os domínios “da Prelazia” porque ou têm mesmo um amor e uma necessidade de preservar e resguardar, principalmente o direito de propriedade aos índios, ou porque pensam que, se não fizerem o que pensam que faria o bispo Dom Pedro, ameaças externas podem prejudicar o lugar. Maria das Graças (Gracinha) veio do Pará, mora em Confresa, participa da igreja. No começo achou diferente, porque participava numa diocese, agora aqui é prelazia.

Tudo diferente. Nem todas as pessoas gostam do ritmo da Prelazia, mas pra mim é bom. Tenho muita admiração por Dom Pedro. Acredito muito na convicção de fé que ele tem. A diferença que senti entre uma diocese e a prelazia é a forma do trabalho. As pessoas, a forma de as pessoas se vestirem, de viverem, de se comportarem. A prelazia tem o rosto mais humilde, mais sereno, a realidade do povo pobre, simples. Os ricos da região são contra a prelazia, dizem que é uma coisa que não deveria existir. Atrasa. Muita gente que vai nas formações da igreja pela primeira vez já sai falando que é muito pobre. Muitos dizem que quando o bispo Dom Pedro morrer a prelazia vai acabar. A condição financeira dela é muito pouca, precisa de ajuda senão vai acabar mesmo. (Gracinha, 22/07/2017).

Gracinha (como quer ser nomeada) traz na memória outros eventos de outros lugares que procura juntar aos que tem agora e formar uma rede de significações do que para ela seria a realidade da representação da figura do bispo na hierarquia da igreja. E há estranhamento e reformulações na imagem que faz quando chega à Prelazia. No seu discurso perpassam outras falas com as quais ela mesma discute e repensa a sua visão. Há aqui uma educação pelas vivências. A sua semente de rememoração não provém das raízes deste lugar. E, comparando-o ao outro de onde vem ela vai estabelecendo parâmetros de avaliação. Mediada pelos discursos que ouve, prós e contras, remodela o seu discurso para adequá-lo ao ambiente.

“Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2003, p. 31); contudo, para se recordar de um evento passado, não basta que ele seja evocado por outros para que possamos lembrá-lo. É preciso que o indivíduo traga consigo uma espécie de semente de rememoração para que esses conjuntos de testemunhos exteriores se transformem num *corpus* consistente de lembranças.

Jorge Gabirá, que veio de Cachoeira Alta-GO para Ribeirão Cascalheira-MT no início de 2001, disse que não é frequentador da Igreja por falta de tempo, mas é católico. Tem uma lanchonete perto da Igreja e diz que ajuda muito lá, gosta dos padres e respeita muito Dom Pedro, mas os tempos mudaram.

Continuava chegando muita gente. Principalmente gaúchos e goianos. As festas que mais tinham quando ele chegou eram as de igreja e os festivais de música. Os festivais eram organizados pelas escolas, mas todo mundo podia participar. Era mais fácil naquele tempo. Depois foi ficando cheio de burocracia. Sobre as terras, a aquisição, no início era muito por grilagem. E era muito violento. Depois foi melhorando. Chegou a polícia e veio reforço, passou a garantir a segurança. Também os posseiros foram recebendo as escrituras aí ficou melhor. Foi mudando a cultura das pessoas. O papel da Prelazia, pelo que a gente viu, ajudou muito. Dava apoio. Ela ensinava assim: o que não é seu pertence ao dono, mas os ricos não gostam não. Dizem que ela só ajuda os pobres. (Jorge, 24/07/2017).

Junto com uma memória coletiva identificamos outra aparentemente individual, que, mesmo vinculada a diferentes contextos, a contingência pode aproximar por um instante. Dessa forma, “[...] a rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedade múltiplas em que estamos envolvidos” (HALBWACHS, 2003, p. 12). Cada membro da comunidade percebe essa coleção de lembranças, transportada pela memória coletiva, com maior ou menor intensidade, partindo de seu próprio ponto de vista. Embora Jorge (2017) pertença à comunidade, não está diretamente envolvido no processo de evangelização. Suas memórias trazem a contribuição do olhar externo. Não é o olhar do evangelizador nem dos evangelizados. Mas um olhar de pertença ao lugar e de análise das questões por mais de um prisma. Contribui para a identificação de pontos divergentes que interferem no projeto político de ambos os lados.

O professor Edilson Pereira dos Santos, que trabalha com Educação de Jovens e Adultos (EJA) como coordenador do Fórum EJA – Araguaia/Xingu – falou sobre o seu trabalho com os indígenas, especialmente durante a desocupação de terras no Posto da Mata (entre 2012 e 2015). Este assunto é muito corrente na boca das pessoas da região atualmente. Alguns a favor e muitos

contra a Prelazia por ter ficado do lado dos índios durante a ocupação. “Mesmo que tenham (a Prelazia) produzido um documento e enviado ao governo exigindo que as pessoas removidas pelo processo de desintrusão tivessem outro lote de terra e ajuda para se manterem até se consolidar a sua ocupação de outro espaço” (Edilson, 24/07/2017).

Muitos acham que a igreja católica está prejudicando o progresso da região porque não deixa o desenvolvimento acontecer. Há aqueles que culpam os indígenas por não deixarem o agronegócio, força poderosa nas monoculturas, especialmente da soja, se desenvolver na região e por não usarem a terra de forma lucrativa. Consideram isso um atraso para o povo. No apanhado das narrativas, compõe-se uma memória coletiva que traz à tona um universo de atitudes heroicas, decisões importantes e comportamentos contraditórios.

Há aqueles para os quais o termo Prelazia é uma espécie de entidade, um sujeito dominante, concretizado na figura do bispo, que sabem estar doente e recolhido, mas que pensam que é a personificação de santo/guru/bruxo e tem poderes sobrenaturais. E esperam que quando ele morrer essa tal de Prelazia vai ter fim, como uma espécie de reinado; aí sim, o lugar poderá ter o desenvolvimento que esperam.

Em conversa informal com uma universitária (pediu para não ser identificada), que está cursando Medicina na Bolívia numa universidade Luterana, nasceu e foi criada em São Félix, ela falou-nos do ressentimento que tem do povo da Prelazia porque tem uma tia que morava no Posto da Mata e foi desapropriada apesar de já estar lá há quase 20 anos. Falou que não tem nada contra nenhuma religião, mas que a Prelazia não deixa o progresso chegar à região porque luta contra qualquer forma de desenvolvimento, que é contra o agronegócio sem pensar que muitas pessoas apoiam e que os produtores dão emprego para muita gente. Falou ainda que aquelas terras que estão sendo devolvidas aos índios vão ficar improdutivas, uma vez que eles não plantam, não sabem manejar a produção na terra e são apenas coletores.

Disse que foram destinados lotes de terra aos desapropriados, mas que são terras sem qualidade, que deveriam repensar esta desintrusão. Percebemos que a sua fala é, em grande parte reprodução da memória dos mais velhos da sua família e que a atualização dos fatos passa por essa rememoração. Trata-se de uma espécie de ponte que se conecta, articulada e relacionada a elementos temporais, espaciais, como também históricos. Deve-se levar em conta que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. A construção vem atravessada por outros discursos que vão se repetindo e se reformulando. Também é um componente da formação identitária desse sujeito coletivo.

Entre os mais revoltados com a “marcha a ré” do progresso da região e muito envolvido no processo de litígio da Suiá-Missu ainda, está o escritor cuja obra já foi mencionada aqui, que fez uma espécie de documentário, entremeado de julgamentos próprios sobre a Prelazia e o bispo Dom Pedro. Embora traga uma memória da importância do bispo em algum momento para a região, que se conjuga à memória coletiva já cristalizada, faz críticas severas à sua atuação como chefe da Igreja Católica ali:

Certamente, o filmete que seus conterrâneos acabaram de produzir sobre as aventuras quixotescas de Casaldálga no Araguaia não vai dizer muito sobre a motivação dos processos que sofreu sobre uma possível expulsão do País e de sua intromissão em assuntos internos e atividades ilegais contra os interesses nacionais. Nem tampouco mostrar o “coronel de batina” ensinando aos seus fiéis técnicas de guerrilha espalhando o terrorismo rural ao longo do Araguaia, através de invasões de terras e articulação para jogar as comunidades indígenas, a opinião pública em geral contra a organização fundiária produtiva e os projetos de infraestrutura regional. (GUIMARÃES, 2013, p. 27).

Diz ainda:

Um “agente” do capitalismo internacional, trabalhando contra a integração amazônica e a consolidação do competitivo polo agropecuário do Araguaia. Assim, o espanhol Pedro Casaldálga deixa suas marcas em sua caminhada “descalço sobre a terra vermelha”. Vermelha pelo sangue dos mártires sacrificados em nome de uma opressão internacional, disfarçada sob o manto do evangelho da libertação. (GUIMARÃES, 2013, p. 27.)

Sobre o conflito em 2012 entre os habitantes do Posto da Mata, nas terras da Suiá-Missu, que são terras dos Xavante, ele registra reportagens e entrevistas com autoridades, documentos produzidos durante o litígio, sobre decisões do Governo Federal, o posicionamento do Governo Estadual e outras questões:

Para Riva, a fala do bispo Dom Pedro Casaldálga vale mais que a da classe política do Mato Grosso e da sociedade inteira. “Uma das argumentações da presidente Dilma é que Casaldálga pediu pessoalmente para ela que não tirasse os índios dali. É um absurdo não fazer um estudo profundo, então quer dizer que se Dom Pedro Casaldálga pedir para tirara o povo inteiro do Araguaia, ela vai tirar? Não tenho nada contra Dom Pedro, acho que ele deu grandes contribuições ao Araguaia e tem de ser reconhecido, mas é uma irresponsabilidade tirar as famílias para colocar os índios, que eles mesmos preferem, diferentemente dessas famílias que não têm para onde ir. Não teve um mínimo de bom-senso, do governo federal.” Sintetizou José Riva. (GUIMARÃES, 2013, p. 146).

Guimarães (2013) fala de outro lugar; do lugar daqueles que não concordam com o posicionamento da Prelazia em insistir com terras improdutivas ou com a reapropriação dos índios a terras que poderiam gerar lucros e progresso. As narrativas orais são contraditórias e recortadas de silêncios meio que temerosos, mas têm em comum um temor à figura de Dom Pedro. Por amor ou por temor. Essa memória de uma figura mística é muito forte. Entre as pinturas expostas no museu, esta (Figura 26), chamou-nos a atenção particularmente. Talvez seja um dos emblemas mais enfáticos do resultado das contradições atuais, na forma como parte dos habitantes de São Félix veem a Prelazia e a sua luta contra o avanço de um capitalismo sem controle:

Figura 26 – Embargo ao processo: enganados pelo chinelo



Fonte: Fotografia. Arquivo pessoal da pesquisadora. Tela do Museu Histórico Cultural do Centro-Oeste, de São Félix do Araguaia. Autor: Valdemir Bretanha Junker, de Vila Rica. Pintada para um concurso regional.

Pelo comentário da funcionária do museu, a historiadora Maria Iracy Santana da Costa, o artista quis retratar uma situação representando a Prelazia como um poder que domina seus seguidores “pobres e índios” e que atrapalha qualquer iniciativa de desenvolvimento às margens do Araguaia. As sandálias são o símbolo do que dizem ser o povo do bispo e até fez um aparte divertido sobre isso. Disse que é testemunha de Jeová, mas quando chegou a São Félix, 1993, e começou a trabalhar na escola, um dia que foi de *havaianas* os alunos perguntaram: “– Tia, você é desse povo da prelazia?” E ela respondeu: “- Não, por que?” E eles:” – Então por que a

senhora tá andando de *havaianas*?” Segundo ela, é como se fosse uma marca, um código. Os que andam de chinelos, os descalçados, são o povo do bispo. Nas entrevistas procuramos pessoas aleatoriamente e indicadas. Muitas vezes falamos com alguém já sabendo ser um elemento do “povo do bispo”. Outras vezes começava a conversa sem saber a origem e as convicções da pessoa. Também entrevistamos pessoas sabidamente não participantes da Igreja, como por exemplo esta historiadora do museu.

Ao selecionar os pesquisados específicos, cujo estudo virá no próximo capítulo, um dos critérios foi ser atuante na Igreja e na sociedade. Nem todos usam “prelazia”, mas já usaram, isto é, houve o seu tempo de militante “corpo a corpo”, de formador de outros agentes de luta e o tempo de atuante em outras frentes, como representantes do poder político, fazendo parte da sociedade política no que Gramsci (1999) nomeia como Superestrutura.

Ouvimos muitas vezes em outros lugares e outras ocasiões a expressão “os prelazia”. E ouvimos também que enquanto cidades vizinhas crescem e se enriquecem, São Félix fica parada no tempo por causa deles. Nos dias atuais os “enfrentantes” e atuantes na Prelazia não têm mais o hábito de andar de *havaianas*. São poucos os que andam em bicicletas o tempo todo, as distâncias se encurtaram pelos asfaltos e outras facilidades de locomoção, mas o mito da “prelazia” ainda se conserva. É porque faz parte da memória do povo. Mas o que é ser povo da Prelazia? Está no imaginário coletivo e com certeza irá se perpetuar. Halbwachs (2003, p. 68) sobre isso pode nos informar:

[...] fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidos por tais pessoas e dentro de tais ambientes, e nem nos apercebemos disto, geralmente. Mas, basta que a atenção se volte para esse lado para que nos apercebamos que os costumes modernos repousam sobre "antigas camadas que afloram em mais de um lugar”.

Porque essa memória do que é ser Prelazia está arraigada no imaginário a partir de componentes que vão se cristalizando no tempo e no espaço e sintonizada com os segmentos sociais família, escola, igreja, que ajudam a delinear as lembranças e os referenciais do sujeito. Esta memória de (2017) leva em conta a inserção dos fatores sociais, associados às lembranças das pessoas idosas, dado que elas já tiveram a experiência de percorrer um tempo considerável dentro da sociedade com todas as suas marcas e características que as identificam a partir dos arquétipos que permanecem.

## 2.2 O que é ser “Prelazia”?

O símbolo da sandália não tem na origem nada de mágico nem está relacionado a questões bíblicas. Quando perguntadas, as pessoas da comunidade parecem ter uma resposta pronta e vão logo esclarecendo que Dom Pedro andava de *havaianas*, desde que chegou aqui por ser um calçado aberto e fresco numa terra muito quente que os espanhóis (ele e Luzón) estranharam muito. As pessoas mais próximas a Casaldáliga completam que além do que foi dito, o bispo via nesta sandália o conforto, a praticidade porque andavam muito pelos sertões e quando chovia era o único calçado possível de ser usado. Muitas vezes era preciso empurrar a bicicleta ou outro veículo pelas estradas, o calçado facilitaria. E, por fim, ele afirmava que andar com o povo seria calçar o calçado do povo. A maioria das pessoas usava a sandália também por ser mais barata e ser encontrada no armazém da cidade.

Com o tempo acabou transformando-se numa marca de quem atuava nos grupos e participava da vida na Prelazia. A “prelazia” transforma-se em um elemento simbólico e uma memória evocativa que personifica a simplicidade e a identificação pretendida pela igreja na caminhada com o povo e não pelo ou para o povo. Para que uma lembrança seja reconhecida e reconstruída, os atores sociais precisam buscar marcas de proximidade que lhes permitam continuar fazendo parte de um mesmo grupo, dividindo as mesmas recordações. Se isso não acontece, segundo Halbwachs (2003, p. 39 e 40), pode-se dizer que desaparece uma memória coletiva. Assim, a “prelazia” cumpre ainda o papel de elemento perene na rememoração do passado.

Mas a questão vai além. E os sentidos formaram-se na agregação de significados que esta condição trazia. Ser chamado de Prelazia e de povo do bispo passou a ter a mesma relação. Segundo Bakhtin (2003), para entender o fenômeno da linguagem, o objeto real e material de que dispomos é o exercício da fala em sociedade. Assim, a linguagem existe a partir de um sistema complexo de diálogos e representações de sentido que nunca se interrompem. Os sentidos que foram sendo agregados já traziam em si outros sentidos revelando identidades.

E para construir esta identidade, um grande caminho foi percorrido e ela só se justifica se conseguirmos compreender o seu percurso. Pelas memórias das entrevistas e registros dos/nos documentos vai emergindo um painel de informações que se confirmam e se completam. Por este caminho compreendemos por que a Igreja esteve presente de forma muito efetiva nas comunidades e interferiu na educação mesmo antes da Prelazia. A população diversificada que habitava o noroeste do Mato Grosso na segunda metade do século XX era

uma multidão que, conseqüentemente não possuía uma identidade coletiva e a escola não chegava a todos os lugares. Ao contrário do litoral, o interior demorou muito a se urbanizar. As grandes distâncias e as florestas fechadas dificultavam o desbravamento.

A colonização do interior do Brasil aconteceu a partir do século XIX. Mas a urbanização, pode-se dizer que só aconteceu a partir do século XX. Conforme Siqueira (2002), o primeiro programa oficial de colonização foi o projeto lançado no Estado Novo (1937-1945) intitulado “Marcha para Oeste”<sup>30</sup>, que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação. A proposta do governo incluía a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização. O programa iniciou em junho de 1943 com a Expedição Roncador-Xingu, cujo propósito era atingir Manaus pelo território mato-grossense abrindo caminho para posterior ocupação. No rastro da Expedição Roncador-Xingu, chefiada pelo Coronel Flaviano de Matos Goiana, surgiram agrovilas que ficaram estagnadas, sendo que algumas só se transformaram em sedes de município, a partir de 1970.

Em 1943, a expedição Roncador-Xingu, tinha o objetivo de empreender a marcha para o oeste do Brasil, iniciando um processo de reconhecimento bem como de povoamento da região, “[...] criando condições infraestruturais, a fim de que os migrantes adentrassem e se fixassem nesse território.” (SIQUEIRA, 2002, p. 231). Mas as mudanças de governo arrefeceram os ânimos e o trabalho acabou ficando incompleto.

Os nordestinos perseguiram a profecia anunciada pelo Padre Cícero de Juazeiro, sobre as bandeiras verdes. Essa profecia indicava um lugar onde poderiam ter abundância. Sobre isso, registra-se:

O significado das *Bandeiras Verdes* expresso nas matas: virgem, farta e livre – que se localiza à oeste – parecem opor-se ao terreno esgotado, à seca e fome, e à terra *medida* e de *dono*, característicos do local de origem, especialmente do nordeste. A divisão entre esses dois mundos aparece em algumas versões representada pelo rio Araguaia ou Tocantins. O rio que no final das eras ia ferver faria definitivamente o corte entre os dois mundos, impedindo o trânsito entre eles. (VIEIRA, 2001, p. 147).

Movidos por essa esperança da terra prometida, milhares de homens e mulheres buscaram as margens do Rio Araguaia, transpuseram o rio e se fixaram na terra, até que as

---

30 Em 1943, os nossos quarenta e tantos milhões de habitantes viviam praticamente na faixa litorânea [...] Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: o primeiro, a Expedição Roncador-Xingu (erx), com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central (fbc), com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2012, p. 34).

frentes da pecuária, da extração de madeira e minério os expulsassem para os núcleos urbanos que foram se formando em toda Amazônia. Nesse percurso migratório que foi povoando as margens do rio, especialmente as terras do Oeste de Mato Grosso, enfrentaram índios e camponeses que já se encontravam ali, misturaram-se e se mataram em conflitos de demarcações de territórios. Padres, pastores e missionários, compuseram algumas expedições de exploração, e, às vezes até se fixaram, mas em comunidades isoladas, com pouca assistência para educação e saúde, principalmente, lutando para sobreviver.

Esse mundo indígena, a partir de 1910, de 1915 começou a ser ocupado por não indígenas [...]. Em 1934, um novo grupo de sertanejos foi chegando e se estabelecendo em Mato Verde, que é aqui perto. [...] E aqui, São Félix, os primeiros não indígenas que moraram aqui, foi em 42, 43... e depois se espalharam aqui por Santo Antônio no Rio das Mortes que hoje chama Novo Santo Antônio. (Canuto, 2017, p. 5-6, manuscrito).

Já vimos que os incentivos do governo federal, aumentaram consideravelmente a população e foram modificando o cenário. E a chegada e o estabelecimento de latifundiários possibilitaram diferentes situações como posseiros desalojados, peões sendo sujeitados a trabalho escravo, gente nos povoados sem trabalho e sem meios de sobrevivência.

A história dos povos repete seguidamente a lição nunca aprendida de que os grupos humanos não hostilizam e não dominam o “outro povo” porque ele é diferente. Na verdade, tornam-no diferente para fazê-lo inimigo. Para vencê-lo e subjugar-lo em nome da razão de ele ser perversamente diferente e precisar ser tornado igual: “civilizado”. Para dominá-lo e obter dele os proveitos materiais do domínio e, sobre a matriz dos princípios que consagram a desigualdade que justifica o domínio, busca fazer do outro: o índio, o negro, o cigano, o asiático, um outro eu: o índio cristianizado, o negro educado, o cigano sedentarizado, o asiático civilizado. Todos os que são a minoria dos diferentes ou a maioria dos dominados, revestidos do verniz civilizatório daquilo que às vezes se simplifica enunciando que equivale a penetrar na cultura ocidental, o lugar social adequado à identidade mais legítima. (BRANDÃO, 1985, p. 1).

A produção territorial é normalmente pensada como material. Contudo, os processos de produção dos territórios e territorialidades comportam em suas manifestações elementos carregados de aspectos e conteúdos imateriais normalmente criados pelos grupos dominantes. E esses processos ligados às produções materiais e efetivados pelos homens, necessariamente, se encontram mediados pela composição e circulação de memórias, ideias, representações, imagens, interpretações, informações, simbologias, concepções que os homens elaboram no contexto das relações homens/natureza, e por elas vão se formando.

Desse modo, viabilizam-se, no âmbito das tramas sociais, o que Halbwachs (2003) denomina “territórios de memória”, caracterizados como reconstrução histórica que oculta relações de poder partícipes dos esquemas de apropriação do espaço geográfico. O mesmo ocorre à concepção de memória engendrada, estimulada e instituída pelos grupos/classes sociais: têm relação necessariamente intrínseca com a produção dos territórios. O trabalho de construção da memória é trabalho que serve às estratégias incorporadas pelas práticas, conflitos e tensões que marcam as relações sociais produtoras de territórios e territorialidades sociais.

Com a instituição da Prelazia de São Félix do Araguaia, cujas características e trabalho já registramos, começa o que podemos nomear como construção das territorialidades sociais, ou seja, a resistência e organização dos trabalhadores por meio da conscientização política. As décadas de 1970 e 1980 são tomadas como o tempo crucial do processo de escolarização e de conscientização dos trabalhadores que se encontravam no território de atuação da prelazia. Desde a criação das campanhas missionárias foram, pelos desdobramentos dos conflitos e necessidade de se manterem na terra, se organizando, agrupando-se em associações, sindicatos, reunindo-se nas escolas, alfabetizando-se nas práticas de educação popular, para reconstituir uma identidade que nem sabiam reconhecer.

Candau (2016) trouxe um dado importante sobre a memória e a identidade dos sujeitos. Demonstra que é com base no lugar da memória produzida que os sujeitos (re)constroem suas identidades. No entanto, pode-se dizer de uma memória construída coletivamente, comum, mas não igual, em determinado grupo. Para pensar a identidade, essa ideia é essencial, já que a identidade de um determinado sujeito é constituída, primordialmente, na relação entre o seu mundo interior com o grupo em que está inserido. A memória e a identidade, nessa concepção, são inseparáveis. Para Candau (2016, p. 59-60), “[s]em a memória o sujeito se esvazia, vive unicamente o momento presente, perde suas capacidades conceituais e cognitivas. Sua identidade desaparece”. Por isso a memória é essencial para a concepção da identidade, assim como para modelar o lugar em que o sujeito permanece e/ou vive.

Se atualmente (2018) temos uma história de um sujeito coletivo que se constituiu no território da Prelazia, houve um tempo em que a noção de identidade e de pertencimento era confusa ali. Habitar um espaço, assim como significá-lo, não tem uma fórmula específica nem acontecimentos memoráveis para justificar. É um lugar que o sujeito tem como referência. É importante para sua conexão com o mundo. O que conta nessa situação é a significação que o sujeito dá a determinados lugares. Na terra natal, por exemplo, há a moradia, o trabalho, as relações interpessoais. Mas e se ela perder o sentido para o sujeito? O espaço de origem nem

sempre é a fortaleza do ser humano, embora seja o núcleo significativo da família. Entretanto, fatores às vezes adversos e não planejados podem interferir na permanência ou não nos lugares de origem. Esses fatores podem ser de ordem natural: secas, grandes tempestades, modificações da/na natureza, desertificação de um espaço, por exemplo; ou podem ser de ordem cultural, como guerras, ou desapropriações por variados motivos ou coisas semelhantes.

Ser do lugar implica identificação com o lugar, vínculos construídos, sentimentos de pertença, sentimentos que são caros ao sujeito. A migração é um dos exemplos clássicos. O migrante, muitas vezes, não quer realmente sair de seu lugar, mas as necessidades que lhe são impostas falam mais alto. Normalmente, no novo lugar, há a demora em conseguir construir novos laços ou muitas vezes isso nem ocorre. Como no caso dos migrantes que chegaram à região oeste de Mato Grosso nos anos 1970. Muitos vinham fugindo das secas e ao chegarem ao lugar onde tinham esperança de construir uma vida melhor, enfrentavam desafios até para continuarem vivos. Pode-se dizer então que aqueles sujeitos estavam ali, mas não eram do lugar. Embora quisessem pertencer. São condições inseparáveis ao sentido de pertencimento a memória e a identidade. Segundo Halbwachs (2003), as experiências compartilhadas possibilitam a memória coletiva. E essa, revisitada, fortalece a identidade.

Os migrantes, que por algum motivo precisam deixar sua terra e buscar outros espaços para sobrevivência, ao chegarem ao novo destino, naturalmente buscam apoio e aceitação. E quando encontram, apegam-se a esse expediente. No caso da Prelazia, pode-se dizer que duas realidades se encontraram e empreenderam a construção de uma identidade: a presença da Igreja não mais no regime de desobrigas e do povo imerso nos conflitos por territórios. O lugar, imbricado nessas diversas relações e sendo delas o produto, incorpora sentidos e significados que apenas os sujeitos que o vivenciam podem atribuir.

Frente às novas realidades do sujeito migrante, as memórias da terra que ficou para trás vão se recompondo e se recriando no novo lugar; para compreendê-las é preciso considerarmos as formas de locomoção, de comunicação, de moradia, de relações pacíficas ou conflituosas, e o patrimônio imaterial que trazem em si e consigo; são elementos que ajudam a intensificar as novas relações pessoais. Essas relações plasmam-se por tais expedientes que são, conforme (TUAN, 1980, p. 107), a “Topofilia [...] definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. São elementos que servem para colocarmos em análise os motivadores das lutas para fixação à terra.

Quando nós construímos a nossa casa, nossa primeira casa (residência da família Miranda) aqui tudo era cerrado. Então, ah, a gente presenciava muita

violência. Nós fomos uma criança assim que a gente conviveu muito com isso, presenciava muito isso, e quem fazia o papel assim quase de acolhimento, além dos pais, era a igreja. A igreja estava sempre próxima, a igreja ‘tava sempre resistindo, nos ensinando resistir, e era todo mundo, e o que, o que era... nessa época, quando a violência era muita, quando... era pistoleiro atrás de posseiro, polícia atrás dos posseiros, muito despejo, muita morte. O povo se unia. Quando acontecia a união, vamos... não tinha... eu diria... não dividia as religiões... não, não interessava se era católico, protestante, evangélico, não, não tinha isso, porque a união fazia a força. (Antônio Miranda, 24/07/2017).

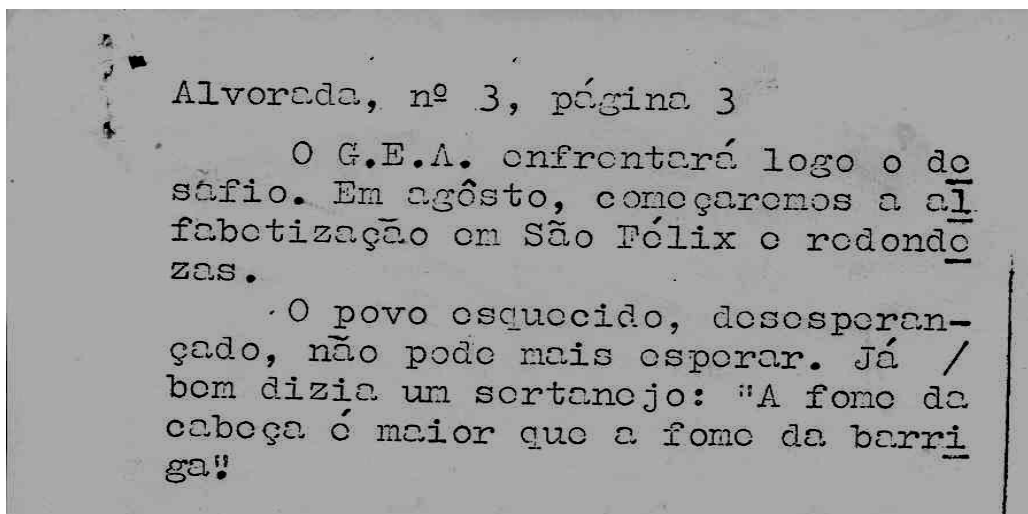
A ideia de sujeito coletivo que se formou na Prelazia, como descreve Antônio Miranda (2017), advém do conhecimento de que a partir da oposição aberta, feita por Dom Pedro Casaldáliga às comprovadas injustiças praticadas contra os sertanejos donos de nada ou de poucos bens, houve o enfrentamento ostensivo da igreja que escolheu o seu lado. Nesse caso, o lado dos despossuídos até mesmo do direito de pertencer a um campo cultural ou de possuir uma identidade. Portanto, o sujeito analisado aqui é aquele que, a partir da saída da própria terra para novos espaços em busca de melhoria de vida, ou pelo desalojamento do lugar de origem para outros territórios, fugindo de perseguições (como os índios), se vê num território confuso, sentindo-se perdido e sem direcionamento.

Conforme Canuto, com a chegada de Casaldáliga e a formação da equipe pastoral, aumentaram as preocupações com a educação; seria o ponto de partida para a agregação dos sujeitos em torno de um objetivo e seria uma forma de conscientizar e evangelizar:

Que trabalho que a gente vai fazer? O pessoal que veio imaginou: - Não dá pra fazer simplesmente desobriga como sempre foi feito. Então, se estabeleceu criar campanhas missionárias. Um grupo tinha um padre, alguns leigos, irmã às vezes tinha uma, né, que ia, ficava uns seis meses num lugar, primeiro lugar foi Pontinópolis, onde que fazia o quê? Fazia trabalho de alfabetização de adultos; fazia atendimento de saúde mais ou menos o que era possível; fazia o trabalho de comunidade, né? Então, em 71, primeiro semestre foi em Pontinópolis, segundo semestre foi em Serra Nova. Então era esse modelo que começou se estabelecer pra não ficar simplesmente uma passagem, uma vez por ano lá pela comunidade, né? Estar presente, a igreja estar onde o povo está. Então foi um grande investimento nesse processo de alfabetização e de formação. (Canuto, 08/09/2017, p. 4, manuscrito).

Mesmo não sendo possível ter os dados muito precisos de abrangência do trabalho com membros da Prelazia, voltado para a educação, é possível ver que estiveram, desde o início, preocupados em levar a educação principalmente aos adultos. A Figura 27 mostra que havia interesse em possibilitar a todos os que não conseguiam estar na escola, a oportunidade de serem alfabetizados, pelo menos. E a preocupação parece ser maior, especialmente com os camponeses adultos.

Figura 27 – Educação no Araguaia



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia – Alvorada, maio 1970, n. 3, p. 3, A16.0.03 P3.3.

Começavam a entender que se não se educassem não conseguiriam formas eficientes de defender os próprios direitos.

Então, eu cheguei em Mato Grosso na década de 70 (século XX), vim de lá do norte de Goiás, um lugar chamado Peixe, hoje Tocantins, depois da divisa, chegamos aqui no final de 70 para 71. Mais ou menos isso. [...] E aí, na década de 70, eu ainda criança, eu vivi muito dentro, dentro mesmo de conflitos de terras. É... a educação pra mim quando criança era a escolinha particular, na zona rural, a comunidade pagava um professor, um professor que tivesse até a quarta série, na época era até a quarta série. Então juntava toda a comunidade do sertão, ali do campo e pagava aquele professor, dava despesa para o professor, arcava com tudo, e o professor dava aula pras crianças dos posseiros recém-chegados. Não tinha uma outra saída, e aí, a gente ficou um tempo ainda, na década de 70, tranquilo, tranquilo assim, a gente tinha uma convivência e às vezes corria um pouco, de medo mas dos índios que havia nos lugares, eram os índios Xavante. (Ceíça, 24/07/2017).

O relato da professora Maria da Conceição Nunes de Souza (Ceíça) é um indicativo de memória individual, em que ela vai recompondo as lembranças e procura informar-nos com o máximo de detalhes possível o que viveu desde a infância na região da Prelazia. Às vezes faz pausas, às vezes repete o que já disse, procurando organizar as ideias para contar, segundo ela, com o máximo de fidelidade o que viveu.

Aí essas terras já não passaram mais a ser terras sem donos. Diziam até terem a documentação das terras. Então aí é que começou a briga entre posseiros e os grileiros, né, porque na verdade eles não eram donos. E aí, aonde, e a

educação nesse período, continuava a ser particular. Foi então que a igreja percebeu, a igreja católica, ela percebeu que iniciava-se um conflito, e as crianças dos posseiros, além de ter recém-chegado e estar passando necessidade de tudo, eles ainda tinham que tirar do bolso o pouco que tinha e pagar uma pessoa. Então aí a igreja começou, a igreja católica aqui de Cascalheira começou a tomar conta dessa situação juntamente com os posseiros. É... Não que a igreja fosse totalmente lá pra dentro. Mas eu digo o contrário, os posseiros se apegaram à igreja. Ao padre, às freiras, que na época eu me lembro muito bem da Beatriz. Ah, eu não me lembro o nome da outra. E tinha outra, eram duas freiras aí e o padre. Ah, a Mada e o padre João Bosco, que ele na época também trazia, fez umas ... andava aí, o bispo que também estava por aqui. (Ceixa, 24/07/2017).

Associada a outros relatos, compõe uma memória histórica (HALBWACHS, 2003) que desvela o painel de um tempo e de um espaço com determinados modos de agir dos sujeitos. A forma de aceitar a presença e o apoio da Igreja católica, são elementos que vão construindo uma identidade àquele povo.

Bom, eu sou Maria do Carmo Soares, nasci na região, minha família chegou pra cá mais ou menos em 1966/67. Quando nós chegamos pra cá, minha família chegou pra cá, ‘tava ainda na abertura da BR 158, essa que atravessa a cidade. Eu cresci aqui. Primeiro em fazenda, meus pais trabalhavam na fazenda, depois minha mãe ficou na cidade para nos colocar na escola. [...] A igreja estava sempre próxima, a igreja ‘tava sempre resistindo, nos ensinando resistir, e era todo mundo, e o que, o que era... nessa época, quando a violência era muita, quando... era pistoleiro atrás de posseiro, polícia atrás dos posseiros, muito despejo, muita morte. O povo se unia. Quando acontecia a união, vamos... tinha... eu diria... não dividia as religiões... não, não interessava se era católico, protestante, evangélico, não, não tinha isso, porque a união fazia a força. [...] Não, quando a minha família chegou não era prelazia. Nem era prelazia ainda. Dom Pedro chegou, parece que em setenta, setenta e alguma coisa. Ai, foi, cresci nesse meio, né?. Aí depois foi, aconteceu, todo, todo, todo, toda trama que culminou na morte do padre João Bosco. Aí de lá pra cá, resistência sempre. Cresci nesse meio, fazia catequese, da catequese e comecei a... fiz catequese e me tornei catequista. Aí foi a partir daí que eu fui começando, né? A, a lidar com crianças, com pessoas num nível mais profissional. Aí virei professora em 83. Em 1983, ‘tava saindo da adolescência. Tinha 17 anos. (Docarmo, 24/08/2017).

Docarmo (2017), também professora, no Colégio de Ribeirão Cascalheira, em processo de aposentadoria, conta a sua experiência de vida e rememora os tempos considerados mais difíceis. Fala das perseguições, fala da morte do padre João Bosco Burnier que foi assassinado por um policial em 1976. Os fatos que perpassam sua narrativa estão presentes em várias outras e podem ser identificados em documentos do arquivo. São situações relatadas por uma pessoa,

mas fazem parte de um contexto maior. São as suas memórias individuais acrescidas ao painel da memória coletiva do povo.

O próximo registro é da conversa com Maria Helena Fialho, no momento da entrevista Coordenadora Geral da Funai-BRASIL/DF. Ao saber da sua permanência em São Félix, que é natural da cidade, cresceu, estudou e também foi professora e estudou no GEA, solicitamos uma entrevista que foi marcada no Museu Histórico de São Félix do Araguaia. Uma das funcionárias é Cléia, sua irmã.

Eu sou Maria Helena Fialho, sou de São Félix, professora daqui da região de São Félix do Araguaia. O processo de formação da região, quando eu comecei a acompanhar, porque eu sou de uma família não escolarizada aqui da região, e o meu primeiro acesso foi com a igreja, com a Prelazia, pra ser professora do Mobral, das pessoas adultas, da igreja, que frequentavam a igreja e precisavam ter acesso ao letramento, então me coloquei como voluntária e comecei a trabalhar numa casa que tem na Vila Nova.[...] final da década de 70, início de 80, que era o Magistério, né, era para professores leigos da região, ele abrangia todo esse lado do Araguaia, tive vários colegas que eram de Ribeirão Cascalheira, de Porto Alegre, de Canabrava, de Santa Terezinha, Luciara, São Félix e então foi quando nós começamos a fazer esse e, essa formação específica, né? Inclusive a Judite, a Lucinha, esse povo já estava trabalhando nesse processo também. E depois, o Inajá que era o Magistério propriamente dito... (Maria Helena, 29/08/2017).

Da mesma forma que a professora Maria da Conceição e a professora Maria do Carmo em Cascalheira, Maria Helena em São Félix do Araguaia também fez os primeiros estudos por meio dos projetos apoiados pela Igreja, até a graduação pela Parcelada, e depois continuou os estudos em outros lugares. Ao contrário das outras duas, nasceu e sempre morou na cidade. Mas, coincidindo com elas, teve a mesma trajetória de formação e de profissão engajada nesses projetos.

Aqui observamos que pensar as práticas e os processos sociais relacionando histórias vividas e memórias transmitidas, que conformam o que podemos chamar na formulação de Aróstegui (2004) de historização da experiência, implica também haver uma dose de cumplicidade e conhecimento entre quem fala e quem ouve. Nesse processo, as entrevistadas vão compondo o relato de maneira ordenada, procurando obedecer à temporalidade cronológica. Em alguns momentos elas apenas citam fatos acontecidos entendendo que é do conhecimento de todos e não precisam de apartes explicativos, como foi a referência, pela professora Maria do Carmo, à morte do padre João Bosco. Na historização que se faz da sua experiência, esses elementos vão se alinhando naturalmente e não há preocupação em

explicá-los, mas em estabelecer uma linha imaginária que conduz o seu pensamento com começo, meio e fim, cronologicamente.

Ela tratou o episódio como se já fosse do nosso conhecimento e ela estivesse apenas confirmando detalhes. A experiência interna vem atravessada pela ação do tempo e pelos valores que desenvolveu: “Aí, nós aqui tivemos uma luta com a escola. Tinha uma parte do povo que queria aquela escola quase militar. Mas tinha do nosso lado aqueles que queriam uma educação libertadora, com a participação dos pais, com o acompanhamento deles, né?” (Docarmo, 24/07/2017). Ou então assim, quando Maria Helena conta como foi o processo de criação da parcelada:

E eu sou aluna de uma dessas turmas, né, da primeira turma, foi um grande desafio, porque o que tava colocado, acho que era um desafio político, mas como a região do Araguaia, e as pessoas que estavam à frente daquele processo, elas têm em comum uma força assim pro dia a dia exatamente de enfrentamento a essas lutas, **porque elas são lutas políticas, elas envolvem a questão territorial, envolve a questão da igreja, uma questão também de ideologia**, e ela também, ela fortalece, ela de todo modo ela fortalecia ainda muito mais esse movimento aqui, desse processo de educação. (Maria Helena, 29/08/2017, grifos meus).

A narração flui naturalmente dando a entender que lutas políticas, questões territoriais, da Igreja e de ideologia são situações do conhecimento de todos que não precisam ser esclarecidas a quem está perguntando. Dentro desta memória individual, vamos percebendo nas falas referenciais a acontecimentos que estão inseridos numa memória coletiva latente perpassada pelas falas gerais.

Halbwachs (2003) afirma que uma memória coletiva é construída por grupos de pertencimentos, marcados por lugares, espaços, valores, instituições e moldada por uma dada sociedade, em uma dada época e não, necessariamente, por sua posição nas relações de produção. Isso se confirma quando tratamos do tempo-lugar de sujeitos contemporâneos à década de 1970 na Prelazia de São Félix, que aqui acaba se configurando como um grupo de pertencimento. Sendo contra ou a favor a quem quer que seja, em suas memórias individuais são mencionados conflitos, derramamento de sangue por causa de terra, lutas para permanência no lugar; assuntos que também, invariavelmente fazem parte da memória coletiva e do imaginário da construção da história. Especialmente se a pergunta se refere ao período de “colonização” dessas terras. Enfim, o conjunto das memórias relatadas leva-nos ao ponto inicial: o que é ser Prelazia? Ser “Prelazia” nos primeiros tempos ficou sendo uma marca dos que estavam do lado de quem enfrentava o latifúndio, dos que vieram para trabalhar na

evangelização, dos que se tornaram “enfrentantes” em todos os campos dos agrupamentos sociais e dos projetos.

Enquanto a Pastoral da Igreja continuava sem mudanças estruturais, com o passar do tempo as pessoas foram mudando de comportamento. Todo mundo tem aspirações de crescimento, sonhos de mudança e muito interesse em ter paz e sossego. Os patrimônios foram se transformando em cidades, novas cidades foram surgindo e as comunidades evoluindo. Nem todos os posseiros transformaram-se em pequenos proprietários, muitos venderam suas posses e foram para as cidades em busca de trabalho mais fácil. Os que ficaram nas posses também viram seus esforços começarem a trazer resultados. Percebemos um processo de individualização que evolui nos tempos atuais.

O relatório do *Levantamento Pastoral* (Figura 28) traz informações que nos mostram de que modo essa identidade da Prelazia passa pelos anos 1980 e chega à década de 1990, e resume numa frase que é muito repetida pelos agentes pastorais e pelos entrevistados de modo geral: “passou-se de uma ‘guerra de movimentos’ para uma ‘guerra de trincheiras’”, dizendo, com isso, que os embates a partir de então aconteciam mais no campo das disputas políticas, sendo portanto os palanques a arma mais poderosa de combate:

Figura 28 – Identidade religiosa de/da Prelazia nos anos 1980

Em resumo, não pretendemos passar a impressão de uma situação de tranquilidade social, de estabilização e prosperidade. A injustiça e a desigualdade continuam fortemente presentes. Contudo, usando uma figura de linguagem, poderíamos dizer que passou-se de uma “guerra de movimentos” para uma “guerra de trincheiras”, onde os deslocamentos das “tropas” são mais lentos, difíceis. Disputa-se mais no terreno das consciências, da propaganda. Procura-se acumular forças.

Fonte: Levantamento Pastoral, 1990. p. 10, Doc.A44.0.01 P012.178.

Ser “Prelazia”, então, já não era ir para os enfrentamentos corporais. Com as cobranças do povo por fazer valer a Constituição de 1988 (Figura 29), enfrentavam-se por meio de

sindicatos, associações e grupos de bairros. Os sindicatos se fortaleciam nos anos 1990 e o poder da palavra começou a superar o poder das balas.

Figura 29 – Sugestões de mudança

que a situação é menos propícia à ação nos mesmos moldes, com o mesmo discurso de alguns anos atrás. Claro que ocorreram mudanças, na prática da Prelazia, mas a marca de "Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio..." traz todo o tempo sua influência determinante. Para muitos dos novos atores sociais presentes, esta identidade é algo que poucos pontos de contato possui com sua vida, seus desejos e aspirações. Mesmo para aqueles que viveram o momento anterior, de maior exacerbação dos conflitos, ela parece algo anacrônico.

Fonte: Levantamento Pastoral, 1990. p. 11, Doc. A44.0.01 P015.178.

Em um tempo em que as memórias de lutas passavam a ser mesmo memórias, ser "Prelazia", isto é, calçar as sandálias, literalmente, e calçar as sandálias do compromisso começou a parecer aos mais jovens, como está dito acima, uma visão anacrônica dos fatos. Mas ainda assim, é uma marca relevante da identidade do povo. E, pelo que observamos, nos dias atuais denominar a sandália de "Prelazia" em certos ambientes soa como pejorativo, embora a força do significado continue sendo a mesma. Segundo alguns entrevistados, celebrações já não é a marca do povo como era considerada antigamente. Mas é nessas convergências e contradições que se formou a identidade dos sujeitos.

Nessas realidades algumas considerações estão postas: Prelazia não é o bispo. A equipe pastoral, pelo menos nas primeiras décadas da Prelazia, foi uma realidade fundamental, embora, no *Levantamento Pastoral* apareçam questionamentos sobre o seu poder decisório dentro da organização geral. Havia real compartilhamento de responsabilidades e decisões. O bispo é a autoridade eclesial, responsável perante a Igreja, mas, pastoralmente, no âmbito do território da Prelazia e no âmbito da missão evangelizadora, há uma equipe, a equipe pastoral. O bispo Dom Pedro Casaldáliga ficou conhecido e suas causas atraíram e ainda atraem pessoas que compartilham estas preocupações e se identificam com as causas. Mas não foi/é um "chefe condutor", um líder político. Não se pode conceber e entender pastoralmente a Prelazia sem considerar a equipe pastoral e os seus organismos de decisão. Sempre houve lideranças importantes nas comunidades, mulheres e homens. Com ou sem presença de equipe pastoral

morando na localidade. Mas a partir dos anos 2000, especialmente com a aposentadoria de Dom Pedro, muitos agentes pastorais afastaram-se. Dentre os professores e formadores que passaram pela Prelazia nas décadas de 1980/1990 poucos continuam, a maioria voltou para seus lugares de origem.

A maioria das comunidades tem a sua paróquia própria, com o padre celebrante radicado no lugar. Levantamos essas questões para mostrar que de contradições também se faz identidade.

### 2.3 Processos formativos – “na escola” e fora da escola

A criação da Prelazia de São Félix do Araguaia tinha um claro propósito de evangelização. O que aconteceu a partir do início desse trabalho não estava previsto pelas autoridades eclesiais da época. Podemos afirmar que o direcionamento, o tom do trabalho e a postura do povo têm muito a ver com as escolhas particulares de Dom Pedro Casaldáliga e o seu posicionamento diante da realidade que encontrou.

[...] a opção de vida que Casaldáliga fez nesta terra tem poucos matizes. É preto ou branco. Sua personalidade sempre fugiu do pragmatismo conciliador. É radical. Visceral. Vive até às últimas consequências o que diz e o que pensa. [...]. Não sei se foi sempre assim ou se sua maneira de ser e de fazer é consequência de tudo o que tem vivido no Brasil.(ESCRIBANO, 2000, p. 22).

Não se trata de um ato heroico, no seu sentido romântico de que muitas vezes se revestem as histórias contadas sobre esse homem. Mas trata-se da necessidade de sobrevivência de sua fé. Seria a fé ou a incoerência. E da inevitabilidade de se posicionar em um dos lados na dicotomia que se instalou em vários lugares do interior do Brasil quando as políticas de desenvolvimento privilegiavam a ampliação da produção agropecuária, reforçando a ideia do *slogan* criado por Vargas com a máxima de que o Brasil seria o celeiro do mundo. A ideia fortaleceu-se com os programas governamentais, no regime militar, já mencionado. Por toda a reflexão feita sobre as questões de posse e permanência nas terras aqui discutidas, sabe-se que esta dicotomia se acentuou com muita radicalidade. A opção de Casaldáliga pelos pobres foi que definiu o tipo, as linhas, da evangelização a ser levada adiante.

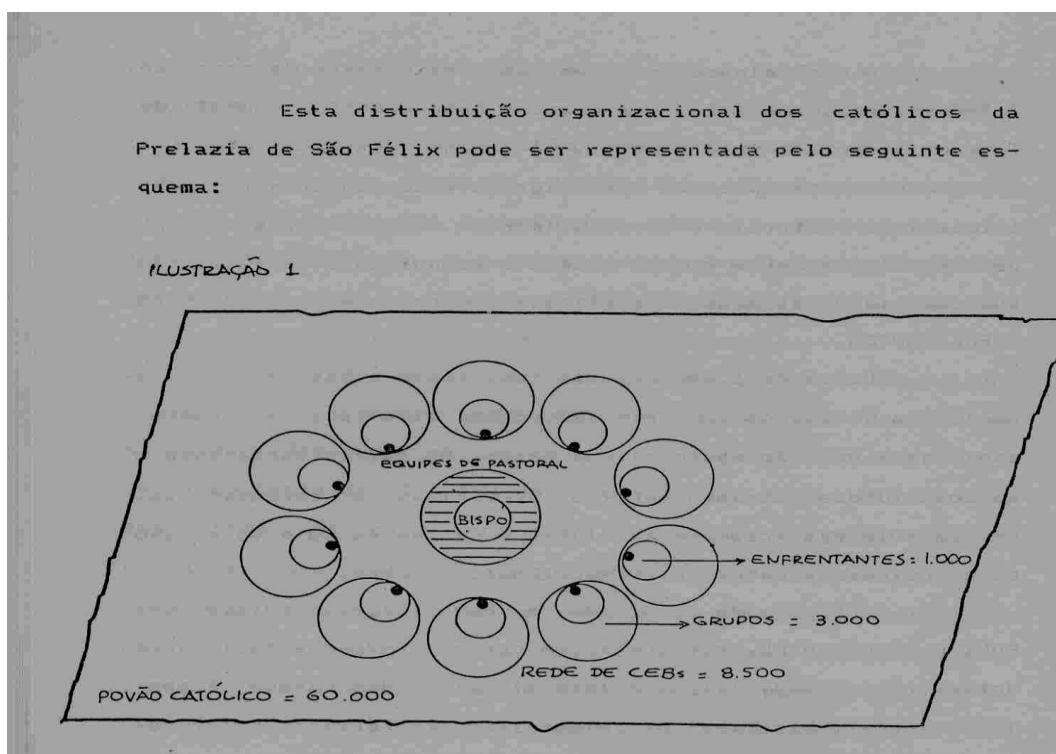
Aquele era um tempo de radicalização. Estávamos em plena ditadura militar, o mundo do latifúndio, uma Igreja que começava, a Teologia da Libertação... Era um tempo de radicalização. Agora talvez pareçamos e sejamos muito menos radicais. Meu medo é de que sejamos muito pouco. Naquele tempo,

talvez não tivéssemos outra opção senão as posturas, entre aspas, “heroicas”. E digo entre aspas porque parece um pouco ridículo... (ESCRIBANO, 2000, p. 22).

Além das questões de terra, dos conflitos no mundo agrário, havia o projeto evangelizador. Evangelização e resistência eram ações imbricadas e indissociáveis. Viver o cristianismo naquele tempo/lugar era permanecer vivo num território minado. Era lutar ombro a ombro com os moradores do campo nas pequenas propriedades, com os peões que muitas vezes fugiam das fazendas e procuravam abrigo na igreja, com os índios empurrados para cada vez mais longe. E contra o latifúndio.

As ações são reforçadas por duas imagens, que julgamos muito expressivas no desenho da organização da Prelazia pela visão de relatores do *Levantamento Pastoral* (ISER, 1990) (Figura 30), ao avaliar o trabalho da igreja na região em 20 anos de evangelização. Não é um julgamento pessoal, é um trabalho de análise da igreja pela própria igreja.

Figura 30 – Distribuição organizacional da Prelazia, na horizontal



Fonte: Levantamento Pastoral – ISER (1990). Doc. A44.0.01 P024.178.

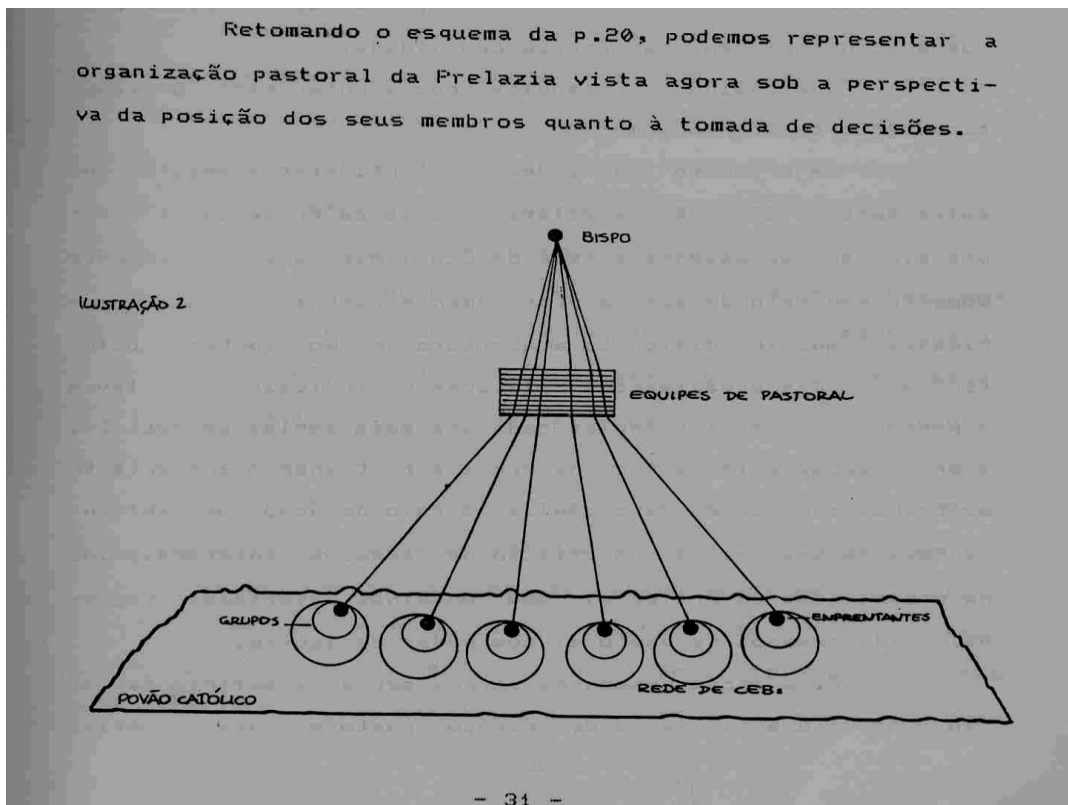
A ilustração acima evoca a ideia de coletividade, participação, planejamento em grupos, igualdade de posições. As subdivisões em círculos planos sugerem comunidades em assembleias, agregação e irradiação do trabalho em rede. Há ainda a impressão do alcance imediato a todas as comunidades, uma vez que as equipes de formação estão distribuídas para

todos os lugares, não radicadas numa posição central. Observando o esquema numa primeira análise, interpretamos como uma comunidade, que tem vários núcleos também comunitários convergentes para o centro onde não está apenas o bispo, mas uma equipe pastoral.

Essa equipe está em comunicação com “enfrentantes”, grupos e rede de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Daí, irradiando dos centros para as margens, as equipes disseminam a evangelização para o que denominam “povão católico” que nesse tempo constituía uma população de 60.000 habitantes (ISER, 1990). A representação em círculos, num esquema horizontal dá ideia de que a rede constituída com esta organização seria uma forma eficiente de a informação e as decisões terem o maior alcance possível, conseguindo abranger todo o território da Prelazia de forma democrática e homogênea. Visto dessa maneira parece que a formação, as assembleias e todo o trabalho realizavam-se de modo comunitário sem hierarquias. Há uma ideia de isonomia, de igualdade de responsabilidade, como também de direitos e deveres.

Entretanto o mesmo *Levantamento Pastoral* (Figura 31), no seu relatório-síntese indica que as tomadas de decisões obedeciam a uma hierarquia vertical que convergia para o bispo, cuja palavra era a final. O que isto nos diz?

Figura 31 – Distribuição organizacional da Prelazia, na vertical



Fonte: Levantamento Pastoral – ISER (1990), Doc. A44.0.01 P035.178.

As relações de poder são inevitáveis em todos os setores das atividades humanas. Buscamos em Gramsci (1999) uma avaliação que pudesse embasar as nossas observações sobre os confrontos que se desenrolaram e se desenrolam nessas regiões historicamente afetadas por políticas no setor do agronegócio que não consegue pacificar e/ou apaziguar os embates entre a diversidade de sujeitos que coabitam um território de situações sociopolíticas talvez mais complicadas no mapa do Brasil. Ele afirma que somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. E nesse aspecto, sempre procuramos pertencer a determinado grupo. Somos gregários e agrupamo-nos por interesses e necessidades:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 1999, p. 94).

No pensamento coletivo que se formava, muitas decisões deveriam ser tomadas e mantidas para sustentação do projeto contra-hegemônico que se estabelecia. Em um projeto coletivo há lideranças e liderados. Sendo o líder geral, Dom Pedro assumia a responsabilidade de responder pelas comunidades. Isso trazia a ele também a responsabilidade de decidir. Pensamos que seria até ingênuo acreditar que todas as decisões iriam para votação de um grupo, uma equipe ou da comunidade. Em última análise, é o líder que responde por seus liderados e que assume em seu nome os compromissos. Muitas vezes eles se apresentam não como uma escolha, mas como uma contingência. E trazem em si as consequências da sua natureza.

Os líderes que vieram de fora e os que iam se constituindo na luta do dia a dia certamente assumiam incumbências pelas quais respondiam nas comunidades e esse processo foi sedimentando sensação de poder na “personalidade compósita” dos que se elevavam a “enfrentantes” de algum movimento. Naturalmente foram se estabelecendo as hierarquias. E, aos poucos a igreja forma um bloco governativo que se distancia do povo. Além do que, as exigências e obrigações assumidas para participar do “povo de deus” da prelazia tornavam-se pesadas aos que não conheciam a história de lutas no seu interior

É preciso pensar a caminhada de 20 anos com uma história diária de dificuldades para compreender as informações do relatório de 1990. Voltamos a Gramsci (1999, p. 94) para considerar: “O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte?”. Na sua chegada, os missionários vinham predispostos a ver no lugar de missão a imagem dos pobres do evangelho. Nessa perspectiva, a ideia de conversão construída durante a rápida formação que receberam no Centro de Formação Integral (CENFI) em Petrópolis, tinha o intuito pré-estabelecido da missão que era evangelizar o norte do Mato Grosso, na região de São Félix do Araguaia, habitado por gente que vivia da subsistência e dos produtos naturais das matas:

Ali receberam uma formação intensiva que tinha de prepará-los para enfrentar tanto uma doença tropical como um líder indígena. O curso lhe serviu também para livrar-se de algumas ideias que tinha sobre o país e para que começasse a intuir por onde viriam os problemas com que teriam que conviver. O Brasil, no fim da década de 60, era um país pobre, governado por um regime militar. Uma combinação ideal para a injustiça social e política. (ESCRIBANO, 2000, p. 14).

Entretanto, segundo Escribano (2000), a preparação não evitou o olhar de surpresa dirigido aos pobres diante do quadro de miséria. Mas era o que se procurava e o que se esperava encontrar. Ali estava o quadro como ensinava o evangelho. Como aprenderam para ensinar. Casas de pau a pique, nenhum saneamento ou noção de higiene, precariedade de escolas e lavouras cultivadas de modo rudimentar. Nos pequenos vilarejos não havia escolha, todos eram pobres, sua opção por eles havia sido tomada anteriormente. A escolha de ser um missionário e enfrentar regiões adversas precedia o suposto encontro com os pobres. Começaram por procurar conhecer a região e compreender com que tipo de pessoas estavam lidando. Mas era difícil para quem vinha de fora conquistar a confiança dos que já estavam ali. Os pobres tinham medo, os ricos procuravam aliciar.

Quando Casaldáliga decidiu dar as costas aos latifundiários e aos representantes do governo militar da época que os protegiam, começou a ganhar a confiança dos peões, dos camponeses sem terra e dos índios. Uma outra maneira de ganhar sua confiança era visitá-los em suas casas. Era preciso fazer-se conhecer e dizer-lhes que estava do seu lado. (ESCRIBANO, 2000, p. 25).

Como missionário, o trabalho de Casaldáliga, assim como de todos que aceitaram o desafio de acompanhá-lo, seria estruturar a igreja católica na região e trazer para aquele meio “a salvação”. Apesar de aquelas pessoas serem católicas e, de certa forma, praticarem

catolicismo, os missionários entendiam que a região tinha necessidade de uma verdadeira conversão. Havia diferença entre a concepção de catolicismo para os missionários e para os moradores do Araguaia. Enquanto os missionários que chegavam vinham impregnados pelas ideias discutidas no Concílio Vaticano II, de um cristianismo que buscava a valorização e libertação do homem terreno, nas suas necessidades básicas de sobrevivência, o catolicismo daquelas pessoas era comumente chamado de catolicismo popular pelos teólogos e sacerdotes e era entendido como uma religião estruturada em crenças e credices, com práticas que não correspondiam à responsabilidade de cristãos.

Havia um sincretismo semelhante ao que discutimos anteriormente no tópico sobre a *terra*. Neste catolicismo há uma visão vertical de salvação em que o paraíso está no céu que só será alcançado após a morte. A fé e o mistério são os dogmas mais valorizados e nunca discutidos:

O espírito religioso, constantemente manifestado, demonstra sincretismo sempre presente. Toda casa tem sua imagem, ainda que impressa, quase todos usam medalhinhas penduradas a linha ou a fio. As portas têm cruz pintada ou feita em madeira, como proteção de *besta-fera* ou *mula*. *Rezadô* ou *rezadeira* são sempre chamados em caso de doença ou comportamento estranho; assim também o *tereçozeiro*.

[...]

Rezadores e rezadeiras são chamados até mesmo de outros patrimônios. É que, embora façam várias rezas, têm suas especialidades. Há rezas de cura, de terço, reza *di exortá* (exorcismo) reza *di responsá*, reza *di morto*, etc. (MACRUZ, 1983, p. 92).

Os que chegavam do Nordeste tinham arraigada a fé no “Padim Ciço” que significava para eles o grande elo entre o homem e Deus. Os missionários viam nessas práticas religiosas aspectos distorcidos, mas ao mesmo tempo o verdadeiro sentido da fé cristã que estava perdido. Era uma forma de educação de fora. Daí a necessidade de uma conversão pedagógica ao catolicismo que lhes traziam, ou seja, a missão deveria antes de tudo ser uma espécie de normatização da fé. Seria impossível evangelizar didaticamente, dando acesso aos textos bíblicos e outros textos doutrinários se a maioria não sabia ler.

O Programa Pastoral, que planejava as Campanhas Missionárias, foi, então, idealizado. Se a intenção era realizar uma catequese eficiente, um dos pré-requisitos seria que os catequizados pudessem entender da melhor forma o projeto em curso. Não se tratava apenas de repetir rezas ou rituais desse catolicismo popular sertanejo que povoava e ainda povoa os interiores do Brasil. Para um trabalho eficiente era preciso que se ensinasse a leitura e a escrita.

Como fazer um trabalho de evangelização com a maioria do povo analfabeta, sem assistência para problemas básicos?

Percebeu-se que a ação da igreja pelas desobrigas era ineficiente. Por isso a ideia das Campanhas Missionárias. Este foi o primeiro movimento da Prelazia, Figura 32, em apoio efetivo à educação e à formação do evangelizado a que se propunha o seu trabalho ali:

Figura 32 – Primeiro apoio à educação

as "campanhas missionárias", quando durante 3 meses, em um determinado lugar, trabalhava-se as questões da higiene, alfabetização, educação, sacramentos etc. Logo após este período é anunciada uma renovação pastoral, que passa a se preocupar com os critérios para a administração dos sacramentos e com a organização de um "Programa Pastoral".<sup>(7)</sup> No segundo ano de Prelazia, a Equipe Pastoral, com atuação restrita a São Félix e algumas regiões vizinhas, discutiu as linhas mestras e objetivos do trabalho. É

Fonte: Levantamento Pastoral. Arq. A44.0.01 P041.178, p. 38.

Pode-se dizer que as Campanhas Missionárias inauguraram a iniciativa oficial de educação na Prelazia.

Daí era a sala da casa, você utilizava um pano branco na parede, daí projetava o slide. Com as palavras-chave e tal. Aí tinha uma palavra chamativa, né, era mata e luta, né. Que o povo tinha essa referência de mata, a floresta, o pessoal chama de mata. Daí a repressão fala: - mata de matar, né? E a gente: - Não, mata aqui é outra coisa. E eu lembro que o povo dizia assim: - Deus é grande, mas a mata é maior. (eu – por isso que o povo sofria repressão mesmo!) sim, também! (risos). (Tadeu, 10/09/2017).

A primeira experiência na área de educação foi em abril de 1971, nas comunidades de Pontinópolis e Serra Nova. Então constatamos que desde os primeiros anos da Prelazia havia a preocupação em diminuir o analfabetismo, pelo menos. As anotações sobre o número de alunos e de turmas formadas nessas comunidades é escassa. Conforme narrativas em entrevista com Tadeu Escame, agente pastoral desde esse período, que chegou à Prelazia em 1972 e ficou morando em Santa Terezinha, o material era feito principalmente com projetor de slides que

funcionava a pilha (bateria), projetado na parede da sala em que funcionava a escola. Muito do que foi realizado naquele tempo foi destruído quando fecharam o GEA em 1973.

Para compreender o papel da Prelazia frente à educação no Araguaia, fizemos uma organização de forma didática dos projetos educacionais que tiveram o seu apoio direto, e das estratégias pedagógicas no processo educativo, isto é, de evangelização do povo. Dividimos em: Estratégias pedagógicas e Estratégias pastorais. A evangelização preconizada por Dom Pedro conforme os documentos analisados, parece ir muito além da pregação do evangelho ou mesmo da escolarização das pessoas. Evangelizar é libertar o homem das amarras particulares e sociais e dar-lhe condição de viver com Cristo como Cristo; isto é, de assumir a responsabilidade de ser Cristo para o seu irmão. É procurar no dia a dia ser testemunho de amor, de fé, e ter postura coerente com esta proposta. Inclusive ele foi junto nas primeiras vezes em que aconteceram as Campanhas Missionárias para testar a experiência que tinha idealizado junto com os agentes pastorais:

A tensão era cada vez maior. De um lado os latifundiários e os pistoleiros, de outro, os posseiros de Serra Nova, e, no meio os peões a soldo do latifúndio. Casaldáliga necessitava de ajuda. Foi quando decidiu repetir em Serra Nova a experiência que estava sendo realizada no povoado de Pontinópolis: uma campanha missionária, com uma equipe mista (padre, enfermeira e professor) que convivia durante três meses com os camponeses daquela comunidade, morando ali. Fazia-se um trabalho de evangelização, de orientação relativa à saúde e higiene e à educação (sobretudo alfabetização pelo método Paulo Freire). (ESCRIBANO, 2000, p. 40).

Percebe-se que desde o início que a ação se embasava em um suporte teórico definido e que orientaria o trabalho. Há mais falas que registros nesse sentido, porque com a destruição de documentos em 1973, o arquivo ainda não era digitalizado, muitas coisas se perderam. Mas um registro sobre a sistematização do processo empreendido na Prelazia, *Método Psico-Social - Educação Libertadora* (1972) (Figura 33), traz informações e orientações do trabalho:

Figura 33 – Educação libertadora

HOBSBAWM E.J., Class consciousness in History: Aspects of History and Class Consciousness, Edited by Istvan Mesaros, Routledge and Kegan Paul, London, 1971, p. 6.

A ce propos, voir Lukacs Georg, Histoire et Conscience de Classe, Les Editions de Minuit, Paris, 1960

FREIRE Paulo, Cultural Action, An Introduction in Conscientization for Liberation, CICOP, Washington, 1971

FREIRE Paulo, Pedagogía del Oprimido, Tierra Nueva, Montevideo, 1971

O método Paulo Freire é fundamentalmente um método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve a política no pedagógico, mas também não põe inimizade entre educação e política. Distingue-as, sim, mas na unidade do mesmo movimento em que o homem se historiciza — busca reencontrar-se, isto é, busca ser livre. Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá os rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, super-estruturais ou interestruturais, contradições que impelem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia: Doc. DIII.0.2 P09.50 e DIII.0.6 P18.20.

Os fragmentos fazem parte das anotações do método, em que aparecem traduções de partes da referência bibliográfica exposta. Pode parecer estranho referência bibliográfica em outros idiomas que, segundo os agentes pastorais eram traduzidas por Dom Pedro e Manuel Luzón. Depois da tradução, estudada com os agentes pastorais. Mas é que muito do que foi trazido para estudo chegava da Espanha e de países da América Latina com quem Dom Pedro mantinha contatos e relações de amizade.

### 2.3.1 Estratégias pedagógicas

Na identificação dos processos formativos, as estratégias pedagógicas subdividem-se em **estratégias formais de educação** e **estratégias não formais de educação**. Esta nomenclatura para este trabalho tem o objetivo de tornar mais específica a classificação. Não quer dizer que a educação popular não tenha acontecido também nas escolas, mas o que se está afirmando aqui é que ela acontecia na escola e fora dela, nos vários espaços de aprendizagem. A educação escolar aqui tratada é aquela ministrada por meio de programas ou projetos formais de educação, com documentação de órgãos oficiais e do segmento educacional oficializado

como, por exemplo, Mobral, GEA, Logus, Inajá e depois as Licenciaturas Parceladas. Observe-se que é um processo crescente de formação escolar que se tornou contínuo e alguns ainda subsistem, como as Licenciaturas Parceladas.

**Estratégias formais de educação:** São denominadas Estratégias formais de educação<sup>31</sup> porque estão vinculadas a um programa nacional, estadual ou municipal. Foram projetos criados por uma lei, municipal, estadual ou federal. Como o GEA, que é uma estratégia formal porque está vinculada a uma instituição de ensino estadual. É escolarização, tem uma base legal de organização, tem certificação ou pelo menos documentação regular para alcançar um nível de escolaridade. São projetos ou programas que têm registros nas situações formais de escola. Numa organização cronológica podemos sequenciá-las da seguinte forma:

Ginásio Estadual do Araguaia (GEA, 1970-1973) – embora fosse uma instituição estadual, foi construído com dinheiro conseguido pela Prelazia por meio de ONGs principalmente da Espanha, e teve como professores os agentes pastorais e os voluntários que vieram para o trabalho com a evangelização e atuavam em todos os campos onde eram necessários ou conforme a sua formação. Santos (2014) afirmou que esta iniciativa estava ligada ao que foi vivido nas Campanhas Missionárias e pela vontade do povo de não precisar enviar seus filhos para fora de casa à procura de condições para se instruírem. Mesmo porque poucos tinham esta condição:

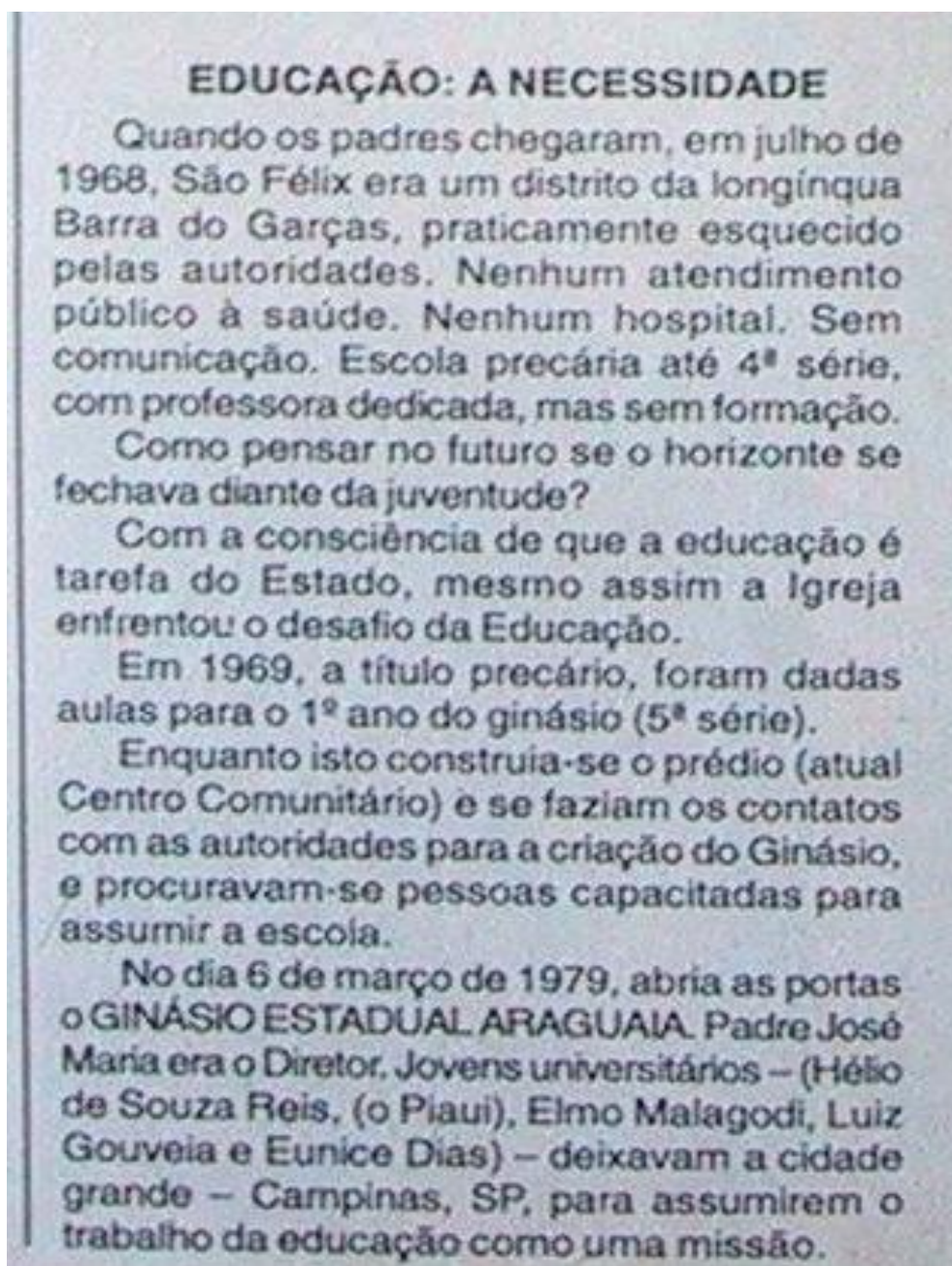
A criação e a construção do ginásio pertenciam também a um ideal utópico de desenvolvimento humano e social, que pudesse trazer novas perspectivas de vida para o povo e a juventude. Assim, objetivava oferecer uma educação rigorosa e crítica, em face das grandes fragilidades referentes a ausência do Estado e sequestro da função educacional que lhe cabia. (SANTOS, 2014, p. 100).

Como se observa nas Figuras 34 e 35, mesmo que tenha funcionado por pouco tempo, entre 1970 e 1973, deixou marcas importantes no lugar, muitas pessoas que passaram por ele mencionam a educação ali ministrada como uma educação forte, de qualidade e comprometida com as questões da terra.

---

<sup>31</sup> Existiram outros projetos que foram desenvolvidos pelo Governo do Estado do Mato Grosso com relação à formação de professores da rede estadual de ensino, como, por exemplo, o Projeto GerAção que funcionou entre 1995 e 1999 com habilitação para Magistério. Mas aqui serão citados os que tiveram a participação direta da Prelazia, devido à natureza da pesquisa.

Figura 34 – Inauguração do GEA



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - ALVORADA, março/abril, 1995, p. 08. Doc. A16.14.02 P8.8.

Obs.: O último parágrafo do fragmento cita a data "06 de março de 1979"; leia-se 06 de março de 1969, de acordo com o ano já registrado em parágrafo anterior.

Figura 35 – Criação do GEA



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - ALVORADA, março/abril,1995,p.08. Doc. A16.14.02 P8.8 GEA2.

O texto completo de onde foi retirado o fragmento, intitulado “Um nome, uma força, uma saudade” traz um pouco dessa memória citando a União Estudantil de São Félix (UNESF) e a Associação de Pais e Estudantes (APE) como motores de uma escola democrática, uma vez que esses dois grupos participavam ativamente nas decisões do Colégio e tudo era feito na forma de assembleias e diálogo. Em um período de governo repressivo como se encontrava o Brasil, ter uma escola com visão democrática e participativa, seria difícil que continuasse a funcionar.

Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) – foi um projeto do governo brasileiro, criado em 1967, pela Lei nº 5.379 de 15/12/1967. Esse movimento, que teve início efetivo em 1970, propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando, conforme a lei de criação, a conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. Criado e mantido pelo regime militar, funcionou entre as décadas de 1970 e 1980.

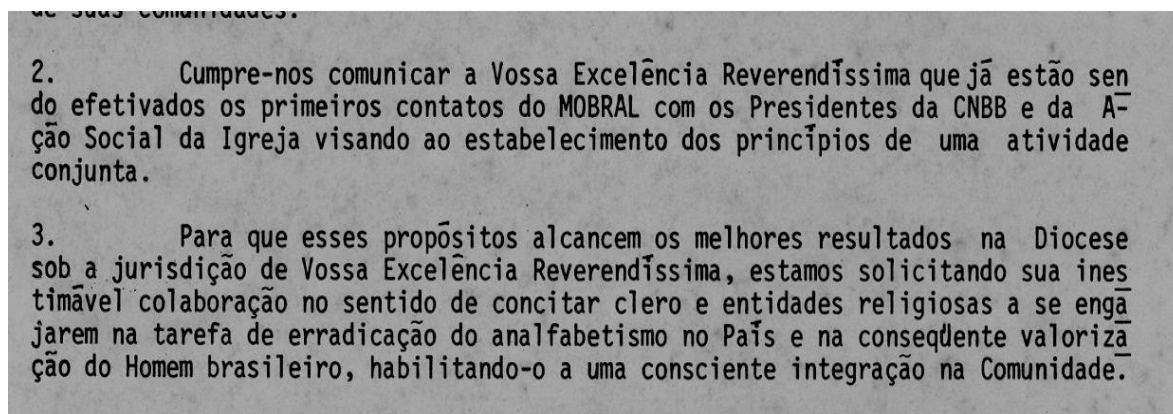
No próprio documento de criação percebe-se que era de caráter voluntário e os prestadores de serviço não teriam um contrato de trabalho, uma vez que não menciona qualquer forma de pagamento ou de salário. Há menção a um regime de cooperação de estudantes

universitários e/ou de nível secundário sem prejuízo da própria formação. Isto é, uma espécie de estágio de trabalho.

Art. 2º Nos programas de alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos cooperarão as autoridades e órgãos civis e militares de todas as áreas administrativas, nos termos que forem fixados em decreto, bem como, em caráter voluntário, os estudantes de níveis universitário e secundário que possam fazê-lo sem prejuízo de sua própria formação. (BRASIL, 1967).

Na Prelazia, funcionou na década de 1970, com intermitências. Há referências sobre o assunto num documento emitido pelo Secretário Executivo da Fundação Mobral (Circ. Nº 041/75/GB/SEXEC/GEMOB) ao bispo Dom Pedro Casaldáliga (Figura 36), em fevereiro de 1975, onde menciona o apoio da CNBB e da Ação Social da Igreja. Os clientes em potencial eram as comunidades rurais e urbanas já atendidas por voluntários agentes pastorais nas campanhas missionárias.

Figura 36 – Informações sobre o Mobral



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia: Educação. Doc. DIII.0.4B P1.1.

A impressão que temos é que os mesmos formadores que atuavam na Prelazia, e mais alguns voluntários ex-alunos do GEA é que puseram para funcionar o projeto de alfabetização de adultos do governo militar. É interessante ressaltar aqui que o Mobral tinha um material próprio que era distribuído aos lugares conveniados com o Governo Federal. Parece-nos uma contradição haver convênio educacional entre um governo militar com histórico de relações conflituosas com uma Prelazia que teve um colégio fechado (GEA) justamente pela forma como o ensino era aplicado. Os documentos pesquisados não mencionam a forma como as aulas do Mobral eram ministradas e nem como eram planejadas. Mas há referência a planejamento de

aulas em salas de educação de alfabetização de adultos, o que nos leva a pensar que nessas aulas a forma de trabalho não deveria se afastar muito do que sempre foi.

As salas de alfabetização funcionavam nos lugares onde fosse possível. Uma das alfabetizadoras, a entrevistada Maria Helena Fialho, descreveu como o funcionamento tinha o apoio da Prelazia, até mesmo na cessão dos espaços: “O meu primeiro acesso foi com a igreja, com a Prelazia, pra ser professora do Mobral” (Maria Helena, 29/08/2017). Durante a entrevista ela conta que tinha sido aluna do GEA, e era bem nova quando foi convidada a ser voluntária do Mobral, explica que é filha de família não escolarizada, mas começou cedo seus estudos por esforços da mãe que veio para cidade para que os filhos estudassem, “[...]comecei a trabalhar numa casa que tem na Vila Nova. Era um espaço, uma casa lá da Prelazia também e eu comecei a trabalhar com esse processo de alfabetização” (Maria Helena, 29/08/2017).

Logos II<sup>32</sup> – um programa nacional de formação de professores que não teve continuidade; a primeira versão, Logos I não chegou à região de São Félix. O Logos II sim. Funcionou entre 1984 e 1990 formando professores leigos com até oitava série. Era um projeto da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, teve a participação de 121 ingressantes das cidades de São Félix, Santa Terezinha e Canarana. Desses, 43 concluíram. Foram 52 desistentes, 1 transferido e 25 migraram para o Projeto Inajá. As informações gerais do Projeto encontram-se na figura 24, abaixo. Como o Projeto Logos II foi desenvolvido pela Secretaria Estadual, fomos buscar documentação junto ao órgão regional que a representa na cidade de São Felix. Temos apenas as informações descritas na Figura 37. Recebemos a resposta que documentos com mais de 20 anos foram incinerados por falta de espaço para guardar. Ficaram apenas as fichas com os resultados finais:

---

<sup>32</sup> O Projeto Logos II era oferecido pelo Governo Federal foi implantado em diversas regiões brasileiras entre os anos de 1976 a 1986, e que contava com uma contrapartida de cada prefeitura municipal, com a finalidade de capacitar professores que não tinham habilitação específica e que se encontravam em atuação nas salas de aula do ensino primário. O Projeto Logos I habilitava o professor que ainda não havia concluído o 1º grau, mas ainda assim encontrava-se lecionando e o Projeto Logos II habilitava o profissional para o magistério – 2º grau. A formação para professores leigos visava a obtenção de titulação e qualificação para o exercício da docência na modalidade de ensino supletivo somente a quem atuava nas quatro primeiras séries do 1º grau. (DSU/MEC, 1974, p. 2)

Figura 37 – Resultados do projeto Logos II

QUADRO I					
ANO	INSCRITOS	EVADIDOS	%	CONCLUINTES	%
1984	2.677	541	28,80%	593	22,15%
1985	1.854	399	21,52%	296	15,96%
1986	2.394	334	13,95%	261	10,90%
1987	2.632	312	11,85%	150	5,69%
1988	3.176	374	11,77%	256	8,06%

Quadro demonstrativo de Cursistas do Projeto Logos II - 1984/1988

\* Fonte : Projeto Homem X Natureza

Fonte: Arquivo da Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso

Na proposta do Projeto Geração, da Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso, de onde vêm as informações acima, os próprios dados demonstram que o Logos II não conseguiu muito sucesso. Do número de ingressantes para o número de concluintes há uma perda muito grande. Concomitante ao Geração, para a região da Prelazia foi criado o Projeto Inajá com apoio da Igreja e suporte pedagógico da Unicamp. As razões para a criação deste, e o insucesso daquele, estão no próprio diagnóstico feito pela equipe do Geração:

Como podemos perceber, havia sempre mais evadidos que concluintes em cada ano. Conhecendo-se a realidade do estado, a conclusão é que esses evadidos, a grande maioria era de professores da zona rural [...] são os que mais têm dificuldade de acesso e permanência em cursos realizados na cidade. A menos que seja um curso específico para essa clientela, com calendário, metodologia e critérios voltados para a zona rural. (GERAÇÃO, 1995, p. 12).

Os professores foram desistindo no meio do curso e os da região foram se engajando no Inajá. Ao invés de irem para os polos distantes, com grande dificuldade de locomoção e de hospedagem nas cidades-polo, ficaria mais viável um projeto com o professor em exercício, aplicando as estratégias aprendidas nas salas em que já atuavam e, ao mesmo tempo não deixando que as escolas ficassem sem as aulas.

Inajá – percebe-se pelos registros que foi um arrojado projeto de formação de professores, idealizado por professores que trabalhavam na Prelazia (por isso setorizado naquela região) e reconhecido pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso e certificado em nível Técnico de Magistério. O papel da Secretaria de Estado foi principalmente de validação do projeto e reconhecimento do programa de ensino, porque os recursos vinham

de convênios com as prefeituras cujos professores estavam envolvidos e eram da própria igreja, com aprovação de recursos pela Associação Nossa Senhora da Anunciação (ANSA).

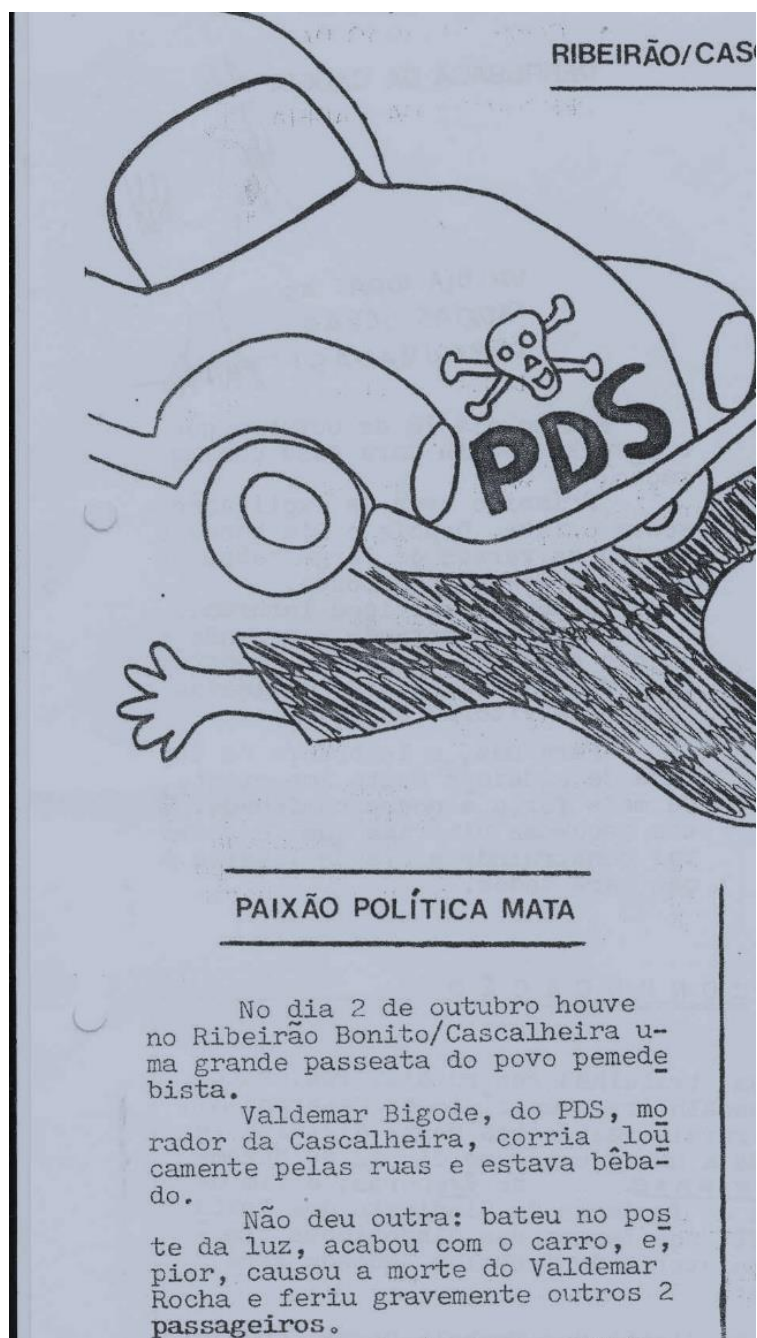
O Inajá, o Inajá, teve o Inajá I e II. O Inajá I foi um projeto de alfabetização. Eu cheguei em 1983, em 1984 se discutia um projeto mega de alfabetização. E esse projeto de alfabetização seria para exatamente suprir essa necessidade que tinha de pessoas nas comunidades que não sabiam ler nem escrever, e avançar mais o trabalho pastoral. Mas aí percebeu-se que tinha muitos professores leigos. E aí, que, mais amplo que essa alfabetização, seria a profissionalização desses professores leigos. Aí, a Prelazia, com a ANSA e outras entidades internacionais, financiaram esse Projeto Inajá em parceria com a UNICAMP. Também tinha professores da USP. E aí aconteceu essa formação que seria, os professores estavam na sala de aula, formou de forma parcelada, os professores em sala de aula, tinha as etapas intermediárias, e nos meses de janeiro, fevereiro, e julho, eles iam para Santa Terezinha, onde aconteciam as aulas. E esse Inajá, já tinha o objetivo que na formatura já se reivindicaria uma universidade estadual para a região. E nós tivemos a felicidade de, em 1990, aqui no barracão do hotel Xavante, ter a formatura do Inajá, com a presença do Rubem Alves. (Zecão, 01/09/2017).

O apoio da Prelazia a projetos de educação e as relações com universidades públicas de fora do estado trouxe notoriedade ao trabalho que extrapolava as fronteiras territoriais. O sujeito político que se constitui nessas relações paulatinamente adquire representatividade. E a formação política a partir da formação educacional era evidente. A escola sempre foi considerada o espaço de exercício da liberdade e da cidadania, pois nela se adquirem atitudes, valores, orientações e espírito crítico. A educação prepara os indivíduos para a não aceitação, a manifestação e o enfrentamento; ensina-os a romper com as maneiras de ver e compreender as coisas.

Nas palavras de Zecão (2017) nota-se a preocupação da Prelazia em levar ao povo que ignorava seus direitos, ferramentas para o conhecimento e defesa própria; porque a educação é a forma eficaz de criar indivíduos pensantes e autônomos, pois ela desenvolve a capacidade de reflexão e julgamento da realidade, desenvolve a capacidade de informação e entendimento para uma análise e avaliação da sociedade em que vivemos. Isso é também formação política.

O Alvorada (Figura 38), continuava sendo um veículo de informação e formação dos eleitores e da sua visão crítica sobre os partidos do governo que apoiavam o latifúndio e sobre os partidos de oposição.

Figura 38 – Questões políticas na Prelazia



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, A16.1.32 P09.19 nov./dez. 1982.

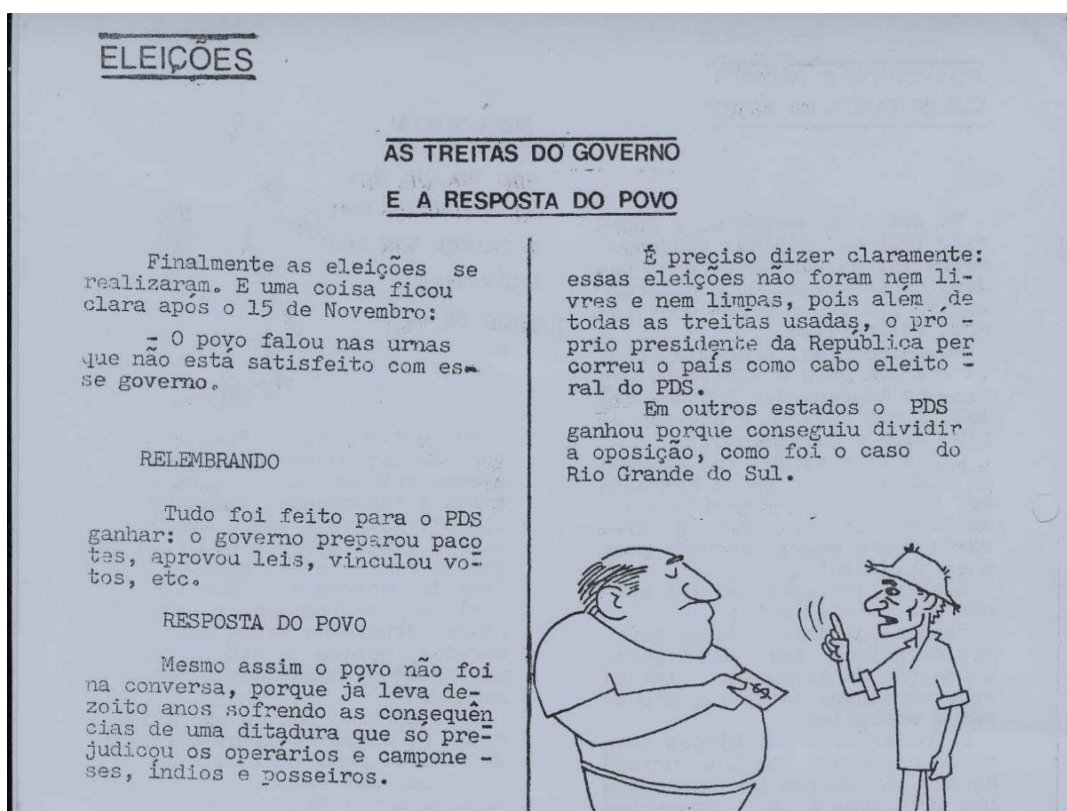
Os registros nos mostram uma linguagem passional e exacerbada, não própria do que deve ser o jargão jornalístico, demonstrando que a paixão que envolve as questões humanas em todos os setores, também estava presente ali, despertada pelos ânimos que se manifestavam nos eleitores. Talvez esse comportamento passional seja um dos motores de uma vontade coletiva no movimento de confronto que se fortalecia. Recorremos a Gramsci (1999) novamente para compreender esses comportamentos; quando discute a definição que Croce faz sobre paixão e

política, mostra-nos que a política é uma paixão do homem, uma vez que a luta permanente do atacante é para evitar ser derrotado e subjugar o que poderia vencer:

Se se examina bem o conceito crociano de “paixão”, inventado para justificar teoricamente a política, observa-se que ele, por sua vez, só pode ser justificado mediante o conceito de luta permanente, pelo que a “iniciativa” é sempre “apaixonada”, já que a luta é incerta e se ataca sempre para evitar ser derrotado, e não só por isto, mas também para manter subjogado o adversário, que “poderia vencer” se não fosse continuamente persuadido de ser o mais fraco, isto é, se não fosse continuamente derrotado. Em suma, não pode existir “paixão” sem antagonismo, e antagonismo entre grupos de homens [...]. (GRAMSCI, 1999, p. 417).

Um discurso persuasivo que se produzia nos setores diversos da sociedade civil fortalecia o projeto contra-hegemônico que se desenhava. Nas eleições de 1982 trabalhavam para o PMDB. No texto abaixo (Figura 39), traz esclarecimentos e informações sobre as eleições de 1982:

Figura 39 – Eleições: as treitas do governo e a resposta do povo



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, A16.1.32 P09.19 nov.-dez. 1982.

No início da década de 1980, os quatro municípios mais representativos da Prelazia passaram a ser governados por prefeitos do recém-criado PMDB, que representava a oposição

ao Governo Militar; percebemos que essa vitória das prefeituras foi benéfica às classes populares:

Mas enfim, vem o tempo das prefeituras populares, que é já na década de 80. Então aí, ex-agentes de pastoral ganharam as prefeituras, né? O Diá, Cascalheira; naquele tempo não era, ela ainda pertencia a Canarana, o Diá foi prefeito de Canarana, mas agindo também em Cascalheira; o Tadeu em Santa Terezinha; o Pontim em São Félix; e o Cascão, depois, em Porto Alegre. Então aí deu uma, uma coisa muito forte, né, porque aí é que começa a se organizar em nível de região, um movimento de educação bem organizado. Década de 80. Aí é que começa a se pensar também num trabalho de formação dos professores, né. Porque as escolinhas rurais continuavam assim muito precárias, né? (Eunice, 01/04/2016).

Esse trabalho de formação de professores que Eunice (2016) aponta é uma ação precursora do que foi o Projeto Inajá. Foi o trabalho inicial para que se pudesse funcionar a alfabetização e a assistência às primeiras séries. O que tinha de inovador era que ao mesmo tempo formava o professor na sala de aula e dava o suporte pedagógico e de conteúdo para o seu trabalho cotidiano. Os formadores eram aqueles agentes que vieram de fora para uma experiência na Prelazia e ocuparam os espaços das escolas estaduais e municipais. Alguns vieram de Minas Gerais e outros de São Paulo. Mantinham ligações com as universidades de seus locais de origem. Essas relações possibilitaram receberem apoio pedagógico da Unicamp que se dispôs a fazer assessoria a projetos de pesquisa mediante convênios com a Prelazia. Entendemos essa relação política/educação como um modo eficiente de formar o ser humano livre.

A educação para ser efetiva deve ter como meta a emancipação do homem, bem como considerar as contradições históricas da sua realidade. Uma formação concreta deve ser aquela que em seu dinamismo exponha as contradições que estão presentes na sociedade, ou seja, aquela que pressupõe o princípio da intermediação entre forma social e existência humana. A construção de um sujeito crítico e emancipado, por sua vez, passa pelo estranhamento ao que está colocado, na compreensão de educação enquanto intercâmbio do particular frente às generalizações, ou seja, uma constante reação contra o conformismo. A educação não deve ser uma modelagem de pessoas e nem a mera transmissão de conhecimentos, mas sim a produção de uma consciência crítica e autônoma. Não precisa ser uma ação vinculada à sociedade civil e desvinculada da sociedade política. Pensamos que deve ser intermediada pelas duas.

Para a realização dos projetos deveria acontecer o acompanhamento das Secretarias Municipais e da Delegacia Regional de Ensino:

Mas aí chegou ao fim esse projeto, e se pensou então no Projeto Inajá mesmo. Seria formação para professores da região. E aí foi uma escrita coletiva, né? Uma produção coletiva de como ia ser o projeto. E o projeto então foi assim assumido pelas prefeituras locais, com assessoria da Unicamp, mas ele tinha também o apoio da Secretaria Estadual de Educação. A Secretaria que certificou os professores. (Eunice, 01/04/2016).

Embora as distâncias fossem um dificultador. Sobre isso, o depoimento de um professor na roda de conversa de 2016 pode esclarecer alguns pontos:

Fui para Canabrava, onde a realidade da Educação apavorou. Abílio Netto, que só tinha a quarta série era o diretor da escola. Tinham alunos e professores, só que os professores não tinham formação. O Inajá surgiu justamente com essa intenção. Virei diretor/supervisor; coordenava as escolas da região com o projeto. E o veículo de que tinha era uma bicicleta. Quando a prefeitura fretava um carro e os motoristas descobriram como eram as estradas, falavam que o carro estava estragado. Sobravam as bicicletas. Em 1987, começou a experiência com o Inajá em Canabrava. Com 320 alunos, 26 na quarta série, 27 na terceira série, 45 segunda série e mais de 200 na primeira série. (Eliseo, 16/07/2017).

Segundo os criadores do projeto, não era uma revolução para criar currículo novo ou para criar novos conteúdos, mas estratégias pedagógicas para trabalhar os conteúdos de forma mais condizente com a realidade local. Com uma característica mais próxima do que já se trabalhava na Prelazia com a Educação Popular desde o início:

O acompanhamento nas comunidades era como o Eliseo falou, em bicicletas. Organizavam-se e faziam simpósios locais, pelo menos duas vezes por semestre, para os professores contarem suas experiências e se fortalecerem (uns achavam que não estavam fazendo nada, outros achavam que não estavam dando conta, tanto é que a gente chegava e via anotações no quadro, perguntava: - Ué, cadê as atividades? Respondiam: - Não, hoje eu não tô trabalhando com o Inajá). A gente coçava a cabeça, paciência, né? É assim mesmo. Então, nos atendimentos, a gente fazia reunião como os professores nas escolas, passava nas comunidades para falar do projeto, a gente combinava com os pais, que cada época do seminário a gente ia fechar as escolas dois dias. Então reunia os professores em Canabrava para fazer esse trabalho. E cada vez que a gente ia uma equipe, tentava fazer uma educação fora dos padrões; levava gente de outros campos do saber, como pessoas com uma grande trajetória na saúde, na agricultura e em educação. (Osanette, 16/07/2016).

Houve o Inajá I, que funcionou de 1987 a 1990 e foi centralizado na cidade de Santa Terezinha. O número de ingressantes foi de 189 e o de concluintes foi de 124. E o Inajá II, que funcionou entre 1994 e 1996 e ficou centralizado em Ribeirão Cascalheira. Em Luciara

começava a funcionar a Parcelada. Ambos tiveram a mesma abrangência alcançando as cidades de Canarana, Ribeirão Cascalheira, São Félix e Santa Terezinha e os patrimônios ligados a estas cidades. Na segunda versão foram 150 ingressantes e 120 concluintes.

“Depois das parceladas, entregamos para a Unemat. Eu reclamo que a Unemat está em falta em trazer novos cursos para que as coisas evoluam mais. É triste de ver os professores hoje que não querem lutar.” (Eliseo, 16/07/2016). Essa memória traz uma fala carregada de sentidos que evocam as representações que aqueles participantes da roda de conversa fazem do que é ser professor. Trazemos Paulo Freire para mostrar que a luta faz parte do dia a dia do professor e este é um processo natural:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. (FREIRE, 1967, p. 43).

Percebemos no clima das conversas, num processo natural, que esta foi e é a postura daqueles profissionais, estando ou não envolvidos na Prelazia ainda. E percebemos também que o papel da Prelazia, o convívio e as relações mútuas de colaboração na educação, vão perdendo terreno quando o governo vai assumindo o seu papel e atingindo os lugares mais distantes no seu trabalho. Há também a mudança de governos municipais e a eleição de prefeitos de outros partidos políticos afeta sensivelmente as decisões locais. Cresce o número de eleitores chegantes que não conheciam as histórias de lutas, especialmente na rede urbana. E o bloco histórico que se constituiu em determinado momento vai se desfazendo.

Licenciaturas Plenas Parceladas – É um projeto de cursos de formação de professores, idealizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), nos anos 1990, como forma de o Governo Estadual aperfeiçoar profissionalmente muitos professores que ainda trabalhavam sem a formação específica. No Campus Universitário Médio Araguaia (Luciara-MT), o projeto teve início em 1993 e nele funcionam os cursos de Letras, Pedagogia e Matemática pela Parcelada. O primeiro convênio foi de 1993 a 1997. A partir do segundo convênio foram ofertados também os cursos de Geografia, História, Ciências Biológicas e Química. Até 2012 funcionavam somente para professores em exercício. A partir desse ano, passaram a ser abertos à comunidade, como cursos vinculados apenas à Unemat sem a celebração de convênios com prefeituras ou com o Estado. Durante o tempo em que foi conveniado com as prefeituras conseguiu abranger todos os municípios e distritos ligados à Prelazia.

Esses são dados fornecidos pelo Coordenador Geral do Polo de Luciara (ver Apêndice), que é onde funcionam os cursos da Unemat para a região; o documento indica dados do que foi e do que são os cursos de licenciaturas parceladas. Até o convênio de 2003 a 2007 contou com o apoio efetivo da Prelazia. A partir de 2017 tomou outra configuração e se distanciaram. Têm prédio próprio, aparato tecnológico mais adequado, está aberto à comunidade e não é formação apenas de professores em exercício da função. Existem outros cursos que não apenas as Licenciaturas.

Sem dúvida as informações apresentadas indicam que a participação da Prelazia nos processos educativos do povo da região oeste de Mato Grosso foi decisiva. O evangelizar, na concepção das práticas de libertação, é uma ação integral, que toma o ser humano como um todo, assim o desenvolvimento da educação formal também aconteceu de modo efetivo porque havia uma representação religiosa sólida que se envolveu com recursos humanos e deu suporte aos processos educativos governamentais e foi além. Porque o desenvolvimento humano está no processo de evangelização.

A educação sempre esteve voltada aos interesses do homem e visa a atender as exigências de uma determinada classe, ou de um determinado povo, num determinado período ou espaço de tempo. A educação não teria sentido se não estivesse voltada para a promoção do homem, independente da classe a que pertença. “As classes populares se encontram presentes, ainda que algumas vezes em forma aparentemente passiva, e a pressão que exercem se configura como uma força real no sentido da afirmação da liberdade.” (FREIRE, 1967, p. 17).

A história da educação nos mostra que sempre houve a preocupação em formar determinado tipo de homem. Os tipos variam de acordo com as diferentes exigências das diferentes épocas. Mas a preocupação com a formação é constante nos vários segmentos da sociedade. Do ponto de vista da educação, promover o homem significa torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração mútua. Se os meios são diferentes, as finalidades se assemelham. Educar o ser humano é uma necessidade para que as relações ditas civilizadas tornem a convivência possível à vida em comunidades e/ou numa sociedade.

O estabelecimento de regras de convivência e de leis que regem o espaço comum são decisões importantes à sociedade. Quando desrespeitadas, haverá processos de dominação ou de injustiças. Considerando que a educação sempre tem como objetivo principal promover o desenvolvimento do próprio homem, são as suas necessidades reais que vão delimitar ou

demarcar a ação que o processo educativo exercerá sobre determinado grupo. Na busca de suprir essas necessidades reais é que o homem procura se educar. Porém muitas vezes se vê impossibilitado de realizar seus planos.

No caso dos grupos tratados aqui, as contingências de tempo, espaço e recursos econômicos dificultavam sobremaneira a busca da formação em locais de maior acesso a escolaridade. Por isso o projeto formativo empreendido pela igreja era a educação na sua forma escolástica e religiosa. Seria um plano elaborado com o interesse de “catequizar”? Sim porque cada grupo social fala do lugar onde conhece e de onde milita. Por uma questão de necessidade de que os oprimidos conseguissem opor resistência aos opressores, era preciso conscientizá-los. E a conscientização só se faz pela educação libertadora. Mas às vezes pode assumir a forma de um processo coercitivo e sempre um processo de persuasão. As estratégias aqui descritas caminharam no sentido das circunstâncias e das necessidades. Como bem colocou a professora Osanette (16/07/2016), na roda de conversa: “À medida que vinha uma demanda (uma dificuldade) a gente buscava formação, que não era só o diploma, mas dar conta de responder aos desafios.”

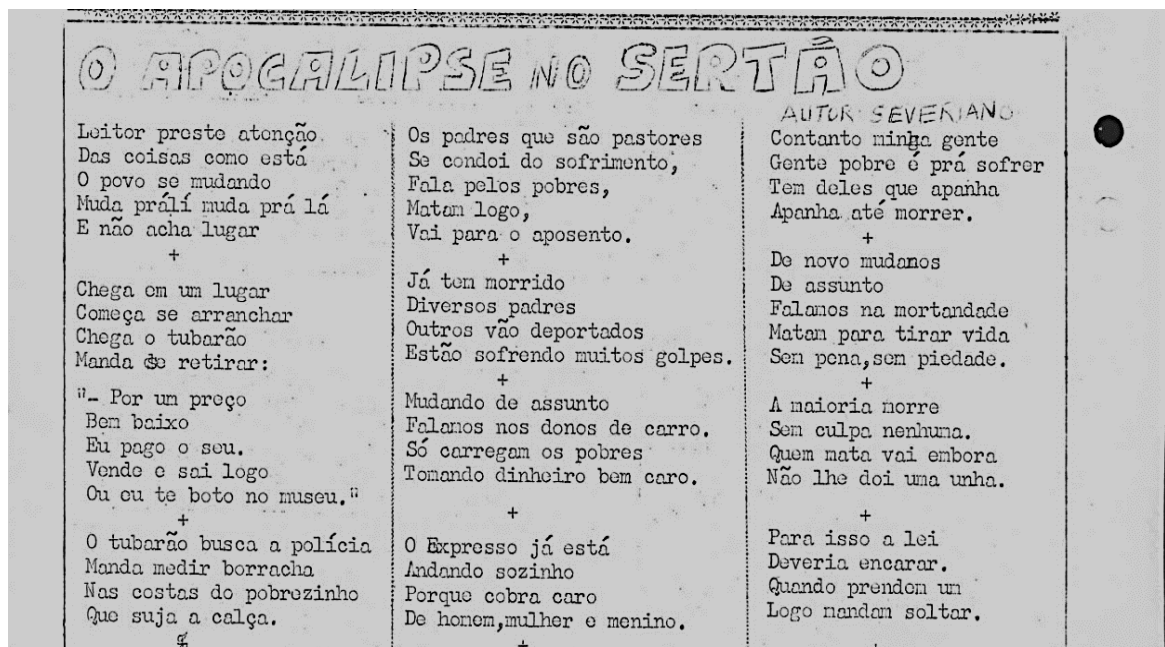
A questão posta é esta mesmo. Responder a desafios. As pessoas que estiveram, passaram e ainda se encontram ali, em qualquer dos dois lados que se definiram, está respondendo a desafios. E o sentido formativo dessas ações se revela no modo como os sujeitos foram respondendo a esses desafios. Dos processos formativos emergiram os sujeitos que, para além da religião, assumiram seu papel político e social. Alguns saíram e continuaram a formação fora, mas outros ficaram e tornaram-se professores, conselheiros, vereadores, prefeitos entre outras representações políticas e sociais das suas comunidades.

**Estratégias não formais de educação:** São nomeados como estratégias não formais de educação os projetos idealizados nas comunidades, de forma oficial ou não, que tiveram o claro objetivo de formação/conscientização e uma didática de aprendizagem com estratégias variadas, mas que não eram necessariamente confessionais, pastorais ou catequéticas e não se vinculavam legalmente a instituições de ensino. A cultura popular, devido ao trabalho de alfabetização pela educação popular, desde o início era muito valorizada. Publicavam (e continuam publicando) produções no Alvorada, como quadrinhas, trovas, cordéis e paródias criticando os poderes de modo geral, mas também fazendo memória de eventos e celebrando acontecimentos.

O riso é considerado por muitos autores como uma forma de se educar. *Ridendo castigat mores*,<sup>33</sup> porque o riso tem uma função social. Além de alegrar, nos espetáculos de teatro, nas festas religiosas (o palhaço na folia de reis tem essa missão) e em outras manifestações populares, o riso chama atenção de forma cômica para os nossos vícios e defeitos. Quando a figura do palhaço se coloca como protagonista ou vítima de engodos ou desgraças, ele se iguala ao comum. Torna-se multidão. Rindo dele estamos rindo de nós mesmos e nos aproximando de uma catarse; uma espécie de vingança moral; “[...] o riso esconde uma segunda intenção de entendimento, eu diria quase de cumplicidade, com outros ridentes reais ou imaginários.” (BERGSON, 2007, p. 5). Muitas vezes esse riso não nos é dado pela alegria espontânea. O risível se afasta da alegria quando nos leva à reflexão. Ao invés de optarmos pelo choro ou a lamentação, ridicularizamos uma situação que nos incomoda procurando tirar dela a aura trágica que tem pela sátira.

Desde os primeiros números o Alvorada publicou produções em que a comunidade usava o recurso das trovas (Figura 40) e das dramatizações como um meio de narrar os acontecimentos e relatar perseguições contra os posseiros como o exemplo abaixo:

Figura 40 – O apocalipse do sertão - Serveriano



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.0.44 P6.7, maio. 1977.

33 Frase registrada pela primeira vez em Cícero (Da República, 51 AC), é usada por Dante Alighieri (Divina Comédia, 1321) e é sempre citada em estudos sobre Gil Vicente (1465-1536). Seu significado “rindo castigam-se os costumes” vem sempre com a ideia de que o riso pode moralizar por meio da crítica, da sátira e do humor (BERGSON, 2007).

Muitas vezes não colocavam nomes ou usavam pseudônimos para citar situações conflituosas. A palavra “Tubarão” (Figura 41), para indicar os donos de grandes propriedades aparece em vários lugares e se repete muitas vezes nas trovas, como o texto seguinte em que o escritor se registra como “Garapa”.

Figura 41 – História do “Garapa” de Porto Alegre do Norte

- 15 -

*A fazenda CODEBRIA*

Do "GARAPA" de Porto Alegre

Na fazenda Codebra, o gerente de lá,  
promete muito serviço para os peões  
enganar

Ele diz: "Tenho muito serviço, que  
dinheiro dá pra ganhar.

Vou dar este primeiro,  
pra vocês começar.  
Quando vocês terminar este,  
outro vou empreitar.  
Quero ver tuço trabalhando,  
parado nao vao ficar."

Ele diz: "Nãoo dou o outro primeiro,  
porque demora muito acabar;  
e este aqui, primeiro vou precisar.  
Mas, quando terminar este,  
o outgo é pra começar".  
Os peoes pensam consigo :  
"Agora vou melhorar."

Os peões pegam o serviço  
e começam a trabalhar,  
porque, se o pequeno dá dinheiro,  
o outro dá pra dobrar.  
Ele diz: "Se Deus nao manda o  
contrário, agora vou enricar."

Quando o trabalhador termina,  
que o serviço vai entregar,  
ele diz: "Tem calma um pouco,  
até q Nelsao chegar."  
O peao diz: "Quando ele vem?"  
- "Nesta semana ele vai chegar."

Passa duas ou três semanas  
e naça do homem chegar.  
O peao vai ao gerente,  
pede serviço pra trabalhar,  
ele responde: - eu nao tenho  
serviço pra empreitar.

O peão pergunta a ele: "Cadê o serviço  
que você me prometeu?"  
Ele rsponde: - Falta ainda uma  
reuniao em Sao Paulo,  
com a diretoria de lá  
para aprovar a idéia.  
Aí é que posso empreitar."

Ele diz: - Então acerta o meu,  
que eu quero me arretirar."  
Ele diz: - Eu nao tenho um cruzeiro  
pra vocês eu pagar,  
mas vocês espera um pouco,  
até o dinheiro chegar.

Os peões dizem: - Então, me dá serviço,  
parado nao posso ficar."  
Ele diz: - Eu só tenho diária  
pra vocês trabalhar.  
Outro serviço eu nao tenho  
pra vocês empreitar."

A diária é mentirosa.  
Tenho vergonha até de falar.  
77,00 cativo, e é se quiser  
trabalhar.  
do contrário, fica parado,  
comendo o que ganhou sem ganhar.  
Por falta do dinheiro,  
O peao se obriga a trabalhar.

Esse gerente, meus amigos,  
parece nao ter coração.  
Já discutiu com toço mundo  
da fazenda do Nelsao.  
Começou com o contador,  
capataz, fiscal geral,  
com os mensal e os empreiteiro  
eu nem faço, porque  
a discussao é desigual

Roberto, chama o homem  
que é o gerente de lá.  
Enquanto ele estiver  
trabalhando na gerência,  
eu gigo pra vocês:~  
- Nao dou meia hora de serviço lá

Ao garo amigo leitor,  
- nao é querendo falar-  
mas digo e com certeza,  
pois eu estava,  
trabalhando lá.  
Aconteceu comigo e meus amigos,  
por isso, nao fiquei lá.

O caro amigo leitor,  
dêsculpe o que lhe digo:  
Nao é porque saíde lá, - mas,  
com toda verdade digo  
que com o gerente Roberto,  
se pegar serviço, leva castigo.

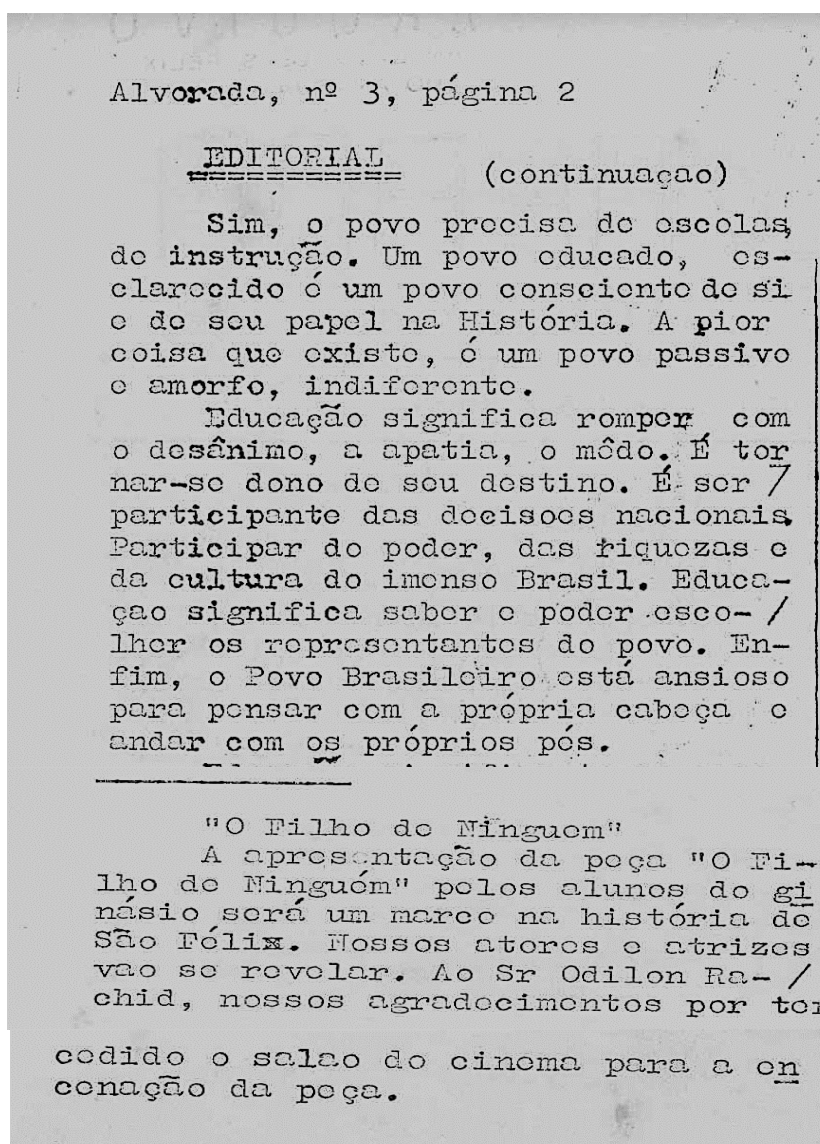
Tem mensalista que está  
com sete meses de atraso,  
sem receber um cruzeiro  
durante este prazo.  
Falo isso com certeza, pode ver--  
Quando sai dinheiro pra todos,  
ninguém lá ele vai ter.

Farmacêutico é uma coisa,  
que isso nao tem lá;  
quando adoecia um,  
ia pra Frenova se tratar.  
Mas, eles nunca pagaram  
os tratamentos dos que  
ficaram bons lá.

Para encurtar a história,  
A Frenova mandou avisar  
que quando adoecer um,  
eles nao levassem pra lá.  
Enquanto nao pagarem a farmácia,  
eles nao atendiam ninguém de lá.

Na inauguração do primeiro ginásio de São Félix do Araguaia, por ocasião do 29º aniversário do povoado, que ainda não era cidade, noticiada no seu número 3 (22/05/1970) (Figura 42), o informativo registra as apresentações que acontecerão. O editorial traz uma análise de como a educação é importante e o que ela pode proporcionar ao povo; em seguida, uma nota anuncia as exposições de trabalhos artísticos e da apresentação de uma peça de teatro que parece ser a mais relevante das apresentações do evento, já que no anúncio diz que será um marco na história de São Félix:

Figura 42 – Como recurso: o riso



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, Ano I, nº 3, p. 2 e 3, 23/05,1970.

Criaram-se projetos de teatro e de circo – TEAR, Arraia, Araguaia Pão e Circo – e uma rádio – Rádio Berrante – em que o prefeito de uma das cidades vinculada à Prelazia (Porto

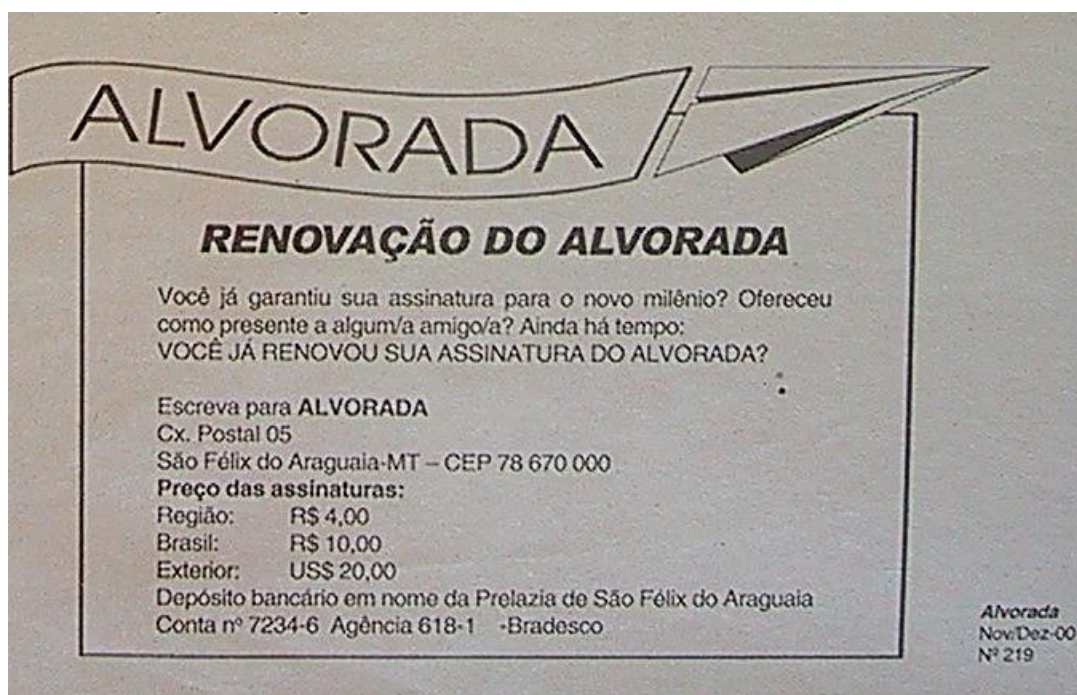
Alegre do Norte) chamava o povo para as reuniões de aprovação do orçamento anual. Foi uma forma de trazer a comunidade para participar das decisões no município. Dos instrumentos educativos fora dos processos escolares, os registros do arquivo e as informações nas narrativas orais trazem o seguinte:

Informativo Alvorada – A Prelazia de São Félix do Araguaia, desde o início esteve preocupada com um modo de informar, divulgar, levar o seu trabalho a todas as comunidades. Em março de 1970 criou o informativo para facilitar essa missão. A intenção no início é mais voltada para informações de catequese e de evangelização. De acordo com relatos de pessoas que estão na prelazia, ou passaram por lá, o informativo foi criado para facilitar a comunicação entre as cidades, municípios e distritos que constituíam o âmbito de atuação da Igreja Católica na região do Araguaia, do lado do Mato Grosso. Com a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia em 1971, o informativo tinha também a função de agregar os lugares jurisdicionados à Prelazia e levar as informações, os comunicados e o relato dos acontecimentos a todos que a constituíam.

Os trabalhos, textos, informações e registros neste informativo até os dias atuais (2018) têm a função principal de informar e formar os leitores no pensamento de uma igreja libertadora e sabedora que o céu não se alcança após a morte, mas na luta cotidiana de se libertar das injustiças a si e ao próximo. Tem uma opção, declarada, pela Teologia da Libertação e pela linha política de esquerda. O informativo é distribuído a todos os tipos de leitores e alcança assinantes muito além da Prelazia. Conforme dados buscados na própria folha, existem alguns assinantes internacionais.

O jornal é produzido na própria Prelazia, Figura 43, e tem como responsável maior o bispo que esteja em gestão. No início e por muito tempo esteve sob a responsabilidade do bispo Dom Pedro Casaldáliga, o seu fundador. Embora toda a equipe editora responda por ele. Continua circulando com uma tiragem de 3.000 exemplares e a versão on-line.

Figura 43 – O informativo é produzido na Prelazia



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - A16.19.06 P11.12 novembro/dezembro, 2000.

Rádio Berrante – funcionou em algumas comunidades na década de 1980; era uma rádio regional que ficou no ar entre 1986 e 1990, durante o pleito de Cascão em Porto Alegre do Norte; rádio popular que levava informações e diversão. “A Rádio Berrante teve um papel fundamental ali para ajudar na educação nesses processos todos de juntar o pessoal, divulgar o teatro. Era um projeto da Lúcia, da Fernanda e do Ricardo.” (Osanette, 16/07/2016).

Como registra o Alvorada, a partir de 1981, começou de forma organizada uma ação cultural na região do Araguaia, que atingiu mais diretamente o nordeste do Mato Grosso e o sul do Pará. Desta iniciativa surgiram duas associações culturais, o Centro de Cultura Popular de Conceição do Araguaia, no Pará (CCPA) e Arte Regional do Araguaia (Arraia) que promoviam festivais de teatro, música e poesia nas comunidades.

Fruto desse trabalho foi a mostra cultural realizada em Goiânia, em 1984. Naquela ocasião apresentou-se a peça “Meu padim segura o tacho que a quentura vem de baixo.”, lançou-se o livro “Poetas do Araguaia”, e vários músicos da região puderam apresentar seu trabalho para um público maior. (ALVORADA, março/abril, 1985, p. 4).

Arraia – Era uma associação que promovia as artes de forma geral. Arte Regional do Araguaia (Arraia), que promovia a arte na Prelazia, apoiou a criação do TEAR que se propunha a fazer trabalhos artísticos a serviço dos movimentos populares. Conforme o Alvorada: “A arte

entendida como lazer, conscientização, recuperação e incentivo à cultura popular.” (ALVORADA, março/abril, 1985, p. 4).

Grupo Teatro do Araguaia (TEAR) – existiu entre 1984 e 1985. Funcionou por apenas dois anos porque foi elaborado como uma espécie de suporte a um projeto maior, que foi o Araguaia Pão e Circo. Integrado por gente do Pará e do Mato Grosso, fez várias apresentações com a peça: “A misteriosa viagem de João Cordeiro e Zé do Quengo nas terras do pau brasil!”, nas comunidades da Prelazia e as últimas apresentações registradas foram em Conceição do Araguaia (PA) e Santa Terezinha (MT) em fevereiro de 1985. A ação da peça se desenvolve em dois planos: drama atual, que é o enredo, e blocos históricos que contam histórias de lutas e resistência, como as lutas históricas dos índios e dos negros no Brasil, o banditismo, lutas religiosas e a criação dos sindicatos.

Esta peça foi representada em Conceição do Araguaia-PA e em Santa Terezinha-MT. Agora no mês de julho o grupo ARRAIA (Arte Regional do Araguaia) montou a peça na região e rodou com ela pelo sertão. Foi (encenada) em Pontinópolis, Alto da Boa Vista e São Félix.

Este trabalho tem dois objetivos:

- a) Contribuir para o lazer e a diversão do povo;
- b) Colocar no palco as lutas de resistência do povo ao longo da História, ajudando assim na compreensão da realidade e das lutas que o povo enfrenta. Mesmo sendo longa, a peça prendeu o público e o teatro mostrou mais uma vez que é um excelente meio de comunicação. (ALVORADA, julho/agosto 1985, p. 5).

Araguaia Pão e Circo – Em 1988 foi criado um Projeto de Circo, *Araguaia Pão e Circo*, a partir das discussões e trabalhos com os grupos anteriores como TEAR e ARRAIA. O projeto (Figura 44) foi aprovado em 1989 e a partir de 1990 realizou atividades circenses na região. De acordo com o projeto, a intenção era ser uma espécie de circo escola com atividades educativas bem delineadas. Com o que se apurou nas pesquisas, o projeto de arte mais importante da Prelazia, com maior durabilidade e abrangência. Atingiu várias comunidades e permaneceu funcionando por, pelo menos dez anos.

Figura 44 – Araguaia Pão e Circo

### O movimento cultural no Araguaia

A proposta da criação de um circo popular deve ser entendida dentro do processo do trabalho cultural na região e como fruto maduro deste processo.

O trabalho cultural começou ligado à **Prelazia de São Félix do Araguaia**. A partir de 1980 tornou-se sistemático e ganhou independência, estendendo-se por toda a região.

A Prelazia de São Félix do Araguaia surge na década de 1970 como primeira força organizada ao serviço dos setores mais pobres da população: índios, peões e posseiros. Alguns dos seus agentes de pastoral, sensíveis à questão cultural, passam a valorizar, fomentar e estudar as expressões artísticas do povo: giros do divino, catiras, bumba-meu-boi, danças do luar, música sertaneja, histórias em cordel, etc. Fomentou-se, a partir da igreja, o teatro, o artesanato, a literatura e a música.

Esse trabalho, espontâneo e desarticulado, foi mostrando a importância de uma organização mais abrangente.

Em 1981, por motivo dos 10 anos de vida da Prelazia, foi montada a peça teatral “**MEU PADIM SEGURA O TACHO QUE A QUENTURA VEM POR BAIXO**”, sobre a caminhada da igreja na região e sua opção pelos mais pobres. O processo de elaboração coletiva e a montagem da peça foram fundamentais para o trabalho posterior. Atores de toda a região (posseiros, donas de casa, estudantes, agentes de pastoral) reuniram-se em São Félix do Araguaia para participar de um curso de teatro e para montar a peça.


Apresentada em toda a região, a peça entusiasmou o povo e mostrou que era preciso criar uma entidade que desse suporte e consistência ao movimento cultural. Assim em 1981 nasceu a **ARRAIA (Arte Regional do Araguaia)**, entidade jurídica e reconhecida pelo Estado.

De 1981 para cá, o grupo que compõe **ARRAIA** conquistou seu espaço próprio dentro do movimento cultural popular e tem-se caracterizado por sua atuação junto a sindicatos de lavradores, escolas e clubes de mães.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia: Doc. A41.0.02 P05.21.

Seus objetivos (Figura 45) eram formativos como atesta o que vem registrado no Projeto; um circo escola com oficinas pedagógicas de dança, malabarismo, equilibrismo, folguedos e cantigas de roda entre outras atividades:

Figura 45 – Projeto Araguaia Pão e Circo, objetivos



## OBJETIVOS GERAIS

---

**O** projeto ARAGUAIA PÃO & CIRCO visa, acima de tudo, propiciar um **lazer saudável**, o **exercício do riso** e da descontração através do mundo mágico do circo.

Pretende **favorecer o desenvolvimento das potencialidades artísticas populares** e a **auto-identificação cultural** das populações carentes, através do levantamento e resgate de sua produção, colocando o espaço do circo para sua livre expressão.

Além disso, como **CIRCO-ESCOLA**, objetiva a capacitação dos artistas locais e a formação de animadores culturais, visando a propagação da produção cultural amazonense.

Finalmente, como forma de garantir a legitimação prática desses objetivos, **pretende estabelecer bases estáveis** para o desenvolvimento do trabalho cultural através da implantação ou dinamização de núcleos locais de convivência e cultura, integrados à vida da comunidade.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia: Doc. A41.0.02 P06.21.

Financiado pela ONG espanhola *Manos Unidas*, que é uma associação da igreja católica na Espanha para a ajuda, promoção e apoio a países do terceiro mundo. É também uma organização não governamental para o desenvolvimento (ONG) de voluntários católicos e seculares. Sua finalidade é a luta contra a fome, a pobreza, o subdesenvolvimento (Figura 46). O Projeto era acompanhado sistematicamente pela atuação e pelos resultados. O voluntariado é uma das suas principais marcas e, através das delegações que compõem a organização em toda a Espanha, concentra a ação no apoio a projetos de desenvolvimento e conscientização da população espanhola.

Figura 46 – Acompanhamento do Projeto Araguaia Pão e Circo

## RELATÓRIO DA REUNIÃO DO PROYECTO CULTURAL PAN Y CIRCO

Participantes: Félix Valenzuela, José Raimundo, Samuel Lyra, Edilson Pereira dos Santos, Fernando Camargo Oliveira e Franklin Machado.

Deliberaram a seguinte pauta:

1. Resposta à proposta de Manos Unidas para o ano de 98.
2. Planejamento para o ano de 98.
3. Orçamento das atividades
4. Mudança da Coordenação do Projeto.

1. Recordando a reunião realizada por Manos Unidas, Félix Valenzuela fez breve memória das discussões ocorridas durante esse encontro no qual Manos Unidas reafirma seu propósito em continuar apoiando o Projeto Cultural Pão e Circo.

Com dedicação especial à avaliação e manutenção das atividades normais no ano de 98.

2. Planejamento:

a. Avaliação do Projeto Pão e Circo: conforme a proposta de Manos Unidas.

- coordenada pelo Prof. Pedro Ribeiro de Oliveira, a ser realizada em quatro etapas ( março, abril, setembro e outubro de 98). Nesta avaliação serão envolvidos os monitores, coordenadores do Projeto e as comunidades beneficiadas.

- Manos Unidas, entidade mantenedora, participará deste processo de avaliação, principalmente na sua etapa final.

- Finalizada a avaliação, será decidida a possível continuidade do Projeto.

b. Atividades:

- teatro; com a realização de um festival envolvendo todos os municípios abrangidos pelo Projeto.

- Cursos e oficinas: capoeira, teatro, teatro de bonecos, fotografia e revelação, comunicação (específico para radiodifusão comunitária).

- Atividades circenses: montagem do circo para realização de atividades culturais em diversas localidades e estabelecimento de parceria com Escola Sinos em Ribeirão Cascalheira.

Fonte Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia: Doc. A41.4.01 P03.16

Cultura popular – manifestava-se nas festas religiosas (folias do divino, festa da padroeira, novenas de Natal); nos festivais de música e poesia; no teatro encenado nas festas populares; nos cordéis, trovas e paródias cuja expressão pode ser encontrada no Alvorada. Em pesquisa bem consistente sobre povoados da região, seus usos, costumes, modos de viver,

superstições, no que denominou folclore de peões e posseiros, Macruz (1983, p. 10) registrou particularidades interessantes das festas importantes do ano:

O Pentecostes é comemorado com o chamando Giro do Divino que, como as folias, visita as casas do lugar e da redondeza, levando a bandeira do Espírito Sando. Crianças que não tem condições de viver com os pais são entregues ao grupo do Giro do Divino, que se incumbe de lhes providenciar um lar. Como consequência não há crianças abandonadas em Porto Alegre. Nas festas de São João há o casamento da fogueira, com assistência de um rezador ou rezadeira. Pode casar na fogueira quem estiver separado, após o casamento no civil ou no religioso. De características folclóricas, há na corruptela um casamento sob contrato de prestação de serviço.

As festas populares para os padroeiros dos municípios e dos patrimônios eram animadas e ser festeiro era motivo de orgulho; mas sempre se procurava nas comemorações evitar os excessos, canalizando os festejos mais para as celebrações e para a folia. Como por exemplo, conta dona Olindina Rachid:

Quando eu cheguei aqui foi de avião, né? Meu marido é libanês. Foi subprefeito aqui. Aí eu fazia a festa do Divino Pai Eterno. Mande construir uma igreja lá na fazenda. Todo ano tinha. Hoje tenho outra religião, né? Também estudei no GEA. Nos festejos eu que fazia os leilões. Também enfeitava os barcos de São Félix. O tempo era de 67 até 75. Levava a imagem de São Félix que ia visitar a Santa Izabel. Lá na aldeia. Depois mudou o padroeiro e as regras da Igreja, aí acabou tudo. (Olindina, 12/09/2017).

A questão do santo padroeiro, já mencionada neste trabalho, é tratada com seriedade e importância pelo povo. Foi motivo de divergências de opinião, entre pessoas da comunidade e Casaldáliga. Iracy (21/08/2017) contou sobre a troca do padroeiro São Félix por Nossa Senhora de Assunção assim que Casaldáliga chegou para ficar. A alegação dele é que São Félix (de Valois) era um santo dos europeus que perseguia os muçulmanos, não tinha nada a ver com os povos latinos por isso mudou para Nossa Senhora de Assunção. Agora o santo é protetor apenas do rio. Por isso fica num nicho construído às margens do rio Araguaia. Assim não houve mais a festa no rio para São Félix de Valois, nem procissão rumo à ilha para encontrar a Santa Izabel do Morro, e muitas pessoas acharam ruim. Outro momento tenso foi quando o bispo expressou a proibição do leilão à padroeira mostrando que esta manifestação leva à vaidade porque os festeiros ficam competindo pelas prendas e esse dinheiro poderia ser usado em coisas mais importantes para a comunidade. A maioria das pessoas que entrevistamos acha que foi arbitrariedade.

Os elementos da cultura popular estavam presentes em todas as situações sociais: expressavam-se no Alvorada por meio das quadrinhas populares, nas festas religiosas em dramatizações e representações de cunho moralizantes ao modo de autos e farsas, nos festivais de música, no planejamento das atividades a serem trabalhadas com a educação popular. Isso pode ser comprovado neste texto em vários momentos.

O conteúdo dos materiais para as celebrações traz um discurso de fraternidade sobre uma igreja que desenvolve as suas características a partir do exercício dos sacramentos, tendo Maria como modelo e mãe da comunidade cristã. A evangelização é o meio pelo qual se efetiva o projeto do Reino de Deus. Esta é a forma de religiosidade que se evidencia nas fontes de pesquisa. A mediação pelos sacramentos deve permitir que a figura de Cristo humanizado seja a maior presença no mundo dos cristãos. Fora disso, as festas, celebrações e cultos aos santos devem ser momentos de alegria, mas de práticas de fé sem se esquecer que é no irmão que o cristianismo se realiza. É na responsabilidade com o irmão que está o objetivo do trabalho.

Essa visão demonstra que todos os momentos eram momentos de evangelização e de formação. A história da humanidade comprova que pela fé religiosa e pelo temor é mais fácil conduzir as *massas*.<sup>34</sup> A doutrinação com um discurso sólido foi reelaborando as práticas religiosas de modo a conseguir voltar os olhos do povo para um Cristo mais humanizado e próximo do irmão pobre, de forma que as festas, as manifestações culturais recebem a influência da ideia de festejar com responsabilidade a aprender com as celebrações que as crendices são apenas crendices. Isso fica mais evidente no Programa Pastoral elaborado bem no início do trabalho da Prelazia, que será analisado nas próximas páginas.

A religiosidade popular é apenas tolerada quando poderia ser instrumento para a nova concepção de evangelização. Aos poucos, porém, essas manifestações vão sendo percebidas como recursos que são. Podemos observar a mudança de comportamento dos formadores, especialmente na valorização das manifestações populares que encontramos nas publicações do Alvorada. Parece uma contradição, mas não é. Percebemos que as relações entre a igreja e o povo foram acomodando as duas formas de se praticar a religião. Houve a necessidade de se buscar uma aproximação com as coisas da terra no planejamento do trabalho com a Educação Popular, quando os formadores perceberam a importância de se usar a cultura local. O trabalho com as ideias de Paulo Freire levava a essa decisão. E, ao longo do percurso de pesquisa,

---

<sup>34</sup> Neste caso denominamos massas aos habitantes que ali se encontravam a partir da constituição da Prelazia e que aceitaram o seu apoio como pequenos posseiros, índios, peões e moradores dos Patrimônios, isto é, os camponeses.

percebemos que na convivência entre formadores e formados, pelas necessidades básicas, a troca de experiências trouxe o respeito mútuo e com isso a valorização de saberes de cada um.

### 2.3.2 Estratégias pastorais

O Informativo Alvorada – figura nas duas estratégias de evangelização porque serve a mais que um propósito. Está claramente registrado nas suas publicações. Foi criado pela igreja e tem uma linha de esquerda bem demarcada, tem também um cunho de religiosidade bem definido. É um instrumento de denúncia e de persuasão catequética. Pela metodologia da pesquisa exploratória, constatamos que: os primeiros números são de produção manual, e durante a década de 1970 intercala o manual com o datilografado. A partir da década de 1980 é produto de gráfica. Foram examinados 322 números, de 1970 a 2018, edição especial impressa, de fevereiro de 2018, em que se registram os 90 anos do bispo emérito Dom Pedro Casaldáliga e uma memória do que foi a história da Prelazia até este ano. No início, as publicações variavam entre quinzenais e mensais, depois foram sendo publicadas bimestralmente e, a partir de 1995, passou a ser publicação bimestral. Agora fixou-se como trimestral. A sequência não é muito rígida e nem perene, faltam publicações em alguns meses de alguns anos. Encontra-se no modo virtual, no site da Prelazia, os números de 2007 a 2015 (número 313). É distribuído em todas as comunidades da Prelazia e, conforme agentes pastorais entrevistados, normalmente tinham e têm as matérias comentadas e discutidas na igreja durante a missa.

Nos dois primeiros números, os conteúdos noticiaram e explicaram didaticamente ao povo como seriam as Campanhas Missionárias, como seria o Programa Pastoral na Prelazia com os sacramentos, como se organizariam as reuniões e assembleias do povo para serem participantes como verdadeiros cristãos, as notícias da educação nas escolas, a construção e funcionamento do GEA. Sobre o GEA, uma das notícias que chamou a atenção foi a formatura da primeira turma (Figura 47). Todas as celebrações dessa formatura realizaram-se na igreja, durante celebrações religiosas; ou seja, mesmo que o ginásio não fosse uma escola confessional, funcionava sob o apoio e sob a bênção da igreja:

Figura 47 – Apoio da igreja ao GEA

GINÁSIO "ARAGUAIA"

O dia 6 de dezembro o "Ginásio Estadual Araguaia", de São Félix, vai celebrar o encerramento do seu primeiro ano letivo.

== Às 8 horas de manhã, Missa, na igreja.

== Às 8, 30 da noite, na casa das Irmãs, para os familiares dos alunos do Ginásio, show literário-musical: "Tem caiapó na mata" - sketch, cânticos, poemas e outras apresentações.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, dezembro, 1970. Doc.A16.0.06 P4.4.

Aqui, recorreremos a Bakhtin (2003) para compreender melhor os efeitos da organização de um programa discursivo que se observa nas escritas dos arquivos. Devemos considerar que o emprego da língua se efetua em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana e sempre partem de um dado local. Esses enunciados refletem as condições e as finalidades específicas de cada comunidade ou de cada campo do saber. “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, porém dialógico, e cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 261). E, a partir da observação dos variados aspectos do discurso chega-se ao mais importante: o sentido. O seu sentido não é fixo, por vários motivos, como por exemplo, pelo contexto, pela estética, pela ordem do discurso, pela sua forma de construção. Ele pode estar sempre em aberto para a possibilidade de interpretação do seu receptor.

Entretanto, nas condições em que é elaborado, o discurso traz claramente a transmissão de uma mensagem para alcançar um objetivo pré-estabelecido através da interpretação e interpelação do indivíduo alvo. Seria ingênuo pensar que não havia uma organização bem planejada dos recursos empregados no trabalho de evangelização por meio do emprego específico de um discurso, com a finalidade de persuadir. Claro que os intelectuais ali movimentavam-se de acordo com a premência das necessidades. Seja os que chegavam de fora, seja os que já estavam ali. Mas a produção de um discurso coeso, coerente e consistente poderia conscientizar cada vez mais pessoas produzindo um sujeito coletivo de consenso. E o Alvorada continua sendo um importante veículo deste discurso.

Carta Pastoral – *Uma Igreja da Amazônia em conflito como o latifúndio e a marginalização social* (1971). É um documento em que o padre Pedro Casaldáliga faz uma análise histórica e geográfica da região onde ele se encontra, publicado no dia 10 de outubro de

1971. A carta, conhecida no mesmo mês em que foi ordenado bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia, causou certo desconforto até mesmo à Igreja porque foi a primeira vez em que se falou claramente em latifúndio, em trabalho escravo, em pistolagem, na opressão dos mais fracos, dos pobres, dos índios. Após a análise da situação sociogeográfica, Pedro Casaldáliga conclama toda a igreja a sair de sua centralidade conservadora e atuar nos campos de opressão, contra a miséria e a escravidão que assolavam o povo brasileiro. Com o documento, o bispo pretendia mobilizar a Igreja à ação, assumindo o papel de libertadora e ocupando o lugar que ele julga ser de dever de uma igreja cristã.

Missa da terra sem males – “Os cristãos estamos habituados a reconhecer e a celebrar somente os mártires que outros nos fazem. Ignoramos tranqüilamente os muitos mártires que nós fazemos.” (CASALDÁLIGA; COPLAS; TIERRA, 1980), uma obra e uma celebração. Uma obra em que os autores fazem memória dos mártires da América Latina, brancos, negros, índios, todas as nacionalidades, emprestando da mística guarani a ideia de que a terra sem males é a Terra Nova, o Novo Céu que o Pai Deus ajudou dar a seus filhos. A utopia possível, construída pela luta de todos os oprimidos contra os opressores. Ideia que não é nova e mostra bem o índio cristianizado de toda a América Latina. É claramente uma doutrinação em que a responsabilidade e o compromisso são levados ao seu ponto radical de tomada de posição.

Os cristãos primitivos tinham uma consciência mais clara do risco que significava celebrar a Ceia Pascal do Senhor, aquela “memória perigosa”. Para nós — cristãos menos lúcidos ou menos honestos — a Missa tem sido, por tempo demasiado, um sossegado espetáculo litúrgico a que se assiste passivamente e com o qual se cumpre uma prescrição eclesiástica. Por tempo demasiado viemos passando pela Missa como se passa por um coquetel social, sem nos marcar a vida com o Sangue da Aliança, sem abrir mão da nossa segurança egoísta em favor do Reino da Liberdade. Fechados num clima contraditoriamente “católico”, que nega o Ecumenismo e a autêntica Catolicidade, que desconhece, de fato, o valor universal da Encarnação do Filho de Deus e sua Oblação em prol de todos os irmãos dispersos. Neste clima, os índios, evidentemente, não têm nada a fazer numa Missa... (CASALDÁLIGA; COPLAS; TIERRA 1980, p. 14).

As responsabilizações de cada um vão se expressando à medida que a memória dos mártires vai se organizando num discurso que é de todos e todos compreendem, em que a exortação mexe com os brios e com a ideia de sermos todos irmãos. A celebração se faz com cânticos de origem africana, indígena, ritmos populares, muitos instrumentos de percussão, de forma que quem assiste e quem celebra se envolve num ambiente ao mesmo tempo de animação, de alegria, mas também de chamada da própria terra. Retornos às suas raízes.

Atributos que Bakhtin (1987) denomina cultura popular “subterrânea” que é guardar em si o que traz dos ancestrais. A dimensão evocativa dessas linguagens transforma-se num processo de sedução pastoral e realiza o trabalho de evangelização.

Romaria ao Santuário dos Mártires – a decisão de construir o Santuário dos Mártires, Figura 48, uma forma de homenagear as pessoas que morreram em causas de lutas, em contextos de conflitos, por se posicionarem a favor dos irmãos mais necessitados mostra, de alguma forma, a valorização do poder simbólico na persuasão. Foi erguido em Ribeirão Cascalheira no local onde ocorreu a morte do padre João Bosco Penido Burnier, em sua homenagem. Por isso, foi o primeiro dos mártires deste santuário; teve morte violenta quando tomava partido de duas prisioneiras que estavam sendo torturadas na delegacia de Ribeirão Bonito em 1976. O santuário traduz a concretização das formas de simbolismo que envolvem o discurso religioso e a ação cristã na Prelazia. A santidade não está necessariamente no lugar, mas nas ações das pessoas; não está na perfeição humana, mas na humanização do divino quando, por exemplo, um irmão se imola pelas vidas de outros irmãos.

Figura 48 – Santuário dos Mártires



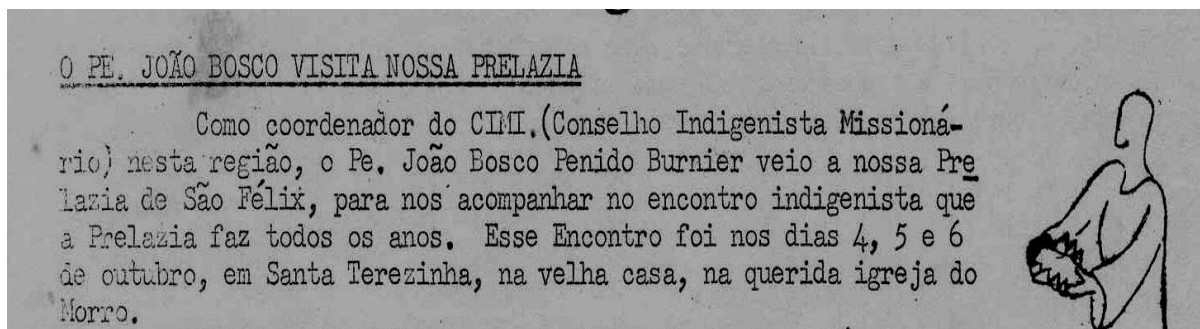
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora Vera Lúcia Paganini.

O relato da morte desse mártir, feito no Alvorada, de novembro/1976, é outro capítulo do que se pode denominar uma *via crucis* de evangelização. O texto tem uma construção

apelativa de grande emoção. Os sentidos não são dados no relato, são produzidos a partir da escolha das palavras que o registram e da imagem evocada no que se lê. Mesmo que seja escrito no informativo, que conserve as características de jornalismo, o texto vai sendo entregue aos leitores, aos poucos, com manchetes carregadas de sentidos cerimoniosos. A sequência cronológica apresentada em etapas alarga a dimensão do sofrimento da vítima, da grandiosidade de se dar a vida em benefício dos irmãos e a aceitação do sacrifício frente às adversidades cotidianas da falta de recursos urgentes para o socorro. Há um sentido de contrição e de exortação. E uma ação evangélica que, pela escolha do discurso, se revela proposital.

A primeira parte da reportagem apresenta o motivo de o Padre João Bosco estar na Prelazia de São Félix do Araguaia (Figura 49). Como coordenador do CIMI, veio para a reunião anual:

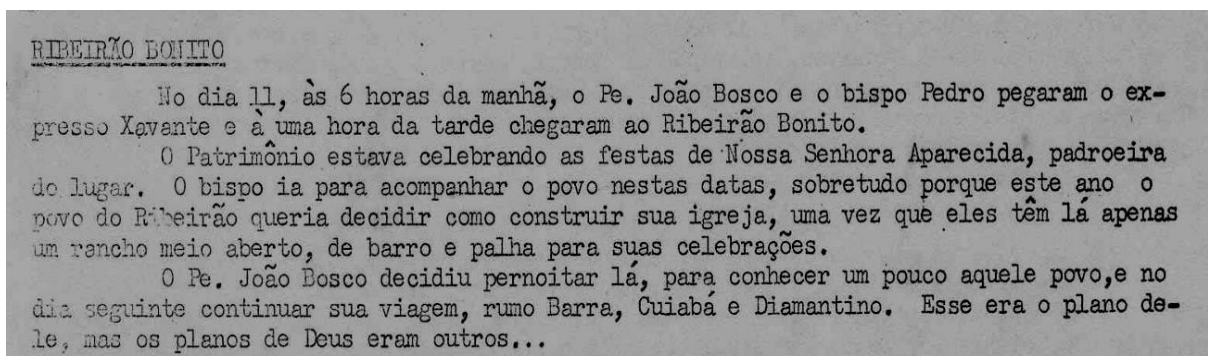
Figura 49 – Visita do padre João Bosco à Prelazia, 1976



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 1. Doc. A16.0.38 P01.12.

No seu retorno, acompanhado do bispo (Figura 50), permaneceram em Cascalheira e Ribeirão Bonito para a festa da padroeira, Nossa Senhora Aparecida:

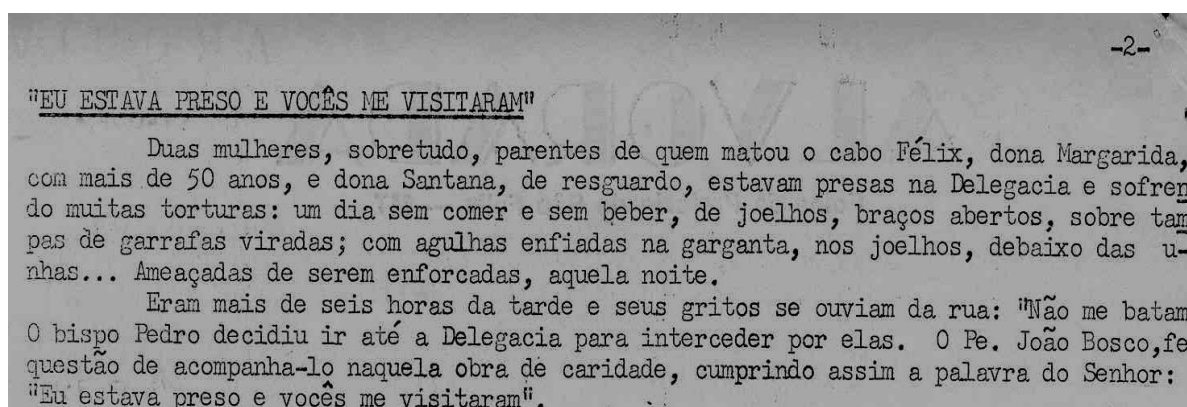
Figura 50 – Visita do padre João Bosco a Cascalheira



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 2. Doc. A16.0.38 P02.12.

É interessante observar como, intercalada à informação, aparece uma frase apelativa de ação da mão de Deus em todas as ações humanas: “Esse era o plano dele, mas os planos de Deus eram outros...”. Como se fosse o anúncio de coisas inesperadas. De destino desconhecido aos homens, mas orquestrado por Deus, com um propósito maior. E foi numa atitude ditada pelo evangelho (Figura 51), de visitar os presos para confortar suas dores é que a tragédia aconteceu.

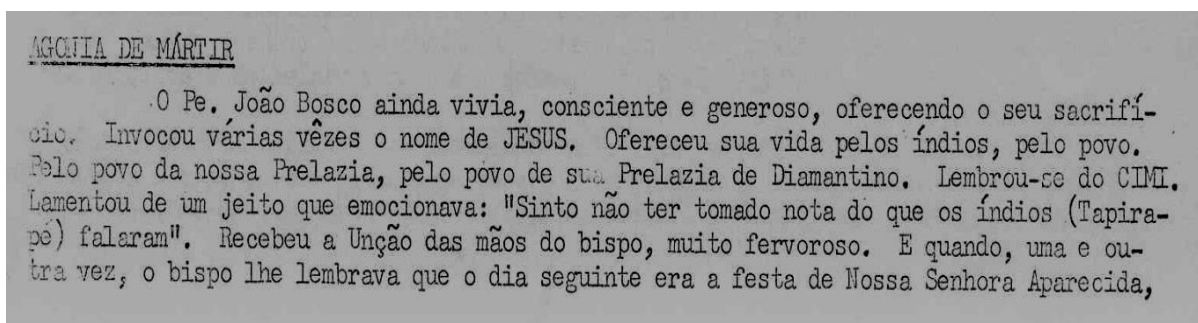
Figura 51 – Visita do Padre João Bosco e Dom Pedro à prisão de Cascalheira



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 2. Doc. A16.0.38 P02.12.

Ao tentarem (padre e bispo) o diálogo para a libertação das duas mulheres, recebem respostas ríspidas e negativas. Quando o padre João Bosco ameaça denunciar o abuso de poder e a tortura a que estavam sendo submetidas as prisioneiras (Figura 52), foi esbofeteado e logo em seguida recebeu um tiro na cabeça:

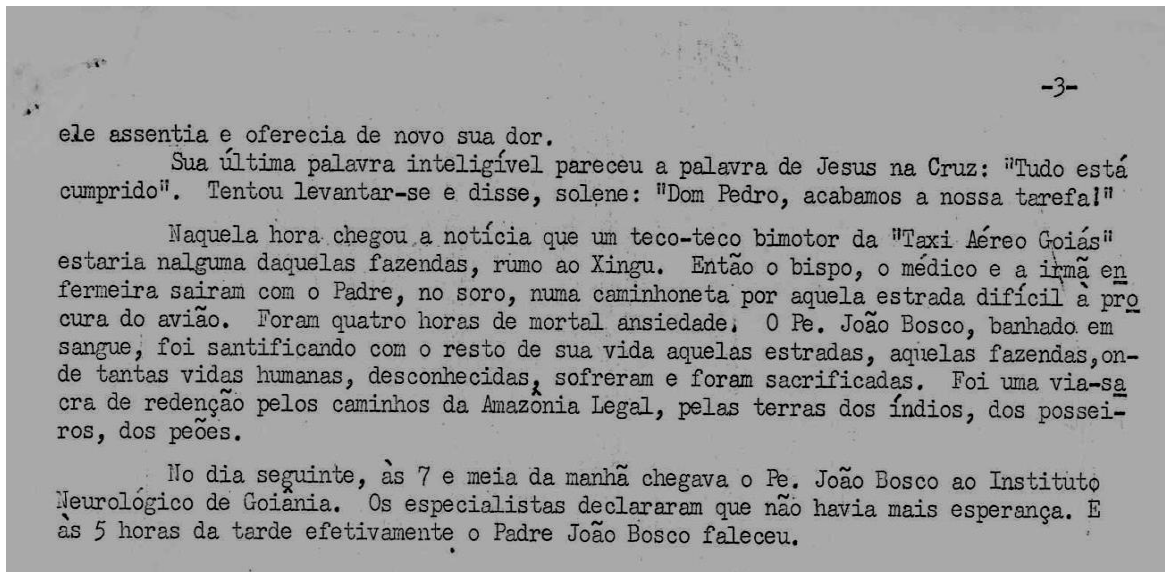
Figura 52 – Policial atira no Padre João Bosco.



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 2. Doc. A16.0.38 P02.12.

A narrativa concorre para que aquele acontecimento tenha uma dimensão maior do que só um assassinato (Figura 53), consumado porque não houve socorro urgente para que a vítima chegasse a um local com aparato médico adequado e fosse atendida a tempo. Também, na fala do povo é a vontade de Deus.

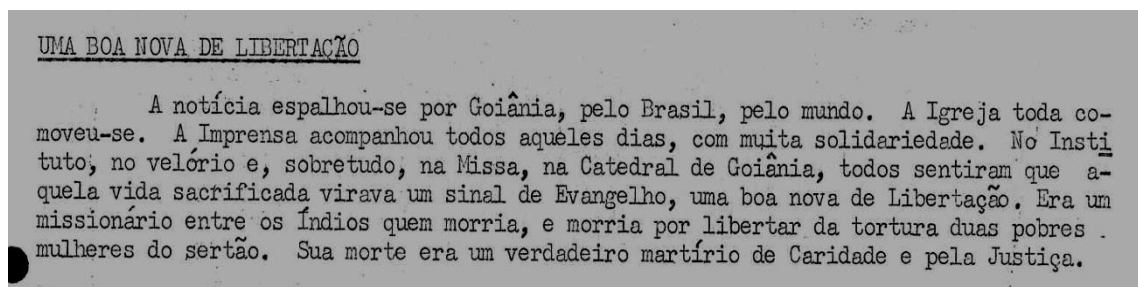
Figura 53 – Agonia do padre João Bosco



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 3, A16.0.38 P03.12.

Há um tom reverente nas palavras do já considerado mártir: “Tudo está cumprido” evocando a frase do evangelho quando narra a morte de Cristo: “Tendo provado o vinagre disse Jesus: ‘Tudo está consumado’. E, inclinando a cabeça entregou o espírito.” (JOÃO, 19. 30 *apud* BÍBLIA SAGRADA, 1982, p. 1297). Bakhtin (2003) afirma que no fenômeno do discurso, o tom é muito importante para o alcance do objetivo de comunicação: “O que importa é o tom [...] que determina a complexa tonalidade da nossa consciência, tonalidade que serve de contexto axiológico-emocional na nossa interpretação” (BAKHTIN, 2003, p. 403). Os leitores do Alvorada que presenciaram o acontecimento com certeza ao se depararem com a narrativa sentem-se compelidos a serem testemunhas e dar testemunho do padre e de Cristo, sentem a responsabilidade que chega a eles pela segunda vez. No momento da tragédia e agora (Figura 54), no compromisso que o próprio texto impõe pela força da construção.

Figura 54 – Morte do padre João Bosco é noticiada

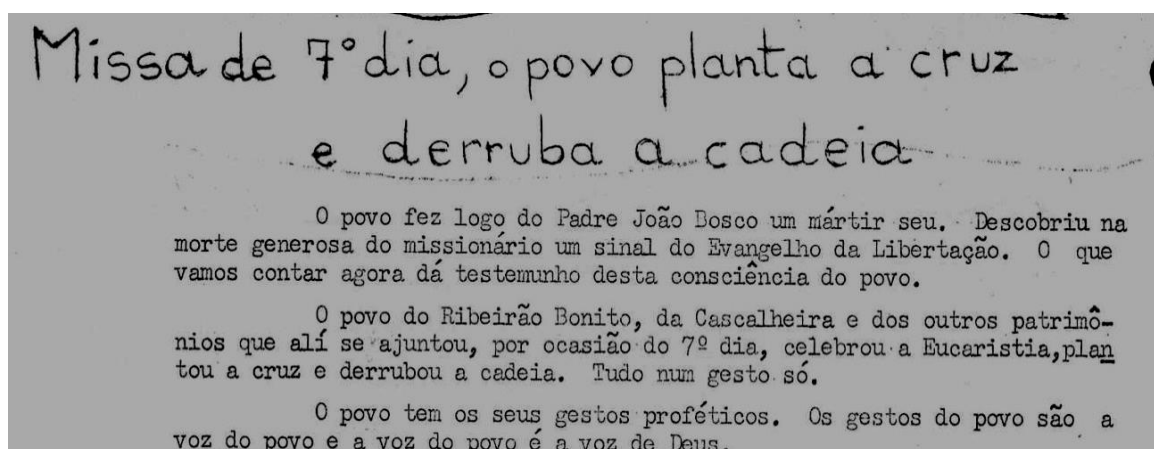


Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 3. Doc. A16.0.38 P03.12.

Como no evangelho, o relato traz na sequência a morte como o sacrifício de um mártir que imediatamente atende o objetivo, a própria imprensa, agora no nível nacional e internacional se encarrega do processo de evangelização libertadora. Conforme o Alvorada era “... um verdadeiro martírio de Caridade e pela Justiça”.

E desta forma nasce a ideia de não deixar esquecida uma morte tão simbólica (Figura 55), confirmando que o objetivo foi alcançado, que o trabalho pastoral de convencimento se realizou, o povo foi para o enfrentamento.

Figura 55 – Simbologia na morte



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, 1976, p. 3. Doc. A16.0.38 P04.12.

Após a missa os fiéis que ali estavam resolveram derrubar a cadeia e fazer daquele um lugar de grande significado para o cristianismo. Disseram que a ideia inicial nem era derrubar. Mas ao chegarem ao local, começaram a se exaltar, sensibilizados pelas palavras ouvidas na Igreja, e depois da primeira pedra ninguém conseguiu parar até botarem a construção no chão. Bakhtin (2003) enfatiza na sua teoria sobre a construção dos discursos que os procedimentos discursivos possibilitam ao enunciador produzir efeitos de sentido que permitem fazer o ouvinte crer naquilo que foi dito; a forma como a palavra é dita possibilita ao sujeito analisar o modo de funcionamento real da argumentatividade, ou seja, o dialogismo presente na argumentação. O envolvimento em que se encontra o sujeito leva-o a agir.

Não havia ninguém no prédio. Possivelmente exortados pelas palavras da segunda leitura da missa, conforme o Alvorada (Figura 56), uma “Carta da comunidade de Ribeirão Bonito, Cascalheira e redondezas aos cristãos” resolveram entrar em ação. O poder persuasivo do discurso tem efeito na vontade coletiva e cria um clima surreal de realização da justiça divina pelo instrumento da ação terrena:

Figura 56 – “Carta da comunidade de Ribeirão Bonito, Cascas e arredores aos cristãos”

“Paixão e morte do Padre João”

Irmãos, aqui no nosso lugar a Paixão e Morte de Cristo se fez presente e se renovou no Padre João. Ele foi covardemente assassinado pela Polícia. Esta Polícia que representa e defende os fortes e poderosos.

Como também aconteceu a Jesus Cristo, Padre João morreu porque defendia a verdade, a justiça e a liberdade.

Era um espinho nos pés dos poderosos e opressores. Por isso acharam jeito de fazê-lo calar: o assassinaram.

Como dizia Lourenço, índio bororo, na época em que assassinaram o Pe. Rodolfo, em Meruri: “AS ARMAS SÃO O ARGUMENTO DOS COVARDES”.

Esta morte não é isolada. Noutras partes do Brasil, bispos, padres, políticos, estudantes, operários e lavradores são presos, torturados e mortos pela mesma Causa: a causa da Justiça, a causa do Povo.

Mas a morte não é o fim. A morte é passagem para a Vida. E essa morte nos faz acordar. Abre-nos os olhos para ver o que se passa em nossa volta. Assustados vemos que a opressão continua em nossos ombros. O povo continua apanhando. O povo continua sem direitos. O povo continua na escravidão.

Irmãos, as últimas palavras do Pe. João foram: “Estou oferecendo a dor que sinto agora pelo povo desta Prelazia e pelo meu povo da Prelazia de Diamantino”. Ele deu seu sangue por nós. Temos um compromisso. Um compromisso com a nossa Libertação.

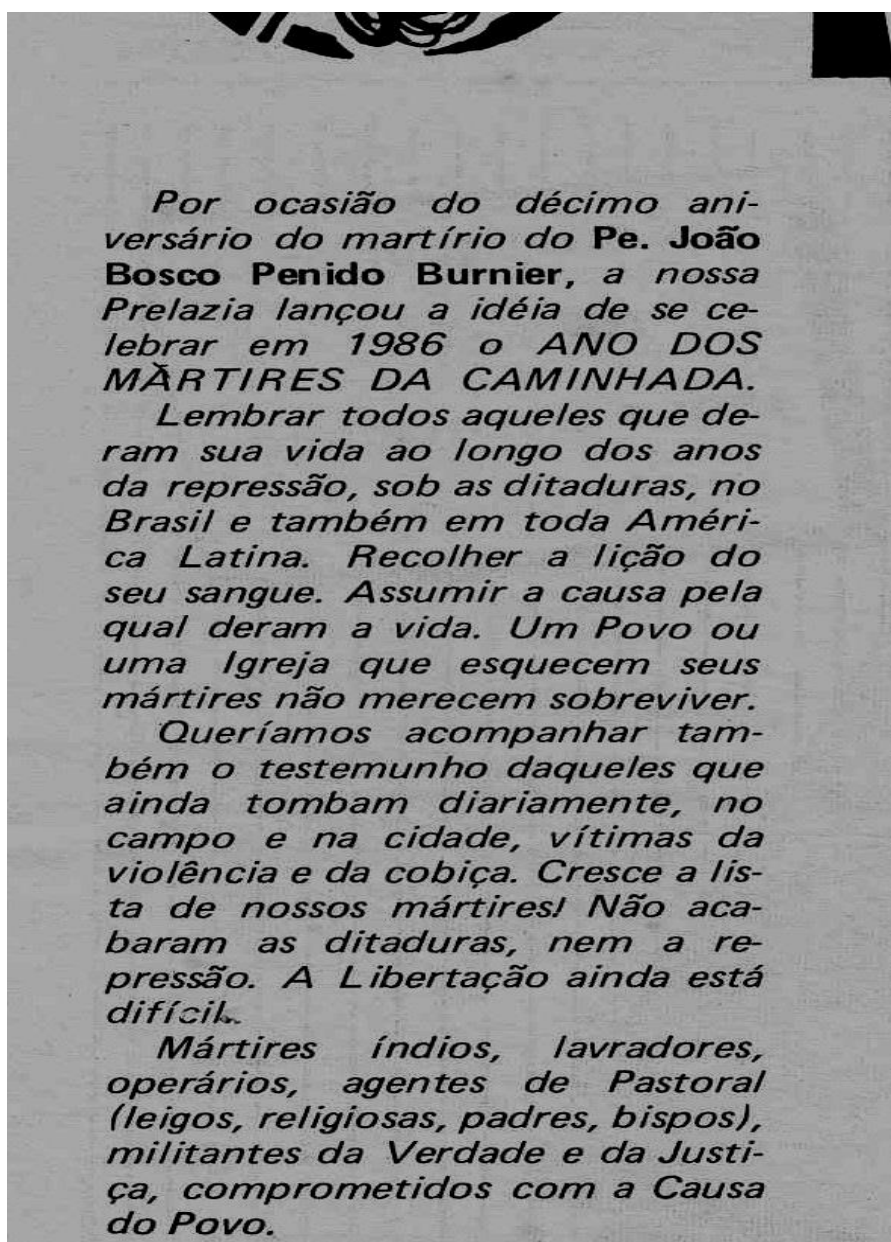
É preciso exigir Liberdade! É preciso se unir para se defender! Juntos caçar os meios de progredir, encontrar o melhor jeito de se organizar. É preciso ter fé e acreditar que todos somos gente, todos somos iguais. É preciso não ter medo diante da força dos grandes. Nós somos fortes. O Povo unido tem Deus consigo!”

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, novembro, 1976, p. 5. Doc. A16.0.38 P05.12.

O título “Paixão e morte do Padre João” dá ênfase à ideia de que o objetivo era sensibilizar e convencer. É a mesma chamada da Bíblia “Paixão e morte de Cristo” (MATEUS, 26 apud BÍBLIA SAGRADA, 1982, p. 1207) que anuncia o momento no Evangelho em que será iniciado o relato do maior sacrifício humano para o cristão na Terra. Certamente ao cristão esta associação de ideias e o jogo de palavras quase que inconscientemente convoca-o à responsabilidade de fazer com que o sacrifício não seja em vão.

A Romaria – no décimo ano da morte do padre João Bosco, a Prelazia instituiu como Ano dos Mártires da Caminhada, com o objetivo de não deixar esquecido o seu ato de coragem e, principalmente, de convocar cada um a assumir a coragem de buscar seus direitos, sua liberdade e de valorizar a vida, como podemos ver na Figura 57:

Figura 57 – Primeira Romaria dos Mártires



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, janeiro/fevereiro, 1986, p. 02. Doc. A16.5.01 P2.8.

O número do Alvorada de setembro/outubro de 1986 trazia as orientações para a Romaria (Figura 58) em forma de um texto didático, claro e de fácil entendimento como é a linguagem empregada no informativo. A ilustração completa o objetivo eficazmente:

Figura 58 – Orientações para a Romaria



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, setembro/outubro, 1986, p. 14. Doc A16.5.07 P14.18.

Todo o jornal neste número é voltado à Romaria, em edição especial. Não identifica apenas o martírio de João Bosco, mas há matérias que envolvem toda a América Latina, com imagens verbais tocantes e testemunhos dramáticos. E as orientações para a Romaria realçam os pontos que precisam ser eixo da luta e da resistência. Não se fala de homenagem ao homem João Bosco, mas da extensão do seu sacrifício e da responsabilidade de ser cristão nesta luta (Figura 59), com o lema: “Celebramos para não esquecer.”

Figura 59 – “Celebramos para não esquecer”

# Romaria dos mártires

A Prelazia de São Félix do Araguaia lançou a iniciativa da celebração do ANO DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA por ocasião do 10º aniversário do martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier, assassinado aos 11 de outubro de 1976, em Ribeirão Bonito, MT. E essa iniciativa foi assumida oficialmente pelo CIMI, pela CPT, pela CPO, pelo Conselho Nacional do Clero, pelo VI Encontro Interdiocesano das CEBs e pela Pastoral da Juventude.

A motivação dessa celebração martirial era assim dada, em circular da Prelazia, aos 7 de maio:

“Queremos e devemos recolher o sangue-semente de nossos irmãos, que deram sua vida e dos que ainda continuam a tombar – no campo e na cidade, do Brasil e de toda a América Latina – pela Causa da Libertação... Um povo ou uma Igreja que esquecem seus mártires não merecem sobreviver. Somos herdeiros de Sangue, Povo

de Testemunhas. Queremos assumir comprometidamente essa herança gloriosa”.

Por ser outubro o mês aniversário do martírio do Pe. João Bosco, outubro deveria ser o ponto alto das celebrações do ANO DOS MÁRTIRES.

Mais concretamente, com um TRÍDUO/VIGÍLIA, nos dias 3, 4 e 5, para o qual eram convidadas todas as Comunidades Eclesiais do país e, nos dias 11 e 12, com a grande ROMARIA A RIBEIRÃO BONITO, lugar do martírio do Pe. João Bosco.

### TRÍDUO / VIGÍLIA

Para esse tríduo se sugere meditar e responder comunitariamente estas três perguntas:

1. POR QUE TOMBARAM NOSSOS MÁRTIRES?
2. QUE LIÇÃO NOS DÃO COM SEU MARTÍRIO?
3. QUE COMPROMISSOS DEVEMOS ASSUMIR PARA SERMOS FIEIS AO SEU SANGUE?

Olhando criticamente as raízes da injustiça e da perseguição,

- nas áreas indígenas
- no campo e
- na cidade;

à luz da Palavra de Deus e da vida e escritos dos próprios mártires; para assumirmos, com renovada decisão, as causas pelas quais eles deram sua vida:

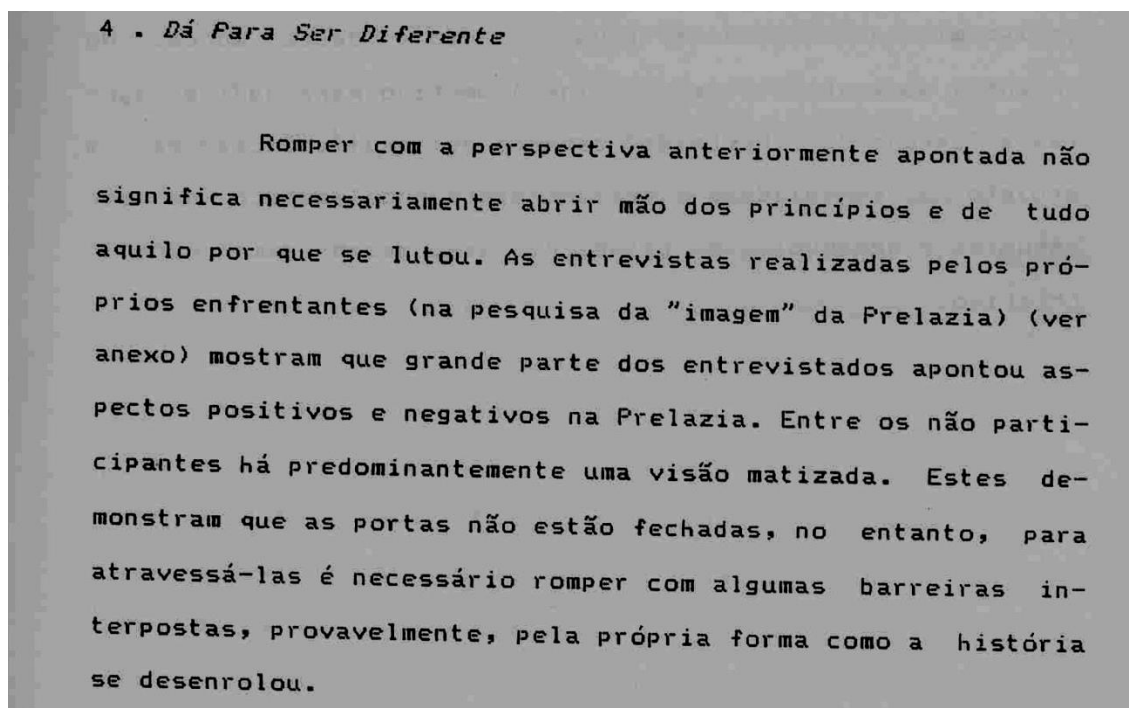
- \* a MORADIA
- \* a TERRA
- \* os DIREITOS HUMANOS
- \* a ORGANIZAÇÃO POPULAR
- \* a LIBERTAÇÃO
- \* o EVANGELHO DE JESUS.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, setembro/outubro, 1986, p. 14. Doc A16.5.07 P14.18.

Na assembleia das comunidades, então, ficou decidido que a Romaria seria de cinco em cinco anos e para cada ano teria um tema especial, dentro do tema maior que é “Profetas do Reino, vidas pelo Reino, vidas pela vida”. Percebemos a escolha cuidadosa dos termos, do vocabulário, com palavras que expressam compromisso, profundidade e apelo à responsabilidade.

Levantamento Pastoral 1990 – é um documento produzido pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), Rio de Janeiro, por encomenda da própria Igreja, para uma avaliação dos vinte anos de atuação da Prelazia e como orientador para novas tomadas de posição. Já foi mencionado muitas vezes neste texto, cujas informações em vários momentos ostentaram as considerações sobre o papel da Prelazia de São Félix do Araguaia frente às suas comunidades, aos enfrentamentos e conflitos, e, principalmente sua postura de evangelização que com o tempo, conforme o documento, acabou tornando-se radical em muitos aspectos. O balanço que é feito leva a ponderações sobre as cobranças fortes de postura dos fiéis para serem considerados cristãos e questiona sobre um possível radicalismo (Figura 60), mas traz sugestões:

Figura 60 – Ponderações e sugestões de mudança



Fonte: Levantamento Pastoral, 1990, p. 15. Doc. A44.0.01 P019.178.

A religiosidade é uma das mais antigas manifestações do homem. E as religiões são a sua forma de concretização. Sempre, de alguma forma, o homem tem procurado unir os

preceitos religiosos à razão para explicar a própria vida e criar esperança para enfrentamento dos problemas cotidianos; porém, em alguns momentos, como acontece também em outras áreas, pode trazer excessos não só no âmbito pessoal mas para a sociedade como um todo.

Quando as crenças passam a ser tão importantes para a sobrevivência quanto a razão, uma vez que são os pilares que nos sustentam, o vigor da paixão pode se insurgir contra qualquer questionamento que o ameace. A defesa da crença despreza aqueles que dela não compartilham. A negação do fanatismo pode tornar-se um fanatismo inverso e uma alienação, na importância social da religião, na sua capacidade de aglutinar. O que se explica porque a religião serve de conforto e esperança nos momentos de vulnerabilidade dos que nela acreditam. Assim, não seria fora de propósito dizer, pela análise que o *Levantamento Pastoral* faz da conformação “hierárquica” da Prelazia e a visão dos católicos que não estavam diretamente ligados aos círculos de trabalho, que o compromisso com o Programa Pastoral e a cobrança de responsabilidade aos fiéis estaria provocando uma espécie de fanatismo em movimento inverso.

Observando os documentos habituais em que se apoiam os formadores e evangelizadores, e as orientações, uma informação, um panfleto com chamadas ou avisos que expressam a cultura de informar/formar, percebemos a coerência do discurso persuasivo. Há ainda uma variedade de fascículos e/ou libretos para uso cotidiano nas reuniões de equipes e em outros encontros. Dentre eles, exemplificamos um de formação política que chama a atenção já pelo título: *Vergonha na cara e amor no coração*; uma coleção usada desde os primeiros anos onde são respondidas perguntas que dão título aos livretos: *O que é missa? O que é batismo? O que é igreja? O que é fé?* são alguns deles. Esses manuais eram discutidos nas reuniões das assembleias e os coordenadores recebiam formação antes para trabalharem com os grupos nas comunidades.

Uma visão de mundo sempre traduz uma cultura capaz de expressar as necessidades de força social como corrente política ou religiosa portadora de interesses reais. Mas para se formar uma visão de mundo e uma força social, o sujeito precisa apresentar o discernimento que o torna conhecedor das questões do mundo à sua volta. Nesse sentido, é necessário que consiga compreender a sabedoria popular que aprende no seio da família, mas precisa, principalmente, adentrar-se ao mundo da leitura e da escrita. Sem esse requisito, muito do conhecimento constituído fica-lhe negado. É claro que ao ingressar no mundo letrado precisa de um mentor, de um orientador que o encaminhe. E quando faz essa opção está também aceitando as orientações ideológicas que virão da parte da pessoa ou do grupo orientador.

Ao ingressar no universo de conhecimentos trazidos para as comunidades da Prelazia pela equipe pastoral e os recursos didáticos, pedagógicos ou pastorais oferecidos pela Igreja Católica, os sujeitos que ali se constituíram assinaram, simbolicamente, um pacto de aceitação das diretrizes dessa Igreja. Pode-se dizer que não tinham saída e nem a outro poder a quem recorrer para se instrumentalizarem no enfrentamento dos conflitos que eram/são reais. Sim, mas isso foi feito da forma e pelas ideologias estabelecidas por uma igreja de libertação. Não quer dizer que seja bom ou ruim seguir esse caminho. Quer dizer que as escolhas que são feitas ao longo da vida são as diretrizes para o percurso em que se vai caminhar. E as contradições surgiam, mas não impediram que o processo de evangelização criasse uma voz de um sujeito coletivo de resistência e denúncia que possibilitou o percurso desta história. Para Gramsci (1999, p. 104),

O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados.

Esse sujeito coletivo deve encarnar e expressar uma vontade coletiva, capaz de realizar a reforma intelectual e moral para concretização de um projeto societário, que supere as relações sociais capitalistas. Para essa tarefa, os intelectuais assumem papel fundamental na elaboração de uma nova concepção de mundo. Nesse sentido, pode ser o partido político, que não se reduz ao parlamento, mas que deve realizar uma mediação político-universal, que os sindicatos e organizações sociais não conseguem alcançar. E a concepção de homem é a de bloco histórico, isto é:

[...] um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais, com os quais os indivíduos estão em relação ativa. Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa fortalecer a si mesmo, desenvolver a si mesmo. (GRAMSCI, 1999, p. 406).

As estratégias de formação na Prelazia, se não atingiram a totalidade do povo é porque as relações pessoais e sociais são dinâmicas e a constituição do território se configura a cada transformação. Mas é notória a mudança de comportamentos dos sujeitos no percurso. Isso teria ocorrido pela intelectualização desses sujeitos? Pode-se afirmar que do sujeito coletivo

emergem intelectuais, agentes de modificações nas suas comunidades? Acreditamos que sim. Consideremos a formação do intelectual.

Percebe-se uma organização planejada que vai se aprimorando na produção de material pastoral e também no direcionamento da educação, como mostra a Figura 61. Pensada desta forma, a igreja da Prelazia de São Félix do Araguaia se revela, no seu processo de evangelização, um apoio à formação de intelectuais.

Figura 61 – Reportagem da revista Nova Escola sobre o Inajá

ARQUIVO  
R D. III - 37

**NOVA**  
**Escola**

Alunos fazem aparelhos de física na classe

Para professores do 1.º Grau - ano IV - n.º 32 - agosto 1989 - NCz\$ 2,20

EXEMPLAR DO ASSINANTE

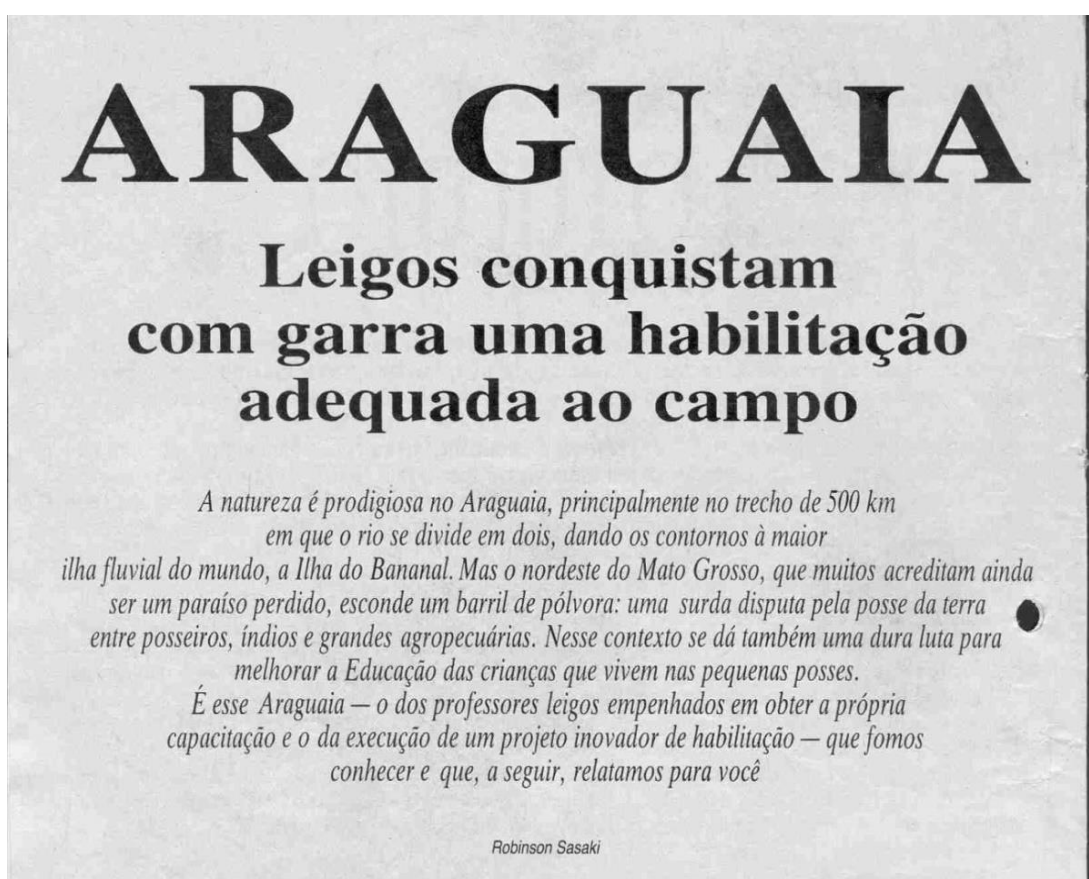
ARAGUAIA

*Leigos conquistam uma nova formação e adaptam o ensino à realidade local*

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Nova Escola, nº 32, agosto, 1989. Doc. D – III – 37.

E as notícias da escola praticada nessa região do Araguaia extrapolaram as fronteiras do Estado; é conhecida em outras localidades por meio de veículos voltados para assuntos de educação. A reportagem da revista, como mostra a Figura 62, tem uma manchete, de certa forma apelativa, sobre a formação de professores pelo projeto Inajá:

Figura 62 – Sobre habilitação de professores



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Nova Escola nº 32, 1989, p.12.

Mas o que dizer de um intelectual? É o sujeito que consegue pensar sobre o ambiente em que vive e, ao refletir sobre os problemas cotidianos, consegue atuar na sua resolução em benefício comum. Bobbio (1997, p. 11) afirma que os intelectuais sempre existiram e que são os detentores do poder ideológico:

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu, em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes, pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (o poder

ideológico é extremamente dependente da natureza do homem como animal falante). Toda sociedade tem os seus detentores do poder ideológico, cuja função muda de sociedade para sociedade, de época para época, cambiantes sendo também as relações, ora de contraposição ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes.

No verbete “intelectuais” do Dicionário Gramsciano (2017), são expostas duas questões fundamentais para a definição do que é um intelectual. A primeira discute a dimensão do intelectual, ligada ao problema de saber se devem ser considerados um grupo autônomo, ou se cada grupo social tem o tipo de intelectual voltado para a sua categoria; e a segunda mostra a questão dos saberes, isto é, discute os limites máximos da aceção de intelectual. Ainda com essa questão de eleger categorias de intelectuais evidencia-se assim que os saberes e a sua utilização estão vinculados ao tipo de atividade que o sujeito exerce. Há uma exigência latente de pertencimento e defesa ideológica de uma intelectualidade empregada em benefício da formação dos sujeitos, conseqüentemente de novos intelectuais que possam perpetuar um trabalho desenvolvido em determinado setor.

Associando o que Bobbio afirmou sobre o seu papel: “[...] ora de contraposição, ora de aliança, que eles mantêm com os demais poderes.” (BOBBIO, 1997, p. 11) ao pensamento de Gramsci sobre o “[...] processo histórico de formação das diversas categorias intelectuais” (*apud* LIGUORI e VOZA, 2017, p. 426), pode-se afirmar que os intelectuais formam um poder dentro da comunidade em que atuam. Seja pela detenção do conhecimento sistematizado, seja pela aplicação ideológica do pensamento às atividades sociais, grosso modo, o intelectual é o ensinante. É aquele que traz um conhecimento e dissemina-o repassando teoricamente aos outros aprendentes, seja pelo exemplo, exercendo as suas atividades, seja pela orientação nos modos de utilizar esse conhecimento.

Em algumas dessas categorias, os intelectuais provêm da base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica onde se organizam em uma ou mais camadas que, em certo sentido, atendem às suas necessidades e os mantêm ligados à sua classe social originária, atuando como seu porta-voz. Esses intelectuais, Gramsci (2001) trata como categoria orgânica, intelectuais orgânicos; e o outro, que ele diz determinarem a aparência de si como grupo independente, que se vincula a um grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros, trata-os de intelectuais tradicionais.

Os dados coletados e discutidos nessa etapa serviram analisados com o suporte teórico de memória e formação revelam a importância de serem adotadas práticas pedagógicas que

tenham como principal fundamento o trabalho com as vivências dos sujeitos acompanhados. Essa técnica de pesquisa revelou uma infinidade de possibilidades para intercâmbios da aprendizagem. É, portanto, fundamental compreender a importância de serem trabalhadas formas discursivas que dialoguem direta ou indiretamente com as vivências de seus atores, contribuindo, assim, para que eles tanto se reconheçam como agentes de suas histórias bem como se posicionem também como criadores, e não somente espectadores, do processo de ensino e aprendizagem.

### 3 EVANGELIZAÇÃO E RESISTÊNCIA: ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS

O objetivo das igrejas ocidentais, de modo geral, em qualquer lugar onde se encontram é a evangelização. As igrejas cristãs sempre estiveram presentes na colonização dos povos das Américas. No Brasil, a igreja católica exerceu sua hegemonia respaldada pela Constituição, no que diz respeito a religião oficial, até 1891<sup>35</sup>. Com a primeira Constituição da República, o Estado se tornou laico, dando, assim, o direito de credo diversificado a todos e a cada um, ou seja, a Constituição é laica e garante livre credo. Mas não impede a influência religiosa. A igreja teve um papel importante na cristianização dos povos das Américas enviando seus religiosos para a catequese durante a colonização e depois. Revelava ao mesmo tempo tanto um deus de caridade acenando com a ideia de paraíso, como um deus implacável que castigava e punia os desobedientes. Todas as Américas foram cristianizadas. Consequência dessa ação, o Brasil tornou-se o maior país católico do mundo.

Durante o século XX essa prática ainda continuou e chegou ao século XX com os mesmos antagonismos e diversificações. Ligados ao movimento Cursilho que, na segunda metade do século XX foi uma das formas de inserir as ideias do Vaticano II nas ações concretas da Igreja, os religiosos vinham impregnados dessas ideias. Talvez isso possa explicar o “conservadorismo” deles ao chegar. Casaldáliga já tivera experiência anterior com o Cursilho, segundo Sautchuk (2018):

Na África, dez anos antes, Pedro foi implantar o programa “Cursilhos da Cristandade”. Na Guiné, que então ainda era colônia espanhola, ele se recusou a formar grupos que não fossem mistos, de brancos e negros. “Ou é café-com-leite, ou nada”, impôs, e foi atendido.

O fragmento acima dá-nos a noção da sua forma de pensar e agir. Tivemos mais informações sobre o assunto com um fragmento de narrativa encontrada na biografia de Padre Tibúrcio, o claretiano que os recebeu na chegada ao Brasil, em Silveira da Costa (2018, p. 55):

---

<sup>35</sup> CONSTITUIÇÃO DE 1891: CAPITULO V - TITULO IV: Dos cidadãos brasileiros. SECÇÃO II - DECLARAÇÃO DE DIREITOS - Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes a liberdade, a segurança individual e a propriedade nos termos seguintes [...] § 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum [...] § 7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official, nem terá relações de dependência, ou alliança com o Governo da União, ou o dos Estados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>

[...] fui comunicado sobre a chegada do padre Pedro Casaldáliga e do irmão Manuel Luzón, vindos da Espanha. Eram os primeiros claretianos que iam inaugurar o posto missionário avançado de S. Félix do Araguaia, no interior do Mato Grosso. [...]. Enquanto os claretianos europeus haviam evoluído e progredido de uma maneira impressionante, os que atuavam no Brasil conservavam e impunham ideias e práticas da Espanha dos tempos anteriores à guerra civil nos anos 30.

E ainda sobre o trabalho de Casaldáliga e sobre a sua forma de agir, possivelmente a explicação na biografia de padre Tibúrcio pode demonstrar melhor os motivos da sua escolha em vir para o Brasil:

Ainda na Europa pude acompanhar os primeiros impactos da atuação brilhante do jovem padre Casaldáliga em promover a renovação interna da Congregação Claretiana. Com o Concílio Vaticano II, o movimento iniciado por ele no teologado de Salamanca adquiriu mais força ainda. (SILVEIRA DA COSTA, 2018, p. 56).

A vinda de Casaldáliga e Luzón e a convivência com os habitantes daquelas terras, mostraram-lhes que precisavam primeiro aprender a sobreviver de acordo com a cultura e os costumes locais, aceitar ou não, mas compreender o seu modo de viver para depois agir, conseguindo assim a sua confiança. Por isso foi um processo de educação por troca de experiências em que repassavam e recebiam aprendizados. Aprenderam, nos modos de Freire (1981, p. 79), que “[n]inguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Dessa forma foi se constituindo o intercâmbio de aprendizados. Mediatizado pelas circunstâncias e pelos acontecimentos do dia a dia.

Nesse processo foram construindo e se reconstruindo como sujeitos em um território de lutas (Figura 63). E a história que se contou e se viveu produziu-se a partir das experiências diárias e delas emergiram sujeitos atravessados por disputas, sucessos, decisões e caminhadas em que a presença da igreja tem um papel importante. Mas onde nem todos comungavam das mesmas ideias ou dos mesmos princípios.

Figura 63 – Presença da igreja antes da Prelazia

Antes que a Prelazia surgisse, a região do médio Araguaia já registrava a presença da religião católica. O catolicismo popular sertanejo predominava. A Igreja oficial se fazia presente através dos missionários que, locomovendo-se pelo Rio Araguaia e pelo Rio das Mortes, tinham na desobriga a principal forma de atendimento religioso. <sup>(1)</sup> Fixos na região como agentes religiosos, encontravam-se apenas as Irmãzinhas de Jesus (Santa Terezinha, 1953) e o Pe. Francisco Jentel (S.Terezinha, 1956). <sup>(2)</sup> Em 1968 o então Pe. Pedro Casaldáliga e outros membros da Congregação Claretiana passam a desenvolver um trabalho mais constante de reconhecimento da região e levantamento da situação geográfica, econômico-social e pastoral. Seria uma espécie de "Projeto Piloto", cujo objetivo era implantar uma Igreja local naquela região.

Fonte: Levantamento Pastoral. Doc. A44.0.01 P041.178. p 37.

O perfil dos formadores, isto é, dos agentes que vieram para a Prelazia e exerceram esse papel na evangelização, comportava, normalmente, como primeira formação a teologia. No caso dos ex-seminaristas e voluntários leigos, algum curso, às vezes incompleto, na universidade. Mas o planejamento do que pretendiam que fosse trabalhado e da forma como seria aplicado era feito em comum com a participação e colaboração de todos (Figura 64). Nos primeiros tempos eram mesmo os padres e as freiras:

Figura 64 – A equipe pastoral

Inicialmente, a Equipe Pastoral é composta de sete sacerdotes, todos estrangeiros (dois franceses diocesanos de Conceição do Araguaia, o bispo e quatro padres espanhóis claretianos. Já existiam três Irmãzinhas de Jesus, que passam agora a viver com os Tapirapé. Esta equipe é ampliada com a chegada de seis religiosas de São José, em 1971. <sup>(4)</sup>

Fonte: Levantamento Pastoral. Arquivo A44.0.01 P041.178, p. 37

A Prelazia criou o sistema de equipes mistas que iam para as localidades e ali permaneciam entre os moradores, convivendo, participando da vida cotidiana e trabalhando com eles na educação e evangelização; trabalhava-se com o que estava ao alcance. E a equipe participava, junto com todos do que houvesse.

Eu cheguei em Santa Terezinha, daí uma semana eclodiu o conflito armado lá, em 03 de março de (1973). Em Santa Terezinha. Daí foi um “pega pra capar” danado. Como é que nós fazemos, corremos pro mato e escondemos junto com o povo ou ficamos aqui na cidade? E, naturalmente, a gente achou que, bom, a gente tava chegando na cidade, né? Não tinha motivo pra fugir, esconder e tal, né? Mas mesmo assim, a partir desse momento a gente já começou a ser acompanhado, vigiado. (Tadeu, 12/09/2017).

Esse grupo de pessoas tinha formação diversificada, em campos diferentes do conhecimento, como exemplifica Tadeu Escame; com a sua experiência de trabalho, vinham como voluntários, alguns ex-seminaristas em conflito com determinadas decisões das suas Ordens na Igreja:

[...] vim convidado pelo bispo Pedro Casaldáliga para compor a equipe de agentes pastorais. Mas quem bastante me incentivou que viesse foi o Canuto. A gente formou um grupo em Campinas e tal [...] daí a gente ficou, nós recebemos uma visita do Pedro, enquanto a gente estava no seminário e meio que nasceu um compromisso desse grupo em apoio ao que eles chamavam na época de missão. Não havia prelazia ainda, né? Depois logo em 70 foi criada a Prelazia, e ficou sempre esse compromisso do grupo em vir pra cá. Eu na época era bancário e tava fazendo segundo semestre de Psicologia. Ainda tava no básico da Psicologia. Daí eu tranquei e vim. (Tadeu, 12/09/2017).

Os componentes das equipes, no início, eram essas pessoas vindas de fora. Como está dito, grande parte era de leigos e vinham principalmente de São Paulo. Eles colocavam os conhecimentos a serviço do trabalho para o qual foram chamados. Havia os padres, as religiosas, e os leigos que foram se formando na medida das necessidades. A religiosa Bia (Beatriz Kruch),<sup>36</sup> participando da roda de conversa de 2016, explicou que além de religiosa é enfermeira e quando chegou a Ribeirão Cascalheira em 1974, ministrou um curso básico de saúde “pelo método Paulo Freire” ensinando noções de saúde e prevenção às doenças mais comuns principalmente por parasitas.

Mas quando iam para os atendimentos muitas vezes as pessoas falavam que queriam aprender ser “sindicato”: “Primeiro trabalhamos nas organizações sindicais. As pessoas diziam que primeiro a terra, depois as outras coisas (se tivessem terra e dinheiro, poderiam pagar o médico e ter saúde)” (Bia, 16/07/2016). Assim vamos compreendendo como é que o processo

---

<sup>36</sup> Irmã Beatriz Kruch que junto com a irmã Madalena Hausser foram processadas no mesmo processo que envolveu Lourdes Lúcia Góí e o padre Josimo Moraes Tavares (morto por pistoleiros no norte de Goiás, hoje Tocantins), movido por fazendeiros com a alegação de que incitavam os camponeses contra os patrões. Relatado na obra de Mário Aldighieri: *Josimo, a terra, a vida* (1993).

de formação dos sujeitos vai se compondo e delinea-se aos poucos o perfil dos formadores que, a cada troca de experiência, a cada posicionamento e no convívio que se estabelece dentro dos confortos e desconfortos da convivência reorganizam os seus objetivos:

[...] no bojo do Vaticano II, surgiu a ideia de que deveriam ser implementadas as propostas de modificação dentro da igreja, e a gente se reuniu para debater isso, em função disso nós nos reunimos com os provinciais, diretores e tal da congregação. Nós éramos claretianos, né? Daí a direção dos claretianos achou que aquilo era muito precipitado. Que nós estávamos exagerando e tal, em função disso eles não concordaram com a nossa proposta de haver um trabalho mais liberado, sem tanta regrinha amarrada, mas com compromisso, né? E, daí, preferiram que a gente se convidasse a sair, senão ia contaminar mais gente. (Tadeu, 12/09/2017)

Não se pode dizer que havia ali um projeto apoiado pela igreja no seu âmbito geral. Essas estruturas foram se modificando conforme as necessidades, e, na década de 1980, quando a Prelazia apoiou um partido político que defendia questões sociais, quatro cidades da região tiveram em suas prefeituras, prefeitos com uma visão socialista e ideias de esquerda. Muitos que já trabalhavam na Prelazia e outros que vieram principalmente de Belo Horizonte eram trazidos pelas prefeituras, para escolas, postos de saúde e ingressavam no trabalho das pastorais e de evangelização. Mas havia uma ala da igreja que condenava esta situação. Sem dúvida formou-se uma rede de intelectuais nas equipes dos que foram como missionários, colaboradores e, à vezes até curiosos, como foi, por exemplo, o caso da professora Águeda Borges, que relata em entrevista a sua vinda para a Prelazia: foi decidida na mesa de jantar da casa de um tio, quando a esposa do prefeito Diá, de Cascalheira, (que era médica), em viagem a Belo Horizonte, conversava sobre a ida de algumas pessoas na área da saúde para trabalharem com a medicina popular no município. A médica comentou que faltavam também professores. Águeda tinha acabado de passar no vestibular para Economia em Brasília:

[...] gente, será que eu não posso ir? Eles riram, mas eu disse, não, tô falando sério! Aí ela falou assim: Olha, tem uma agente de pastoral, mas que também é professora, e que agora vai pra prefeitura, a Lucinha, e ela tá aqui justamente acertando com professores. Eu falei assim, não então eu vou topa, sim, fazer uma experiência de um ano. Eu vou topa de ir. Fui atrás da Lucinha. [...] tinha um grupo que era daqui, o Juarez que também era agente de pastoral [...] foi treze dias e daí, vim. Minha mãe achou um absurdo essa coisa de vir pro Mato Grosso, pro meio dos índios, né? E eu com uma curiosidade incrível. Imagine. Gastei quatro dias de Belo Horizonte a Cascalheira. (Águeda, 08/09/2017).

A escolha da professora Águeda, jovem de vinte anos, num momento em que no País fervilhavam conflitos ideológicos, mostra-nos a disposição da juventude para as aventuras, mas é um indicativo também da disponibilidade e a vontade sendo usadas em benefício de causas. O agir intelectual fortalecido pelo sentir-se útil e participante da história.

O conceito de intelectual de Gramsci (2001) é observado aqui como aporte teórico para compreender o papel dos sujeitos que se formaram nesse espaço social de relações conflituosas onde dois conceitos essenciais se elevavam como pilares de um projeto contra-hegemônico que se concretizou nos anos 1980: política e educação. Sobre as duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional, Gramsci (2001) explica que não são teorizações, mas descrição de ações concretas sobre comportamentos de sujeitos no âmbito social. O intelectual orgânico é aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe. O intelectual tradicional é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros.

Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: (orgânicos e tradicionais) [...] Pode-se observar que os intelectuais “orgânicos” que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo são, na maioria dos casos, “especializações” de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. [...] Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. (GRAMSCI, 2001, p. 15-17).

Refletimos aqui sobre jovens, em sua maioria universitários, que se deslocam até a região em busca de algo. O que seria? Contribuir com assistência social? Intervir na realidade para transformá-la? Enfrentar os desafios da pobreza? Sem dúvida poderíamos classificá-los como intelectuais na linha dos tradicionais dada a sua autonomia, qualificação e independência do grupo social dominante. Mas passam a desempenhar o papel de orgânicos quando se organizam e organizam os camponeses com quem trabalham para enfrentar os conflitos.

Gramsci (2001) citou como exemplos de grupos sociais, instituições e corporações que geram intelectuais tradicionais: a igreja, cujos membros são os clérigos; as forças de segurança, cujos membros são os militares; as instituições de ensino cujos membros são professores, entre

outros. Destaca que a luta do proletariado contra as classes dominantes burguesas se trava em dois campos fundamentais: no da ação prática e no campo ideológico. Os intelectuais de modo geral desempenham funções no campo ideológico.

Assim, o conceito de intelectual desenvolvido por Gramsci (2001) leva-nos a afirmar que nas condições de conflito em que se encontravam e o modo como reagiram às situações de posse e de permanência na terra, à falta de atendimento adequado à saúde, às situações-limite que vivenciaram, os moradores dos patrimônios, posses e aldeias, assim como os que chegavam para trabalhar na Prelazia, iam se moldando intelectuais da sua própria condição. Isso significa que especialmente nos momentos mais sérios de conflito, o processo de fortalecimento da evangelização (e aqui falamos da atuação dos agentes pastorais em todos os setores do conjunto: educacional, sindical, cultural, político) apoiado pela Prelazia interferiu decisivamente na sua forma de pensar, viver e agir e propiciou condições para o surgimento de intelectuais orgânicos que modificaram o meio e interferiram no processo político e social daquele território. Não há como distinguir na formação qual das ações teve mais peso ou maior importância. A não ser a aprendizagem da leitura e da escrita.

Como “povo da Prelazia”, os agentes pastorais representavam o elemento unificador que poderia realizar a função conectivo organizativa entre as massas e o projeto contra-hegemônico de cunho socialista que se pretendia estabelecer. Esses agentes estão habilitados a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe em que estão inseridos. Nesse sentido representam uma ameaça ao projeto hegemônico em curso porque representam, em última análise, a igreja contra o estado, isto é, se os latifundiários representavam o poder econômico apoiado pelo governo, as classes subalternas, posseiros, peões, índios e populações urbanas representavam o povo subjugado que buscava apoio na igreja.

Mesmo que as realidades sejam diferentes e em tempos históricos diversos, é interessante fazer uma aproximação de motivações que se assemelham nas suas expectativas e realizações (GRAMSCI, 2001, p. 159):

§ 104. História dos intelectuais. Luta entre Estado e Igreja. Esta luta teve caráter diverso nos diversos períodos históricos. Na fase moderna, é luta pela hegemonia na educação popular; pelo menos, é este o traço mais característico, ao qual todos os outros se subordinam. Portanto, é luta entre duas categorias de intelectuais, luta para subordinar o clero, como típica categoria de intelectuais, às diretivas do Estado, isto é, da classe dominante (liberdade de ensino — organizações juvenis — organizações femininas — organizações profissionais).

Nesse tópico Gramsci (2001) analisa uma particularidade italiana, mas sua análise é adequada à realidade brasileira, considerando que o Brasil sofreu um processo de revolução passiva, em certo sentido com semelhanças, entre Estado e parte da Igreja. Mesmo que a voz da igreja do noroeste de Mato Grosso não seja a voz geral e unificada da Igreja Católica no Brasil, naqueles tempos de contradições entre ala conservadora e ala progressista, essa voz se revela como a categoria intelectual que luta pela “hegemonia na educação popular”, isto é, pela formação das classes populares a fim de que pudessem compreender amplamente as “diretivas do Estado” e saber fazer frente a elas quando se comportassem como dominantes e não como dirigentes.

O papel dos intelectuais está diretamente ligado à educação e à escola, objeto de preocupação gramsciana, por ser, segundo o autor, um aparelho privado de hegemonia, ao lado de outras formas organizativas da sociedade civil. E, na perspectiva da formação humana para a emancipação, também a escola deve ser o espaço de desenvolvimento ideológico contra-hegemônico. A hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras.

Para a realização da hegemonia, a classe dominante recorre a instituições privadas, dentre elas a escola, uma vez que este exercício permite a dominação das consciências que propicia um momento indispensável para se estabelecer uma relação de dominação. No entanto, também abre a possibilidade de a classe oprimida criar e consolidar uma contra-hegemonia, uma vez que a sociedade civil é o lugar da circulação livre das ideias. A formação do consenso para a transformação da ordem vigente depende da capacidade das classes subalternas de se converterem em força política efetiva, forjando uma unidade de objetivos que resulte na coordenação de iniciativas e princípios ideológicos.

Gramsci (2001) afirmou, ainda, que todos precisam ter acesso à cultura dominante, porque a cultura socialmente construída é para todos. Trata-se de dar acesso ao que foi socialmente produzido, àquilo que é coletivo, de modo que todos possam, por meio do conhecimento, ter condições de serem dirigentes. O que supõe uma pedagogia política que implica no direito ao saber, ou na necessidade de se apropriar de um saber que foi produzido culturalmente.

O saber supõe responsabilidades. Consideramos as contribuições gramscianas pertinentes à situação porque o seu objeto, processos hegemônicos e ação de determinados sujeitos no território em que estão inseridos, são pontos relevantes de discussão na pesquisa. Ademais a sua teoria sobre os intelectuais repercute no campo da educação. Para ele, a cultura

é instrumento da práxis sociopolítica como via de construção de outra ordem hegemônica. A educação se faz no campo das ideias como forma de pensar e agir que possa dar direção a essa ordem. Nesse caso, a escola é importante para dar direcionamento e formação social.

A ideia de formação dos camponeses analfabetos da região conscientizando-os sobre questões políticas e sociais de um capitalismo desenvolvimentista, como posseiros, peões e índios, passava pela necessidade de instrumentalizá-los para que fosse possível a criação de um bloco de defesa consistente contra perigos reais e cotidianos. Certamente é também um dos motivos para que a formação na leitura e escrita tenha sido idealizada concomitante à ação pastoral. Estavam imbricados; com a construção do Ginásio Estadual do Araguaia (GEA), os jovens que chegavam de fora para trabalharem como agentes pastorais, ocupavam o lugar de professores, de acordo com a sua formação ou com a disposição para o trabalho:

Então chamaram jovens brasileiros para lecionar, e aí é que veio uma turma de ex-seminaristas claretianos. Veio o Elmo, o Hélio e Vaine, e eu vim também porque eu era muito ligada com essa turma de seminaristas lá em Campinas e eles me convidaram, e eu vim. Aí esse trabalho no ginásio foi muito bom, né? Ele foi considerado o melhor ginásio da região; até hoje as pessoas lembram disso, e durou três anos, porque foi de 70 a 73, aí houve uma repressão forte da ditadura, né? E a primeira coisa que eles fizeram foi fechar o colégio, né? Que justamente estava dando uma educação muito boa, né? Assim, esclarecedora, crítica, na linha do Paulo Freire, então incomodou, incomodou demais! (Eunice, 01/04/2016).

Com o apoio da igreja, o ginásio na cidade de São Félix do Araguaia garantia que quem terminasse os estudos nas escolinhas municipais pudesse continuar estudando sem ter que sair para outros lugares. Também era uma opção para muitos adultos que tinham “só até a quarta série” e sentiam a necessidade de continuar os estudos. Era um ginásio estadual, mas tinha o apoio forte e consistente da Prelazia de São Félix do Araguaia, inclusive com a indicação desses professores que foram sendo contratados pelo Estado do Mato Grosso para lecionarem no GEA:

Quem lecionava no Ginásio era a Tia Irene e os agentes de pastorais. [...]. Aí, tinha uma parte do contrato do Estado e eles ganhavam um salário mínimo da Prelazia por serem agentes pastorais. Viviam em equipes mistas, né, então o salário deles era colocado no caixa público também. (Zecão, 01/09/2017).

É papel do estado racionalizar, atuar, criar condições de modos de vida. Assim, a escola tem duas funções: de superação e de conservação das estruturas capitalistas. E a estrutura organizativa da sociedade civil assegura essa estrutura de poder do estado. No caso do GEA, o estado, embora fosse o responsável pela educação, conseqüentemente pelo ginásio ali, não se

encontrava no núcleo do cenário, assim, a escola era influenciada pela atuação da igreja. Considerando o que já discutimos sobre o tipo de educação ministrada pelos agentes pastorais desde o trabalho com a educação popular, é possível afirmar que um processo de formação para a liberdade se reproduzia ali. O gerenciamento era dos órgãos estaduais, mas os professores eram os agentes que vieram para evangelizar. Como todos os setores de trabalho na Prelazia se inter-relacionavam, as palavras de Santos (2014, p. 35) fortalecem a ideia de que há sim um aparelhamento da escola para formação de um sujeito de resistência:

A escola, aqui referida, exerceu também o papel de reprodução social, no entanto, recriando espaços de debate e reflexão que favoreciam a comunidade afetada pela força do poder político e econômico, a escola viabilizou a superação, ou seja, a redescoberta dos seus valores culturais negados historicamente e da busca concreta pela autonomia. Com isso, é possível afirmar a importância dos professores como intelectuais que buscaram influir nos processos que potencializavam a consciência crítica junto à classe camponesa, suscitando novas lideranças e novos intelectuais orgânicos. Daí a importância que dedico nesta pesquisa ao Ginásio Estadual Araguaia – GEA, nascido em São Félix no ano de 1970, que pode ser considerado, do ponto de vista pedagógico, a melhor escola que o Estado de Mato Grosso teve naquele momento histórico (1970 a 1973) e que, por sua qualidade de ensino e inserção na vida e na transformação dos estudantes e dos povoados da região, não pôde sobreviver mais que três anos num cenário de articulação militarista. Verdadeiramente uma experiência revolucionária!

A questão da escola, pelo processo de educação que está colocado no projeto hegemônico das classes dominantes, não ensina apenas conteúdos, porque ela é transversalizada por todas as outras instituições no repasse de valores, comportamentos, atitudes e a ela cabe cada vez mais estas atribuições de formar o indivíduo para a sociedade. O que é ensinado e a linha de pensamento que conduz seus aprendizes depende muito da linha de pensamento de quem conduz a escola.

Na Prelazia de São Félix do Araguaia, nos primeiros tempos, com as Campanhas Missionárias e com a construção do Ginásio Estadual do Araguaia (GEA), o trabalho era com a alfabetização de adultos e a escolarização em geral nas suas séries iniciais (o primário). Os agentes pastorais lecionavam no ginásio e os alunos passaram a ser professores na “escolinha”: “[...] A gente lecionava de dia, primeira, segunda, terceira, quarta série e de noite nós estudava no ginásio” (Erotildes, 13/09/2017). Percebemos que foi se criando uma rede de formação, cujas bases se assentam na troca de aprendizados nas experiências práticas, que possibilitam a fixação do sujeito à própria terra e valorização à sua comunidade.

Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente “escolares”, através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, “amadurecendo” e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. (GRAMSCI, 2001, p. 399).

Assim também, Gramsci (2004, p. 434) nos orientou o pensamento para os recursos dessa formação como um direcionamento ao trabalho do intelectual na sua função de “organizador dos aspectos práticos da cultura” e formação de um sujeito histórico. Conforme a professora Eunice Dias de Paula que estava entre os primeiros que chegaram para trabalhar na região, a preocupação era tão grande que ao invés de uma igreja, providenciaram a construção do ginásio:

Então, o trabalho de educação na região começa com o Pedro. Ele e a equipe de padres que vieram com ele perceberam que a região era de uma precariedade assim, imensa, né? Quando eu cheguei lá em 70 inda a gente viu a escolinha que tinha, era só da dona Tonica, né? Que era uma senhora que dava aula, ainda com a palmatória, mas dava aula de boa vontade numa área da casa dela, né? Então eles pensaram, né? Como fazer um trabalho de evangelização se o pessoal, a maioria do povo analfabeta, né, uma situação assim muito triste mesmo. Então eles decidiram. E aí é uma situação assim muito interessante, né, quer dizer, eles não fizeram uma igreja nova, nem nada, eles fizeram um colégio. (Eunice, 01/04/2016).

Há processos que são estruturantes da sociedade. A escola é um deles nos segmentos da sociedade. É no espaço da escola que se criam condições de contradições como modos de lidar com os valores, buscando produzir o lugar livre das discussões e aprendizagens. Quanto mais ela universaliza mais ela é importante porque estão implicados no seu contexto processos de todas as ordens, e a sua existência acontece de tal ou de tal modo nos contextos possíveis:

É, mas o trabalho de educação acabou se expandindo além do ginásio. É, em 73, eu e o Luiz, a gente já estava casado, nós fomos convidados então para a aldeia Tapirapé. Também para um trabalho de educação. E se fazia também um trabalho de educação nas campanhas missionárias, que era uma forma assim de suplantando aquele regime de desobriga. [...] E o Pedro já pensou algo a mais também, né? Então ele instituiu as campanhas missionárias. Que não ia só padre. Mas iam leigos, iam as irmãs e tal e ficavam por exemplo três meses num lugar. Então nesses três meses se trabalhava também um processo de alfabetização. Na linha do Paulo Freire. Então assim, o trabalho de educação foi adquirindo vários contornos, né? No Patrimônio, naquele tempo não se falava vila, nem cidade, era patrimônio que se falava. Até Cascalheira também era um Patrimônio. Aí se fazia isso, chegava e alfabetizava. Com palavras que eram da realidade deles, né? O Paulo César fez uma pesquisa lá também só que ele fez em Serra Nova, né? Mas ele ficou muito admirado

porque ele encontrou o Estatuto do Posseiro escrito por eles. Quer dizer, pessoas que se alfabetizaram, né? Coisas muito interessantes, quer dizer, eles escreveram todas as regras assim de como devia ser a organização das posses, e tal, né? É um documento, tá lá no arquivo, ele achou no arquivo esse documento. (Eunice, 01/04/2016).

Afora os membros ou ex-membros da igreja que traziam a formação eclesiástica, os outros habitantes estavam em estágios de formação escolar muito inferior. A muitos desses sujeitos havia a dificuldade de pertencer a qualquer grupo. Estavam esparsos e isolados geograficamente. As distâncias entre uma comunidade e outra eram grandes e havia as comunidades indígenas que já tinham sua organização social específica, diversa dos outros habitantes. E havia também um entrave entre os peões dos latifúndios e as outras pessoas com as mesmas condições de vida. Os peões eram vistos como mandados dos patrões que viviam espionando para eles. Mas pelas conversas com antigos moradores da região, percebemos que, na prática, isso não tinha tanta importância. Os filhos dos peões estudavam nas escolinhas municipais junto com os filhos dos posseiros, com os filhos dos grileiros, e, às vezes nem entendiam por que os pais tinham “querelas” entre si.

O trabalho realizado a partir de então, na educação, nas Campanhas Missionárias, a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e outras formas de agrupamentos comunitários, teve função importante na formação de escritores da própria história como pontua Paula (01/04/2016) quando diz que “eles escreveram todas as regras assim de como devia ser a organização das posses, e tal, né?” Aqui faz sentido o questionamento que aparece na ideia de intelectual teorizada por Gramsci (1999, p. 94) e a formação do sujeito histórico.

[...] é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Conhecer a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mais evoluído. Gramsci (1999) afirmou que os intelectuais podem formar um grupo social autônomo, com uma função de porta-vozes dos grupos ligados ao mundo da produção, porque compreende que a luta também acontece no campo ideológico. Todo grupo social que possui função no mundo da produção, empresários, trabalhadores, elaboram os seus intelectuais para darem maior homogeneidade e consciência da importância da função desta classe; e ao lado destes nascem também categorias diversificadas.

O projeto hegemônico que estava em curso produzia seus próprios intelectuais em categorias diversificadas que serviam aos seus propósitos de governo. Os intelectuais exercem as funções da hegemonia e do governo político em nome da classe dominante, constituindo-se os guardiões dos seus interesses. Por isso torna-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escola, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades realizadoras de uma nova vontade e moral social,

[...] (n)a concepção Estado-hegemonia-consciência moral [...] pode realmente ocorrer que a direção política e moral do país, em um determinado período de dificuldades, não seja exercida pelo governo legal, mas por uma organização “privada” e até mesmo por um partido revolucionário. (GRAMSCI, 1999, p. 295).

E esse “partido revolucionário” começa a se construir no seio da igreja. Sem o conhecimento da história que se escreveu na Prelazia, seria até contraditório pensar a igreja com um comportamento que cada vez mais se assemelhava ao de um partido político revolucionário. A igreja católica permanece como formadora da classe dominante desde o período colonial, e a sua constante incursão por todas as regiões catequizando e formando não é vista como novidade. Seu objetivo de trabalho configura-se na posição de evangelizadora que leva os ensinamentos sagrados para todos sem distinção. Mas trazendo o fiel aos templos, capelas e igrejas, onde receberiam os sacramentos e a catequese. Esta realidade combina com a afirmação: “Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas de acordo com processos históricos tradicionais muito concretos” (GRAMSCI, 1999, p. 98).

A proposta de formação/evangelização que está posta aqui difere do comportamento conservador porque a estrutura dessa igreja da Prelazia de São Félix do Araguaia, com o objetivo de igreja missionária tem como base as assembleias, que não acontecem dentro das igrejas especificamente, mas no seio das comunidades. É um processo que engloba em si consensos e contradições.

A Igreja romana foi sempre a mais tenaz na luta para impedir que se formassem “oficialmente” duas religiões, a dos “intelectuais” e a das “almas simples”. Esta luta não foi travada sem que ocorressem graves inconvenientes para a própria Igreja, mas estes inconvenientes estão ligados ao processo histórico que transforma a totalidade da sociedade civil e que contém, em bloco, uma crítica corrosiva das religiões. (GRAMSCI, 1999, p. 99).

São “duas igrejas” em luta que concretizam o que Gramsci (1999) afirmou sobre os inconvenientes que a própria igreja provoca. Nos anos 1970/1980 esse processo provocou dissabores que ainda trazem consequências à igreja católica. Sabemos que a denominada igreja de libertação era um braço do catolicismo que não contava com o apoio dos conservadores. Assim, como vimos em páginas anteriores, bispos e padres que o professavam tinham desaprovação dentro da própria igreja: “Em 4 de maio de 1977, D. Geraldo de Proença Sigaud [...] enviou à imprensa, às autoridades políticas e religiosas denunciando infiltração comunista [...] também na Igreja. Acusava explicitamente D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino...” (IOKOI, 1996, p. 121). Então, o projeto que se constituía encontrava barreiras em conflitos internos e externos. O comportamento social e comunitário da Diocese de Goiás e da Prelazia de São Félix do Araguaia eram motivos de embates teóricos que expunham a igreja a críticas da sociedade. Mas não mudaram a sua forma de agir. Documentos registram que tudo era planejado, decidido e realizado em assembleias.

Para entender a atual organização da Prelazia, é necessário recordar brevemente a sua história (cfr. pesquisa documental). Até o momento da instalação da Prelazia, em 1970, a região era área de “desobriga” e missões indígenas, sendo sua população constituída quase que apenas de índios e posseiros. A presença visível da igreja resumia-se nas irmãzinhas junto aos Tapirapé e ao Padre Jentel, como seus elementos permanentes. É na década de 1970, quando a região passa por intenso processo de expulsão de posseiros, que a Prelazia recém-criada constrói sua rede de CEBs. Era natural, portanto que essa rede de comunidades estivesse ligada às lutas dos índios e posseiros como um canal de expressão pública dos oprimidos da terra. Essa opção pastoral imprimiu a marca da Prelazia, que em consequência veio a ganhar dimensão nacional tornando seu bispo uma figura mundialmente conhecida. (ISER, 1990, p. 21).

Esse mesmo documento registrou uma crítica à formação hierárquica que os pesquisadores e produtores do documento observaram nas relações de trabalho da Prelazia. Parece contraditório. Mas as contradições também fazem parte desse caminho. Para Gramsci (1999), a concretização de um projeto hegemônico com sucesso, a filosofia da práxis é necessária e as lideranças formam o bloco que vai organizar os grupos num sujeito coletivo unificado em torno do objetivo. Assim são demarcados os papéis e sobressaem lideranças entre os componentes do grupo. A evolução dos conflitos entre o povo e o latifúndio na Prelazia exigia medidas consistentes e a igreja buscou a ocupação dos espaços de poder governativo. Somente a filosofia da práxis é uma filosofia capaz de unificar e elevar as pessoas simples ao nível de uma visão superior, pois ao contrário das outras filosofias ela não tende a manter as

peças simples em sua filosofia primitiva, o senso comum, mas tende a conduzi-las a uma concepção superior de vida. Ela confirma a exigência da relação entre os intelectuais e as peças simples:

A filosofia da práxis [...] não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade, ou, melhor, ela é a própria teoria de tais contradições; não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (GRAMSCI, 1999, p. 388).

Entendemos que com a instrumentalização e com a conscientização de que juntos poderiam enfrentar melhor os problemas, as comunidades ligadas à Prelazia uniam-se contra um inimigo maior. Não quer dizer que fosse um bloco uniforme de peças que não tivessem os seus conflitos internos. Mas o perigo externo era superior. E, como já vimos, organizaram-se para as eleições, assim que houve a abertura política nacional (1979) e a emancipação dos municípios na região. O trabalho surtiu o efeito desejado quando, a partir de 1982 começaram a ocupar as prefeituras e durante essa década fortaleceu-se um sujeito político no poder.

Quando o grupo dominante, embora mantenha a dominação econômica, perde a sua capacidade dirigente, segundo Gramsci (1999), é porque uma concepção de mundo que durante séculos conseguiu se impor ao conjunto da sociedade entra em crise e em seu lugar desenvolve-se uma nova maneira de pensar e agir, uma nova ideologia, informada pela filosofia da práxis. José Raimundo Silva (Zecão) em uma das nossas conversas, afirma que o trabalho da Prelazia teve seu momento mais importante nesse período dos anos 1980. Segundo ele, pode-se dizer que houve uma unificação de interesses em libertar o homem da opressão e foi feito um grande trabalho para isso. Todos se envolviam e todos participavam. Entendemos que quando ele fala *todos* está dizendo os pobres das comunidades que contavam com o apoio da igreja, isto é, o *povo*:

A Prelazia assumiu então, até meados da década de 1980 o papel de suplência de um Estado falido. Porque desde a saúde à educação, à organização do povo, em tudo, era a Prelazia. A educação teve papel fundamental. Na perspectiva freiriana; vamos pegar como base a *Pedagogia do Oprimido*, vamos pegar, a partir dessa pedagogia do oprimido, o abrir os olhos do povo, né? Nesse entrelaçamento de educação e evangelização. Mas uma evangelização não com uma conotação intimista, né, de uma Igreja voltada pra dentro dela mesma. Mas de uma Igreja inculturada, abraçando os rostos dessa Igreja que emergiu. Que era o rosto do negro, do indígena, o rosto da mulher

marginalizada, a mulher que era trazida assim como o peão, né? O peão pra trabalhar nas fazendas e a mulher para os bordéis. E o Pedro e a sua equipe teve esse enfrentamento. E a equipe foi se fazendo nesse processo, totalmente misturada ao povo. Todo mundo agia de forma igual e não havia maior nem menor autoridade. Tudo era resolvido em assembleia. (Zecão, 25/07/2017).

Ao iniciar-se a década de 1990, o contexto se modificou. A agroindústria e as áreas de colonização já apresentavam sinais de consolidação; os conflitos de terra perderam sua intensidade; as cidades cresceram e a população não pode ser mais considerada simplesmente de índios, posseiros e chegantes. A relativa estabilização da região, refletia-se na organização interna da Prelazia, cuja base continuou sendo a rede de comunidades. Mas alguns posicionamentos de “enfrentantes”, tentando estabelecer quem devia ser “prelazia” e quem não era ia afastando fiéis e dificultando a aproximação dos chegantes (Figura 65). Não era proibida a entrada na igreja ou a participação nas celebrações. Mas os próprios fiéis discriminavam quem ia só para assistir à missa e não se envolvia nos trabalhos pastorais.

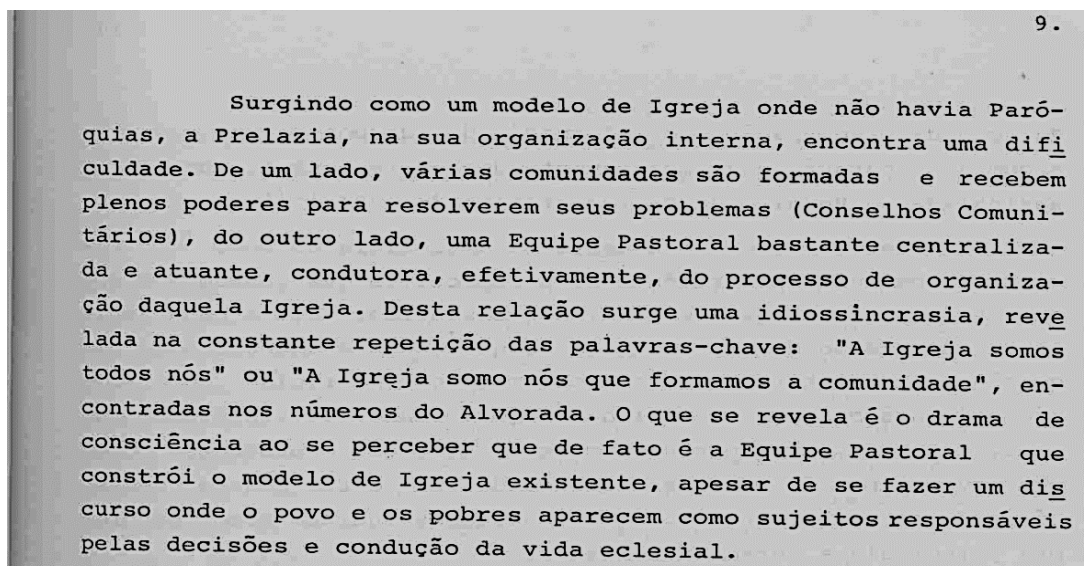
Figura 65 – Cobranças e definições de papéis

Na fala dos agentes e enfrentantes, colhidas na Assembleia do Povo, a Prelazia é “'o povo', 'o povo' que se reúne e se propõe a lutar pelos menores”; “ou os que participam, os que frequentam, se reúnem”; “ou os que acreditam, vão à missa, são Igreja”. Afinal, o que é o “povo de Deus”? Um agente interroga: “que Igreja é essa dos que não participam”? E alguém completa: “... aí é que entra a questão de ser católico ou ser falso católico”. Ora, mas quem define, e segundo quais critérios, o que é ser falso ou verdadeiro católico? A resposta a esta pergunta introduz a questão do poder. Frente a uma demanda religiosa difusa, devocional ou de simples prestação de serviço, a Prelazia oferece um discurso profético. Porém, o público para este discurso é amarrado por duas “teias”: A primeira é a identidade, a concordância com os princípios e objetivos que norteiam a Prelazia; a segunda, mais oculta, é a prestação do serviço religioso, dos sacramentos, altamente valorizados, principalmente no mundo rural.

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Levantamento Pastoral, ISER, A44.0.01 P018.178, p. 14.

O distanciamento criado entre quem compõe os grupos e quem tem realmente o poder de decisão e decide, descrito na Figura 66, também interferia na participação dos simples fiéis.

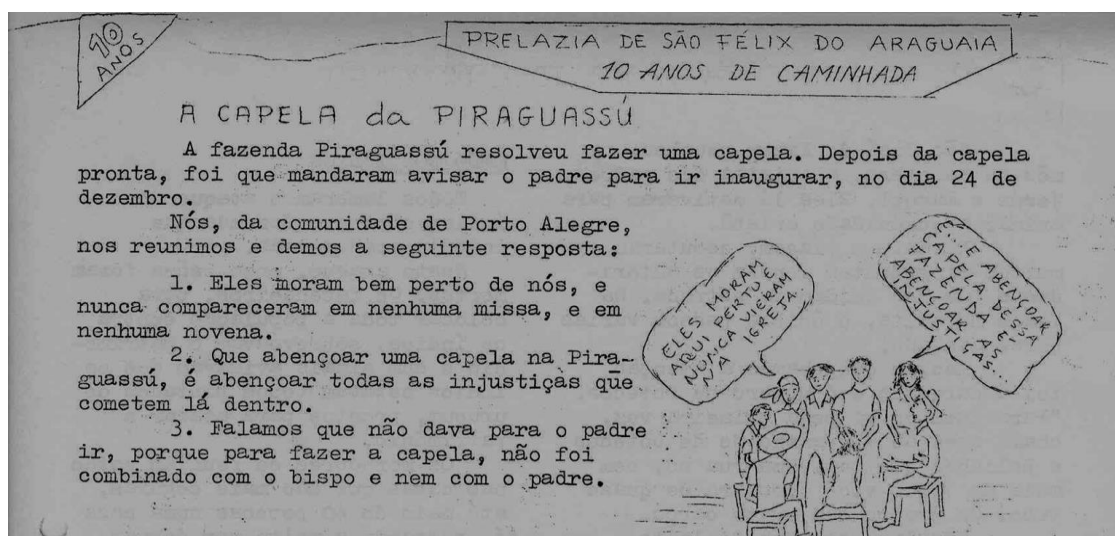
Figura 66 – Definições internas e externas



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Levantamento Pastoral, ISER, A44.0.01 P050.178, p. 9.

Conforme demonstra o texto da figura acima, muitas vezes tomavam decisões contraditórias. Esse era um ponto confuso. Outras vezes, havia decisões arbitrárias que eram reforçadas pela própria comunidade de fiéis que, ao escolher o perfil de quem poderia ser abençoado ou não, praticava a inobservância da própria pregação de caridade cristã, como se nota na Figura 67.

Figura 67 – Comunidade versus latifúndio Piraguassú



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.1.13 P07.14, janeiro 1981.

Parecia que com o tempo e com a formação de agentes pastorais do próprio lugar, que se tornavam “enfrentantes” e/ou lideranças, essas pessoas começaram a ser vistas, ou se sentir mesmo, como uma casta superior. O trabalho educativo-formativo que envolve a elaboração de uma consciência crítica a partir das premissas concretas de determinada realidade não pode limitar-se a simples enunciações teóricas de princípios. É com essa percepção do caráter mediador dos intelectuais entre as classes sociais e o Estado, que lemos Gramsci (1999) e entendemos que o seu pensamento explicita a ação dos intelectuais e de suas funções na vida social.

Baseando-se nessa percepção procuramos compreender o papel dos evangelizadores e dos evangelizados da Prelazia. Os intelectuais tradicionais podem tanto se vincular às classes dominadas quanto às dominantes, adquirindo uma autonomia em relação aos interesses imediatos das classes sociais. Gramsci (1999) indicou o distanciamento que naturalmente existe entre os intelectuais e as classes populares, mesmo quando esses intelectuais estão vinculados à escola e à igreja e trabalham diretamente com as classes periféricas:

A escola — em todos os seus níveis — e a Igreja são as duas maiores organizações culturais em todos os países, graças ao número de pessoas que utilizam. Os jornais, as revistas e a atividade editorial, as instituições escolares privadas, tanto as que integram a escola de Estado quanto as instituições de cultura do tipo das universidades populares. Outras profissões incorporam em sua atividade especializada uma fração cultural não desprezível, como a dos médicos, dos oficiais do exército, da magistratura. Entretanto, deve-se notar que em todos os países, ainda que em graus diversos, existe uma grande cisão entre as massas populares e os grupos intelectuais, inclusive os mais numerosos e mais próximos à periferia nacional, como os professores e os padres. (GRAMSCI, 1999, p. 112).

Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude em relação às classes fundamentais com que eles se colocam em contato nos diversos campos: têm uma atitude paternalista para com as classes instrumentais ou se consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude servil para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes ou parte integrante das classes dirigentes?

Aqui temos duas situações e pensamos que ambas se aplicam. Os formadores são intelectuais, mas os que estão sendo formados também, muitos deles, podem ser considerados possivelmente intelectuais orgânicos. É que à medida que vão se especializando vão, ao mesmo tempo, aplicando seus conhecimentos em forma de líderes nas comunidades, professores das classes iniciais, presidentes de sindicatos, cooperativas e associações. Como por exemplo, duas

lideranças que se sobressaem, ainda hoje (2018), na comunidade de São Félix, Erotildes e Eva Mendes, são líderes de comunidades, uma foi vice-prefeita do Pontim, é escritora e curadora do museu da cidade, a outra foi vereadora e presidente de conselhos. Sentem-se e são líderes do povo. Mas em determinado momento, na sua formação escolar que foi feita quando já adultas, comportavam-se em atitude de inferioridade no sentido dos saberes escolares. Vemo-las, como intelectuais orgânicos que trabalharam e trabalham para a transformação da comunidade, e sentem-se mesmo autoridades:

Tinha a tia Irene, né? Ela era uma pessoa maravilhosa. Era ela que cuidava do colégio todinho, ela era a secretária, ela fazia as atas, era ela que ensinava música, que fazia ginástica com a gente, que botava a gente pra fazer desfile, era ela que fazia as festas, organizava as festas, tudo era ela. Pois é, ela que fundou associações, né? (Erotildes, 13/09/2017).

A “Tia Irene” era uma freira, espécie de mãe/tia de todos, administradora da Prelazia, coordenava os trabalhos e auxiliava nos planejamentos e execução de tudo o que acontecia na prática pastoral e escolar. Tinha formação superior em música além da formação de religiosa, e, segundo os entrevistados e registros do arquivo, uma vasta cultura geral. Foi a fundadora do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia que hoje tem o nome “Tia Irene” em homenagem a ela. Segundo Erotildes (13/09/2017) tudo o que as mulheres da região sabem sobre trabalhos manuais, política, valorização pessoal foi ensinado por ela, através das associações de mulheres que ajudou a fundar.

Eva Mendes (08/09/2017) tem a mesma visão que Erotildes (13/09/2017) sobre a “Tia Irene” e a importância do trabalho que realizou, especialmente em benefício das mulheres. Ela enfatizou que se não tivesse acontecido o trabalho inicial com essa freira, possivelmente a situação das mulheres lá ainda atualmente seria muito pior. E disse também que a “Tia Irene” não discriminava ninguém, foi ela que enviou convite às meninas do bordel da cidade para irem aprender trabalhos manuais na associação durante o dia. Sem fazer perguntas nem criticar nada. Isso causava estranhamento em grande parte das pessoas na cidade e foi motivo de confusão em algumas famílias porque os maridos não queriam ver suas mulheres misturadas com aquela gente. Mas a freira não interrompeu o trabalho nem pediu que as meninas saíssem. Pelo contrário, disse que Jesus não escolheu quem iria segui-lo.

De conhecimento das histórias das coisas da política, com o surgimento do Clube de Mães a irmã Irene vem pra cá. Foi uma das irmãs que iniciou esse trabalho com as mulheres, causando até também ciúmeira dos maridos. Porque para os homens as mulheres só têm que ficar no pé deles, cuidando só de casa

e de serviço deles; e de repente vem ela aí querendo já mudar as coisas. Porque ela viu que tinha que fazer alguma coisa para as famílias, não era só para as mulheres. Só que aquilo ali ia servir para o lar. Para a família, mas eles nunca pensavam isso dessa maneira, né? (Eva Mendes, 08/09/2017).

Um ex-prefeito da cidade de São Félix, de linha política oposta, Filemon Limoeiro, condena o trabalho pastoral realizado ali e diz ser uma lavagem cerebral que foi feita pelos padres e pelo bispo, que é um atraso para o progresso, mas diz que são um “mal necessário” na área da educação senão estaria pior, porque no início não tinha gente instruída para trabalhar nas escolas, a não ser eles.

E eles não tinham essa mentalidade. Queriam que o pobre fosse pobre, porque quanto mais pobre era melhor porque é mais fácil administrar o pobre. Pobre de conhecimento, de tudo. Não só de bens materiais, mas de tudo. E eles pegavam essas pessoas. E a juventude de São Félix foi dominada nesse, nessa linha deles. E eu ainda digo assim, graças a Deus eu não fui. Porque a minha linha era outra. Eu sou progressista. (Filemon, 29/03/2018).

Mesmo não concordando o ex-prefeito reconhece, poderíamos dizer, a superioridade cultural dos agentes da igreja quando chegaram e o papel de liderança deles na condução dos jovens. É claro que não colocamos aqui toda a população num sujeito coletivo homogêneo. Estamos falando de representantes do povo que vão surgindo das camadas menores e se tornando líderes de classes, diríamos. Isso, com certeza, possibilita maior participação do povo, principalmente nos núcleos menores formados pelas pequenas comunidades porque ter como representante um “igual” pode trazer mais confiança. Não parecem permanecer em atitudes servis, mas em algum momento estiveram sim em posição inferior e conservam uma respeitosa distância no tratamento com os intelectuais vindos de fora. Ao mesmo tempo, assumem posições na comunidade e postura de liderança nos enfrentamentos, e cada vez mais se instrumentalizam criando associações e sindicatos.

Gramsci (1999) afirmou que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Pode ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental, que, aliás, é uma das condições principais.

Nesta discussão, a igreja da Prelazia se configura como um grupo social organizado que exerce uma espécie de terceiro poder nas questões sociais e políticas de lutas pela terra, por garantia de direitos e por sobrevivência de uma comunidade. Denominamos terceiro poder

porque dois poderes constituídos já existiam ali; primeiro o governo, segundo o latifúndio; a igreja enfrenta dificuldades com esses dois poderes na sua relação com as comunidades. Especialmente durante o governo militar, as denúncias de que era igreja comunista dificultou muitas ações das comunidades de modo geral, especialmente na área da educação que recebia o apoio da igreja.

A partir do momento em que a Prelazia se manifestou ostensivamente contra o latifúndio na exploração dos trabalhadores e camponeses, os agentes pastorais passaram a enfrentar situações de conflitos com pistoleiros e policiais a serviço dos fazendeiros. E essa foi uma decisão política, como mostra a Figura 68. A instrumentalização dos sujeitos pela evangelização e pelos processos educativos formais e informais fortalecem um sujeito coletivo com o interesse comum de resistir, embora enfrentando as contradições internas sobre o envolvimento direto com a política:

Figura 68 – O envolvimento político-partidário da Prelazia

Outro ponto que merece destaque é a relação da Prelazia com a Política Partidária. Já em 1978, o espaço do boletim Alvorada era utilizado para se avaliar os dois partidos existentes. Por fim, indicou-se o MDB como sendo uma saída táctica diante das condições políticas daquele momento. Ele acabou recebendo um expressivo número de votos naquela região.<sup>(32)</sup> Mas foi em 1982 que esta questão se tornou crucial. Todo o envolvimento da Prelazia com as questões políticas da região exigia uma definição dos seus objetivos. A questão não era tanto se iria apoiar ou não algum partido, mas a possibilidade dos agentes pastorais se tornarem candidatos. Num dos encontros de Equipe Pastoral em 1982, ficou mais do que claro o impasse que se viveu. Ali foi colocada em discussão a possível candidatura de alguns agentes de pastoral. Os que eram contrários apresentaram as seguintes razões: isto iria queimar o trabalho da Prelazia; havia o perigo

Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Levantamento Pastoral, ISER, A44.0.01 P054.178, p. 13.

Mesmo não sendo decisão unânime, mas que foi votada pelas comunidades, prevaleceu a vontade coletiva que evoluiu para ocupação dos espaços políticos nas associações, sindicatos e filiações a partidos de esquerda. A Figura 69 mostra que naquele momento os eleitores de resistência filiavam-se ao PMDB. O partido apoiado pela igreja naquela região foi então, antes de 1978, o MDB e a partir de 1979, o PMDB<sup>37</sup> que, como esclarece a orientação abaixo, tomou

37 Fundado oficialmente em 1980, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) surgiu a partir do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição à ditadura militar, regime que instituiu o bipartidarismo no país em 1966. A reforma partidária de 1979 extinguiu a Arena e o MDB e exigiu que as novas agremiações tivessem a palavra partido em seu nome. O PMDB comemorou, portanto, 50 anos de

o lugar do partido anterior, confirmando-se como um partido de oposição ao governo. Entre o medo de comprometer o trabalho de evangelização que vinham realizando já há algum tempo, e as ponderações sobre as frustrações do povo comprometido com mudanças estruturais na sua forma de sobrevivência, acabou vencendo a ideia de participação direta na política.

O que, aliás, fazia sentido, uma vez que as lutas já vividas e o percurso de educação e evangelização realizado, sinalizavam para a conscientização de que os enfrentamentos só seriam significativos se o povo pudesse sentir que não estava trabalhando em vão. Assim, participar do poder decisório sobre suas vidas parecia ser a realização do que preconizava aquela educação libertadora almejada.

Figura 69 – Os agentes pastorais chegam às prefeituras

14.

da repressão; a Prelazia estaria sendo paternalista, fazendo as coisas para o povo; faltava uma melhor análise de conjuntura; existia o perigo de se abandonar outros trabalhos, como o sindicato; havia um excesso de expectativa com relação ao agente; ocorreria um isolamento da Prelazia frente ao resto da Igreja. Do outro lado, os que eram favoráveis argumentavam que a recusa significaria um retrocesso; que o povo se veria frustrado em suas expectativas de mudança; que dali poderia surgir um espaço para a conscientização e participação política; além de tudo, era uma situação imediata. Foi realizado, então, uma votação onde apareceram os seguintes resultados: 12 votos - não; 13 votos - não no geral mas sim em S. Félix; 2 votos - sim em Santa Terezinha; 7 votos - sim; 5 votos - em S. Félix é irreversível.<sup>(33)</sup> Apesar da pequena diferença entre o número de favoráveis e não favoráveis, a Equipe Pastoral continuou esta discussão, durante aquele ano, e terminou por entrar em campanha, sendo a Equipe de Política a mais envolvida.<sup>(34)</sup> O resultado deste trabalho foi a eleição de três Prefeitos com a legenda do PMDB (Corrente Popular). Eram eles: Pontim (S. Félix) Tadeu (S. Terezinha) e Diá (Ribeirão/Cascalheira). Alguns agentes pastorais passam a trabalhar na área administrativa ou educacional das Prefeituras Populares. Na verdade, isto significou a evasão de 10 agentes pastorais, aproximadamente um terço do total de agentes, dentre os melhores, conforme a afirmação de um dos membros mais antigos da Prelazia. Em 1986, Regina foi eleita Deputada Estadual e Casção tornou-se prefeito de Porto Alegre do Norte.

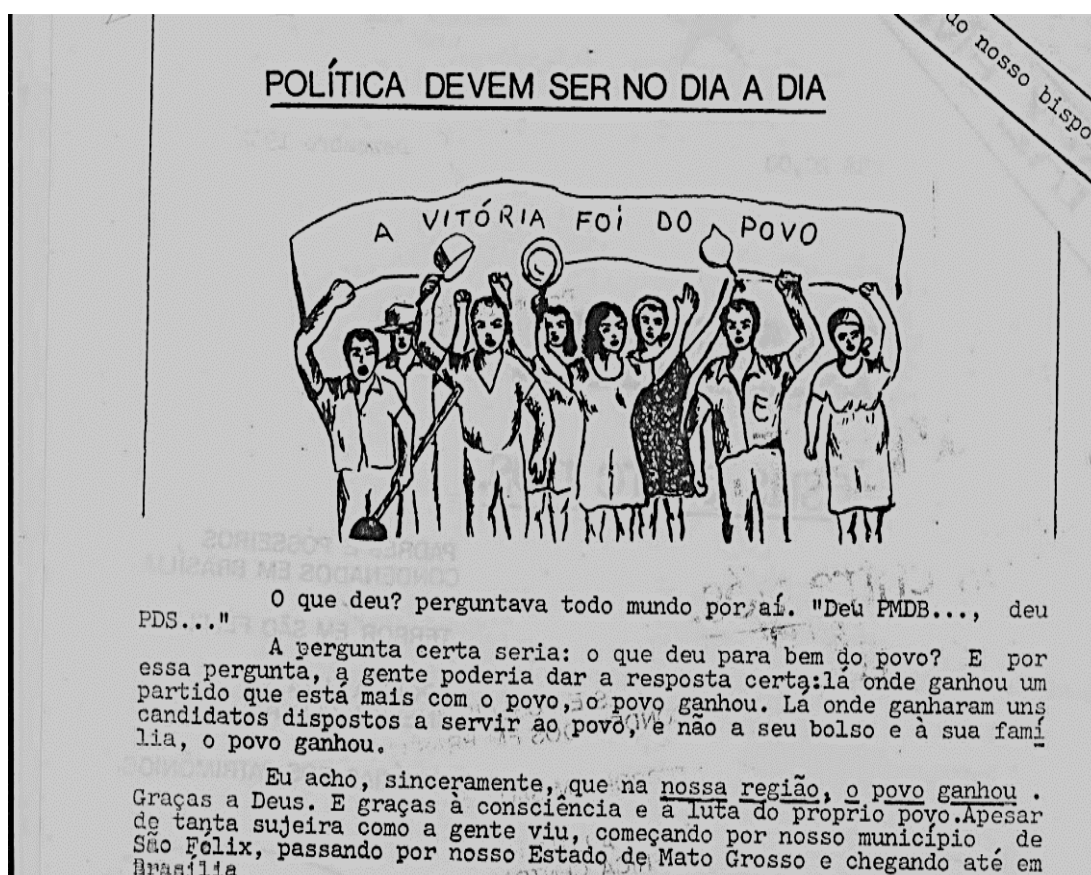
Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Levantamento Pastoral, ISER, A44.0.01 P055.178 ISER p. 14.

---

existência em 2016, considerando a data de fundação do MDB e volta à nomenclatura anterior: MDB. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2016/05/31/PMDB-as-origens-e-a-logica-de-poder-do-maior-partido-do-Brasil>.

Como está registrado na figura acima, a decisão de agentes pastorais ingressarem na política não era uma unanimidade, mas se concretizou. O projeto contra-hegemônico que, por força dos conflitos e dos enfrentamentos ao longo dos anos 1970 foi se consolidando naquele território, certamente é o responsável pelo caminhar e encaminhar dos progressos políticos do partido de oposição. Podemos afirmar que a instrumentalização de um sujeito coletivo de certa forma coeso pesou decisivamente nas escolhas que os intelectuais foram fazendo e pela responsabilidade que foram assumindo de liderar as comunidades onde se inseriam. Se havia coesão, não se pode dizer que havia unanimidade. Mas prevaleceu a forma de organização e os recursos que adotavam para se chegar a uma decisão coletiva: o voto das comunidades com poder decisório dos direcionamentos apresentados. Os que não concordavam com a candidatura de agentes pastorais alegavam que o trabalho de evangelização ficaria comprometido e que a Prelazia poderia ser perseguida pelo governo ao fazer oposição. Um dos recursos para a conscientização do povo foi o Alvorada, que orientava sobre a política, os partidos, as eleições. Conforme o que vemos na Figura 70, acabou vencendo o PMDB, que era considerado o governo do povo.

Figura 70 – A vitória foi do povo



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, A16.1.32 P02.19 dez. 1982.


A Figura 71 mostra o registro de um modo de formação política que adotavam também para conscientização sobre o cenário nacional. Constatamos que a formação na Prelazia não se reduzia ao trabalho com o povo na conscientização de escolha de prefeitos locais. O Alvorada traz registros de sequências com um tema, como vemos na figura, ELEIÇÕES, repetidas em vários números, com textos informativos que tratavam um tema como em folhetins. Cada número mostrava uma faceta do assunto, como comprova a chamada para o próximo, no último parágrafo do texto, em que será esclarecido o que é o Pacote Político lançado pelo Governo:

Figura 71 – Informações sobre as eleições de 1982

ELEIÇÕES

Este ano é ano de eleição, E para ninguém duvidar, os políticos já estão por aí dando festas, cumprimentando até as crianças, e prometendo tanta coisa, que até parece que os aperreios da gente vão acabar depois das eleições.

Só que o povo não está acreditando mais em promessa de ano de eleição.



Nós, de Alvorada, vamos escrever alguma coisa sobre esse negócio de eleições. Alguns vão achar bom, outros vão se doer. Não interessa... Nós queremos dizer alguma coisa do passado, do presente e do futuro, que ajude na hora da urna no dia 15 de Novembro.

De 1974 pra cá, o povo começou a votar na oposição, na época era o MDB.

O Governo começou a ficar com medo do povo. Daí, dando uma de bonzinho, criou novos partidos. Acabaram a ARENA E O MDB e criaram o PDS, PP, PMDB, PT, e PDT. É um Deus nos acuda, que não dá para entender.

Com isso o Governo conseguiu o que queria: dividir a oposição do MDB e dar uma imagem de democracia, permitindo novos partidos. Até aí, tudo bem. Os políticos entraram de mansinho no do Governo. Mas o povo não foi consultado para nada.

Só que logo de cara, nas eleições de 80 para Prefeito e Vereadores, o Governo não deixou os partidos agirem, e cancelou as eleições, prorrogando os mandatos até 82.

Isso já foi muita sacanagem para quem pregava a toda hora a "abertura" e a "democracia".

De 80 pra cá, é que a vida do povo piorou mesmo: o custo de vida, o desemprego, a violência, etc. O povo cada vez mais apoiando a oposição e os partidos fazendo filiações, Di retóricos, cartilhas de política, etc.


Com isto, o Governo ficou apavorado mesmo, perdeu o rumo -mas não a vergonha- e fez um magote de leis sobre as eleições do 82, facilitando tudo para o PDS, e atrapalhando a vida dos partidos da oposição.

Esse magote de leis que o Governo fez, e que o Congresso teve que apoiar na marra, se chamou "PACOTE ELEITORAL". São leis só para favorecer o partido do Governo.

**AS PRINCIPAIS LEIS DO PACOTE, SÃO:**

- \* A vinculação dos votos em todos os níveis. O eleitor é obrigado a votar em candidatos do mesmo partido, para Prefeito, Vereador, Deputado, Senador e Governador. O eleitor não pode votar no Prefeito de um partido e no Governador de outro.
- \* Todos os partidos são obrigados a lançarem candidatos a todos os cargos. Isso aperreou demais os partidos da oposição.

...  
Até aqui, a história do Pacote. No próximo número de Alvorada, analisaremos as consequências do mesmo para a vida do povo e dos Partidos. Aguardem!



-13-

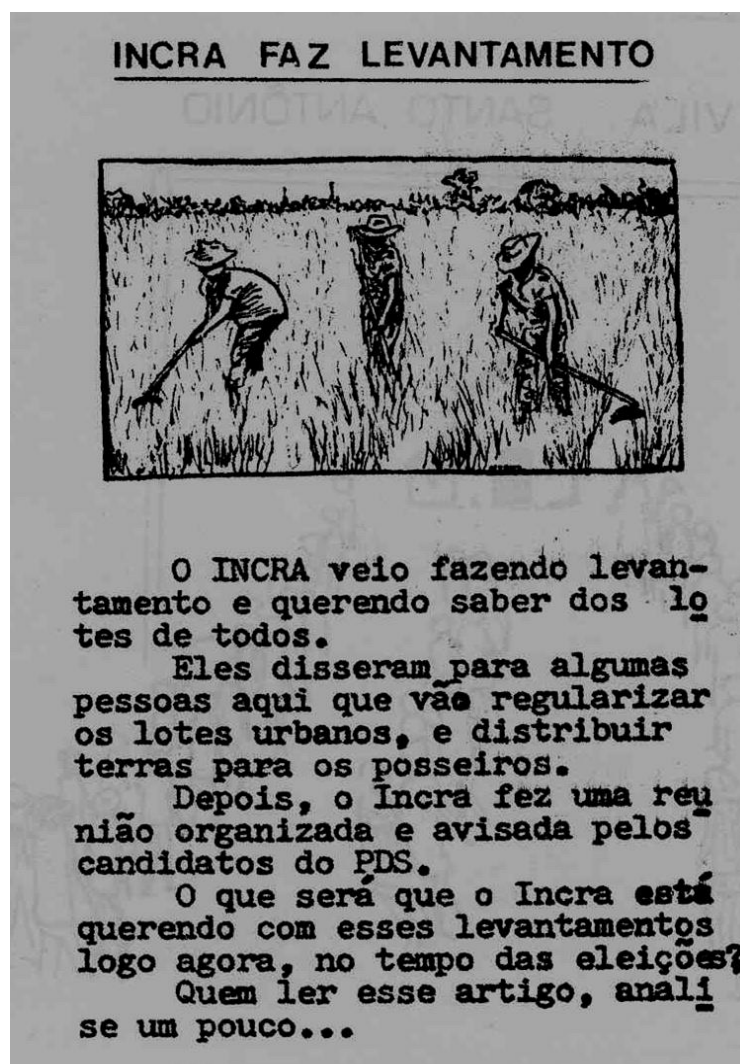
Conforme os agentes pastorais houve modificações que podem ser observadas no decorrer das décadas. Nos anos 1980, já com mais municípios que a configuração inicial, a frente participativa ocupou os espaços de poder com cargos eletivos de prefeitos, vereadores e de outras representações que se fortaleciam nos grupos de evangelização e nas associações. As comunidades progrediam. Aqui é preciso discutir brevemente a ideia de progresso. Para Filemon (29/03/2018) seria o desenvolvimento econômico, a produção de bens materiais e o aumento da produção de capital; para o povo da Prelazia, é o desenvolvimento humano. Não negam os confortos materiais, mas que o homem possa evoluir cultural e socialmente e no mundo do trabalho. Gramsci (1999, p. 403) ajuda-nos a compreender os objetivos de cada um:

Na ideia de progresso, está subentendida a possibilidade de uma mensuração quantitativa e qualitativa: mais e melhor. Supõe-se, portanto, uma medida “fixa” ou fixável, mas esta medida é dada pelo passado, por uma certa fase do passado, ou por certos aspectos mensuráveis, etc. (Não que se deva pensar em um sistema métrico do progresso.)

Os dois lados da questão são contemplados por Gramsci (1999). Depende sempre da visão de cada um. E para o povo da Prelazia o trabalho realizado até então, a evolução intelectual das comunidades pelos processos educativos já mencionados, e a chegada de agentes pastorais a cargos políticos é considerada uma ascensão ao progresso. Essa ascensão ao poder trouxe o arrefecimento dos embates corporais e deu lugar a outro tipo de luta que passou a ser na forma de disputas intelectuais pelo poder político. Houve muitas mudanças em vários setores. No âmbito da educação, foi a criação do projeto de formação de professores sustentado pelas prefeituras com o apoio da Prelazia e organizações simpatizantes das lutas contra as injustiças sociais, como ONGs e associações.

No cenário político estadual, os deputados Dante de Oliveira, eleito Deputado Federal em 1982, e Carlos Bezerra, Governador de Mato Grosso em 1986, pelo PMDB, apoiaram a busca de resolução de situações de conflitos; houve demarcação de terras e escrituração de muitos posseiros, legalizados pelo Estado do Mato Grosso; mas por outro lado cresceu a compra de lotes, muitas vezes dos posseiros, pelos migrantes que chegavam do Sul. E não era uma situação pacífica como pode parecer. A documentação de propriedade, muitas vezes, serviu como moeda de barganha para candidatos angariar votos. A Figura 72 traz demonstrações desse tipo de ação:

Figura 72 – Levantamento para escrituração de posses



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, outubro de 1982.

Nos anos iniciais da década de 1980, o PDS era o partido da situação e dominava o cenário político em Mato Grosso. Os conflitos territoriais diários, com perseguições e mortes entre posseiros, peões e pistoleiros que eram contratados para “limpar terrenos” permaneciam. Mas agora alcançavam outros processos de decisão. Os olhares de políticos em nível estadual tinham outra configuração. E as questões territoriais começaram a ter outros objetivos. Ao que parece, com interesses específicos como o que foi levantado na figura acima. Segundo a advogada da Prelazia, foi um momento de esclarecimentos políticos, com a volta do pluripartidarismo para dar mais suporte aos eleitores e alertá-los quanto às escolhas que não os levassem a dependências futuras. E ainda sobre as escolhas nas lutas pelos próprios direitos:

Então nesse período, com toda essa conjuntura (situação política), isso era década de 80, eu fiquei aqui, da primeira vez, até 90. Em 90 eu voltei pra

Goiânia. Então, nesse período de 80 a 90, o trabalho que a gente fez foi de organização. De sindicatos, é, é, orientar, formar as lideranças sindicais [...] naquele momento ainda não conseguimos fazer muito pelas legalizações, houve tentativas, mas isso foi bem posterior. Estava em andamento quando voltei já em 2001. Aí o pessoal já era outro, já tinha outra mentalidade. Aí nós conseguimos a legalização de muitas terras aqui. Daquelas antigas, algumas com gente nova que chegava. Já tinha outros sindicatos. Até mais autônomos, diferentes e não tão dependentes da Prelazia e da CPT. – Isso! Me fale sobre a relação desse povo com a Prelazia. Eram muito ligados? – Eu não diria ligados, dependentes. Mas era a única instituição que se preocupava com direitos do povo. Era uma relação necessária. Não só com relação à terra, mas com relação a um outro problema que era o trabalho escravo. Melhorou muito, mas eu digo que não acabou. O pessoal naquela ocasião que era trazido de fora. Era mais fácil. Eu me lembro que uma questão que eu atuei junto com o Canuto, antes de voltar a Goiânia, foi ainda uma questão de trabalho escravo. O pessoal que veio para trabalhar na fazenda Frenova. Estava se expandindo. Foi um trabalho intenso que a gente fez. O que tínhamos na ocasião era a CPT e os sindicatos... (Maria José, 25/07/2017).

Muitos desses posseiros que “passavam adiante” suas posses vinham para os Patrimônios que estavam se urbanizando. Alguns já municípios. Duas frentes políticas emergiram dessa situação que era mais ou menos descrita como o povo da Prelazia e os latifundiários. Nas cidades e Patrimônios as opiniões se dividiam. Havia muita gente que se considerava neutra. E a Prelazia reforçou o seu trabalho político partidário apoiando os candidatos e depois prefeitos pelo PMDB. Podemos observar aqui uma organização política com o apoio da Igreja que expressava uma escolha não apenas pela evangelização dos pobres e injustiçados, mas uma escolha de se posicionar como partido político e disputar poderes com outro partido com o objetivo de ter o domínio sobre decisões políticas. Provavelmente foi um dos pontos considerados pela ala conservadora da Igreja ao se distanciar e mesmo se opor à corrente progressista e com práticas de libertação.

Assim, a década de 1980, mesmo com muitos conflitos em vários lugares, com focos de trabalho escravo, com desrespeito às terras indígenas entre outras dificuldades, registrou evolução e diminuíram os conflitos armados. Nesse aspecto pode-se definir um sujeito político coletivo com objetivos comuns: uma concepção de mundo mais justa, mais crítica e coerente com a ideia de liberdade e formação humana. Entre os candidatos que foram eleitos para as Prefeituras dos municípios ligados à Prelazia, temos alguns daqueles agentes pastorais de fora e temos representantes do povo que nasceram ou chegaram à região ainda crianças.

Estes, com formação escolar pelas escolas e projetos desenvolvidos com o apoio da Prelazia. Como foi o caso do senhor Francisco de Assis, vulgo Diá (chegou à região em 1971, analfabeto e trabalhador rural, peão. Foi alfabetizado na Educação Popular ministrada pelos

agentes pastorais, continuou estudando na região, depois foi professor, atuante em movimentos sociais e políticos; mora em Cuiabá e é Procurador da República do Estado de Mato Grosso), foi prefeito de Canarana, eleito em 1982. Assim, Canarana, e outros três municípios, Santa Terezinha, São Félix e Porto Alegre do Norte durante algum tempo formaram um bloco hegemônico governativo no sentido político, fazendo frente aos conflitos já existentes há mais de uma década. Não era uma massa humana, mas um bloco de comunidades solidárias.

Gramsci (1999) afirmou que uma massa humana não conquista sua autonomia sem organizar-se, e não existe organização sem intelectuais, sem aqueles que se ocupem de dar homogeneidade e consciência ao grupo ao qual pertencem. No processo de busca de uma consciência crítica, o grupo precisa dos seus organizadores, seus dirigentes, para que elaborem e reelaborem continuamente os princípios teóricos necessários à cimentação de sua unidade enquanto grupo cujos integrantes se identifiquem não só por sua posição econômica no jogo das relações sociais, mas também e, essencialmente, por seu posicionamento político, na busca pela transformação da realidade social.

Temos elementos para afirmar que dois tipos de intelectuais conviviam ali. Os intelectuais tradicionais, que em algum momento agiam como intelectuais orgânicos e aqueles intelectuais orgânicos que foram se fazendo nas relações cotidianas de trabalho, de enfrentamento e de elaboração de condições de realização dos objetivos das comunidades.

Nesse processo de organização, os formadores/agentes pastorais vindos de fora imiscuíram de tal forma na vida das comunidades que não separavam de si o papel de intelectual orgânico e de intelectual tradicional. Porque viviam nas mesmas condições que os moradores das comunidades, realizavam os mesmos trabalhos e os aprendizados eram recíprocos. Ao mesmo tempo que ensinavam a leitura e a escrita, aprendiam as lides do campo. Assim, nos processos de reflexão/ação experienciados pelas duas partes todos ensinavam e aprendiam. Como também todos enfrentavam as mesmas dificuldades, apreensões e problemas, inclusive as mesmas dúvidas e incertezas sobre a própria sobrevivência.

Dentro desse contexto de aprendizados, a relação intelectuais/aprendizes traduz a dialética teoria-prática inerente ao processo, no qual o aspecto teórico distingue-se por meio de um grupo de pessoas especializadas na formulação conceitual e filosófica orientadora da ação política prática. E esta ação é clara desde o início, dados os instrumentos que foram sendo elaborados para que a informação/formação chegasse com sucesso ao maior número de pessoas. E esses instrumentos são os recursos da comunicação, o Informativo Alvorada, documentos como a Carta Pastoral (1971), a chamada à evangelização por meio de celebrações de memória de mártires,

tanto brancos como negros e índios; os esclarecimentos na utilização de cartilhas formativas de cunho social e político e os textos de jornais, livros e revistas nacionais e internacionais que tratavam de conflitos, confrontos e embates semelhantes aos que aconteciam ali.

Analisando o que foi pensado e apresentado, afirmamos que o intelectual orgânico é mais que um especialista de algum saber, é um dirigente, um político que processa em si a capacidade de unificar o grupo social ou o partido a que pertence em torno da visão de mundo que lhe é própria. Seu trabalho visa a garantir a ação coletiva coerente para a transformação da realidade conforme o projeto de poder. Os intelectuais desse tipo funcionam, pois, como categoria orgânica de um grupo social fundamental, de uma classe, como organizadores da hegemonia, sendo responsáveis pela unidade entre o pensamento e a ação, na produção do processo histórico real.

Observamos que a caminhada no processo de formação dos sujeitos políticos aborda, também, a elaboração dessa estética formativa com fundo missionário, isto é, a formação busca a compatibilidade com a libertação dos sujeitos, configurada na evangelização realizada pelos agentes pastorais e “enfrentantes” nos cantos litúrgicos, na produção da cultura popular, nos murais pintados no interior das igrejas, nas romarias, missas, orações, na constituição de associações, no apoio aos sindicatos, e também na visibilidade dos projetos educativos dentro e fora da Prelazia.

Por outro lado, debruçamos sobre o material descrito procurando compreender se todas essas estratégias educativas, produzidas não apenas nas situações formais, mas em todos os ambientes, que se apresentavam como ruptura em termos políticos, foi o elemento que possibilitou ou não intelectuais capazes de atuação efetiva nos papéis sociopolíticos das suas comunidades.

Assim, a ideia de que o processo formativo educativo que se programou na Prelazia contribuiu para a formação de intelectuais do tipo orgânicos, como pensados por Gramsci (1999), passou a ser questão central desta investigação. Então guiamo-nos pelo material que revela a construção de uma história/memória da Prelazia, a partir da chegada dos Claretianos, e a análise das estratégias de educação e de evangelização desde a década de 1970, quando aquele território se tornou Prelazia. Pelas narrativas dos entrevistados, já exploradas no segundo capítulo desta tese, vamos compreendendo os limites da representação de poder da igreja frente ao latifúndio, ao governo da ditadura militar e à formação intelectual dos sujeitos.

Então surgem outros aspectos que são trazidos à discussão. Seria esse processo de evangelização verdadeiramente um processo que possibilitaria também a resistência? Não estaria o povo da Prelazia passando de um domínio a outro domínio? Consideremos: ainda que

durante as análises tenha ficado claro que os agentes pastorais trabalhavam e viviam nas comunidades as mesmas experiências e a mesma forma de vida que os moradores dos lugares, não há como colocarem-se no mesmo nível que as outras pessoas porque havia a barreira do conhecimento sistematizado que inibe as pessoas que ainda não são letradas; mesmo que a forma de compartilhar os conhecimentos leve em conta o cotidiano das pessoas, leve em conta o vocabulário empregado no dia a dia; mesmo que seja valorizada a cultura e o conhecimento de mundo dos envolvidos no processo de aprender, na educação formal os agentes e os “alunos” possuíam saberes diferentes.

Sabemos que a pedagogia libertadora de Freire trata esse intercâmbio de aprendizados como um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização, e, portanto, na constituição dos movimentos sociais, pois não é em si a condição de exclusão, de opressão que leva mulheres e homens a se engajarem na luta social, mas sim, a compreensão da razão de ser de sua condição de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliada à utopia da mudança, mostra que mudar é difícil, mas possível; e um grande recurso é instrumentalizar as pessoas para que possam se organizar e se engajar na luta para modificar a sua história.

Como comprovamos pela análise de documentos do arquivo, o material produzido para a alfabetização no processo da educação popular foi orientado pela obra de Paulo Freire. Ainda assim a figura do alfabetizador, diga-se, dos agentes pastorais, trazia uma imagem de mentor. Em certo sentido, um condutor de mentes que, na perspectiva da instrumentalização, parece contraditório, mas estava dentro da proposta. Paulo Freire defende na sua obra *Pedagogia do Oprimido* que é preciso trocar experiências com o educando, para que ele, detentor de um saber construído na sua prática social, possa produzir cultura e transformar o mundo, transformando-se também; mas o intelectual ali conduz o processo; Gramsci (2001, p. 18-19) resolve essa contradição:

Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]. Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual.

Nesse momento, os agentes pastorais eram a categoria especializada na função de formar outros intelectuais. Pensamos então em acompanhar alguns sujeitos selecionados, buscar nos relatos como aconteceu a sua formação ali e, assim, compreender a história como possibilidade e não como determinação dos destinos das pessoas. Para a seleção dos sujeitos

entre todos os entrevistados consideramos as motivações que os levaram a atuar como protagonistas em suas comunidades.

### **3.1 Os intelectuais e os processos de constituição dos sujeitos**

O objetivo deste tópico é, pela parte, compreender o todo, como nos ensina Candido (1975), compreendendo as nuances do todo que se revelam nas partes. Como a análise contempla sujeitos que estejam ainda atuando na sociedade e que tenham um histórico de vida entrelaçado ao histórico das relações sociopolítico-educacionais, a pesquisa se encaminhou para uma seleção natural de pessoas que atualmente se encontram no município de São Félix do Araguaia. Mesmo que tenham morado em outras comunidades anteriormente. Sendo este o município sede da Prelazia até a última década, torna-se o centro mais movimentado e com maior número de colaboradores mais antigos.

Nesse sentido consideramos importante explicitar em que conceito estamos nos baseando para promover a discussão da atuação desses sujeitos que emergem de um sujeito histórico coletivo (Gramsci, 1999 e 2001) e representam suas classes na postura e na atuação. Sem dúvida os sujeitos pesquisados revelam-se intelectuais que emergiram da esfera da sociedade civil, que é o espaço concreto da formação das vontades particulares. Em um processo que foi se universalizando a partir das necessidades do meio em que se fizeram, foram se orientando para a formação de uma consciência política por essas mesmas necessidades. Sejam elas a vontade de justiça, sejam elas o desejo de governar e/ou de dominar.

Esse movimento foi o que configurou uma relação de hegemonia entre duas forças cristalizadas ali, a noroeste de Mato Grosso, e movimentou as relações de conflitos e de lutas numa espécie de jogo cujos movimentos possibilitaram um lado ou o outro se revezar no poder e influenciar a sociedade política por determinado tempo. Se o sujeito da vontade é uma entidade coletiva, como se relacionam as vontades individuais? Em Gramsci (1999), compreendemos que o processo de formação da vontade coletiva não é abstrato, mas depende de uma pessoa concreta que, obviamente, pode ser um corpo coletivo, que possa movimentar o imaginário de quem se quer convencer e dá formas concretas às paixões políticas.

Os dois lados que afirmamos terem se formado seria de um lado o poder econômico do latifúndio e do outro o poder simbólico da igreja que se levantou em defesa das comunidades economicamente inferiores, formados a partir dos povoamentos da região. Assim, podemos

nomear dois sujeitos coletivos: latifúndio e igreja, na disputa pela hegemonia, baseando-se no pensamento aqui registrado de que:

A Igreja, por todo o arco de sua história bimilenar, aparece aos olhos de G. como “o intelectual coletivo” que mais que qualquer outro soube instaurar e manter relações com “os simples”, condicionando fortemente, às vezes totalmente, a vida cultural, a vida social e política dos povos e dos Estados. (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 402).

Muito embora esta igreja tenha uma postura que contrariava inclusive a ala conservadora dessa mesma Igreja Católica, o poder simbólico construído, no arco de sua história milenar certamente exerceu um direito de autoridade junto ao povo, nos discursos, nos anos iniciais da sua constituição como Prelazia; e depois, um dever de responsabilidade nas ações empreendidas que confirmou o seu *status* de poder. E é esse status que vai unir durante algumas décadas, pelo menos, as convergências e contradições de diferentes comunidades representativas do povo em uma vontade comum e possibilitar alguns avanços nos enfrentamentos de conflitos pela terra, por exemplo. Tratando vontade coletiva como necessariamente política, Gramsci (1999, p. 435) “[...] porque na história moderna o ‘indivíduo’ histórico-político não é o indivíduo ‘biológico’, mas o grupo social”, mostra que a própria configuração do indivíduo dá-se já numa esfera política e as vontades individuais transformam-se em vontade coletiva através da atuação do sujeito coletivo (partido), potencializando aqueles elementos implícitos que anulam a ideia de que a vontade coletiva não é arbitrária ou imposta.

Então, os sujeitos aqui representados serão analisados na forma de representantes de um sujeito coletivo que se materializa no intelectual seja orgânico, seja tradicional. O seu comportamento e relações nas comunidades em que se inserem e o trabalho que exercem nestes ambientes é que nos dará o direcionamento.

**O Ex-Prefeito I** – Uslei: Prefeito de São Félix do Araguaia por dois mandatos, entre os anos de 1996 a 2004, mas está envolvido na política desde 1992, quando foi candidato a primeira vez, pelo PMDB, mas não ganhou a eleição. Nesse período trabalhou no Incra, região do Araguaia; voltou a candidatar-se, foi vitorioso e reeleito. Durante os dois mandatos teve como secretária de Educação a professora Lourdes Jorge de Souza, com quem, segundo ele, realizou projetos importantes como por exemplo o Tybysirá, de que trataremos com mais detalhes em lugar específico.

Os pais da minha mãe são paraenses, do meu pai e da minha mãe eu nasci, fiquei aqui por um bom tempo, até me tornar adolescente, meu pai me colocou

algum tempo em Carolina, estudando, depois no Tocantins, que antigamente era Goiás, hoje é Tocantins. Voltei para São Félix, fui a Araguacema, uma outra cidade do Tocantins, fiquei mais um tempo, estudando. Retornei à São Félix do Araguaia, meu pai já não estava mais em Luciara, estava em São Félix. E aqui ele ficou até o fim. Aqui ficamos todos nós. Tive o prazer, nesse retorno meu de Araguacema para São Félix, eu tive a felicidade de conhecer o Ginásio Estadual do Araguaia (GEA), com sede em São Félix do Araguaia, coordenado, de certa forma, pela igreja católica (Uslei, 09/09/2017).

Conforme Uslei, Dom Pedro Casaldáliga foi um mentor e ocupou um espaço importante na educação, nos primeiros tempos da Prelazia. Principalmente pela distância de São Félix do Araguaia da capital, 1.161,8 km, via BR-158 e BR-070. Ele disse:

Imagine, até hoje o acesso é complicado para chegar aqui. Havia um distanciamento muito grande dessa região do Araguaia aqui, que divide com Tocantins que divide com o Pará, não é? Há momentos que divide com Goiás, há um distanciamento muito grande dessa região com Cuiabá. Com o governo estadual. Nessa época o povo aqui tinha tudo a ver com Goiânia. Até hoje, ainda tem comerciante ainda tem pessoas que procuram a saúde em Goiânia, devido a parentesco. Comerciantes que compram em Goiânia, ainda hoje tem vínculo muito forte. A distância é mais ou menos equivalente, Goiânia e Cuiabá em termos de distância não tem muita diferença. Então assim, naquela época, voltando um pouco, precisava sim, alguém pra ocupar esse espaço da educação. E a igreja católica teve esse papel fundamental. E abriu uma escola que eu tive o privilégio de estudar. Foi a escola pública, posso afirmar isso com toda segurança, de melhor qualidade de ensino que eu frequentei. (Uslei, 09/09/2017).

No caso era o GEA, que era escola pública, estadual. Ele enfatiza que Dom Pedro coordenava as atividades indiretamente por meio dos agentes que colocou aqui. Padres, freiras, agentes, pessoas ligadas à Igreja que vieram para trabalhar na evangelização. “Digo indiretamente porque tinha diretores, secretários, professores, eles é que conduziam. Mas Dom Pedro estava por trás disso. Uma escola pública estadual.” (Uslei, 09/09/2017). Começou a estudar no GEA em 1971, e disse que no início do funcionamento foi meio que improvisada fisicamente. Até que foi construído o prédio com várias salas de aula, sala de professores, biblioteca, banheiros, então ficou estudando ali até 1973, quando as Forças Armadas do Brasil fecharam a escola por motivos que já conhecemos e colocou um ponto final no trabalho da Igreja. Prenderam todos os padres, os agentes, professores, que tinham outro papel também, não era só de professor. “Essa gente foi tudo, foi presa, foi humilhada, foi, teve gente que até sofreu... como é que diz... é tortura. Teve até denúncia de tortura, bastante tortura.” (Uslei, 09/09/2017). Nesse tempo ocuparam a escola e depois, com o fechamento, vários alunos, os

que tinham condições, foram embora. Os pais enviaram para estudar em Goiânia ou Cuiabá. E também tinha o agravante de que não havia ensino médio na região ainda.

O entrevistado, Uslei, fala um pouco sobre a sua vida na adolescência e conta como a Igreja era vista pelo povo: por uns como protetora, por outros como reduto do Comunismo, dizendo que talvez isso explique o fechamento da escola e a presença ostensiva das Forças Armadas de forma perene ali; segundo ele, após o fechamento do GEA e ainda por algum tempo a presença das Forças Armadas tornou-se até natural na cidade de São Félix do Araguaia:

Eu era adolescente nessa época, mas eu me lembro que havia uma conversa que a igreja tinha alguma coisa de subversão, de comunismo, que Dom Pedro tinha a ver com aquela guerrilha lá do Araguaia, e São Geraldo. Essas coisas etc e tal. Por conta disso, havia, essa, vamos dizer assim, essa perseguição, essa busca, esse, cuidado com Dom Pedro, etc e tal, porque ele combatia o latifúndio, ele combatia a violência rural. Tinha muita violência rural, da polícia, de fazendeiros, de grileiros com posseiros etc e tal. Então o campo não tinha paz. Era muito sofrido. Então Dom Pedro assumiu essa causa. E isso mexeu muito com os interesses econômicos e criaram essa história de subversão. (Uslei, 09/09/2017).

Ainda sobre a sua formação ele reforça a qualidade do ensino que era ministrado no GEA, sobre a Educação Física: “Pedrito (Pedro Sola Barbarin), era professor de Educação Física, rigoroso, trabalhava rigorosamente aula.” (Uslei, 09/09/2017), disse que era uma coisa bem organizada; a Educação Artística tinha uma professora de música, a irmã Irene, era a freira que, segundo ele, tinha uma capacidade intelectual extraordinária, ela dava aula de francês, dava aula de inglês, de música.

Esteve fora da região por muito tempo, mas depois voltou e engajou na vida da comunidade de forma total. Considera que a parte mais importante da sua educação foi feita no GEA, dele e de outros colegas que também ficaram na região e depois, como ele, foram professores de outras escolas das prefeituras, por exemplo.

[...] em 1969 tive a oportunidade de conhecer o Padre Pedro (futuro Dom Pedro Casaldáliga), acompanhado do Padre Manuel Luzón (já falecido), quando Pedro chegava em São Félix do Araguaia. O caminhão que chegava na cidade com os dois e a mudança, deixava cair uma caixa de ferramenta na porta do barraco que eu estava. No dia seguinte fui procurado pelo Padre Manuel sobre a caixa de ferramenta, oportunidade que conheci Dom Pedro. [...] em 1971 Dom Pedro se torna bispo de São Félix do Araguaia. A partir desse momento comecei a conhecer verdadeiramente Dom Pedro Casaldáliga. Um homem extremamente inteligente e livre do poder, de preconceitos e do dinheiro. Um homem bem-humorado. Um homem radical no bom sentido da palavra. Radical na fé, justiça, na pobreza, na distribuição de renda, na defesa

dos direitos do homem do campo, na luta contra o latifúndio, nos direitos dos povos indígenas, da mulher e do meio ambiente.

Enquanto esteve fora, trabalhou e estudou em Brasília onde formou-se em Administração de Empresa. Assim que se formou, retornou à sua terra e logo ingressou na política:

Trabalhei na TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília e concluí o curso superior de Administração de Empresa pela AEUDF – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. Me formei em 1.982 e retornei para São Félix do Araguaia em 1.983 e estou até hoje. Na condição de servidor público municipal e professor do Estado de Mato Grosso, me tornei vereador do município de São Félix do Araguaia em 1.988. Em 1.992, fui candidato a prefeito derrotado, pelo PMDB. De 1.993 a 1.996, assumi a coordenação do INCRA numa região do Araguaia que compreende de Querência a Vila Rica. Em 1.996 fui candidato a prefeito VITORIOSO, pelo PMDB. Em 2.000, fui candidato a prefeito VITORIOSO pelo PMDB. Em 2.004, o meu sucessor do PMDB (João Abreu Luz - aluno do GEA e também orientado pelo Pedro e equipe), foi candidato a prefeito VITORIOSO. Em 2.008, eu fui candidato a prefeito DERROTADO, pelo PMDB. Entendi que devo deixar de ocupar cargos públicos, por força eleitoral, deixando espaço para as novas lideranças e participar politicamente de outra forma. (Uslei, 30/03/2018).

A vida particular, social e política de Uslei é atravessada pela Prelazia e pela formação que foi apoiada e orientada pelas suas equipes de trabalho. Como foi dito por ele, saiu de São Félix do Araguaia para completar os estudos em Brasília, trabalhou por lá algum tempo, mas acabou voltando para sua terra e engajando na vida política da cidade de São Félix. Foi vereador, prefeito pelo PMDB, partido que era apoiado pela Prelazia, e, segundo ele, desenvolveu projetos sociais com o apoio de “Pedro e equipe”.

Dentre os projetos desenvolvidos ele cita vários na Educação e na Saúde. Na Educação ressalta o trabalho da Secretária de Educação que esteve à frente dos trabalhos durante os seus dois mandatos, Lourdes Jorge, que, segundo sua narrativa, fez um trabalho muito importante principalmente no que diz respeito ao gerenciamento da educação e à formação dos professores. A professora Lourdes também é uma intelectual formada na Prelazia, participante dos trabalhos de educação e evangelização desde muito cedo. Estudou nas escolas da região, saiu para completar a formação na Unemat, Mestrado em Educação, mas sempre se manteve ligada ao trabalho da Prelazia.

Ainda como aluna, na década de 1970, bem nova e engajada nos trabalhos da Igreja, participou de grupos de expressão popular, e da equipe que organizou os grupos de teatro que culminaram na escola de circo do projeto *Araguaia Pão e Circo*, cujo papel, segundo a

professora, foi fundamental na conscientização das camadas populares das comunidades. Sendo circo, agradava a todos e chamava a população a participar.

**A Secretária de Educação** – Lourdes Jorge: Maria de Lourdes Jorge de Sousa, natural de Araguaçu- GO, atualmente, Estado do Tocantins. Ainda criança mudou-se com a família para o Município de São Félix do Araguaia-MT. Iniciou os seus estudos numa escola multisseriada na zona rural do mesmo município. Quando adolescente, com a finalidade de continuar os estudos foi morar com agentes pastorais da prelazia de São Félix, assumindo, desde muito cedo, as causas defendidas pela Prelazia nos anos de 1980. Apenas com a 4ª série do Ensino Fundamental, tornou-se professora e em seguida supervisora pedagógica de um grupo de escolas. cursou o magistério pelo projeto LOGOS II, Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso e Mestrado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

Em São Félix do Araguaia, foi ainda professora do curso de Magistério, Diretora do Núcleo de Educação Permanente (NEP); Diretora e, posteriormente, coordenadora pedagógica da Escola Instituto Educacional – Cooperin; Secretária de Educação Municipal, por oito anos (1997-2004); orientadora de Estudos da Coordenação de Educação à Distância (CEAD/Unemat) e atualmente, professora formadora do Centro de Formação e Atualização dos Professores (CEFAPRO) de São Félix do Araguaia-MT e membro do grupo de pesquisa: Educação do Campo e Organização do Trabalho Pedagógico, da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Sua atuação política se originou e se nutre da história e ensinamentos da Prelazia de São Félix (no comando do bispo Pedro Casáldaliga), de projetos de cultura popular e da educação de perspectiva crítico-dialética. Trabalha na educação nessa região desde 1982. Professora da rede estadual de Mato Grosso. Chegou bem nova, foi estudante, posseira, formou-se pela Prelazia e tornou-se professora. Sente a Prelazia como um guarda-chuva que defendeu o território de luta das pessoas que não tinham com quem contar e criou uma comunidade marcada pelos mesmos problemas, lutando contra o mesmo opressor. Sempre trabalhou com teatro e teve a sua estreia nos teatros dos projetos da região sendo uma personagem de *A misteriosa viagem de João Cordeiro e Zé do Quengo às terras do pau brasil*. Diz que esta peça e outras também escritas pelos professores e agentes pastorais foram instrumentos de conscientização ao povo. Fazia parte da formação política dos moradores da região do Araguaia, com objetivo de ir para outras regiões.

As oficinas de circo eram realizadas nas comunidades para onde as pessoas do circo iam e ficavam até duas semanas em espaços cedidos pela comunidade. Destaca ainda que o mais interessante é que o *Araguaia Pão e Circo* continua sendo levado em forma de outros projetos

para onde as pessoas foram: Goiânia, Uruaçu, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Sobre o Informativo Alvorada, diz que foi de grande alcance. Ele chegava em todas as classes. Todos liam, para os trabalhadores era a cartilha de formação e informação. Os fazendeiros sempre mandavam comprar para lerem e saberem o que estava acontecendo na comunidade. “Uma forma de vigiar o que estava sendo feito pelo *povo da prelazia*” (Lourdes Jorge, 25/07/2017).

Continua trabalhando como professora e orientadora na rede estadual de ensino e, na roda de conversa de 2016, mostrou seu posicionamento com relação ao que acontece atualmente. Ressentiu-se da falta de um trabalho continuado dos agentes e professores de modo geral, mostrando que os objetivos de luta estão muito dispersos e não há uma homogeneidade de interesses e necessidades para continuar.

[...] eu fico pensando que falta clareza, faltam bandeiras pra gente caminhar porque essas histórias que trazemos desde cedo tinham a bandeira muito clara. A nossa bandeira era a terra, era a saúde, a constituição das comunidades. Hoje isso não está dentro das escolas; parece que a gente fica dando aulas e falando de escolas, e falando de coisas que na verdade a gente não tem; um projeto de sociedade, de comunidade. É preciso intensificar esta discussão em torno da construção dos nossos projetos, pelos quais nós vamos lutar. E nós, professores da rede estadual, que podem ajudar nessa discussão, na instituição Estado é muito complicado de a gente trabalhar. Uma coisa é ser da rede municipal, que a gente vai para o embate na localidade; outra coisa é ser da rede estadual, porque de certa forma é engolido pelo sistema e você não tem um sujeito próximo para ir ao embate com ele. Eu que vivi uma escola engajada, confesso que me sinto chocada e perdida. Faço uma pesquisa e percebo coisas que não gostaria de encontrar e de ver. Volto na Heloísa – onde perdemos o fio e como retornar? Se tudo o que fizemos, tudo deu certo e aconteceu, deu certo algumas conquistas, porque era no coletivo. Tudo junto e misturado com pais, crianças, sindicato, CPT, Prelazia, era um projeto de uma escola que ia ao enfrentamento, como o Xavantinho, por exemplo, (quando eu era criança). Os de hoje precisam conhecer para dar continuidade. (Lourdes Jorge, 16/07/2016).

Depreende-se da fala de Lourdes Jorge (2016), assim como nas considerações de Uslei (2018) um desapontamento que os afasta dos campos de luta. Estão integrados na vida das comunidades, eles, como muitos dos agentes aqui mencionados e outros que foram ouvidos aleatoriamente, sentem que as decisões nas comunidades perderam aquela participação direta do povo e passaram a acontecer de uma forma mais burocrática. Como já foi discutido neste texto, com a saída de Dom Pedro Casaldáliga, e com algumas decisões, especialmente na criação de paróquias em algumas cidades vinculadas à Prelazia, o trabalho dos agentes sofreu sensíveis modificações. Acrescente-se isso a saída do “partido da Prelazia” do poder e o distanciamento entre as antigas e as atuais autoridades.

Corroborando o discurso de Lourdes Jorge (2016), percebemos no relato de Uslei (2018) a justificativa para os seus desapontamentos. Atuaram ativamente durante o tempo em que estiveram à frente da política governamental de um dos municípios da Prelazia, São Félix do Araguaia, influenciaram a educação da região, produzindo projetos relevantes de formação educacional em parceria com universidades e prefeituras do leste do Mato Grosso.

E quando eu me tornei prefeito aqui de São Félix, uma das coisas que eu considero assim mais palpável, que eu considero importante, foi quando nós criamos uma equipe, nós conseguimos construir uma equipe, ainda em 1996, o ano da eleição. Nós construímos uma equipe antes de tomar posse. Entre os elementos, as pessoas que compuseram essa equipe, a professora Lourdes Jorge, uma pioneira, ela é daqui dessa terra, ela nasceu aqui, se formou em Minas Gerais, Belo Horizonte, mas voltou pra cá está aqui até hoje, uma professora de alto nível. Muito competente e séria no que faz, muito dedicada. Acredita muito nas coisas e faz mesmo. Ela foi a secretária de educação. Então, é, uma coisa interessantíssima que eu acho que a Lourdes fez, teve condições de fazer, foi uma coisa que ela chamava de mostra da educação. O que era isso? Então, ela trazia para cá tudo que é professor, professora, gente do quadro, leigos, é... gente da comunidade escolar, ficava aqui três dias aqui em São Félix, fazia debates, palestras, gente de fora... Carlos Reyes Maldonado (UNEMAT), por exemplo, muita gente importante na educação. (Uslei, 30/03/2018).

A linha do tempo nos mostra que a permanência de governos populares no poder naquela região não foi longa. Ao final dos anos 1990 as prefeituras já não tinham mais governos municipais que fossem ligados à Prelazia. Com certeza exerceram seu papel dinamicamente e tiveram o respaldo da sociedade, mas com as mudanças de governantes nas prefeituras as formas de trabalho eram outras e eles se viram fora dos projetos que tinham idealizado. Alguns projetos até excluídos da pauta. Mesmo continuando nas escolas e nas lideranças políticas da região, decepcionam-se de não ver se concretizar o que foi planejado.

Gramsci (1999) demonstrou que era preciso formar o homem para que ele fosse capaz de pensar, de governar e de controlar aqueles que governa. Assim, a escola poderia não somente formar o cidadão, no sentido do conhecimento filosófico, mas também o cidadão com condições políticas de governar. Para isso o estudante deveria estar em contato com diversas realidades do ensino, agentes diferentes da educação para que fosse capaz de compreender os diversos segmentos da sociedade. A educação pode ser a força libertadora dos oprimidos, pois “[...] o homem não se liberta sozinho” (FREIRE, 1981, p. 85), e a educação é, por natureza, comunitária. A libertação é também comunitária: os homens se libertam na medida em que se unem uns com os outros. Mas, a educação que pode promover a libertação não é qualquer educação. Precisa ser pensada de forma coletiva independentemente das redes a que está vinculada. Nesse sentido o

relato de Uslei (2018) a respeito dos projetos educacionais em seus pleitos expressa o objetivo da equipe de governo em criar condições para esta educação comunitária e libertadora para toda a região:

Nessa questão de educação no campo... aqui a questão geográfica é muito séria, porque a densidade demográfica aqui não dá meio habitante por quilômetro quadrado. Dá menos de meio habitante por quilômetro quadrado. Então é muito difícil discutir educação no campo, aqui. Muito complexa a situação. Então a Lourdes trazia os educadores para cá. Técnicos importantes do nosso país, para pensar a educação nessa região do Mato Grosso. Margens do Rio Araguaia: Confresa, Vila Rica, Porto Alegre, Canabrava, Bom Jesus, Santa Terezinha, Luciara, enfim, todos os municípios que compõem essa região Leste aqui do Mato Grosso. Isso mexia com a motivação das pessoas. Porque eram debates profundos. [...]. Então assim, foi profunda naquela época a discussão, a vontade de se fazer uma mudança. Outra coisa muito importante que ela conseguiu fazer, ela conseguiu fazer uma parceria com o Estado para que a Secretaria Municipal de Educação ajudasse a administrar as escolas estaduais aqui. Então era a Lourdes Jorge que tinha o poder, porque não tinha eleição para diretor ainda, era a Lourdes que fazia essa discussão com a categoria para saber que iria dirigir esta ou aquela escola. Então assim, foi um momento muito importante. Foram 8 anos com o debate e a mostra da educação. Ela entrou junto comigo e saiu junto comigo. Nós entramos em 1º de janeiro de 1997 e saímos dia 31 de dezembro de 2004. (Uslei, 30/03/2018).

Os resultados alcançados na realização dos projetos educacionais podem ser exemplificados com um material produzido pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, sede das mostras pedagógicas e dos projetos educacionais, denominado *Tybysirá – Educação do Campo e visibilidade social, uma experiência no sertão do Araguaia*, (2004). Conforme os relatos de Uslei (2018), no seu pleito de prefeito a Secretaria Municipal de Educação fez um trabalho bem voltado para uma escola comunitária, agregadora e de libertação. E a preocupação com o campo foi uma das prioridades, já que a sociedade que compõe os municípios aqui descritos, da jurisdição da Prelazia de São Félix do Araguaia é formada por comunidades rurais. Por isso terem pensado o Tybysirá:

Compreendendo que o campo é um espaço de vida, e que é legítima a luta por políticas públicas e por projetos educativos que nasçam e se firmem como um instrumento de libertação e protagonismo da população, a prefeitura municipal, através de sua Secretaria de Educação, com a participação ativa dos professores da educação do campo, crianças e jovens, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, assessoria especializada e continuada, idealiza e coletivamente constrói o projeto Tybysirá – Escola de Ternura e Cidadania. (LOPES; FERREIRA, 2004, p. 8).

Além da Secretária e do Ex-prefeito I, acompanhamos a trajetória de outras pessoas, como ex-presidentes de sindicatos (por exemplo o senhor Manoel Prelazia), a advogada aposentada da Prelazia, Maria José Moraes, outro, que aqui será mencionado para discussão específica como Ex-prefeito II, adversário político dos partidos apoiados pela Prelazia, e ouvimos também o atual Presidente da Câmara de Vereadores. Todos têm em comum esta visão de que a soja está entrando em larga escala na vida dos municípios ligados à Prelazia, a vida das cidades depende da movimentação desta produção, os pequenos produtores enfrentam dificuldades por falta de subsídios do governo e os projetos dependem sempre de verbas vindas do Governo Estadual e Federal. A dinâmica de vida atualmente é diferente e as pessoas mais individualistas.

Com o aumento da produção agropecuária, volta à pauta, por exemplo, a discussão da construção de uma rodovia que passa pela Ilha do Bananal. O grande problema, já enfrentado desde o início da ideia desta construção é a depredação da Ilha, a degeneração dos costumes nas aldeias da Ilha e a exploração dos habitantes de lá, os Karajá. E este é um dos impasses que sustenta os adversários políticos tanto de um lado quanto do outro. A política apoiada pela Prelazia condena a construção da estrada pelos motivos já elencados acima. Entretanto há uma ala política apoiada pelo capital, que vê na construção o desenvolvimento. Para escoamento da produção, para aproximação das distâncias entre, por exemplo, as BRs 158 e 242 que poderiam facilitar, segundo Filemon (29/03/2018), a ligação e viabilização de transporte da produção dos grãos e do gado de corte.

**O Ex-Prefeito II** – Filemon: também foi prefeito do município de São Félix do Araguaia, pelo PSD e continua participando ativamente da vida política da cidade, inclusive com intenções de possível futura candidatura a cargos políticos. Conta que chegou criança com os familiares a São Félix em 1964, dia 14 de dezembro de 64, onde permanece até hoje. Veio de Imperatriz, no Maranhão. Na realidade veio do Pará. Ipixuna, abaixo de Marabá. “Paramos aqui, e ficamos até hoje aqui. E temos que ficar até mais uns dias, né? Ainda aqui.” (Filemon, 29/03/2018).

Embora tenha sido criado em São Félix, pouco estudou nas escolas locais, desde cedo saiu de casa para estudar. Seus pais o colocaram para estudar primeiro em Goiânia, depois em Uberlândia, depois esteve morando no Pará, Barra do Garças, foi para Itapirapuã-GO, onde se casou em 1977 e retornou a São Félix. Sempre foi ativo e participante da vida da cidade. E sempre adversário das ideias e ações da Prelazia.

É assim, na realidade não existe partido da Prelazia, não tem. Na realidade diziam que a Prelazia é PMDB e PT. E eu sempre fui da direita. Então, a gente sofria discriminação. Eu mesmo fui discriminado, porque eu nunca me liguei ao grupo da Prelazia. Os jovens daqui todos tiveram problemas, na época, com

a Guerrilha do Araguaia. Eu como estudava fora, não me envolvi. Não me envolvi. Meu pai era muito ligado. Dom Pedro quando chegou aqui, a casa que ele frequentava era justamente a nossa. Era a nossa. Então eles tinham muita amizade. Eu também tinha uma ligação, só que a visão deles eu não aceitava. Eu sempre fui progressista. Eu sempre disse e digo até hoje, como outros dizem que não nasce um pé de arroz se tiver um pé de mato. Tem que tirar o mato se quiser plantar o arroz. E eles não tinham essa mentalidade. Queriam que o pobre fosse pobre, porque quanto mais pobre era melhor porque é mais fácil administrar o pobre. Pobre de conhecimento, de tudo. Não só de bens materiais, mas de tudo. E eles pegavam essas pessoas. E a juventude de São Félix foi dominada nesse, nessa linha deles. E eu ainda digo assim, graças a Deus eu não fui. Porque a minha linha era outra. A minha linha era de desenvolvimento. E nisso aí eu fiquei... pelo meu pai, eles acusaram o meu pai que ele tinha denunciado eles na época da Suiá... foi quando veio a Polícia Federal. A Erotildes sofreu muito também naquela época. Quando fecharam o colégio. Mas nem tanto pelo colégio. Prenderam muita gente. Prenderam a Erotildes, o marido dela, prenderam o Pontim. (Filemon, 29/03/2018).

Percebemos na sua fala o antagonismo ferrenho às formas de trabalho da Igreja na região. E ele, como outros que ouvimos em conversas informais, direciona seu descontentamento pelo que denomina atraso da região à igreja, e mais especificamente, à figura do bispo Pedro Casaldáliga. Em certo momento, quando perguntado sobre a educação apoiada pelas equipes pastorais, por agentes e freiras, como comprovam documentos no Centro Comunitário e Arquivo da Prelazia, diz que o bispo foi um mal necessário para a região, contrariando o que havia afirmado quando disse que a igreja prejudicou os jovens da sua época, dominados por essa linha de pensamento “deles”: “[...] porque é mais fácil administrar o pobre. Pobre de conhecimento, de tudo.” (Filemon, 29/03/2017). E afirma não ter convivido com as situações de repressão dos militares na sua região porque estava fora estudando. Portanto não se envolveu.

Esteve fora da sua terra, mas assim que pode voltou e demonstra na fala uma vontade de trazer o progresso à região. Admite ser progressista de direita e o seu ponto de vista está voltado para o desenvolvimento e a urbanização, para a produção agropecuária em larga escala para que a circulação de dinheiro possa trazer melhoramentos e progresso. Parece menos preocupado com a preservação que com a produção. “E eles não tinham essa mentalidade.” (Filemon, 29/03/2018).

Notamos assim que o projeto contra-hegemônico que vinha sendo construído durante décadas de 1970 a 1990 pelas ações das comunidades ligadas à Prelazia, que conseguira se confirmar como classe dirigente, enfrentava agora uma situação de ameaça àquele consenso que tornou possível a eleição dos dirigentes, emergidos do povo. Os filhos de líderes opositores, que saíram da terra para estudar retornam com formação superior e ideias progressistas; essas

ideias iam ao encontro dos interesses de migrantes que chegavam à terra para a produção agropecuária em escala comercial e desejos de desenvolvimento econômico e metas capitalistas que vêm se consolidando nos anos 2000. Então percebemos as duas forças políticas já existentes, evoluírem nos dois blocos: os que são apoiados pela Prelazia e os contra. Como já foi dito, houve o tempo dos municípios mais representativos da região que fizeram prefeitos pelo PMDB apoiados pela Prelazia.

Na dinâmica desse movimento político, algumas questões vão se tornando mais claras à análise. Não foi somente um movimento religioso que fomentou reação contrária ao jeito de evangelizar da Prelazia, mas o comportamento político que se expressava onde quer que se encontrassem os agentes evangelizadores. Os territórios de poder eram disputados nos espaços possíveis, com as armas possíveis, como acontece nas disputas por hegemonia:

E aí tinha duas freiras, as freiras que eles trouxeram, queriam impor o regime comunista dentro da escola. Não aceitavam cantar o hino nacional. Agora eu como diretor de uma escola vou falar para o professor: - não canta porque não podemos ter liberdade, porque o aluno não tem liberdade. Opa! Para aí, pelo menos naquela época, o hino tinha que ser respeitado, a bandeira tinha que ser respeitada, e eu estava ali para cumprir ordens da Secretaria de Educação. Então eles tentavam, eles tentavam mudar a educação. Como eu tinha uma linha diferente, opa, aqui não! Ou vocês vão pelo lado que a Secretaria diz que tem que ser cumprido desse jeito ou vocês não me servem como professores. (Filemon, 29/03/2018).

Normalmente em cidades pequenas ou pequenas comunidades dos interiores do Brasil, as disputas políticas se desdobram para todas as situações sociais e envolve os adversários nos variados contextos em que se inserem. Na situação descrita acima, Filemon (2018), como diretor de uma escola pública e filiado a um partido contrário ao que era apoiado pela Prelazia, procurava exercer esse poder de forma rigorosa, alegando observância aos ditames da Secretaria Estadual de Educação.

Em contrapartida, alega também ser difamado pelo pessoal contrário, com falsas acusações sobre a sua conduta: “Eu era tachado, quando eu vim pra cá que prestei o concurso em 82, que eu passei, que eu era avaliador judicial<sup>38</sup>” (Filemon, 20/03/2018). Ele reclama que o acusavam de ser

---

<sup>38</sup> A escolha do perito, segundo disposição do artigo 145 do CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, cabe ao juiz, obedecendo aos seguintes requisitos:

- “Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente [...]”

- “Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos...” Para ser perito judicial é necessário curso superior na área da perícia, é uma exigência do Código de Processo Civil – CPC. Ou seja, médicos fazem perícias de medicina; engenheiros, de engenharia; administradores, economistas e contadores fazem perícias de cálculos financeiros

matador de gente, possivelmente pelo tipo de trabalho que exercia porque ele ficou sendo o perito que avaliava as terras comercializadas na região, ou as posses a serem legalizadas, tendo então um poder decisório sobre a documentação que legalizava o direito de propriedade.

Nesse contexto em que se tornava impossível não ter um posicionamento, isto é, não ficar de um lado, e onde a fala popular fixava marcas classificando quem era “prelazia” e quem não era, na situação em que o Alvorada exercia influência nas denúncias, a política partidária cada vez mais estabelecia fronteiras e demarcava territórios.

Em 2008 fui candidato a prefeito, antes, antes também fui candidato a prefeito, perdi, na década de 90, perdi as eleições, mas continuei. Disputei em 2008 com Uslei Gomes, ganhei, fiquei até 2012, fui pra reeleição, perdi pro Baú, a esposa do Baú era minha vice... (risos) mas a gente era amigo. Era não, a gente é amigo. E sempre nós disputamos eleição como uma disputa. Que terminou ali a gente sempre tava um na casa do outro. Então aí perdemos pra ele e na eleição passada agora apoiei ele, apoiei, votei nele, no Baú, e a vida continua... Ele perdeu, perdeu para a Janaína... Janailza! (Filemon, 29/03/2018).

Filemon (2018) afirma ser a política tratada por ele como política. Disputa de cargos em eleições cujos debates e reações adversárias terminam nas urnas. Afirma ainda que é amigo do adversário. Entretanto quando o adversário é um partido apoiado pela Prelazia a conversa muda visivelmente de tom. Ele afirmou que não consegue se adequar às ideias retrógradas dos partidos apoiados pela Prelazia. Primeiro o PMDB, depois o PT. Na visão de Filemon (2018) são partidos que, pelo menos ali naquelas terras, não buscam o progresso, só o paternalismo. Fez questão de confirmar a que lado ele pertence e como se torna quase que impossível a relação de consenso entre esses dois lados: “É assim, na realidade não existe partido da Prelazia, não tem. Na realidade diziam que a Prelazia é PMDB e PT. E eu sempre fui da direita.”

Em certo momento pode parecer que houve um consenso e que a política partidária apoiada pela Prelazia assumiu o controle da sociedade política, sendo, portanto, o coroamento do controle das classes subalternas. Com isso consegue exercer uma contra hegemonia e a lógica seria que a sociedade civil e a sociedade política em consenso compusessem uma superestrutura formando o bloco histórico.

Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento

---

e trabalhistas; e assim por diante. Porém, em cidades onde não houver perito com curso superior na área desejada, poderá ser outro profissional que domine à área.  
Disponível em: <https://www.manualdepericias.com.br>.

para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado “queira” fazer isto, isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica. (GRAMSCI, 1999, p. 324).

Mesmo que tenha se concretizado a hegemonia do governo representativo das classes populares, a estrutura econômica da região não se modifica e isso impede que o consenso se estabeleça na configuração do bloco histórico. O poder governativo não coincide com o poder econômico. Embora na década de 1980 a região da Prelazia tenha conseguido entre municípios e governo estadual um alinhamento político que trouxesse um pouco de justiça e paz, os embates continuavam e o poder econômico acabava por dificultar decisões políticas.

Mas, a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas. (GRAMSCI, 1999, p. 225).

Pelas “armas ideológicas”, uma nova sociedade vai se construindo. Não necessariamente uma nova ordem intelectual e moral. Mas novas exigências pela realidade externa do país em que a política de governo federal passa pelo momento do final da ditadura e o restabelecimento da democracia. Entretanto alternando prefeitos de um lado ou do outro, os conflitos aconteciam e acontecem independentemente dos poderes públicos. A disputa por terras e a falta de reforma agrária estão além de pequenos poderes decisórios no âmbito municipal.

**A Escritora** – Erotildes Milhomem nasceu na região, cresceu e se formou por ali, estudou quase sempre nas escolas de Luciara ou São Félix, e se envolveu em questões políticas e sociais das cidades onde viveu e vive. É atuante ainda na sociedade. Está com 79 anos, é viúva, continua participando da vida de São Félix em diversos setores: colabora nas celebrações da igreja católica, participa da vida do museu histórico, tem o projeto de construção da casa de cultura, cujo funcionamento já foi aprovado pelo Governo do Estado do Mato Grosso, e tem muito orgulho em se apresentar como autoridade em São Félix.

[...] eu fui a primeira pessoa que nasceu na Luciara, minha mãe veio comigo na barriga de batelão. Os batelão que eu falo é umas canoa bem grande coberta de palha. Então minha mãe veio comigo na barriga e eu vim nascer na Luciara. Aí, eu fui criada trabalhando na roça. De pequenininha, meu pai já mudou lá pro sertão da Luciara, um lugar chamado Dois Irmãos. [...] minha mãe, minha

mãe todo ano ela tinha um filhinho. [...] meu pai era descendente de índio Canela do Maranhão e minha mãe descendente de Portugueses. [...] Aí quando veio a peste, as guerras, aí veio os cangaceiros, pôs todo mundo pra correr de lá. E o Padim Padre Ciço do Juazeiro falou: atravesse o Araguaia, vá pro outro lado, das bandeiras verdes... lá é o lugar que vai ser salvo, daqui uns tempos, daqui muitos anos, vocês vão ver que lá é o lugar que vai perecer por último. Esse aqui... mas eu tô vendo o perecimento muito grande, sabe, porque eles estão derrubando as matas, e aqui tá virando outro Nordeste. (Erotildes, 13/09/2017).

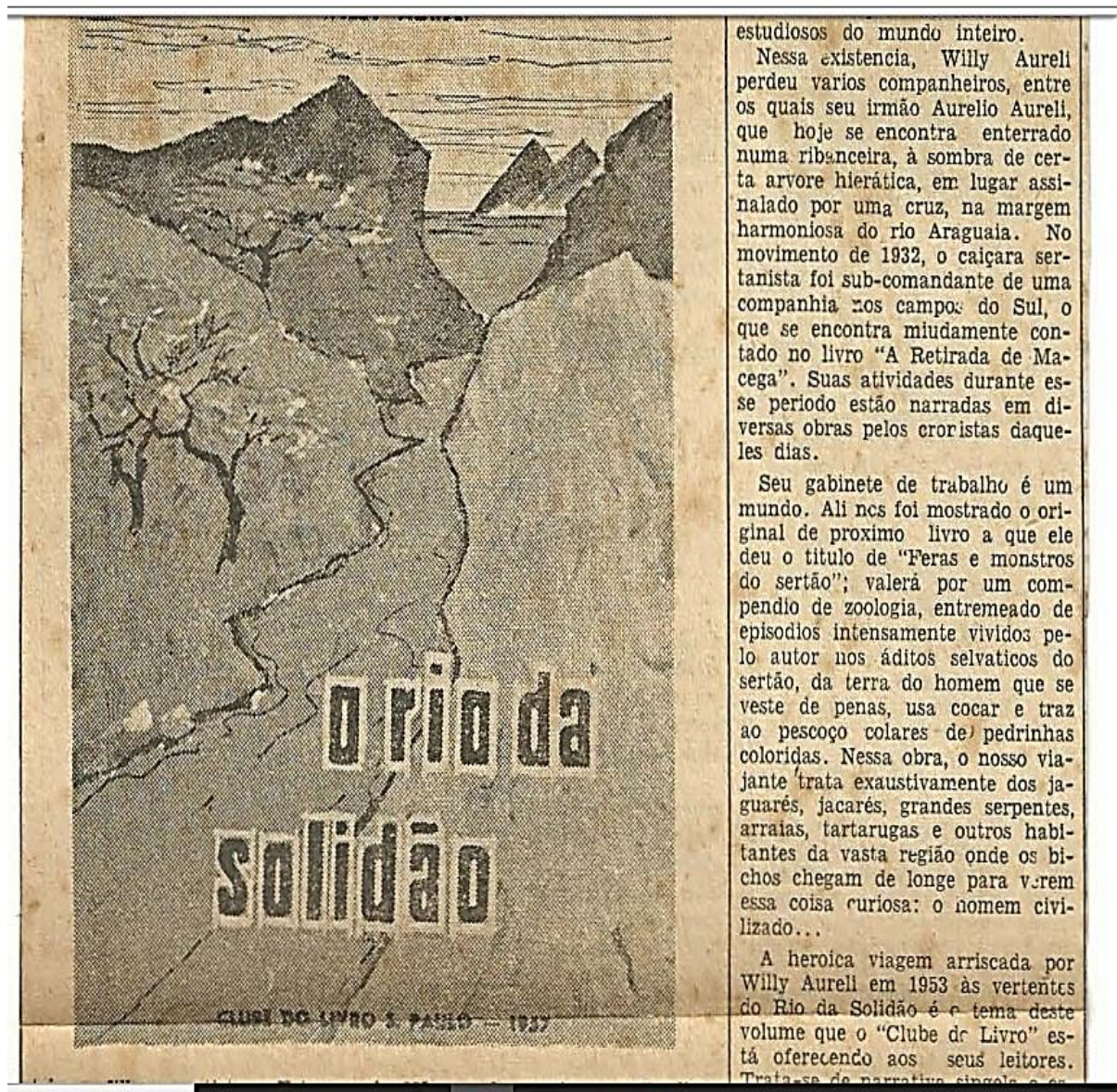
O seu percurso no depoimento é recheado de fatos e narrativas de histórias dos locais por onde passou. Com certeza por ser escritora, tem muita facilidade em narrar. Muitas vezes mistura impressões com a realidade. Entretanto é inegável o conhecimento que tem dos acontecimentos sociais e políticos envolvendo pessoas e fatos de várias décadas nas terras da Prelazia.

Até que um dia, aquela Marcha para o Oeste, o Juscelino Kubitscheck, eles vieram para Aragarças, eles andaram por aqui... Juscelino Kubitscheck era médico, sabe? Aí ele passou por aqui, ele e a turma Willy Aureli, Antônio Wanderley que também fazia parte... eles passaram por aqui e foram até lá no Pará e viram o tanto que esse povo sofria nessa beira de Araguaia. Não tinha nada, só o sol, o rio que era deles que ninguém tomava, né? O sol, a lua, as estrelas, as águas do rio... e peixe. Tinha os bichos do mato que eles comiam também... trouxeram uns gadinhos e aí, lá na Luciara, lá ficou muito gado. E aí nós ficamos morando lá, eu estudei lá até a terceira série... aí o Juscelino Kubitscheck mandou construir uma escola... chamava grupo escolar padrão em todas as cidades ribeirinhas... primeiro foi Aragarças, depois Barra do Garças, Cocalinho, Aruanã, São José do Bandeirante, São Félix, Luciara, Lago Grande, Araguacema e Santa Maria das Barreiras. Tudo ele mandou fazer um grupo porque ele viu a situação dos alunos, que tudo estudava sentado no chão, aí veio aquelas carteirinhas de madeira envernizada, que tinha um tinteiro... [...] Era grupo escolar padrão. Todos eram do mesmo jeito. Do Aragarças ao Pará. Tinha o mesmo tamanho, o mesmo tipo de construção, cabia uns cinquenta alunos. Eram duas salas... uma mais adiantada e uma mais atrasada. Tinha uma do primeiro ano pra alfabetizar e a outra do segundo e terceiro ano... não tinha quarta série não. [...] quando ele veio aqui inaugurar aí já tinha a prefeitura da Barra, né? Aí o prefeito era Antônio Paula da Costa Bilego, e o secretário dele era o Valdo Varjão. Valdo Varjão fez muita coisa na Barra do Garças. (Erotildes, 13/09/2017).

Era o começo da década de 1950. Segundo Erotildes, havia poucos povoados e muita mata. Há ainda, resquício desse tempo, um cemitério antigo, às margens do Araguaia, onde Pedro Casaldáliga, conforme fala de alguns entrevistados, deseja ser enterrado. Este cemitério abriga a sepultura de Aurelio Aureli, irmão do chefe da expedição, morto por malária na última viagem da Bandeira Piratininga quando passavam pela região. Ficou ali enterrado por impossibilidade de ser transportado pela expedição. Essas histórias enriquecem o imaginário do povo e as páginas dos livros de Milhomem. Além da ficção, ela também é uma folclorista e

registra a cultura histórico-mitológica de São Félix do Araguaia e arredores. A Figura 73 traz informação sobre a morte de Aurélio Aureli, irmão de Willi Aureli, sepultado no antigo cemitério de São Félix:

Figura 73 – Expedição ao centro do Brasil



Fonte: A Gazeta de São Paulo, São Paulo, sexta feira, 26/07/1957 arquivo: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú, disponível em: <http://www.etnolinguistica.org>

E a Figura 74, um recorte de jornal da época, comprova que a Bandeira Piratininga esteve em expedição em Mato Grosso entre o ano 1952 e 1953.

Figura 74 – A última Bandeira Piratininga

SCHMIDT\_1957\_solidao.ppt

*Willy Aureli*

do Marechal Mariano Candido da Silva Rondon uma carta de aplauso em que o ilustre militar dizia: "Com o seu trabalho, transformou completamente a fisionomia topografica de toda a região".

Willy Aureli encontrou os maiores e mais imprevistos obstáculos, quando tentou penetrar no Rio da Solidão, por ele descoberto em 1945. Ainda assim, teimou em percorre-lo até às suas nascentes, por achá-lo de importância capital na imensa rede hidrográfica do alto de Mato Grosso. No entanto, só conseguiu alcançar os seus desgnios de 1952 a 1953. Esse belo feito, levado a cabo depois da descoberta das nascentes do Rio Liberdade, inutilmente tentado por

epopéias ceiscentistas. No entanto, já não trata de apresar e escravizar a indiana brava, descobrir as minas de ouro, de areias de diamantes. Seu material é diferente: leva consigo cadernos de notas, lapis bem apontados, discos de gramofone para colher a linguagem dos autoctoes, camara cinematografica para fixar seus usos e costumes, assim como a paisagem em que vivem, e uma fita metrica para as mensurações etnograficas daqueles quasi desconhecidos povos. E sementes. E remedios. E cartilhas de A B C, para alguns casos especiais. Até mesmo missangas para alertar a cobra dos morubixabas!

—o—

Willy Aureli, o dinámico presidente da Associação Paulista de Imprensa, nasceu em Santos. Entrou no jornalismo em 1924, iniciando a sua carreira jornalística, no "Jornal da Noite" e na "Gazeta do Povo", daquela cidade. Em 1927, entrou para as "Folhas", de São Paulo, onde permaneceu até 1952. Foi diretor do matutino paulista "A Época". Posteriormente, serviu no jornal "O Tempo". Como reporter, sobressaiu-se, iniciando, em 1937, a sua caminhada pelo sertão, à testa da "Bandeira Piratininga", desbravando zonas totalmente virgens, trazendo à coletividade enorme soma de conhecimentos. Realizou, entre outras coisas, o levantamento oro-hidrotopografico de toda a bacia pré-amazonica, enriquecendo, dessa

Segundo Erotildes, a passagem de Kubistchek àqueles lugares serviu para que, como presidente do Brasil, tivesse um olhar mais interessado para o povo que habitava aqueles confins. E por isso procurasse fazer escolas em toda a região, em parceria com a prefeitura de Barra do Garças que era o centro regional de todos os distritos citados. Embora seja fácil identificar as informações sobre a construção das escolas, e, pelas conversas com pessoas mais idosas da região, saber que elas existiram mesmo, parece que o objetivo maior da expedição, pelo menos para Juscelino, não foram essas escolas. Como vimos em páginas anteriores, ao ser eleito Presidente do Brasil, junto com a construção de Brasília, desenvolveu a construção do luxuoso Hotel Kubitschek com vistas a grande turismo na ilha.

Sobre tudo isso ela reclama que as coisas poderiam ser diferentes se tivesse continuado o que o Juscelino começou. E fala sobre o trabalho dela e Pontim na Prefeitura de São Félix e das perseguições políticas:

Nas políticas né, porque eu era candidata a vice-prefeita do lado da Prelazia e o outro era vice diretor do colégio, candidato do lado do Baú. E aí, eles pra se ver livre de mim, me mandaram transferida pra Pontes e Lacerda, último município do Brasil, lá na fronteira com a Bolívia. Eu fui lá em Cuiabá, fui lá na Secretaria, fui lá no deputado, falaram que não podiam fazer nada. E o Dante (Deputado do PMDB) foi comigo lá na Secretaria, olhou toda a papelada e disse que não tinha jeito. Aí ele pegou os meus papéis de volta. Não queriam entregar, mas ele pegou. E eu teimando que não foi o diretor que tinha assinado aqueles papéis, que a assinatura era falsificada. Ele tinha sido meu colega no GEA, nós formamos juntos. O advogado me disse: Erotildes, deixa de ser inocente, você não é política não. Fui à escola. Na transferência tava escrito que eu era indesejável à comunidade política da região. [...] vou provar que não foi o Gaspar que fez isso. Fui pedir uma carta de recomendação para o concurso na Barra do Garças porque eu pedi demissão pra não mudar para Pontes e Lacerda. [...] não, ele não deu e disse: O que tá feito tá feito. [...] ganhamos a eleição, fui vice-prefeita do Pontim. Foi muito bom. Fizemos muitos projetos. (Erotildes, 13/09/2017).

As disputas pelo poder mostram as armas de que os adversários lançavam mão. Essas disputas e dificuldades com as autoridades do governo, afirma Erotildes, já eram antigas. Isso pode ser reforçado em outra fala: “A Erotildes sofreu muito também naquela época. Quando fecharam o colégio. Mas nem tanto pelo colégio. Prenderam muita gente. Prenderam a Erotildes, o marido dela, prenderam o Pontim.” (Filemon, 29/03/2018). E por fim ela afirma que está tudo mudado e que o povo de modo geral diz que a Prelazia já teve o seu tempo e hoje é hora de deixar o progresso chegar, porque ela atrasa a região. Isso já foi dito em outras ocasiões por outras pessoas.

Eu: Mas assim, com relação a essa fala do povo, por que eles acham que a Prelazia atrasa? Milhomem: eles acham que atrasa porque o bispo não deixava fazer a estrada da Ilha, ele não deixava passar na estrada que entra na aldeia dos índios, não queria esses negócios de soja aqui, ele não queria, esses grande mesmo, os grandes que eles fala o povo que tem dinheiro, queria comprar as coisas daqui. Comprar pedaço de terra bem pertinho da cidade, do rio... mas foi o Uslei mesmo que comprou lá do lado da lagoona tem até criação de peixe naquela terra lá. Ele comprou e botou veneno lá na soja dele. E ele era do lado da Prelazia. Mas aí o veneno entrou pro lado da lagoa e matou os peixes tudo. Então é por isso. (Erotildes, 13/09/2017).

A esfera política é constituída pelo constante antagonismo entre as partes em disputa, diante do qual a atividade principal dos envolvidos seria a associação entre os que possuem semelhanças em relação aos seus objetivos, a defesa dos aliados e o combate aos adversários, do campo oposto. Em todas essas perspectivas, entretanto, a mediação de conflitos é o tema recorrente como definidor do que seria a política. Quando os aliados começam a “denunciar” seus companheiros, e/ou quando os companheiros começam a praticar ações semelhantes aos opositores significa que a mediação de conflitos fica comprometida. Mas as contradições são previstas nos grupos humanos, dadas as especificidades de cada um. Sobre isso, podemos avaliar:

Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de debandadas e de reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas. O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética intelectuais-massa; o estrato dos intelectuais se desenvolve quantitativa e qualitativamente, mas todo progresso para uma nova “amplitude” e complexidade do estrato dos intelectuais está ligado a um movimento análogo da massa dos simples, que se eleva a níveis superiores de cultura e amplia simultaneamente o seu círculo de influência, com a passagem de indivíduos, ou mesmo de grupos mais ou menos importantes, para o estrato dos intelectuais especializados. (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Esses comportamentos foram previstos por Gramsci (1999) quando mostra a formação e o trabalho dos intelectuais. É um processo de avanços e retrocessos. Em um lugar onde as relações sociais sempre foram atravessadas por conflitos e instabilidades, o poder de decisão de cada um pode ser influenciado por vários fatores externos como: busca de estabilidade e segurança, procura de melhoria de vida e fuga de conflitos. Podemos olhar para esse comportamento das massas no final do século XX, como um fenômeno que se observa de modo geral. A relação com o coletivo tem menor intensidade porque muitas conquistas conseguidas principalmente com a ascensão de governos populares em vários países trouxeram facilidades ao meio social.

**A Ex-Vereadora** – Eva Mendes: Ainda no campo da atuação política de sujeitos formados na Prelazia que fizeram da sua formação motivo de trabalho em benefício da comunidade, conhecemos a ex-vereadora pelo PMDB, no pleito político do Pontim, ex-professora, ex-presidente de conselhos e membro fundador da Associação Arte Nossa, senhora Eva Mendes. A escolha do codinome Ex-Vereadora indica, na nossa visão, o trabalho em que atuou com mais abrangência, uma vez que foi uma das componentes da Comissão Constituinte que elaborou a Lei Orgânica ainda em vigor no Município de São Félix do Araguaia, e que foi reorganizada e readequada e entrou em vigor no ano de 1990, para acompanhar as mudanças da Constituição de 1988.

Eu nasci no Pará em 1950, época, mesmo ano que os meus pais iam mudando do Pará para Luciara. E eu nasci ainda do lado de lá, no Pará. E nós moramos 10 anos em Luciara, é tanto que quando meus pais mudaram de lá eu já estava com 10 anos. E aí nos fomos para o Rio das Mortes, num lugarzinho acima de Santo Antônio. Muito pra lá. Um fazendeiro queria fazer tipo uma colôniazinha, aí ele foi escolhendo as pessoas que poderiam dar certo de morar ali. E aí ele conseguiu seis famílias para irem pra lá, pra morar com ele. No Lago da Tartaruga [...] Quando o sítio já tava todo formado, todo mundo tinha fatura, entendeu, lá, aí apareceu o dono. Apareceu o moço que dizia ser dono do Lago da Tartaruga, com um documento lá. Dizendo que era o dono das terras lá, né. Eu sei que nós tinha, o povo tinha que desocupar as terras lá. E nós saímos chorando de lá. A fruteira já tava começando dá, né. Já ia começar usufruir, né as frutas do quintal, do pomar... não me lembro quem era o dono. (Eva Mendes, 08/09/2017).

Como em relatos anteriores, percebemos na fala de Eva Mendes a mesma prática que se arrastou por longos anos, quiçá não aconteça ainda, no processo de aquisição de terras, em Mato Grosso, como em outras partes do Brasil Central. E a região retratada nesta pesquisa tem o agravante de ser cronologicamente um dos últimos territórios a ser povoado em aluvião com objetivos de produção em larga escala. Durante um tempo, os posseiros foram sistematicamente sendo desapropriados por falta de documentação. Então como já vimos nas páginas anteriores, muitas vezes o dono aparecia com documentação e desocupava espaços já habitados por pessoas que, em princípio, teriam o mesmo direito de posse, uma vez que já habitavam o local e nele já realizara benfeitorias. Um dos motivadores da força de luta que tornou singular na vida de Eva Mendes foi exatamente a dificuldade de ter crescido nesse ambiente de conflitos por território, que presenciou desde cedo com os pais, a família.

Entretanto, apesar de os pais terem perdido a posse, e terem se tornado peões em fazendas da região, uma decisão da mãe de Eva Mendes de fazer com que os filhos estudassem, embora a mãe fosse analfabeta, indica um fator decisivo em sua vida; primeiro ficou na casa de

conhecidos para estudar em Luciara, depois, terminada a quarta série, que era o último grau de estudo na região, voltou para a casa dos pais que nessa época moravam no povoado de Santo Antônio (atualmente município), foi aprender a ser prendada para o casamento:

Terminei a 4ª série em Luciara, [...] e aí com isso meu pai me botou na casa do seu Guilherme que era pra mim aprender bordado e costura, né, que a dona Lourdes era prendada, né? O bordado na máquina e a costura. E aí a gente ficou lá, um bocado de moça que tinha na casa dela. Tudo pra aprender bordar e costurar, porque naquela época moça tinha que ser prendada. Tinha que saber fazer de tudo, preparar pra casar. E aí nesse meio tempo, já tinha muita gente lá discutindo, tinha bastante gente lá em Santo Antônio... muitas crianças, adolescentes... aí decidiram botar uma aula, né? botar uma escolinha. E seu Guilherme tinha uma sobrinha que já tinha terminado o ginásio em Barra do Garças, aí ele falou que ia conseguir levar a sobrinha pra lá. [...] Aí, com a Mariinha ir pra lá, e precisava de ajudante, eu comecei a ajudar ela, né. Comecei a ajudar ela lá na sala de aula. Era sala mista. Desde os pequenos até os meninos de doze anos, treze anos, né? Aí eu comecei a ajudar ela. E nisso eu fui pegando prática na sala de aula, e fui gostando, e ela também gostando do meu trabalho, aí eu fui aprendendo, né? Sei que quando ela saiu de lá, aí ela falou pro seu Guilherme que eu podia muito bem substituir ela, né? Com a turma de primeira e segunda série. Que eu dava conta. E assim seu Guilherme fez (Eva Mendes, 08/09/2017).

É interessante perceber que apesar da liberdade conquistada por meio da aprendizagem, seja nos bancos da escola, seja na preparação para outros afazeres que tratavam como próprio das mulheres, quase todas com quem conversei encaram o machismo que é uma marca forte nas falas, tanto de homens quanto de mulheres, como uma situação de normalidade, apesar de todos dizerem que na Prelazia não há diferenciação de sexo no tratamento, no trabalho e na atuação das pessoas na vida pública. Outro ponto interessante nessa questão é que as mulheres, mais ainda as que moram na zona rural, trabalham muito, em serviços pesados, tanto quanto os homens, mas mesmo assim têm uma atitude de certa servilidade frente aos homens especialmente com relação ao dinheiro.

Quando Eva Mendes relata a sua vida política, como começou, fala sobre o papel da mulher naquela sociedade e o papel da irmã Irene, vulgo “Tia Irene”, que passou a ser referência para as mulheres. Foi de suma importância nas decisões e solicitações de aprovação de documentos para a construção do GEA e promoveu educação popular procurando meios para que elas se educassem no letramento.

Na política, eu entrei mesmo assim na política foi na época da campanha do Pontim. Do seu Aldenor eu ajudei tudo, eu pedia voto, mas aqui, né? eu não saí pra fora na campanha, né? Então, antes de chegar na política nós tivemos uma grande preparação. De conhecimento das histórias das coisas da política,

com o surgimento do Clube de Mães a irmã Irene vem pra cá. Foi uma das irmãs que iniciou esse trabalho com as mulheres, causando até também ciúmeira dos maridos. Porque para os homens as mulheres só têm que ficar no pé deles, cuidando só de casa e de serviço deles; e de repente vem ela aí querendo já mudar as coisas. Porque ela viu que tinha que fazer alguma coisa para as famílias, não era só para as mulheres. Só que aquilo ali ia servir para o lar. Para a família, mas eles nunca pensavam isso dessa maneira, né? Achava que ela estava começando aquelas reuniões, uma vez por semana saía de casa para aprender coisa que não prestava. Era isso que vivia na cabeça deles. A gente ouvia muita coisa, mas a gente não ligava. Havia mulheres que largavam, que o marido até prometia bater, ou brigava demais, então para não haver muita confusão, largava de mão. Eu nunca deixei, cada vez mais eu fui entrando, me envolvendo. (Eva Mendes, 08/09/2017).

O Clube de Mães, segundo relato de Eva Mendes era uma organização das mulheres de São Félix e região, em que se encontravam uma vez na semana para trocarem informações, informarem-se das principais notícias do Brasil e do mundo, trazidas por recortes de jornais pela “Tia Irene”, e também oficinas de artesanato e trabalhos manuais. Cada uma participava do que achasse mais interessante e poderia participar de mais de uma atividade. O objetivo era também aprender para produzir coisas úteis e vender nas feiras que aconteciam de vez em quando na região, com finalidade de melhorar o orçamento doméstico.

Com o Clube de Mães teve muitos cursos, na área de artesãos, na área de corte e costura, na área da política, eu apendi mexer com política foi no Clube. Os cursos eram ministrado pela Irmã Irene, porque, por exemplo, na política, ninguém sabia como funcionava, ninguém sabia o que era; ninguém sabia o que era o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, entendeu? Então aqui o povo já tava batalhando para emancipar São Félix, entendeu? Plebiscito ninguém sabia o que era isso... e nisso, a gente fazia leitura de textos, depois a gente ia para a discussão. E os textos eram que a irmã preparava e levava pra gente ler. Cada semana ela levava uma coisa que era pra nós estudar. E nós passamos uma boa temporada fazendo esse estudo sobre a política, né? com isso nós fomos tomando conhecimento de negócio de plano de governo, de... aquelas coisas que saía... é... sobre a Amazônia... decretos, negócio da criação da SUDAN, da SUDENE, da SUDECO, até de uma empresa japonesa que nós ficamos conhecendo nisso, conhecendo assim, sobre o estudo que ela estava fazendo, conhecendo assim, no estudo com a irmã Irene. (Eva Mendes, 08/09/2017).

Por meio do Clube de Mães, as participantes iam se informando e se formando em determinadas ocupações e atividades, com isso incluíam-se na vida das comunidades como participantes ativas, modificavam seus comportamentos e trabalhavam na modificação das outras pessoas. Com o tempo, segundo Eva Mendes, expandiram-se, o Clube de Mães evoluiu para a Associação Arte Nossa que foi responsável pela melhoria de vida em muitas casas das

comunidades graças à venda dos produtos artesanais confeccionados e vendidos pelas mulheres da Arte Nossa.

Mas não foi apenas no setor financeiro que foram afetadas. Muitas decidiram, a partir da sua atuação no Clube, procurar meios para estudar nas escolas e depois se ingressar nos projetos como o Logos II, o Inajá e a Parcelada. Segundo Eva Mendes, daqueles grupos dos Clubes de Mães saíram muitas agentes de saúde, professoras e outras profissionais que se formaram ali e depois voltaram para atuar na própria terra.

Como vereadora, em dois mandatos, Eva Mendes, além de fazer parte do grupo Constituinte que reescreveu a Lei Orgânica do município, também elaborou projetos de saneamento das vias urbanas, no sentido de adequar, sem agredir a natureza, os criatórios de animais para consumo como a criação de suínos e granjas. Como presidente do Conselho Tutelar ajudou na aprovação de leis em defesa da criança e do adolescente, evitando a exploração do trabalho de menores e colaborando para a sua permanência na escola.

Como presidente da Associação Arte Nossa, além de investir na própria formação, auxiliou na formação e conscientização das mulheres do seu trabalho, da sua força e do seu papel na sociedade em igualdade de condições com os homens.

Observamos na atuação desses cinco sujeitos entrevistados com o fim mais específico de compreender a formação e atuação do intelectual, que cada um com o seu propósito e com seus objetivos, embora não estando sempre e o tempo todo na terra onde nasceram ou para onde vieram ainda na infância, escolheram fixar-se nesta terra e ali construir suas vidas e agir em benefício do lugar e na construção do que acreditam ser o melhor para suas comunidades.

A história não se compõe, entretanto, somente de conflitos e consensos. Ela é essencialmente luta e busca de liberdade. Apesar das imposições de memória feitas pelas classes hegemônicas às classes ou segmentos marginalizados, a história se alimenta também da disputa de memória realizada pelos grupos que compõem o todo social e os não historiados oficialmente, na história marginal.

### **3.2 Educação e política: dois elementos essenciais na construção do projeto contra-hegemônico que se concretizou nos anos 1980/1990**

A formação intelectual de Gramsci, segundo Chiarante (2006), permitiu, de certo modo, que ele compreendesse com maior profundidade a diversidade da constituição das classes trabalhadoras no território italiano. Sua militância política, por outro lado, lhe fez perceber que as particularidades deveriam confluir para construção de uma universalidade baseada na

consciência dos indivíduos pela luta contra as classes dominantes. Para além das diferenças das diversas línguas faladas na Itália, das diferentes raízes dos povos, das diferenças sociais e profissionais, havia uma unidade política e econômica intensificada pela exploração da burguesia latifundiária e industrial. Nesse sentido, a situação aponta para a formação hegemônica do proletariado que deve operar não somente na direção da estrutura econômica e organização política, mas conduzir no campo das ideias e da cultura o consenso sobre seu projeto social. Para ser capaz de governar como classe, o proletariado deveria se despojar do resíduo corporativo, do preconceito ou incrustação sindicalista:

[...] Significa que não só devem ser superadas as distinções existentes entre as diversas profissões, como também é necessário, para que se conquistem o consenso e a confiança dos camponeses e de algumas categorias semiproletárias da cidade, superar alguns preconceitos e vencer certos egoísmos, que podem substituir, e substituem, na classe operária como tal, mesmo quando já desapareceram do seu seio os particularismos de profissão. (CHIARANTE, 2006, p. 649).

Para que houvesse a possibilidade de um governo capaz de estabelecer a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia, os dirigentes deveriam pensar como membros de uma classe que pudesse dirigir os camponeses e os intelectuais, capaz de construir o socialismo se auxiliada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais. Sem isso as classes subalternas não se tornam classe dirigente. Para Gramsci (1999, p. 146) aqueles extratos, que na Itália representavam a maioria da população, permaneceriam sob a direção burguesa. “[...] e dão ao Estado a possibilidade de resistir ao ímpeto proletário e de dobrá-lo”. Através da análise da “questão meridional” ele defende a construção da hegemonia da classe, ressaltando as condições materiais para o fortalecimento da unidade econômica, entre o proletariado, o campesinato e as demais classes exploradas pelo capital. Defende a direção política da classe proletária, que deve estar à frente dos processos produtivos da produção agrária e indústria urbana. Demonstra a necessidade de superação do senso comum e dos preconceitos, na condução intelectual e moral do processo revolucionário.

Considerando as situações registradas acima, a respeito do pensamento de Gramsci (1999) sobre a hegemonia do proletariado, constituição do bloco histórico e possibilidade de sucesso de um governo formado pelas classes exploradas pelo capitalismo, deve-se ter em mente que não basta a subida ao poder para que se realize o poder. Para o autor, como está posto, a hegemonia não se dava apenas no plano político e econômico, mas também no moral e cultural. Além disso, o poder capitalista, isto é, o poder de quem detém os meios de produção,

raramente se alia ao poder de governos populares. Assim, dificilmente o bloco histórico se concretiza em governos de partidos voltados ao Socialismo, Comunismo ou outros partidos de origem popular.

É notório que aquela era uma realidade da Itália do início do século XX. Mas a análise pode nos ajudar a pensar as forças produtivas, governamentais e populares no Brasil e especialmente na Prelazia de São Félix do Araguaia que em seu contexto traz coincidências estruturais. Esse pensamento se reforça, em se tratando dos acontecimentos da década de 1980 e os desdobramentos dos conflitos, das lutas populares e da constituição de governos municipais.

O Poder Executivo dos principais municípios, naquele tempo e naquele território, é ocupado por intelectuais envolvidos nos trabalhos cotidianos de evangelização e de resistência. É possível afirmar que se concretizou em dado momento um bloco histórico na forma como Gramsci (1999) descreveu, mas não se perpetuou e não deu conta de agregar os poderes de forma a acalmar os conflitos.

A igreja, pela evangelização e pelo apoio aos processos educativos empreendidos, influenciou a formação de intelectuais cuja atuação possibilitou o desenvolvimento de um bloco contra-hegemônico, que atuou na região atenuando conflitos, injustiças e desgovernos como uma força opositora. Nas próprias palavras dos entrevistados podemos perceber a animosidade que está estabelecida entre, pelo menos, dois lados e que se perpetua até os dias atuais (2018).

Importante destacar que quando mencionamos agora igreja da Prelazia, esta igreja não envolve apenas os religiosos e não se reduz ao projeto idealizado por Dom Pedro Casaldáliga, mas em volta desse projeto há leigos que vestiram a camisa da miséria, dos conflitos e da resistência. Uma igreja que foi se constituindo nesse processo de luta e confrontos. Quando dizemos igreja estamos falando do coletivo daquele sujeito que se constituiu em torno de um projeto contra-hegemônico. Mesmo a figura do padre e da freira não representavam um modelo religioso pronto e indicado para ser seguido, mas foram se formando nessa realidade. Sem perder a crença que trouxeram dos lugares de onde vieram, foram associando à experiência trazida, uma outra, adquirida no dia a dia do trabalho. Assim, igreja da Prelazia é um designativo para o sujeito histórico coletivo que se concretizou naquele território. Se no início da pesquisa, para nós, era confuso compreender esse processo, o percurso mostra que, assim como o nosso, o caminho desta igreja também foi se fazendo no caminhar.

Esta animosidade e os conflitos são perpetuados com embates, agora mais nas tribunas e nos púlpitos, como atesta um acontecimento recente (2012), com reminiscências do latifúndio Suiá-Missu, cujas terras foram divididas em vários territórios com ocupações nada pacíficas.

Em 1992, 165.241 hectares (ha) foram demarcados para serem devolvidos aos Xavante. Por questões já descritas anteriormente, a devolução não foi efetivada e as terras foram ocupadas novamente ao longo de duas décadas por posseiros, grileiros e outros tipos de proprietários com títulos comprados de terceiros. Até quando, em 2012, o Governo Federal, em observância ao que fora decidido em 1992, realiza a desintrusão e reintegração de posse aos Xavante.

Mesmo não sendo de autoria dela o decreto que criou a reserva Marãiwatsédé, dos índios xavantes, a presidenta poderia receber o Silval e revogar o decreto. O deputado observa ainda em sua palavra que o decreto que homologou a reserva foi assinado pelo ex-presidente FHC, que “mal assessorado” permitiu a criação, de forma fraudulenta, da reserva indígena na área da Suiá Missú. (GUIMARÃES, 2013, p. 151).

As palavras de Kalixto Guimarães, cantor, compositor e escritor da obra *Desordem e Retrocesso na Guerra do Indigenato*, lançado em 2013, demonstram a visão do jornalista sobre essas demarcações indígenas. Ele foi um defensor das famílias da Suiá-Missú retiradas da área em 2012. Conforme o portal de notícias *Pontal do Araguaia* (2014), o livro destaca os conflitos no campo entre índios e produtores, e o travamento dos projetos de infraestrutura (logística e produção de energia). O portal registra ainda que o escritor não poupa ninguém no livro, faz críticas a funcionários públicos que segundo ele se corromperam durante o processo. Sobre a demarcação das terras ele afirma que houve parcialidade e conivência de autoridades, entre elas o bispo Dom Pedro Casaldáliga: “Foram antropólogos e fraudadores de documentos, Justiça cega e submissa, onde, a Corte Suprema do País, o STF, aceitou essa intromissão.” (GUIMARÃES, 2013, p. 13).

Nas contradições e disputas, entretanto, percebemos um ponto comum aos sujeitos analisados e a outras personagens ligadas a eles: a vontade de agir na própria terra e, a seu modo, promover o seu desenvolvimento. Uns visando ao desenvolvimento econômico, outros promovendo a ação social. Filemon (2018), assim como Guimarães, opondo-se à política de trabalho da Prelazia, condena sua forma de agir e afirma ser ele o responsável pela criação de instituições educacionais, questionando o que é afirmado em documentos do Arquivo sobre a atuação da Prelazia.

Olha, eu sempre digo que a Prelazia foi um mal necessário. Acho que até te falei isso já, no telefone. Porque ela tem assim, porque ela tem esse lado. Ela nunca fez cem por cento de nada que ela começa. Ela dá início, recua e você é que tem que dar continuidade. Os professores, nós tivemos professor aqui, tinha os de lá, eu fui diretor de escola. Fui diretor, criei a escola José Fragelli, fui eu que criei, segundo grau aqui fui eu e Gaspar que criamos, Tancredo

Neves, Severiano Neves fui eu que construí aqui junto com o Governo, foi. A Tancredo já foi na época do Pontim, a José Fragelli que hoje é Ilda Rocha fomos nós... então, nós sempre corremos atrás, eu sempre corri atrás de... da educação aqui. E o lado da Prelazia na época, inclusive tive problemas com a Erotildes. Hoje em dia ela é minha amiga mas tive problema. Porque a Erotildes obedecia só eles. Da Prelazia. (Filemon, 29/03/2018).

Poderíamos afirmar que acima dos conflitos, entre os intelectuais orgânicos que agem e participam das decisões nos territórios da Prelazia, está a vontade coletiva na busca de desenvolvimento da própria terra. Mesmo nas contradições. Assim fica clara a importância de entender o mundo real em movimento e na sua relação de forças nestes lugares. A vontade coletiva implica também em uma acomodação das vontades individuais. Nos dias atuais, o poder da igreja católica sobre as decisões políticas locais é menor. As relações políticas e governamentais têm conflitos menos violentos nos últimos vinte anos, e no foco de produção agropecuária predominam fazendas de um único dono, buscando na produção de grãos, especialmente a soja, colocar o estado de Mato Grosso entre os maiores produtores do Brasil. Os conflitos por territórios ainda formam ponto de embates confuso e acirrado. Possivelmente o maior problema desta década nesse sentido, e naquela região, é decorrente das decisões de 2012 com relação à Suiá-Missu. É uma situação que ainda não teve decisão final e traz outros problemas como o de embargo do projeto inicial de pavimentação da rodovia BR 158. Todos se ressentem das consequências.

O sujeito coletivo se molda por meio da vontade coletiva que, segundo Gramsci (2001) seria uma expressão da subsunção das vontades individuais, ou melhor, em uma relação hegemônica, a vontade geral deve ter prioridade em relação às vontades particulares. Não é possível homogeneizar sujeitos ou formar um bloco de vontade única, mas é necessário que as vontades individuais se reorganizem na compreensão da necessidade de trabalhar para que uma vontade coletiva trabalhe para o bem comum.

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamento coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas daquela exterior e mecânica. Se devem existir polêmicas e cisões, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las: elas são inevitáveis nestes processos de desenvolvimento e evitá-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 232).

Os intelectuais orgânicos originam-se como produto do desenvolvimento histórico. Em nossa discussão até o momento percebemos que o papel desse sujeito é promover a unidade

social e política da classe fundamental à qual se vincula, torná-la consciente do seu papel histórico. E assim também construir e manter o consenso das demais classes e grupos sociais em torno da sua hegemonia, transformando os seus interesses específicos nos interesses gerais da sociedade; ou seja, os intelectuais orgânicos são o elo do bloco histórico. Embora forjados nas contradições, podemos afirmar que os sujeitos estudados configuram uma mostra dos intelectuais orgânicos que foram se formando no cotidiano dos conflitos e dos embates, e, de modo muitas vezes contraditório, personificam a voz do sujeito coletivo que se levanta no enfrentamento dos próprios problemas.

Podemos observar que há supremacia dos que detêm os meios de produção sobre uma classe trabalhadora que nem sempre consegue garantir os seus direitos; há os mesmos processos de dominação do capital sobre o trabalho que acontece de modo geral no Brasil, em que nem todos conseguem o necessário para a sobrevivência, dependem da sua força de trabalho que às vezes não é remunerada com justiça, ou ainda os que são subjugados pelas necessidades cotidianas e trabalham sob regimes de informalidade, quase de escravidão. E também as comunidades indígenas e outras comunidades em grande pobreza que pouco são assistidas pelos órgãos competentes como deveriam fazê-lo.

Não existe uma estrutura que mova de modo unilateral o mundo de diversidade das ideias, não há uma simples conexão de causa e efeito, mas um conjunto de relações e reações recíprocas, que devem ser estudadas em seu concreto desenvolvimento histórico. Entretanto, a condição subalterna do conjunto dos trabalhadores, em face do capital, permite uma nova configuração de classe que reúne segmentos diferenciados, de acordo com a concepção exposta de luta pelos direitos. Portanto, se a propriedade privada dos meios de produção não é a única fonte de dominação, ela é a fonte da base, a partir da qual emergem as demais fontes de domínio. A condição subalterna desses trabalhadores se expressa por não serem proprietários dos meios de produção material e cultural e, principalmente, pelos domínios econômico, político e ideológico exercidos pelo capital. Entretanto a força de trabalho é um dos elementos básicos que caracterizam as classes inferiores como uma das classes fundamentais nas sociedades capitalistas.

A formação da consciência nacional popular no pensamento gramsciano depende da capacidade das classes subalternas do campo e da cidade, de se constituírem em uma alternativa de reorganização social e política da sociedade. Esta questão está relacionada a uma perspectiva que coloque em pauta o problema da construção de uma hegemonia de novo tipo. Mas, segundo Martins (1995), a grande dificuldade de organização dos trabalhadores no Brasil, nas últimas décadas, está centrada na forma de se organizarem/se desorganizarem como classe e com um

pensamento coletivo comum. A preocupação de Gramsci (1999) com a passagem das classes subalternas à posição hegemônica não se coloca apenas no terreno econômico, mas está vinculada à necessidade de um novo projeto cultural que seja capaz de propiciar a elaboração de uma concepção de mundo própria das classes subalternas, autonomizando-as em face do domínio ideológico das classes dominantes. Ou seja, liberando-as da racionalidade capitalista.

Os diferentes grupos que constituem as classes subalternas, nas sociedades capitalistas, identificam-se muito mais pela pobreza e dominação político-ideológica do que pela inserção efetiva no processo produtivo. Essa inserção é um elemento facilitador da constituição política da classe, mas não é único determinante das lutas políticas, as quais podem originar-se de outras questões que não estritamente econômicas. As classes fundamentais se definem e se diferenciam na esfera econômica pela relação de propriedade ou não propriedade com os meios de produção, mas é no terreno político-ideológico que o antagonismo entre as forças se explicita.

A reorganização hegemônica da sociedade é uma questão que não se resolve sem que um núcleo organizativo se proponha clara e explicitamente à tarefa de ir unificando as experiências parciais e setoriais de cada um dos setores das classes subalternas em uma alternativa política que sirva para dar impulso às lutas e, ao mesmo tempo, acene com as possibilidades de transformação mais profunda da sociedade. Sem a presença da igreja católica, como aconteceu naquelas terras, o processo de sobrevivência e desenvolvimento do que se pode denominar classes subalternas seria mais difícil.

Sem uma força que em determinado momento fizesse frente às situações de poder e de dominação que comprovadamente aconteceram, especialmente entre 1970 e 1990, nos conflitos armados entre latifundiários, grileiros, posseiros, índios e peões, possivelmente a configuração territorial e econômica seria outra. Os estudos direcionam a nossa compreensão para um cenário em que haveria grandes produtores rurais, em latifúndios de grandes extensões, com os processos econômicos em que o capitalismo teria privilegiado a produção em detrimento de programas sociais para beneficiarem pequenos produtores rurais, trabalhadores urbanos ou as comunidades indígenas.

Ainda que no nível de considerações, estas afirmações se sustentam porque os documentos analisados registram como se organizavam as políticas governamentais nas décadas citadas, cujos objetivos centrais eram o desenvolvimento econômico ágil e rápido para colocar a Amazônia legal na linha de desenvolvimento dos outros territórios brasileiros, especialmente das regiões Sudeste e Sul. E, dada a situação em que são apresentados os projetos de educação da política de governo, a escolarização para todos não era uma prioridade.

Conforme a entrevistada Erotildes, os grupos escolares na região foram construídos no Governo de Juscelino Kubitscheck, então na década de 1950:

Era grupo escolar padrão. Todos eram do mesmo jeito. Do Aragarças ao Pará. Tinha o mesmo tamanho, o mesmo tipo de construção, cabia uns cinquenta alunos. Eram duas salas... uma mais adiantada e uma mais atrasada. Tinha uma do primeiro ano pra alfabetizar e a outra do segundo e terceiro ano... não tinha quarta série não. (Erotildes, 13/09/2017).

Conforme fomos montando o painel nas entrevistas, observamos, pelas falas, que construir os prédios escolares não era garantia de uma política de governo que sustentasse uma escola. Na maioria dos casos havia alfabetização e quando muito até a quarta série primária. Não eram professores com formação que lecionavam nos grupos. Eram pessoas do lugar que apresentavam um nível de letramento satisfatório para alfabetizar as crianças. Não há informações de alfabetização de adultos até então. Podemos citar o exemplo de Erotildes, que foi para a Barra do Garças estudar, mas voltou para Luciara onde moravam seus pais, com a doença da mãe, tendo terminado a quarta série:

Só com o Admissão e cinco meses de primeiro ano ginásial. Aí o Lúcio da Luz chegou lá em casa. O dono da cidade de Luciara. Ele gostava de cantar serenata, fazer festa. Ele falou: - o que você tá fazendo chorando aí? Você agora vai ser professora! Eu falei: - eu não dou conta! Eu só comecei estudar o ginásio lá. Ele disse: - dá sim. Você sabe mais do que todo mundo que tá aqui. Até do que eu. Ele não tinha estudo, sabia muita coisa, mas não tinha estudo, só rabiscava o nome, não sabia nem ler direito. Era ele e o Severiano. Eles eram líderes, pessoas educadas, gente que sabia tudo mas não sabia ler e escrever. Isso aí não fazia falta para eles. Aí eu falei assim, tá bom, então eu vou. (Erotildes, 13/09/2017)

Assim também relata outra professora que começou na região na década de 1960, a entrevistada Eva Mendes, mostrando que as políticas educacionais, nesse tempo, não existiam e as lideranças dos povoados, políticas ou não, é que tentavam minorar as impossibilidades buscando entre si o que era possível para fazer funcionar as escolinhas rurais.

E aí nesse meio tempo, já tinha muita gente lá discutindo, tinha bastante gente lá em Santo Antônio... muitas crianças, adolescentes... aí decidiram botar uma aula, né? botar uma escolinha. E seu Guilherme tinha uma sobrinha que já tinha terminado o ginásio em Barra do Garças, aí ele falou que ia conseguir levar a sobrinha pra lá. [...] Aí, com a Mariinha ir pra lá, e precisava de ajudante, eu comecei a ajudar ela, né. Comecei a ajudar ela lá na sala de aula. Era sala mista. Desde os pequenos até os meninos de doze anos, treze anos, né? Aí eu comecei a ajudar ela. E nisso eu fui pegando prática na sala de aula, e fui gostando, e ela também gostando do meu trabalho, aí eu fui aprendendo,

né? Sei que quando ela saiu de lá, aí ela falou pro seu Guilherme que eu podia muito bem substituir ela, né? (Eva Mendes, 08/09/2017)

Percebemos então que nas comunidades onde não havia o grupo escolar, as pessoas que se destacavam como líderes dos Patrimônios procuravam formas de constituir as escolinhas organizando-as com as pessoas do lugar que já tinham aprendido a ler e escrever. Como é o caso de Eva Mendes, que tendo estudado até a quarta série em Luciara, estava apta a ser alfabetizadora em Santo Antônio, onde ficou por três anos. “Aí terminou o final do ano e eu vim embora aqui pra São Félix, foi 1970” (Eva Mendes, 08/09/2017). Como São Félix já era uma cidade maior, distrito de Barra do Garças, ela disse que tinha ouvido falar que já tinha o ginásio. Então resolveu ir em busca de mais estudos:

Trabalhava nesse hotel e à noite a gente estudava pra fechar a admissão. Para fechar o primário naquela época a gente fazia admissão. Aí eu estudei admissão. Quem era diretora do grupo naquela época era irmã Noêmia, irmã Irena era enfermeira da Prelazia. E a irmã Irene foi diretora do GEA. Quando eu vim pra cá os padres e as freiras já tinham chegado. Aí eu fiz a admissão, terminamos, eu e meus colegas formamos, teve uma formatura muito bonita, né? Foi no Cine Samira, né? Encheu de gente o Cine, foi um sucesso e aquilo pra nós foi uma das melhores festas. Foi em 1971. Em 70 eu vim pra cá... (Eva Mendes, 08/09/2017).

Sobre a forma como estava a Educação no início da década de 1970 ali na região oeste de Mato Grosso, Erotildes também relata sua atuação e mostra a realidade local:

Aí, eu vim para aqui, eu cheguei no ano que o bispo chegou aqui, ainda era padre. Aí o bispo foi lá em casa. Porque eu era a chefe. Eles tinham me nomeado como diretora. O Severiano foi lá na escola e disse: - Agora você vai ser a diretora. Porque essas professoras daqui também era igual às da Luciara, sabe? Não sabiam muito. Do grupo escolar. Elas não sabiam muito. Aí eu cheguei e ele falou que eu ia ser a diretora, o senhor Severiano das Neves. Eu te conheço, você é filha do meu compadre, eu sei que você já foi professora em Luciara. Então vai ser diretora aqui agora. Era o subprefeito. [...] Aí eu fui meter a cara pra fazer no que precisasse; aí o bispo perguntou: - o que a cidade mais precisa? Eu falei: - a escola. Precisa de escola. Aí eu já tinha formado uma turma de quarta série. Aí fizemos a maior festa para os alunos. Tinha muita gente. Eles de uniforme, de quepe assim, aqueles enfrentantes assim das coisas... (Erotildes, 13/09/2017).

O processo de evangelização visando à resistência, desenvolveu-se como um núcleo capaz de realizar práticas pedagógicas que concretizassem a participação das massas, cujo trabalho pudesse formar a consciência da necessidade de quebrar seus limites e, de forma organizada, construir novas relações hegemônicas. Não foi pacífico nem fácil. Segundo

Filemon (09/03/2018), desde a emancipação de São Félix do Araguaia, a Prelazia tornou-se uma força adversária que procurava demarcar seu alcance e poder: “Então eles tentavam, eles tentavam mudar a educação. Como eu tinha uma linha diferente, opa, aqui não! Ou vocês vão pelo lado que a Secretaria diz que tem que ser cumprido desse jeito ou vocês não me servem como professores.” E a igreja, ao atuar nas escolas, e agir efetivamente na construção do GEA, estava tomando a posição que sempre guiou as suas ações naquele lugar, seja no trabalho dos agentes pastorais como professores das escolas públicas oficiais, seja no trabalho de alfabetização de adultos que empreenderam nas Campanhas Missionárias.

Os agentes pastorais que vieram de outras regiões, e os que se formaram a partir dos processos educativos compartilhados ali, em determinado momento agiram como intelectual orgânico, segundo Gramsci (2001), quando viveram a experiência de conviver, enfrentar a realidade cotidiana dos trabalhadores, e, ao mesmo tempo levar a educação e evangelização utilizando recursos locais, na forma como os trabalhadores compreendiam, pelos métodos de Paulo Freire. A atuação da igreja nas questões do Estado às vezes servia de combustível para acirrar os ânimos:

Então aí juntou essa turma, o bispo mandou buscar mais gente. Mais professores lá de São Paulo. O Vaine, o João Reis, o Pedro Mario Sola (Pedrito), o padre José Maria Garcia Gil, o Elmo Amado Malagodi, o Canuto... o Canuto tá aí (eu - sim falei com ele), a Eunice, o Luiz. Aí eles foram ajudando, né, dar aulas de ginásio. [...] Não eles começaram a lecionar assim, sem o Ginásio. Na escolinha, eu também fui aluna porque eu não tinha feito o ginásio. Tudo lá na escolinha. A gente lecionava de dia na primeira, segunda, terceira e quarta série e de noite todo mundo estudando. Quando os alunos falavam que não iam estudar eu ia lá na casa deles, aí eu falava, gente, nós é que fundamos o ginásio, não tem escola aqui, vocês são os precursores. Faz isso não, não sai da escola não, vamos estudar, gente! Que é isso!? Aí todo mundo voltava. Eu ia lá na casa, pelevava e eles voltavam. E não foi só uma vez isso não, heim? Até que quando chegou no final do ano, o Elmo foi lá em Cuiabá já registrou o ginásio, para fazer a formatura... aí mandou já fazer uniforme. Foi bonito demais, sabe? [...] Aí tinha dia que eles brigavam tudo, saía da escola, e o povo da rua também falava que mulher casada não era pra estudar, mulher casada que fosse estudar, tava indo pra namorar com os padre. E começou a me atingir, né? muita gente começou a me atingir... porque não queriam que eu lecionasse aqui não. As outras professoras falavam que o Severiano me apoiava, que eu cheguei depois que elas já estavam e eu queria mandar em tudo. Eu ia mesmo, sabe? O que era preciso fazer eu fazia. (Erotildes, 13/09/2017).

Os grupos políticos de lideranças locais, com vistas à emancipação dos distritos, viam a atuação da Prelazia como uma ameaça aos projetos de desenvolvimento no setor econômico de produção em larga escala, das apropriações de terra por empresas que visavam ao

desenvolvimento rápido e isso causaria o atraso econômico da região. Ainda mais quando a construção do ginásio o GEA passou a ser um projeto popular com verbas de ONGs e outras associações ligadas à igreja.

Aí chegou a tia Irene. A tia Irene, a tia Irene era a secretária. Aí ela falou: - vamos começar a construir um prédio. Em 1969. Todo mundo foi fazer o ginásio, ajudar... o povo da rua todinho. Ai foi outra coisa. Nós fomos estudar, no final do ano de 1972 fizemos a formatura no final do curso. Nós fizemos uma festa tão grande. Esse prédio aqui do museu era um cinema. Da dona Olindina. Ela e o marido era uns que mandava aqui. (Erotildes, 13/09/2017).

Mas esta não é a visão de todos os habitantes sobre atuação da igreja, como já vimos, nas falas de Filemon. Consideramos que a posição política não é o determinante para a atuação do intelectual orgânico. Sem dúvida, os processos educativos foram decisivos nos blocos de forças que atuavam conflitivamente em busca de hegemonia. A Prelazia com a sua forma de evangelizar e sua atuação nos meios sociais e políticos, fortaleceu a possibilidade da construção do bloco contra-hegemônico durante alguns anos que acabou por atenuar as consequências dos conflitos armados.

Assim como Filemon que, comprovadamente é um cidadão atuante que diz ter amor à própria terra e não pretende sair dela, temos também registros de dois escritores/jornalistas que denunciam a igreja como responsável pelo atraso econômico da região. Um deles enfatizou o seu repúdio ao bispo Dom Pedro Casaldáliga e à Prelazia, no prefácio da obra do outro, já citado, Kalixto Guimarães:

Utilizando as várias etnias como pressuposto de defender o índio de seus irmãos brasileiros, os invasores vão fazendo o que bem entendem de um país desgovernado e alijado de sua soberania. É diante desses absurdos que o jornalista Kalixto Guimarães escreve e publica esta corajosa obra, para mostrar o quanto se arquiteta em nome do poder de mando das organizações estrangeiras. O livro é uma mostra clara e meridiana que prova documentalmente que o Brasil trafega na contramão da História. A nação está entregue aos desejos daqueles que entendem que somos uma republiqueta de bananas. Por tudo isso, desejo externar o meu mais profundo respeito à iniciativa do autor desta esclarecedora obra. Diante do óbvio, atrevo-me a dizer que: a FUNAI, ONGs, Prelazia e o PT são focos coercitivos e, pasmem todos, desta forma, eles, os mandarins no poder vão transformando a nossa Pátria em um novelo de desordens e retrocessos. (OLIVEIRA apud GUIMARÃES, 2013, p. 9).

Analisando o intelectual que foi se formando na sequência de tempo a partir da criação da Prelazia, procuramos observar com mais atenção a sociedade civil, uma vez que as relações da sociedade aqui estudada evoluem para um estágio menos repressivo, voltando-se para o

território burocrático. Há uma estrutura material diferente e as lutas caminham para o viés intelectual; são os chamados aparelhos de hegemonia que não estão necessariamente na política e são relativamente autônomos.

[...] Hoje a conjuntura tá tão diferente, tão diferente. Olha, às vezes quando eu saio por aí, vejo os companheiros daquela época, estão tudo numa outra condição. Penso: como é que pode o pensamento da gente mudar tanto assim? Que eu queira mudar de situação econômica, social, isso é normal. Todos nós queremos. Agora eu não posso deixar, se eu alcanço isso, se eu alcanço essa minha vontade, eu não posso fechar meus olhos como se não existisse mais nada à minha volta. A região hoje mudou. Tá bem melhor, tá. Existem problemas? Existem, e mais complexos que daquela época. Então eu não posso fechar os meus olhos. Os sindicatos estão voltados para si. Acabou. E virou mesmo uma coisa burocrática. Tem mais papel do que trabalho. Estão *pelegando* para os poderosos. (Maria José, 25/07/2017).

Se, durante um tempo histórico houve organização social e política que constituiu, de certa forma, uma homogeneidade dentro das contradições e dificuldades, forças externas foram dissolvendo esse bloco homogêneo. E essas forças externas se personificam no enfraquecimento dos partidos políticos apoiados pela Prelazia nas prefeituras da sua jurisdição; nas decisões tomadas a partir do início dos anos 2000, como por exemplo a saída do bispo Dom Pedro e de vários agentes de pastorais; na presença mais efetiva da Secretaria Estadual de Educação, por meio de órgãos regionais que levaram os métodos e técnicas de ensino que deveriam ser adotados para todas as unidades de ensino público. O perfil dos professores de hoje é muito semelhante ao perfil dos professores do Estado de Goiás: existem os efetivos e os de contrato temporário. De modo geral seguem o que a Secretaria orienta e têm pouco contato com as equipes da Prelazia. A não ser os que ainda são agentes pastorais. Mas como disseram Eliseo Gobatto, Zecão e Juarez Dayrell, não se entusiasmam em se reunir e planejar juntos as ações de sala de aula.

Com a saída da “velha guarda” de agentes pastorais, os novos vieram imbuídos de ideias que acabaram interferindo na dinâmica cotidiana da igreja. Mesmo os participantes ativos demonstram ter objetivos próprios, que nem sempre contemplam as necessidades coletivas. Vitor Manuel, de São Félix do Araguaia, jovem de 16 anos, é um exemplo desse novo perfil. É da escola de animador missionário. Segundo ele, de uma família de boa condição financeira, participa seguindo o exemplo do pai:

Gosto de participar da igreja, estou no grupo de jovens, coordeno um grupo de pré-adolescentes. Comecei participando da assembleia do povo e gostei muito. Continuei porque acho que é uma forma de conhecer o mundo e abrir

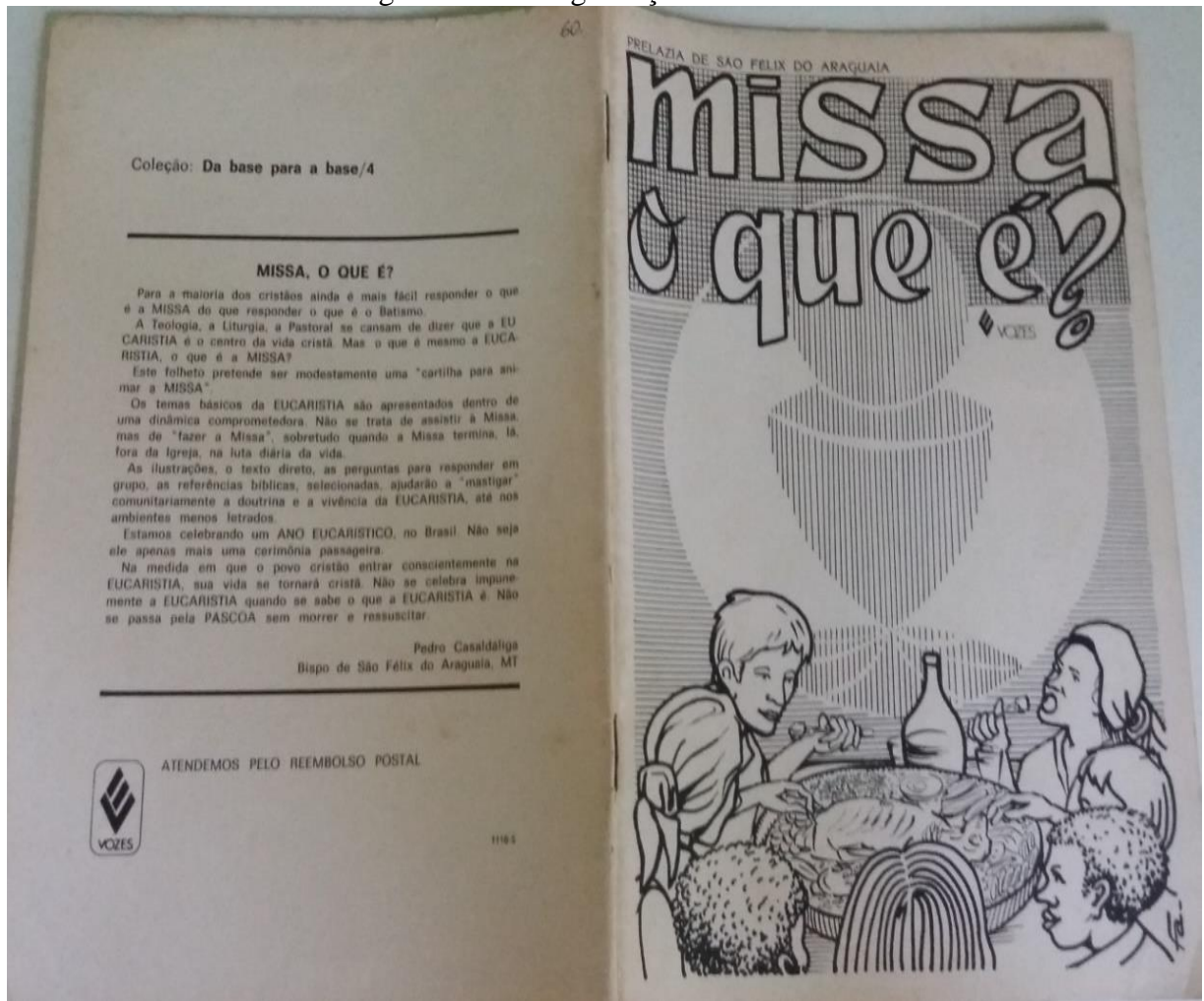
caminho para a faculdade. Meu pai sempre foi ligado à prelazia, a minha mãe também. O pai é cordelista. (Vítor, 22/07/2017)

Percebemos que a participação dos jovens muitas vezes é pela influência dos pais, que são agentes pastorais, mas seus interesses visam a outros objetivos, como por exemplo para Vítor, ele acredita que possa facilitar o ingresso à faculdade. É a forma como atuam as organizações profissionais, a aparelhagem da comunicação e até mesmo os sindicatos e, em certo sentido, a igreja. Os intelectuais se acastelaram cada um na sua individualidade e os consensos se fazem mais por necessidade de convivência do que por convicções reais. Mas de qualquer forma as evidências comprovam que a educação e a política ainda são molas propulsoras da sociedade de modo geral e desta sociedade (Prelazia) de modo particular.

O trabalho dos intelectuais que vieram como agentes pastorais em tempos anteriores foi decisivo para alcançar um grande número de pessoas carentes de muitas coisas como os recursos materiais e a educação formal. A fé (e talvez a boa-fé) do povo, frente às necessidades de modo geral, tornou mais fácil a inserção dos agentes pastorais; a forma como chegavam à população também foi um facilitador. Ao se inserirem nas comunidades como se fossem um deles, isto é, morando, vivendo e trabalhando junto com os moradores da terra, como já vimos, inspiraram confiança.

O trabalho de evangelização e de alfabetização (principalmente dos adultos) era concomitante e não dissociado. Foi possível observar que evangelização e letramento eram atividades interligadas. A organização de uma série de cartilhas, ao longo do tempo, que respondiam a uma pergunta preestabelecida: *o que é?* Como um exemplo, na Figura 75, foi um dos elementos utilizados no aprendizado das coisas da igreja que ao mesmo tempo informava e formava para as questões sociais e políticas. Separamos uma dessas cartilhas que pode mostrar o teor do texto e o discurso que direcionava a resposta:

Figura 75 – Evangelização e letramento



Fonte: *Missã, o que é?* Prelazia de São Félix do Araguaia. 3. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 1981 – Acervo do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

É um dos exemplos que mostram que o trabalho dos agentes pastorais frente ao coletivo que se formava estava comprometido em abrir os caminhos para que a conexão acontecesse. Os discursos veiculados nos materiais de informação e de formação, como mostra a Figura 76, traziam sempre um tom de responsabilidade social. E convidavam o povo a participar e assumir compromisso com a comunidade:

Figura 76 – Aprender a repartir e ser solidário



Fonte: *Missa, o que é?* Prelazia de São Félix do Araguaia. 3. ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 1981 – Acervo do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia.

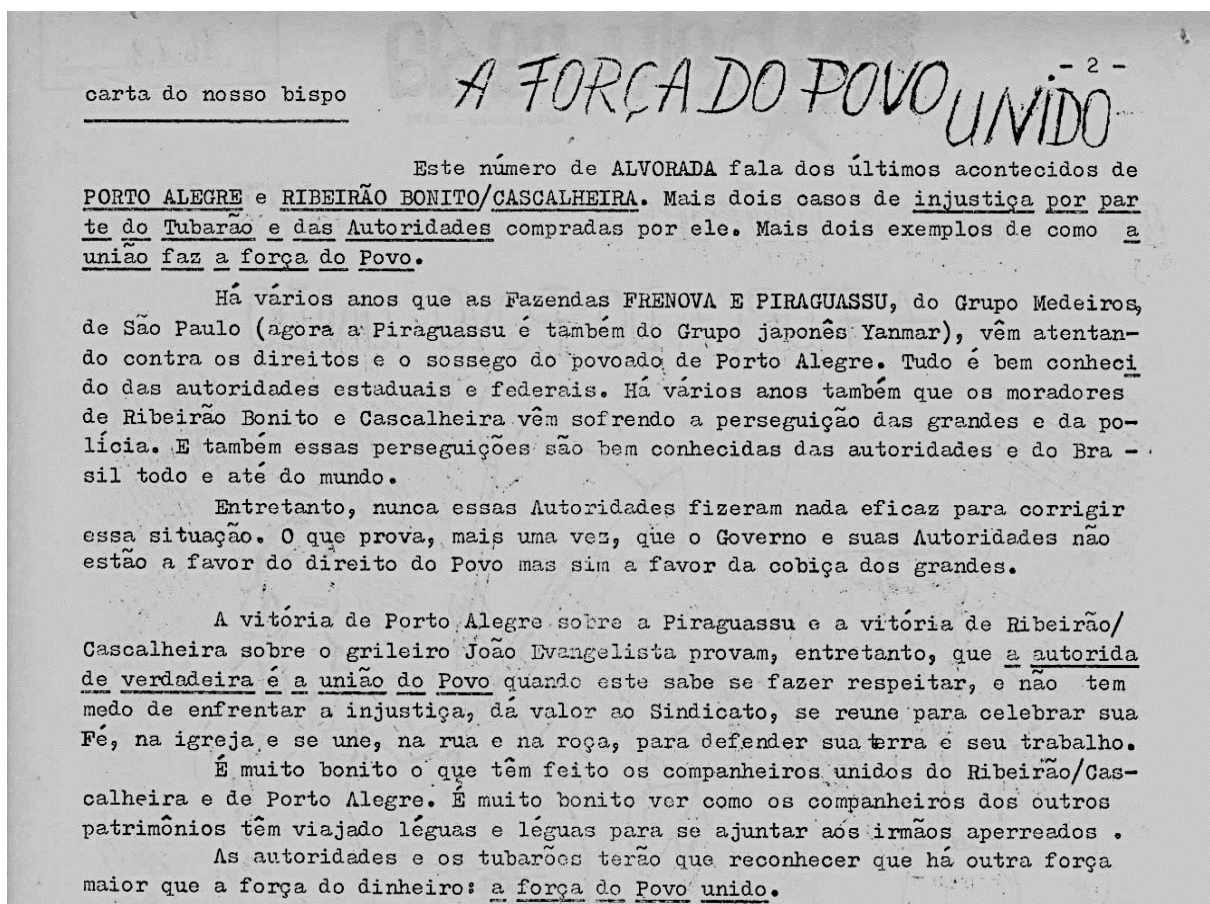
Não que seja uma ordem cronológica, mas a evolução do trabalho ampliou os caminhos na formação do “povo da prelazia” quando a atuação nas escolas começou a acontecer de forma mais efetiva. Os intercâmbios entre os agentes e professores das universidades (especialmente com a Unicamp e a UFMG) com formação específica possibilitaram o desenvolvimento de projetos educacionais, ampliando os processos pedagógicos que, pelo seu direcionamento, envolviam o povo em questões políticas, sociais e de responsabilidade com o lugar em que viviam.

A partir do trabalho com esses processos pedagógicos, da atuação na formação de sindicatos e do apoio real nos confrontos e nos embates dos pobres contra o latifúndio e contra as injustiças nas questões trabalhistas, os agentes pastorais iam adquirindo a confiança das pessoas; assim, paulatinamente desenvolviam o trabalho de conscientizar e evangelizar. A luta lado a lado, contada pelas entrevistas analisadas, a alfabetização dos adultos, a continuidade do trabalho educacional, o incentivo à resistência feito por meio de textos no Alvorada e em outras publicações afins, trazem para nós comprovações de que no tempo em que agiram na região, esses formadores conseguiram estabelecer uma conexão entre as pessoas e os lugares em que atuavam, de modo a criar um sujeito coletivo unido por um objetivo comum.

Que todos eles participavam da luta da terra. Estavam brigando pela terra. Defendendo o que era deles, né? E eles, a maioria deles, eram membros dessa cooperativa. A maioria analfabeta. Alguns sabiam vagamente desenhar o nome, né? Mas leitura não tinham. Uma coisa que eu me lembro, é que a gente fazia essa aula de alfabetização à noite. E que a gente, não era muito longe mas a gente tinha que se deslocar, do povoado ali, para a área rural, das posses, né? (Tadeu, 12/09/2017).

A Figura 77, no fragmento de texto de Editorial do Alvorada, é um exemplo que ilustra os conflitos tornados comuns em determinado tempo das disputas de território: o resultado do confronto e da resistência de Porto Alegre do Norte cujas terras foram atravessadas por cercas e divisas. Os donos diziam ser proprietários das terras, com títulos emitidos pelo Governo Federal, na década de 1980. Os habitantes do povoado resistiram e conseguiram permanecer no lugar que já habitavam há muito tempo:

Figura 77 – A força do povo unido



Fonte: Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia - Alvorada, janeiro de 1980.

No fortalecimento das comunidades, o povo da terra, posseiros, peões, índios, moradores dos povoados, ia assumindo a liderança dos sindicatos, cooperativas e associações, instituições de ensino, tornando-se líderes dos contrerrâneos. Como Eva Mendes que se tornou

presidente da associação das mulheres. Lourdes Jorge, que foi Secretária Municipal de Educação durante os dois mandatos do Prefeito Uslei Gomes. Percebemos no fragmento acima que o papel do Alvorada era também evangelizador e conscientizador. Por meio de um discurso em que transpareciam emoções e exortação à responsabilidade de cada um, o informativo fazia-se instrumento persuasivo de condução de ideias. A eficácia do discurso vai sendo comprovada, na medida que compreendemos a formação de um consenso para apoio de um partido político, onde os municípios emancipados uniram-se em torno de um partido e elegeram prefeitos que pertenciam ao “povo da Prelazia”. Entre os eleitos vimos que havia agentes pastorais vindos de fora, como Tadeu, Pontim e Cascão, mas havia também líderes formados ali, pelos processos pedagógicos, educacionais empreendidos pela Igreja, como Diá e, posteriormente, Uslei Gomes.

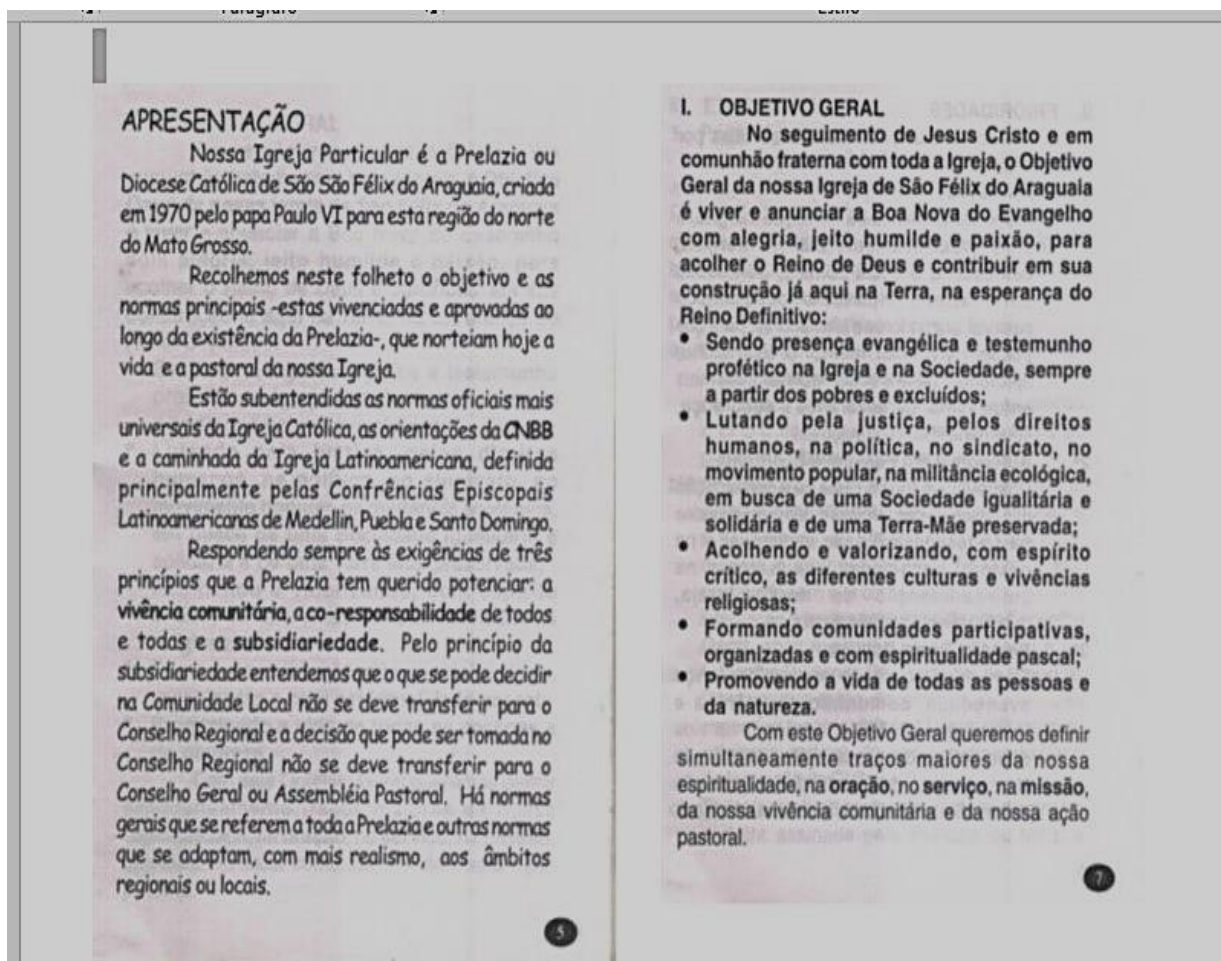
Essa ocupação de poder governativo pelas consideradas classes subalternas, formadas por quem estava na terra ou que era da terra e que tinha um poder aquisitivo bem menor, contra os donos de latifúndio e seus apoiadores, consolida a função conectivo organizativa dos intelectuais orgânicos junto à massa aqui formada pelo “povo da Prelazia”. Isso implica pensar em duas situações relevantes naquele tempo histórico. Destaca-se a existência de dois movimentos que em certa medida conduziram os destinos do povo: um movimento marcado pela construção de relações de poder mais coerentes com os interesses e necessidades de grupos sociais desfavoravelmente posicionados, em um movimento permeado por uma racionalidade potencializadora da seleção, ordenamento e produção de valores, significados e conhecimentos escolares; e um outro, maior, detentor do capital econômico, que trabalhava pela manutenção das relações de poder, com uma prática cultural caracterizada pela burocracia executiva do Estado e pela lógica da racionalidade técnica.

O que formou esses intelectuais foi a ação concreta deles naquele lugar. Não o inverso. Os que chegaram de fora, não vieram formados intelectuais orgânicos. É mais possível afirmar que vinham com a experiência e formação do intelectual tradicional descrito por Gramsci (2001). Quanto aos que já estavam ou eram da terra, com a constituição da Prelazia e a atuação da igreja na opção pelos pobres, é que foram se formando a partir do trabalho, dos processos educativos existentes, da participação nos conflitos. Esses agem como os intelectuais orgânicos que provêm de sua classe social de origem e a ela mantêm-se vinculados ao atuar como porta-voz de um sujeito coletivo com interesses comuns.

Não há generalização em toda a Prelazia, mas há, sem dúvida, a formação do sujeito coletivo que em certo momento constituiu o bloco histórico e se configurou como um bloco contra-hegemônico. Entretanto, não podemos afirmar que o que formou esses sujeitos

individuais que emergem foi a Prelazia. Aquela conjuntura ali, reuniu condições de disputa política, teórica, e de ações cotidianas que possibilitaram a atuação dos sujeitos no modo do intelectual orgânico. Se não olharmos com cuidado o processo, fica parecendo que a igreja, ao chegar ali, tinha um projeto formativo pré-estabelecido, não tinha. À medida que iam montando os processos de formação, estavam problematizando uma realidade que viviam todos os dias. Pode-se observar aqui (Figura 78) um projeto em construção o tempo todo, sendo reorganizado na medida das necessidades e dos perigos que se concretizavam nos conflitos. Este documento, produzido coletivamente, em 2002, indica uma metodologia de trabalho que comprova essas afirmações:

Figura 78 – Apresentação e objetivo geral do Manual da Prelazia



Fonte: Manual da Prelazia, Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, janeiro de 2002.

Oração, serviço e missão constituíam as bases da evangelização colocada em prática pelos agentes pastorais. Mas a igreja que levavam como projeto de vida não dissociava a evangelização dos compromissos sociais e políticos. Pelo contrário, evangelizar era uma forma de participar ativamente na organização de Conselhos, Sindicatos, atuar nas instituições que

formam a sociedade civil e servem como mecanismos de articulação de uma sociedade em funcionamento.

Afirmamos aqui que do sujeito coletivo que compõe a sociedade civil da Prelazia de São Félix do Araguaia, cujo sujeito individual encontra-se inserido nos aparelhos privados de âmbito da sociedade civil, emergem os componentes da sociedade política no aparelho governativo, durante um certo tempo, nesse projeto contra-hegemônico. Os que ocuparam o poder defendiam um projeto voltado para a sociedade na valorização do homem social e na promoção da vida humana. A estrutura de poder configurada até então teria que mudar para se colocar um outro projeto em andamento. Assim, apesar das contradições, concretizou-se uma discussão em torno do conjunto de intelectuais orgânicos, formados nas experiências cotidianas da região, que levaram para a experiência da sociedade política um ideal. O que aconteceu efetivamente nas disputas políticas de alguns municípios foi a concretização desse ideal, desse projeto contra-hegemônico.

Podemos afirmar que os dois blocos tanto o hegemônico, quanto o contra-hegemônico representado pela Prelazia, se envolveram na dinâmica do processo apoiando ou combatendo seus projetos humanitários. Fortalecidos nos enfrentamentos, seja em conflitos pelas demarcações e posses de territórios, seja nas organizações em torno de partidos políticos para, com cargos eletivos ocuparem os espaços da sociedade política, os intelectuais orgânicos que se constituíram e foram constituídos nas experiências daquela região partem de um lugar demarcado para expressar esta capacidade conectivo organizativa. No caso dos que apoiavam e estavam envolvidos nos trabalhos comunitários, a valorização integral do homem pelo evangelho e pela educação constituía o seu projeto de governo.

O que se configurava como um projeto contra-hegemônico consolidou-se e alcançou alguma relevância nas últimas décadas do século XX. Atravessado por forças internas e externas, todavia, não conseguiu se manter no poder, inclusive por não alterar as condições efetivas de exploração do capital na região. O que parece uma contradição, já que o cenário geral da América Latina, na entrada do século XXI, com o fim das ditaduras, de certa forma é propício aos governos de esquerda. A influência externa aparece nas tendências democratizantes de centro-esquerda que se tornam componente fundamental no movimento histórico desse período. Porém, iniciativas neoliberais no mercado externo e ações do Governo Federal na salvação das economias internas criam novas situações de disputas e transições.

No Brasil e em grande parte da América Latina os regimes ditatoriais foram enfraquecendo. Enquanto a organização popular se fortalecia pelos sindicatos, associações, movimentos sociais engajados, as correntes democráticas ganharam força:

Entre 1979 e 1990, mais de uma dezena de países latino-americanos viveram a transição democrática: na América do Sul, por exemplo, o fim do regime militar ocorreu em 1982, na Bolívia; em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil, e em 1988 no Chile.

[...]

No entanto, ainda que existam muitas especificidades nas histórias dos regimes militares latino-americanos e em suas respectivas experiências de transição, pode-se afirmar que, em termos gerais, o processo de democratização foi invariavelmente marcado por muitos conflitos e negociações, ocorridos durante e após o fim das ditaduras. (VILLAÇA, p. 1, 2018).

O que deveria ser um cenário propício à continuidade de governos municipais e estaduais voltados para as camadas populares não se realiza na região da Prelazia. E os anos 2000 têm, logo no início, um governo muito voltado para o agronegócio (Blairo Maggi), especialmente a monocultura da soja, no Estado do Mato Grosso, que incentivava e trabalhava para a produção agroindustrial. As estruturas de poder econômico sob influência de políticas nacionais e com outra forma de investimentos dos governos democráticos na produção agropecuária, aos poucos, volta ao cenário da política local sob novas características.

Esse incentivo à produção da soja que já era cultivada no Sul em larga escalas desde décadas anteriores recebeu reforço do Governo Federal e apoio da Embrapa na pesquisa de melhoramento de grãos. O que intensificou a migração dos sulistas. Os investimentos na pesquisa de adaptação dos grãos a solos de clima quente chegaram às terras de Mato Grosso que passavam por uma espécie de “recolonização”. Os antigos latifúndios adquiridos pelos arranjos dos governos militares estavam sendo vendidos ou mesmo abandonados pelos herdeiros que não tinham interesse em enfrentar questões legais como demarcações de terras indígenas ou legalizações de documentos de propriedade e outras situações em que havia mais de um dono titulado para as mesmas terras.

Começou um novo cenário de novos proprietários em algumas regiões, entre elas a região da Prelazia. Conforme um entrevistado, proprietário de terras e político da região, aquelas terras com que o Governo “[...] contemplava com títulos definitivos os coronéis que ajudaram a desbravar o Mato Grosso” (José Eurípedes, 2017) estavam sendo revendidas a preços baixos ou mesmo abandonadas:

Estas pessoas respectivamente retornaram a seus estados, não interessados pelas terras venderam estes títulos, ou deram para alguém da família que eram novos e tinham coragem para enfrentar as dificuldades daquela época e estes títulos foram se desfazendo em escrituras e daí os documentos atuais. Faz lembrar que ainda existe áreas de terras brancas com documentação montada, e as terras indígenas, que na realidade não são **deles**, é da **União**. Índio é

posseiro da União. São áreas demarcadas dando o direito a eles de sobrevivência nada mais que isto. (José Eurípedes, 17/08/2017) (grifos do autor da entrevista)

As chamadas “terras brancas” citadas pelo entrevistado eram/são lotes de terra que embora tenham documentação de propriedade os donos não vieram reclamar sua posse. E também existem os pequenos proprietários que ou eram/são assentados pelo Incra, ou posseiros por invasão<sup>39</sup>:

Existe aqui dois tipos de posseiros, um assentado pelo INCRA e outros por invasão em áreas brancas ou nunca procuradas pelos legítimos donos. Os conflitos não existem mais. Antes os mais espertos grilava, colocavam pistoleiros, hoje não tem mais invasão. [...] Eu cheguei em Mato Grosso em 1984, aqui estava em fase de desenvolvimento, terras baratas, muitas dificuldades. Mas deu tudo certo e estou até hoje. (José Eurípedes, 17/08/2017).

O repovoamento de terras de área branca também foi feito pela venda/revenda de lotes a quem chegasse e quisesse cultivar a soja. Estímulos estaduais trouxeram os colonos para a produção em larga escala, principalmente das regiões do Sul do Brasil.

A introdução da soja para além dos estados da região Sul só foi possível devido ao desenvolvimento de cultivares adaptados ao clima mais quente. A adoção de técnicas de plantio direto também contribuiu para a inserção do grão na agricultura das regiões, Centro Oeste, Nordeste e Norte. O fato de que a soja permite a fixação no solo de nutrientes essenciais para o plantio de outras culturas, como o feijão e o milho, foi um aspecto positivo para a sua expansão no Brasil, pois permitiu a adoção de uma entressafra produtiva. O desenvolvimento de cultivares tolerantes a herbicidas chega ao Brasil em 1995, quando o Governo Federal aprova a lei de biossegurança permitindo então o cultivo de plantas de soja transgênicas em caráter experimental. A lei é atualizada em 2005, regulamentando definitivamente o plantio e a comercialização de cultivares transgênicas no Brasil. (APROSOJA BRASIL, 2018).

Incentivos fiscais do Governo e outras decisões, por exemplo, com relação aos cultivares transgênicos trazidos pelos sulistas em grande quantidade para várias regiões de Mato Grosso passaram a ser produzidos em escala de grande comércio e houve uma explosão de desenvolvimento agropecuário com novas técnicas de plantio e novas tecnologias de produção

---

<sup>39</sup> É considerado posseiro por invasão, de acordo com o entrevistado, aquele que se apropria de terras que não estão sendo consideradas produtivas e constituem o que denominam áreas brancas que, segundo o Diário Ambiental são terras devolutas: “Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo ‘devoluta’ relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.” Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>.

a partir da primeira década do século XXI. Ao contrário dos que chegavam como pequenos posseiros, sem nenhum planejamento, nos anos 1960, 1970 e daí em diante, os do Sul já vinham com objetivos bem definidos, com dinheiro da venda das suas propriedades para comprarem terras em Mato Grosso e, como foi dito por José Eurípedes (2017), encontravam terras baratas. Traziam maquinários, recursos de produção diferentes e uma outra cultura. Sobre isso, Dom Adriano Vasino explicou em entrevista:

A migração maciça do Sul, aqui na nossa região começa em Querência né, Vila Rica, foi no, começou em 82. A entrada mesmo. Mas se firmou na segunda metade dos anos 80. E a organização como cidades foi no final dos anos 80. Então na década de 90 é que houve esta presença efetiva do pessoal do Sul que mudou o perfil. [...] O modo de ver a experiência religiosa do povo do Sul é muito mais estruturada, e muito mais independente e nem sempre casa com o estilo da Prelazia. Eles traziam os próprios padres... (Dom Adriano, 21/07/2017).

Percebemos assim que há outras configurações de igreja católica que vão se misturando às práticas religiosas e modificando o cotidiano das pessoas. Coincidindo com essas mudanças, na Prelazia, como já foi mencionado neste trabalho, aconteceu a passagem de Dom Pedro Casaldáliga à posição de bispo emérito no ano de 2004, aposentado por determinação do Código do Direito Canônico. Como também a decisão de muitos agentes pastorais, que estavam na Prelazia desde a década de 1970, de voltar para seus lugares de origem e encerrar os trabalhos por ali.

Segundo José Raimundo Ribeiro da Silva, o Zecão (diácono permanente que chegou à Prelazia no início dos anos 1980), o projeto desenvolvido tendo como suporte a figura de Dom Pedro Casaldáliga não teria como resistir a outras visões. Porque era muito específico; com uma forma peculiar. Nessa conversa, além de falar do trabalho do bispo ele afirma que está tudo mudado e ele gostaria que o trabalho fosse como antes, em comunidade. Antes todos planejavam juntos e depois iam às comunidades onde ficavam por um tempo prestando assistência de evangelização, mas também de educação, saúde e procuravam ajudar na resolução dos conflitos. Atualmente as comunidades estão se transformando em paróquias. Ele diz que as paróquias são pequenos núcleos independentes que não se relacionam, necessariamente, entre si. Assim o trabalho comunitário vai ficando de certa forma fragmentado:

No início você falava assim, Vera, um sujeito, né, que impulsionou essa região. Então, eu voltaria, queria voltar assim, esse coletivo, esse sujeito coletivo que impulsionou essa região, que desencadeou um processo de

construção da sociedade civil, chama-se Prelazia de São Félix do Araguaia. Porque na instalação da Prelazia aqui, e anteriormente com a chegada de Pedro em 30 de junho de 1968, a Prelazia assumiu até então, até meados da década de 1980, o papel de suplência de um Estado falido, porque desde a saúde, a educação, a organização do povo, tudo era Prelazia. A educação teve papel fundamental, na perspectiva freiriana. Vamos pegar como base a *Pedagogia do Oprimido*, vamos pegar então para abrir os olhos do povo, não é? Nesse entrelaçamento de educação e evangelização. Mas uma evangelização, não com uma conotação intimista de uma igreja voltada para dentro dela mesma, mas uma igreja aculturada, abraçando os rostos dessa igreja, que submergiam. Que era o rosto do negro, do indígena, o rosto da mulher marginalizada, a mulher que era trazida assim como o peão, né? Os peões para trabalhar nas fazendas e a mulher para trabalhar nos bordéis. (Zecão, 25/07/2017)

E a entrevistada dona Juliana Oliveira também afirma que a igreja mudou muito, que não há muita participação mais. Ela mora em Canabrava, mas nós conversamos em Porto Alegre do Norte, durante um estudo para agentes pastorais.

A participação da igreja? Ela num é muito boa não. Mudou muito. Tem dia que tem muita gente, mas tem dia que tem três quatro pessoa. O que nós espera é que ela melhora. Nós tá trabalhano, batalhano pra vê se um dia bota ela melhor, né? É assim, não adianta a pessoa dizer: eu sou católico, mas num é assim. Se você não vai na igreja, se num faz uma oração, cê num é católico. Cê é daqueles ateu à toa.[...] todo dia que cê fala: fulano, vamo pra igreja e num vai, num adianta. [...] Por que isso acontece? Os gaúcho e os evangélico. (risos). (Juliana, 21/07/2017).

De acordo com a entrevistada, além da igreja diferente dos gaúchos, há também um grande número de igrejas evangélicas, pentecostais que influenciam as ideias dos católicos. Assim, podemos afirmar que, apesar dos esforços de sindicatos, associações e dos agentes pastorais, esse território não é mais o mesmo. Conforme José Eurípedes (2017) uma das vantagens é que não há mais conflitos armados. Consideramos que com a atuação do intelectual orgânico, isto é, os sujeitos coletivos que se constituíram e constituíram a Prelazia, foi possível se criar um consenso, produzido pela formação crítica das massas, em torno de um projeto. Por meio desse consenso realizado paulatinamente no trabalho de evangelização, enfrentamentos de conflitos e experiências vividas nos processos pedagógicos da escolarização, especialmente dos adultos, pode-se dizer que em certo momento houve o adensamento do modelo socialista, embora não conseguisse fazer frente ao modelo capitalista; mas em algum momento prevaleceu a contra-hegemonia da classe que não era dominante, mas tornou-se dirigente.

Os mecanismos utilizados para criar o consenso em torno dessa sociedade ao mesmo tempo comunitária e de direito basearam-se na busca de conscientização da massa a lutar para garantir o direito, reunindo-se em comunidades que formaram um sujeito coletivo fortalecido.

A sociedade do direito aparece quando se discute terra, índio e pequeno produtor, e uma das primeiras ações nesse sentido foi a produção da *Carta Pastoral* (1971) cujo conteúdo denunciava as injustiças contra a terra e contra o homem sem recursos materiais de sobrevivência que estava sendo escravizado para o trabalho; denunciava também as invasões e extermínio dos índios bem no início da década de 1970. Assim a Igreja da Prelazia se posicionava frente à classe dominante do momento.


As massas, de certo modo, foram formadas, conduzidas pelos consensos no que foi possível estabelecer. Na medida em que esses consensos vão se rompendo os intelectuais perdem a conexão com as massas. Mas onde esses consensos foram se rompendo? Isso está situado no campo da política. A partir das últimas décadas do século XX, com o novo cenário de democracias restabelecidas pelo fim das ditaduras, o interesse do coletivo foi dando lugar aos interesses individuais; tanto aos que atuavam, quanto às massas porque, segundo Gramsci (2001) as massas também são conservadoras. Elas também são individualistas.

E pesa sobre o projeto societário a partir da segunda década do século XXI, como já dissemos, uma ideologia individualista. Então aquela construção discursiva, a narrativa de uma comunidade maior, totalmente envolvida, perde terreno na igreja para a formação das paróquias, com ideia de uma estrutura territorial independente, de poder, que tem um líder que exerce o seu domínio no pequeno território.

As paróquias são circunscrições eclesiais territoriais que compreendem os fiéis de um determinado território cujo local de culto é uma igreja. E esta igreja é entregue a um pároco/padre que tem responsabilidades sobre ela como se fosse um domínio particular. Várias paróquias compõem um bispado, uma diocese, uma prelazia. Muitos seguidores dentro da Prelazia de São Félix do Araguaia pensam que se houver territorialização paroquial será a fragmentação de uma ideia de coletividade que não conseguirá mais se sustentar.

Analisando a evolução das condições de trabalho, o cenário não é tão animador. Embora uma avaliação feita no Congresso de Cidadania, em São Félix do Araguaia, no ano de 2010 Figura 79, ao examinar a realidade do trabalho na Prelazia constate que houve muitas mudanças, com leis regulamentadoras e a criação de órgãos de defesa do trabalhador, percebe-se que muitas injustiças ainda são praticadas.

Figura 79 – Após quarenta anos...



**“Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso”** é o título do documento-denúncia, que, este ano completou quatro décadas, de autoria de D. Pedro Casaldáliga.

À época em que foi escrito, 1970, o documento gerou espanto e críticas. Mesmo antes de encaminhá-lo a autoridades do Estado, o autor foi desaconselhado de o fazer.

Vivíamos tempos escuros; tempos do “encosta esta porta que a nossa conversa não pode sair”. O País encontrava-se sob o jugo do regime militar e do ufanismo do “Milagre Brasileiro”, com o slogan ordem é: “BRASIL: AME-O OU DEIXE-O”.

Época do Estatuto da Terra (pai das empresas rurais), da integração da Amazônia; da SUDAM e dos incentivos fiscais, que estimulavam empresários a levarem o “progresso” e o “desenvolvimento” para a Amazônia.

Época de abertura das grandes fazendas (empresas rurais) a custo da expulsão de indígenas e de posseiros; das levadas de trabalhadores trazidos do nordeste, seduzidos por promessas de salário vantajoso e de boas condições de trabalho, que resultavam em exploração, escravidão e morte.

Época em que os agentes do Estado fingiam não saber do que ocorria e, não raro, faziam às vezes de “capitão do mato” de fazendeiros, capturando os peões que ousavam querer a liberdade. Como no dito popular, “tempos em que o filho chora e a mãe não pode escutar”.

A sociedade também imitava os três macaquinhos: “não vê; não escuta; não fala.”

O documento de D. Pedro é o primeiro a, oficialmente, desvelar o que ocorria no interior das empresas rurais, que ostentam placas de financiamento da SUDAM, impondo a realidade a quem a queria negar.

## 40 ANOS: DE LÁ PRA CÁ

Passados 40 anos do libelo de D. Pedro, o trabalho escravo ainda é uma vergonhosa e triste realidade. Contudo é imperioso reconhecer que o Estado não nega a sua existência (não há como) e que a sociedade tem agido; e isto foi uma conquista, resultante do gesto primeiro, ao qual outros se juntaram e ajudaram a demonstrar que o relato de D. Pedro não era ficção. Em 1978, o Padre Ricardo Rezende Figueira, Coordenador da CPT, Regional Araguaia Tocantins, faz dueto com D. Pedro e denuncia, no Brasil e no exterior, a escravidão dos peões no Sul do Pará e Norte de Goiás. Emblemático é o caso de cinco peões do Mato Grosso escravizados na então Fazenda Rio Cristalino (Santana do Araguaia, Sul do Pará), pertencente, à época, à Volkswagen.

A partir de 1991, outros atores sociais (Regionais da CPT, Contag, sindicatos, OAB, CUT, por exemplo) integram o coro das vozes denunciantes, impondo ao Estado a realidade que é negada, forçando-o a deixar a atitude da avestruz, e agir. O Estado já não pode lançar aos denunciantes a pecha de detratores da imagem do País no exterior ou de falta de patriotismo.

Vivemos o tempo do Grupo Móvel de Fiscalização; da CONATRAE e das COETRAES; dos Seminários, Simpósios, Congressos, Campanhas e Oficinas por todo o País. Por força de toda essa corrente, o artigo 149 do Código Penal é modificado para deixar extirpadas as dúvidas que o trabalho escravo faz parte do tipo penal “Redução à Condição Análoga a de Escravo”; o Ministério Público tem setor específico para tratar do tema; a Justiça do Trabalho condena escravagistas por dano moral coletivo e por dano moral individual.

É evidente que de lá pra cá, a despeito das forças adversas (não são poucas), muita coisa mudou.

Fonte: Alvorada, on-line, nº 281, p. 10, 2010. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/documentos/Alvorada281.pdf>.

Os participantes reconhecem, que é preciso lutar sempre nas bases da conscientização e da educação do povo. O momento crítico – causado principalmente pelo *Impeachment* da Presidente Dilma Vana Roussef – no País expõe muito claramente a crise política e econômica; o fato é que esse processo desencadeou cerca de milhares de desempregados, que correm contra o tempo em busca de afastar a dura crise econômica. Isso também afeta a região. E serve como justificativa para os problemas trabalhistas que porventura ocorram.

Todos esses órgãos e as leis complementares foram criados ou possibilitados a partir da Constituição de 1988 em que as questões sociais foram tratadas com mais abertura e com abordagem mais real. As leis são bem elaboradas. É preciso eficácia é no seu cumprimento que, como sabemos, dificilmente se efetiva.

As associações foram se dissolvendo e as iniciativas coletivas vão se individualizando. Na Figura 80, um exemplo claro pode ser observado nas lavouras comunitárias e na produtora de sucos, criadas pela Associação Nossa Senhora de Assunção (ANSA) para viabilizar as colheitas dos pequenos proprietários.

Figura 80 – O que a ANSA representa hoje na dinâmica da Prelazia



Fonte: Prelazia de São Félix do Araguaia, Alvorada, on-line, nº 312, junho/2015. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/documentos/alvorada312.pdf>.

Há sobreposições de projetos e, nota-se mais forte dentro dessa sociedade, ações e ideias capitalistas. Podemos dizer que, independente de qual partido ou qual força governativa esteja no poder, o capitalismo tem maior voz.

[...] então, se pensava nessa ANSA como mola propulsora da formação da educação popular, e essa ANSA que hoje tá aí, né, fomentando a formação da agricultura familiar, enfim, são N (ene) coisas que a gente sabe que tem um trabalho de perspectiva de perpetuar esse trabalho que foi. Então, com emoção eu lembro da mulher visionária que foi a Tia Irene, e hoje contemplando aí na

apresentação do pessoal a gente vê assim, tanta coisa em cada setor, o caminhar da história. (Zecão, 24/08/2017).

Zecão mostra-nos, no que está dito e no que está insinuado quando coloca “tanta coisa em cada setor, o caminhar da história”, e na emoção com que se expressa, esse discurso traz a memória de experiências vividas, diferentes das experiências atuais. Parece se ressentir de um desenvolvimento econômico e social que é pautado pela setorização da instituição, o aumento do comércio e do consumo que visa ao lucro individual, e, no âmbito mais geral, pela dissolução dos sujeitos coletivos em detrimento desta valorização da individualidade e a relativização dos valores públicos. Esse comportamento resume o ambiente diversificado e contraditório em que se encontra a Prelazia. Mas como ele mesmo afirmou, é o caminhar da história.

Sobre o que nos foi possível depreender de tudo, podemos dizer que a formação foi fundamental para que o povo organizasse a resistência e o projeto contra-hegemônico pudesse se concretizar. O caminho da escolarização para os trabalhadores foi/é um instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis e também para elevar o nível cultural e intelectual das massas. O aprendizado da leitura e da escrita atuou decisivamente no processo de reforma intelectual e moral, capacitando-os para a compreensão da necessidade de se libertar e fazer o próprio caminho.

A escolha de Gramsci como suporte teórico para esta discussão foi imprescindível porque sua teoria representa uma importante contribuição ao aprendizado da luta e do incansável trabalho de resistir. Trata-se de uma resistência ativa porque não se limita a efetuar a crítica mostrando os limites, insuficiências e equívocos no transcurso do conhecimento do objeto estudado. Vai além, instrumentaliza-nos com verdades consistentes capazes de orientar a nossa prática numa direção transformadora.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propusemos a pesquisar sobre a Prelazia de São Félix do Araguaia foi principalmente pelas notícias do trabalho do Bispo Dom Pedro Casaldáliga. Depois nossa atenção se voltou para os modelos de educação formal/informal de que fomos tomando conhecimento, principalmente pelo Informativo Alvorada. Aproximamo-nos do objeto com o intuito de analisar os processos educativos e formativos que a comunidade de São Félix do Araguaia viveu nas três últimas décadas do século XX e compreender o papel assumido pelos sujeitos envolvidos nesse processo.

A par desta realidade, intencionávamos compreender as nuances dessa elaboração teológica típica da América Latina que, em um esforço coletivo e supra confessional, acolhe as práticas de libertação latino-americanas e as interpreta como práticas essencialmente cristãs; e que ficou conhecida como de Teologia da Libertação. Os objetivos da observação seriam identificar as formas de evangelização e resistência praticadas ali; analisar o papel das Comunidades Eclesiais de Base na organização da educação popular (especialmente de jovens e adultos), na conscientização dos direitos do povo e na emancipação social daquelas pessoas; conhecer a proposta do projeto pastoral da igreja e a sua relação com a educação popular; e também pesquisar o trabalho realizado pelas igrejas cristãs nas comunidades ribeirinhas daquela região do Araguaia, especialmente da igreja católica, nas três últimas décadas do século XX. A intenção dessa busca seria compreender o envolvimento dessas igrejas com o crescimento pessoal, com a educação formal na região e os indicadores de modificações na performance da Educação.

Trabalhamos com variados recursos. Primeiro foi elaborado um roteiro compatível com o que a proposta exigia: um diagnóstico da realidade e das situações do local (Prelazia de São Félix) que foi o ponto de partida para a concretização do Plano de Ação, com as etapas da pesquisa e o conhecimento das necessidades e expectativas apresentadas. Partimos para a coleta de dados cuja meta seria avaliar os impactos causados pelo desenvolvimento, permanência e consequências desse esforço coletivo por uma nova elaboração teológica e o seu envolvimento na educação popular na região noroeste de Mato Grosso. Nessa busca dos instrumentos básicos para situar o estudo, utilizamos a análise de fontes documentais do acervo cultural da Prelazia, com a autorização do bispo Dom Adriano Vasino e dos responsáveis pela guarda e conservação dos documentos; realizamos entrevistas semiestruturadas a educadores que atuaram no período de 1970 a 2000 nos processos educativos das escolas formais e informais da Prelazia; ouvimos

ainda religiosos, agentes leigos de pastorais, líderes sindicais e de movimentos sociais, ou pessoas sem nenhum vínculo com instituições ou grupos, aleatoriamente.

A composição de um painel de relatos foi providencial ao ingresso no cotidiano do povo e conhecimento das suas experiências de vida e as lutas que enfrentaram até a realidade dos dias atuais. São relatos de pessoas que já estavam no local a partir dos anos 1970. Gravamos a roda de conversa de 2016 e as gravações foram transcritas e autorizadas pelos sujeitos ouvidos. No início da pesquisa havia uma datação. Fizemos um recorte de análise dos processos educativos formais e informais nos últimos 30 anos do século XX. Logo percebemos que esta análise seria pouco produtiva porque compreendemos que o que sobressaía como componente básico na realidade daquele povo era o seu comportamento frente aos conflitos e disputas pela terra. Independente de quando, o dado preponderante era o como.

Fizemos uma avaliação dos números editados do periódico *Alvorada* descrevendo o seu conteúdo, o que possibilitou (re)pensar e conseqüentemente (re)planejar algumas atividades, direcionadas pelos seus registros. A reflexão e interpretação de resultados criou um *corpus* de pesquisa decisivo na escolha do referencial teórico mais apropriado para prosseguimento da pesquisa. No andamento do trabalho, compreendemos que “Teologia da Libertação” não é um referencial teórico nem um processo filosófico ou mesmo teológico pronto a ser usado como um manual de instruções. São as práticas de libertação cotidianas, vividas em experiências reais de toda a comunidade, nos enfrentamentos de conflitos por posse da terra, na mobilização dos sujeitos, pela necessidade de sobrevivência que se fortaleceram na busca de direitos e na defesa da vida. Em certo sentido, o que ela defende é essa interpretação mesmo do evangelho. Não emerge de uma teoria, ela se constitui como pensamento teológico na tensão com a realidade concreta.

As memórias reveladas no diálogo com os sujeitos pesquisados, a participação na roda de conversa de 2016, as entrevistas semiestruturadas, tudo isso possibilitou aos pesquisados se expressarem sobre os fatos ocorridos e o andamento da história. Inferimos então que o trabalho do intelectual foi um facilitador dos intercâmbios e inter-relações que permeavam/permeiam os enfrentamentos, as mediações e as reações cotidianas, sendo elas evangélicas ou não. Para confirmar a ideia de intelectual trabalhada aqui, enfatizamos a nossa posição que está embasada em Gramsci quando diz o que é um intelectual, porque ele mostra que não existe um limite máximo desse significado. É impossível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diversas e variadas atividades intelectuais e para distingui-las, ao mesmo tempo e de modo essencial, das atividades dos outros agrupamentos sociais.

Gramsci não era a ideia inicial de suporte teórico do nosso estudo. Entretanto, acessar a produção dele sobre a reflexão do intelectual orgânico, da construção coletiva de intelectuais, e a sua atuação na construção de um projeto contra-hegemônico é que nos levou a optar pela discussão embasada no seu pensamento. Podemos afirmar que ao conceber o nosso trabalho nesta linha de pensamento, realizamos uma aproximação entre ideias e campos cronotopicamente diferentes (Itália do início do século XX e Brasil-Mato Grosso-Prelazia de São Félix do Araguaia segunda metade do século XX), mas que possuem convergências sustentáveis.

A nossa ideia de intelectual é abrangente e foi identificada nas atividades de alfabetização na educação popular, nas trocas de experiências cotidianas do trabalho com a terra, nas lides domésticas e sociais, e está presente em todos os setores porque havia um esforço da igreja em empreender um programa de evangelização que alcançasse e conscientizasse as pessoas dos seus direitos e dos seus deveres de indivíduos livres. Trabalhamos com a acepção do intelectual tradicional quando observamos um formador que se deslocou da sua terra, em outras regiões do Brasil, e veio para o noroeste do Mato Grosso (ou para a Amazônia Legal como foi chamada a região de povoamento induzido pelo governo a partir da década de 1970) com a intenção de trazer conhecimento sistematizado por meio do trabalho como agente pastoral.

E identificamos o intelectual orgânico, que fomos percebendo no comportamento dos sujeitos de pesquisa na vida particular e social de uma sociedade rural de camponeses que buscavam/buscam formas de defesa na disputa da terra. Para se compreender a vida coletiva dos sertanejos e as configurações de desenvolvimento nela existentes, é preciso se aprofundar na análise desta subordinação efetiva aos intelectuais. Levamos em conta que o desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende. Assim, não é possível afirmar que tenha realmente se materializado a conexão/organização entre os intelectuais e as massas. É mais coerente dizer que apesar de trabalharem lado a lado, os intelectuais agiram mais como condutores nas decisões.

Nesse sentido, o nosso ponto de vista converge com o que Gramsci (2001, p. 23) expõe quando fala sobre o desenvolvimento orgânico das massas camponesas: “[...] todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende”. No Brasil, como em outras partes do mundo, o capitalismo muitas vezes lança mão do trabalho escravo, ou em regime de escravidão para conseguir o máximo de lucro com o mínimo de gastos. E muitas vezes pessoas menos instruídas

da educação formal e/ou com nenhum recurso financeiro se sujeitam a esse tipo de arranjo para suprir as necessidades básicas. A pesquisa comprovou que é uma prática que aconteceu e possivelmente ainda acontece na região do nosso objeto de estudo e em outros lugares do Brasil. Por isso, a convivência com os intelectuais vindos de fora foi imprescindível para que a troca de saberes e de experiências instrumentalizasse o camponês nos enfrentamentos de conflitos. Afirmamos que a “instrumentalização”, de ambos os lados, foi eficaz e foi produzindo os intelectuais orgânicos que, nos embates do dia a dia, defendiam a si e à comunidade da forma como lhes era possível. E ainda, confirmamos que em determinado momento histórico, o projeto contra-hegemônico empreendido pelo confronto com a hegemonia vigente, se consolidou e tornou possível uma política de cunho social com algumas garantias conquistadas.

Na roda de conversa de 2016, *Educação do Araguaia na roda*, os relatos de Bia e Mada, como são chamadas pelos amigos, as irmãs Beatriz Kruch e Madalena Hausser também citaram outras situações de outros lugares que não fossem a Prelazia, com os mesmos problemas entre posseiros e fazendeiros mostrando que a luta dos camponeses no Brasil é muito semelhante em várias regiões e não acaba. É o caso por exemplo, em que presenciaram a morte do Padre Josimo, em conflito entre fazendeiros e posseiros, ao norte do Tocantins. Outros estudos e pesquisas que têm sido feitos sobre a Prelazia confirmam que há de fato uma tentativa de construção desse projeto contra-hegemônico, e não é o que se encontra em todos os pontos de conflito no Brasil. Isso está materializado sobretudo na compreensão desse coletivo conscientizado de que precisa fazer intervenção por meio da política. O caminho da política foi uma decisão importante na construção dessa resistência.

O tempo todo lidamos com essas narrativas que foram trazendo dados e informações para nos mostrarem que tanto os agentes pastorais que chegaram de fora, como os que foram se formando ali, nas trocas de experiências, em algum momento agiram de fato como os intelectuais orgânicos. Fizeram o papel de mediador, sendo aquele que atua na sociedade, ou seja, um elo fundamental para promover transformações sociais. E nesse papel ele é simultaneamente mestre e aprendiz; está ao mesmo tempo na condição de teórico, que elabora o plano de ação e executor que caminha ombro a ombro com todos os envolvidos no projeto de vida onde se inserem. É a manifestação genuína da práxis. É o corpo de liderança que estabelece a relação de organização e conexão entre a massa e desempenha a função de ligar a lógica de Estado na disputa de um poder, isto é, uma outra forma de organização societária.

Para Gramsci, o intelectual orgânico é o que age, que atua, participa, ensina, organiza e conduz, enfim, se imiscui e ajuda na construção de uma nova cultura, de uma nova visão do mundo, de uma nova hegemonia. Esse intelectual se contrapõe àquele que fica preso às teorias,

mas não se aproxima da prática. Em sua obra, Gramsci não apenas defendeu o engajamento do intelectual, mas formulou um novo modelo, construindo um método, que indica ser necessário tirar os intelectuais das academias e colocá-los no centro da ação política. Assim, o intelectual que encontramos atuando nas comunidades da Prelazia justifica a afirmação de que a formação política empreendida pelos agentes pastorais e membros atuantes das comunidades realmente construiu uma resistência e possibilitou uma experiência contra-hegemônica naquele território.

Os assuntos não se esgotam aqui, e também sabemos que os objetos de estudo, o campo de pesquisa e o acervo que encontramos durante este trabalho são praticamente inesgotáveis, mas afirmamos que os nossos objetivos se realizaram em alguns pontos específicos, com algumas hipóteses confirmadas, outras não; e isso nos permite conduzir a discussão para um arremate das ideias. Algumas conclusões tendem para as seguintes afirmações: a Igreja Católica foi importante na formação humana de pessoas que buscaram a sua proteção durante um período crítico de fixação nos territórios conflituosos. A igreja da Prelazia de São Félix do Araguaia, nas suas imperfeições e insuficiências, caracteriza-se por uma igreja que trabalha com ideais de libertação, fazendo a escolha de estar do lado dos pobres e perseguidos, e se constituiu/constitui como uma força política na região, trabalhando no sentido de garantir a justiça e a defesa de pequenos agricultores, peões e índios nos seus direitos humanos e no direito de permanência onde vivem. A atuação da igreja foi mais evidente entre as décadas de 1970 e 1990 no âmbito da educação e da política, pelo apoio à Educação de várias maneiras como as Campanhas Missionárias, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as comissões pastorais, as cartilhas formativas, os projetos culturais e projetos de formação de professores, mas mantém-se o mesmo programa pastoral de base, sofrendo a ação das modificações temporais.

A Prelazia, no seu momento primeiro, por questões de sobrevivência, viu-se obrigada a refazer os processos teológicos ao olhar para a realidade encontrada pelos seus padres e agentes. A opção por experiências de libertação levou-a a assumir posicionamentos que, para além do campo religioso, influenciou o campo social e o campo político, como um modelo de igreja que se fez a partir de uma realidade de tensionamento entre capital e trabalho. O seu momento de consolidação pode ser considerado a partir da constituição de associações, sindicatos, e mesmo da posição política que assumiu ao apoiar a eleição de representantes para as prefeituras de cidades da sua jurisdição religiosa. Talvez tão político quanto teológico, pode-se dizer que esse foi o momento em que ficou mais evidentes essas práticas de libertação que se tornaram tão fortes no mapa latino-americano. Especialmente nas últimas décadas do século XX.

Embora seja inegável que tenha havido um processo de resistência e, conseqüentemente, libertação, os documentos também revelam, sobretudo o relatório do Levantamento Pastoral do

ISER, que a ação não se deu sem contradições. Além dos conflitos externos, nos enfrentamentos pelos territórios, havia os problemas internos entre os membros ou entre grupos representativos setoriais. A perspectiva da igreja era de lutar para superar as desigualdades a partir do questionamento às opressões que eram recorrentes no campo social e político. E, desta forma, realizar ações concretas, de modo a se tornarem agentes de sua própria libertação, sujeitos da história, e não objetos dignos de piedade, caridade e assistencialismo, rompendo com a concepção passiva de espera da intervenção divina. Mas para isso, muitas vezes agia como condutora da massa, com um programa de ações e trabalho cuja rigidez cobrava retornos severos do cristão. Isso ocasionou, em alguns momentos, o surgimento de uma espécie de “casta” dos agentes de pastoral e dos enfrentantes, que exigiam do povo uma participação efetiva nos projetos da igreja. Quem não participasse era considerado “falso católico”.

Mostra um fenômeno comum no século XX. É a perspectiva da seita descrita por Weber (1987) quando fala dos – separados, íntegros, escolhidos, apartados dos “falsos”. Essa ideia se estendeu, especialmente na segunda metade do século, para outros setores, como os sindicatos, por exemplo; os trabalhadores que não aderiam eram chamados de “pelegos” dos patrões, os sem-terra que não aderiam aos projetos coletivizadores eram rejeitados e tachados de individualistas. Assim foi como aconteceu na Prelazia entre os enfrentantes e os “falsos católicos”.

Com o tempo, essa imagem do católico da prelazia acabava sendo motivo de isolamento social. Por isso mesmo, conforme o relatório, a modernização, com a chegada de imigrantes para as zonas urbanas intensificou esse afastamento e as contradições. O discurso adotado é universal, afinal a salvação é para todos, contudo a prática pastoral privilegiava alguns setores da Prelazia, os que participavam e desempenhavam funções nas comunidades. Nesse sentido ficam dificultadas as aproximações e a possível integração entre antigos e novos membros. O que também é motivo de conflito interno entre os que acreditam numa possibilidade de trabalho cristão menos radical e os que alegam que todas as dificuldades enfrentadas pelos membros da Prelazia, em momentos anteriores, não devem ser banalizadas. E assim, assumem um papel de bastiões da moralidade, legitimado pelo peso social da instituição que representam.

Mas as contradições também fazem parte do processo. E dele emergem sujeitos com posicionamentos variados, muitas vezes antagônicos, mas que se forjaram nos conflitos e a seu modo, buscaram/buscam o progresso da sua região. E os denominados aqui sujeitos de enfrentamento constituem uma identidade de resistência, já observada por outros pesquisadores, como por exemplo a professora Heloísa Gentil. Em sua tese destaca o papel desse sujeito coletivo que consegue dar visibilidade aos excluídos da chamada história oficial:

Através desta pesquisa encontramos elementos que nos apontam a constituição de uma identidade de resistência na região do Médio Araguaia: grupos sociais no contexto de dominados no contexto sociopolítico e econômico maior e que vão, através de sua própria história, construir uma forma de viver fundamentada em princípios nem sempre os da classe dominante, tornam-se visíveis, adquirem a forma de movimentos sociais posto que, através de suas ações, muitas vezes localizadas e em torno de questões que muitas vezes parecem necessidades momentâneas, vão colocando em cheque todo o sistema, construindo uma possibilidade alternativa. Muitas vezes são princípios opostos àqueles dominantes, ou de certa forma resignificados, como nos tem parecido o conceito de cidadania que orientou as relações do Araguaia com as políticas públicas, no caso em estudo as educacionais. (GENTIL, 2002, p. 119).

Apoiamo-nos nas palavras de Gentil (2002) para confirmar a existência de um sujeito coletivo que transformou, em certo momento, a situação social do povo. Confirmamos a ideia de que nesta e/ou em outras localidades da parte norte do Brasil, durante a segunda metade do século XX, houve confrontos e disputas por terras, motivados pela política governamental de povoamento de regiões com baixa densidade demográfica e menor desenvolvimento econômico no aspecto capitalista.

O paradigma de desenvolvimento do país, especialmente no que se refere ao campo, como no processo de modernização da agricultura, é gerador desses conflitos pela forma de concentração e de exclusão. A estratégia da modernização adotada pelo governo teve como objetivo básico o aumento da produção e da produtividade da terra e do trabalho. O modelo hegemônico não modificou a estrutura fundiária, pelo contrário, confirmou a opção de um modelo concentrador que começou a ser implantado a partir de 1970, com a soja e depois com o avanço também das lavouras de cana-de-açúcar para a produção de combustível alternativo, e esses cultivos, altamente capitalizados e multiplicadores de capital, se expandiram pelas regiões centrais do país, em substituição a cultivos tradicionais. A terra e os modos de produção foram os principais pontos de conflitos tratados aqui.

Parafrazeando Martins (1995) podemos dizer que no nosso caso, o avanço do capitalismo não dependeu da abertura de um espaço livre à ocupação de capital. O trabalhador já era expropriado. Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, e se beneficiou de trabalhadores destituídos de sua própria força de trabalho. Por essa razão, o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante.

Possivelmente é essa falta de enraizamento que ainda alimenta um círculo vicioso que já deveria ter se extinguido, por exemplo, com uma reforma agrária que fosse equânime e não privilegiasse tanto o capital em detrimento do trabalho, uma vez que as suas relações são interdependentes; evitaria a prática do trabalho escravo. Mesmo que tenha suavizado a situação do conflito armado, ou pelo menos não esteja tão generalizada como já foi antes, os problemas de injustiças sociais e confrontos localizados persistem. Em se tratando do nosso objeto de pesquisa, o Alvorada continua a noticiar esses tais problemas. E eles continuam existindo.

É uma denúncia de que essa luta não terminou. Trimestralmente o Alvorada continua informando-nos esse tipo de realidade. Não existe realmente uma lei de reforma agrária, por isso a relação que é estrutural do problema do campo não está resolvida. Algumas leis complementares trouxeram/trazem algum benefício. Porém a espinha dorsal da relação capital e trabalho não é enfrentada realmente, aliás, não apenas naquela região, mas no país como um todo.

Encerramos as análises com as seguintes considerações: se tem havido conflitos no campo é porque, de certa forma, está havendo reação por parte dos que estão sofrendo violência. São muitos ainda os sujeitos dos conflitos no território brasileiro: as nações indígenas e a luta pela demarcação dos seus territórios; os posseiros em luta pela terra de trabalho; os peões lutando contra a pistoleiros e grileiros; os camponeses enfrentando as desapropriações nas grandes obras do Estado, como exemplo a luta contra a construção de barragens em várias bacias fluviais do Brasil. O sindicalismo no campo e o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) têm mostrando que os campos de luta são muitos, as estratégias de resistência são diversificadas, mas as lutas são coincidentes, uma vez que todos estão lutando contra as injustiças de grandes proprietários que visam primeiramente ao lucro. E, se há resistência eficaz é porque os intelectuais orgânicos, fortalecidos nas batalhas, continuam um movimento perene em defesa da vida, do trabalho e da dignidade social das comunidades onde se encontram.

Esta pesquisa movimentou grande número de documentos muitas frentes de possibilidades, para este trabalho impossíveis de se realizar, mas que abrem leques a outras pesquisas, a outros pesquisadores. Os assuntos relacionados à Prelazia de São Félix do Araguaia, suas curiosidades, conflitos, lutas e movimentos de resistência que se encontram registrados nos documentos do Arquivo da Prelazia suscitam tantas e tantas pesquisas que fica quase impossível enumerar.

Dentre os temas mais relevantes e que saltam aos olhos de quem examina os documentos, há possibilidades, por exemplo, de pesquisa histórica sobre a passagem da última expedição de bandeirantes paulistas ao interior do Brasil, a Piratininga que deixou dois

membros em São Félix durante a viagem. São eles, Aurélio Aureli, irmão do comandante, morto por maleita e o encarregado da cozinha na expedição, senhor Wolfgang Dankmar Gunther, ainda vivo e residente em Cana Brava do Norte-MT. Há nuances históricas da construção, funcionamento e ocaso do Hotel JK e empreendimentos para um turismo ecológico internacional na Ilha do Bananal. Encontram-se obras que mencionam envolvimentos não comprovados entre a Prelazia e a Guerrilha do Araguaia. Sobre as causas e consequências de conflitos por terras, há um cabedal infinito de acertos e desacertos do maior e mais visado latifúndio da região, a Suiá-Missu que permanece envolvida em embates entre os índios e ditos proprietários retirados das terras pelo governo federal em 2012 em um processo não pacífico de desintrusão.

No campo da cultura popular, o próprio Alvorada registra composições em prosa, verso, causos, folclores e religiosidade da terra que expressam a cultura vinda do povo; e no campo da literatura e erudição existe a consistente produção do poeta Pedro Casaldáliga, do poeta Paulo Gabriel, da romancista Eroltildes Milhomen, do jornalista Kalixto Guimarães, entre outros. Sobre relatos de viajantes, uma extensa obra de Willi Aurelli.

Com relação à religiosidade, há um campo diverso sobre as religiões indígenas, sobre o catolicismo popular, sobre as motivações e os motivos que levaram à construção do Santuário dos Mártires, considerado único do gênero de que se tem conhecimento. E a própria história de Dom Pedro Casaldáliga, que suscita a curiosidade e fomenta variados estudos. São tantos assuntos, tantas informações que recebemos nas conversas muitas vezes entabuladas às margens do Araguaia, que o universo do conhecimento tem dificuldades em abarcar; são histórias onde a verdade vira mito e os mitos emergem de verdades frequentemente mais assustadoras que a ficção.

\*\*\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- ALDIGHERI, Mário. *Josimo: a terra, a vida*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- ALVORADA. *Impresso da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT*. Arquivo do Centro Pastoral de São Félix do Araguaia – “Tia Irene”, 1970-2013.
- ALVORADA DIGITAL. *Informativo da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT*. 2014. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/documentos/index.html#1>.
- ALVORADA DIGITAL. *Informativo da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT*. 2016. Disponível em: <http://prelaziassfaraguaia.wixsite.com/prelazia/jornal-alvorada>.
- APROSOJA BRASIL, *A história da soja*. Disponível em: <https://aprosojabrasil.com.br/2014/sobre-a-soja/a-historia-da-soja/>. Acesso em: 02/07/2018.
- ARANTES, Sebastião. *Tuna (um terço e uma cruz pro demônio ir simhora)*. Goiânia, GO: Livraria Editora Cultura Goiana, 1984.
- ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida*. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BERGSON, Henry. *O riso – Ensaio sobre a significação da comicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BÍBLIA SAGRADA. *Bíblia Vozes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. São Paulo: Ática, 1994.
- BOLÍVAR, Antonio; DOMINGO, Jesús; FERNÁNDEZ, Manuel. *La investigación biográfico-narrativa em educación – enfoque e metodología*. Madrid: La muralla S/A, 2001.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-191.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. Campinas, 1985. Disponível em: [http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/identidada\\_etnia.pdf](http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/identidada_etnia.pdf).

\_\_\_\_\_. *Lutar com a palavra: escritos sobre o trabalho do educador*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL. Constituição de 1891. **Diário do Congresso Nacional**, Legislação Informatizada, p. 534, 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa*. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>.

\_\_\_\_\_. *Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970*. Brasília, 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm). Acesso em: 21/08/2017.

\_\_\_\_\_. *Mobral: Alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos*. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-publicacaooriginal-1-pl.html>.

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. *A prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e a luta social durante o regime militar*. Disponível em: <http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/387/322>. Acesso em: 15/03/2017.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte, MG: Ed. Itatiaia, 1975.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à história*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Carta Pastoral: uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia-MT, 1971. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

CASONATTO, Odalberto Domingos. *A bíblia. Org.* Disponível em: <http://www.abiblia.org/index.php?a=2&id=66>. Acesso em: 25/04/2017.

CHIARANTE, Giuseppe. Intelectuais. In: *Vocabulário Gramsciano – vários autores*. 2006. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=127>. Acesso em: 08/04/2018.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório final*. Brasília-DF, 2014. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/250188441/Relatorio-Final-Comissao-Camponesa-Da-Verdade-09dez2014>. Acesso em: 04/09/2017.

COPLAS, Martín; CASALDÁLIGA, Pedro; TIERRA, Pedro. *Missa da terra sem males*. São Paulo: Edições Paulinas & Discos, 1980.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *A igreja e os problemas da terra*. (Documento de 1980). Disponível em: <https://pstrindade.files.wordpress.com/2015/01/cnbb-doc-17-igreja-e-problemas-da-terra.pdf>

COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões – Campanha de Canudos*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

DIAS, Arcelina Helena Públio. *Memória e libertação: caminhos do povo e os murais de São Félix do Araguaia*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2014.

DSU/MEC. Projeto Logos II. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1974.

DUARTE, Teresinha. *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o regime militar*. Goiânia, GO: Editora da UCG, 2003.

DUTERTRE, Alain; CASALDÁLIGA, Pedro; BALDUÍNO, Tomás. *Francisco Jentel, defensor do povo do Araguaia*. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Gráfica e Editora O lutador, s/d.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. de Vera Ribeiro; revisão técnica de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

ESCALOPE, Marluce. *Café da tarde: Jornal Alvorada de São Felix do Araguaia é tema no último dia de Colóquio de Jornalismo*. Disponível em: <http://tharijagrisolia.blogspot.com.br/2013/06/jornal-alvorada-de-sao-felix-do.html>. Acesso em: 09/09/2017.

ESCRIBANO, Francesco. *Descalço sobre terra vermelha*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

FERRAZ, Lucas. No Mato Grosso, os novos problemas de uma velha disputa. *Notícias Gerais*. Disponível em: <http://www.aguaboanews.com.br/noticias/exibir.asp?id=6673>. Acesso em: 20/08/2017.

FLORESTANET. A história de Ariosto da Riva. *Geral*, publicado em 19/05/2015. Disponível em: [http://florestanet.com.br/geral/id-198257/a\\_historia\\_de\\_ariosto\\_da\\_riva](http://florestanet.com.br/geral/id-198257/a_historia_de_ariosto_da_riva). Acesso em: 20/08/2017.

FRANÇA, Marcos Ramos. *Reconstrução da história de ocupação do P. A Canta Galo (1987-1991)*. 2007. Monografia (Graduação em História) – Licenciaturas Plenas Parceladas, Unemat, Mato Grosso, 2007.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.  
\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 9. ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1981.

GALASTRI, Leandro Oliveira. A construção do bloco histórico. *Letras Sociais*, n. 23, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18966>. Acesso em: 08/05/2018.

GENTIL, Heloísa Sales. *Formação docente: no balanço da rede entre políticas públicas e movimentos sociais*. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO MATO GROSSO. *Projeto de formação e habilitação de professores para o Magistério – modalidade suplência*. Cuiabá, 1995.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. v. 1. Rio de Janeiro: Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 2001.

GUARACY, Thales. *O sonho brasileiro*. Pacaembu, SP: Editora A Girafa, 2003.

GUIMARÃES, Kalixto. *Desordem e retrocesso na guerra do indigenato*. Cuiabá-MT: Defanti Editora, 2013.

GUNTHER, Wolfgang Dankmar. *Os pioneiros*. Cana Brava, 2005. [Manuscrito].

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2003.

IOKOI, Zilda Grícoli. *Igreja e Camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo*. Brasil e Peru, 1964-1986. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

ISER. *Levantamento Pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia – dados do contexto socioeconômico*. Relatório síntese. Rio de Janeiro: Programa de Assessoria, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios). Disponível em: <http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/.pdf>.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). *Dicionário Gramsciano, 1926-1937*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOWY, Michael. *A verdadeira igreja dos pobres*. Disponível em: <https://teologialibertacao.wordpress.com/2015/05/18/a-verdadeira-igreja-dos-pobres/>. Acesso em: 15/11/2017.

MACRUZ, Fernanda de Moraes Sarmiento. *Folclore de peões e posseiros em luta pela sobrevivência*. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.

MANACORDA, Mario Alighiero. *O princípio educativo em Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MANZATTO, Celso Vainer; FREITAS JUNIOR, Elias de; PERES, José Roberto Rodrigues (Orgs.). *Uso agrícola dos solos brasileiros*. Editora Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MILHOMEM, Erotildes da Silva. *Barreira do Araguaia*. Brasília-DF: Artecor Gráfica e Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. *Meu Araguaia querido*. Brasília-DF: Centro Gráfico, 1985.

MONASTA, Attilio. *Antonio Gramsci*. Trad. de Paolo Nosella. Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

MORENO, Gislaene. A colonização no século XX. In: MORENO, Gislaene; MAITELLI, Gilda Tomasini (Org.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2005.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

OPAN/CIMI. *Índios em Mato Grosso*. [s.l]: [s.n] Dossiê; 1978.

O REPÓRTER DO ARAGUAIA. *O sonho de um grande presidente na Ilha do Bananal*. Publicado em 18/03/2014. Disponível em: <https://www.jreporterdoaraguaia.com/products/a18-03-2014-o-sonho-de-um-grande-presidente-na-ilha-do-bananal/>.

PAULA, Eunice Dias de. *A língua dos Apyãwa – Tapirapé – na perspectiva da etnossintaxe*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2014.

PATAI, Rafael. *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1974.

PRADO Jr. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

PESSOA, Jadir de Moraes. *Literatura e Educação – no conto de Bariani Ortêncio*. Goiânia, GO: Ed.PUC-GO/Kelps, 2011.

PIETRAFESA, Pedro Araújo; PIETRAFESA, José Paulo. Nova ruralidade e o modelo de desenvolvimento no bioma Cerrado: as várias “marchas” para o Oeste do Brasil. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 3, n. 2, p. 73-92, primavera de 2015. Disponível em: [www.furb.br/rbdr](http://www.furb.br/rbdr).

PONTAL DO ARAGUAIA. Morre Kalixto Guimarães o polêmico escritor do Araguaia. In: *A notícia na hora do fato*. Disponível em: <https://www.pontaldoaraguaianews.com/products/a14-07-2014-morre-kalixto-guimaraes-o-pol%C3%AAmico-escritor-do-araguaia/>. Acesso em: 08/05/2018.

PRELAZIA, São Félix do Araguaia; ANSA – Associação Nossa Senhora da Assunção; SIC – Sociedade, inteligência e coração. *Manual*. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/documentos/manual.pdf>.

\_\_\_\_\_. *Terra de Esperança*. Exposição sobre a luta pela terra no Araguaia, 1968-1980. São Félix-MT, 2015.

RAMOS, Hugo de Carvalho. *Tropas e boiadas*. Goiânia, GO: Editora da UFG, 2001.

RESENDE, Anita Cristina Azevedo. *Educação, saber e sociedade*. Palestra proferida na Pós-graduação, na Universidade Federal de Goiás, em 24/06/2015.

RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.

RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais* – Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio – depositado em: 25/3/2008, 13:52. Disponível em: [http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook\\_antropologia\\_comunicacao.pdf](http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_antropologia_comunicacao.pdf)

SANTOS, Paulo César Moreira. *Araguaia: entre palavras, roças e fuzis a pedagogia dos agentes pastorais no nordeste matogrossense, nos anos 1960/1970*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SAQUETI, Marcos Eurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º semestre de 2008. Disponível em: [www.geouerj.uerj.br/ojs](http://www.geouerj.uerj.br/ojs). Acesso em: 12/03/2017.

SAUTCHUK, Jaime. Um bispo de luta. In: *Portal Vermelho*. Postado em 07/02/2018. Disponível em: [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=8954&id\\_coluna=91](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=8954&id_coluna=91).

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. *Plano Municipal de Educação 2015-2024*. Mato Grosso: Prefeitura Municipal de Alto da Boa Vista, 2015.

SCHMIDT, Afonso. Willy Aureli descobre e descreve o rio da Solidão. *A Gazeta de São Paulo*, São Paulo, 26/07/1957. Arquivo: Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org>.

SCHMIDT, Benito Bisso. Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória. *Estudos Ibero-Americanos* (PUCRS), v. XXXII, n. 1, p. 85-97, junho 2006.

SHWARZ, Rodrigo Garcia. *Terra de trabalho, terra de negócio: trabalho escravo contemporâneo na perspectiva (da violação) dos direitos sociais*. São Paulo: LTr-eBooks, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/Vera/Downloads/Terra\\_de\\_trabalho\\_terra\\_de\\_negocio\\_o\\_tra.pdf](file:///C:/Users/Vera/Downloads/Terra_de_trabalho_terra_de_negocio_o_tra.pdf).

SILVEIRA DA COSTA, José. *Memórias e confidências do Padre Tibúrcio*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X Editora Ltda., 2018.

SIMON, Pedro. *A diáspora do povo gaúcho*. Brasília: Senado Federal, 2009.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. In: *Juventude Católica: o novo discurso da Teologia da Libertação*. São Paulo: Edufscar, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/11.pdf>.

TAVARES, Maria Helena. *O problema é ter medo do medo – o que o medo da ditadura tem a dizer à democracia*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2016.

TEIXEIRA, Átila Silva Arruda. Os sertões, de Euclides da Cunha: Marco inicial das ciências sociais e da literatura brasileira no século XX. In *Temporis[ação]*. Disponível em: [www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/viewFile/3838/3474](http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/viewFile/3838/3474). Acesso em: jan.-jun. 2016.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado – história oral*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, ambientes, valores do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

VALÉRIO, Mairon Escorsi. *Entre a cruz e a foice: Dom Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do Araguaia*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. D. Pedro Casaldáliga e a significação religiosa do universo rural do Araguaia nas décadas de 1970-1980. *SÆculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 28, p. 381-398, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/18208/10300>. Acesso em: 21/08/2017.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: [www.bvce.org](http://www.bvce.org).

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. *À procura das Bandeiras Verdes: viagem, missão e romaria – movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental*. 2001. Tese (Doutorado) – Unicamp, Campinas, São Paulo, 2001.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. *A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILLAÇA, Mariana Martins. *A redemocratização na América Latina*. Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANFPHLAC). Disponível em: <http://anfplac.fflch.usp.br/redemocratizacao-apresentacao>. Acesso em: 04/07/2018.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tomás J. M. K. Szmrecsányi. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

**APÊNDICE<sup>40</sup>****A. LISTA DE ENTREVISTADOS****B. TERMO DE ANUÊNCIA DO BISPO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA****C. MODELO DE TCLE****D. MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****E. LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS****F. RODA DE CONVERSA – *Educação do Araguaia na roda – 2016***

---

<sup>40</sup> Constarão aqui os materiais essenciais à produção da tese e indicações de metodologias utilizadas. Não serão transcritas as entrevistas devido ao volume de entrevistados, nem as gravações da roda de conversa que totalizou mais de seis horas de arquivo. Todos os arquivos autorizados serão hospedados no endereço virtual do Repositório do Centro Memória Viva, disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/12981>.

**APÊNDICE A – LISTA DE ENTREVISTADOS**

ENTREVISTA – 01/05/2015 – Ex-agentes pastorais da Prelazia Iara Almeida e Creusa Salette de Oliveira (conversa informal)

ENTREVISTA – 01/04/2016 – Professores Luiz Gouveia e Eunice Dias de Paula (Conversa informal)

ENTREVISTA – 23/07/2016 – Antônio Canuto (CPT)

ENTREVISTA – 17/05/2017 – Maneco Maracá – Circo Laheto

ENTREVISTA – 21/07/2017 – Bispo Dom Adriano Vasino; agentes pastorais: Dona Juliana Barbosa de Oliveira, Luis Cláudio e Luzvanete Bento – Porto Alegre do Norte.

ENTREVISTA – 22/07/2017 – Maria das Graças, dona Nilva, dona Sebastiana, Domingas, Vitor Manuel e professor Eliseo Gobatto – Porto Alegre do Norte/Cana Brava

ENTREVISTA – 24/07/2017 – Irmã Érica, Jorge Gabirá, Professora Maria do Carmo, Professora Maria da Conceição Nunes – Ribeirão Cascalheira. Edilson Pereira dos Santos – EJA, São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 25/07/2017 – Maria José Souza Moraes– advogada da Prelazia, Diolice, professores: José Raimundo Ribeiro da Silva (Zecão) e Lourdes Jorge de Souza – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 29/07/2017 – Professoras – Maria Aparecida Rezende (Cida) e Heloísa Salles Gentil – Roteiro enviado pelo correio.

ENTREVISTA – 02/08/2017 – Tânia Oliveira – (CPT)

ENTREVISTA – 09/08/2017 – Zilda Martins Souza – arquivista da Prelazia de São Félix do Araguaia – sala do arquivo “Tia Irene” de São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 17/08/2017 – José Eurípedes Alcântara, político da região – Roteiro enviado pelo correio.

ENTREVISTA – 21/08/2017 – Funcionárias do museu – Cleia Souza da Silva e Maria Iracy Santana Costa – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 24/08/2017 – Irmã Edna – de Santa Terezinha

ENTREVISTA – 28/08/2017 – Sebastião Miranda – Presidente da Câmara de vereadores - São Felix do Araguaia

ENTREVISTA – 29/08/2017 – Professora Maria Helena Fialho (Funai) – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 01/09/2017 – Professor José Raimundo (Zecão) – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 08/09/2017 – Professora Águeda Borges, professora Eva Mendes – São Félix do Araguaia.

ENTREVISTA – 09/09/2017 – Agentes pastorais Amélia Oliveira Primo e Luzia Bento, ex-prefeito Uslei Gomes – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 10/09/2017 – Agente pastoral Necy Martins – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 11/09/2017 – Erotildes Milhomem (escritora) – Museu Histórico de São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 12/09/2017 – Tadeu Escame, funcionário do Incra; Olindina Rachid – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 13/09/2017 – continuação de entrevista com Erotildes Milhomen – São Felix do Araguaia

ENTREVISTA – 14/09/2017 – Natural Milhomen – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 16/09/2017 – Ex-piloto da Aeronáutica Raimundo Furtado (Zé Dedinho) – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 29/03/2018 – Eva Mendes (segunda parte), Filemon Limoeiro – São Félix do Araguaia

ENTREVISTA – 30/03/2018 – Uslei Gomes (segunda parte) São Félix do Araguaia.

ENTREVISTA – 24/07/2018 – Zilda Martins Souza – Goiânia-GO

ENTREVISTA – 16/11/2018 – Raul Hawakáti Karaká – Aldeia Karajá, Aruanã-GO

**APÊNDICE B – TERMO DE ANUÊNCIA DO BISPO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX  
DO ARAGUAIA-MT**



Queremos viver e anunciar a Boa Nova do Evangelho  
com alegria, jeito humilde e paixão.

**Prelazia de São Félix do Araguaia**  
POVO DE DEUS NO SERTÃO



**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

A Prelazia de São Félix do Araguaia está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado **FÉ, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS PROCESSOS FORMATIVOS QUE CONSTITUÍRAM EM SUJEITOS HISTÓRICOS O POVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**, coordenado pelo(a) pesquisador(a) **Vera Lúcia Alves Mendes Paganini**, desenvolvido na **Universidade Federal de Goiás**.

A Prelazia de São Félix do Araguaia assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de **maio de 2017 até março de 2018**.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do(a) pesquisador(a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, 14 de fevereiro de 2017.

*Adriano Cicco Viana*

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada

Prelazia de São Félix do Araguaia  
Rua Açucena - Setor São Geraldo - Caixa Postal 23 CEP.: 78.665-000 - Porto  
Alegre do Norte (MT)  
Fone: +55 66 3569 1263 - E-mail: [prelaziashaofelix@gmail.com](mailto:prelaziashaofelix@gmail.com)

## APÊNDICE C – MODELO DE TCLE

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

DESTINADO A PROFESSOR OU EX PROFESSOR/(A) NA PRELAZIA NAS DÉCADAS DE 1980/1990, E OUTROS ENTREVISTADOS

O senhor está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa intitulada “**FÉ, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS PROCESSOS FORMATIVOS QUE CONSTITUÍRAM EM SUJEITOS HISTÓRICOS O POVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA**”. Meu nome é Vera Lúcia Alves Mendes Paganini, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Ciências Humanas. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail verapaganini50@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 3211-2978/(62)99939-1480. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

#### 1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

1 Título, justificativa, objetivos

“Fé, educação e trabalho: os processos formativos que constituíram em sujeitos históricos o povo da Prelazia de São Félix do Araguaia”. Este projeto visa a pesquisar e reconstituir historicamente o processo de educação popular que ocorreu nas três últimas décadas do século XX nesta Prelazia, buscando identificar os segmentos que influenciaram os movimentos sociais e populares desenvolvidos naquela região, com o objetivo de compreender as mediações que possibilitaram a construção de um sujeito coletivo com características peculiares.

1 Procedimentos utilizados da pesquisa ou descrição detalhada dos métodos.

O trabalho fará uso de entrevistas ou questionários, serão obtidos registros fotográficos, sonoros e/ou audiovisuais da conversa, por isso haverá a necessidade da *concessão do uso de sua voz, imagem ou opinião*, para aplicação na pesquisa.

( ) Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

( ) Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa. (Rubricar dentro do parêntese com a proposição escolhida.)

1.1 Está ciente de que caso sinta *desconforto emocional* e/ou de possíveis *riscos psicossociais* (ex.: constrangimento, intimidação, angústia, insatisfação, irritação, mal-estar etc.) poderá abandonar a pesquisa em qualquer tempo, bem como dos benefícios acadêmicos e sociais decorrentes da sua participação na pesquisa;

1.2 Será garantido o sigilo e assegurada a sua privacidade e anonimato. Entretanto, caso seja interesse da pesquisa a identificação do participante não haverá objeção à divulgação do seu nome.

( ) Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;

( ) Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

1.3 Tem a garantia expressa de liberdade em se recusar a participar ou retirar o consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, como também liberdade de

se recusar a responder questões que lhe causem *desconforto emocional* e/ou *constrangimento* em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa; O/a participante, sentindo-se lesado de alguma forma, terá o direito de pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrente da sua participação na pesquisa;

1.4 Está ciente de que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não; uma das estratégias de divulgação será no banco de dados do projeto em rede denominado **Desafios da Educação de Jovens Adultos integrada à Educação Profissional: identidades dos sujeitos, currículo integrado, mundo do trabalho e ambientes/mídias virtuais**, do Centro Memória Viva, coordenado pela Universidade Federal de Goiás, vinculado ao Programa Observatório da Educação da Capes. O *armazenamento em banco de dados pessoal ou institucional*, deverá ser autorizado pelo/a participante e também será submetida novamente para aprovação do CEP institucional

(        ) Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados;

(        ) Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados;

#### **Consentimento da Participação na Pesquisa:**

Eu, ....., inscrito(a) sob o RG/CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“FÉ, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS PROCESSOS FORMATIVOS QUE CONSTITUÍRAM EM SUJEITOS HISTÓRICOS O POVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA”**. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ..... de ..... de .....

---

Assinatura por extenso do(a) participante

---

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

**APÊNDICE D – MODELO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

<b>Universidade Federal de Goiás</b> <b>Programa de Pós-Graduação em Educação</b> <b>Projeto: “FÉ, EDUCAÇÃO E TRABALHO: OS PROCESSOS FORMATIVOS QUE CONSTITUÍRAM EM SUJEITOS HISTÓRICOS O POVO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA”.</b> Doutoranda: Vera Lucia Paganini	
<b>DADOS PESSOAIS</b>	<b>NÃO SERÃO DIVULGADOS NA TESE</b>
Nome do entrevistado	
Endereço:	
Faixa etária	( ) entre 18 e 29 anos ( ) entre 30 e 59 anos ( ) acima de 60 anos
Gênero:	
Profissão/ trabalho/ ocupação atual:	
Nível de escolaridade:	
<b>Questões a serem discutidas</b>	
I – sobre a situação histórico-geográfica	a) Você mora ou já morou na Prelazia de São Félix do Araguaia? Onde e quando? Quando saiu e por que? b) Descreva como você percebe a história que aconteceu nessa Prelazia no contexto entre os anos 1970 e 2000.
II – atuação no dia a dia da comunidade	a) Que tipo de participação você teve nos processos formativos da educação na Prelazia (aluno, professor, agente pastoral religioso ou leigo, líder sindical ou de outro movimento) Fale sobre essa experiência.
III – Educação	a) Como você vê a implantação da educação popular na Prelazia? b) Qual é a sua percepção dos processos educativos ali realizados? Comente se percebe mudanças nele desde a implantação até o ano 2000. c) Conhece o projeto INAJÁ? Como foi a sua participação nele? Como avalia o projeto na Prelazia? d) Conhece o Projeto Araguaia Pão e Circo? Teve participação nele? Qual participação?

## **APÊNDICE E – LICENCIATURAS PLENAS PARCELADAS E OUTROS CURSOS**

**(Documento criado pela autora da tese, a partir de informações fornecidas pelo coordenador dos cursos de Parcelada - Unemat - Luciara – MT)**

É um projeto de cursos de formação de professores, idealizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), nos anos 1990, como uma forma de o governo estadual aperfeiçoar profissionalmente muitos professores que ainda trabalhavam sem a formação específica. No Campus Universitário Médio Araguaia (Luciara-MT), o projeto teve início em 1993 e nele funcionam os seguintes cursos pela Parcelada:

### **Período: 1993 a 1997**

Ingresso: 50 (cinquenta) alunos por curso

Público Alvo: Professores das redes municipais e estadual de educação

Cursos: Letra – Pedagogia – Matemática

Nº de Alunos Aprovados: Letras: 33 – Pedagogia: 31 – Matemática: 36

Nº Municípios do Convênio: 14, sendo: Luciara, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Confresa, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, Santa Terezinha e Serra Nova Dourada.

### **Período: 1998 a 2002**

Ingresso: 60 (sessenta) alunos por curso

Público Alvo: Professores das redes municipais e estadual de educação

Cursos: Geografia – História – Ciências Biológicas

Nº de Alunos Aprovados: Geografia: 46 – História: 54 – Ciências Biológicas: 44

Nº Municípios do Convênio: 14, sendo: Luciara, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, Confresa, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, Santa Terezinha e Serra Nova Dourada.

### **Período: 2003 a 2007**

Ingresso: 60 (sessenta) alunos por curso

Público Alvo: Professores das redes municipais e estadual de educação

Cursos: Geografia, Ciências Biológicas, Pedagogia, Matemática, História e Letras

Nº de Alunos Aprovados: Geografia: 55, Ciências Biológicas: 57, Pedagogia: 55, Matemática: 54, História: 57 e Letras: 59

Nº Municípios do Convênio: 13, sendo: Luciara, São Félix do Araguaia, Confresa, Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Canabrava do Norte, Porto Alegre do Norte, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio, Santa Terezinha e Serra Nova Dourada.

**Período: 2008 a 2012**

Ingresso: 60 Alunos

Público Alvo: 50% das vagas para Professores das redes municipais e estadual de educação e 50% para público em geral (aberto a todos)

Curso: Química

Nº de Alunos Aprovados: 56

Nº de Município do Convênio: 01 (Luciara)

**Período: 2013 a 2016**

Ingresso: 60 Alunos

Público Alvo: público em geral (Aberto a todos)

Curso: Química

Nº Alunos Aprovados: 42

Nº de Município do Convênio: 01 (Luciara)

**Período: 2017 a 2020**

Ingresso: 60 alunos

Público Alvo: Aberto a todos

Curso: Física

Nº Alunos Aprovados:

Nº de Municípios do Convênio: Curso ofertado pela UNEMAT

**(Informações do coordenador dos cursos de parcelada - Unemat - Luciara – MT)**

## APÊNDICE F – RODA DE CONVERSA – *Educação do Araguaia na roda – 2016*

RODA DE CONVERSA. *Educação do Araguaia na roda/2016*. Ribeirão Cascalheira-MT, julho/2016

Oradores da Roda de conversa em Cascalheira - realizada após a Romaria dos Mártires nos dias 16, 17 e 18/07/2016. Uma memória para planejamento de novos caminhos na Prelazia e em homenagem às professoras e militantes **Fernanda e Benvinda**, falecidas há pouco tempo.

**PRIMEIRA PARTE – primeiro período do dia 16/07/2016 – apresentação dos participantes.**<sup>41</sup>

- 1- **Lucinha Alvarez** (Pedagoga e doutora em Educação pela Universidade de Valência-Espanha) em 1979, veio para Cascalheira com 21 anos, para ficar um ano. Professora, militante de causas sociais, mora hoje em Belo Horizonte, trabalha na Faculdade de Educação da UFMG, movimentos sociais e escolas.
- 2- **Diá** (Francisco de Assis) veio em 1971, trabalhador rural, depois professor, atuante em movimentos sociais e políticos, foi prefeito de Canarana, hoje mora em Cuiabá e é Procurador da República no estado de Mato Grosso.
- 3- **Cidinha** (esposa de Diá, Maria Aparecida Rezende) chegou a Cascalheira na década de 1970, com 12 anos, Juarez foi o seu professor de quarta série. Também foi aluna de Bia, Lucinha. Trabalhou na escola do Boqueirão com a Lucimar.
- 4- **Heloísa** (Heloísa Salles Gentil) “Eu não seria o que eu sou se não tivesse passado por aqui, se eu não tivesse me encontrado com vocês.” “Eu sou o que sou por conta do que vivi aqui.” “Foi no Araguaia que eu aprendi de verdade que educação está além da escola.” Fez faculdade em Luciara, há 19 anos está na luta pelos povos indígenas. Mora e trabalha em Cáceres na Unemat.
- 5- **Ceição** (Maria da Conceição Nunes de Souza) chegou em 1976 em Cascalheira. Na década de 1980 foi professora de alfabetização. Quando criança vivia no sertão da Piabanha. Tem uma longa história de vida e de lutas nos movimentos sociais neste lugar. Hoje é diretora de uma escola estadual no município de Ribeirão Cascalheira-MT.
- 6- **Carla Prolo** mora há 23 anos em Cascalheira e é professora no Colégio Estadual da mesma cidade.
- 7- **Sueli** (Sueli Barros Jardim) chegou a Cascalheira em 1974; começou a lecionar na escola São João Batista entre os 15 e 16 anos.
- 8- **Danilo** (Danilo Macruz) filho do Cascão e da Fernanda (artista, mora em Belo Horizonte, faz pós-graduação na UFMG).
- 9- **Janáina**, (Janáina Macruz) filha do Cascão e da Fernanda (também artista, mora em Belo Horizonte).
- 10- **Lucimar**, chegou em 1976 em Cascalheira (veio da roça, os pais eram agregados, nem eram posseiros) começou a estudar com 11 anos na escola São João Batista. Começou a lecionar quando fazia a 7ª série, deu aulas no Boqueirão; Heloísa foi sua incentivadora, fez Letras na Parcelada, depois fez o Minter Unemat/Unicamp. Hoje mora em Goiânia.

<sup>41</sup> Todos os sujeitos desse acontecimento foram registrados na forma como se apresentaram e como gostam de ser chamados. Algumas informações de nomes completos são para situar melhor aqueles cujas falas foram transcritas em forma de citação direta dentro do texto da tese.

- 11- **Adair (esposo da Lucimar)** nasceu em 1972 em Luciara, acompanhou a Osanette como secretário do Projeto Inajá. Fez Parcelada, leciona Matemática na Barra do Bugre. Educação física (Fez mestrado e doutorado em Goiânia).
- 12- **Eliseo** (Eliseo Gobatto) foi seminarista, jesuíta (trabalhou com Margarida e Benvinda), veio para Cascalheira mas foi trabalhar na Ilha do Bananal. Mora em Canabrava. Trabalhou em São Félix com formação de professores. Pedagogo, trabalhou com a Cartilha da Capivara, é diácono e professor.
- 13- **Marly Prolo** é gaúcha, irmã da Carla Prolo, chegou a Cascalheira em 1989, ficou 10 anos. Trabalhou na monitoria do Inajá II com a Heloísa, mora em Querência.
- 14- **Moacir Rezende** chegou em 19/08/1974 como trabalhador rural, administrador de fazenda, por isso não era bem visto pela “prelazia”, não podia ir à igreja. Em 1988 foi vereador (por quatro anos) ajudou os posseiros da Piabanha, vereador novamente em 1996, mora em Vila Campina. É marido da Alzira.
- 15- **Alzira** chegou a Cascalheira em 1974, atuante no movimento das mulheres, esteve junto com a mãe na derrubada da delegacia de Cascalheira na ocasião da morte do padre João Bosco.
- 16- **Terezinha** trabalha na Escola Maria do Socorro e veio para ouvir os relatos.
- 17- **Gilda** veio para a região em 1994 para trabalhar com agropecuária, mas acabou se transformando em professora.
- 18- **Débora** da região do Nascente do Araguaia, formou-se pela Unemat, é professora.
- 19- **Maria Raimunda** nasceu em Cascalheira, estudou ali até a 8ª série, com 17 anos começou a dar aulas, antes lavava roupas para se sustentar. Foi aluna da Heloísa e da Lucinha. É evangélica, filha dos primeiros lavradores que chegaram por ali.
- 20- **Nalva** chegou em 1983 e foi aluna de todos os professores que estão presentes. É pedagoga e está há 21 anos na educação em vários setores. É de Goiás, mas se considera mato-grossense. Acredita na educação do Araguaia.
- 21- **Vitória** coordenadora da Educação do Campo no município de Ribeirão Cascalheira. Cursou a Parcelada, acredita nessa educação, pede sugestões de formas de trabalhar, principalmente com as escolas de assentamento rural.
- 22- **Severiana (Aninha – quem me hospedou)**. Chegou a Cascalheira em 1972, educadora desde 1983 lembrou que Diá foi prefeito de Canarana, que foi aluna de Lucinha, Águeda, Heloísa; fez Pedagogia na Parcelada. Sempre morou em Cascalheira.
- 23- **Irmã Mada** (Madalena Hausser) chegou ao Brasil em 1967, tem 50 anos de Brasil, portanto, segundo ela, é mais brasileira que francesa. Foi para Cascalheira a convite de Dom Pedro Casaldáliga. Estava com Bia (outra freira) no conflito de Santa Terezinha em 03/03/1972 (foram testemunhas da morte do Padre Josimo). Está na zona rural desde fevereiro de 1973 quando chegou a região de Ribeirão Bonito. Construiu a sua história com o povo (ficou meio à margem da educação porque é assistente social e Bia é enfermeira, por isso estão presentes na saúde). Entretanto participou ativamente em cursinhos sobre a saúde na educação popular e alfabetização de adultos. Trabalhava na alfabetização com Juarez na igrejinha (antiga igreja); atuou em comunidades eclesiais de base no “Bico do Papagaio” em Rio Sono. Hoje estão em Formoso do Araguaia ajudando nos assentamentos e no movimento popular ali. Afirma que a educação que se fez e se faz nessa região não é qualquer educação, é uma educação libertadora.
- 24- **Bia** (Beatriz Kruch) veio para Cascalheira em 1974, trabalhou com cursinhos de saúde pelo método Paulo Freire. Primeiro trabalharam nas organizações sindicais. As pessoas diziam para elas que primeiro a terra, depois as outras coisas (se tivessem terra e dinheiro, poderiam pagar o médico e ter saúde).

- 25- Mariluza** é aluna e militante nas causas sociais; agradece a contribuição de Heloísa e Suely na sua formação. É professora na APAE hoje.
- 26- Silvana** chegou em 1982. Estudou com as professoras que estão ali. Participou da escola de circo.
- 27- Lourdes Jorge** (Lourdes Jorge de Souza) estudou as primeiras séries em Cascalheira, esteve com Lucinha em Belo Horizonte, participou da escola do circo, é professora e educadora, está em Cáceres atualmente fazendo o mestrado. Por ser militante e muito envolvida, vê dificuldades em escrever na tese porque vê o perigo de falar por si mesma, devido à impregnação do que viveu e vive na região. Às vezes se esquece de se embasar em teóricos sobre o que está afirmando.
- 28- Vitória** (Coordenadora Regional da Educação no Campo) mora em Ribeirão Cascalheira; veio para o município há uns dez anos, é professora, atualmente coordenadora da educação rural, disse que as escolas rurais – a partir de 1991, com decreto do prefeito, havia 41 escolas rurais. Hoje, são seis, no município de Cascalheira tem três. Naquela época não havia a política do transporte escolar.
- 29- Eva** há dez anos na região, admiradora das pessoas e ouvinte na roda de conversa.
- 30- Anderson** filho da Cidinha, nasceu em Cascalheira, “filho dessa geração heroica”. Militante da economia solidária em Dourados; pensa que é uma responsabilidade dos filhos continuarem a história começada pelos pais.
- 31- Judite** (Judite Gonçalves de Albuquerque, doutora em Linguística) chegou a Cascalheira em 1973, a convite da Prelazia para dar aulas de Português no Ginásio Estadual do Araguaia. Sempre foi professora. Hoje mora em Cáceres. Trabalhou na Seduce acompanhando o Projeto Inajá. Aprendeu com Moura e Ilda a trabalhar com o método Paulo Freire nas reuniões para discutir a escola e as estratégias de luta.
- 32- Toinha (Mariné)** faz muitos anos que está em Cascalheira, desde o final dos anos 1970. Trabalhou com Diá na prefeitura e na biblioteca.
- 33- Natália**, filha de Heloísa, fala com orgulho do trabalho da mãe, faz uma análise avaliando por que agora elas compreendem como é importante esse tempo e o trabalho nesta região para a sua mãe. Tem formação na área da saúde.
- 34- Júlia**, filha caçula de Heloísa, fala pouco e só diz da importância que tem esse momento para a sua mãe.
- 35- Maria Aparecida (Parré)** é de Goiânia, chegou em Cascalheira em 1986, estudou, trabalhou e agora mora em outro lugar.
- 36- Rogério**, marido da Osanette, fala sobre como é importante o momento e o trabalho da esposa.
- 37- Gustavo**, filho da Osanette, fala com orgulho das experiências e do trabalho da mãe. Acompanha-a nas suas andanças.
- 38- Osanette** (Maria Osanette de Medeiros, pedagoga, mestre em Educação, doutora em Educação do Campo – hoje trabalha em Brasília) (Primeiro lugar, fora Temer! E toda a sua camarilha – início da fala da professora Osanette). É do Rio Grande do Norte, mas foi criada em Brasília, filha de operários, foi para Nova Xavantina em 1982. Conheceu a região, o Diá e a Lucinha quando ele era prefeito. Foi convidada a ir para Porto Alegre do Norte. Relata um pouco do que viveu e termina com “Aprendi muito com as contradições.” Cuidou das crianças da Fernanda e do Cascão no dia do atendado contra ele, com incêndio da casa. Fala que o projeto Inajá foi um marco na educação do lugar e conta como foi dado o nome: por causa de uma palmeira típica do local.

- 39- Juarez Dayrell** (Professor aposentado da UFMG mas professor voluntário na pós graduação, em Belo Horizonte. Sociólogo, mestre em Educação pela UFMG, doutor em Educação pela USP e pós doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa.) “Foi aqui que me descobri como educador... de jovens e adultos.” A história começa por acaso. Foi para a região em 1975 atrás de uma experiência religiosa; em 1976 começou a lecionar para a 4ª série, em 1977 foi criado o ginásio. A escola tornou-se um grande eixo cultural para as lutas. Uma experiência forte foi a construção das escolas do sertão. A educação ampliou os horizontes de muita gente.
- 40- Flávia**, esposa de Juarez, também trabalhou na educação popular. Hoje trabalha numa ONG de direitos humanos. Disse que ouve estas histórias da região há 30 anos e continua se sensibilizando com os relatos.
- 41- Águeda** (Águeda Aparecida da Cruz Borges, doutora em Linguística) “Por onde começo?” “Atravessada de mil histórias (pela linguística)”; veio de Belo Horizonte. Veio dar aulas de língua portuguesa, foi para Canarana. Judite foi sua professora. Envolveu-se em todos os trabalhos realizados em Santa Terezinha, São Félix. Fala de hoje, na universidade quantos jovens reacionários, intolerantes. Trabalha na UFMT-Barra do Garças).
- 42- Carolina**, filha da Lucinha e do Carlão, nasceu em Cascalheira em 1988, faz uma análise do trabalho da mãe nessa região e em Belo Horizonte. É pedagoga, professora e participante do projeto *A cidade que queremos*, juntamente com o Danilo e com a Janafina, filhos da Fernanda e do Cascão.

## **ANEXOS**

### **ILUSTRATIVO DOS DOCUMENTOS UTILIZADOS**

- A – O primeiro e o último números publicados do Informativo Alvorada;**
- B – Capa e folha de rosto do Levantamento Pastoral realizado pelo ISER/1990.**

ANEXO A – O PRIMEIRO E O ÚLTIMO NÚMEROS PUBLICADOS DO  
INFORMATIVO ALVORADA

ARQUIVO  
PRELAZIA DE S. FELIX  
DO ARAGUAIA - MT.

ARQUIVO  
B 16.0.1

# ALVORADA

FOLHA DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX. MT Nº 1.- Ano 1970

Nossa região - São Félix, Luciara, Santa Teresinha, Pontinópolis, Santo Antônio, Barreira Amarela, Santa Isabel e os sertões deste Araguaia, da Estrada Federal, da Ilha Bananal e do Rio das Mortes - amanhece pa- ra uma nova vida mais verdadeiramente humana, mais autenticamente cristã.

Nesta hora de desenvolvimento, a folhinha "ALVORADA" visa ser:

- correio de amizade
- programa de renovação
- mensagem de Evangelho.

Uma "folha" de sol e de sereno, nas alegrias de todos, nas comuns necessidades, para o trabalho de melhoramento a que nós estamos chamados.

## PROGRAMA PASTORAL

Ser cristão não é somente ter sido batizado, ter casado pela Igreja, celebrar uma reza por ano, ser mais ou menos amigo dos Padres.

Ser cristão é mais do que isso...

Para aprofundar nossa Fé, para melhor vivermos como cristãos sinceros, precisamos de uma renovação pastoral intensa, sobretudo na recepção dos Sacramentos.

Isso é o que pretende o novo "Programa Pastoral".

### Batismo

- 1) Em São Félix somente se administrará o Batismo nas três datas de PÁSCOA DE RESSURREIÇÃO, FESTA DE PENTECOSTES e NATAL.  
- Nos outros lugares da Prelazia, se administrará por causa da visita dos Padres.
- 2) Somente poderão ser batizados aquelas crianças cujos pais ou responsáveis vivam honestamente como católicos sinceros.
- 3) Os pais ou responsáveis dos batizados deverão assistir necessariamente à Semana de preparação para o Batismo que se terá antes das três datas marcadas.

### Matrimônio

- 1) Para o casamento religioso se exigirá, antes ou nahora, o casamento civil.
- 2) Um mês antes da celebração do matrimônio religioso, os dois noivos deverão-se apresentar ao Padre, com o registro civil e os outros documentos que no caso tal vez interessarem, mais as legítimas testemunhas.
- 3) Quem já fôra anteriormente casado, e só pelo civil com outro cônjuge, só poderia casar pelo religioso em nôvo matrimônio depois de ter obtido o desquite legal.
- 4) Exigirse-á, a todos os pretendentes, uma Semana de preparação para o Matrimônio.

### Primeira Comunhão

- 1) A idade mínima para receber a Primeira Comunhão será de 10 anos.
- 2) Os candidatos à Primeira Comunhão terão aula própria na hora do Catecismo durante o ano, e um mês de preparação imediata, todo dia, antes da data da Celebração.
- 3) Em São Félix a Primeira Comunhão será na festividade do Corpo de Deus, dia 28 de maio êste ano.
- 4) Nos outros lugares celebrar-se-á a Primeira Comunhão com ocasião da visita dos Padres.


### Campanhas missionárias

- 1) Prêviamente anunciadas, vão-se ter por toda a região da Prolazia umas Campanhas missionárias, de duração variável de semanas ou até meses. Nelas haverá pregação, catecismo, aulas; administração dos Sacramentos com a devida preparação, e celebração da Eucaristia.  
O pouso detido dos Padres e ajudantes, e a visita d'ellos às diversas famílias da redondoza, facilitarão a conscientização cristã de todos e a implantação do nôvo programa pastoral.
- 2) Conseqüentemente, a partir do próximo mês de março vão-se deixar as viagens acostumadas, com pouso de uma noite ou duas, pela Estrada, pelo Araguaia e pelo Rio das Mortes.

**PEDRO,  
90  
ANOS  
DE  
VIDA**

**50  
DE  
BRASIL**

**IMPRESSO**



**ALVORADA**

PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, MT

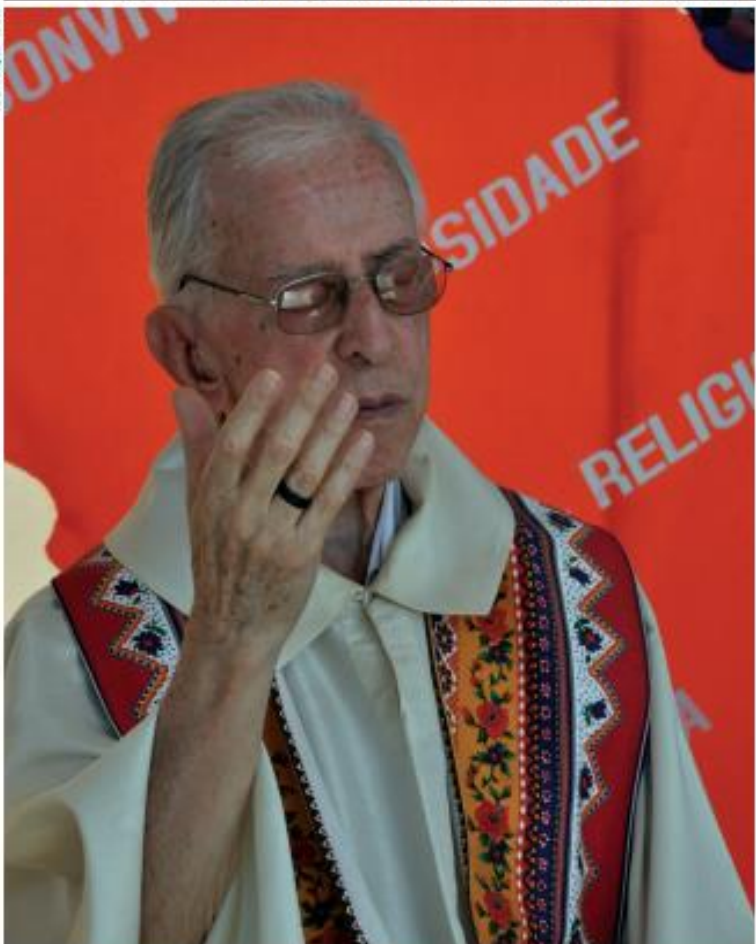


Foto: Douglas Moraes

**ANO 49 - EDIÇÃO ESPECIAL, Nº 322 - FEVEREIRO 2018**



## A PRESENÇA DA PRELACIA NA VIDA DO POVO

Celebrando os 90 anos de vida de Dom Pedro Casaldáliga é oportuno lembrar o que significa a Prelazia de São Félix na vida do povo, visto que ele dedicou mais da metade da sua vida servindo o povo do Vale do Araguaia e a ação dele marcou profundamente a história desta região até os dias de hoje. Mesmo depois de se tornar emérito, Dom Pedro ainda é visto como o Bispo de São Félix do Araguaia e a memória de seu ministério profético continua a impulsionar as comunidades desta Igreja. Foi graças a Dom Pedro e à equipe que trabalha com ele por longos anos que a Prelazia é vista como uma presença firme ao lado dos pequenos e dos marginalizados. Presença que continua hoje através do acompanhamento constante no caminho de fé das comunidades tanto rurais como urbanas e das pastorais sociais. Através destas últimas, a Prelazia se faz presente na vida do nosso povo, para além da pertença religiosa e de outras discriminantes. A Pastoral da Criança, presente em todos os 15 municípios da Prelazia, acompanha as crianças de 0 a 6 anos de idade e as mães desde a gestação. Dessa forma presta assistência a centenas de crianças e mães. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) acompanha os pequenos agricultores e os trabalhadores rurais em suas lutas por terra e seus direitos. O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) procura acompanhar no que for possível as nações indígenas que vivem no território da Prelazia. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Pedro Casaldáliga, constituído no ano passado, se ocupa da formação e esclarecimento das pessoas quanto aos direitos humanos e acompanha as denúncias de violação destes direitos no território.

Sendo que a Prelazia teve uma atuação decisiva tanto no campo da educação como no da saúde nas décadas de 70 e 80 do século passado, atualmente, está retomando esta presença através do Projeto de Educação para uma Cultura de Paz que envolve as escolas da rede municipal e estadual de vários municípios, juntamente com as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social. Para os próximos anos contamos alcançar com este projeto todos os municípios da Prelazia.

No campo da saúde, com o desenvolvimento de terapias de acupuntura, homeopatia e biomagnetismo e com o treinamento de terapeutas populares em vários municípios, a Prelazia quer ficar junto com o nosso povo que sofre de inúmeras doenças e tem difícil acesso aos centros de medicina oficial, proporcionando tratamentos eficazes e com baixo custo.

Para uma formação humana e cristã das nossas lideranças, desde 2015 há na Prelazia uma Escola de Teologia para preparar ministros ordenados e teólogos e teólogas que se ocupem da formação permanente das nossas comunidades. Desde 2015, há uma Escola de Animadores de Comunidade e Missionários para preparar lideranças capazes de organizar e acompanhar as nossas comunidades na vivência de uma fé adulta e transformadora da realidade conforme o projeto de justiça e de partilha ensinado por Jesus. Continuando a tradição profética desta igreja, a Prelazia procura trabalhar para que o Evangelho seja de fato Boa Notícia para os pobres e marginalizados e por todos os homens e mulheres que acreditam no projeto

de Jesus, não tendo receio de se opor aos projetos de morte que visam o lucro de alguns desrespeitando a dignidade das pessoas e não se importando com o cuidado com as matas, rios e os outros seres vivos do nosso cerrado.

Este ano também haverá o encaminhamento das Santas Missões que serão realizadas a partir de 2019 em todo o território da Prelazia. As Santas Missões serão uma grande oportunidade para a renovação da vida de fé das nossas comunidades e um modo para que o Evangelho de Jesus ressoe com força e traga alegria e coragem a todos. Esta será a melhor

forma de nos preparar para celebrar os 50 anos da fundação da Prelazia. A bula de instituição da Prelazia é de 1969 e a ordenação episcopal de Dom Pedro foi em 1971.

Sendo Igreja, Povo de Deus, a Prelazia de São Félix continua se preocupando com a vida na sua inteireza, fazendo próprias as dores, alegrias e esperanças do povo da região, como Igreja "em saída", como pede insistentemente o nosso Papa Francisco, Igreja servidora do Deus da vida.

Dom Adriano Casca Vasconcelos  
Bispo de São Félix do Araguaia

### 90 anos de vida 50 de Brasil

Celebramos em 16 de fevereiro os 90 anos de nosso bispo emérito, Pedro Casaldáliga. Convivendo com o terrível Parkinson nos últimos anos - Paulo Gabriel o qualifica como um mártir - Pedro continua sendo uma referência de vida e de compromisso evangélicos com os pobres.

Ao mesmo tempo, comemoramos os 50 anos de Pedro no Brasil. Chegou em 28 de janeiro de 1968, e depois de uma meses de estudos e inculturação no Centro de Formação Intercultural, em Petrópolis, RJ, já no segundo semestre, junto com o irmão Manuel Lantini, aportou em São Félix do Araguaia, onde plantou raízes profundas.

Para lembrar estes fatos, Alvorada lança esta edição especial.

#### Algumas datas da vida de Pedro

16/2/1928 - Nascimento em Balazuel, Catalunha, Espanha  
1943 - Ingresso na Congregação Claretiana  
31/05/1952 - Ordenação Sacerdotal  
1968 - Chegada ao Brasil  
27/06/1970 - Nomeado Administrador Apostólico da Prelazia de São Félix do Araguaia  
23/10/1971 - Ordenação como bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia  
1972 - Participação na criação do CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
1975 - Participação na criação da CPT - Comissão Pastoral da Terra  
11/10/1976 - Pe. João Bosco Perillo Burnier é baleado ao seu lado  
1985 - A partir deste ano visita Nicarágua e a América Central, algumas vezes  
02/05/2005 - O papa aceita sua renúncia como bispo e se torna bispo emérito.



Publicação da  
Prelazia de São Félix do Araguaia  
alvoradaprelazia@gmail.com

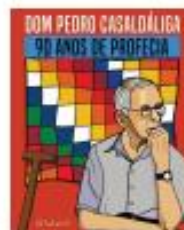
Prelazia de São Félix do Araguaia  
Rua Açucena - Caixa Postal 43  
Setor São Genésio, CEP: 78.655-000  
PONTO ALEGRE DO NORTE (MT)  
www.prelaziadesaofelixdoaraguaia.org.br  
E-mail: prelatzadesaofelix@gmail.com  
Fone: (66) 3569-1263

PARA ASSINATURAS E DOAÇÕES  
Banco Bradesco S/A  
Ag. 1.149-5 - Conta Corrente: 2972-6  
IBAN: BR96 6074 6948 0114 9000 0029 7206 1

ASSINATURA: Região R\$15,00 -  
Brasil R\$30,00 - Exterior: Euro 5,00

IMPRESSÃO: Scala Editora - Rua Honoré, 146, Bairro São Francisco - Fone: (62) 4088-2250 - Email: vendas@scalaebooks.com.br - 74.465-015 - Goiânia - Goiás

# UMA NOVA FORMA DE TODA A IGREJA SER



Romaria dos Mártires da Caminhada 2016

## PEDRO A. BIRSEIRO DE OLIVEIRA

O filme e o livro *Descalço sobre a Terra Vermelha* é um belo testemunho da luta de um pequeno grupo que, liderado pelo bispo Pedro, dedica-se à defesa dos pobres nos sertões do Araguaia. Seu empenho em favor dos Direitos Humanos era tão grande que certas autoridades eclesiais questionavam se aquele bispo era mesmo um missionário do Evangelho ou somente um líder social. Não entendiam a evangelização como explicitação de uma prática libertadora, ou como me disse Pedro na última vez em que conversamos, que "missão é transmitir ressurreição". Aquela suspeita, porém, não era inteiramente sem fundamento porque a pequena Igreja que se constituía na região do Araguaia parecia não se preocupar com suas próprias estruturas, tão ocupada estava com as pessoas mais vulneráveis. Era uma Igreja "em saída" como pede hoje Francisco, e mal tinha tempo para se organizar internamente. Em todo caso, esta era a impressão que se tinha da Prelazia.

Diante daquela imagem, foi surpreendente para mim encontrar em 1989 uma Igreja bem estruturada com suas 103 comunidades. A avaliação pastoral que me foi enco-

mendada por ocasião dos 25 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia deixou evidente que ali estava sendo gestada uma nova forma de Igreja no interior da Igreja Católica Romana. Descartando as antigas estruturas da cristandade que fazem o Catolicismo Romano parar no tempo – repetindo sempre as mesmas doutrinas e os mesmos rituais – a Prelazia conseguia realizar a difícil proeza de manter a fidelidade à Igreja sem curvar-se às imposições do Direito Canônico. Ao fazê-lo, ela lançava as bases para um novo modelo de Igreja para o século XXI.

No pós-fim ao relatório da pesquisa, assinalai os traços fundamentais desse novo modelo:

- a participação igualitária e corresponsável, que não é um cafetismo para falar de democracia na Igreja, mas sim sua explicitação;
- a centralidade da Palavra de Deus, mais do que qualquer norma eclesial; se o Evangelho manda, não há quem convença do contrário aquela tímida Igreja;
- a opção pelos pobres como compromisso da Igreja: quando está em jogo a vida e a digni-

dade do pobre aquela gente se mexe. A missão é universal e não há cura ou polícia que amedronte aquele bispo, seus companheiros e companheiras; o Reino de Deus como fundamento último, que relativiza a Igreja e a religião como instrumentos úteis mas tão necessários quanto provisórios.

Por isso, conclui a pesquisa dizendo que ali se experimentava – dentro dos limites possíveis – um novo paradigma de Catolicismo romano. Essa experiência é como uma flor com nova carga genética a ser passada para as futuras sementes que,

ao caírem por terra, darão seu fruto no tempo certo.

O bispo Pedro foi, certamente, o artífice principal dessa mutação genética, embora só tenha conseguido essa façanha com a colaboração de mulheres e homens que deixaram tudo (inclusive sua congregação religiosa, como a tia Irene) para apostá-lo em seu projeto missionário, e o aprendizado que teve com o povo ao qual servia. Ao celebrarmos seus 90 anos, temos que dar graças a Deus que visitou seu Povo e nos mandou Pedro para inspirar uma nova forma de toda a Igreja ser, como ele gosta de falar.

19 de janeiro de 2018

## ELE TROUXE O CONHECIMENTO SOBRE DIREITOS

3

Eu sou filha de Elias Bento, fundador de Canabrava. Meu pai veio de Goiás, onde hoje é o Tocantins, veio com mais quatro criadores de gado. Primeiro, ele parou onde é o entroncamento de Canabrava, mas lá tinha muitas ervas que matavam os animais. Então, ele entrou mais para frente, chegando no local onde hoje é Canabrava. Quando meu pai chegou, não tinha nenhum habitante aqui.

Depois apareceu a Igreja, antes era só desobriga, os padres que vinham rezar a missa, casar, batizar e um embora. Quando o pe. Pedro chegou, isso mudou. Uma coisa forte que ele trouxe como Igreja foi o conhecimento sobre os direitos. As pessoas aqui eram muito carentes de conhecimento. A gente não sabia que tinha direito à terra. O padre começou a orientar e ajudar o povo. Apostou a permanência dos posseiros na terra, ajudando com arame farpado para que as pessoas pudessem criar suas vaquinhas.

Eu tinha me casado com um peão de fazenda, ele era contra os posseiros, apostava só os latifundi-

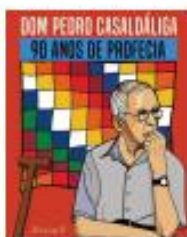
ários. E não, meu pai e meus irmãos, nós éramos todos posseiros. Meu tio reservou uma terra para mim e meu marido. Mas ele não queria ser possuído. Porém, quando viu que a terra era boa, ele quis ficar do nosso lado. D. Pedro conversou com ele, explicou como eram os latifundiários, e ele ficou do nosso lado. Acabou se tornando o maior amigo do Bispo aqui na Canabrava.

Outra coisa que devemos muito gratidão a D. Pedro é a escola. Ele criou os agentes de pastoral para cá e eles cuidaram da escola. Antes, não tinha nada por aqui, a escola começou através do bispo.

Pedro sempre cuidou muito da gente, do povo pobre. Eu tive uma menineta, com seis dias de nascida, deu tétano na minha bebezinha. Ele estava de visita em Canabrava com uma irmã. Eles levaram a menineta para São Félix, ela ficou internada durante seis dias e eles cuidando dela. Ele viu o nosso sofrimento e cuidava da gente!

Luzia Bento Piage  
Canabrava do Norte

Abogada  
Fm-18  
Ed. Especial



## PEDRO E A QUESTÃO DA TERRA

ANTÔNIO CANUTO

Celebramos 90 anos de Pedro, 50 dos quais vividos em São Félix do Araguaia, 50 anos que deixaram muitas marcas na região.

Possivelmente, a marca maior foi o apoio declarado e firme na defesa do direito dos posseiros e dos índios à posse da terra, e aos sem terra à conquista de um pedaço de chão onde pudessem criar sua família com honestidade e dignidade.

Ele chegou no momento em que grandes empresas, sobretudo do Sul e Sudeste do país, se estabeleciam na região graças aos incentivos fiscais que lhes eram oferecidos pelo governo, para o desenvolvimento da Amazônia. 'Desenvolvimento' que exigia invadir terras indígenas, expulsar comunidades inteiras de posseiros, que há décadas haviam se estabelecido na região e trazer trabalhadores braçais, para a derrubada da mata, os chamados de peões, que eram submetidos a situações mais que precárias, muito similares ao trabalho escravo.

Logo que o Brasil descobriu, ganhou visibilidade no dia da ordenação episcopal de Pedro como bispo. Naquela data ele divulgou a carta pastoral: UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL. Nela apresentou o cenário da realidade em que a nova Prelazia de São Félix do Araguaia ia desenvolver suas atividades. E foram elencados, com documentos comprobatórios, os conflitos vividos pelas comunidades de Santa Teresinha e Porto Alegre, no município de Luciana, e as comunidades de Serra Nova, Pontinópolis e núcleos menores à beira da estrada, no município de Barra do Garças. A Prelazia se resuma a pouco mais que isso.

A carta também descrevia os conflitos envolvendo os índios Xavante, com a superpoderosa fazenda Suiá-Missou e os Tapirapé, com a Fazenda Tapiraguata e a situação do Parque Nacional do Xingu.

O tratamento que era dispensado aos peões mereceu um capítulo à parte. Ele, ainda Administrador Apostólico da Prelazia, em 1970, havia

divulgado um documento intitulado ESCRAVIDÃO E FEUDALISMO NO NORDESTE DE MATO GROSSO.

Não era a primeira vez que a Igreja se expressava em relação à terra no Brasil. A grande novidade da carta de Pedro é que, quase certamente, pela primeira vez um bispo se posicionava aberta e declaradamente a favor dos pequenos do campo, denunciando as arbitrariedades e barbaridades cometidas pelos grandes donos da terra. Nos documentos anteriores, por medo do comunismo, os bispos apelavam ao espírito crítico dos proprietários para que tivessem um comportamento mais humano com os seus trabalhadores. Pedro os denuncia com nome e sobrenome.

Esta carta teve grande repercussão em todo o Brasil e Pedro se tornou uma referência nacional quando o assunto da terra era debatido.

Os bispos da Amazônia puderam encontrar nesta carta um espelho de situações similares em suas Prelazias e Dioceses. Pedro então sugeriu que elas

lhes da terra. Essa comissão se tornou a COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. Pedro participou intensamente da vida da CPT, não faltando nunca às suas Assembleias. No período de 1981 a 1985 foi seu vice-presidente.

A medida em que eram abertas estradas, muitas pessoas de outras partes do Brasil chegavam à região e provocavam uma intensa migração interna. Pedro, com a equipe pastoral, acompanhava com atenção o que acontecia. Todos os posseiros e os sem terra sabiam que podiam contar com o apoio da Prelazia.

Em 1977, Pedro foi convocado a dar seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, criada na Câmara Federal para "investigar as atividades ligadas ao sistema fundiário em todo o território nacional". Pedro apresentou com detalhes e provas como índios, posseiros e peões eram tratados.

A partir do final da década de 1970, começaram a chegar, sobretudo do sul, famílias inteiras trazidas por Colonizadoras. Com muitas promessas

guiram o reconhecimento da área onde viviam, na barra do rio Tapirapé com o Araguaia. E depois os Tapirapé puderam contar com apoio na sua luta pela recuperação de seu território antigo do Uruba Branco, nas proximidades com a Confreza.

Se os índios tinham direito à sua terra, os posseiros que haviam se estabelecido dentro desta área, deviam ser assentados em outros assentamentos. Era isso que Pedro sempre defendeu.

Uma situação que ganhou muita repercussão foi a da terra dos Xavante, Martorezópolis, na Suiá-Missou. Pedro, quando chegou, ficou sabendo que dois anos antes os remanescentes de Xavante que existiam na região, onde se instalou a fazenda Suiá-Missou, haviam sido retirados de suas terras e transportados, em artilho da FAE, para longe. Pedro acompanhou e apoiou a luta destes Xavante que queriam voltar para seu antigo território.

Quando se ficou sabendo que uma parte da fazenda tinha sido reservada para os Xavante, fazendeiros e políticos usaram de todos os estratagemas possíveis para evitar que voltassem. E buscaram centenas de famílias para ocuparem a terra que era dos índios. A maior parte caiu na conversa deles.

Quando ao final, a Justiça decidiu que a terra era mesmo dos Xavante, Pedro que sempre foi o grande defensor dos pequenos, foi acusado de ser o responsável pela retirada das famílias, apesar de elas terem ocupado a terra sabendo que era dos índios. E a maior parte da opinião pública da região, ligada aos interesses dos grandes proprietários, influenciou muita gente que acabou vendo em Pedro um inimigo dos pequenos. Até ameaças de morte ele chegou a receber. Isso aconteceu em 2012.

Mas se hoje a região é o que é, se muitos municípios foram criados, se deve em grande parte à luta destemida de Pedro ao lado dos pequenos.

Alguém registra algum benefício deixado pelos grandes empresários que receberam vultosos recursos dos incentivos fiscais? Alguma destas empresas continua na região?



Pedro falando no III Congresso do MST, 1995

se encontrassem para partilharem entre si a situação que cada um vivia e para se procurarem alguns caminhos comuns de enfrentamento desta realidade.

O encontro de bispos e prelados da Amazônia acabou acontecendo em junho de 1975, em Goiânia. Nela os presentes decidiram pela criação de uma Comissão que assessorasse, interligasse e motivasse as igrejas particulares a assumirem as causas dos homens e mu-

os colonos chegavam e muitas vezes encontravam uma realidade diferente. A Prelazia os acolheu e denunciou muitas das arapacas que foram armadas para os atrair.

### Posseiros X índios

Pedro sempre apoiou a luta dos índios na defesa de suas terras. Assim os Tapirapé, ao lado dos Karajá, conse-

# PEDRO NOS SUSTENTOU E GUIOU



## IRMÃOZINHA ODILA DE JESUS

A Fraternidade das Irmãs de Jesus chegou ao Brasil em 1952. A primeira casa ou fraternidade aberta foi em resposta a um chamado dos Frades Dominicanos de Conceição do Araguaia para viver com o povo Tapirapé, pois sua sobrevivência corria perigo. Eles os conheciam e visitavam nas desobrigas desde os anos de 1913, quase 40 anos.

Chegando ao Brasil, Irmã Madalena, nossa fundadora, foi acolhida no Rio de Janeiro por Dom Hélder Câmara, bispo auxiliar, que sempre manteve amizade conosco. Ele foi uma presença marcante no Concílio Vaticano II provocando diversos bispos do mundo inteiro e a assinatura o que ficou conhecido como Pacto das Catacumbas.

Foi no contexto do fim do Concílio Vaticano II, que chegaram Pedro e Manoel em 1968. Na América Latina realizava-se a Assembleia Geral dos Bispos, em Medellín, na Colômbia.

Já fazia dezesseis anos que vivíamos com os Tapirapé. E estávamos na expectativa: haveria continuidade na acatção e apoio para nossa Fraternidade com os Tapirapé com a vinda dos dois Claretianos da Espanha!

Nossos recios se desfizeram, pois a aceitação e o apoio se multiplicaram por cem, com muita busca e muita amizade de como viver o Evangelho em meio a esse povo, aprendendo e respeitando.

Pedro foi e é companheiro e guia no caminho, viveu conosco a busca e a aventura com os Tapirapé como hóspedes, como irmãos, como aprendizes, como amigos no contexto real da sociedade em tempo de ditadura.

Pedro, Manoel e toda a equipe da Prelazia nos fortaleceram e animaram na nossa "vocação" de viver o Evangelho com a vida, mistério da pobreza e da vulnerabilidade de Deus em Belém e em Nazaré. Estiveram conosco sempre na busca de contemplar Deus, no seguimento e à maneira de Jesus.

Na Igreja nasceu o CIML que abriu espaços de escuta e de reflexão intensa para os e as que viviam com os



Foto: Arquivo da Prelazia de Sapeaçu

povos indígenas do Brasil e, ouso dizer, do mundo. Pedro foi um dos fundadores, junto com Dom Tomás, deste Conselho de articulação das ações missionárias. Nessa intensa troca e partilha mútua, não somente nós da fraternidade com os

Tapirapé, mas também toda a Fraternidade bem como os povos indígenas de nossa região e do Continente, recebemos o estímulo.

O espaço e o direito dos povos indígenas se tornaram mais visíveis, mais conhecidos, mais respeitados em meio a muitas lutas e mortes matadas. Posso dizer que "a causa indígena" avançou. Pedro foi voz ativa nessa caminhada.

Pedro foi imensamente amigo de todos nós e lembro, com carinho e emoção, o que Irmã Mayra partilhava desse percurso de sintonia com Pedro, na vivência, buscando e alumando o "rosto de Deus" nesse cotidiano indígena que questiona e interpela.

Com certeza, cada uma de nós, que no Tapirapé vivemos, sabemos o quanto Pedro nos sustentou e guiou e não há palavras para dizê-lo.

Lembrando seu aniversário de 90 anos, todas nós sabemos que ele viveu em sintonia com muitos e muitas

nossa busca e nessa contemplação esperanças e nessa rede de VIDA que foi e é imensa.

Hoje, ele está no limiar da última passagem da morte para VIDA, muitas passagens vividas, compartilhadas, sofrendo e vivendo as muitas mortes que a vida trouxe e sempre traz. Mistério e Páscua.

Como ele e José Maria Vigil escreveram faz tempo: "... Toda espiritualidade é uma aventura em aberto, uma luz totalmente arriscada, o jogo máximo de nossa liberdade: é tanto o sentido como a busca de nossa existência" (do livro "Espiritualidade da Libertação").

Assim, celebramos esses 90 anos cheios de agradecimento não e de alegria caminhando para a Páscua. Obrigada, Pedro, contigo vivemos o mistério do encontro e coexistência com seu "irmão Parkinson", na certeza da PRESENÇA Daquela que nos habita e nos ama.

6 de janeiro de 2018

## A função do bispo Pedro: conhecer o povo mais pobre e lutar para resolver os problemas

Vou falar sobre o Bispo Pedro, na época, ele era bispo. Ele chegou na região para dar apoio à questão do mais pobre, ao mais necessitado da região. Então, ele veio cuidar mais dessa parte. Para nós, povo Apytwa, ele começou fazendo visitas, conhecendo, vendo a questão nossa, para saber de nossa história, dos problemas que a gente enfrentava, as questões da terra, da saúde, da educação também. Visitando a nossa comunidade, ele foi conhecendo os nossos problemas.

Ele também fez esse trabalho com os pescadores da região. Essa era a função dele como bispo, conhecer o povo mais pobre da região e lutar para resolver os problemas que as pessoas enfrentavam.

O povo Apytwa estava na luta, buscando uma solução para a questão territorial. Então, ele acompanhou tudo isso, não só para o povo Apytwa, mas também para os outros

povos da região, os Karajá, os Xavante, sempre apontando a questão da terra, da saúde, da educação.

O nosso povo reconhece que ele veio fazer esse trabalho apoiando a nossa luta pela educação, pela terra.

Ele demonstrava muito, assim, a vontade de solucionar os problemas. Lutou muito. Participou de muitas assembleias do Mato Grosso.

Ele trabalhou em cima disso, junto com sua equipe. Ele montou uma equipe e juntos trabalhavam para superar as dificuldades que os povos indígenas e os posseiros enfrentavam. Era uma luta muito árdua, recebia muitas ameaças, mas nem por isso ele desistia. Estava sempre pronto para lutar junto com os povos da região.

A gente reconhece o esforço que ele fez, lutando junto com as pessoas aqui da região. Ele sempre foi uma pessoa muito responsável na luta, não desistiu de lutar junto com o povo da região

As fazendas que a gente conhece que ele enfrentou foi a Fazenda Codéara, a fazenda Tapiraguaiá, na região de Santa Teresinha, perto do Araguaia e tinha a Fazenda São Misael, lá ele lutou junto com o povo Xavante para eles poderem conquistar o território deles.

Depois, aqui no território do Urubú Branco, teve várias fazendas, a fazenda Luciano, fazenda Sapeva, fazenda Santa Laura, aqui no interior do território, são as grandes fazendas que ele enfrentou junto com a gente para conquistar esse território tradicional do povo Apytwa.

Pedro sempre foi conhecido pelo povo Apytwa como xaramoja. Xaramoja na nossa língua significa vovô, nosso avô!

Kamariwa I Elber Tapirapé, cacique do povo Apytwa-Tapirapé

5

Advocada  
Foi-18  
Ed. Especial



# O ARAGUAIA É

*Na comemoração dos 90 anos de Pedro nada melhor do que rememorar o momento significativo de sua ordenação episcopal, à beira do Araguaia. Por isso reproduzimos o que foi publicado em Retalhos de Nossa História, edição de setembro/outubro de 1996, do nosso Alvorada.*

São Félix do Araguaia, 23 de outubro de 1971. Noite. À beira do rio, Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia, Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás e Dom Juvenal Roriz, bispo de Rubiataba, consagram como bispo a Pedro Casaldáliga.

Esta ordenação marcaria profundamente a história da recém-criada Prelazia de São Félix do Araguaia e, podemos dizer, da igreja do Brasil.

Uma celebração carregada de fé, de simplicidade e de cheiro do povo e que teve o Araguaia como testemunha.

6

## CHAPÉU DE PALHA

Como sinal de identificação com o povo e do despojamento com que esta igreja queria se revestir, o novo bispo não aceitou qualquer insígnia ou distintivo que o distanciasse do povo a quem queria servir.

A mitra foi substituída por um chapéu de palha sertanejo. Um remo, feito pelos Tapirapé, substituiu o báculo. O anel de tu-cum, feito pelos índios da região, marcaria o compromisso com sua causa. (O anel que cursilistas amigos de Madri enviaram, foi mandado como recordação e sinal de carinho à velha mãe, na Espanha).

Assim dizia o cartão-lembrança distribuído aos presentes:



Pedro recebe de Marcos Kakoiapá, chefe Tapirapé o remo-báculo

As leituras bíblicas, traduzidas para a linguagem regional, lembravam os compromissos que o bispo assumia naquele momento.

"Eu sou o bom vaqueiro. O bom vaqueiro arrisca vida pelo seu gado. Aquele que não é vaqueiro e que não zela o gado, quando vem a onça, ele foge.

Eu sou o bom vaqueiro. Conheço o meu gado e o meu gado me conhece e dou a minha vida pelo meu gado. Tenho outros gados que não estão neste retiro. Eu devo ir atrás deles. E eles escutarão o meu aboio e haverá um rebanho só." (Jo 10, 11-16)



Pedro de joelhos, Dom Fernando Gomes dos Santos

## "UM DOCUMENTO DE DO

No dia da sagração episcopal foi distribuída a Carta Pastoral "UMA IGREJA DA AMAZÔNIA EM CONFLITO COM O LATIFÚNDIO E A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL". Em 123 páginas, a carta descreve a Prelazia, sua situação geográfica, econômica e social, mas sobretudo denuncia as injustiças sofridas pelos posseiros, índios e peões, provocadas pelas grandes empresas que estavam se estabelecendo na região com o dinheiro farto dos cofres públicos, através dos incentivos fiscais, em projetos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Todas as denúncias vinham comprovadas com uma série de documentos que até hoje ninguém contestou.



# TESTEMUNHA



Cartões e Dom Tomás Balduino, consagrantes

## ENTO CHEIO DORES"

A carta apela para a consciência e a solidariedade dos cristãos. Apela também aos latifundiários: "pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua fé e seu egoísmo." Apela às autoridades: "Apelamos às supremas autoridades federais, para que escutem o clamor abafado do povo; para que subordinem os interesses dos particulares ao bem comum; a política da "pata do boi", à política do homem."

E na carta se expressavam, de forma clara, os compromissos desta igreja, movida pelo Evangelho de Jesus Cristo na luta ao lado deste povo esquecido.

O Boletim "NOTÍCIAS" da CNBB, a qualificou de "UM DOCUMENTO CHEIO DE DORES".

## REPERCUSSÃO NACIONAL

A carta foi divulgada pela CNBB no dia 9 de novembro e encontrou enorme repercussão em todo o Brasil. Jornais de quase todos os estados divulgaram o documento e muitos destacaram trechos inteiros do mesmo.

O jornal "O SÃO PAULO", da Arquidiocese de São Paulo, já em 23/10/71, comentava com destaque a carta e no dia 23/11/71 falava da repercussão que estava provocando.

O "JORNAL DO BRASIL" do Rio de Janeiro no dia 11/11/71, publicou editorial intitulado: "DENÚNCIA DO BISPO", em que dizia: "Não há dúvida de que o documento

do Bispo de São Félix não pode cair no vazio. Surge num momento de certo modo propício e fere um tema que está nas cogitações das autoridades, empenhadas em integrar um país de proporções continentais, como é o nosso". (Jornal do Brasil - 11/11/71).

Já "O ESTADO DE SÃO PAULO", defensor e porta-voz dos latifundiários publicou editorial com o seguinte título: "A MÁ FÉ E A DEMAGOGIA DESTE BISPO" (OESP 13/11/71) e o "JORNAL DA TARDE" também de São Paulo publicou: "A INJUSTIÇA DO DOCUMENTO SOBRE A AMAZÔNIA" (JT 15/11/71). Os dois

editoriais defendem os latifundiários, fazendo-os passar por grandes desbravadores. Estes editoriais foram elogiados pela Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia e pelo dono da Fazenda São-Missa, Herminio Ometto. (O ESP - 2/12/71).

O jornalista Sebastião Nery, em sua coluna no jornal "TRIBUNA DA IMPRENSA", do Rio de Janeiro, transcreve trechos da carta, dando eco às denúncias do bispo. (Tribuna da Imprensa 11/11/71).

Várias agências de notícias internacionais e a Nunciatura Apostólica, procuraram na CNBB em Brasília, cópias do documento.

## DOCUMENTO "LIMPO, PRECISO E IMPARCIAL"

A reação das autoridades diante do documento foi diferente.

O presidente da FUNAI, Gal. Bandeira de Melo e o Ministério do Interior negaram-se a comentá-las.

Já a SUDAM, através do Cel. Igrejas Lopes, disse que o assunto já era do conhecimento dos organismos de segurança e que "nosso país é democrático e por isso assegura a qualquer um ter terra, latifúndios ou minifúndios". (JB 11/11/71) A "FOLHA DO NORTE", de Belém, reproduz as críticas do Cel. Igrejas, com a seguinte manchete: "BISPO SEM FÉ PARA IGREJAS" (Folha do Norte 11/11/71). O Coronel dizia

que o documento era "subversivo" e "caluniador".

O presidente do INCRA, José Francisco Cavalcanti, disse que "as denúncias representam uma realidade que deverá ser modificada em breve com as iniciativas já estruturadas de discriminação de terras". (JB 12/11/71).

O Senador Correia da Costa, da Arena de Mato Grosso, afirmou que "jamais teve conhecimento de trabalho escravo no Mato Grosso" ... e que "em Mato Grosso reina paz social." (Folha de São Paulo 11/11/71).

O Governador do Estado, José Fragelli, disse que "o bispo exagerou ao denunciar injustiças". (Globo 16/11/71).

As declarações do Cel. Igrejas Lopes foram rebatidas pelos Bispos do Norte 1 reunidos que enviaram telegramas de apoio e solidariedade ao Bispo Pedro e por Dom Ivo Loescheider, Secretário Geral da CNBB, que considerou o documento "limpo, preciso e imparcial". É muito fácil dizer o que o Cel. Igrejas disse, quero ver ele provar como fez o Bispo de São Félix", disse dom Ivo. (Jornal da Tarde - São Paulo 12/11/71).

Muitos hoje consideram esta Carta Pastoral um marco na história da Igreja do Brasil, pela coragem da denúncia.

Foi traduzida para diversos idiomas.



## CIDADÃO UNIVERSAL COM CORAÇÃO LATINO-AMERICANO

**PAULO GARRIBÉ  
AGOSTINIANO**

"Tenedme por latino-americano, tenedme simplemente por cristiano si me creéis y no sabéis quien soy".

Assim se expressa Pedro Casaldáliga em um de seus poemas. E acrescenta:

"Somos um Continente na opressão e na dependência. Devemos ser também um Continente na libertação, autônomo. Solidariamente fraterno. Americano, negro, crioulo". Essas palavras fazem parte de um texto que Pedro escreveu na Agenda Latino-americana de 1993.

Foi-me pedido escrever sobre Pedro e a América Latina para esta edição de Alvorada, comemorativa dos seus 90 anos, a sua contribuição na caminhada da Igreja Latino-americana.

8

### CABEÇA E CORAÇÃO LATINO-AMERICANOS

Por motivo dos 80 anos de Pedro eu escrevi que Pedro é um "Catalão universal" com coração latino-americano.

Sentindo-se cidadão do mundo, suas causas são mais importantes que sua vida, como insiste em afirmar, causas comuns que ele resume no desígnio de "humanizar a humanidade". Ao mesmo tempo, sua paixão pela América Latina é de todos conhecida. Conhece como poucos a história e a literatura latino-americanas.

Pedro chegou ao Brasil, em 1968, para preparar a criação da Prelazia de São Félix do Araguaia da qual seria nomeado primeiro bispo em 1971. 1968 é simbólico para a Igreja Latino-americana, pois neste ano aconteceu o encontro do Episcopado Latino-americano em Medellín, na Colômbia, concretização pastoral do Concílio Vaticano II em nosso Continente.

A Prelazia de São Félix do Araguaia levou à risca, na prática, as intuições pastorais de Medellín: "a opção pelo pobre e pela justiça". Isso teve um preço alto de perseguição e martírio, mas teve também a graça divina de ser uma igreja pobre e na periferia do mundo que ilumina toda a Igreja com o seu



Foto: Roberto Lopez-Gonzalez

testemunho evangélico. Na Prelazia de São Félix do Araguaia, afirma Leonardo Boff, aconteceu uma verdadeira "eclesiológica".

Deus me concedeu o privilégio de viver 20 anos ao lado de Pedro. Seu testemunha de sua paixão pela América Latina, paixão que contagiou toda a equipe pastoral e todos aqueles aos quais chegaram essas palavras ou seus escritos. Amigo e admirador dos grandes bispos latino-americanos, Santos Padres deste Continente, até hoje conserva no seu quarto as fotos de Méndez Arceo e Samuel Ruiz, mexicanos; Angelelli, argentino, assassinado pela ditadura daquele país; Leonidas Proaño, equatoriano, defensor dos índios; Hélder Câmara, Tomás Balduino, brasileiros, e claro, incluindo todos eles, Oscar Romero, salvadorense. Na capela da casa onde vive junto com a comunidade agostiniana, que agora cuida dele, conserva-se uma reliquia, fragmento da túnica ensanguentada de "São Oscar Romero de América" - poema que percorreu o mundo - junto com outra reliquia de Ignacio Ellacuría, jesuíta assassinado pela ditadura de El Salvador e grande pensador da teologia e da história latino-americanas.

A paixão pela caminhada da Igreja em nosso Continente o levou a percorrer a América Central na década de 80. Lembro nitidamente o dia em que reuniu a equipe pastoral anunciando que se sentia chamado a ir à Nicarágua para solidarizar-se com a greve de fome que, o então ministro

e padre do governo sandinista, Miguel D'Escoto, levava a cabo. Ido e comprometido missionário que lhe trouxeram muitos conflitos com o episcopado daquele país e com a Cúria Romana, mas que, ao mesmo tempo, semeou muita esperança e testemunho evangélico naquelas comunidades tão machucadas pela guerra. Fruto daquela primeira viagem, nasceu o livro "Nicarágua: combate e Profecia". Em 1987, o Vaticano lhe comunicou que, se voltasse à Nicarágua seria depositado como bispo de São Félix do Araguaia. Depois de um longo discernimento na equipe pastoral, decidiu-se que eu fosse no lugar dele para explicar o que estava em jogo. Foi testemunha do carinho, da admiração e do respeito daquele povo nicaraguense a Pedro, vendo nele o exemplo do "Bom Pastor". Pedro respondeu às críticas afirmando que fora eleito bispo para ser bispo da Igreja e aquele povo era Igreja viva e crucificada.

### A ORIGINALIDADE CRISTÁ DA IGREJA LATINO-AMERICANA

José María Vigil, claretiano como Pedro e grande amigo dele - juntos fazem há mais de 25 anos a "Agenda Latino-americana" - publicou em 1991, na revista Sal Terrae, um artigo onde apresenta de forma clara e brilhante as características da Igreja Latino-americana. Apenas as enumero, porque são um verdadeiro resumo das opções de Pedro, características que ele ajudou a imprimir nesta Igreja:

A opção pelos pobres; as Comunidades Eclesiais de Base; a Teologia da Libertação; o estudo popular da Bíblia; a espiritualidade da Libertação; os Mártires; a fidelidade aos conflitos; a nova visão missionária; a solidariedade com todos os povos.

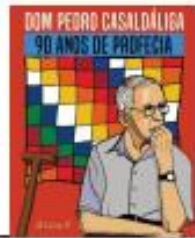
Por trás de cada um destes itens há uma nova compreensão da eclesiológica, do papel dos leigos e leigas na Igreja, da liturgia, da missão evangelizadora, do compromisso com a realidade, do diálogo inter-religioso, macro-ecumênico. Missão que se sintetiza no compromisso de ajudar a explicitar no mundo o Reino de Deus, já presente na história.

Felizmente, o papa Francisco orienta hoje, corajosamente, para toda a Igreja as grandes intuições e compromissos da Igreja Latino-americana, Igreja da qual ele é fruto.

### A MODO DE CONCLUSÃO

É de todos conhecida a admiração que Pedro tem pelos mártires e pelo martírio. Talvez porque, sendo menino, viu ser assassinado durante a guerra civil espanhola seu tio Luis, sacerdote jovem. Esta admiração pelos que entregam totalmente a vida no seguimento de Jesus e na construção do seu Reino, o levou a construir na Prelazia o Santuário dos Mártires. A Igreja latino-americana é rica no testemunho martirial. Pedro nunca esquece que desejava a graça do martírio como prova maior do seu amor por Jesus de Nazaré. E Deus o escutou. Não começou martírio maior que este que agora vive. Ele, que foi o homem do gesto e da palavra vibrante, fala agora com o seu silêncio imóvel; ele, que não aquietava (a repressão lhe colocou o codinome de "polito eléctrico"), está, há anos, numa cadeira de rodas levado e trazido por mãos amigas. Éa, que o conheci quando botava fogo em todos nós pela sua inquietude e ternosia, consigo ver agora na sua serenidade, o testemunho maior do mártir vivo, a certeza de que Deus passou e continua passando por nossas vidas na pessoa humilde, carismática e plenamente humana que é Pedro. Verdadeira testemunha de Jesus. Nas últimas frases que amigos comuns conseguiram entender dele, meses atrás, afirmou: "Agora sinto Deus em tudo e em todos".

# PEDRO PROFETA E POETA - GUERREIRO DA CAUSA INDÍGENA



## CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI

Quiseram te matar, mas não conseguiram; quiseram te expulsar do Brasil, mas foi em vão; te acusaram de subversivo e comunista, e fortaleceram teu compromisso com a causa dos pobres e com a justiça; te caluniarão e transformarão essas impropriedades em novas energias na construção do Reino de Deus.

Dom Pedro Casaldália – ou só Pedro, como sempre preferiu – é presença indispensável na caminhada do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Participou de maneira decisiva nas Assembleias Gerais, desde a primeira, em junho de 1973.

Foi marcante a presença de Pedro nas ruínas de São Miguel, na região missioneira do Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, propôs um momento magnífico ao celebrar a Missa da Terra Sem Malos, com texto seu e música de Martin Coplea, em abril de 1977. Um momento inesquecível de celebração da memória do assassinato de Sepé Tiarajá e seus guerreiros Guaraní.

Dom Pedro e Dom Tomás Balduino foram fundamentais na criação e consolidação do Cimi e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), pastorais que procuraram tornar realidade as decisões do Concílio Vaticano 2º e dos encontros de Medellín e Puebla. Pastorais que procuraram encarnar a radicalidade do Evangelho em dimensão nacional e continental.

## Martírio e esperança

Dirigindo-se “aos homens e mulheres que deram a vida pela vida”, Pedro Casaldália afirma, na sua Carta aberta aos nossos irmãos: “por vocação, sobretudo, nossa América é o continente da morte com esperança”.

Com suas palavras, também lembramos dos mártires de longe e de perto que derramaram seu sangue pela vida, em especial os povos indígenas e os mártires do Cimi. Padre Rodolfo e Simão Bororo (1976), Padre João Bosco Burnier (1976), Irmã Cleusa Rody-Codbo (1985), Padre Ezequiel Ramín, Vicarista Cañas (1987). A vida nasce da morte. O sangue derramado tornou-se um testemunho vigoroso, um sinal de Deus, visível aos olhos de nosso Fé.



Ido para uma Assembleia indígena

Pedro deu um testemunho radical pela causa indígena, de maneira especial, com os Tapirapé, os Karajá e os Xavante de Marikwatidê, cujas lutas e dramas apoiou com todas as suas forças. Assim foi também com o casal Lúiz e Eunice e os irmãs de Jesus, que, junto a D. Pedro, conviveram com os Tapirapé na Prelazia de São Félix. Em 1973, o sétimo boletim de um estilo nascente Cimi caracterizava este como “um dos mais aplaudidos e sérios trabalhos que já se tem feito junto aos povos indígenas do Brasil”.

Em tempos de repressão expressar compromisso com os mais fracos era motivo para perseguição – especialmente dura na região do Araguaia. O Cimi esteve solidário à Prelazia de São Félix nos momentos de perseguição e quando, em dezembro de 1973, o Padre Francisco Jenki, após vinte e um anos de presença solidária junto aos Tapirapé e ao povo de Santa Teresinha, foi covardemente expulso do país.

## Raiz, inspiração e testemunho profético

Cimi, essas “quatro letrinhas malditas”, que incomodaram muita gente, têm no coração o pulsar profético desse nosso irmão com quem partilhámos caminhos de dor e alegria, de esperança e de martírio.

Pedro foi presença indispensável nas horas difíceis, como em 1977, quando alguns bispos quiseram silenciar ou ex-

tinguir o Cimi. Foi nesse ano da grande. Nos tempos com sua inabalável esperança – “Podem roubar-nos tudo, menos a esperança”, afirmou certa vez. Pedro foi pedra na qual pudemos recostar nossas cabeças com total confiança.

A dupla guerreira e agarrada, Pedro e Tomás, são nosso horizonte no compromisso e testemunho junto aos

povos indígenas na luta pelas suas vidas e direitos. Assim como são e sempre serão aliados da primeira hora dos oprimidos, dos camponeses, dos povos tradicionais e todos os lutadores pela justiça e paz no campo e na cidade.

## Pedro, os povos indígenas e o Cimi

Em sua humildade evangélica radical, Pedro foi sempre uma presença solidária junto aos povos indígenas e missionários. Nunca aceitou nenhum “cargo” no Cimi.

Por ocasião do Congresso dos 30 anos do Cimi, não podendo estar presente, enviou uma mensagem que até hoje continua fortalecendo nossa caminhada de solidariedade com os povos indígenas. Nela diz: “me faço presente de coração neste Congresso dos 30 anos de memória, misto e utópico, caminhada de generosidade, ternosia e esperança. Somos soldados derrotados de uma causa invencível. Devemos continuar sendo, na oração e no sonho, radicais”.

Não, do Cimi – e certamente também os povos indígenas – somos imensamente gratos a Deus e a Pedro.

Fevereiro 2018

## PEDRO NOS AJUDOU DE MAIS

É um grande homem, o bispo Pedro, ele foi uma pessoa que nos ajudou demais. Mandou uma enfermeira com medicamentos para nos ajudar. Antes, quando a gente adoecia, tinha que ir no farmacinheiro comprar remédio, mas, depois que ele mandou essa pessoa, aí melhorou muito. E não foi só para os Karajá, não. O bispo Pedro, pelo meu conhecimento, ele se dá com todo mundo.

Ele é meu amigo, o pessoal da Prelazia de São Félix, todos me ajudaram, mas principalmente Pedro, a ele levo isto na casa dele, na hora de viajar para Brasília. Eu considero ele como um tio ou como um avô porque, quando ele me vê quer conversar, então eu só quero agradecer a ele. Quero que Deus abençoe ele. Eu quero muito o bem dele.

No processo da terra teve uma participação assim, a gente não tinha direito no Mato Grosso. Ele disse, não, o direito do índio é em qualquer lugar

do Brasil, principalmente onde que estão enterrados seus antepassados. Ele estava me alertando de que o presidente da Funai estava só me enganando. Depois, Pedro me deu incentivo, eu fui a São Paulo no encontro dos caciques, em 1981. Lá eu contei para os outros caciques que eram Domingos Veríssimo, Mário Jurana. Eles me deram o Estátuto do Índio pra eu ler e entender direito os nossos direitos. Quando eu voltei, já sabia pra quê .... Dom Pedro sempre me alertava pra conversar direito com o presidente da Funai: a terra era minha, onde a cidade de Lactara foi criada. Lá não era de torti. Lá era de índio! Lá era roça onde plantava milho, mandioca, banana, todo plantio. Por isso, com o alerta, a gente conseguiu. A terra está lá para todo mundo ver. A demarcação de nossa terra, foi a Prelazia de São Félix que ajudou.

Carlos Waxman Karajá

Alameda  
Fev-18  
Ed. Especial



## CASA E IGREJA NA VIDA DO PADRE-BISPO PEDRO

*Pediram-me para pensar qual foi a profecia vivida na Prelazia de São Félix do Araguaia a partir da experiência do reconhecido profeta Pedro Casaldáliga. Já fiz isso em outro momento. Hoje, quero dar graças a Deus pelos 90 anos dele e pela chance que eu e tantos outros irmãos e irmãs de caminhada tivemos, anos atrás, de aprender e partilhar na região a experiência da casa-igreja que Jesus e Pedro e equipes pastorais nos animaram a construir.*

### MERCEDES BUDALLÉS DIEZ

Em 1986, aceitei o convite para ir à Prelazia de São Félix do Araguaia como agente de pastoral. No dia da minha chegada, "na casa do Pedro" - como o povo chamava e ainda chama a simples casa onde ele continua morando -, chegaram um lavrador, o Chico e sua mulher Luísa, para pedir ao bispo que fosse "celebrar uma Missa na casa deles para esclarecer muitas coisas confusas na cabeça do povo e assim Deus afastaria da comunidade o desmembramento". Eles acrescentaram outros vários assuntos, especialmente a Luísa contou a dificuldade de muitas pessoas para entender o que a Equipe Pastoral explicava quando a comunidade se reunia. O bispo Pedro concordou com a ida e anotou a data combinada. Na despedida, o casal pediu a bênção ao padre Pedro. Logo, ele nos convidou a tomar um cafezinho. Depois do café, Pedro me pediu para conversar com o casal. Eu aproveitei a ocasião para entender um pouco mais sobre a dinâmica da pastoral na Prelazia. Lembro que o Chico repetia: "O padre Pedro caminhou muito pela nossa região. Chegava com outros agentes da Prelazia às nossas casas, conversávamos, rezávamos. E assim foram explicando o que Jesus fez e o que devíamos aprender a fazer". "Tempo bom aquele das caminhadas a cavalo dos missionários, com reuniões nas nossas casas, todos ao redor da mesa no tempo de chuva ou fora, no quintal, debaixo da mangueira quando partilhávamos os nossos problemas, os nossos medos e as nossas comidas, beijo, bolo, laranjas, bananas...", acrescentou Luísa. "O padre Pedro e os meninos eram como pessoas da

família. Ganhamos pai e filhos. Nossa comunidade era a nossa igreja".

Estes testemunhos marcam minha vida. Caminho, casa, mesa, família, igreja. Chico e Luísa falaram o que o Evangelho afirma que foi a vida de Jesus.

O evangelho da comunida-

esquentou o coração do casal. Eles, com entusiasmo, o convidaram para ficar aquela noite na sua casa. E Jesus entrou, sentou à mesa para partilhar o pão e a vida.

No tempo da chegada dos Missionários Claretianos - os primeiros o irmão Manoel e o padre

os e leigos e leigas que chegaram de diversos cantos do Brasil. Eles e elas percorriam a região de São Félix do Araguaia, sempre a caminho, à escuta, entrando nas casas e partilhando com as famílias o que tinham. Sentavam-se ao redor da mesa e compartilhavam a vida, a oração e a comida. De fato, surgiram as casas-igreja. E, dentro dessas casas-igreja, começaram os cursos de alfabetização, práticas de saúde popular, clubes de comadres, catequese encarnada nas necessidades do lugar etc. Respiravam e partilhavam a espiritualidade do Deus da vida na vida do povo.

À luz dos fatos, surgiu a carta pastoral do Pedro no dia de sua ordenação como Bispo, "Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social".

Será que o bispo Pedro e a equipe pastoral, com sua palavra e vida estavam dizendo a aqueles que roubavam e acumulavam, o que Jesus já dissera? "O ladrão vem só para roubar, matar e destruir. Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10). "Eu te louvo Pai, Senhor do céu e da terra porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos" (Lc 10,21).

Todo Império, todo poder, até hoje, quebram as relações da casa. Assim o fez o Império Romano, no tempo de Jesus e igualmente o fizeram as Ditaduras Militares em vários países da América Latina na segunda metade do século XX. A Prelazia de São Félix do Araguaia, nesse momento histórico, reviveu a casa-igreja que Jesus viveu e o apóstolo Paulo espalhou pelas comunidades que visitava.

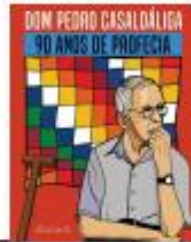


Pedro, em sua casa, com sua Zé, 1982

de de Lucas conta como um casal amedrontado e desanimado abandonou Jerusalém depois da morte violenta de Jesus (Lc 24,13-35). A conversa triste entre Cléofas e sua esposa Maria, fez com que Jesus, que estava também a caminho, entrasse na conversa e escutasse as lamúrias acontecidas nos últimos dias. Com a liberdade e simplicidade de sempre, Jesus apontou sua falta de fé e lhes explicou a proposta do Deus da vida, como conta a própria Bíblia. O fez com tanta sabedoria e união que

Pedro - como os antigos gostavam de chamá-lo ainda depois de ser bispo, o Brasil vivia uma situação de violência. A região do Araguaia estava ficando nas mãos de grandes fazendeiros gananciosos que acumulavam terra e despejavam índios e posseiros, os verdadeiros donos da terra, com todo tipo de ameaças e crueldade. O povo ficou com medo, sem ação. Perceber esta situação e agir com o Evangelho na vida e na pregação foi a reação dos primeiros evangelizadores, religio-

## JUVENTUDE, OLHOS ABERTOS À DISTÂNCIA, OUVIDOS ATENTOS E PASSOS LEVES!



MARCO ANTONIO GALLO\*

Pedro Casaldáliga é para a juventude um dos maiores símbolos da rebelião evangélica que nossos tempos necessitam. Seu jeito humano e leve de lutar inspirou e continua inspirando muitos jovens ao compromisso de seguições e seguidoras de Jesus de Nazaré! Sua vida e missão são reveladoras, são a prova clara de que a Igreja só está próxima do Reino quando se coloca próxima dos pobres e marginalizados.

Nesses anos todos de Pastoral da Juventude vivemos altos e baixos e buscamos, todos os dias de nossas lutas, mantermo-nos fiéis ao caminho indicado por Jesus. Pedro nos ensina isso com sua vida, com seus jovens 90 anos, com voz trêmula e olhar profético, sussurra em suas rugas a mais forte palavra que ressoa a união de juventude e Igreja: ESPERANÇA.

A PJ, assim como todo o segmento da Igreja que opta pelos pobres numa experiência popular e militante, viveu e ainda vive a perseguição e opressão. Porém, animados pelos testemunhos dos mártires da caminhada e de tantos outros profetas que ainda vivem conosco nessa alegria momentânea que é o mundo, nos mantemos firmes num caminho de passos leves, olhos atentos à distância e bem abertos. Ao final das contas, o importante é caminhar entre o póssipio e a cruz na certeza da luz!

Com Pedro aprendemos que os passos leves nos dão acesso a todos os lugares onde a Palavra viva e encarnada deve chegar, passos leves são serenos, inculturados, singelos, misericordiosos, assim foram e são os passos desse nosso profeta do Araguaia. Com Pedro compreendemos que nossos olhos jovens devem estar alertas à distância que há entre o que passamos e o que somos hoje e entre onde estamos e o Reino que se aproxima. Pedro nos ensina isso: compromisso libertário com a história e criação valente para o futuro esperançoso que urge em nossas vidas. Com Pedro aprendemos que nossos olhos devem estar sempre bem abertos, para não cairmos na cegueira que o sistema produz, que faz cabeças acreditarem que a firme e



a miséria são naturais; aprendemos que, com os olhos abertos, não há coração fechado. Pelo contrário, há coragem para encarar as mazelas desse mundo com determinação e compromisso de transformação.

Nesse ano em que celebramos 90 anos de nosso Profeta, nós, da Pastoral da Juventude, queremos reafirmar nosso compromisso com o Reino numa atitude de ação de Graças pela Vida de Nosso Profeta, agradecer a Deus por este nosso companheiro de caminhada que, em sua singeleza, nos anima na luta por um mundo novo. Comprometemo-nos a fazer soar o que um dia nos pediu: Somos Igreja jovem, popular, comprometida, "esperançada e esperançadora"! A Pastoral da Juventude Pula, Grita, Canta e Luta pelos 90 anos de Pedro Casaldáliga!

Amém, Axé, Aveire, Aleluia!

\*Agente de Pastoral afincado da PJ da Prelazia de São Félix do Araguaia

### Agradeço por viver nesta Igreja profética

Cheguei na Prelazia em dezembro de 1993, em Ribéirão Casca-Baixa, tempo de graça, pois estavam começando a preparação para a ROMARIA DOS MÁRTIRES DA CAMINHADA de 1996, com o lema "VIDAS PELA VIDA". Eu vinha dali de perto, de Campinápolis MT. Sempre participei da igreja de forma bem ativa. Mas, a chegada na Prelazia me fez repensar o meu jeito de participar. No começo de 1996, o Bispo Pedro veio fazer visita pastoral à comunidade, eu ainda não o conhecia. Ele chegou no meio da semana e começou visitar todas famílias que tinham chegado na cidade naquele ano, os doentes da comunidade e as famílias que tinham perdido algum parente. Fiquei admirada com isso, era novo pra mim, nunca tinha visto um bispo fazer isso. Como tínhamos chegado naquele ano, ele veio nos visitar.

Naqueles dias se faziam

celebrações nos grupos de rua em preparação à Romaria. Tudo era muito simples, alegre e bonito, rezávamos nos quintais das casas, pois não cabia nas salas. No meu coração também não cabia tanta alegria e questionamentos diante do que era ali contado. O testemunho do Bispo Pedro, sua vida, seu jeito humilde de tratar o povo, a coragem de enfrentar os poderosos e nunca abandonar seu povo e esta terra, me fez repensar o meu jeito de ser igreja. Hoje posso afirmar que no meu coração mora a Esperança, a vontade de lutar pelos direitos dos pequenos do Reino e a gratidão a Deus de ter me dado a oportunidade de viver nesta igreja profética, de conhecer esse homem de Deus e do povo, Bispo Pedro Casaldáliga.

Silvia Ludovina Barros  
Quintino

Ribéirão Cascaibeira.

11

Alvorada  
Fev-18  
Ed Especial



# ESPERANÇA ECUMÊNICA (ou Ecumenismo para além de Fronteiras)

**DOM SEBASTIÃO ARMANDO GAMELEIRA,  
BISPO ANGLICANO**

## “Esperança, vamos manter a Esperança, Esperança ecumênica”

Quando estive em São Filipe pela primeira vez, acompanhado de minha mulher Madalena, ajoelhei-me junto à cadeira de Pedro e lhe disse: “Aqui é para chegar de joelhos porque estamos a penetrar num santuário”, e beijei sua face com emoção. E ele me respondeu com a frase citada acima.

Dom Pedro é dessas pessoas inteiras, que você ou admira ou despreza e até odeia. Assim tem sido ao longo de sua vida. É feito de contrastes tão fortes que não deixa margem a ambiguidades. Capacidade de viver qualidades e carismas aparentemente opostos pode ser sinal de santidade, dita meu professor de introdução à Teologia. Sua ternura impressa em olhos quase de criança se corinha, em paradoxo, com a indomável coragem de lutar, sua humildade, a ponto de suportar alegremente humilhações, se entrelaça com indomável rebeldia. Seus sonhos são celestiais, projetados bem além das estrelas, mas os pés afundam no húmido de sentimentos e pensamentos que se fixam as próprias raízes de sua ser. Por isso, como poucos seres humanos e raríssimos eclesiósticos, é radical, encarna no agora de hoje as utopias do amanhã. Não é admiravelmente discípulo, semelhante ao “Verbo que se faz carne” (Jo 1, 14) e que é passado, presente e sempre futuro (cf. Gó 1, 1; Cl 1, 14-20; Ef 1, 15-23). Não apenas profeta, mas é, em seu próprio ser: opção por pessoas e povos empobrecidos, pobreza evangélica, Igreja da Libertação e de comunhão, bispo servo e irmão, “rebelde fidelidade”, Pátria Grande Afroameríndia, Macroecumenismo... pequeno “palho” do rincão de São Filipe, cuja meridiana luz e a benfazeja sombra se projetam sobre todos os continentes.

Porque o tem visível intencionalmente – é a fonte secreta de sua experiência espiritual e de sua poesia – Dom Pedro foi capaz de iniciar o que proclamava em assembleia continental de nossa Afroameríndia: Macroecumenismo, Ecumenismo sem fronteiras, a não ser aquelas que a Vida mesma estabelece. A aliança não se dá necessariamente em torno da “Religião” (seria ficar no nível da linguagem, da cultura). Mas sim, em torno

da “Fidelidade” prático. Lembremo-nos de Jesus: “Não é quem diz: ‘Senhor, Senhor’, mas quem faz a vontade do Pai”. A grande linha de fronteira passa entre quem vive “para si” e quem vive “para além de si”. Sim, porque não é possível amar a não ser se já se está em Deus, mesmo que não se saiba dizer. Pois não se trata de “saber”, mas de ser e fazer. É o que nos ensina São João: “Quem ama, conhece (por experiência) a Deus” (1Jo 4, 7-8).

Por sua profunda, e diria, sensível experiência de Deus, Dom Pedro percebe intencionalmente, lucidamente, quem está do lado do Reino (outra categoria que lhe é familiar) e quem “está contra nós” (Mc 9, 40).

Por isso entende o Ecumenismo “para além” de todas as aparentes fronteiras religiosas a ponto de se sentir irmão universal de todas as pessoas que se abrem à fraternidade com o Pobre, pois, pela subjeção do coração, já intuem que si está Deus. A oposição já não se estabelece entre “crença” e “ateísmo”, mas entre Amar e Idolatria ou, como dizia Jesus, entre Serviço/Partilha e Afirmação de si mesmo(a), entrega da própria vida e perda de si (cf. Mc 8, 34-37).

Depois daquele primeiro encontro, em 2015, Dom Sebastião escreveu o poema abaixo:

## A Dom Pedro, às vésperas da Páscoa

(*Quase-poema para Dom Pedro Casaldáliga, irmão e pai, de fé ecumênica, herói, confessor da fé, nas terras significativamente vermelhas das margens do Araguaia*)

Pedro  
terra firme em margens  
que se movem  
semua placidez  
de pedra  
bem assentada, esboço  
inecapitável  
incrustado  
nas areias  
das bairras  
do Araguaia

sacramento  
mais que sinal  
símbolo vivo  
da Presença real  
da Rocha, fortaleza, baluarte,  
refúgio, alto-reito, cidadela, abrigo,  
sacramento... (Sl 18; 31; 71)

sochido  
inabalável, para suportar  
o peso de pil e paço  
inamovível  
de multidão em movimento:  
aborígenes, quilombolas, posseiros,  
pequenos lavradores, gente sem terra,  
desesperada  
desencantada  
crentes sem lugar...  
feitos maldições terras  
de encheite  
migrantes de tantas buscas  
peregrino caminhante  
pelo quase descalço.

Pedro  
pedra da Igreja  
episcopo  
de largo olhar  
excessor na cadeira  
de Pedro  
colga de tanta

e de cabeça  
de Cipriano de Cartago  
fundamento do edifício  
da eclesia, alternativa  
comunidade, amplo redil, abrigo  
aberto, mesmo território dentro reino,  
dentro mundo.

Pedro  
pedra  
de arremesso,  
carismático inquieto, incómodo  
tal o amigo de Jesus  
tenda da fenda – miragem inavencível –  
de pagano Davi  
para entostar portento  
gigante Golias  
de tantas altitudes:  
do latifúndio, devastador de terras e  
do genocídio  
dos militares e covardes civis,  
ameaçador, de tanques e tribunas;  
do cruel jogo de poder das cartais  
eclesiósticas  
despotadas  
ocultas  
encobertas em batinas  
de escaletas coloridas.

Pedro  
pedra nas mãos  
de criança travessa  
a estilhaçar  
protetoras vitraças.

Pedro  
pedra preciosa,  
pívida oculta  
em campo distante  
comprado por Jesus,  
de beleza transcendente, para além  
das margens  
de toda medida

do dogma e da razão  
“herético e crítico”,  
sentenciava uma vez  
o já detento casolal,  
irradiante, brilhante  
cor de rubi, salpicada  
de sangue  
de Pátria  
de mártires, confessores e místicos.

Pedro  
apostolado  
sermo, arremetido  
indómito, indomável  
violência  
dos concertos de Deus,  
“nosto transfigurado”  
a encantar portuário atroz  
como Antônio Callado.  
Pedro  
pedra  
leve, leve  
alegria salizante  
chama – impossível deter –  
a subir, espalhar-se  
na direção do topo  
do Vento  
por todos os continentes.

Pedro  
qual fogo  
que aquece as noites (Lc 22, 55),  
chama que se gosta  
mais poço, frágil, enfermo  
agora pedra completamente,  
humana claro  
diversa em nós  
de Ressurreição.

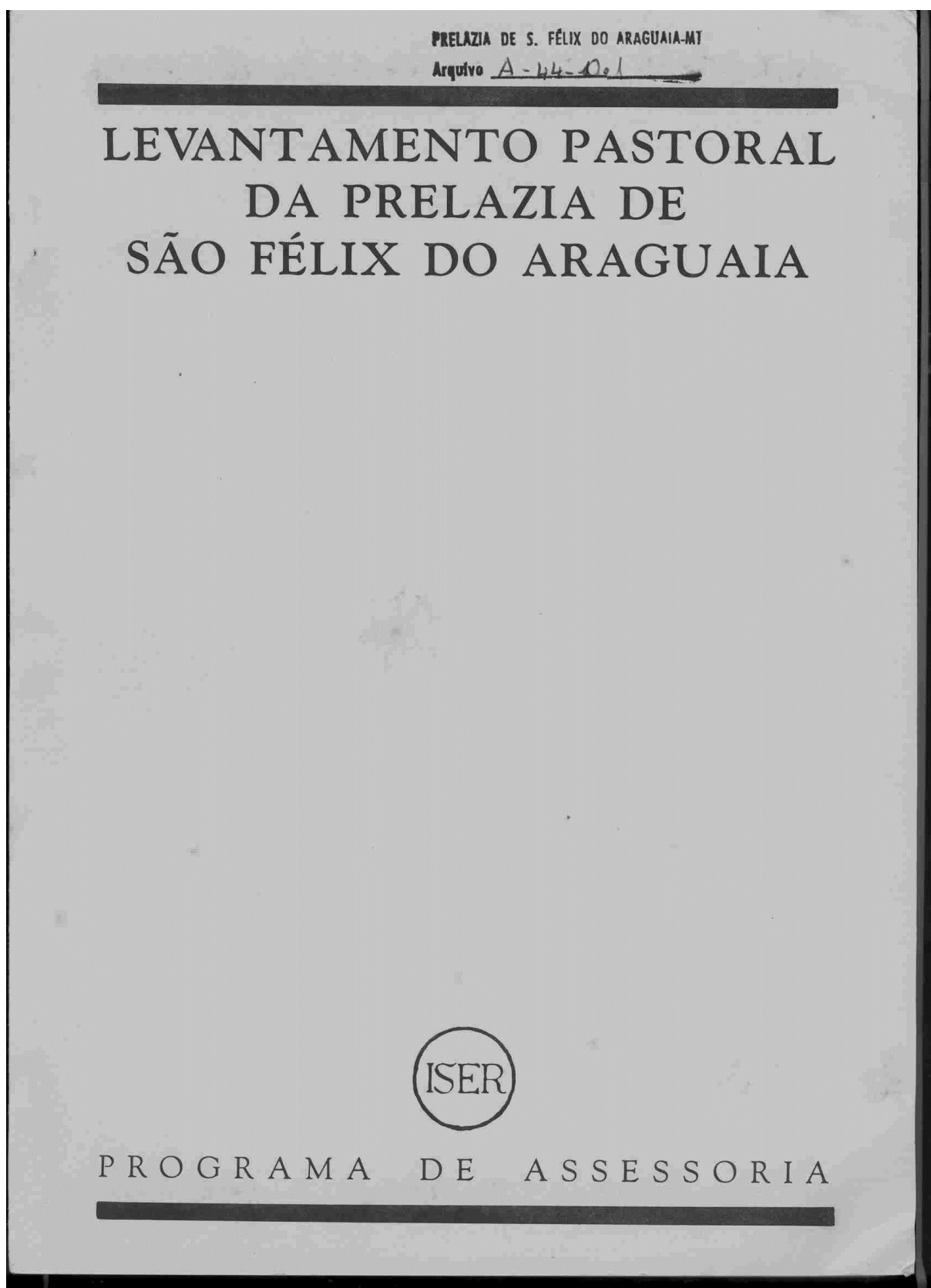
São Filipe do Araguaia, 2015

12



Alvorada  
Fev-18  
Ed. Especial

ANEXO B – CAPA E FOLHA DE ROSTO DO LEVANTAMENTO PASTORAL  
REALIZADO PELO ISER/1990



**EQUIPE DA PESQUISA -**

Pedro A. Ribeiro de Oliveira - *coordenador*

Márcio da Costa - *pesquisador*

Solange dos Santos Rodrigues - *pesquisadora*

José Cláudio Souza Alves - *pesquisador*

Fernanda Macruz - *auxiliar de pesquisa*

\* Ao longo da pesquisa contamos com as sugestões e críticas da equipe do Programa de Assessoria do ISER, que além de Pedro Ribeiro e Solange Rodrigues é composta por Carlos A. Steil, Clodovis Boff, Elizabete Vicari, Faustino Teixeira, Ivo Lesbaupin, Paulo Fernando C. Andrade, Regina Reyes Novaes e Rogerio Valle.